

**Corregedoria-Geral
da Justiça Federal**

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

**Tribunal Regional Federal da
2ª REGIÃO**

2022



Conselho da Justiça Federal

Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 2ª Região – 14 de fevereiro a 8 de abril de 2022

Ministro JORGE MUSSI
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO | 6 |
| B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO | 8 |
| C. OBSERVAÇÕES GERAIS | 11 |
| D. UNIDADES JURISDICIONAIS | 28 |
| I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO | 28 |
| GABINETE DA PRESIDÊNCIA..... | 28 |
| Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO | 28 |
| GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA | 39 |
| Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA | 39 |
| GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL | 54 |
| Desembargador Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO | 54 |
| II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS..... | 68 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA | 68 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO | 68 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ | 85 |
| DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER | 103 |
| JUIZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS | 129 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA | 131 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL FLÁVIO LUCAS..... | 131 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO..... | 154 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES | 173 |
| JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUSTAVO ARRUDA MACEDO | 192 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA | 194 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM | 194 |
| DESEMBARGADORA FEDERAL CLÁUDIA NEIVA..... | 212 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL WILLIAM DOUGLAS | 230 |
| JUIZ FEDERAL CONVOCADO ÉRICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO | 246 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA | 249 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES | 249 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES | 269 |
| DESEMBARGADORA FEDERAL LETÍCIA DE SANTIS MELLO | 287 |
| DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA | 306 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA | 309 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO PERLINGEIRO | 309 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES ... | 327 |

| | |
|---|------------|
| DESEMBARGADOR FEDERAL ALCIDES MARTINS | 342 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA | 360 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA | 363 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME COUTO DE CASTRO | 363 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND | 379 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE | 397 |
| JUIZ FEDERAL CONVOCADO VIGDOR TEITEL | 415 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA | 417 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO SCHWAITZER | 417 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA | 440 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO ARAÚJO | 461 |
| JUÍZA FEDERAL CONVOCADA ANDREA CUNHA ESMERALDO | 479 |
| GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA | 481 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA SILVA | 481 |
| DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA | 502 |
| DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIFENTHAELER | 525 |
| JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCELO DA FONSECA GUERREIRO | 541 |
| E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO..... | 543 |
| ASSESSORIA DE RECURSOS..... | 543 |
| NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES | 558 |
| SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS..... | 564 |
| SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS..... | 573 |
| SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA..... | 597 |
| SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA..... | 609 |
| SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA..... | 620 |
| SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA..... | 630 |
| SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA..... | 642 |
| SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA..... | 653 |
| SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA..... | 662 |
| SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA..... | 673 |
| DIVISÃO DE PRECATÓRIOS | 685 |
| COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO, REGISTRO E AUTUAÇÃO | 691 |
| F. UNIDADES ESPECIAIS..... | 697 |
| COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS..... | 697 |
| NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS | 704 |
| ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO | 713 |
| GABINETE DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... | 724 |
| NÚCLEO DE MAGISTRATURA..... | 730 |

| | |
|--|------------|
| ESTATÍSTICA..... | 736 |
| SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS..... | 740 |
| G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO..... | 749 |
| H. ANEXO..... | 750 |

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF n. 77, de 2 de março de 2022, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Ministro Jorge Mussi, Corregedor-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, abrangendo as seguintes unidades: jurisdicionais, processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 4 a 8 de abril de 2022, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Gilda Sigmaringa Seixas, do TRF da 1ª Região; Luis Carlos Hiroki Muta, Mairan Gonçalves Maia Júnior e Nino Oliveira Toldo, do TRF da 3ª Região; Luiz Carlos Canalli e Sebastião Ogê Muniz, do TRF da 4ª Região; Élio Wanderley de Siqueira Filho e Rubens de Mendonça Canuto Neto, TRF da 5ª Região; e os Juízes Federais Auxiliares desta Corregedoria-Geral, Daniela Pereira Madeira e João Batista Lazzari.

Para auxiliá-los na inspeção, foram nomeados os seguintes servidores: Armea Vieira Delmondes de Almeida, Christiana Elinora da Costa Marchant Rios, Denise Guimarães Tângari, Diógenes Cervo, Édis André Taffarel, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe de Proença Cury, Glaucio Southier, João Guilherme Souza de Assis, Joelmir Rodrigues da Silva, Laura Maria Lima Fonseca, Lilian Rocha Barreto Zucchi, Luigi Frusciantes Filho, Luiz Fernando Pacheco, Márcia Alves da Silva Abi-Acl, Maria Eduarda de Mendonça Barros, Maria Eugenia Heck Griep, Marta Fernandes Marinho Curia, Paulo José Saffioti Junior, Raquel Lopes Jorge, Renato de Oliveira Paes, Renato Nunes Rodrigues de Freitas, Roberta Moraes Leimig Cordeiro, Rosa Miriam Farias Prysthon, Solígia Torres de Araújo e Wander Magalhães Barros.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente web, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, nas Seccionais do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF da 2ª Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários e entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, de modo a permitir formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, com o fim de nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, analisados pela Corregedoria-Geral, e que servem de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, por amostragem, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; e comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante

ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, especialmente no tocante à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, que informa dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise, destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 2ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, a serem consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir análise com base em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma e seção; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob as perspectivas estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório segue o padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nessa atuação a

Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem trabalhado constantemente para a busca do aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na verificação de 1.662 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, com intuito de fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sediado no Rio de Janeiro – RJ, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 4 a 8 de abril de 2022. A Corte é composta por vinte e nove desembargadores federais e seis juízes federais convocados.

Seguem-se os detalhes da composição, no período da inspeção:

Mesa Diretora:

- Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO, Presidente
- Desembargador Federal GUILHERME CALMON, Vice-Presidente
- Desembargador Federal THEOPHILO MIGUEL, Corregedor Regional.

Órgão Especial:

Titulares

- Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO, Presidente
- Desembargador Federal GUILHERME CALMON, Vice-Presidente
- Desembargador Federal THEOPHILO MIGUEL, Corregedor Regional
- Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
- Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
- Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ
- Desembargador Federal SÉRGIO SCHWAITZER
- Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND
- Desembargador Federal ANDRÉ FONTES
- Desembargador Federal REIS FRIEDE
- Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO
- Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO
- Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM
- Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER

1ª Seção, com duas Turmas – matérias penal, previdenciária e de propriedade intelectual, bem como os *habeas corpus*, decorrentes de matéria criminal:

- Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
- Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ
- Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER
- Desembargador Federal FLÁVIO LUCAS
- Desembargador Federal MARCELLO GRANADO
- Desembargador Federal ANDRÉ FONTES
- Juiz Federal Convocado LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS
- Juiz Federal Convocado GUSTAVO ARRUDA MACEDO

2ª Seção, com duas Turmas – matéria tributária, inclusive contribuições, com exceção da matéria referente aos conselhos profissionais, bem como as ações

trabalhistas remanescentes e os *habeas corpus* relativos à prisão de natureza civil por juiz, em processo de natureza tributária:

- Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM
- Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA
- Desembargador Federal WILLIAM DOUGLAS
- Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES
- Desembargador Federal FERREIRA NEVES
- Desembargadora Federal LETÍCIA DE SANTIS MELLO
- Desembargadora Federal CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
- Juiz Federal Convocado ÉRICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO

3ª Seção, com quatro Turmas – matérias administrativas e aquelas referentes aos conselhos profissionais, bem como todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Seções Especializadas, incluindo-se os *habeas corpus* relativos à prisão de natureza civil, quando não prevista na competência das outras Turmas:

- Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO
- Desembargador Federal ALUISIO MENDES
- Desembargador Federal ALCIDES MARTINS
- Desembargador Federal MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA
- Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO
- Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND
- Desembargador Federal REIS FRIEDE
- Desembargador Federal SÉRGIO SCHWAITZER
- Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA
- Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO
- Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA
- Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
- Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER
- Juiz Federal Convocado VIGDOR TEITEL
- Juíza Federal Convocada ANDREA CUNHA ESMERALDO
- Juiz Federal Convocado MARCELO DA FONSECA GUERREIRO

Além dos Gabinetes dos Desembargadores Federais, foram inspecionadas as seguintes unidades: Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Escola da Magistratura, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Secretaria de Atividades Judiciárias, Assessoria de Recursos, Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas, Subsecretaria das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas Especializadas, Núcleo de Magistratura, Gabinete de Segurança Institucional, Divisão de Precatórios, Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação, Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte e suas respectivas Turmas.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 1.662 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

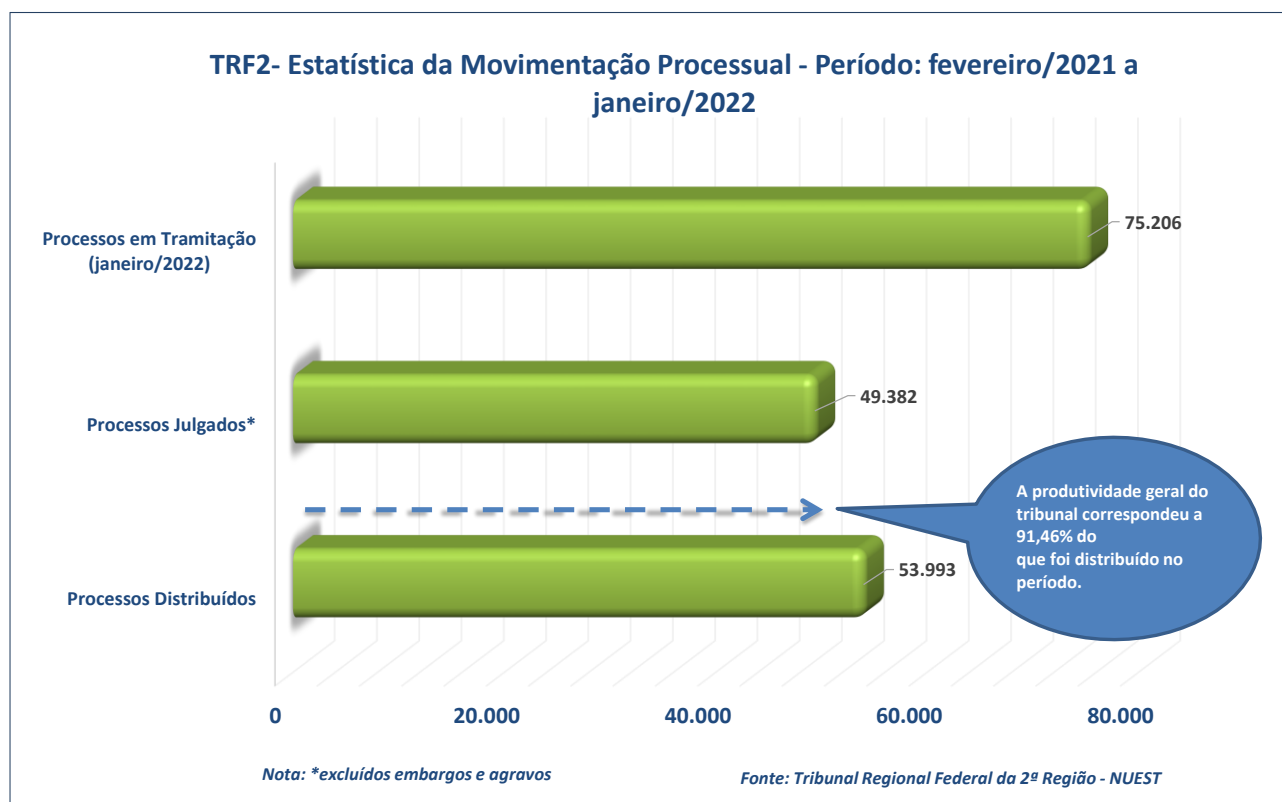
Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, a metodologia de trabalho, gestão de pessoas e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações.

A avaliação conjunta entre equipes da Corregedoria-Geral e das unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Numa primeira vertente, a inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Compreende-se como **distribuição** o total de processos protocolados no Tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por **produtividade**, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por **tramitação ajustada**, considera-se o número de processos em estoque, descontados os feitos suspensos/sobrestados. Finalmente, por **conclusão**, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de fevereiro/2021 a janeiro/2022, sendo os dados examinados fornecidos pelo Núcleo de Estatística (NUEST), unidade vinculada à Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Isso considerado, registrou-se que o Tribunal recebeu 53.993 ações judiciais, as quais restaram distribuídas entre as oito turmas da Corte e as três seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes que compõem a mesma seção foi equânime, com remessa média de 2.383 feitos para aqueles que compõem a 1ª Seção, 2.348 para os que compõem a 2ª Seção, 2.134 para os que compõem a 3ª Seção.

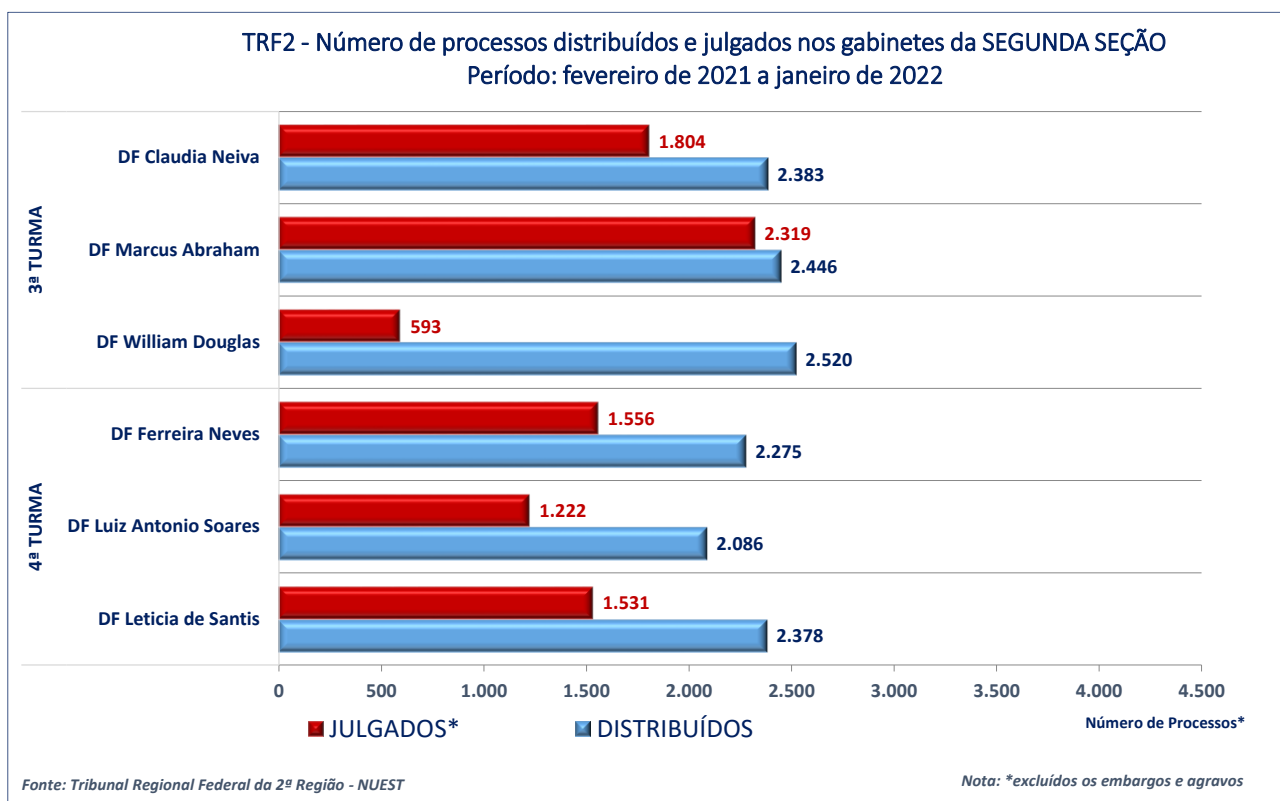
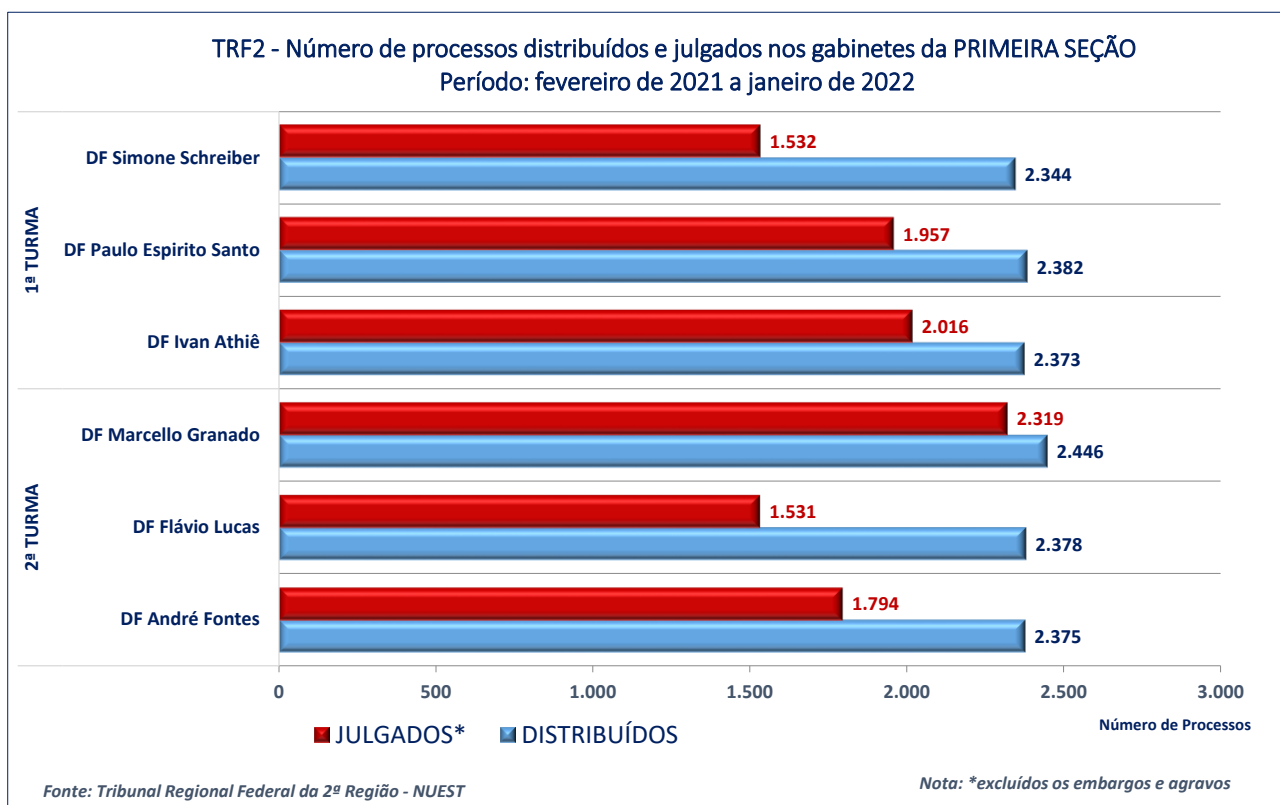
Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 2ª Região julgou globalmente o total de 49.382 processos, o que resulta em um percentual de produtividade média de 91,46%. Vale dizer, que a Corte julgou uma quantidade de feitos menor que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:

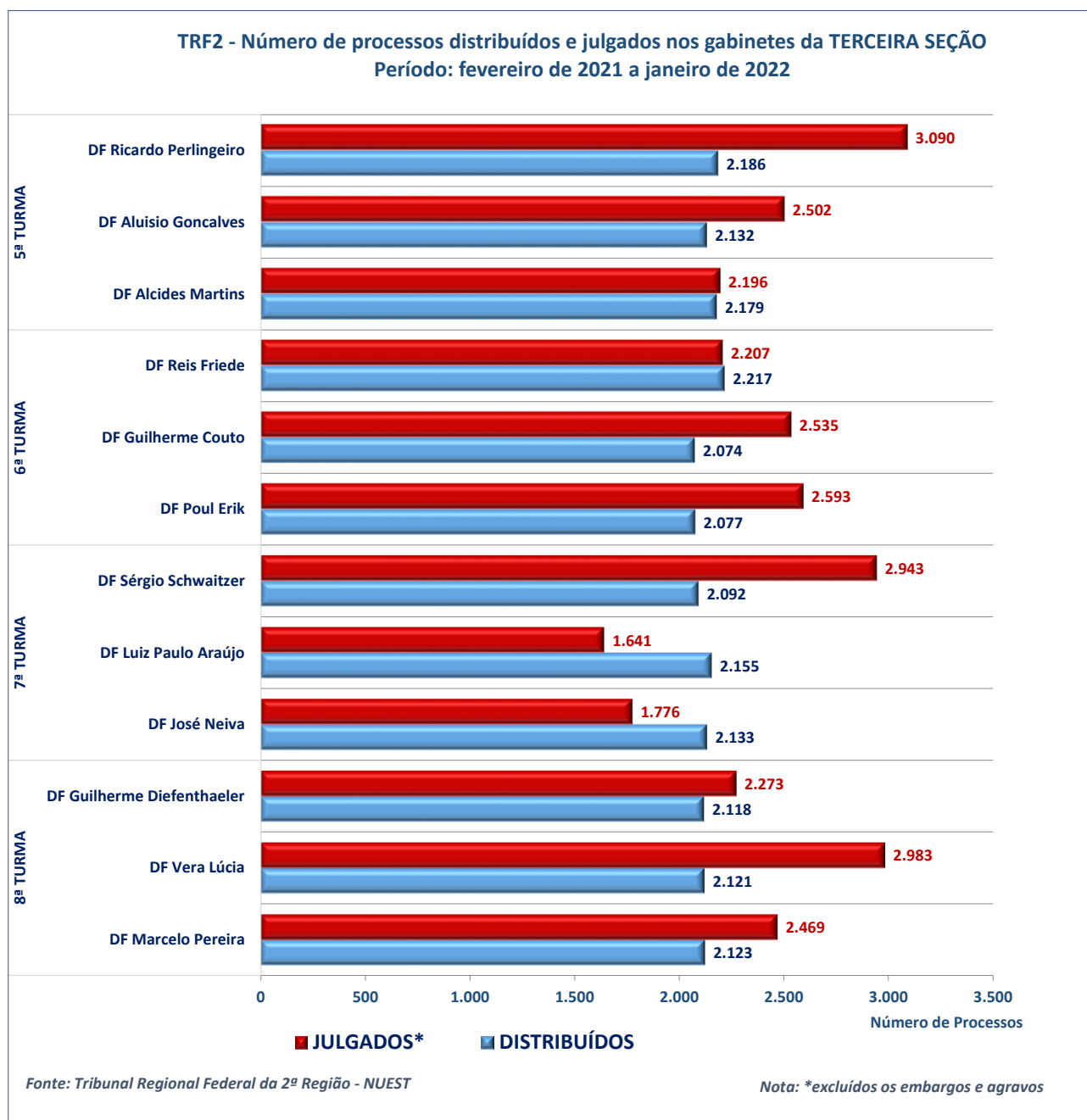


O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, a razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

- 1ª Turma: produtividade de 78%, com 7.099 distribuídos e 5.505 julgados;**
- 2ª Turma: produtividade de 78%, com 7.199 distribuídos e 5.644 julgados;**
- 3ª Turma: produtividade de 64%, com 7.349 distribuídos e 4.716 julgados;**
- 4ª Turma: produtividade de 64%, com 6.739 distribuídos e 4.309 julgados;**
- 5ª Turma: produtividade de 120%, com 6.497 distribuídos e 7.788 julgados;**
- 6ª Turma: produtividade de 115%, com 6.368 distribuídos e 7.335 julgados;**
- 7ª Turma: produtividade de 99,6%, com 6.380 distribuídos e 6.360 julgados;**
- 8ª Turma: produtividade de 121%, com 6.362 distribuídos e 7.725 julgados.**

A relação entre a distribuição e o julgamento nas oito turmas e nas seções do Tribunal está visualmente representada por meio do gráfico abaixo:

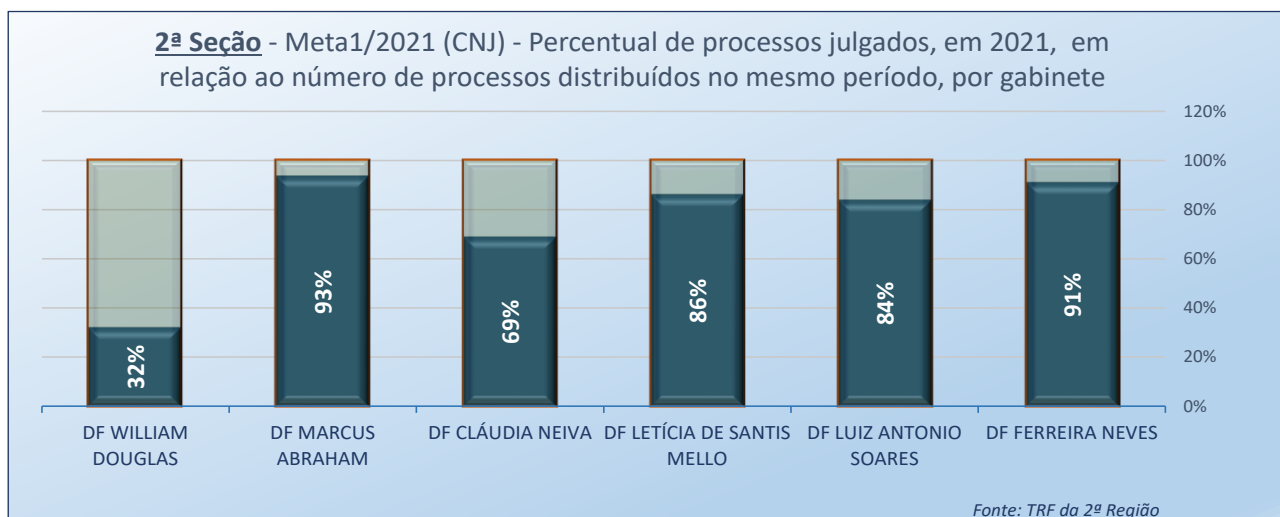
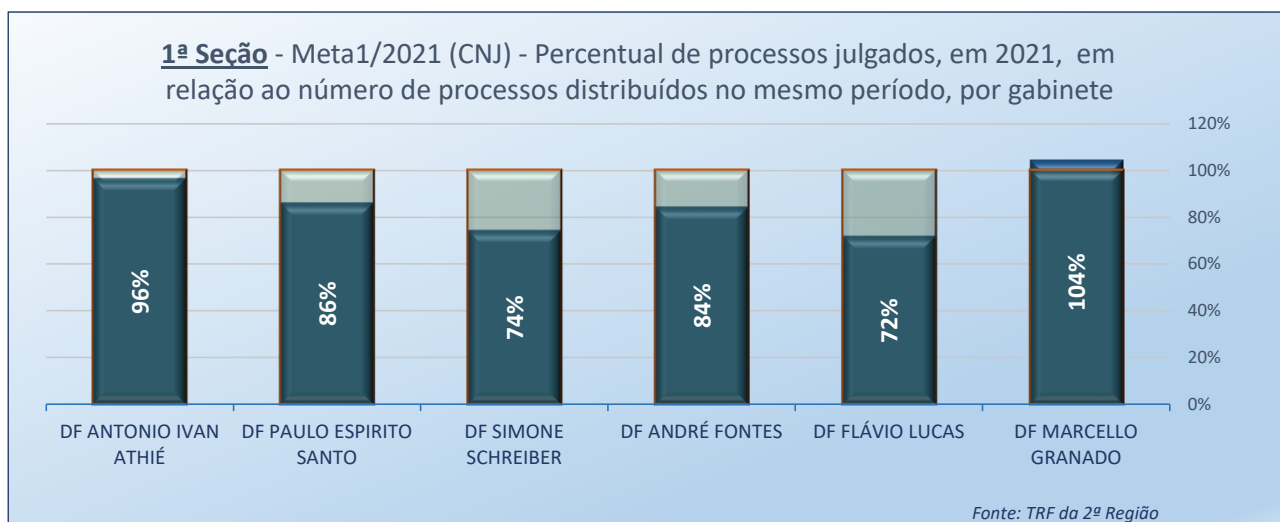
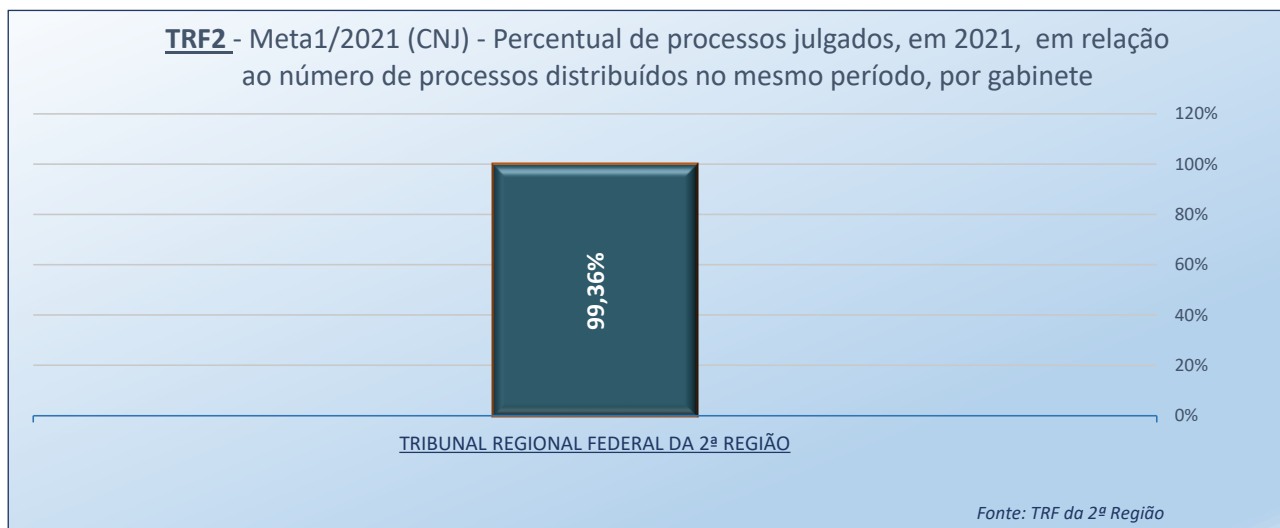


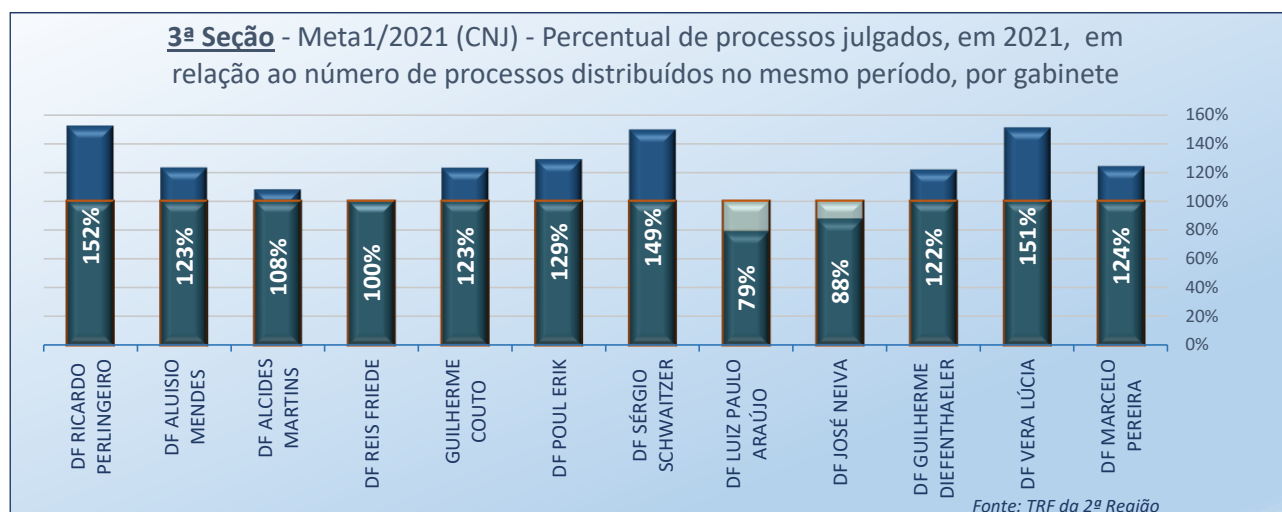


Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2020, quando a produção do Tribunal era superior ao número de processos distribuídos em 1.300 feitos¹, verifica-se que o TRF da 2ª Região inverteu, por pequena margem, seu desempenho. A Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do ano de 2019, é o melhor indicador para avaliar esse contexto, e pode ser analisada nos

¹ Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2019/2020) 46.649 processos e foram julgados 47.949 processos.

gráficos a seguir, que demonstram o percentual, por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos em 2019.





O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual no Tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação, excluídos os suspensos e sobrestados, em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e na Vice-Presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os processos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

Nesses termos, apurou-se a existência de 75.206 processos em tramitação no TRF da 2ª Região, conforme se vê no quadro a seguir:

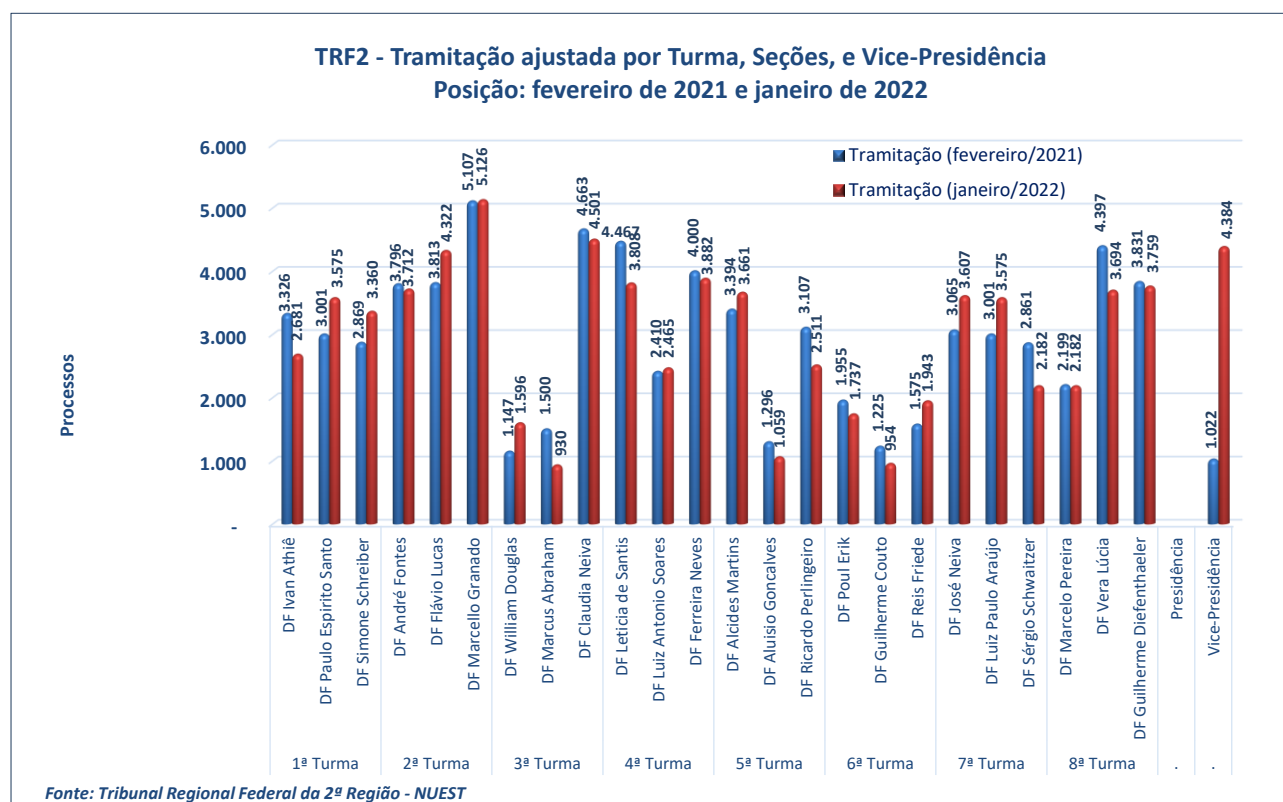
Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 2ª Região
Posição: Janeiro/2022

| órgãos | | Tramitação Ajustadas | % de processos em relação ao total |
|----------------------------------|-----------------|----------------------|------------------------------------|
| Presidência | | - | 0,00% |
| Vice-Presidência | | 4.384 | 5,83% |
| 1ª Seção | 1ª Turma | 9.616 | 12,79% |
| | 2ª Turma | 13.160 | 17,50% |
| 2ª Seção | 3ª Turma | 7.027 | 9,34% |
| | 4ª Turma | 10.155 | 13,50% |
| 3ª Seção | 5ª Turma | 7.231 | 9,61% |
| | 6ª Turma | 4.634 | 6,16% |
| | 7ª Turma | 9.364 | 12,45% |
| | 8ª Turma | 9.635 | 12,81% |
| Total no TRF da 2ª Região | | 75.206 | - |

Fonte: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Núcleo de Estatística (NUEST).

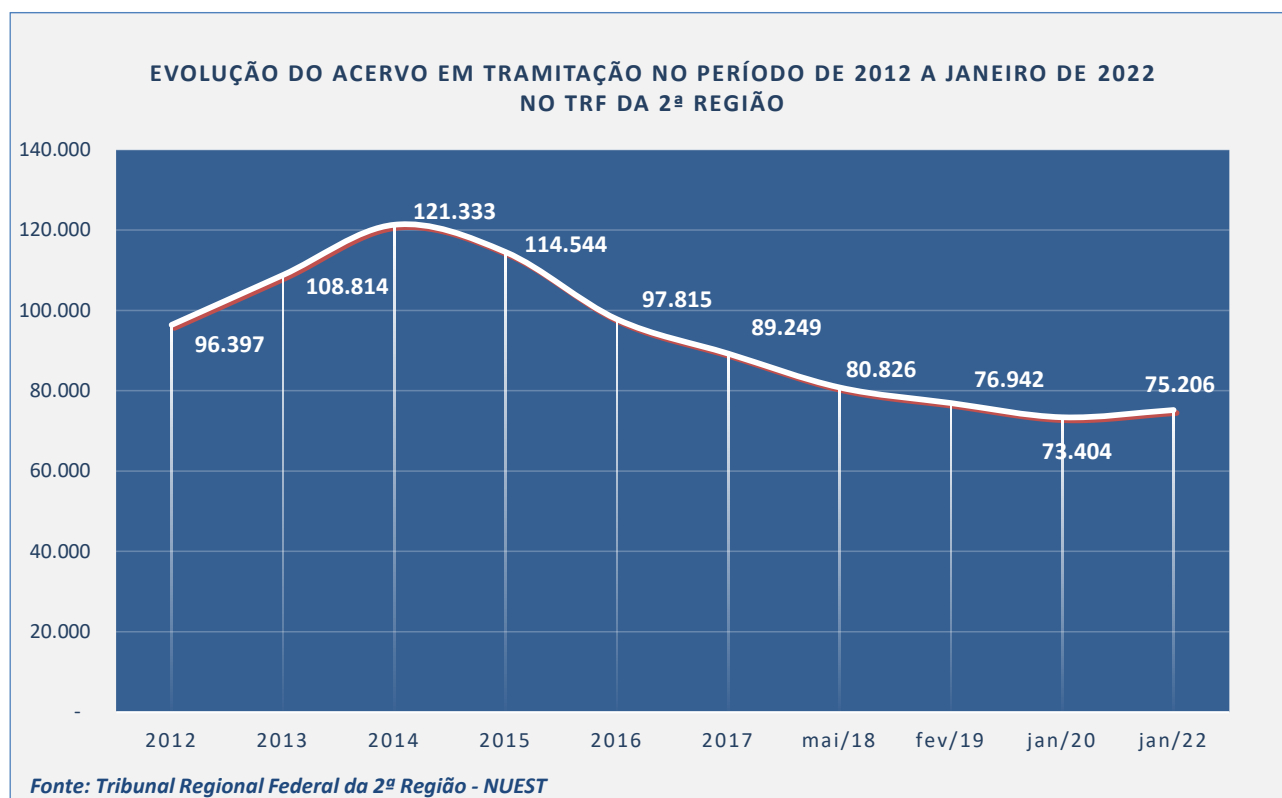
Ao analisar a tramitação ajustada do Tribunal de maneira mais detalhada percebe-se, conforme resultado apresentado no gráfico a seguir, que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de fevereiro/2021 a janeiro/2022, redução do acervo. Porém, a 1ª Seção foi a única a apresentar índices de aumento da tramitação para a maioria dos gabinetes.

Apesar da redução da tramitação em quatorze gabinetes, o Tribunal apresentou, no período de fevereiro/2021 a janeiro/2022, elevação de 2,98% em seu volume de processos em estoque. Resultados negativos de outras unidades contribuíram para essa queda.



Obtidos os índices de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada na inspeção de 2012 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

Nesse contexto, observa-se que o acervo do TRF da 2ª Região era crescente até o início de 2014, quando ocorreu a inversão da curva de tramitação. Em 2012, tinha-se um acervo de 96.397 processos em tramitação, subindo, no início de 2014, para 121.333 feitos. No período posterior, isto é, de 2014 até janeiro/2022, o estoque em tramitação atingiu um decréscimo final de 38,01%, comparativamente ao maior nível observado da curva, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

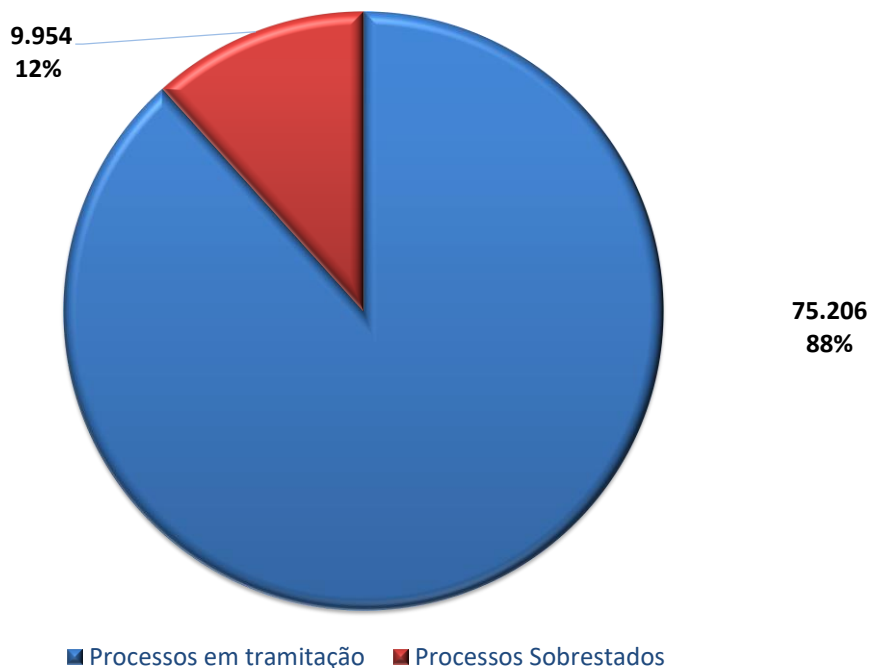


A análise da curva em referência demonstra que o Tribunal tem envidado os devidos esforços na melhoria dos indicadores de produtividade, pois revela que o número de processos pendentes de julgamento na Corte em janeiro de 2022 (75.206) está, após um claro aumento de acervo (121.333) até 2014, abaixo do patamar iniciado em 2012 (96.397).

Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

O TRF da 2ª Região possui, globalmente, 89.511 processos em tramitação, dos quais 14.305 (15,98%) estão suspensos/sobrestados.

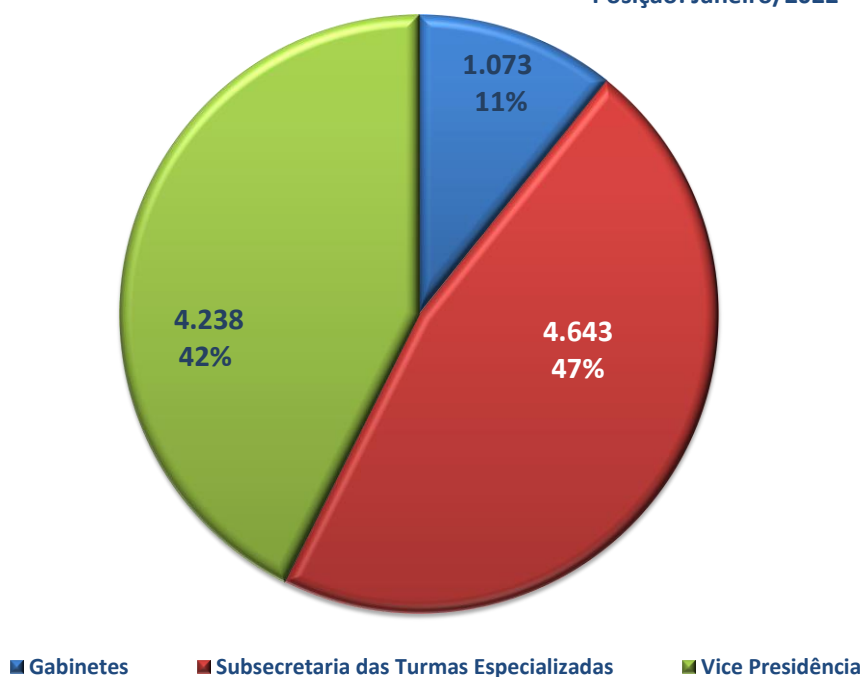
TRF2 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal
Posição: Janeiro/2022



Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 42% (4.238) estão localizados na Vice-Presidência, 47% (4.643) nas Subsecretarias das Turmas e 11% nos gabinetes dos desembargadores (1.073).

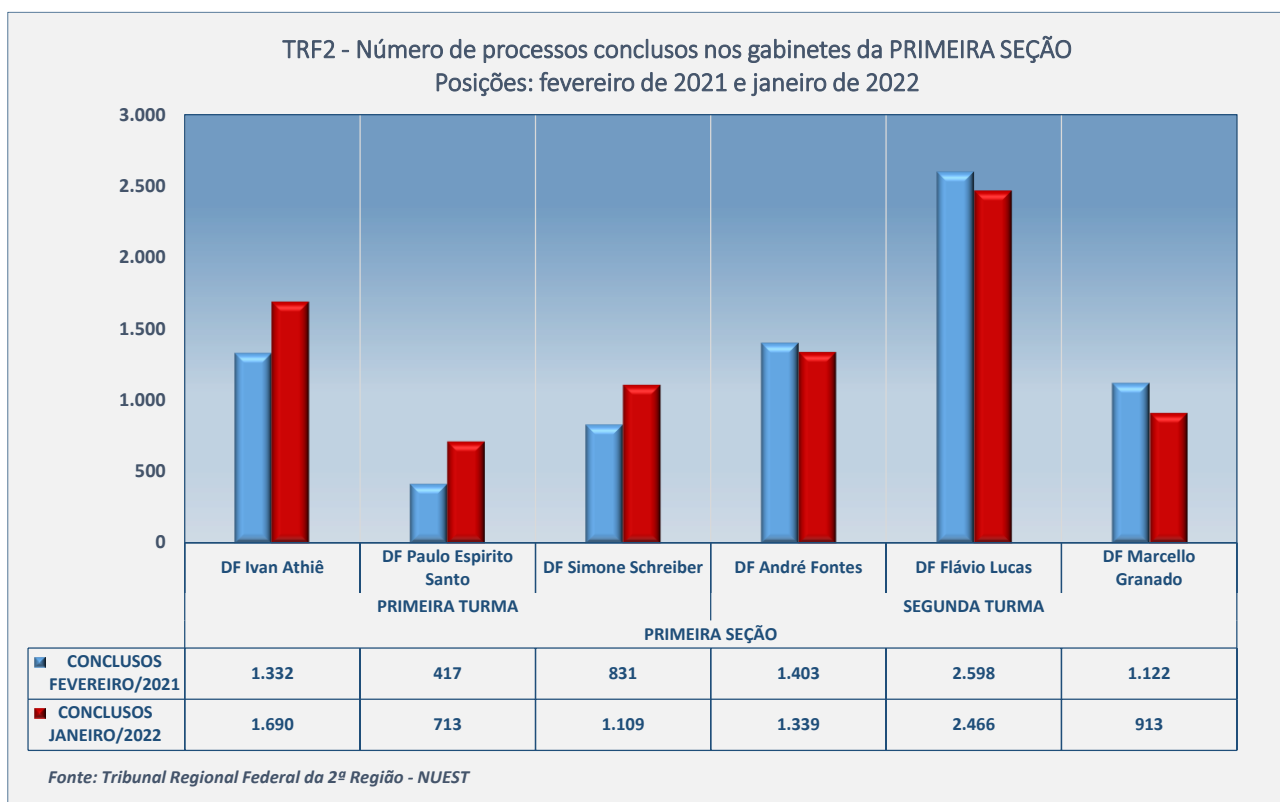
TRF2 - Processos sobrestados nas turmas, Vice-Presidência, e nos gabinetes

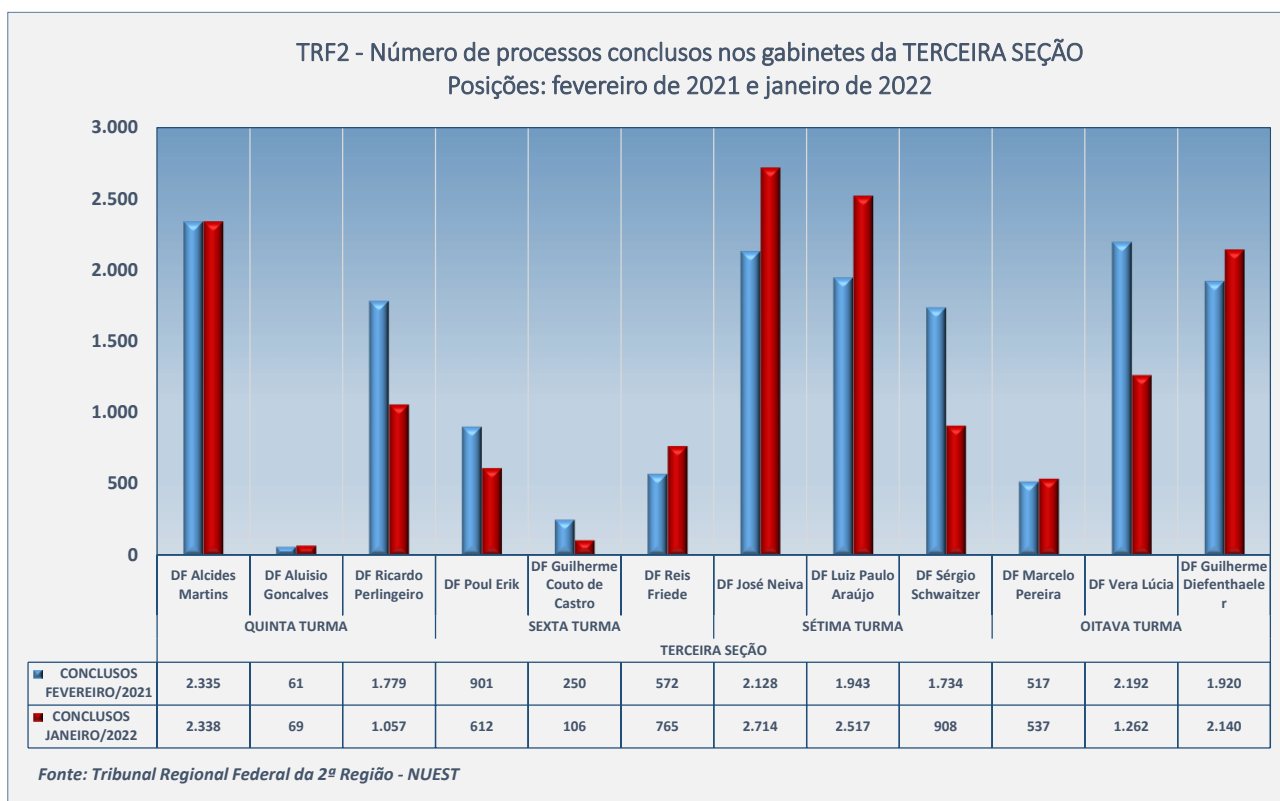
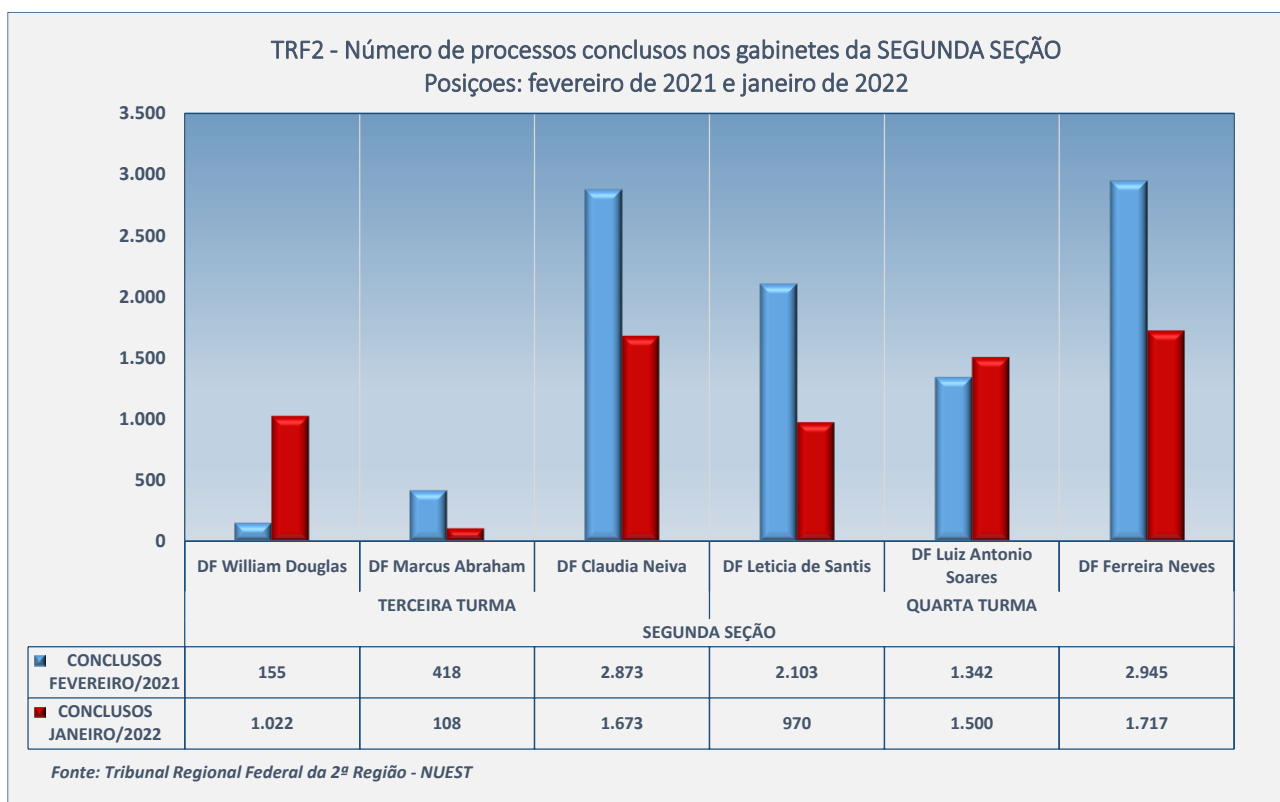
Posição: Janeiro/2022



O quarto indicador trata da análise comparada dos processos conclusos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

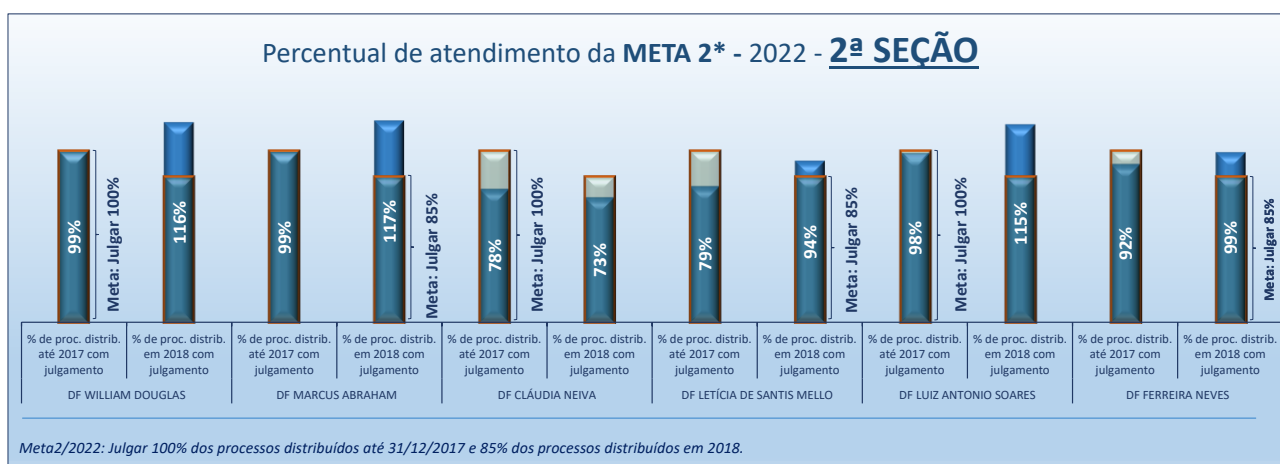
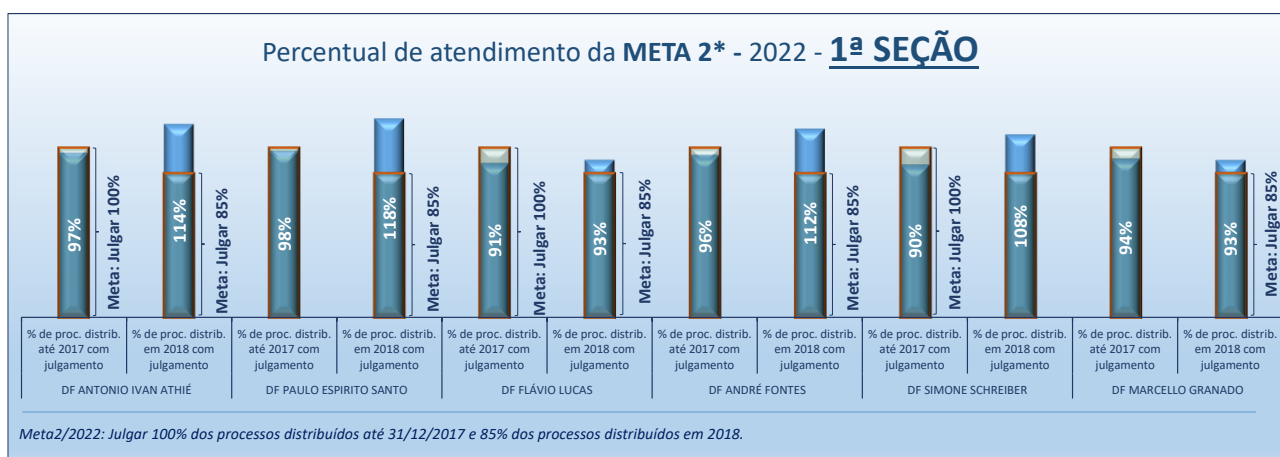
Como já registrado na inspeção levada a efeito em 2018 e 2020, ainda hoje persiste uma considerável variação do número de feitos conclusos em cada uma das unidades inspecionadas que julgam a mesma matéria. Numa comparação entre extremos dentre gabinetes com a mesma especialização, observa-se que no mais crítico, da 3ª Seção, constam 2.714 processos conclusos, contra apenas 69 feitos naquele que revelou melhor resultado. Ou seja, 39,3 vezes maior que o mais enxuto.

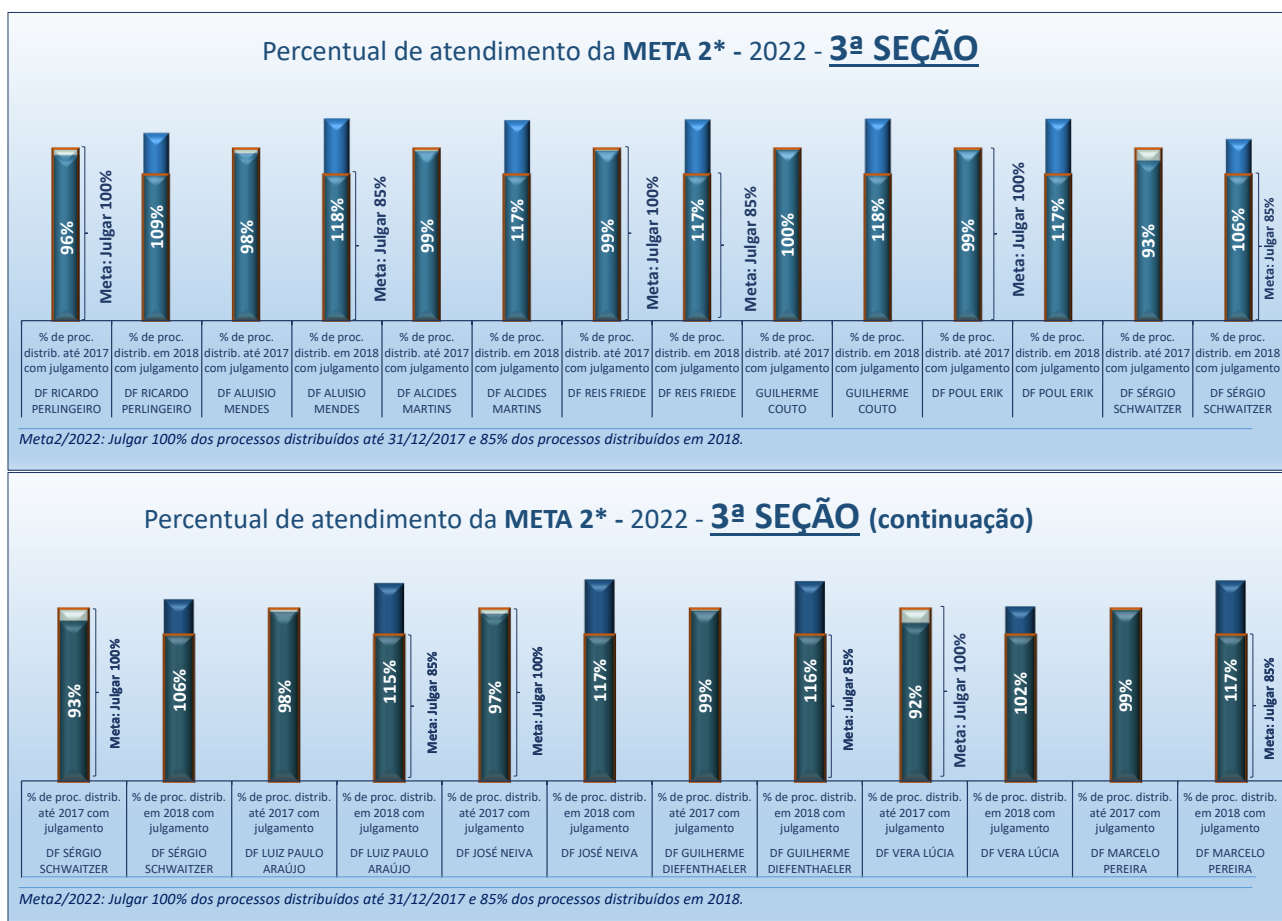




Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual dos gabinetes, o perfil geral do acervo de processos sem primeiro julgamento, e seu tempo de tramitação, a partir da data da primeira distribuição no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2022 do CNJ (julgar os processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2017 e em 2018, sem primeiro julgamento), que, em janeiro de 2022, somavam 2.724 em tramitação, o que corresponde a 3,62% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2022, por gabinete, onde a primeira coluna, do respectivo gabinete, apresenta a meta a ser cumprida, e o percentual de processos com distribuição até 2017 que foram julgados até a presente data (Meta: julgar 100%), e a segunda coluna o percentual de processos com distribuição em 2018 (Meta: julgar 85%) e que já receberam o primeiro julgamento.





Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que em relação à Meta 3/2020 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos feitos distribuídos, a Corte Regional fomentou 3,02% dos processos novos do Tribunal.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, igualmente, elaborar diagnóstico amplo de cada Corte Regional.

Além do diagnóstico da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com sua posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, o presente relatório traz, a título de exemplo, iniciativas gerais observadas na Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Secretaria de Atividades Judiciárias, sem deixar de olvidar as iniciativas das demais unidades inspecionadas, cujas boas práticas constam dos relatórios específicos.

Dentre as iniciativas da Presidência, está a instituição do Grupo de Apoio aos Gabinetes do TRF2. Com estrutura vinculada diretamente à Presidência da Corte, o grupo tem por objetivo “ampliar, mediante prévia solicitação e por prazo determinado, a força de trabalho dos Gabinetes dos Desembargadores e das Desembargadoras Federais, visando ao incremento de sua produtividade em regime de mutirão itinerante e rotativo”, (artigo 1º da Resolução TRF2-RSP-2021/00025).

Na esfera das atividades desenvolvidas pela Vice-Presidência, destaque para a transformação tecnológica, que não só viabilizou o trabalho remoto, como garantiu recordes de produção. A Inteligência Artificial, presente em várias ferramentas do sistema eproc, adotado a 2ª Região, foi notoriamente implementada durante a pandemia.

Na Corregedoria Regional, destacam-se: a implementação do Plano Anual de Trabalho pela Corregedoria, incluídas as unidades que mais necessitam de apoio para o cumprimento das metas do CNJ e, especialmente, para redução/eliminação de processos com conclusão vencida; a revisão e automação de processos de trabalho; e, a disseminação de conhecimento.

Quanto ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP, destaque para a criação do Boletim do NUGEPNAC, criado para divulgar os precedentes qualificados mais relevantes para a jurisdição federal, além de ter desenvolvido o primeiro vídeo tutorial do NUGEPNAC, usado para orientar os usuários a respeito de como suscitar um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR. Ressalta-se, ainda que a Resolução TRF2-RSP-2021/00069, de 13 de setembro de 2021, instituiu o Centro de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Por fim, vale mencionar que Núcleo passou a fazer constar no assunto dos e-mails de divulgação de temas o ramo do direito referido, de forma a facilitar a identificação, pelo usuário, das matérias de maior interesse.

As unidades da Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ que prestam atendimento ao público externo aderiram ao uso do Balcão Virtual, ampliando, assim, os canais de comunicação disponibilizados, possibilitando que maior quantidade de usuários tenha acesso remoto ao atendimento, com a mesma qualidade do serviço prestado presencialmente. Esta iniciativa tem se mostrado bem-sucedida na medida em que, mesmo com a retomada do atendimento presencial, o Balcão Virtual tem sido muito procurado pelo público externo.

Por outro lado, considerando-se os resultados alcançados pelo Tribunal e as restrições orçamentárias, com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da Administração Pública, conclui-se que o TRF2 vem prestando adequadamente a jurisdição. Cabe, contudo, buscar o aprimoramento dos serviços públicos ali oferecidos mediante a adoção das recomendações gerais a seguir indicadas, que deverão ser respondidas pelo Presidente do Tribunal no prazo de 60 dias:

- analisar a possibilidade de alteração regimental quanto às matérias atualmente afetas à competência da 1ª Seção, com especialização e separação das áreas criminal e previdenciária;

- disponibilizar com maior antecedência os votos já incluídos em pauta, para aperfeiçoar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressalvados casos específicos, sugerindo-se o prazo de uma semana antes de cada sessão;

- aperfeiçoar a metodologia em vigor com relação à revisão dos processos criminais, sem necessidade de elaboração prévia de “voto-revisor” minucioso, documento que, no caso de julgamento unânime futuro, acaba sendo desconsiderado, tornando mais célere a inclusão dos feitos em pauta de julgamento e diminuindo o tempo de sua tramitação; e

- Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Presidência

2.2 Competência

As atribuições do Presidente estão dispostas no Regimento Interno do Tribunal em seu art. 22, especialmente, a representação do Tribunal Regional Federal e o exercício das atividades administrativas e jurisdicionais afetas à Presidência. Destaque-se, exemplificativamente, a apreciação dos pedidos de suspensão de execução de medida liminar ou sentença em ação mandamental, ação civil pública ou outras hipóteses previstas em lei; dos pedidos de liminar em mandado de segurança durante o recesso forense, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que demandem urgência, bem como pedidos de livramento condicional, incidentes de indulto, anistia e graça; a expedição de ordens de pagamento devido pela Fazenda Pública Federal, nos termos do art. 100 da CRFB/88; expedição de atos indispensáveis à disciplina dos serviços e à segurança institucional do Tribunal; presidir as sessões do Órgão Especial, Plenário e Conselho de Administração.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Messod Azulay Neto, tendo sido eleito Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na sessão plenária realizada em 3/12/2020 para o biênio 2021/2023, tomando posse no dia 8/4/2021. Na Presidência, há 3 Juízes Federais convocados para prestarem auxílio, durante o mesmo biênio sem prejuízo de suas respectivas jurisdições. São eles: Dra. Andrea Cunha Esmeraldo e Dr. José Arthur Borges Diniz (TRF2- ATP-2021/00127), Dr. Ronald Krueger Rodor (TRF2-ATP- 2021/00192).

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Messod Azulay Neto tomou posse como Presidente do TRF2 em 8/4/2021, assumindo um acervo de 11 processos em tramitação perante à Presidência (dado fornecido pelo Núcleo de Estatística do TRF2). Anteriormente, atuava como Vice Presidente do TRF2, deixando em trâmite nesse órgão 10.156 processos (dado fornecido pelo Núcleo de Estatística do TRF2).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Reis Friede, que exerceu o cargo de Presidente do TRF2 no biênio 2019/2021 até a posse do atual Presidente Messod Azulay Neto em 8/4/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Helena Constant Loureiro da Motta - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|--|
| Servidores efetivos | No Gabinete da Presidência: 18 servidores; no Gabinete Messod Azulay Neto, 18 servidores; no Grupo de Apoio aos Gabinete, 12 servidores. |
| Servidores sem vínculo | No Gabinete da Presidência, 3 servidores sem vínculo; no Gabinete Messod Azulay Neto, 1 servidor sem vínculo. |
| Estagiários de nível médio | Não se aplica |
| Estagiários de nível superior | 1 Estagiário |
| Outros | Não se aplica |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Inspeção ordinária CJF 2020 - "O acompanhamento e finalização da implantação do sistema de monitoramento na Seção Judiciária do Espírito Santo, de forma integral" e "A disponibilização de relatórios no portal de estatísticas que auxiliem na identificação das prioridades legais (p. ex. Idosos com mais de 80 anos, pessoa com deficiência, menores de idade, pessoas com doença grave)".

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto à primeira, a Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo prestou informações pelo Ofício JFES-OFI/01251, esclarecendo, em última análise, que "todas as unidades contam com monitoramento interno e externo, conforme quantitativo de equipamentos demonstrado na planilha que compõe a informação, não havendo solução de continuidade das imagens, as quais ficam armazenadas em tempo razoável". Em relação à segunda recomendação, os relatórios para identificar as prioridades legais já se encontram disponibilizados no Portal de Estatísticas do Tribunal Regional da 2ª Região.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e

relato de boas práticas e resultados alcançados.

No tocante à atuação da Presidência e, sem a intenção de exaurir as boas práticas em andamento, merecem destaque: quanto ao acervo de processos judiciais, sem mais proc físicos ativos pendentes de digitalização, todos convertidos em eletrônicos e migrados para o sistema eproc; finalizada a migração do sistema Apolo ao Eproc, sendo o acervo de processos em tramitação nesta Corte total/eletrônico em um único sistema; foi editada a RES TRF2-RSP-2021/00025, instituindo o Grupo de Apoio aos Gabinetes do TRF2 com o objetivo de ampliar a força de trabalho dos gabinetes, visando ao incremento de sua produtividade, observando a duração razoável do processo e cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ; esta Presidência esta envidando esforços em cumprir com rigor os prazos estabelecidos pelo CJF/CNJ; conclusão de estudo que objetiva a redução do número de comissões, comitês e grupos de trabalho, priorizando os instituídos por força de determinação do CNJ e CJF.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Danielle Peres da Silva - Assessora Executiva - Matrícula 11157; Juliana Silva Furley dos Santos - Assessora Judiciária - Matrícula 11725.

7. Existem quantos processos disciplinares instaurados contra magistrados? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e os relatores).

Atualmente existe um processo administrativo disciplinar em face de magistrado em tramitação: 0006007-40.2005.4.02.0000 Relatora: Des. Fed. Leticia de Santis Mello Processado: Juiz Federal Macario Ramos Judice Neto Data da instauração do PAD - 21/6/2010.

8. Como a unidade formaliza a comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Os resultados dos julgamentos são comunicados mediante a expedição de ofício, encaminhando o inteiro teor do julgado à Corregedoria Nacional de Justiça - Conselho Nacional de Justiça, na forma da Resolução n. 135/2011, com a postagem no PJe-CNJ, e à Presidência do Conselho da Justiça Federal, por malote digital.

9. Qual a competência jurisdicional da Presidência?

No que concerne à atividade jurisdicional, de acordo com o art. 22 do RI, compete ao Presidente decidir sobre os pedidos de suspensão da execução de medida liminar e de sentença em mandado de segurança, ação civil pública e outras hipóteses previstas em lei; os pedidos de liminar em mandado de segurança durante o recesso do Tribunal, podendo, ainda, nesse mesmo período, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que reclamem urgência, além dos pedidos de livramento condicional e os incidentes de indulto, anistia e graça. Também o artigo 155 do RI dispõe que, nas sessões de julgamento do Plenário e o Órgão Especial, o Presidente somente proferirá voto: I - em matéria constitucional; II - em sede administrativa e III - quando ocorrer empate, salvo o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do mencionado artigo.

10. Como é a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há 18 servidores lotados no GabPres, 18 no GabMA e 12 no Grupo de Apoio aos Gabinetes, todos em atividade-fim. Os Gabinetes são divididos em 4 grupos, contando, ainda, com 2 Assessorias - de Apoio Especializado e de Revista, que tratam de assuntos

inerentes às Comissões e publicações, respectivamente. As principais atribuições, por equipe, são o assessoramento do Presidente nas atividades relacionadas à/ao(s): (i) governança, gestão administrativa e financeira; (ii) atos de pessoal, pagamentos de precatórios, sindicância e RPVs e pautas das sessões do Conselho de Administração do Tribunal; (iii) determinações e recomendações do CNJ e do CJF, pedidos de suspensão de liminar, pautas das sessões do Pleno e Órgão Especial do Tribunal e do CJF, informações solicitadas pela AGU e convênios; (iv) assuntos que aludem a eventos de representação da Presidência e integração com demais Unidades. O Grupo de apoio elabora minutas para incremento da produtividade dos Gabinetes, em regime rotativo.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, não há servidores que exerçam suas atividades em regime de teletrabalho, contudo, a partir de setembro de 2022, um servidor iniciará atividade nesse regime. Por sua vez, mister esclarecer que a Resolução n. 15 de 15/2/2022 deste Tribunal estendeu até o dia 31 de março de 2022 o regime de trabalho remoto. No entanto, todos os servidores desta unidade estão exercendo suas atividades em regime híbrido, tendo em vista a necessidade do serviço e conforme autorização do artigo 2º da referida Resolução.

11.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

O teletrabalho será integral para o servidor que iniciará esse regime em setembro de 2022.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A meta de desempenho estipulada ao servidor em regime de teletrabalho será, em princípio, superior em 10% (dez por cento) a dos servidores que executam a mesma atividade presencialmente.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O servidor em regime de teletrabalho será acompanhado pela chefia imediata, em conjunto com os gestores das unidades, monitorando o cumprimento das metas estabelecidas e avaliando a qualidade do trabalho apresentado. Verificado o descumprimento da cota, o servidor prestará esclarecimentos à chefia imediata, após o que, se decidirá sobre a necessidade ou não de suspensão do trabalho remoto.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos e eletrônicos).

O acervo de processos judiciais da Presidência é pequeno, considerando a sua competência jurisdicional. Tanto os processos judiciais quanto os expedientes administrativos são separados por assunto e distribuídos entre os servidores.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são eletrônicos e são organizados em localizadores do sistema eproc e os expedientes administrativos são organizados no sistema sigadoc.

14. Como ocorre o controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

O Tribunal dispõe de um Portal de Estatísticas, de onde se podem extrair diversos relatórios para acompanhamento e controle do acervo. As medidas urgentes, logo que chegam ao gabinete, são imediatamente analisadas e decididas, assim como os agravos internos e os embargos de declaração.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

É realizado, mensalmente, o controle de processos sem movimentação através dos relatórios extraídos do Portal de Estatísticas.

16. Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

São estabelecidas metas individuais de acordo com a complexidade do trabalho a ser desempenhado, bem como considerando a função que o servidor exerce. As metas coletivas são estabelecidas conforme a divisão das equipes mencionadas no item 10, sempre tendo em mira os pilares da celeridade, eficiência, publicidade e moralidade.

17. Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Em que pese a ausência de previsão de política de recompensas vinculada ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, nesta unidade, adota-se como critério para designação das funções comissionadas o da produtividade quantitativa e qualitativa, bem como o atingimento de metas, de modo a estimular a atuação eficiente dos servidores.

18. São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Sim. São utilizados modelos para facilitar os trabalhos. Todas as decisões elaboradas passam a integrar o acervo do gabinete e permanecem armazenadas em pasta virtual compartilhada com todos os servidores. Da mesma forma, todos os modelos de ofícios e despachos administrativos são armazenados no sistema sigadoc de modo a agilizar e uniformizar as manifestações da Presidência.

19. Como é realizada a capacitação dos servidores?

Os servidores da unidade são incentivados a participar dos cursos oferecidos pelo Tribunal e, periodicamente, são realizadas reuniões para orientação das equipes. Nessas oportunidades, busca-se, além do compartilhamento de conhecimentos específicos sobre os conteúdos do trabalho propriamente dito, também, a coesão da equipe no tocante às interações humanas e socioafetivas.

20. Como é realizado o atendimento aos advogados e às partes?

O atendimento é realizado presencialmente, por telefone, por e-mail e por videoconferência.

21. Qual o horário de expediente?

O horário do expediente é de 11h às 19h.

22. Qual o normativo que regulamenta as sessões virtuais? Qual a periodicidade?

As sessões virtuais são regulamentadas pela Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058, de 20 de julho de 2021. No âmbito do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho de Administração são realizadas mensalmente.

23. São realizadas sessões por videoconferência? Qual o normativo que as regulamenta?

Sim. Resolução n. TRF2-RSP-2020/00016, de 22 de abril de 2020, alterada pela Resolução n. TRF2-RSP-2020/00029, de 1º de julho de 2020.

24. Há normativo que disciplina a marcação e escala de férias para os desembargadores do Tribunal? (Detalhar o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção).

Art. 22, XVIII, do Reg. Interno e Resoluções 30/2005 deste TRF e 130/2010 do CJF. A Presidência anualmente expede Ofício Circular para os desembargadores e juízes convocados para que indiquem as datas dos trintídios de férias para fruição no ano

seguinte, a fim de que seja elaborada a escala de férias. As intenções de férias são encaminhadas à Presidência por meio de Ofício, no Sistema SIGA-DOC, e após Despacho autorizando a inclusão, os mesmos são encaminhados ao NUMAG para elaboração da escala de férias. Todos os ofícios de marcação e alteração são compilados em um Processo Administrativo. É, então, elaborada a minuta da escala e uma informação contendo todos os detalhes das marcações e alterações, ambas anexadas ao referido Processo Administrativo, para apreciação e assinatura da Presidência. Ao longo do ano esse procedimento se repete, conforme os ofícios que são apresentados pelos desembargadores e juízes convocados, para as escalas de férias que visam a alteração da escala geral.

25. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Há formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

A matéria é integralmente disciplinada pelo Regimento Interno do TRF2, por meio de seus artigos 48 a 51. A escolha ocorre entre juízes federais titulares que integrem o quinto mais antigo da lista de antiguidade. Havendo impossibilidade de adoção deste critério, leva-se em consideração a primeira metade da lista de antiguidade. Há manifestação da Corregedoria Regional e, em seguida, a convocação é submetida ao Órgão Especial, mediante distribuição a um relator, que não será o Presidente, nem o Corregedor Regional. Após apreciação pelo Colegiado, a Presidência formaliza a convocação por meio da expedição do respectivo Ato. Apenas em situações excepcionais, onde constatada a ausência de tempo hábil para sujeição da matéria ao Colegiado, aliada à premência na convocação visando a não interrupção da prestação jurisdicional, o Ato da Presidência, após manifestação do Corregedor Regional, é expedido *ad referendum* do Órgão Especial.

26. Quais os critérios e procedimentos utilizados para remoção de juízes? Existe a formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

A matéria é disciplinada pelo Regimento Interno (art. 247), que, na hipótese de vacância, prevê a expedição de edital de remoção. As inscrições ocorrem em sistema eletrônico próprio, no prazo de 20 dias, contados do dia útil posterior ao da publicação do edital. No ato da inscrição, o juiz deve optar por um ou mais juízos, em ordem de preferência. A Corregedoria remete a relação dos inscritos aos Membros do Órgão Especial, manifestando-se sobre a regularidade dos serviços afetos a cada juiz. No caso de mais de um juiz inscrever-se para o mesmo juízo, será deferido o pleito do mais antigo. Nas hipóteses de remoção por permuta, os juízes mais antigos nas especialidades/localidades envolvidas são cientificados a fim de se manifestarem em 5 dias. O magistrado removido para a 2ª Região, ainda que em decorrência de permuta, ocupará o último lugar na lista de antiguidade para fins de promoção dentre aqueles que ocupem o mesmo cargo. Todas as remoções são submetidas ao Órgão Especial.

27. Existe a participação da Corregedoria Regional?

Sim. Há expressa previsão regimental (artigos 48 e 247) no sentido da necessária manifestação da Corregedoria-Regional nas hipóteses de convocação e remoção de magistrados.

28. Como é aferido o merecimento?

Nos termos do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal, na apreciação do merecimento serão levados em conta (I) o desempenho, (II) a presteza, (III) a segurança no exercício da jurisdição e (IV) a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento de

magistrados, cabendo ao Corregedor Regional centralizar a coleta de dados para avaliação dos itens I a III, e ao Diretor-Geral da EMARF prestar as informações concernentes ao IV. Após consolidação dos dados, a Presidência providencia o seu compartilhamento entre os membros do Plenário, em atenção ao § 6º do mencionado artigo, que assim dispõe: "§ 6º. Todos os registros serão participados aos membros do Plenário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que os autos possam ser levados à primeira sessão ordinária do Colegiado."

29. Existe a elaboração de escala geral dos plantões realizados?

Sim, a escala geral de plantão, no âmbito do TRF2, observa o disposto na Resolução n. 7/2005-TRF2 e é aprovada pelo E. Plenário desta Corte, com a posterior expedição do Ato, assinado pela Presidência, da escala de plantão dos Exmos. Desembargadores Federais do TRF2, relativa aos sábados, domingos e feriados. A escala geral de plantão para o ano 2022 foi tornada pública por meio do Ato n. TRF2-ATP-2021/00465, de 4/11/2021. A escala geral e as alterações posteriores, bem como os pedidos e autorizações de compensação de plantões, são compilados em um Processo Administrativo, o atual é o de n. TRF2-PES-2021/01173. Ao longo do ano, esse procedimento se repete, conforme os Ofícios que são apresentados pelos Desembargadores para alteração do plantão, com vistas a expedição de novo Ato de alteração, como por exemplo, TRF2-ATP2022/00050.

30. A unidade possui plano de gestão?

A Presidência atua no direcionamento da gestão de programas, planos, iniciativas e processos organizacionais, de acordo com as necessidades e expectativas de magistrados, servidores e da sociedade. Nesta linha de trabalho, encontra-se em fase de elaboração um plano de gestão (Resolução TRF2 n. 49/2021) que tenciona abarcar de forma sistêmica as ações já planejadas e as que se encontram em curso, para maior efetividade nos resultados apresentados pela Justiça Federal da 2ª Região.

30.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A unidade possui quadro de servidores compatível com o volume de trabalho e estes são qualificados para o exercício das funções. No tocante aos recursos materiais, a unidade encontra-se suficientemente equipada para a prestação do serviço. Os sistemas sigadoc e eproc atendem às exigências ordinárias do serviço, bem como a unidade está guarnecida de equipamentos necessários ao exercício das funções dos servidores. |
| b) gestão do trabalho | A unidade é gerida pela Chefia de Gabinete por meio do planejamento, com auxílio da Assessoria para monitoramento da execução das ações. |
| c) resultados | Os resultados até o presente momento são satisfatórios e as metas impostas são devidamente cumpridas. Contamos, para tanto, com uma equipe bastante competente e colaborativa. |

30.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A Presidência analisa iniciativas que são vinculadas aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região (PLJUS), instituído por meio da Resolução TRF2-RSP-2021/00049. Estes objetivos é que direcionam as ações das áreas judicial e

administrativa da JF2.

30.3 Quais ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

De acordo com o PLJUS, são desenvolvidas iniciativas e processos organizacionais que visam atender aos objetivos estratégicos. Estas iniciativas compõem o Programa da Justiça Federal (PROG2), que contempla os seguintes instrumentos: I - o Plano de Logística Sustentável; II - o Plano Anual de Contratações; III - o Plano Anual de Capacitação; IV - o Plano de Tratamento de Riscos do macroprocesso de contratações; V - Plano de Comunicação da Estratégia (PLC2). Outros instrumentos podem ser implementados, de acordo com a conveniência da Administração.

31. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho realizado de forma remota, desde que comprovadamente mais produtivo que o trabalho presencial, poderia ser uma alternativa a ser estudada para futura implementação, com o objetivo de reduzir custos em instalações e serviços fixos existentes atualmente no regime presencial. Ressalta-se que, no âmbito deste Regional, todos os processos ativos estão migrados para o sistema eproc, o que facilita sobremaneira o exercício do trabalho remoto. Esta alternativa, todavia, deve ser estudada com cuidado, em função das diversas variáveis que compõem os cenários interno e externo da JF2.

32. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Messod Azulay Neto, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para o biênio 2021/2023, com posse em 8/4/2021.

Trata-se, assim, de gestão que se aproxima da metade do mandato, iniciada no período mais crítico da pandemia sanitária recente, enfrentando cenário atípico de adaptação a regimes híbridos de desempenho de tarefas cotidianas. Percebe-se, contudo, que a equipe tem respondido bem às dificuldades enfrentadas, de modo que as informações coligidas na inspeção atestam o bom desempenho da unidade.

Em termos de estrutura de pessoal, a força de trabalho da unidade percebeu ligeiro incremento desde o último período de avaliação. Em 2020, eram 16 servidores efetivos no Gabinete da Presidência, 19 no Gabinete do Desembargador Federal Presidente (2 sem vínculo), e 4 estagiários. Atualmente, a gestão conta com 21 servidores no Gabinete da Presidência (3 sem vínculo), 19 servidores no Gabinete do Desembargador Federal Presidente (1 sem vínculo), e 1 estagiário. Estima-se que tal aporte, de raridade no momento atual de contenção financeira, é de grande valia para o desempenho da multitude de tarefas do órgão (e, de fato, pontuou-se no questionário prévio que a força de trabalho é compatível com o volume de demanda da unidade), especialmente diante das peculiaridades decorrentes das medidas de isolamento social, que repercutem destacadamente em órgãos de gestão.

De fato, a partir das informações levantadas durante a inspeção, constata-se que a racionalização da alocação de pessoal e esforços de trabalho no Tribunal é um dos focos

da gestão. Assim, dentre os projetos do biênio, foi relatada a conclusão de estudo destinado à organização e redução dos grupos de trabalho, comitês e comissões existentes na Região, alinhando-os com as exigências do CJF/CNJ.

De maneira concomitante e correlata, e como iniciativa inovadora a merecer destaque no âmbito da Justiça Federal, foi instituído o Grupo de Apoio aos Gabinetes do TRF2, estrutura vinculada diretamente à Presidência da Corte com o objetivo de “*ampliar, mediante prévia solicitação e por prazo determinado, a força de trabalho dos Gabinetes dos Desembargadores e das Desembargadoras Federais, visando ao incremento de sua produtividade em regime de mutirão itinerante e rotativo*” (artigo 1º da Resolução TRF2-RSP-2021/00025 que instituiu o grupo). A equipe de apoio atualmente é composta por 12 servidores, que atuam, de regra, por 4 meses junto a cada gabinete, para elaboração de minutas de atos judiciais. O regramento da atividade estabelece a organização interna do grupo de apoio e as obrigações assumidas pelos gabinetes que adiram ao sistema, inclusive no tocante ao controle de resultados esperados. Estima-se que os resultados do arranjo possam, em médio prazo, ser estudados para eventual replicação em outras Regiões.

Está em curso, ainda, a expansão das Seções Especializadas, por força das disposições da Lei n. 14.253/2021, que acresceu 8 vagas de Desembargador Federal ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cada vaga será alocada em uma das Turmas do Tribunal, sendo que, ao momento da confecção deste relatório, duas já haviam sido preenchidas (por antiguidade e por merecimento), e o Plenário da Corte estava à iminência da votação para preenchimento de mais duas vagas. A operacionalização deste procedimento (em termos de reorganização administrativa) é integrada, em paralelo e em parceria com a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, com iniciativas referentes ao Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 345/2020), destacadamente a criação de Núcleos de Justiça 4.0 previstos na Resolução CNJ 385/2021, a partir da conversão de unidades de origem dos Juízes promovidos e redistribuição dos acervos respectivos, conforme atos normativos próprios (Resoluções TRF2-RSP 2022/0014, 2022/0029, 2022/0024, 2022/0097 e 2022/0129). Os Núcleos de Justiça 4.0 são estruturas especializadas em razão da matéria com competência territorial ampliada, voltados à tramitação inteiramente digital de feitos, inclusive no tocante a sessões de julgamento, audiências e demais atos processuais. A 2ª Região foi a primeira instituição da Justiça Federal a criar unidades nestes moldes (um núcleo em cada Seção da Região, com especialização em saúde), nos termos da Resolução TRF2-RSP-2021/0035 e Portaria TRF2-PTP-2021/00256.

Neste contexto, ao tempo da inspeção o prédio sede do Tribunal encontrava-se, em alguns andares, com obras de ampliação e adaptação para receber espaço adequado ao aumento de número dos membros da Corte. A movimentação e alocação de pessoal para formação de estrutura de apoio e assessoria aos gabinetes dos novos Desembargadores Federais têm merecido atenção específica da Administração do Tribunal, em razão da notória falta de força de trabalho para fazer frente aos desafios da implementação da Lei n.

14.253/2021 com a instalação dos novos gabinetes com estrutura e capacidade operacional necessária ao exercício das atribuições funcionais respectivas.

Em outro prisma, destaca-se, ainda, o atendimento das recomendações formuladas na inspeção anterior. Com efeito, a equipe de inspeção pôde aferir pessoalmente o funcionamento do portal de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que dispõe de ampla variedade de quadros demonstrativos de dados, inclusive com opções de personalização, conforme o caso. Inclusive, em consulta às unidades judiciárias inspecionadas pela equipe, colheu-se que os dados disponibilizados atendem satisfatoriamente às necessidades gerais cotidianas do trabalho, embora tenha sido levantada a necessidade de disponibilização de manuais e tutoriais às unidades judiciárias, para esclarecimento das funcionalidades disponíveis.

Por outro lado, há registro documental expresso da Diretoria do Foro da Subseção do Espírito Santo, ao qual a equipe de inspeção teve acesso (Ofício JFES-OFI/01251, conforme informado pela unidade em questionário prévio), de que as Subseções Judiciárias respectivas dispõem de sistema de segurança, com monitoramento por imagem interno e externo. Os equipamentos utilizados são controlados por meio de dois contratos específicos (Processo JFES-EOF-2017/0045 – Contrato 34/2017, e Processo JFES-EOF- 2016/00306 – Contrato 18/2017), sendo que parte integra o patrimônio da Seção e parte é locada.

Esta a distribuição dos aparelhos, segundo o informado pela Diretoria do Foro da Seção de Espírito Santo:

| LOCAL | CAMERAS INTERNAS | CAMERAS EXTERNAS |
|------------|------------------|---------------------|
| SEDE | 99 | 22 |
| COLATINA | 06 | CONTROLADA PELO MPF |
| SÃO MATEUS | 06 | 11 |
| SERRA | 29 | 08 |
| LINHARES | 11 | 05 |
| CACHOEIRO | 18 | 08 |

Menciona-se, ainda, que desde abril/2020, logo após o início da pandemia sanitária, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região dispõe de regulamentação de sessões por videoconferência (Resolução TRF2-RSP-2020/00016).

Em termos de gerenciamento de demandas, constata-se que, à semelhança do apurado na inspeção anterior, o acervo judicial é módico (11 processos ao momento da posse), nada obstante a relativamente ampla competência da Presidência, segundo o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (artigo 22, cotejado nas respostas 2.2 e 9 do questionário prévio). Foi relatado à equipe de inspeção que processos judiciais e eletrônicos são agrupados por assunto (utilizando-se localizadores, no sistema eproc) para distribuição aos servidores, conforme a divisão interna de trabalho estabelecida na unidade, abordada abaixo. Há controle mensal da movimentação processual da unidade por meio de relatórios extraídos do Portal de Estatística.

Conforme apurado, a força de trabalho é agrupada em equipes, que assessoram o Presidente nos seguintes segmentos: (i) governança, gestão administrativa e financeira; (ii)

atos de pessoal, pagamentos de precatórios, RPV's, pautas das sessões do Conselho de Administração do Tribunal e sindicâncias; (iii) determinações e recomendações do CNJ e do CJF, pedidos de suspensão de liminar, pautas das sessões do Pleno e Órgão Especial do Tribunal e do CJF, informações solicitadas pela AGU e convênios; (iv) assuntos relativos a eventos de representação da Presidência e integração com outros órgãos e instituições.

Finalmente, quanto às competências institucionais e normativas afetas à administração da 2ª Região, aponta-se como salutar a previsão regimental (artigo 48) de que seja ouvida a Corregedoria Regional nos procedimentos de designação de Juízes para atuação do Tribunal, de modo a assegurar que a indicação seja acompanhada de crivo e acompanhamento do bom funcionamento da unidade judiciária de origem do magistrado convocado durante o período em que ausente de sua lotação original.

Assim, a partir dos múltiplos focos de análise empreendidos na inspeção, observa-se que a unidade indica o desempenho das atividades que lhes são afetas sem maiores dificuldades, sendo positiva a perspectiva de resultados para a segunda metade da gestão atual da Presidência e, de forma geral, no próximo biênio de avaliação.

33. RECOMENDAÇÕES

A partir de informações colhidas pela equipe de inspeção junto a outras unidades inspecionadas, recomenda-se apenas a disponibilização de tutoriais e manuais de operação do painel de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mantendo-se canal institucional de disponibilidade permanente junto às unidades judiciárias e de apoio, para debate de oportunidades de aperfeiçoamento dos quadros de dados disponíveis (inclusive com procedimento e fluxo de trabalho específico para formalização de demandas).

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Vice-Presidência.

2.2 Competência

O Vice-Presidente integra o Plenário e o Órgão Especial também nas funções de Relator, Revisor e Vogal, incumbindo-lhe decidir sobre a admissibilidade de recursos extraordinários, recursos especiais, recursos ordinários de habeas corpus e recursos ordinários em mandado de segurança quanto às matérias de competência das oito turmas do TRF2, sendo elas, Penal, Previdenciário, Propriedade Industrial, Tributário e Administrativo. O Vice-Presidente também atua nos processos de competência do Conselho de Administração.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Vice-Presidente Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O Desembargador assumiu o cargo de Vice-Presidente no dia 8 de abril de 2021, deixando de integrar, portanto, a Sexta Turma Especializada e a Terceira Seção Especializada. O acervo existente na Sexta Turma, quando assumiu o gabinete em 18 de dezembro de 2008, era de 3.716 processos em tramitação, incluindo aqueles da Seção e do Plenário. Na data da remoção para a Vice-Presidência, o acervo deixado foi de 1.561 processos. O acervo assumido na Vice-Presidência em 2021 foi de 5.700 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim, o Desembargador Messod Azulay Neto, atualmente Presidente do TRF2.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ana Cristina Lima Silvestre, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---|
| Servidores efetivos | 6 (gabinete da Vice-Presidência) e 17 (gabinete do Des. Guilherme Calmon) = 23 servidores |
| Servidores sem vínculo | 1 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 2 |
| Outros | Não se aplica |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo

| | |
|--|-------|
| Processos conclusos | 4.384 |
| Processos conclusos com réu preso | 0 |
| Processos conclusos com prioridades legais | 998 |
| Processos em tramitação | 8.584 |
| Processos suspensos/sobrestados | 41 |

4.2 Evolução do acervo no último ano

| | |
|---|-------|
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 4.384 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.022 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 41 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 20 |

4.3 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|---|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 0 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do colegiado | 0 |

4.4 Processos conclusos por última conclusão

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 633 |
| Ano anterior | 3.751 |
| 2º ano anterior | 0 |
| 3º ano anterior | 0 |
| 4º ano anterior | 0 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 0 |

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|--|--------|
| Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção) | 5.997 |
| Acervo em tramitação (ao final do mês anterior) | 8.584 |
| Total de Processos despachados | 16.774 |

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses

| | |
|--|-------|
| Admitidos - art. 1.030, V, CPC | 712 |
| Negado seguimento - art. 1.030, I, CPC | 9.953 |
| Encaminhados para retratação - art. 1.030, II, CPC | 1.016 |
| Sobrestados - art. 1030, III, CPC | 2.655 |

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|-----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 141 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 94 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Foram feitas as seguintes recomendações: 1) regularizar assim que possível o andamento processual no processo indicado no item 9 do relatório; 2) formalizar expediente para submissão à Presidência, para análise acerca da viabilidade de criação de um quadro/núcleo permanente mínimo de servidores para a Vice-Presidência, a fim de garantir a agilidade na análise da admissibilidade dos recursos dirigidos às Cortes Superiores, bem como a capacitação, sobretudo em períodos de transição com as trocas de gestores.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

1) Quanto ao andamento do processo indicado pela equipe da inspeção anterior, tombado sob o n. 00088858320154020000, informamos que os autos foram baixados e arquivados em dezembro de 2020, ainda naquela gestão, após o trânsito em julgado da decisão que homologou a desistência do recurso especial interposto. 2) Relativamente à recomendação de que fosse criado um quadro permanente de servidores na Vice-Presidência, cumpre ressaltar que a atual gestão já conta com uma estrutura de gabinete da Vice-Presidência que possui um quadro autônomo de servidores, inclusive com a permanência de uma servidora que trabalhava no gabinete do meu antecessor. 3) Houve também a capacitação dos servidores do meu gabinete no período de transição, com a participação em curso sobre gerenciamento de precedentes e admissibilidade recursal, ministrado por servidores do STF e do STJ em parceria com o TRF2, com a indicação de que fosse inserido, definitivamente, na grade anual de cursos neste tribunal.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há recomendações pendentes, conforme esclarecido no item anterior.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Controle estatístico permanente. Assessoras fazem triagem dos processos que são conclusos ao gabinete no sistema eproc, encaminhando-os para os localizadores das equipes que supervisionam em razão da matéria. Migração dos processos do sistema Apolo para o sistema eproc. As petições são analisadas pela Assessoria, que também se responsabiliza pela análise dos processos de competência do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho de Administração do TRF2. A Chefe de Gabinete é responsável pelos assuntos administrativos (controle de pautas de julgamento, pedidos de dia, liberação de acórdãos, demais expedientes). Há mutirão por ocasião de temas julgados (ex. Tema 69 do STF). Dificuldade em diminuir o acervo, pois a redução depende de julgamentos dos

Tribunais Superiores. A Vice-Presidência apresentou projeto de Inteligência Artificial em 2021, aprovado pela Presidência deste Tribunal.

7. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Ana Cristina Lima Silvestre, Chefe de Gabinete e Cristiane de Paula Titoneli Freitas Pinheiro, Assessora de Juiz.

8. Como é feita a organização do trabalho (distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim)?

A lotação atual do gabinete é de 23 (vinte e três) servidores, sendo 6 (seis) na atividade-meio e 17 (dezesete) na atividade-fim. A Chefe de Gabinete supervisiona uma equipe de quatro servidores - incluindo os dois agentes - que exercem funções administrativas, inclusive o atendimento ao balcão do gabinete e acesso aos sistemas de malote digital e SIGA (limitado a apenas dois deles). Os demais servidores do gabinete elaboram minutas de votos e decisões, distribuídos em quatro equipes supervisionadas por cada uma das Assessoras, em razão da matéria, que são: 1) Tributária, 2) Administrativa, 3) Previdenciária, Penal e Propriedade Industrial. Todas as minutas são revisadas diretamente pelo Desembargador Vice-Presidente, sendo algumas previamente analisadas pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência.

9. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No dia 2 de março de 2020 dois servidores começaram a executar suas atividades em regime de teletrabalho, oficialmente, conforme orientações dadas pelo Desembargador, em consonância com a regulamentação deste regime. No entanto, em razão da suspensão ou da redução do número de servidores no trabalho presencial neste TRF2, nos termos das resoluções editadas nos últimos meses, autorizando, ainda, o rodízio, todos os servidores e estagiários trabalham na forma híbrida desde agosto de 2021, sendo feita uma escala mensal controlada pela Chefia de Gabinete.

9.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Conforme informado acima, o trabalho remoto é parcial.

9.2 Qual o critério para fixação das cotas?

O critério para a fixação das cotas é o número de processos no acervo do gabinete e a quantidade de incidentes processuais derivados das minutas elaboradas por cada servidor.

9.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito de forma individualizada pela Assessoria. A cota para os servidores da atividade-fim que integram cada uma das quatro equipes é de 6 (seis) minutas de decisão/voto por dia, podendo haver também preenchimento de planilha de produtividade, a critério da Assessora responsável. Uma vez identificado que o servidor deixou de atingir a meta estipulada, as seguintes providências poderão ser tomadas: a) apurar eventual dificuldade do servidor em localizar processos no acervo; b) apurar eventual dificuldade do servidor em identificar os modelos disponibilizados; c) apurar algum outro problema pontual que pode ser superado; d) apurar desinteresse/desídia do servidor. No caso das três primeiras hipóteses, busca-se subsidiar este servidor a fim de que ele consiga atingir a meta, como separação de processos e identificação de modelos. No caso da hipótese da letra d, se confirmada, comunica-se à chefia imediata para que seja considerada em futuras avaliações funcionais.

10. Como é feita a triagem? (processos físicos e eletrônicos)?

Vale ressaltar que não temos mais autos físicos no gabinete. Todos eles já foram digitalizados e tramitam no sistema eproc. A triagem dos processos que são distribuídos ou conclusos ao gabinete no sistema processual eletrônico é feita diariamente pelas Assessoras, que se revezam a cada semana para distribuição e alocação dos processos que são conclusos nos localizadores dos servidores responsáveis por determinada matéria, ou serão, de imediato, analisados por uma delas para despacho ou decisão, em razão da urgência ou sigilo que o caso requer.

11. Como os processos estão organizados (armários, localizadores)?

Como informado no item anterior, os processos são separados por assunto em localizadores específicos em razão da matéria/assunto ou localizados diretamente nas 'mesas eletrônicas' do servidor responsável.

12. Como ocorre o controle (se houver): de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

Todo o controle do acervo do gabinete da Vice-Presidência é feito através do Portal de Estatísticas deste Tribunal com o auxílio de parâmetros específicos criados pela Assessoria de Recursos - AREC e, ainda, com a utilização da ferramenta de estatística disponível no sistema processual eproc. Há também controle periódico dos processos que se encontram nos localizadores individuais de cada servidor e também nos localizadores dos assuntos específicos criados para alocação dos processos eletrônicos. Importante ressaltar que a triagem inicial dos processos que são conclusos ao gabinete é feita pelas Assessoras.

13. Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não temos.

14. Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

Após a identificação do número de processos distribuídos mensalmente para a Vice-Presidência, apura-se o quantitativo necessário de produção para que o acervo seja reduzido. Este número é considerado a meta geral da unidade para aquele mês. Os processos recebidos no sistema eproc diariamente são distribuídos aos servidores da atividade-fim que integram as respectivas equipes em razão da matéria, como antes informado. Como o fluxo de processos na Vice-Presidência varia muito, é comum ocorrer movimentação de pessoal e eventuais mutirões nas equipes, especialmente quando o julgamento de determinado tema é concluído e vários processos que estavam sobrestados são reativados para exame de admissibilidade.

15. São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Sim. Há modelos-padrão de despachos e decisões no próprio sistema eproc criados pela Assessoria que são de conhecimento de todos os servidores que realizam a atividade-fim, e se revelaram de fundamental importância para o desenvolvimento e aumento da produtividade do trabalho na Vice-Presidência. Além disso, há pasta criada no drive com manuais e orientações para a utilização do sistema eletrônico processual sobre assuntos jurídicos, elaboração de votos, planilhas com divulgação dos temas julgados pelas Cortes Superiores, modelos de minutas, etc. Também é realizada reunião semanal das Assessoras com os servidores da atividade-fim para orientação de suas equipes sobre novos procedimentos no trabalho, jurisprudência recente e mudança de entendimento do Desembargador, e outros assuntos relevantes.

16. Como é realizada a capacitação dos servidores?

Há divulgação permanente de cursos de capacitação oferecidos pela Justiça Federal da 2ª Região e outras instituições. Quando os servidores manifestam interesse ou quando a Assessoria orienta determinado servidor a realizar algum curso para melhor desenvolver seu trabalho, não há qualquer impedimento para a realização pela Chefia ou Assessoria do gabinete. Também são disponibilizados materiais de apoio, como apostilas, slides e outras ferramentas em pastas no drive de acesso a todos os servidores e estagiários. Ademais, a Chefe de Gabinete e as Assessoras fazem um ou dois cursos por ano, principalmente cursos gerenciais.

17. Como é realizado o controle dos feitos sobrestados?

A Assessoria de Recursos - AREC faz um controle permanente dos processos sobrestados, através de ferramenta própria de relatórios no sistema eproc e do Portal de Estatísticas deste Tribunal.

18. Como funciona o trâmite e a digitalização de processos para remessa às Cortes superiores?

Inicialmente, registramos que não há mais processo físico para digitalização na Vice-Presidência com recurso pendente de remessa para os Tribunais Superiores. Quanto à remessa de processos ao STF, a Assessoria de Recursos - AREC os encaminha diretamente do sistema eproc. Quanto ao STJ, no entanto, os processos são encaminhados para o Núcleo de Digitalização - NUDIG, setor responsável pela indexação manual das peças do recurso no sistema daquela Corte Superior.

19. Como é feito o atendimento a advogados?

Há três formas de atendimento aos advogados: presencialmente, realizado no balcão de atendimento do gabinete do TRF2; por videoconferência, realizado na plataforma Zoom disponibilizada pelo TRF2, e após agendamento prévio solicitado por e-mail; por telefone, no horário de atendimento ao público (12h às 17h).

20. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de consulta ao Portal de Estatísticas deste Tribunal e dos relatórios gerados por ferramenta disponível no sistema eproc.

21. Há juízes auxiliares?

Sim. Dr. Alfredo Jara Moura.

22. Em qual normativo está estabelecida a atribuição de realizar o juízo prévio de admissibilidade dos recursos excepcionais no Tribunal?

Artigo 23, § 2º, inciso I, do Regimento Interno deste TRF2.

23. São observados os critérios de precedência e as preferências legais na análise dos recursos?

Sim.

24. Qual o procedimento adotado em caso de juízo de admissibilidade positivo aos tribunais superiores?

O juízo de admissibilidade positivo é precedido de três níveis de controle. Primeiramente, a minuta é elaborada pelo servidor sob a orientação e revisão da Assessora direta. Após, a minuta é encaminhada ao Juiz Federal auxiliar da Vice-Presidência também para revisão. Concluída esta revisão, a minuta é disponibilizada à última revisão e aprovação do Vice-Presidente. O Recurso admitido é remetido, então, ao respectivo Tribunal Superior pela

Assessoria de Recursos.

25. É realizado juízo de admissibilidade em recursos ordinários em mandado de segurança ou habeas corpus?

Sim.

26. Reconhecida a matéria do processo com algum tema afetado, o que acontece com os autos?

Como a Vice-Presidência atua na fase de admissibilidade de recursos aos tribunais superiores, uma vez afetado determinado tema ao rito dos recursos repetitivos, os processos que discutem matéria idêntica são sobrestados, após despacho proferido nos autos, ainda que não haja determinação neste sentido. Tal medida evita que os feitos sejam encaminhados àquelas Cortes Superiores e, posteriormente, devolvidos para a aplicação do tema.

27. A que acervo são atribuídos os processos pendentes de juízo de admissibilidade? E quando são admitidos, os processos ficam em qual acervo?

Os processos pendentes de juízo de admissibilidade pertencem ao acervo da Vice-Presidência deste eg. Tribunal e, uma vez admitidos, passam ao acervo do respectivo Tribunal Superior.

28. Há uma comissão gestora que supervisiona o NUGEP no Tribunal? Indicar o ato normativo que disciplina a referida comissão.

Sim. Resolução n. TRF2-RSP-2020/00052, de 23 de novembro de 2020.

29. Como e por qual unidade é alimentado o banco nacional de dados, com as informações atualizadas sobre os processos sobrestados?

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC é o responsável por alimentar o banco nacional de dados do CNJ. Quanto aos processos sobrestados, a alimentação é feita via Web Service.

30. A unidade possui plano de gestão?

Mantemos o controle dos processos através do Portal de Estatísticas, com a meta de diminuir o acervo do gabinete e o tempo de julgamento dos casos. Periodicamente é realizada reunião para se analisar os dados referentes aos feitos em tramitação no gabinete, de modo a verificar o atendimento às metas específicas, bem como a necessidade de alguma reformulação das práticas e rotinas.

30.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A Vice-Presidência, como informando antes, conta atualmente com 23 (vinte e três) servidores e 2 (dois) estagiários no gabinete, mas ainda temos três vagas disponíveis no gabinete do Des. Guilherme Calmon e uma no gabinete da Vice- Presidência. Este mês de fevereiro também ficamos sem dois estagiários, que foram aprovados em outro estágio jurídico. No entanto, apesar de não termos conseguido preencher integralmente o quadro de servidores do gabinete até a presente data, estamos conseguindo baixar gradualmente o acervo e continuamos na busca da seleção de novos servidores/estagiários. Quanto aos recursos materiais, o gabinete possui todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho no TRF2. |
|---|---|

| | |
|-----------------------|--|
| | <p>Vale registrar, no entanto, que a maioria utiliza recursos próprios, em razão do trabalho remoto, apesar de ser facultado ao servidor o empréstimo de computador para uso doméstico neste período.</p> |
| b) gestão do trabalho | <p>A fim de otimizar o trabalho diante da diversidade de matérias e da quantidade de processos distribuídos, a equipe foi dividida em quatro grupos de servidores que atuam na atividade-fim, sob a supervisão de quatro Assessoras, conforme informado anteriormente, com a tarefa de elaborar minutas mais complexas, redigir despachos, organizar o acervo, orientar os servidores e revisar seus trabalhos. Os processos conclusos para a Vice-Presidência sofrem triagem na Assessoria de Recursos-AREC e são enviados com sinalizações prévias que facilitam a organização interna do gabinete, tais como: "para juízo de admissibilidade", para "desp/dec", etc. Há cadastramento de vários localizadores com o procedimento de automação disponibilizado pelo sistema eproc. Com tal ferramenta, o próprio sistema já localiza o processo no localizador específico de acordo com a matéria, o que é feito tendo por base a classificação da TUA. Cada Assessora é responsável por organizar os processos, de acordo com a matéria, nos localizadores divididos por temas e assuntos. Também incumbe a elas dividir os agravos internos e agravos do artigo 1.042 do CPC, encaminhando cada um deles para o servidor responsável pela elaboração da minuta da qual decorreu o referido incidente. O mesmo é feito em relação aos embargos de declaração. Quanto às petições, a atividade de cognição é realizada em ordem cronológica, exceto no que diz respeito às urgências que são devidamente assinaladas e atendidas. Pedidos de preferência são recebidos pelo e-mail institucional, pelo telefone e presencialmente, no balcão de atendimento do gabinete.</p> |
| c) resultados | <p>Foi possível reverter a situação inicial de aumento do acervo ocorrido nos primeiros meses da minha gestão para, atualmente, obter resultado positivo, ou seja, a cada mês conseguimos diminuir a quantidade de processos pendentes.</p> |

30.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Atualmente, o gabinete da Vice-Presidência gerencia uma quantidade muito grande de processos e a meta principal é a redução do acervo, o que não depende apenas desta gestão institucional, já que possuímos expressivo número de feitos sobrestados. Além disso, a Vice-Presidência considera fundamental que a admissibilidade dos recursos dirigidos aos tribunais superiores seja feita de forma célere, mas com qualidade, a fim de que não haja remessa indevida de feitos e, tampouco, represamento injusto de recursos, bem como que os órgãos fracionários deste Tribunal não sejam sobrecarregados com determinações de retratação infundadas.

30.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Com base nos dados do Portal de Estatísticas e nos relatórios extraídos do sistema eproc, periodicamente visitado pela Assessoria do Gabinete e pela Assessoria de Recursos - AREC, o acervo é monitorado a fim de subsidiar decisões de impacto, como mutirões, que sempre são necessários quando um tema de grande relevância é julgado. Além disso, os processos são sempre monitorados pela Assessoras e os assuntos novos recebem modelos, que são registrados no sistema processual eletrônico, formando um grande banco de dados que facilita e otimiza sobremaneira os trabalhos. Esta Vice-Presidência, valendo-se da atividade desempenhada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC deste Tribunal, tem realizado constante monitoramento no acervo a fim de identificar demandas repetitivas, o que lhe permitiu submeter aos tribunais superiores três Grupos Representativos de Controvérsia que, uma vez aceitos, resultarão no julgamento célere de inúmeros feitos.

31. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A maior iniciativa do período da pandemia é a relacionada à transformação tecnológica, que não só viabilizou o trabalho remoto, como garantiu recordes de produção. A Inteligência Artificial, presente em várias ferramentas do sistema eproc, adotado aqui na 2ª Região, foi notoriamente implementada durante a pandemia. Graças a ela, os recursos acima mencionados, como a possibilidade de criação de minutas em lote e a geração automática de minutas foi possível. Esta Vice-Presidência tem procurado implementar várias iniciativas neste Tribunal no sentido de acelerar a implantação das novas funcionalidades do sistema eproc, dentre as quais, a automatização de localizadores em razão do conteúdo da petição, que vai permitir a correta classificação dos processos que chegam aos gabinetes, otimizando o trabalho.

32. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 00677508420184025112 | 8/12/2020 | - |
| Observação/Providência: Recurso especial admitido. Determinada a remessa ao Superior Tribunal de Justiça. Partes intimadas. | | |
| 50117952220204020000 | 9/9/2020 | - |
| Observação/Providência: Homologada desistência recursal. Partes intimadas. | | |
| 50165516820184025101 | 5/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada devolução ao Órgão julgador. | | |
| 01985484620174025120 | 4/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando inclusão na pauta de julgamento. | | |
| 50087394720194025001 | 14/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em pauta para julgamento. | | |
| 50196704620184025001 | 11/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada remessa ao Órgão julgador para juízo de retratação. | | |
| 50004146120184029999 | 9/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Decisão deferindo a habilitação dos sucessores. Partes intimadas. Findo o prazo para eventual manifestação, os autos retornarão a esta Vice-Presidência para julgamento do recurso. | | |
| 50024695020194025116 | 13/4/2020 | Apelação/Reexame Necessário |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação/Providência: Recursos especial e extraordinário não admitidos. Negado seguimento - Recurso Extraordinário. | | |
| 00361996520174025001 | 16/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Agravo interno não conhecido. Partes intimadas. | | |
| 50108689020194020000 | 21/11/2019 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Recurso especial admitido. Negado seguimento ao Recurso Extraordinário. Partes intimadas. | | |
| 00478878820124025101 | 27/5/2021 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Negado seguimento ao Recurso extraordinário interposto. Partes intimadas. | | |
| 00008771620104025102 | 4/10/2020 | Ação Popular |
| Observação/Providência: Recursos Extraordinário e especial inadmitidos. Partes intimadas. | | |
| 50155419220204020000 | 27/11/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 00006837120054025108 | 6/5/2021 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Parte intimadas. | | |
| 50067601820194020000 | 8/8/2019 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: Intimado MPF para manifestação. | | |
| 50054446920194025108 | 9/11/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recursos especial e extraordinário inadmitidos. Partes intimadas. | | |
| 01249984620154025101 | 11/11/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Negado seguimento ao RE. | | |
| 50118108820194025120 | 7/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Intimada parte para apresentar contrarrazões ao recurso de embargos de declaração. | | |
| 50198782120184025101 | 17/5/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Negado seguimento aos recursos especial e extraordinário. Aberto prazo para contrarrazões aos agravos internos interpostos. | | |
| 05070514020174025101 | 10/07/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Devolvido ao Órgão julgador para apreciação dos embargos de declaração. | | |
| 50141076220184025101 | 10/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial não admitido. Partes intimadas. | | |
| 50182168520194025101 | 22/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso provido para deferir o pedido de gratuidade de justiça. Partes intimadas. | | |
| 00274411120054025101 | 27/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada intimação da parte contrária para apresentação de contrarrazões ao recurso (ED). | | |
| 50168502020194025001 | 18/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada devolução dos autos ao Órgão julgador para juízo de retratação. | | |
| 01255426320174025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Negado seguimento ao RE. Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 00019226220134025001 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recursos extraordinário e especial inadmitidos. Partes intimadas. | | |
| 00000325520134025109 | 24/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Negado seguimento ao RE. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 50500001720184025101 | 28/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 05088011420164025101 | 4/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 00731216220184025101 | 28/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recursos especial e extraordinário das partes examinados. Partes intimadas das decisões. | | |
| 01918420720174025101 | 10/12/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. | | |
| 50020399820194025116 | 29/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso extraordinário sobrestado. Partes intimadas. | | |
| 01546079420174025104 | 23/1/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial admitido. Partes intimadas. | | |
| 00824673720184025101 | 14/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 01349857220164025101 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recursos especial e extraordinários inadmitidos. | | |
| 00007217120164029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 00049837720174025101 | 4/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recursos extraordinário e especial inadmitidos. Partes intimadas. | | |
| 50014755420184029999 | 21/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 00181989120154025101 | 22/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 50504782520184025101 | 15/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 50117429820194025101 | 6/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Prazo aberto para contrarrazões ao recurso de agravo interposto. | | |
| 00124792620184025004 | 2/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinada remessa ao Órgão Julgador para juízo de retratação. | | |
| 01910392420174025101 | 23/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 50046773820184025117 | 19/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 50115255520194025101 | 12/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada remessa dos autos ao Órgão Julgador para juízo de retratação. | | |
| 50026609320194029999 | 27/9/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso sobrestado. Partes intimadas. | | |
| 50244932020194025101 | 11/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada remessa ao Órgão julgador para juízo de retratação. | | |
| 00471263120154025108 | 5/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Recursos extraordinário e especial inadmitidos. Partes intimadas. | | |
| 50013672520184029999 | 19/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Negado seguimento ao Recurso Especial. Partes intimadas. | | |
| 50008623420184029999 | 14/11/2018 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |
| 50204507420184025101 | 29/11/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recurso especial admitido. Partes intimadas. | | |
| 50015673220184029999 | 27/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Recurso especial inadmitido. Partes intimadas. | | |

33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 52 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Ao início da inspeção, apenas remanescia pendência a ser solucionada no feito 5016551-68.2018.4.02.5101, que foi saneada antes mesmo de contato pela equipe de inspeção. Deste modo, no encerramento dos trabalhos, todos os processos da amostra encontravam-se regulares.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Deste modo, não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe foi recebida pelo Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para o biênio 2021/2023, com posse em 8/4/2021, e o Juiz Federal em auxílio Alfredo Jara Moura.

Trata-se de gestão que se aproxima da metade do mandato, iniciada no curso da migração de sistemas de processamento na Região (do sistema Apolo para o eproc) e no momento mais crítico da pandemia sanitária recente, enfrentando período atípico de adaptação a regimes híbridos de desempenho de tarefas cotidianas. Há que se manter este crivo na observação de dados estatísticos, principalmente em cotejos comparativos abrangentes de períodos mais alargados.

Neste período, o atendimento ao público manteve-se ininterrupto. Atualmente, o gabinete atende advogados em balcão presencial, por videoconferência, e-mail e telefone.

Em termos de estrutura de pessoal, a força de trabalho da unidade percebeu pontual decréscimo desde o último período de avaliação. Em 2020, eram 6 servidores efetivos no Gabinete da Vice-Presidência, 19 no Gabinete do Desembargador Federal Vice-Presidente (1 sem vínculo), e 2 estagiários. Atualmente, a gestão conta com 6 servidores no Gabinete da Vice-Presidência, 18 servidores no Gabinete do Desembargador Federal Vice-Presidente (1 sem vínculo), e 2 estagiários. Tal variação a menor é cumulada com a existência de 4 vagas em aberto, a indicar defasagem de lotação para enfrentamento do expressivo estoque processual do gabinete.

Internamente, a força de trabalho está organizada em cinco equipes, sendo uma de funções administrativas, coordenada pela chefia de gabinete (centrada no atendimento de balcão, acesso a sistemas de malote digital e SIGA) e quatro de elaboração de minutas de votos e decisões, cada uma coordenada por uma assessoria: (i) tributária; (ii) administrativa; (iii) previdenciária e (iv) penal e propriedade industrial.

Quanto aos magistrados em auxílio à Vice-Presidência, ao início da gestão estavam convocados dois Juízes Federais, e, atualmente, remanesce convocado apenas um magistrado. A diminuição deste apoio é, por igual, circunstância impactante nos resultados da unidade.

As medidas de gestão de pessoal apontadas revelam práticas que merecem destaque positivo. Neste tópico, menciona-se a disponibilização à equipe de pasta em nuvem com informações relevantes ao trabalho cotidiano, tais como manuais e orientações sobre manejo de sistema, elaboração de votos, divulgação de temas apreciados pelas Cortes Superiores. Em entrevista, foi informado que a unidade está elaborando material especificamente para auxiliar o futuro processo de transição da próxima gestão, atitude a ser reconhecida como boa prática e exemplo de procedimento em órgãos de gestão.

Não apenas isso, a rotina de reuniões semanais é elogiável, como método que oportuniza manutenção da coesão da equipe e calibração dos procedimentos de trabalho.

Por outro lado, os dados estatísticos de tramitação demonstram o impacto das dificuldades narradas de início.

De fato, em comparação com o último biênio, o estoque ajustado da unidade (ou seja, o quantitativo de processos em tramitação, subtraídos os sobrestados) sofreu aumento, de 5.284 em abril de 2020 para 8.584 em 2022. Tal desempenho reflete-se, naturalmente, em outros indicadores correlatos, de modo que o acervo de processos conclusos igualmente variou de 946 (120 concernentes a prioridades legais) para 4.384 feitos (1.022 enquadrados em prioridades legais).

O incremento de passivo, embora devam ser sopesadas as circunstâncias contemporâneas já referidas, inclusive o impacto do teletrabalho na produtividade de todas as unidades julgadoras que geram entradas recursais junto à Vice-Presidência, deve ser acompanhado com atenção pela unidade para diagnóstico de eventuais gargalos e estabelecimento de plano de ação, que possa compensar o crescimento do acervo.

Nesta conjuntura de dificuldades, observa-se, porém, que a unidade mantém produtividade relevante, havendo despachado 16.774 processos nos últimos 12 meses, abrangendo 712 decisões de admissão de recurso a instâncias superiores, 9.953 negativas de seguimento, 1.016 feitos encaminhados para juízo de retratação e 2.655 sobrestamentos. Salienta-se que unidade informou que, como medida de gestão, sobresta a tramitação de todos os processos relativos a tema afetado pelo Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal, mesmo que não haja determinação de suspensão nacional, para evitar que sejam remetidos às Cortes Superiores apenas para retornarem

com determinação para aplicação do entendimento que vier a ser firmado de maneira vinculante. Registre-se que o controle de sobrestados é realizado pela Assessoria de Recursos (AREC) unidade com inspeção realizada em apartado e com relatório próprio, elaborado por equipe de inspeção distinta.

Analisando os dados apurados, percebe-se que o acervo tem sido movimentado, de modo que não há conclusões anteriores a 2021. Por outro lado, considerando que o levantamento de dados utilizados nesta avaliação é relativo ao primeiro trimestre do ano corrente, infere-se que a unidade recebe grande influxo de processos (constam, no período, 633 conclusões).

Evidencia-se, pois, que, não obstante a progressão do acervo relatada acima, a unidade vem envidando esforços para fazer frente à expressiva demanda. Em tal contexto, é importante a periódica revisão da estratégia organizacional e fluxos de trabalho adotados, com vistas ao diagnóstico de gargalos e oportunidades de aprimoramento dos trabalhos (embora conste do questionário prévio que melhoras na evolução do acervo foram percebidas recentemente, a partir da aclimatação da equipe ao trabalho desempenhado).

Finalmente, merece registro que a unidade regularizou todos os processos selecionados na última autoinspeção e atendeu a todas as recomendações da inspeção de 2020, em especial a formulação de demanda à Presidência (já atendida) para que a Vice-Presidência dispusesse de quadro fixo de servidores, medida que tem se revelado de grande valia, em outras Regiões, para a preservação do conhecimento do setor em momentos de transição de gestões.

Assim, em que pese o impacto inicial, a dedicação e organização da equipe permitem estimar boa possibilidade de que a unidade conclua o biênio de gestão com melhoras nos indicadores de avaliação acima.

35. RECOMENDAÇÕES

Importa na gestão de acervo de elevado montante, como típico de unidades judiciais como a Vice-Presidência, o permanente acompanhamento da abordagem delineada para atingir a meta de redução de acervo processual e conclusões em aberto, frente ao influxo médio de processos no gabinete, para diagnóstico de eventuais gargalos de produção ou necessidades de calibração nos processos de trabalho existentes.

Adicionalmente, sugere-se o aprofundamento e padronização interna do uso de localizadores. Tal sistematização é ferramenta de valia em acervos de maior expressão, para planejamento de mutirões e identificação de necessidade e oportunidade para elaboração de modelos que permitam ataques sistemáticos ao passivo, com ganhos em escala. Projeta-se, ainda, que a medida permita às assessorias gerenciar mais facilmente o trabalho das equipes internas da unidade, com o que se espera minorar casos de produtividade individual aquém do esperado decorrentes de não localização de processos

no acervo, pelo servidor avaliado (hipótese cotejada no questionário previamente preenchido).

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargador Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região

2.2 Competência

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região é o órgão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região responsável por fiscalizar e orientar a atividade jurisdicional e administrativa da Justiça Federal de Primeira Instância e das Turmas Recursais da 2ª Região, desempenhando suas atribuições em relação a todos os magistrados - inclusive os afastados da jurisdição -, servidores e órgãos de Primeira Instância, sem prejuízo da competência normativa e organizacional da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, nos termos do art. 1º da Consolidação das Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região e do art. 24 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Corregedor Regional: Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho. A atual gestão conta com o auxílio de duas Juízas Federais: Dra. Livia Maria de Mello Ferreira e Dra. Maria Cristina Ribeiro Botelho Kanto - convocadas para o biênio 2021/2023, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme Ato n. TRF2-ATP- 2021/00142, de 8/4/2021, nos termos do disposto no art. 48 do Regimento Interno desta Eg. Corte.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não. Todavia, complementa-se com a informação de que o Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho assumiu a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, em 8/4/2021, para o biênio 2021/2023, oriundo da 3ª Turma Especializada (Gabinete 07).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Lidia Maria Miranda Kropf de Amaral - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

O quadro de servidores foi reelaborado durante a inspeção com base nas informações fornecidas na entrevista.

| Quadro de pessoal | Corregedoria | Gabinete Desembargador | Total |
|-------------------------------|--------------|------------------------|-------|
| Servidores efetivos | 10 | 9 | 19 |
| Servidores sem vínculo | 01 | 01 | 02 |
| Servidores requisitados | 02 | 08 | 10 |
| Vagas não ocupadas | - | 01 | 01 |
| Estagiários de nível superior | 0 | 0 | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 13 | 19 | 32 |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação na última inspeção.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica. Conforme item 4.1.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica. Conforme item 4.1.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Boas práticas e resultados alcançados: 1. Implementação do Plano Anual de Trabalho pela Corregedoria, incluídas as unidades que mais necessitam de apoio para o cumprimento das metas do CNJ e, especialmente, para redução/eliminação de processos com conclusão vencida; 2. A revisão e a automação de processos de trabalho; 3. Disseminação de conhecimento; 4. Implementação de ferramentas e aprimoramento de sistemas (dentre elas, o relatório unificado de inspeção e correição, o painel de desempenho dos juízos, o painel de desempenho dos magistrados, a concentração do trâmite processual das correições no eproc); 5. Priorização na elaboração de atos/portarias para a uniformização de procedimentos. Dificuldades: ausência de interoperabilidade entre sistemas (eproc e SEEU); ausência de recursos orçamento para a realização de perícias judiciais em processos com deferimento de gratuidade da justiça, sobretudo em matéria previdenciária.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho - Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região, conjuntamente com a equipe de servidores responsáveis pelas chefias dos diversos setores da Corregedoria: 1) Lídia Maria Miranda Kropf de Amaral (Chefe de Gabinete - GABTM); 2) Regina Helena Moreira Faria (Assessora Judiciária - GABTM); 3) Roberto Marcelo Victor da Silva (Assessor de Juiz - GABCOR); 4) Giuliana Wiechers Aieta Santoro (Assessora Judiciária - GABCOR); 4) Flávio Curvello Martins de

Souza (Assessor de Gestão de Metas - GABTM); 5) Carlos Heron Cabral (Assessor de Juiz - GABTM).

7. Além dos feitos específicos da Correg. Regional, o desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional como membro da Corte Especial, além dos feitos administrativos do Plenário?

Sim.

8. Como a unidade está organizada? (Setores, funções, atribuições e distribuição interna das atividades).

Segundo organograma interno do TRF2 a estrutura administrativa da CORE é composta por uma Assessoria Jurídica (CJ-3), uma Chefia de Gabinete (CJ-2) e Assessoria de Judiciária (CJ-2), sendo as atribuições da unidade distribuídas por quatro setores: 1) Setor de Comunicações: cuida da comunicação da Corregedoria com os magistrados e órgãos externos, realizando a comunicação institucional; 2) Setor de Movimentação de Magistrados: atividades de instituição e gestão dos grupos de auxílio, e de atividades ligadas à movimentação e à vida funcional dos juizes de 1º Grau, como férias, pagamento de GAJU, vitaliciamento, promoções, remoções, designações, compensações, afastamentos. 3) Setor de Correição: realiza a atividade correcional, cf. art. 42 da CNCR-2ª Região, o que abrange: as correições ordinárias; as inspeções de avaliação e a fiscalização das inspeções anuais unificadas; e as correições extraordinárias. 4) Setor Disciplinar: autua e administra os procedimentos instaurados no PJeCor: Reclamações Disciplinares, Representação por Excesso de Prazo, Correição Parcial e Pedido de Providências.

(a resposta foi reelaborada de acordo com informações fornecidas na entrevista)

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No âmbito deste Eg. Tribunal, a Resolução n. TRF2-RSP-2019/00046 dispõe sobre o teletrabalho no âmbito da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus da 2ª Região, não existindo, nesta unidade, atualmente, servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho nos moldes de tal Resolução. Nesta Corte, encontra-se, em vigência, a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00032, que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da Segunda Região. A Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013 determinou a prorrogação, até 31 de março, do regime de trabalho remoto na Corte e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em razão a tendência de forte elevação da média móvel de casos de Covid 19, bem como surto de gripe causado pelo vírus Influenza.

Com o retorno das atividades presenciais, os servidores que exercem cargos de chefia e função gratificada passaram a trabalhar presencialmente, porém, existem servidores que fazem trabalho remoto, mas não de forma exclusiva. A maior parte dos servidores trabalha parte presencial e parte remota. *(a resposta foi reelaborada de acordo com informações fornecidas na entrevista)*

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

Parcial. Com o retorno das atividades presenciais, parte dos servidores comparece ao TRF enquanto alguns trabalham remotamente de acordo com escala da Corregedoria. Os servidores que exercem cargos comissionados e funções gratificadas de chefia, em regra, trabalham presencialmente.

8.3 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas ou metas de trabalho.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há trabalho atrasado, todo o serviço da corregedoria está em dia. O acompanhamento é realizado diariamente em conformidade com as atribuições de cada um.

9. Qual o critério para organização do acervo? Como é feita a movimentação interna?

O acervo da Corregedoria é organizado por intermédio das próprias funcionalidades dos sistemas informatizados eproc, PJeCor e SIGA, com a divisão dos processos e procedimentos nas categorias "classe" e/ou "assunto", em localizadores específicos, para fins de controle. Cada setor exerce a gestão de seu acervo, pelos respectivos assessores responsáveis, e procede à movimentação necessária/pertinente, para fins de tramitação. Os processos e procedimentos dos Setores Administrativo e de Movimentação tramitam pelo SIGA, os do Setor Disciplinar pelo eproc e PJeCor e os do Setor de Correição pelo eproc e SIGA. O Setor de Movimentação utiliza, ainda, o Sistema Juiweb na realização de atividades auxiliares referentes aos assentamentos dos magistrados.

10. Como são cadastrados os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso?

Os processos e procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso são cadastrados no Sistema Informatizado Processual do TRF da 2ª Região - eproc, de forma eletrônica e individualizada, reunindo os seguintes documentos: Portaria de instauração, Ofícios, Atas, Questionário Pré-correição, registros fotográficos de bens acautelados/apreendidos, Relatório de correição ordinária, Relatório/Voto do Corregedor e certidão de julgamento do Conselho de Administração, observando-se as disposições dos arts. 5º ao 13 da Resolução n. 496/CJF, bem como as disposições dos arts. 45 a 48 da CNCR da 2ª Região. Toda a tramitação do processo administrativo de correição ordinária é realizada de forma eletrônica no eproc e a sua baixa se dá após as providências adotadas pela unidade correicionada, quanto às recomendações formuladas pelo Corregedor Regional, referendadas pelo Conselho de Administração.

11. Há processos físicos? (Registrar o que considerar relevante. Ex.: quantidade, natureza, tramitação etc.)

Não há processos físicos na Corregedoria. Toda a gestão e tramitação dos processos/procedimentos administrativos é realizada em sistemas informatizados: eproc, PJeCor e SIGA. No primeiro grau, os processos são eletrônicos e tramitam pelo eproc.

12. Existem sindicâncias instauradas? Quantas? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos).

Não existe sindicância em tramitação.

13. Como é feito o controle estatístico?

No âmbito da Corregedoria, o controle estatístico é realizado em cada setor, pelo assessor responsável e sua respectiva equipe, semanalmente, por intermédio dos sistemas informatizados eproc, PJeCor e SIGA, mediante extração de relatórios e/ou consulta aos localizadores específicos existentes ou criados para essa finalidade, o que possibilita a eficiente gestão de processos e procedimentos administrativos em tramitação, permitindo aferir o quantitativo e a modalidade. A Corregedoria auxilia, ainda, de forma permanente, o controle estatístico dos processos judiciais em tramitação no primeiro grau, em tempo real,

por intermédio de ferramentas criadas na atual gestão: a) Relatório Unificado de Inspeção e Correição; b) Painel de Desempenho dos Juízos; c) Painel de Indicadores e Portal de Estatísticas.

14. Quais os critérios para realização das inspeções nas unidades jurisdicionais? Existem formulários padronizados?

As inspeções nas unidades jurisdicionais são realizadas de forma unificada, anualmente, e têm início, simultaneamente, em toda a 2ª Região, na terceira segunda-feira do mês de maio, com duração de 5 dias úteis, permitindo-se prorrogação, excepcionalmente. Nas inspeções, são utilizados formulários padronizados e as unidades observam o disposto nos arts. 52 a 58 da CNCR-2ª Região, com a verificação, sobretudo, acerca da regularidade: do acervo, das pastas/livros obrigatórios, dos bens públicos e dos demais que se encontrem acautelados/apreendidos, do cumprimento das metas do Judiciário e dos sistemas auxiliares. Ao final, a unidade elabora o Relatório circunstanciado e Plano de Gestão e os encaminha pelo SIGA à Corregedoria, no prazo de 15 dias. Cumpridas pela unidade inspecionada as eventuais recomendações formuladas pelo Corregedor, a fim de sanar irregularidades detectadas, a Corregedoria procede ao arquivamento eletrônico, observando-se o disposto nos arts. 59 a 61 da CNCR-2ª Região.

15. No caso de haver tais formulários, consta item sobre alienação antecipada de bens (conforme orientação do fórum de corregedores)?

Sim. Conforme formulário padronizado, consta o seguinte item sobre a alienação antecipada de bens: Item 10.9: "É observada a Recomendação n. 30/2010 do CNJ? Houve alienação antecipada de bens? Detalhar as providências de alienação antecipada de bens." Nas correições é indagado sobre a existência de bens acautelados na unidade jurisdicional ou encaminhado a depósito judicial, de acordo com a Portaria n. TRF2-PTC-2022/00071, de 25/2/2022, a qual disciplina o cadastro e controle de bens acautelados e apreendido. Não há, no entanto, na orientação normativa disposição quanto à destinação ou alienação antecipada de bens apreendidos em processos criminais. (a resposta foi reelaborada de acordo com informações fornecidas na entrevista)

16. Listar os 10 processos administrativos de natureza disciplinar mais antigos, por data de instauração, indicando o número e o último andamento.

RD TRF2-EXT-2020/05378, atuado em 25/11/2020 (arquivado); RD 0000006-57.2021.2.00.0402, atuado em 3/3/2021 (arquivado); SINDICÂNCIA 0000013-49.2021.2.00.0402, atuado em 6/4/2021 (arquivado); RD 0000017-86.2021.2.00.0402, atuado em 18/5/2021 (arquivado); RD 0000019-56.2021.2.00.0402, atuado em 2/6/2021 (arquivado); RD 0000021-26.2021.2.00.0402, atuado em 11/06/2021 (arquivado); RD 0000023-93.2021.2.00.0402, atuado em 18/6/2021 (arquivado); RD 0000031-70.2021.2.00.0402, atuado em 8/9/2021 (arquivado); RD 0000035-10.2021.2.00.0402, atuado em 3/11/2021 (arquivado); RD 0000002- 83.2022.2.00.0402, atuado em 31/1/2022 (Remessa ao CNJ - Resolução 135/11).

17. Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e as metas do CJF e do CNJ?

Sim. À medida que são editados novos atos normativos pelo CJF e pelo CNJ, os formulários da Corregedoria são atualizados em conformidade.

18. Especificar como é realizada a distribuição entre juízes auxiliares e substitutos.

Os processos eletrônicos judiciais, nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, na Justiça Federal da 2ª Região, são distribuídos de forma automática, equânime e

aleatória, pelo próprio Sistema Informatizado Processual eproc. Para a distribuição automática funcionar de forma equânime, os desenvolvedores do eproc criaram duas figuras dentro de cada órgão julgante: O Juízo Federal, que corresponde ao juiz titular (qualquer que esteja desempenhando este papel); e o Juízo Substituto (que pode ser um juiz substituto, ou pode ser acumulado pelo próprio juiz titular). Os dois juízos recebem processos distribuídos de forma diferenciada, independentemente de serem pares ou ímpares. Os contadores colocam todos os juízos para que recebam processos. Onde só tenha um juiz, este acumulará os dois juízos, federal e substituto, para fins de distribuição.

19. São realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

Sim. A Corregedoria designa magistrados e servidores para que atuem em auxílio às unidades judiciárias, sobretudo para cumprimento de metas nacionais do Judiciário, estabelecidas pelo CNJ e pelo CJF, e para regularizar a situação de processos parados e com a conclusão vencida. São editadas Portarias pela Corregedoria, especificando os critérios para auxílio e as unidades judiciárias selecionadas para tal finalidade.

19.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio?

Os critérios são estabelecidos em Portaria da Corregedoria. Entre os critérios para escolha, é estabelecido que serão auxiliados, prioritariamente, os Juízos que se encontrem em situação deficitária, de acordo com diretrizes e metas do CNJ e do CJF. O número de unidades judiciais, em cada uma das Seções Judiciárias, para fins de auxílio, é definido sob o viés de maior efetividade e produtividade, conforme oportunidade e conveniência da Corregedoria. Poderão ser levados em consideração, dentre outros parâmetros, para fins de critério de escolha: a conclusão vencida; a quantidade de processos parados, percentuais não atendidos das metas nacionais e as taxas de congestionamento, à luz das diretrizes e planos estratégicos estabelecidos pelo CNJ e pelo CJF, pelo TRF-2º e regras normativas da CNCR-2ª Região, utilizando-se ferramentas Estatísticas criadas na atual gestão. Não há número pré-definido de magistrados que integram a força de auxílio, depende da situação.

19.2 Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Mensalmente, são abertas inscrições para os magistrados que têm interesse em participar dos grupos de auxílio, com a divulgação no número de sentenças a serem proferidas pelos interessados e o prazo para atendimento. São considerados aptos a prestar auxílio os Juizes Federais, titulares ou substitutos, que possuam boa produtividade.

A designação é feita por ato da Corregedoria, considerando o universo de magistrados que se voluntariaram para auxiliar. (a resposta foi reelaborada de acordo com informações fornecidas na entrevista)

20. Quanto às correições ordinárias, quais os critérios utilizados?

As correições ordinárias são realizadas cf. a CNCR-2ª Região, no prazo de até 2 anos, em cada unidade (judicial/administrativa), observando-se cronograma previamente fixado, e é realizada remota e presencialmente, por 5 dias, por dois ou mais servidores que comparecem à unidade, pelo menos um dia, para aferir a sua regularidade, sobretudo dos livros obrigatórios, da guarda de bens, mídias e documentos digitalizados, apreendidos/acautelados em Juízo, dos processos físicos, se houver, e as condições de infraestrutura e de informática. Remotamente, são analisados os dados estatísticos da unidade, especialmente, o cumprimento de Metas Nacionais do Judiciário (CNJ e CJF), a evolução do acervo, os processos suspensos, parados e com a conclusão vencida e, ainda,

as ações de verificação obrigatória, entre outros aspectos, por meio de ferramentas estatísticas automatizadas. Ao final, elabora-se o Relatório Conclusivo, no prazo máximo de 30 dias, que é submetido ao Corregedor Regional.

21. Quantas inspeções/correções extraordinárias foram realizadas desde a última inspeção?

Não houve a realização de Inspeções/correções extraordinárias.

22. Quais as principais queixas dos juízes federais de 1º grau identificadas na realização de correção? Listar.

- Aumento demasiado na distribuição de processos, sobretudo nos Juízos com a competência em matéria previdenciária e Varas mistas; - Necessidade de mais servidores; - Demora de cadastramento de dados no Sistema auxiliar SEEU e ausência de interoperabilidade com o eproc, nas Varas Criminais; e - Problemas orçamentários com perícias em processos judiciais com deferimento de gratuidade de justiça, especialmente em matéria previdenciária.

23. A unidade comunica ao Conselho da Justiça Federal acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 3º e art. 14 da Resolução CNJ n. 135/2011, e em observância das orientações contidas na Portaria CNJ n. 11/2022, a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região comunica ao Conselho Nacional de Justiça, pelo sistema PJeCor, as decisões monocráticas de arquivamento de procedimento disciplinar e o resultado do julgamento pelo Colegiado sobre proposta de instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de magistrado.

24. Quanto ao sistema de processos eletrônicos, quais as principais queixas verificadas? Listar.

No âmbito das atividades da Corregedoria: o PJeCor apresenta poucas funcionalidades para otimizar o fluxo processual; no eproc, revela-se oportuno aprimorar o editor de texto, sobretudo para os Relatórios das correções e votos, bem como seria conveniente habilitar a funcionalidade de assinatura de peças criadas fora do sistema informatizado; o SIGA necessita de aprimoramento de funcionalidades, sobretudo na localização rápida de expedientes e a criação de relatórios, para fins de controle. No âmbito das atividades jurisdicionais do primeiro grau, a principal queixa, quanto ao sistema de processos eletrônicos, diz respeito ao uso do SEEU, nas varas criminais, em razão de lentidão, travamentos, carência em funcionalidades no fluxo processual e a ausência de interoperabilidade com o eproc.

25. Como é o controle periódico de processos sem movimentação?

Nos processos da Corregedoria, o controle é feito semanalmente. Os assessores de cada setor, com a respectiva equipe, realizam consulta aos sistemas informatizados E- proc, PJeCor e SIGA. Na sequência, notificam a unidade jurisdicional para adoção das providências cabíveis, fixando, usualmente o prazo de 90 (noventa) dias. Após o decurso do prazo é feita a fiscalização do cumprimento ou não da determinação da Corregedoria. A divisão de atribuições e tarefas possibilita a gestão eficiente dos processos e procedimentos administrativos, evitando a ocorrência de processos sem movimentação. No primeiro grau, a Corregedoria disponibiliza aos magistrados, servidores e jurisdicionados ferramentas de controle em tempo real: Relatório Unificado de Inspeção e Correção; Painel de Desempenho dos Juízos; Painel de Indicadores e Portal de Estatísticas. A Corregedoria auxilia os magistrados no controle periódico de processos sem movimentação, de forma

permanente, e criou, na presente Gestão, ferramentas e procedimentos para essa finalidade, de forma a serem respeitados os prazos máximos previstos na CNCR-2ª Região (art. 57).

26. Qual o normativo do Tribunal que disciplina marcação e escala de férias de magistrados?

O normativo do Tribunal que disciplina marcação e escala de férias dos magistrados de 1º Grau na 2ª Região é a Consolidação de Normas da Corregedoria, Provimento n. TRF2-PVC-2018/00011, alterado, nesse assunto, pelo Provimento n. TRF2-PVC-2019/00001. A proposta de ajustes para uma nova Consolidação de Normas atualizada já foi aprovada pelo Corregedor Regional, e sua expedição deverá ocorrer em breve.

27. Informar detalhadamente como é realizado o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º grau.

Por meio de Ofício Circular (TRF2-OCI-2021/00079), os magistrados foram instados a informar os períodos de férias pretendidos para o ano de 2022, com vistas à elaboração da escala anual de férias. Foram detalhados os prazos para indicar o primeiro e o segundo período de férias, como consultar a situação individual de férias, a obrigatoriedade de indicar 60 dias por ano e período referente a eventual saldo de férias, observando-se as vedações de férias concomitantes em determinadas situações. Os juízes que não atenderam a solicitação, ou atenderam parcialmente, foram instados individualmente por ofício do Corregedor, ou mesmo pessoalmente, o que resultou no atendimento por todos os magistrados. Apenas os juízes que se encontravam convocados ao TRF, CJF ou CNJ não foram obrigados a indicar férias para o ano de 2022. Após a publicação da escala de férias, pedidos posteriores de alteração interrupção são apreciados com base no que dispõe a Resolução n. 130/2010 - CJF.

28. Há um sistema informatizado para marcação de férias?

Sim. É o Sistema JUIWEB.

29. Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

O pedido é feito pelo próprio magistrado no sistema JUIWEB e, excepcionalmente, por ofício no SIGA-DOC. Não há pedidos de remarcação pendentes de análise.

30. Quais os critérios utilizados para análise do pedido de alteração de férias?

No caso de alteração de período constante na escala de férias, verifica-se se o novo período informado está incurso em alguma hipótese de vedação, como coincidente com inspeção anual, correição, plantão, com audiência de custódia prevista em escala já publicada, e também com período já marcado por outro juiz do mesmo Juízo ou com outros titulares da mesma Turma Recursal, se for o caso.

31. É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

Para o gozo do saldo de férias sempre é observada a ordem cronológica dos anos, salvo se houver pedido de indenização em relação a determinado ano-trintídio pendente de apreciação. Na hipótese de indeferimento da indenização, os períodos são reordenados para ajuste da ordem cronológica.

32. É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

Conforme constou no Ofício Circular n. TRF2-OCI-2021/00079, os magistrados foram obrigados a indicar, no mínimo, dois períodos de férias para fruição em 2022, salvo em

casos excepcionais, se o magistrado não tivesse saldo suficiente para a marcação de dois períodos, por força de antecipação. Além disso, quem tinha saldo de férias acima do permitido legalmente para acumulação (60 dias) também foi instado a indicar. Na hipótese de alteração de férias, o novo período a ser considerado é informado pelo magistrado. Em se tratando de interrupção de férias, aguarda-se a marcação pelo magistrado do saldo de férias que restou.

33. Existem magistrados de 1º grau com saldo de férias? Especificar.

Sim. Existem apenas 22 (vinte e dois) magistrados com saldo de férias relativo a anos-trintídios anteriores ao ano de 2022 que ainda não foram marcados para fruição, sendo que alguns aguardam análise do pedido de indenização relativo a algum período. Não estão incluídos um juiz afastado e um juiz de licença sem vencimentos que também apresentam saldo de férias.

34. A partir de que mês é feita a escala de férias para o ano subsequente?

De acordo com a atual redação da Consolidação de Normas da Corregedoria, a publicação da escala de férias deve ocorrer até 31 de outubro do ano anterior (art. 68). Assim, em agosto, iniciam-se os procedimentos necessários para elaboração da escala do ano seguinte. Porém, esse dispositivo está sendo alterado, a fim de que a publicação possa ocorrer até 30 de novembro.

35. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores?

Resposta a ser elaborada pelo NUMAG.

36. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juízes?

Para as remoções internas, o processo inicia-se com pedido da Corregedoria para que a Presidência publique edital de remoção. As inscrições dos interessados são feitas por meio de sistema informatizado. A Corregedoria presta as informações relativas a cada magistrado inscrito quanto ao atendimento ou não dos requisitos estabelecidos no art. 29 da Resolução n. 01/2008 do CJF e no art. 247, § 10, do Regimento Interno deste Tribunal. Após o transcurso do prazo para manifestação dos inscritos acerca das informações prestadas, o processo é submetido ao Órgão Especial para decisão, sendo, posteriormente, expedido o ato de remoção correspondente. Para as remoções externas, o juiz interessado em ser removido encaminha um ofício para a Presidência explicitando suas razões de pedir. O expediente é enviado ao NUMAG para instrução e, depois, à Corregedoria para prestar informações sobre o atendimento aos requisitos legais para apreciação do Órgão Especial (igualmente para remoção por permuta).

37. Como é aferido o merecimento?

A aferição do merecimento dos magistrados é feita conforme estabelece o parágrafo 2º, do art. 32, do Regimento Interno e a Resolução n. 106/2010 do CNJ, alterada pela Resolução n. 426/2021, analisando-se o desempenho, a presteza e a segurança do magistrado no exercício da jurisdição, bem como sua frequência e aproveitamento em eventos de aperfeiçoamento de magistrados reconhecidos pela EMARF. São coletadas as informações extraídas dos Sistemas desta Corregedoria, do Portal de Estatística, do Painel de Indicadores e de informações prestadas pela EMARF e pelo NUMAG, abarcando o exercício da jurisdição no 1º Grau nos últimos 24 meses, salvo em relação a juízes convocados, cujo período de 24 meses é contado retroativamente a partir da convocação.

38. Quais os critérios e procedimentos para promoções de juízes para acesso ao 2º

grau?

A partir do edital expedido pela Presidência, os interessados em concorrer à promoção encaminham os respectivos ofícios de inscrição. A Corregedoria presta as informações relativas a cada magistrado inscrito quanto ao atendimento às disposições legais supracitadas. De acordo com o art. 32, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Corte, tanto a antiguidade como o merecimento são apurados na classe de Juiz Federal. A promoção por merecimento pressupõe o exercício mínimo por cinco anos na classe, devendo o Juiz integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta. Na promoção por merecimento, a Corregedoria presta informações sobre o desempenho, a presteza e a segurança do magistrado no exercício da jurisdição, bem como sua frequência e aproveitamento em eventos de aperfeiçoamento de magistrados reconhecidos pela EMARF. Os dados são extraídos dos Sistemas desta Corregedoria, do Portal de Estatística, do Painel de Indicadores e de informações prestadas pela EMARF e pelo NUMAG.

39. Como é realizada a escala de plantão?

Conforme prevê o art. 115 da CNCR (Consolidação das Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região), o Plantão Judiciário é realizado em escala anual elaborada pelo Diretor do Foro de cada Seção Judiciária até 31 de julho do ano anterior, observada a ordem sequencial dos anuênios anteriores. A Direção dos Foros das Seções Judiciárias (DIRFOs) providencia a divulgação permanente da escala para um período mínimo de um mês, informando também os endereços e os telefones do Plantão Judiciário pelo sítio eletrônico do órgão judiciário respectivo e pela imprensa oficial. As DIRFOs fixam em locais visíveis ao público aviso mensal contendo as unidades plantonistas, endereços e telefones das unidades. A escala e eventuais alterações são comunicadas ao Corregedor Regional, ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública da União e à Advocacia Geral da União.

40. Existe regulamentação referente às matérias passíveis de apreciação em regime de plantão? Indicar.

Sim. O Plantão Judiciário (art. 107 da CNCR e Resolução CNJ n. 71/2009) destina-se exclusivamente ao exame das seguintes matérias: I - pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança em que figurar como coatora autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; II - medida liminar em dissídio coletivo de greve; III - comunicações de prisão em flagrante e concessão de liberdade provisória. IV - em caso de justificada urgência, de representação da autoridade policial ou do Ministério Público, visando à decretação de prisão preventiva ou temporária; V - pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; VI - medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; VII - medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos JEFs, limitadas às hipóteses acima.

41. Como funciona o sistema de plantão no 1º grau? São diários, finais de semana e feriados, recesso judicial? Qual o horário?

Como dispõe o art. 111 da CNCR, o Plantão Judiciário funciona nos horários e dias em que não houver normal expediente forense, conforme estabelecido em lei ou deliberado pelo TRF2, dentre os quais os seguintes: I - feriados legalmente estabelecidos; II - sábados e domingos; III - pontos facultativos estabelecidos pela Presidência do TRF2; IV - suspensão do expediente, pela Presidência do TRF2, decorrente de caso fortuito, força maior ou fator relevante que impeça ou dificulte a normal prestação do serviço judicial; e V - período

compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive. Nos dias sem expediente forense normal, há atendimento presencial ao público externo das 14 às 17 horas pelos magistrados e servidores vinculados à unidade plantonista, os quais permanecem em sobreaviso pelo tempo restante de Plantão Judiciário.

42. As causas já distribuídas e juízo prevento podem ser reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

Sim, porém a atuação do juiz de plantão é limitada aos casos de urgência, assim considerados aqueles em que haja sério risco de lesão irreversível ao direito postulado ou à garantia da aplicação da lei penal, tornando inadiável a apreciação do requerimento durante o período de plantão. Quanto ao critério, ressalta-se que, além da urgência da postulação, a atuação do juiz plantonista depende da demonstração da impossibilidade de postulação anterior, perante outro juízo, durante o horário regular de expediente, sendo analisada pelo Diretor de Secretaria a existência ou não de pedido anterior e idêntico, mediante consulta ao sistema eletrônico de acompanhamento processual, a fim de indicar possível prevenção ou repetição de demanda. Ademais, é vedado o encaminhamento de processo ao juízo de plantão para a realização de ato cartorário decorrente de decisão do juízo competente por distribuição, mesmo após o término do expediente normal.

Não têm sido registrados problemas ou irregularidades nos plantões jurisdicionais (a resposta foi reelaborada de acordo com informações fornecidas na entrevista).

43. Qual o procedimento referente aos feitos cujas decisões foram proferidas durante o plantão?

Após a assinatura da decisão, o processo é encaminhado ao servidor plantonista, o qual fica incumbido de dar prosseguimento ao feito por meio das intimações que se fizerem necessárias. Após a abertura do expediente, o processo é distribuído ou encaminhado ao juiz natural.

44. A unidade possui plano de gestão?

Esta Corregedoria não possui plano de gestão formalizado e unitário aplicado à totalidade da unidade. Todavia, cada um dos setores encontra-se estruturado em relação aos seus objetivos e metas, bem como, compromete-se em cumpri-los dentro do biênio da presente gestão. Dentre os objetivos e metas comuns a todos os setores da unidade estão: a revisão de processos do trabalho; a automatização/automação de procedimentos; a criação de ferramentas de controle, estatística e gestão (inclusive com a adoção de inteligência artificial); o aprimoramento das ferramentas e sistemas já existentes e sua adequação às necessidade vivenciadas; e a atualização da CNCR-2.

44.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A unidade encontra-se com a quantidade e a qualidade adequada, tanto de colaboradores (servidores, assessores, recursos humanos em geral), como no que diz respeito à materiais e suportes físicos de trabalho. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho se dá por meio da divisão nos setores outrora mencionados, os quais desenvolvem as respectivas atividades e sua parcela de gestão de forma eficiente. |

| | |
|---------------|--|
| c) resultados | Como resultados comuns a todos os setores, podem ser elencados: a disseminação dos processos de trabalho, a economicidade, a celeridade e a precisão. Tendo cada secção atingido resultados específicos dentro de tais categorias. |
|---------------|--|

44.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A presente gestão da Corregedoria tem como objetivos a serem alcançados: a) revisão dos processos de trabalho; b) atualização e aprimoramento da automação de procedimento; c) disseminação do conhecimento; d) fixação das boas práticas.

44.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Como ações direcionadas ao atingimento das metas e objetivos propostos, citam-se: a) o desenvolvimento do Plano de Trabalho Anual pela Corregedoria; b) a implementação e a atualização de ferramentas tecnológicas; c) a criação de novas funcionalidades às ferramentas e aos sistemas já existentes; d) o compartilhamento do trabalho em equipe; e) o aperfeiçoamento do JUIWEB.

45. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realização das atividades na modalidade híbrida de trabalho, com prevalência da execução remota de tarefas.

46. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Não foram indicados processos físicos ou eletrônicos para serem inspecionados.

Na unidade não existem processos físicos.

47. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com o Desembargador Corregedor e com os servidores titulares de cargos de chefia, nominados no item 6, no dia 4/4, das 15h às 17h no Gabinete da Corregedoria. A equipe já trabalha com o Corregedor há muito tempo, desde a 1ª instância, e demonstrou ser bem integrada e envolvida com as atividades da Corregedoria. Nenhuma dificuldade específica das atividades da Corregedoria foi destacada, mas foi observado que os principais problemas que afetam as varas de 1º Grau se referem basicamente à questão de prazos: a) processos parados; b) processos não conclusos; c) processos com conclusão vencida e não decididos ou sentenciados. Segundo informado, o controle dos prazos é feito estatisticamente, e foi realizada demonstração nos painéis de BI de como são identificados, classificados e acompanhados, em tempo real, a situação de cada unidade jurisdicional, em particular pelo painel de Plano de Trabalho. De acordo com informação do Desembargador Corregedor, o maior problema situa-se na fase de execução das decisões judiciais.

Outro problema apontado relaciona-se ao fato de o PJeCOR não ser compatível com o eproc.

As boas práticas identificadas em unidades jurisdicionais são comunicadas às demais, para sua difusão e aplicação.

Atualmente são utilizados na Corregedoria os seguintes sistemas eletrônicos: a) eproc; b) PJeCOR; c) SIGA; d) JUIWEB e 5) SEI, para comunicação com o CJF.

Os processos disciplinares seguem o PJeCOR, mas o julgamento é realizado no eproc, por não serem os sistemas compatíveis.

O JUIWEB é utilizado para comunicação com os magistrados e registros de alterações funcionais, férias, licenças, designações etc.

Outra preocupação demonstrada diz respeito à criação de 08 Núcleos 4.0, como consequência da extinção das Varas Federais dos Desembargadores, promovidos e a serem promovidos, em função da ampliação do TRF2, por força da Lei n. 14.253, de 30/11/2021. Com efeito, a ampliação do Tribunal será feita com os servidores, cargos e funções das referidas varas, reduzindo a força de trabalho e os cargos e funções comissionadas de 1ª Grau. Ademais, os processos em curso nas varas a serem extintas, convertidas em Núcleo de Justiça 4.0, serão redistribuídos para as demais varas de mesma competência, de acordo com a Resolução n. TRF2-RSP-2022/00029, de 29/3/2022, as quais, também, terão aumento de distribuição, em virtude de novos processos.

48. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, não houve alteração da situação da Corregedoria Regional. Não existem processos pendentes para decisão, estando a demanda sobre controle e em dia. A Corregedoria está bem organizada e em ordem.

Importante registrar não ter o TRF2 observado a disposição do CNJ, fundada em decisões do STF, no sentido de não restringir a promoção de juizes, pelo critério de merecimento, aos magistrados integrantes do primeiro quinto da lista de antiguidade. A opção feita pelo TRF2 restringe o universo de magistrados que podem disputar as promoções e, ao mesmo tempo, viola o direito constitucional dos Magistrados Federais da 2ª Região ao instituir requisito não previsto na Constituição Federal, como critério de promoção por merecimento.

49. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Estudar o impacto que a criação dos novos gabinetes no TRF2, em função da ampliação do Tribunal, terá na estrutura de 1º Grau e em que medida afetará a prestação jurisdicional;

b) Propor soluções para mitigar os efeitos negativos da extinção das varas federais em função da conversão em Núcleos de Justiça 4.0, por meio da Resolução/TRF2 n. 14,

de 25/2/2022, para possibilitar a instalação dos novos gabinetes, principalmente em virtude da redistribuição dos acervos de processos das referidas varas federais, do aumento da distribuição de novos processos às varas remanescentes;

c) Definir como a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 pode mitigar os problemas decorrentes da diminuição do número de varas e servidores lotados no 1º Grau, bem como dos respectivos cargos e funções comissionadas, em virtude da destinação da quase totalidade dos servidores das varas extintas para os novos gabinetes;

d) Procurar desenvolver ferramenta tecnológica que possibilite a compatibilização entre o PJeCOR e o eproc.

II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Paulo Espirito Santo

2.2 Turma

1ª Turma Especializada e 1ª Seção Especializada

2.3 Competência

Criminal, Previdenciário, Marcas de Patentes, Benefício Assistencial (BPC/LOAS)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Espirito Santo

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juíza Federal Convocada Andrea Daquer Barsotti Período da convocação de 11/6/2019 a 11/3/2022 - Primeiro ato de convocação foi pelo período de 18 (dezoito) meses através do Ato TRF2-ATP-2019/00271 (de 11/6/2019 a 10/12/2020). Prorrogado pelo período de 6 (seis) meses pelo Ato TRF2-ATP-2020/00390 (de 11/12/2020 a 11/6/2021), que por sua vez, foi prorrogado pelo Ato TRF2-ATP-2021/00332 até 19 de novembro de 2021, prorrogado mais uma vez pelo Ato n. TRF2-ATP-2021/00544 até 11 de março de 2022.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Solange Paes da Cruz - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|---|
| Servidores efetivos | 11- Barbara Aguirre, Carlos Nascimento, Antonio de Andrade, Fátima Fernandes, Fernando Vicente, Letícia |
|---------------------|---|

| | |
|-------------------------------|---|
| | Cruz, José Eduardo de Figueiredo, Raphael Vianna, Leonardo Henrique, Joanne Silva, Luise Mascarenhas. |
| Servidores sem vínculo | 3 - Solange Paes da Cruz, Rosangela Saramago, Luis Saint-Martin |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 4 - Mayara Marinho, Ricardo Lemos, Lucas Eduardo Campos, Rafaela Moreira Cruz. |
| Outros | 3 - Elizabeth Ciriaco, Bruno, Ruas |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 1.568 |
| Processos suspensos/sobrestados | 20 |
| Processos conclusos | 713 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 1.568 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.809 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 713 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 417 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 20 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 9 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Houve auxílio da Juíza Federal Convocada Andrea Daquer que atua preferencialmente na área Cível, usando a equipe de servidores do gabinete, permitindo, assim, a total dedicação do Desembargador Federal Paulo Espírito Santo aos processos criminais e de marcas e patentes que exigem um maior cuidado e labor cognitivo do magistrado, |

| | |
|---|--|
| | sobretudo os penais que tratam de direitos sensíveis como liberdade, vida, patrimônio. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 49 |
| Mandados de segurança | 2 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 11 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 35 |
| Outros | 1 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 1.384 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 0 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 531 |
| Outros | 853 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 1.384 |
| Apelações cíveis | 827 |
| Agravos de instrumento | 193 |
| Outros | 36 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 21 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 2 |
| Habeas Corpus | 11 |
| Revisões criminais | 2 |
| Outros | 6 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 114 |
| Apelações | 95 |
| Recursos em Sentido Estrito | 3 |
| Recursos em Habeas Corpus | 1 |

| | |
|-------------------------------------|----|
| Recursos em Mandado de Segurança | 1 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 15 |
| Outros | 1 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|----|
| Total de feitos com réus presos | 11 |
| Apelações | 1 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 5 |
| Outros | 5 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 20 |
| Por IRDR | 2 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 17 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|---|
| Embargos de declaração | 2 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Agravos legais/regimentais | 0 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|---|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 8 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 1 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 14 |
| Ano anterior | 106 |
| 2º ano anterior | 26 |
| 3º ano anterior | 10 |
| 4º ano anterior | 0 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 12 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|----|
| Ano atual | 15 |
| Ano anterior | 90 |
| 2º ano anterior | 26 |
| 3º ano anterior | 11 |
| 4º ano anterior | 2 |
| 5º ano anterior | 3 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 4 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 10 |
| Ano anterior | 109 |
| 2º ano anterior | 22 |
| 3º ano anterior | 21 |
| 4º ano anterior | 5 |
| 5º ano anterior | 3 |
| 6º ano anterior | 1 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 3 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 0 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 1 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.382 |
| Total de Processos julgados | 1.957 |
| Total de Processos baixados | 2.619 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 425 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -237 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 24 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 18 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.395 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.038 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 122 |
| Processos julgados no ano corrente | 1 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 675 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 100% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a

31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.498 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 492 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 8 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 683 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,5% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 130 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 140,7% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 105 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 8 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 132,0% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em Março de 2020 | 56 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 56 |
| Taxa de congestionamento em Março de 2021 | 40 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|----------------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | não se aplica. |
| Pendentes em 31/12/2021 | não se aplica. |
| Porcentagem de atendimento da meta | não se aplica. |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de | - |
|--|---|

| | |
|---|---|
| referência e não julgados | |
| Pendentes no último dia do mês anterior | - |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 190 |
| Processos baixados no ano anterior | 154 |
| Processos julgados no ano anterior | 183 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 13 |
| Processos baixados no ano corrente | 93 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Realização de reuniões periódicas para controle e balanço das atividades realizadas no gabinete, estabelecendo estratégias de redução de acervo, sobretudo, em matéria previdenciária.

5.15 META 12/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 – Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 0 |
| 3619 – Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 – Da Poluição | 0 |
| 3429 – Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 – Agrotóxicos | 0 |
| 3623 – Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 – Caça | 0 |
| 3626 – Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 – Pesca | 0 |
| 3651 – Crimes Agrários | 0 |

| | |
|--|---|
| 4794 – Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 – Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 – Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 – Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 – Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 – Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 – Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 – Terras Indígenas | 0 |
| 10095 – Águas Públicas | 0 |
| 10102 – Terras Indígenas | 0 |
| 10103 – Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 – Restituição de área – FUNAI | 0 |
| 10105 – Demarcação | 0 |
| 10106 – Recursos Minerais | 0 |
| 10108 – Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 – Meio Ambiente | 0 |
| 10111 – Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 – Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 – Flora | 0 |
| 10114 – Fauna | 0 |
| 10115 – Transgênicos | 0 |
| 10116 – Agrotóxicos | 0 |
| 10118 – Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 – Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 – Ambiental | 0 |
| 10397 – Sanitárias | 0 |
| 10438 – Dano Ambiental | 0 |
| 10986 – Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 – Mineração | 0 |
| 11823 – Reserva legal | 0 |
| 11824 – Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 – Poluição | 0 |
| 11826 – Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 – Zona Costeira | 0 |
| 11828 – Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 – Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 – Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 – Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 – Política Agrícola | 0 |
| 11853 – Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 – Saneamento | 0 |
| 11873 – Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 – Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 – Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 – Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

No relatório de inspeção de 2020 foram feitas três recomendações: A) criação de um plano estruturado e estratégico para o aprimoramento das ferramentas e para o cumprimento de metas; B) implementação de teletrabalho em razão do aumento da produtividade e por causa da saúde do servidor; C) disponibilização prévia dos votos já incluídos em pauta.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Em razão da recomendação “A” passamos a utilizar um plano estruturado e estratégico para o aprimoramento das atividades desenvolvidas. Para melhor organização dos processos, os acervos são divididos por matéria. As divisões consideram o número de assessores, cada um deles responsável por administrar o próprio acervo. Além disso, seguimos um procedimento padrão quando da entrada de processos no gabinete. O plano leva em conta também as decisões liminares e demais intempéries que fazem parte da atmosfera da unidade. Sobre a recomendação “B”, informo que, com a pandemia, todos os servidores estão trabalhando de forma remota. Válido mencionar que a produtividade aumentou sobremaneira e que só trabalhamos com processos eletrônicos. O Sistema Apolo não está mais em operação. Com relação à recomendação da letra “C” do r. relatório informamos à Corregedoria-Geral da Justiça Federal sobre as providências adotadas para o integral cumprimento através do OFÍCIO n.TRF2-OFI- 2021/08425.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

No tocante à Meta 1- CNJ verificamos que foram distribuídos 2.395 proc. e 2.038 proc. foram julgados no exercício de 2021. Foi cumprida, portanto, 86,03 % , restando 13,97%. No ano de 2021 houve períodos em que o trabalho dos servidores passou a ser presencial, fato que acabou por impactar no total de feitos julgados, já que a produtividade fica prejudicada quando temos o contexto fático do servidor ter que se deslocar para a sede do

Tribunal, trabalhar somente naquele horário de expediente, e isso acaba acarretando uma redução no número de processos a serem minutados e conseqüentemente julgados. De qualquer forma, neste ano de 2022, tivemos pouco tempo de trabalho presencial na sede do Tribunal até o momento e com o trabalho integralmente em regime remoto, o saldo deverá ser mais produtivo e positivo no tocante ao julgamento dos recursos em relação à distribuição de novos feitos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Em face da pandemia que assolou o mundo, no ano de 2020, houve uma mudança substancial no trabalho do gabinete, já que estávamos acostumados ao trabalho presencial. De qualquer maneira, começamos a fazer adaptações para que o trabalho do gabinete pudesse ser o mais produtivo possível. E realmente verificamos que a produtividade cresceu bastante com o trabalho remoto, pois os servidores tiveram maior tempo disponível já que não precisaram se deslocar de suas residências para a sede do Tribunal, aliado ao fato de que o Sistema eproc, utilizado se mostrou altamente adaptável ao trabalho remoto, integrando as unidades do Tribunal de maneira muito eficaz. Portanto, apesar do momento difícil, a prestação jurisdicional não sofreu nenhuma redução, ao contrário, conseguiu-se avançar no julgamento dos feitos, com rapidez e eficiência.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Solange Paes da Cruz - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Com o trabalho remoto, a metodologia de trabalho não mudou, apenas conseguimos alcançar um nível bem mais evoluído no tocante à produtividade com o julgamento de mais processos, especialmente nas sessões virtuais.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, todos os servidores e estagiários do gabinete estão trabalhando em regime de teletrabalho, em face da situação pandêmica ainda persistente em nosso Estado.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente o teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O Gabinete não tem necessitado estabelecer cotas para os servidores, já que cada qual sabe como deve proceder, tendo em vista que o trabalho já vinha sendo desenvolvido de acordo com o perfil de cada servidor. Portanto, a distribuição é feita de acordo com esse perfil profissional e tem dado certo, ao longo dos últimos anos, diante da atuação sempre eficiente do Desembargador Federal Paulo Espírito Santo que prestigia seus funcionários, mas também exige o comprometimento com a prestação jurisdicional, em face das matérias que são de competência do Gabinete que envolvem direitos e garantias individuais inafastáveis que são, a liberdade de ir e vir, e também a assistência social e previdenciária para os mais carentes.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Como dito acima, a metodologia do trabalho vem dando certo, já que o nosso acervo não tem sofrido aumento quantitativo. Apenas nestes dois últimos anos, verificamos uma pequena elevação no percentual de feitos distribuídos ao Gabinete, já que o trabalho remoto trouxe uma maior eficiência na produtividade mas igualmente aumentou sensivelmente o número de recursos encaminhados para julgamento, diante da celeridade do sistema eproc na tramitação em geral.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há mais processos físicos no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não temos processos físicos. Com relação aos processos eletrônicos utilizamos somente o sistema eproc. Os processos são organizados em localizadores por matéria e por servidor. No eproc o processo é quântico, o que significa dizer que ao ser remetido para outro setor ele continua em localizador do gabinete do relator, em razão disso também temos um localizador para cada lugar que se faz a remessa.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Esse controle é feito pela Chefia de Gabinete com o auxílio de servidores que trabalham na parte administrativa e também judicial. Na verdade, todos os servidores trabalham na elaboração de minutas e alguns acumulam a parte administrativa (inclusão de feitos na pauta, distribuição dos recursos para andamento de acordo com a sua especificidade, interação com as outras unidades, sejam gabinetes ou subsecretarias, etc)

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, coletivas, na verdade, como mencionado anteriormente, a distribuição do trabalho leva em conta o perfil profissional de cada servidor, objetivando que cada um faça o seu melhor, dentro das suas limitações naturais.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não temos essa política de recompensa, já que o trabalho vem sendo desenvolvido em *home office*, o que traz uma maior flexibilidade e disponibilidade para que os servidores consigam atingir suas metas pessoais e profissionais, no sentido de colaborar com a entrega da prestação jurisdicional com a maior celeridade e eficiência possível.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, É feita essa triagem, normalmente quando o processo chega ao gabinete. Independentemente dessa primeira triagem, ainda é feita nova análise pelas Assessorias seja Criminal ou Cível.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, mas em poucos casos. Normalmente, o Desembargador Federal Paulo Espírito Santo prefere as decisões que são levadas ao Colegiado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

De acordo com a matéria discutida, especialmente no tocante aos feitos de natureza

previdenciária, consegue-se padronizar, em algumas hipóteses, diante de Enunciados do STJ e STF, as minutas de matérias já discutidas e decididas nos Tribunais Superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Como o gabinete é formado em sua maior parte por servidores muito antigos, essa necessidade de capacitação não é muito sentida, até o momento. Até os servidores que chegaram há menos tempo, isto é, três anos atrás vêm demonstrando total adaptação ao trabalho e contribuindo muito para a celeridade e eficiência na integração e desenvolvimento do trabalho em grupo no gabinete.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Com relação ao controle, além de ficar no localizador da Secretaria, o processo por ser quântico (ficar em dois ou mais lugares ao mesmo tempo) também fica em localizador do gabinete nomeado como "Suspensos". Se o processo estiver suspenso por determinação do magistrado do gabinete o controle é feito automaticamente pelo sistema que ao fim do prazo muda o processo para o localizador de "DECURSO DO PRAZO". Se estiver suspenso em razão da sistemática dos repetitivos fazemos o controle em conjunto com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes que nos informa sempre que um tema repetitivo é julgado possibilitando que façamos a varredura no localizador para encontrar processos sobre aquele tema. O sistema eproc também possui ferramentas que nos permitem encontrar processos de acordo com o tema a que estiver vinculado. Sobre as matérias suspensas, temos muitos processos suspensos em razão de tema repetitivos em previdenciário dentre os quais cito o Tema 1102 do STF e 1124, 951, 999 do STJ.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

No momento não. Mas já houve há uns quatro anos atrás um mutirão do INSS para homologação de pedidos de desistência de recursos que foram extintos, por força da iniciativa da Autarquia Previdenciária.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não. Mas continuamos com o precioso auxílio da Juíza Federal Convocada Andrea Daquer Barsotti que é uma excelente Magistrada, principalmente na matéria previdenciária.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Normalmente, na sessão seguinte, a não ser que haja algum tipo de dificuldade na questão a ser dirimida.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através do acompanhamento pelos servidores das decisões dos Tribunais Superiores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, Os Magistrados compartilham o voto a ser proferido em sessão virtual ou por videoconferência para facilitar o andamento da sessão e a coleta dos votos.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

A matéria penal tem normalmente uma sessão virtual por semana e as cíveis duas vezes por mês.

28. A unidade possui plano de gestão?

Até o momento não se mostrou necessário estabelecer um plano de gestão mais específico, porque como mencionado anteriormente, o trabalho vem sendo desenvolvido de forma bem

razoável, culminando com o desempenho eficiente, acarretando uma boa administração do acervo.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Esta unidade dispõe de recursos humanos e materiais suficientes para o bom andamento dos trabalhos. |
| b) gestão do trabalho | O gabinete segue um plano estratégico com divisão de tarefas e estipulação de metas. |
| c) resultados | Os resultados das metas estabelecidas são acompanhados mensalmente, utilizando várias ferramentas, dentre as quais cito o portal de estatísticas do Tribunal Regional Federal. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Procurar manter a produtividade do gabinete em nível cada vez mais alto, objetivando a entrega da prestação jurisdicional plena e eficaz.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

No momento, o cumprimento do plano estratégico e a permanência do trabalho remoto está contribuindo muito para que possamos alcançar cada vez mais um nível de excelência no trabalho.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Sem dúvida alguma, o trabalho remoto, que se mostrou totalmente viável e adaptável ao sistema de julgamento rápido, eficaz e acessível a todos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Normalmente, fazemos uma pesquisa no portal de estatísticas do Tribunal para acompanhar a evolução e movimentação dos processos de responsabilidade do gabinete.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 50497403720184025101 | 18/6/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão virtual de 8/2/2022 - Voto e Acórdão juntado aos autos em 17/2/2022. | | |
| 50049997820214020000 | 28/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Autos remetidos para o gabinete 03 e por ele incluído na pauta de 12/4. Processo concluso para este gabinete por equívoco. Conforme evento 45 o processo deveria ter sido concluso para o GAB 03 em razão do pedido de vista realizado pelo juiz federal convocado daquele gabinete. | | |
| 50703144720194025101 | 9/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 8/4/2022. | | |
| 00064661420184025003 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50012133220204025118 | 9/6/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 00325875720174025151 | 14/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50103122320194025001 | 18/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 00175447520184025109 | 5/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50317578820194025101 | 5/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 00549301320164025109 | 5/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50015529420204025116 | 9/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50077471420184025101 | 7/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50012420920204025110 | 8/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50020161920204029999 | 1º/12/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Decisão proferida no sentido de reconsiderar a determinação de suspensão do processo do Evento 6, DESPADEC1. Determinada, ainda, a inclusão do feito em pauta para julgamento na sessão virtual de 8/4/2022. Decisão proferida em 23/2/2022. | | |
| 01619938720174025101 | 19/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação : 01619938720174025101 | | |
| 50040739820184025110 | 24/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada a suspensão do processamento do feito até o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do Tema Repetitivo n. 1.124 - decisão suspendendo este processo foi proferida em 9/2/2022. | | |
| 50033847220184025104 | 19/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50265614020194025101 | 2/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50045620820184025120 | 9/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50000618420194029999 | 25/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinada a intimação dos herdeiros para habilitação tendo em vista o falecimento do apelado - despachado em 23/2/2022. | | |
| 50006888820194029999 | 4/4/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinada a intimação dos herdeiros para habilitação tendo em vista o falecimento da apelada - despachado em 23/2/2022. | | |
| 50142323020184025101 | 5/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho em 10/2/2022 não conhecendo dos embargos infringentes, nos termos do artigo 44, §1º, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal c/c artigo 932, III, do CPC. | | |
| 50121145320214020000 | 26/8/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Despacho concedendo o pedido liminar proferido em 14/2/2022. | | |
| 50107192620214020000 | 30/7/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50094678520214020000 | 6/7/2021 | Agravo de Instrumento |

| | | |
|---|-----------|-----------------------|
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50061585620214020000 | 20/5/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta por videoconferência de 12/4/2022. | | |
| 50069207220214020000 | 7/6/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |
| 50098843820214020000 | 14/7/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta virtual de 10/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo todos eletrônicos.

Em relação aos processos inspecionados, estão todos regularizados, havendo recomendações pontuais, para observar em casos futuros, ou relacionadas ao próximo passo do processo, todas elas indicadas ao lado de cada um na listagem. Ressalta-se que diversos feitos da listagem foram rapidamente incluídos em sessão de julgamento, demonstrando novamente a eficiência e celeridade processual na unidade inspecionada.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade integra a 1ª Turma, especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial. Em razão do acúmulo de competências (cível e criminal) e suas peculiaridades, os 16 (dezesesseis) servidores dividem-se em dois núcleos: penal e cível (previdenciário/propriedade industrial). O núcleo penal conta com 4 servidores, sendo uma assessora. Já o núcleo cível conta com 10 servidores, dois deles assessores, sob a direção da Juíza Federal Auxiliar (Dra. Andréa Daquer Barsotti).

A **chefe de gabinete**, com o auxílio eventual de dois servidores, é responsável pela parte administrativa da unidade (gestão de pessoal, e-mails, documentos, etc...). Além disso, recebe os processos, efetua uma triagem inicial, separando-os por prioridades (com a inserção de localizadores), e monitora a produtividade dos servidores e o cumprimento de metas individuais, coletivas ou legais.

No **núcleo penal**, os habeas corpus e medidas urgentes ficam a cargo da assessora, que distribui os demais feitos (apelações criminais, embargos infringentes) à equipe e gerencia o trabalho, sob a orientação direta do Desembargador Federal.

No **núcleo cível**, a assessoria distribui os processos urgentes, sob a orientação da juíza auxiliar. Uma das assessoras responde pelas minutas de agravos e pelos processos de propriedade industrial. Houve sensível redução do acervo de matéria previdenciária, graças aos mutirões divididos por matéria (benefícios por incapacidade, LOAS e pensão por morte) e promovidos pela juíza auxiliar.

Não há mais processos físicos na unidade e, nos dois núcleos (penal e cível), os processos são organizados por localizadores, com tratamento diferenciado àqueles com prioridades legais e relativos às metas CNJ.

O gabinete mantém como meta permanente julgar maior número de processos que os distribuídos, seguindo a ordem cronológica e, quando possível, utilizando-se de decisões monocráticas terminativas.

Atualmente todos os servidores exercem o teletrabalho em sistema de escala, dentro do limite estabelecido pela Presidência do Tribunal, garantindo o atendimento presencial. No período da pandemia de Covid-19, o teletrabalho gerou um aumento na produtividade, mantendo-se a qualidade e a eficácia da prestação jurisdicional. Além disso, o sistema eproc mostrou-se altamente adaptável ao trabalho à distância e à limitação ao atendimento presencial.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 167 para 713. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 417 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 713.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 29, na última inspeção, para 2, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, que não reduziu o acervo de processos nos últimos 12 meses, mas conseguiu o cumprimento das metas nacionais gerais e específicas, deixando de atingir somente a Meta 1.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Houve ênfase na necessidade da manutenção do teletrabalho implantado, inicialmente em razão da pandemia do Covid-19, mostrando-se responsável direto do aumento da produtividade e plena adaptação dos servidores da unidade inspecionada, com a melhora da prestação jurisdicional desempenhada, com economia de recursos, de tempo e deslocamentos, além de aumento da segurança pessoal dos servidores, sendo sugerida a possibilidade de aumento do percentual atualmente permitido pela Portaria da Presidência do TRF-2 (50%).

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) disponibilizar com maior antecedência os votos já incluídos em pauta, para aperfeiçoar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressalvados casos específicos, sugerindo-se o prazo de uma semana antes de cada sessão.

b) aperfeiçoar a metodologia em vigor com relação à revisão dos processos criminais, sem necessidade de elaboração prévia de “voto-revisor” minucioso, documento que, no caso de julgamento unânime futuro, acaba sendo desconsiderado, tornando mais célere a inclusão dos feitos em pauta de julgamento e diminuindo o tempo de sua tramitação.

c) manter o teletrabalho, implantado em maior escala em função da pandemia do Covid-19, tendo em vista o aumento da produtividade, a diminuição do acervo e plena adaptação dos servidores da unidade inspecionada.

d) fomentar a realização de mutirões por tema/matéria, como forma de redução do acervo de processos previdenciários.

e) analisar a possibilidade de alteração regimental quanto às matérias atualmente afetas à competência da unidade, com especialização (e separação) das áreas criminal e previdenciária.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Antonio Ivan Athié.

2.2 Turma

Primeira Turma Especializada

2.3 Competência

Criminal, Previdenciário e Propriedade Industrial/intelectual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Antonio Ivan Athié.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim, o Juiz Convocado Dr. Fábio de Souza Silva até 26 de agosto de 2021, e o Juiz Federal Convocado Dr. Marcelo da Rocha Rosado, desde 22 de outubro de 2021 até a presente data.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Sergio Claudio de Abreu Freitas.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 17 |
| Servidores sem vínculo | 1 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 2.681 |
| Processos suspensos/sobrestados | 13 |
| Processos conclusos | 1.690 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados..

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 2.681 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.326 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.690 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.332 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 13 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 5 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Sim, o Juiz Convocado atuou nos processos de natureza cíveis. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não. |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não. |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Número na data anterior 3.326 Número na data posterior 2.681 |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | 2.913 |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 54 |
| Mandados de segurança | 3 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 9 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 42 |
| Outros | 0 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.321 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 2 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 963 |
| Outros | 1.356 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 2.321 |
| Apelações cíveis | 1.360 |
| Agravos de instrumento | 305 |
| Outros | 656 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 34 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 18 |
| Revisões criminais | 4 |
| Outros | 12 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 272 |
| Apelações | 253 |
| Recursos em Sentido Estrito | 4 |
| Recursos em Habeas Corpus | 1 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 1 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 13 |
| Outros | 2 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|----|
| Total de feitos com réus presos | 18 |
| Apelações | 8 |
| Ações penais | 0 |

| | |
|---------------|---|
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 8 |
| Outros | 2 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 13 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 3 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 51 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 26 |
| Agravos legais/regimentais | 2 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 1 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 34 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 20 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 38 |
| Ano anterior | 265 |
| 2º ano anterior | 268 |
| 3º ano anterior | 59 |
| 4º ano anterior | 9 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 29 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 21 |
| Ano anterior | 207 |
| 2º ano anterior | 90 |
| 3º ano anterior | 33 |
| 4º ano anterior | 13 |
| 5º ano anterior | 1 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 10 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|-----|
| Ano atual | 21 |
| Ano anterior | 230 |
| 2º ano anterior | 60 |
| 3º ano anterior | 37 |
| 4º ano anterior | 10 |
| 5º ano anterior | 5 |

| | |
|--------------------------------|---|
| 6º ano anterior | 3 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 9 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 0 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 1 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.373 |
| Total de Processos julgados | 2.016 |
| Total de Processos baixados | 2.925 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 357 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -552 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|-----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 100 |
| Total de feitos não regularizados | 22 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 31 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.370 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.261 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 114 |
| Processos julgados no ano corrente | 14 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.431 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 6 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,6% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.491 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 26 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de | 1.428 |
|--|-------|

| | |
|---|-------|
| referência e não julgados | |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 39 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 97,3% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.138 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 33 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 114,2% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 360 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 74 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 113,5% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 227 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 66 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 101,3% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em Março de 2020 | 70 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 72 |
| Taxa de congestionamento em Março de 2021 | 46 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Desconsiderar. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Desconsiderar. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Desconsiderar. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 175 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Processos baixados no ano anterior | 233 |
| Processos julgados no ano anterior | 303 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 17 |
| Processos baixados no ano corrente | 78 |
| Processos julgados no ano corrente | 5 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

A Meta 9/2021 do CNJ é um acordo em que o Brasil faz parte junto com mais 192 países, sob a coordenação das Nações Unidas, e tendo 17 objetivos. O Tribunal deverá promover ações de prevenção e desjudicialização de litígios, tendo foco na ODS. O nosso gabinete focará nos objetivos 03 e 16: Objetivo 03 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem estar para todos, em todas as idades; Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, promovendo o acesso à justiça para todos. Em suma, preservaremos ter um gabinete com clima de harmonia interna, assegurando a saúde física e mental dos integrantes, sejam eles, magistrados, servidores, estagiários ou terceirizados, alinhando ao proposto pela a ODS, priorizando os processos com crianças, adolescentes, idosos, mulheres, réus presos, trabalho escravo e tráfico de pessoas (preservação dos direitos humanos), agindo de forma a dar maior celeridade processual e esses feitos.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 10 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 1 |
| 3621 - Da Poluição | 1 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |

| | |
|--|---|
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Manutenção do balcão virtual mesmo após o retorno do trabalho presencial ao Tribunal.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 – Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) Elaboração de plano de gestão de acervo, com marcadores objetivos, com relação aos tipos de processos e tempo estimado para a conclusão da meta estabelecida.

b) Flexibilização das metas individuais quando as condições de trabalho se mostrarem adversas, mas também a sua reavaliação periódica, em razão da facilidade de acesso aos processos eletrônicos pelo sistema eproc; c) disponibilização prévia dos votos já incluídos em pauta, para otimizar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressaltados casos específicos; d) Cumprir as recomendações constantes do item 11.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Com relação ao item b, não houve necessidade de flexibilização das metas individuais ante a migração de todos os processos que constavam no Sistema Apolo para o Sistema eproc, tendo havido, inclusive, aumento da produtividade. Com relação ao item c, a disponibilização prévia dos votos dos feitos incluídos em pauta de julgamento é via e-mail, no dia anterior ao da sessão. Quanto aos procedimentos pós-sessão, até o momento não houve evento que demandasse qualquer providência. Quanto ao item d, todos os processos foram regularizados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Ficou pendente de cumprimento a recomendação constante do item a (elaboração de plano de gestão de acervo, com marcadores objetivos, com relação aos tipos de processos e tempo estimado para a conclusão da meta estabelecida), por conta das restrições advindas da pandemia. O plano de gestão continua em elaboração.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim! A Meta 1 - PRODUTIVIDADE (Julgar mais processos que os distribuídos), em que foi atingido 96,42% e a Meta 12 - IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE AÇÕES AMBIENTAIS (Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental), na qual foi atingido o percentual de 53,85%. Foi solicitado à Assessoria prioridade no alcance das mencionadas metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A triagem inicial dos processos é efetuada pelos Assessores responsáveis; A classificação é efetuada entre processos urgentíssimos, urgentes e comuns; Há separação dos feitos por prioridade legal, e os que fazem parte das metas estabelecidas pelo CNJ são sempre monitorados pelo Portal de Estatísticas; O controle é feito pelos Assessores e pelo Chefe de Gabinete sempre seguindo a orientação do Magistrado; São fixadas metas por servidor, observando-se a capacidade de trabalho de cada um; Acompanha-se o desempenho dos servidores e havendo dificuldade sugere-se cursos de capacitação; A gestão de pessoal é realizada pelo Chefe de Gabinete, com o controle de frequência diário e acompanhamento das tarefas realizadas pelos servidores em teletrabalho; Os Advogados são atendidos por servidor destacado, e quando requerido, o Desembargador os recebe, por ordem de chegada, sem a necessidade de agendamento prévio; As recomendações de inspeções anteriores são adotadas como prioridades na unidade.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Sergio Claudio de Abreu Freitas - Chefe de Gabinete; Carlos Marcelo dos Santos - Assessor de Juiz e Mariângela Dias Bastos Cavichini Baliane - Assessor Judiciário.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

É feita pelos assessores em conjunto com o chefe de gabinete. O gabinete é dividido em matérias criminal e cíveis, sendo os servidores especializados por matéria e assuntos específicos, nos casos em que são repetitivos. Há quatro servidores executando atividades administrativas, um na segurança do magistrado, e os demais envolvidos nas atividades fim (Confecção de minutas).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho era parcial antes da pandemia do Covid 19, porém com Resoluções editadas e publicadas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, passou a ser integralmente remoto.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

São fixadas as metas, observando a capacidade de trabalho de cada um, bem como o grau de dificuldade do trabalho a ser elaborado.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Pelos Assessores junto com o Chefe de Gabinete. Acompanha-se o desempenho dos servidores e, sendo verificada alguma dificuldade para a realização das tarefas a eles atribuídas, sugere-se cursos de capacitação, tais como os que são oferecidos pelo nosso Tribunal.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Localizadores

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os assessores, por meio do Sistema Processual eproc e do Portal de Estatísticas do TRF2, fazem o controle do acervo.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, as metas dos servidores são individuais.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Por enquanto não há, mas está sendo estudada esta possibilidade no projeto do plano de gestão do gabinete.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há separação dos feitos por prioridade legal, sendo que a tramitação dos feitos que fazem parte das metas do CNJ são sempre monitorados com a utilização do Portal de Estatísticas.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Por meio de recursos disponíveis para minutas no eproc, tais como "texto padrão" e "modelos".

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

De acordo com as avaliações das chefias imediatas (Assessores e Chefe de Gabinete). Caso entendam, são indicados cursos de capacitações oferecidos pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é feito na Subsecretaria da 1ª Turma Especializada e são as matérias afetadas por Temas do STJ e STF em sua maioria.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Sim, o Juiz Federal Convocado Dr. Fábio de Souza Silva até 26 de agosto de 2021, e depois do Juiz Federal Convocado Dr. Marcelo da Rocha Rosado de 22 de outubro de 2021 até a presente data.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente na sessão seguinte. Na impossibilidade, em no máximo, duas sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pelo Sistema Processual eproc e pelo Portal de Jurisprudência do TRF2.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, por e-mail, e também são colaborados no eproc na aba "sessão de julgamentos".

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Por meio do sistema processual do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (sistema eproc).

28. A unidade possui plano de gestão?

Em elaboração.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A Gestão de Pessoal é realizada pelo Chefe de Gabinete, com controle de frequência diário e acompanhamento das tarefas realizadas pelos servidores em teletrabalho. Os recursos materiais são aqueles fornecidos pelo TRF 2. |
| b) gestão do trabalho | Após a fixação das metas individuais dos servidores, o seu cumprimento é avaliado pelos Assessores, que fazem uma avaliação dos fatores intervenientes, caso não sejam cumpridas. |
| c) resultados | Embora ainda não esteja implementado um plano de gestão estruturado na unidade, as metas vem sendo alcançadas de forma satisfatória. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

No momento, cumprir as Metas 1 e 12 do CNJ, assim como a Meta C do CJF.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Dar prioridade aos feitos relativos as metas a serem alcançadas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A manutenção de 50% do efetivo de servidores que produzem minutas para votos poderem trabalhar em *home office*.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Utilizando o recurso "Relatório Geral" no Sistema Processual eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|----------------------|
| 50348271620194025101 | 3/6/2020 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Determinada a remessa dos autos ao relator para juízo de retratação. O processo foi incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50121659820204020000 | 16/9/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo em dia; incluído na pauta de julgamento do dia 3/3/2022. | | |
| 00051967820064025001 | 26/2/2021 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------|
| Observação: Processo em dia; incluído na pauta de julgamento do dia 3/3/2022. | | |
| 50000569120214029999 | 14/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50002214120214029999 | 10/2/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 01025450820164025106 | 29/5/2020 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 8/4/2022. | | |
| 50005712920214029999 | 25/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50202290320184025001 | 27/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50175737320184025001 | 2/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50012416720214029999 | 17/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50018000820204025004 | 12/05/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 00168654220174025002 | 1º/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 00000526620214020000 | 23/2/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 8/4/2022. | | |
| 50016238420214020000 | 15/2/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 01720791120174025104 | 26/9/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 10/3/2022. | | |
| 50506632920194025101 | 1º/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Virtual de 8/4/2022. | | |
| 50047373120214020000 | 22/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Ordinária de 12/4/2022. | | |
| 50049989320214020000 | 28/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Ordinária de 12/4/2022. | | |
| 50051833420214020000 | 30/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Processo incluído na Pauta de Julgamentos da Sessão Ordinária de 12/4/2022. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-------------------------------------|
| 50020583420214029999 | 29/9/2021 | - |
| Observação/Providência: O processo foi autuado neste Tribunal em 29/9/2021. Ainda não houve um primeiro julgamento, portanto não há acórdão a ser publicado. Foi determinada a elaboração de minuta de relatório pela Assessoria. | | |
| 00225000320144025101 | 11/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 05005154720164025101 | 2/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 08076735620114025101 | 25/1/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50001869820214025111 | 23/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 00350067920124025101 | 19/1/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50142278020194025001 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50042367820184025110 | 22/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50624497020194025101 | 21/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50420055020184025101 | 3/12/2018 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50443808720194025101 | 9/9/2019 | Agravo de Execução Penal |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório e minuta de voto, para inclusão dos embargos de declaração em pauta de julgamento. | | |
| 50393922320194025101 | 25/7/2019 | Agravo de Execução Penal |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório e minuta de voto, para inclusão dos embargos de declaração em pauta de julgamento. | | |
| 01063022420134025006 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada a elaboração de minuta de relatório pela Assessoria. | | |
| 05005567920194025110 | 14/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 00002824120154025005 | 17/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 05005048320194025110 | 1º/4/2020 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-------------------------------------|
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 50457211720204025101 | 29/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 00025654920154025001 | 13/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 05004946020154025116 | 15/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto e envio o Revisor. | | |
| 00040752620194020000 | 4/3/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório, minuta de voto, para inclusão em pauta dos embargos de declaração. | | |
| 50020975520214020000 | 23/2/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Determinada a elaboração de minuta de relatório pela Assessoria. | | |
| 05044782920174025101 | 17/11/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 00002352820104025107 | 9/2/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50109972720214020000 | 5/8/2021 | Cautelar Inominada Criminal |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vista a elaboração de relatório e minuta de voto, para remessa dos autos com pedido de dia para julgamento. | | |
| 08060271620084025101 | 11/2/2021 | Embargos Infringentes |
| Observação/Providência: Determinado tratamento prioritário ao feito, com vistas a elaboração de voto revisor. | | |
| 50010607220194025105 | 5/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Determinada a elaboração de minuta de relatório pela Assessoria. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 45 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 45 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|-----------------------|----------------------|----------------------|
| 005005048320194025110 | 05005567920194025110 | |
| 05004946020154025116 | 50109972720214020000 | 50457211720204025101 |

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com o revisor há mais de 30 dias):

| |
|----------------------|
| 00350067920124025101 |
|----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade integra a 1ª Turma, especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial. Em razão do acúmulo de competências (cível e criminal) e suas

peculiaridades, os 18 (dezoito) servidores dividem-se em dois núcleos: penal e cível (previdenciário/propriedade industrial). O núcleo penal conta com 5 servidores, sendo 1 assessor (de juiz). Já o núcleo cível conta com 9 servidores (1 para propriedade industrial), dois deles assessores, e um juiz federal auxiliar (Dr. Marcelo da Rocha Rosado).

O chefe de gabinete, auxiliado por um servidor, é responsável pela parte administrativa: gestão de pessoal (frequência, teletrabalho), e-mails, malote digital, controle da agenda do desembargador, atendimento de advogados e autoridades. Além disso, controla e disponibiliza a pauta de julgamento aos demais gabinetes.

No **núcleo penal**, o assessor (de juiz) faz a triagem inicial dos feitos, separando-os (com localizadores internos) por data de prescrição, com réus presos, com base nas metas CNJ e demais prioridades e, também, de acordo com os crimes. As apelações criminais e embargos infringentes, em regra, são atribuídos aos membros do núcleo e as medidas urgentes (habeas corpus, mandados de segurança, dentre outras) ficam a cargo do assessor, sob a orientação do Desembargador Federal. Há represamento de processos na fase de revisão, tendo em vista que os gabinetes da 1ª Turma elaboram “voto de revisão”.

No **núcleo cível**, a assessora judiciária faz a triagem inicial dos feitos, classificando-os (com localizadores internos) de acordo com a matéria e a urgência para distribuição à equipe, sendo que uma das servidoras atua apenas nos agravos de instrumento e outro com propriedade industrial. O assessor de metas, a seu turno, elabora minutas de votos da área previdenciária. Há um grupo no *whatsapp* em que a assessora judiciária compartilha precedentes e julgados de interesse com os membros do núcleo.

No núcleo cível, ainda, destaca-se a atuação do juiz federal auxiliar (Dr. Marcelo da Rocha Rosado, desde 22/10/2021 e, anteriormente, Dr. Fabio de Souza Silva) responsável pela redução do acervo, pelo estímulo ao debate e troca de conhecimento, sempre disponível a solucionar as dúvidas da equipe, inclusive por *whatsapp*.

Atualmente, há um rodízio de servidores em teletrabalho, atendendo ao limite de 50% previsto em resolução editada pela Presidência do Tribunal.

Os assessores (de juiz e judiciária) e o chefe de gabinete relataram as seguintes dificuldades: (i) a gestão de acervos com complexidades tão diversas (criminal e previdenciário/propriedade industrial) e, por isso, a necessidade da adoção de estratégias diferentes para cada um dos núcleos de atuação; (ii) a limitação do teletrabalho em 50%; (iii) os entraves gerados pela falta de comunicação entre o eproc e o sistema processual da Justiça Estadual do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nos casos de processos de competência delegada, que são remetidos ao Tribunal com peças faltantes; (iv) represamento dos feitos criminais encaminhados e recebidos para “revisão”, em razão dos procedimentos adotados nos gabinetes da Turma, com elaboração prévia de “voto-revisor”, demandando tempo e trabalho intelectual para elaboração de documento que, no caso de julgamento unânime futuro, será desconsiderado e, por vezes, descartado.

Uma dificuldade apontada foi a gestão de acervos com complexidades tão diversas (criminal e previdenciário/propriedade industrial) e, por isso, a necessidade da adoção de estratégias diferentes para cada um dos núcleos de atuação, o que poderia ser solucionado com separação regimental das competências atuais da unidade inspecionada.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 1.302 para 1.690. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.332 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.690.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 47, na última inspeção, para 51, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

Constatou-se que diversos processos ficaram represados aguardando “revisão” (por período acima de 10 meses), em razão dos procedimentos adotados nos gabinetes da Turma, com elaboração prévia de “voto-revisor”, demandando tempo e trabalho intelectual para elaboração de documento que, no caso de julgamento unânime futuro, será desconsiderado e, por vezes, descartado. Procedimento que poderia ser simplificado com a confirmação do relatório e pedido de inclusão em sessão de julgamento de forma mais célere e objetiva.

Houve ênfase na necessidade da manutenção do teletrabalho implantado, inicialmente em razão da pandemia do Covid-19, mostrando-se responsável direto do aumento da produtividade e plena adaptação dos servidores da unidade inspecionada, com a melhora da prestação jurisdicional desempenhada, com economia de recursos, de tempo e deslocamentos, além de aumento da segurança pessoal dos servidores, sendo sugerida a possibilidade de aumento do percentual atualmente permitido pela Portaria da Presidência do TRF-2 (50%).

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 32.

b) disponibilizar com maior antecedência os votos já incluídos em pauta, para aperfeiçoar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressalvados casos específicos, sugerindo-se o prazo de uma semana antes de cada sessão.

c) aperfeiçoar a metodologia em vigor com relação à revisão dos processos criminais, sem necessidade de elaboração prévia de “voto-revisor” minucioso, documento que, no caso de julgamento unânime futuro, acaba sendo desconsiderado, tornando mais célere a inclusão dos feitos em pauta de julgamento e diminuindo o tempo de sua tramitação.

e) fomentar a realização de mutirões por tema/matéria, como forma de redução do acervo de processos previdenciários.

f) analisar a possibilidade de alteração regimental quanto às matérias atualmente afetas à competência da unidade, com especialização (e separação) das áreas criminal e previdenciária.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Simone Schreiber (gabinete 03)

2.2 Turma

Segunda Turma Especializada + 1ª Seção Especializada + Órgão Especial e Pleno

2.3 Competência

Na Turma e na Seção - competência - Penal, Previdenciária, Cível (Propriedade Industrial)
No órgão Especial e Pleno - competência plena

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Simone Schreiber; Juiz Federal Convocado Rogério Tobias de Carvalho.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. A Desembargadora Simone Schreiber foi removida do Gabinete 05 para o Gabinete 03 em 23/6/2021 (Ato TRF2-ATP-2021/00243). Acervo assumido no gabinete 03 - 3.191 Acervo deixado no gabinete 05 -3.832.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal Dr Rogério Tobias de Carvalho, convocado a partir de 23/6/2021 (TRF2-ATP-2021/00252). Convocação prorrogada até 22/4/2022 (TRF2-ATP- 2021/00561).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Regina Helena Soares Figueira de Mello- matr. 15843 - analista judiciário/chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|----------------------------|------|
| Servidores efetivos | 17 |
| Servidores sem vínculo | 2 |
| Estagiários de nível médio | zero |

| | |
|-------------------------------|--|
| Estagiários de nível superior | 4 |
| Outros | 1 cedido do Quadro do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.360 |
| Processos suspensos/sobrestados | 52 |
| Processos conclusos | 1.109 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.360 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 2.869 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 831 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 52 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 9 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim. Além do auxílio do Juiz Convocado, o gabinete solicitou à Presidência suporte do Grupo de Apoio aos Gabinetes do TRF2, instituído pela Resolução TRF2-RSP-2021/00025, o que foi deferido em 19/8/2021. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Sim. Em princípio o Juiz Convocado processa e julga os processo de previdenciário de propriedade industria. Quanto ao Grupo de Apoio foram selecionados 90 processos criminais (1.com prescrição próxima e 2. de menor complexidade) + 51 processos de propriedade industrial (1. agravos e 2. apelações mais antigas) e este ano de previdenciário foram encaminhados 43 agravos e 10 apelações antigas. O suporte foi prorrogado e atualmente o |

| | |
|---|---|
| | Grupo de Apoio está focado nos processos criminais e previdenciários (1. agravos de instrumento e 2. apelações mais antigas) |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | DF Simone 262 (2021) e 18 (2022) // Juiz Convocado 715 (2021) e 216 (2022) |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | acervo em junho de 2021 = 3.200 // acervo em fevereiro de 2022 = 3.588. Quanto aos processos do Grupo de Apoio foram encaminhados até o momento 90 criminais. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 76 |
| Mandados de segurança | 9 |
| IRDR | 2 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 16 |
| Reclamações | 5 |
| Ações rescisórias | 38 |
| Outros | 6 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.601 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 4 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 934 |
| Outros | 1.663 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 2.601 |
| Apelações cíveis | 1.625 |
| Agravos de instrumento | 366 |
| Outros | 610 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Total de feitos originários criminais | 144 |
| Ações penais | 2 |
| Inquéritos | 4 |

| | |
|--------------------|----|
| Habeas Corpus | 37 |
| Revisões criminais | 6 |
| Outros | 95 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 539 |
| Apelações | 496 |
| Recursos em Sentido Estrito | 28 |
| Recursos em Habeas Corpus | 4 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 1 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 6 |
| Outros | 11 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|----|
| Total de feitos com réus presos | 26 |
| Apelações | 14 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 5 |
| Outros | 7 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 52 |
| Por IRDR | 1 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 3 |
| Por Recurso Extraordinário | 31 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----|
| Embargos de declaração | 112 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 93 |
| Agravos legais/regimentais | 3 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 3 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 24 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 23 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 38 |
| Ano anterior | 354 |
| 2º ano anterior | 477 |
| 3º ano anterior | 242 |
| 4º ano anterior | 74 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 135 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 29 |
| Ano anterior | 261 |
| 2º ano anterior | 255 |
| 3º ano anterior | 190 |
| 4º ano anterior | 51 |
| 5º ano anterior | 17 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 28 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 81 |
| Ano anterior | 477 |
| 2º ano anterior | 197 |
| 3º ano anterior | 131 |
| 4º ano anterior | 92 |
| 5º ano anterior | 49 |
| 6º ano anterior | 38 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 44 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 1 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 4 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.344 |
| Total de Processos julgados | 1.532 |
| Total de Processos baixados | 1.997 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 812 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 347 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|-----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 135 |
| Total de feitos não regularizados | 38 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 58 |
| Total de feitos não regularizados | 07 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.324 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.702 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 133 |

| | |
|------------------------------------|---|
| Processos julgados no ano corrente | 7 |
|------------------------------------|---|

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.537 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 61 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,0% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.521 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 34 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,0% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.318 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 128 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 90,3% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.061 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 87 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 108,0% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 530 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 218 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 84,1% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 340 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 187 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 64,3% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 64 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 64 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 56 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | desconsiderado |
| Pendentes no último dia do mês anterior | desconsiderado |
| Porcentagem de atendimento da meta | desconsiderado |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 280 |
| Processos baixados no ano anterior | 144 |
| Processos julgados no ano anterior | 255 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 15 |
| Processos baixados no ano corrente | 85 |
| Processos julgados no ano corrente | 2 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 8 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 6 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 35,7% |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 6 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 5 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 35,7% |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O gabinete tem procurado difundir entre os membros da equipe a necessidade de estar aberto para todo tipo de inovação, na certeza de que sem isso não se avança no aprendizado. A busca pela inovação e pelo progresso tecnológico proporciona um conhecimento mais dinâmico, devendo ser perseguida de forma a construir um ambiente de trabalho mais inclusivo onde os benefícios da inovação são compartilhados entre todos. Esta postura está em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário, pois somente com a aplicação dos avanços oriundos da cultura da inovação e da tecnologia será possível alcançar o objetivo 16, com o acesso de todos à Justiça e a construção de instituições cada vez mais eficazes.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 10 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 1 |
| 3621 - Da Poluição | 5 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 1 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |

| | |
|---|---|
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O TRF2 foi o primeiro tribunal a implantar o programa Justiça 4.0 - Inovação e Efetividade na Realização da Justiça para Todos visando gerar maior eficiência na prestação jurisdicional e estreitar a relação entre o Judiciário e a sociedade. Através da tecnologia foi possível implantar o balcão virtual, que permite o atendimento das partes e advogados. Com a pandemia este recurso tem sido de grande valia, pois as partes, advogados e interessados podem ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente ao tribunal mantendo contato direto com a subsecretaria e gabinete. Outra forma aproximar o Judiciário do jurisdicionado e de seu representante tem sido a disponibilização dos atos processuais no sistema eproc e realização de sessões de julgamento por meio eletrônico. As sessões realizadas por videoconferência, permitem ainda a participação dos advogados e seu acompanhamento em tempo real.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) ... a continuidade e o aprimoramento das ferramentas e das soluções próprias do gabinete para o cumprimento de metas, tais como análise de relatórios estatísticos, bom mapeamento do acervo e controle de planilhas, sugerindo-se a utilização de marcadores mais objetivos e factíveis quanto aos tipos de processos e tempo estimado para conclusão da meta, com prazos não muito longos... b) flexibilização e reavaliação periódicas das metas individuais ; c) disponibilização previa dos votos já incluídos em pauta para otimizar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressalvados casos específicos; d) avaliar a possibilidade de digitalização dos processos do gabinete; e) cumprir as recomendações constantes do item 11.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Tendo em vista que a remoção da Desembargadora para este gabinete se deu há apenas 7 meses e que houve necessidade de um mapeamento do acervo e das prioridades, a assessoria ainda não teve disponibilidade para apriomar muito as ferramentas de controle das metas de todos os processos, tendo em vista as inúmeras urgências com que se deparou; b) as metas individuais são sempre avaliadas periodicamente de acordo com a matéria que a pessoa trabalha e as circunstâncias; c) os votos tem sido disponibilizados com antecedência; d) os processos estão todos digitalizados; e) quanto às recomendações do item 11, restou 1 processo da alínea c (05076062520154025101); 1 processo da alínea d (08048652020074025101) e 5 processos da alínea e (05136577520034025101; 00003564420144025001; 08159229820084025101; 08090434120094025101 e 00152641920084025001).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Para o cumprimento das recomendações já foi designado um servidor para trabalhar com os processos da Operação Furacão (Operação Furacão 1 - 0802985- 90.2007.402.5101, já tendo sido julgado os ED que ficaram pendentes da outra gestão, sendo que já opuseram novos ED. + Operação Furacão 2 - 08048652020074025101 que será julgado em conjunto com a Operação Furacão 3 e 4). Cabe ressaltar que são processos complexos, com muitos réus e extensa documentação). Quanto aos demais processos pendentes de andamento já estão atribuídos a outros servidores para analisar a elaboração de minuta a ser submetida à aprovação da Magistrada.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Deixou de atender: Meta 2/2009 = julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015 (98,2%); Meta 2/2021 = julgar processos mais antigos distribuídos até 2016 (96.0%); Meta 4 = priorizar o julg processos relativos a crime contra administração e ações de improbidade (77.0%); Meta específica 1 = baixar/julgar maior número de feitos criminais do que os novos casos no ano corrente (); Meta específica 2/2021 = identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo (35,7%); Meta específica 2/2021 = identificar e julgar até 31/12/21 percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo (35.7%); Meta 12/2021 = julgar processos que tenham por objeto matéria ambiental (30%) Deixou de atender: Meta 2/2009 = julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015 (98,2%); Meta 2/2021 = julgar processos mais antigos distribuídos até 2016 (96.0%); Meta 4 = priorizar o julg processos relativos a crime contra administração e ações de improbidade (77.0%); Meta específica 1 = baixar/julgar maior número de feitos criminais do que os novos casos no ano corrente (); Meta específica 2/2021 = identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo (35,7%); Meta específica 2/2021 = identificar e julgar até 31/12/21 percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo (35.7%); Meta 12/2021 = julgar processos que tenham por objeto matéria ambiental (30%).

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Tem início com a análise dos processos distribuídos. Verifica-se se a distribuição foi por sorteio ou prevenção. Se a autuação está correta, se há algum pedido liminar e se é caso de impedimento/suspeição. Nos processos criminais é verificada a data da prescrição e os processos são registrados em tabela Excel onde constam diversos fatores que são considerados na hora de distribuir os processos entre os servidores para elaboração do voto (data da autuação, se há réu preso, prescrição). Os proc de PI e previdenciário ficam mais no controle dos servidores que estão especializados em determinadas matérias e controlam os processos orientação de que devem incluir em pauta os processos de acordo com a antiguidade e prioridades legais. Uma boa prática tem sido salvar os modelos no sistema. Isto facilita qdo há necessidade de alteração do posicionamento da Desembargadora/Juiz Conv ou da Jurisprudência. A atualização é feita no sistema e disponibilizada para todos evitando que seja usado modelo desatualizado.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Regina Helena Soares Figueira de Mello - chefe de gabinete -matr. 15843.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Dividimos o gabinete em grupos de trabalho distintos para análise dos processos criminais, de PI e previdenciário. Considerando o quantitativo e a complexidade dos processos criminais advindos da Operação lava jato e do grande número de HCs pendentes quando a Desembargadora assumiu o gabinete, houve necessidade de remanejar alguns servidores para o setor criminal, que hoje conta com 8 servidores. Este setor faz a triagem, verificando data de prescrição, impedimentos e processa os feitos até o julgamento. No núcleo de PI há 1 servidor que se ocupa dos processo desde a distribuição. O previdenciário conta com 8 servidores também. Uma boa prática foi solicitar o suporte do Grupo de Apoio aos Gabinetes que atuou inicialmente em PI e penal e hoje está voltado para penal e previdenciário. Do total de 20 servidores no gabinete: 17 estão ligados à atividade fim. Somente 3 (chefe de gabinete e oficial de gabinete) trabalham da atividade meio, mais o agente de transporte e segurança.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes da pandemia havia 1 servidora oficialmente em teletrabalho e 4 em experiência. Com a pandemia todos os servidores se adaptaram ao teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Antes da pandemia, a servidora que fazia teletrabalho e os que estavam em experiência compareciam 1 vez por semana ao gabinete. Com a pandemia toda a equipe passou a trabalhar integralmente em regime remoto.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para os processos previdenciários a cota é de 30 processos por mês, mais eventuais despachos e decisões. Os servidores que trabalham com criminal e PI não faziam teletrabalho.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não

haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O servidor apresenta a lista dos processos feitos no mês. Caso não tenha sido atingida a cota, deve justificar e incorporar o déficit na cota do mês seguinte.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não existem mais processos físicos no gabinete. A triagem dos processos eletrônicos criminais é feita de acordo com planilha da qual constam alguns critérios para a seleção: réu preso, prescrição, antiguidade na distribuição, etc. A triagem dos processos de PI desde que mudamos para o gabinete 03 tem sido feita com o objetivo de processar e julgar os processos mais antigos começando pelos agravos, processos com ED e pedidos de vista pelo Juiz convocado pela gestão anterior. Já os processos previdenciários são distribuídos por assunto. Há servidores especializados em determinados assuntos. Precisamos melhorar a triagem dos processos com ED para uma inclusão mais célere em pauta.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por localizadores. Com número 1 (feitos previdenciários) e sucessivos desdobramentos (ex. 1.1 1.2 etc) com número 2 (feitos criminais) e sucessivos desdobramentos (ex. 2.1, 2.2 etc) - com número 3 (feito de PI) e sucessivos desdobramentos (ex. 3.1, 3.2 etc) Existem ainda localizadores para as pautas de julgamento (item 5) e outros mais genérico (iniciados por zero - ex: 0-inspeção, 0 Ouvidoria etc).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito pelos localizadores. Falta um localizador para as Metas. Será providenciado. Utiliza-se também o Portal de Estatísticas.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Procuramos estabelecer metas individuais, tendo em vista que o gabinete tem competências diversas e processos de complexidade substancialmente diferentes.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não. O Tribunal não dispõe de uma política de recompensas vinculadas às metas, ficando à critério dos gabinetes preencherem as funções comissionadas que conforme o atendimento das metas. (TRF2-DES-2020/29307).

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Com prioridade legal sim. Para os feitos relativos às metas do CNJ não. Vamos implementar.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Somente nos casos de perda de objeto, extinção da punibilidade (por óbito ou prescrição) Ou ainda no caso de desistência do recurso.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O sistema eproc salva automaticamente os despachos, decisões e votos, permitindo que sejam regastados automaticamente no sistema por pesquisa no painel de "minutas". Ainda assim, o gabinete tem por prática salvar como modelo no eproc as decisões e votos mais utilizados o que permite que os servidores mantenham sempre uma padronização das decisões e votos. Esta iniciativa permite ainda que, em caso de alteração de entendimento

do magistrado sobre alguma matéria, ou em caso de alteração da Jurisprudência, o padrão seja corrigido e disponibiliza-los rapidamente para aplicação por todos.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O gabinete procura incentivar os servidores a fazerem os cursos oferecidos pelo Tribunal sempre que a matéria tratada é da competência do Gabinete. A par disso, quando o setor de capacitação do Tribunal, ao final do ano, indaga aos gabinetes sobre eventuais cursos que os servidores gostariam que fossem oferecidos pelo Tribunal no ano seguinte, divulga entre os membros da equipe e repassa o resultado ao setor responsável. Por fim, sempre que identificada uma necessidade específica, inscrevo alguns servidores no curso e depois eles repassam as informações aos demais. Foi o que ocorreu quando da implantação do novo sistema eproc.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos são sobrestados mediante despacho e, em seguida, remetidos à subsecretaria da 1ª Turma Especializada onde permanecem até que a matéria que ensejou o sobrestamento seja julgada. Neste caso a Subsecretaria certifica e remete os processo à conclusão. Da mesma forma ocorre nos processos em que há sobrestamento em razão da necessidade de habilitação da parte. Atualmente encontram-se sobrestados os processos previdenciário que se enquadram nos temas 692, 999 (julgado mas sobrestado pelo STF), 1018, 1070, e 1117 do STJ., mais os temas 599, 1102 e 1031 do STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Em razão da competência do gabinete esta questão da conciliação é muito restrita. Em alguns processos que tratam da revisão de teto, o INSS apresenta proposta de acordo, mas raramente a parte concorda.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Sim. O gabinete conta com o auxílio do Juiz Federal convocado Dr Rogério Tobias de Carvalho desde 23/6/2021, para processar e julgar preferencialmente os processos cíveis (previdenciário e PI). Conta, ainda, desde agosto/2021, com o suporte do Grupo de Apoio aos Gabinetes do TRF2, criado pela Presidência para dar suporte aos gabinetes que assim solicitarem.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

A orientação é no sentido de que sejam incluídos na pauta seguinte disponível. No entanto, nem sempre conseguimos. Há necessidade de se controlar melhor esses processo para agilizar mais a retomada do julgamento.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os assessores de cada matéria acompanham os julgados das Turmas Especializadas na matéria de competência do gabinete (1ª e 2ª), bem com os da 1ª Seção Especializada e repassam, com a anuência dos Magistrados, aos demais servidores, mantendo-os atualizados a respeito do que foi decidido e alterando se necessários os modelos existentes. Da mesma forma, é feito o acompanhamento da Jurisprudência dos tribunais superiores. Por fim, os modelos são atualizados de acordo com a evolução da Jurisprudência mantendo atualizados os modelos de votos.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Os votos são compartilhados no sistema com os demais gabinetes preferencialmene

dois dias antes da sessão. Os arquivos são remetidos também por e-mail para os gabinetes dos demais Desembargadores/Juízes Convocados que vão compor o quórum.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas pelo sistema eproc. Os votos são compartilhados no sistema entre os gabinetes e, no curso da sessão virtual, os gabinetes, vão colocando destaque em cada processo da pauta, conforme orientação do julgador no sentido de acompanhar, divergir ou mesmo pedir vista. Caso a Desembargadora /Juiz Conv diverjam do voto do relator o gabinete comunica, por meio do grupo de whatsapp, aos demais gabinetes sobre a divergência no processo tal da pauta. Assim que o voto divergente está pronto, é compartilhado com os demais gabinetes e avisado também pelo whatsapp. Caso não haja condição de fazer o voto divergente no período da sessão virtual, o gabinete pede vista. Nas sessões por videoconferência o procedimento é um pouco diferente. Os votos são igualmente compartilhados e a Desembargadora/Juiz Conv já ingressam na sessão com um resumo elaborado pela assessoria sobre como se posicionar nos processos de relatoria dos demais membros evitando pedido de vista.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. O Gabinete promove sempre que possível e necessário reuniões com os membros da equipe com o objetivo de aprimorar alguns procedimentos, uniformizar entendimento sobre as matérias objeto de nossa competência e consolidar soluções que atendam o cumprimento dos objetivos de curto e longo prazo e definindo as atribuições de cada um dos membros da equipe, bem como prazos para cumprimento. Sempre ouvindo sugestões e críticas ao processo de trabalho, compartilhando conhecimento dividindo as dificuldades sejam elas relativas a questões de Direito ou mesmo de ordem técnica, como o melhor uso do sistema. Há igualmente uma preocupação da gestão em oferecer um ambiente de trabalho acolhedor, onde as pessoas se respeitem e se sintam à vontade para opinar na construção de um clima de trabalho próspero e democrático.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Quanto aos recursos humanos, o gabinete está com sua lotação completa. Quanto aos recursos materiais, o gabinete sempre teve a sua disposição uma excelente infraestrutura. Os computadores e impressoras são constantemente atualizados. Foram recentemente instaladas duas novas impressoras. |
| b) gestão do trabalho | O gabinete conseguiu manter a gestão do trabalho de forma bastante dinâmica neste período de pandemia e de trabalho remoto desde março de 2020, mediante reuniões virtuais pelo zoom e comunicação pelos grupos de whatsapp. A substituição da realidade presencial pela virtual permitiu que o trabalho fluisse de forma surpreendentemente satisfatória. Com a mudança de gabinete, a gestão do trabalho ficou bem prejudicada pois tivemos que mapear todos os processos e |

| | |
|----------------|---|
| | concomitantemente atender às urgência e dar seguimento aos julgamentos. No momento, entretanto, situação do acervo está mais definida, permitindo o estabelecimento de estratégias de trabalho que permitam o aumento da produtividade e da eficácia do trabalho. |
| c) resultados. | Embora o gabinete ainda tenha muito que melhorar, o resultado tem sido a produtividade do gabinete. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Baixar o número de Habeas Corpus conclusos. Mapear e priorizar os processos de acordo com as metas do CNJ. Atender às recomendações ainda pendentes da inspeção e da autoinspeção. Priorizar o julgamento dos processos mais antigos e com prioridades legais.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Identificar os processos nas situações acima descritas e prorizar o julgamento.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Uma das iniciativas mais importantes adotadas na pandemia, foi o uso do aplicativo Whatsapp, com a criação de diversos grupos de trabalho. Assim foi possível viabilizar o trabalho à distância e agilizar o atendimento às demandas de cada setor e às demandas internas do gabinete. É uma forma de comunicação praticamente instantânea e que deve ser mantida com o retorno do trabalho presencial. Possibilita, ainda, o resgate das mensagens quando se quer verificar se foi cumprida ou mesmo para consultar alguma orientação enviada. Outra medida de suma importância para o Gabinete foi o uso do aplicativo Dropbox. Através dele foram criadas pastas de trabalho para todos os servidores, bem como pastas referentes às sessões de julgamento onde é salvo todo o material pertinente às sessões, os votos do gabinete e dos demais desembargadores quando disponibilizados, bem como a pauta, os pedidos de preferência, a ordem de julgamento dos feitos e os memoriais enviados pelos advogados por e-mail.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico dos processos sem movimentação é feito pelo painel do eproc que contem uma alínea "processos com sigilo 2, 3,4, ou 5 sem movimentação nos últimos 30 dias" de rápida visualização. E também pelo Portal de Estatística.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 50420583120184025101 | 10/6/2019 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 13/7/2020 pela 2ª Turma Especializada (gabinete 05) e redistribuído para o gabinete 03 ante a inexistência de prevenção do gabinete 05. Proposta questão de ordem para sanear o feito - Incluído na pauta da sessão de julgamento presencial de 12/4/2020. | | |
| 00014127020204020000 | 16/3/2021 | Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 17/5/2021. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 50103982520204020000 | 17/8/2020 | Mandado de Segurança |

| | | |
|--|------------|------------------------|
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; () paralisação há mais de 90 dias, desde 7/6/2021 Separado dentre as prioridades. | | |
| 50136486620204020000 | 16/10/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 7/6/2021 Separado dentre as prioridades | | |
| 50039853020194020000 | 29/5/2019 | Conflito de Jurisdição |
| Observação:Houve: () nova distribuição no TRF, em____; () redistribuição ao atual relator em 5/9/2019. Processo separado para elaboração de voto. | | |
| 50115712120194020000 | 5/12/2019 | Exceção de Suspeição |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 13/12/2019 Separado dentre as prioridades. | | |
| 50117695820194020000 | 11/12/2019 | Conflito de Jurisdição |
| Observação: Houve: () nova distribuição no TRF, em____; () redistribuição ao atual relator em 5/9/2019. Processo separado para elaboração de voto. | | |
| 50002999320204020000 | 17/1/2020 | Exceção de Suspeição |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 17/1/2020 e a última em 17/1/2020 com parecer. Processo separado com indicação de ser apreciado com prioridade por constar da inspeção. | | |
| 50099436020204020000 | 7/8/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 7/8/2020 e a última em 10/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50141821020204020000 | 28/10/2020 | Revisão Criminal |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; () paralisação há mais de 90 dias, desde 23/11/2020 Separado dentre as prioridades. | | |
| 50132078520204020000 | 6/10/2020 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 26/10/2020 e 15/2/2022. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 9/3/2022. | | |
| 50013994920214020000 | 10/2/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 8/3/2021 e 15/2/2022, com voto em elaboração e inclusão do processo na pauta da sessão de julgamento de 6/4/2022. | | |
| 50035464820214020000 | 23/3/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 16/4/2021 e 15/2/2022, com voto em elaboração e processo incluído na pauta de 16/3/2022. | | |
| 50090737820214020000 | 29/6/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 8/7/2021 e 15/2/2022, quando foi elaborado o voto e o processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50306446520204025101 | 16/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi relatado e aguarda revisão desde 27/4/2021. Processo desmembrado de operação. Separado para elaboração de voto mais complexo e oportunamente inclusão em pauta. | | |
| 50770037320204025101 | 10/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi relatado e aguarda revisão desde 27/4/2021. Processo com muitos réus. pedid de inclusão em pauta presencial. Separado para elaboração de voto mais complexo e oportunamente inclusão em pauta presencial. | | |
| 50036763220194025101 | 6/5/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 11/2/2022. Voto divergente do Juiz Convocado Gustavo Arruda ficou pendente de elaboração. Voto feito e liberado em 18/2/2022. | | |
| 50247464220184025101 | 2/6/2020 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 21/9/2020 Com a ressalva de que ficou suspenso em razão do Tema 1057 do STJ desde 1º/10/2020. | | |
| 50007040820204029999 | 28/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 23/2/2021. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50016931420204029999 | 19/10/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 23/2/2021. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50049568120184025001 | 14/5/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 28/1/2021. Atualmente com voto pronto e processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 01944982220174025105 | 31/8/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 22/2/2021. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 00195232620164025050 | 25/1/2021 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 17/3/2021. Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50000533920214029999 | 14/1/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 25/5/2021. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 00010645220204020000 | 22/2/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 17/6/2021. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 50695141920194025101 | 19/4/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 1º/7/2021. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50002181320204025120 | 14/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 2/7/2021. Processo separado para elaboração de voto. Provável inclusão do feito na pauta da sessão de julgamento de 8/4/2022. | | |
| 50009863620214020000 | 3/2/2021 | Exceção de Suspeição |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 22/6/2021. Processo separado para Grupo de Apoio priorizar a elaboração do voto. | | |
| 50013967520184029999 | 18/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 17/9/2021. Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50046138520184025001 | 28/11/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 10/9/2021. Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50491932620204025101 | 8/4/2021 | Recurso em Sentido Estrito |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 13/10/2021. Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 6/4/2022. | | |
| 50113284320204020000 | 1º/9/2020 | Habeas Corpus |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 7/1/2022. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 9/3/2022. | | |
| 50431870320204025101 | 4/8/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 16/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50410175820204025101 | 29/7/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 22/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |

| | | |
|---|------------|----------------------------|
| 50479929620204025101 | 13/8/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 22/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50459160220204025101 | 30/7/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 24/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50459203920204025101 | 13/8/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 25/9/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50008678020184020000 | 17/9/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 1º/10/2020. Voto em elaboração. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 05006093320184025001 | 13/9/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () única conclusão em 5/10/2020 (x) diversas conclusões, a primeira em 29/9/2020 e a última em 5/10/2020. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 50136382220204020000 | 16/10/2020 | Correição Parcial |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 6/11/2020. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50080125620194020000 | 9/9/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração 30/11/2020. Voto pronto e processo incluído na pauta de 8/4/2022. | | |
| 00007284820204020000 | 24/2/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 19/5/2020 e a última em 24/2/2021. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 05015729520194025101 | 1º/3/2021 | Recurso em Sentido Estrito |
| Observação: Houve: () única conclusão em 9/12/2020; () diversas conclusões, a primeira em_e a última em____Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 05016612120194025101 | 26/2/2021 | Exceção de Suspeição |
| Observação: Houve: (x) única conclusão em 13/0/2020; () diversas conclusões, a primeira em _____e a última em_Processo separado para elaboração de voto com prioridade | | |
| 00049630820114025001 | 10/3/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 10/3/2021 e 15/2/2022, quando o voto foi elaborado e o processo pautado para a sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 00006635320204020000 | 17/3/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 12/5/2020 e a última em 9/4/2021. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. | | |
| 00001213520204020000 | 16/3/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 3/2/2020 e a última em 13/4/2021. Processo separado para elaboração de voto. | | |
| 08022556920134025101 | 22/4/2021 | Recurso em Sentido Estrito |
| Observação: Houve: () única conclusão (x) diversas conclusões, a primeira em 22/4/2021 e a última em 18/2/2022. Processo separado para elaboração de voto com prioridade. Há questão incidente para ser despachada (ev 10). | | |
| 50039128720214020000 | 5/4/2021 | Conflito de Jurisdição |
| Observação: Houve: () única conclusão em 5/5/2021; () diversas conclusões, a primeira em_e a última em____Processo separado para priorizar elaboração de voto. | | |
| 50021127520204025103 | 22/4/2021 | Reexame Necessário |

| | | |
|---|------------|-------------------------|
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 22/4/2021 e a última em 5/5/2021. Voto em elaboração. | | |
| 50035309420214020000 | 23/3/2021 | Correição Parcial |
| Observação: Houve: (x) única conclusão em 14/5/2021; () diversas conclusões, a primeira em _____ e a última em _Processo separado para o Grupo de Apoio elaborar voto com prioridade. | | |
| 50166582120204020000 | 29/12/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 27/5/2021. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50012876120184029999 | 18/12/2018 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 31/5/2021 e 17/2/2022, quando o processo foi separado para elaboração do voto e inclusão do processo na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50099008920214020000 | 14/7/2021 | Exceção de Suspeição |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 14/7/2021. Separado dentre as prioridades. | | |
| 50011412020184029999 | 5/12/2018 | Apelação |
| Observação: Houve sobrestamento desde 21/8/2020: () em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal (tema 979 STJ). Sobrestamento levantado em 15/2/2022. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50115689520214020000 | 17/8/2021 | Conflito de competência |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 27/8/2021 e 17/2/2022, quando foi elaborado voto e o processo incluído na sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50111376120214020000 | 9/8/2021 | Conflito de competência |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 8/9/2021 e 16/2/2021, quando foi elaborado o voto e processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50023906720204025106 | 17/12/2020 | Carta Testemunhável |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 17/12/2020 e a última em 30/9/2021. Processo separado para Grupo de Apoio elaborar voto com prioridade. | | |
| 50146642120214020000 | 14/10/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 30/10/2021 e 16/2/2022 com voto em elaboração e processo incluído na pauta de 6/4/2022. | | |
| 50045817720204020000 | 7/5/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: () única conclusão em____; (x) diversas conclusões, a primeira em 7/5/2020 e a última em 8/6/2020. Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 6/4/2022. | | |
| 50161290220204020000 | 10/12/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: () andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; (x) paralisação há mais de 90 dias, desde 19/7/2021 Separado dentre as prioridades. | | |

Processos com Recomendação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50025271020194025001 | 10/3/2020 | Apelação |
| Observação: Separar processo para elaboração de voto e inclusão na pauta de 8/4/2022. | | |
| 00211879320174025006 | 19/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Priorizar a elaboração de voto. Processo muito . Provavel inclusão do feito na pauta da sessão de julgamento de 8/4/2022. | | |
| 02079293820174025101 | 17/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo muito antigo. Distribuído em 17/12/2019. Recomenda-se a elaboração de | | |

| | | |
|---|------------|----------------------|
| voto com urgência. Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/4/2022. | | |
| 01003279120194020000 | 17/3/2021 | Embargos de Terceiro |
| Observação: Processo antigo de 21/10/2019 - Recomendado que fosse separado pra análise mais detalhada. Na lista de processos para serem apreciados oportunamente. | | |
| 50057410920194025001 | 18/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo muito antigo. Dar prioridade na elaboração do voto. Provável inclusão do feito na pauta da sessão de julgamento de 8/4/2022. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------|
| 50106572620194025118 | 28/2/2021 | - |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 17/2/2022. | | |
| 50159888020204020000 | 8/12/2020 | - |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 18/2/2022. | | |
| 50223935820204025101 | 20/3/2021 | - |
| Observação: Despacho 17/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 17/2/2022. | | |
| 50429039220204025101 | 15/4/2021 | - |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 17/2/2022. | | |
| 50483769320194025101 | 12/4/2021 | - |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 18/2/2022. | | |
| 50493717220204025101 | 8/3/2021 | - |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 17/2/2022. | | |
| 50688314520204025101 | 21/10/2020 | - |
| Observação: Despacho 17/2/2022 - " ... à Subsecretaria para que providencie a publicação com urgência." Partes intimadas em 17/2/2022. | | |
| 50098307220214020000 | 13/7/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 : Reconhecendo a prevenção e determinando a intimação do agravado. | | |
| 50159295820214020000 | 8/11/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Despacho inicial em 2/2/2022 - Para prestar informações e intimar a Procuradoria. Parado desde 8/11/2011. | | |
| 50133212420204020000 | 8/10/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Despacho 24/2/2022 "Após, à defesa para que se manifeste sobre o interesse no prosseguimento do presente Agravo. Em seguida, voltem os autos conclusos". | | |
| 50000016720214020000 | 2/1/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 : "Determino o sobrestamento do feito até a conclusão do julgamento do habeas corpus 5007272-30.2021.4.02.0000, no âmbito do qual se discute questão jurídica "alegada incompetência da Justiça Brasileira" que, se acolhida, poderá resultar na perda do objeto do presente writ". | | |
| 50099753120214020000 | 15/7/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 : "Determino o sobrestamento do feito até a conclusão do julgamento do habeas corpus 5007272-30.2021.4.02.0000, no âmbito do qual se discute questão jurídica "alegada incompetência da Justiça Brasileira" que, se acolhida, poderá resultar na perda do objeto do presente writ". | | |

| | | |
|--|------------|----------|
| 00002850320144025111 | 18/11/2020 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00259911820144025101 | 12/3/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022". | | |
| 00006116520154025001 | 12/3/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022". | | |
| 00000782520144025104 | 12/3/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: " Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00004984620084025005 | 12/3/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022". | | |
| 00003276120144025108 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2022 - "Revisao. Inclua-se o feito em pauta virtual de julgamento". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/4/2022. | | |
| 00004268920134025003 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00001100820154025003 | 6/11/2020 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00002139120154025107 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00005353020144025113 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022. | | |
| 00001473820114025112 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00004019820124025104 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00002894220154025002 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 17/3/2022. | | |
| 00007373620114025105 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022." | | |
| 00015482820094025117 | 14/4/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022." | | |
| 08030065620134025101 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 05002842920164025001 | 20/11/2020 | Apelação |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 00013724420124025117 | 19/2/2021 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-------------------------------------|
| Observação: Despacho em 22/2/2002. "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022." | | |
| 50021336420194025110 | 23/4/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 00000754220114025115 | 13/4/2021 | Apelação |
| Observação: Despacho em 22/2/2002 . "Revisado. Inclua-se o feito para pauta de julgamento virtual de 1º/4/2022." | | |
| 01006743220164020000 | 20/5/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 " ... Assim, de forma a sanar o equívoco, determino à Subsecretaria da 1ª Seção Especializada que proceda à remessa do processo ao Gabinete 5, para a competente revisão da revisão criminal pendente de julgamento." | | |
| 01009274920184020000 | 21/3/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 : "... Assim, de forma a sanar o equívoco, determino à Subsecretaria da 1ª Seção Especializada que proceda à remessa do processo ao Gabinete 5, para a competente revisão da revisão criminal pendente de julgamento". | | |
| 00094062320184020000 | 21/3/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 - "... Assim, de forma a sanar o equívoco, determino à Subsecretaria da 1ª Seção Especializada que proceda à remessa do processo ao Gabinete 5, para a competente revisão da revisão criminal pendente de julgamento." | | |
| 00318525320124025101 | 15/4/2021 | Embargos Infringentes |
| Observação: Despacho em 18/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual de Julgamento." Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 21/3/2022. | | |
| 00000197620214020000 | 4/3/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Despacho em 15/2/2022: " Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual". Incluído na pauta da sessão de julgamento de 21/3/2022. | | |
| 08127891420094025101 | 8/6/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Com despacho em 18/2/2022 -"Revisado. Inclua-se o feito em pauta." Voto sendo finalizado. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 25/4/2022. | | |
| 50579244520194025101 | 18/12/2019 | Apelação |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 50143983420214020000 | 7/10/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 05000873220164025112 | 9/12/2019 | Apelação |
| Observação: Despacho de 22/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na pauta virtual de 01.04.2022." | | |
| 50331931920184025101 | 21/1/2019 | Agravo de Execução Penal |
| Observação: Despacho de 24/2/2022. À Subsecretaria, para que junte aos autos laudo pericial que consta no E. 136 dos autos da Execução Penal de nº 5020073-06.2018.4.02.5101/RJ, ...Após, à defesa para que se manifeste sobre o interesse no prosseguimento do presente Agravo..." | | |
| 00613844020154025110 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Despacho 16/2/2022: Habilitação deferida. À CODRA, para que retifique o polo ativo... Em seguida, considerando que não se tem notícia da interposição de recurso do acórdão ... certifique a secretaria o trânsito em julgado. Após, dê-se baixa e remeta-se o feito à vara de origem. | | |
| 50016483420204020000 | 17/2/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Despacho em 18/2/2022: DETERMINO a SUSPENSÃO seu processamento até ulterior manifestação da Corte Superior, conforme o § 1º, do artigo 1036, do CPC/2015. Remetam-se os autos para a Secretaria da 1ª Turma, onde deverão aguardar até que o STJ profira decisão definitiva acerca da matéria. | | |
| 50015806320184025106 | 24/4/2019 | Apelação |
| Observação: Despacho 16/2/2022 - Face à afetação do tema discutido no processo à sistemática dos recursos especiais repetitivos, registrado sob o n. 1.070, reconheço a suspensão do processo | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| determinada pelo Col. STJ, na forma do artigo 1.036, § 1º, do CPC/2015. Remetam-se os autos para a Secretaria da 1ª Turma. | | |
| 00109245820124020000 | 9/4/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Despacho em 23/2/2022 - " Tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça negou seguimento ao recurso ordinário por falta de impugnação dos fundamentos mencionados (Evento 117, ACSTJSTF8), remetam-se os autos à primeira instância para que promova as providências cabíveis." | | |
| 00004700420214020000 | 19/4/2021 | Reclamação |
| Observação: Despacho em 15/2/2022 : "Homologo a desistência da reclamação, e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 44, VII, do Regimento Interno deste TRF2. Decorridos os prazos recursais, arquivem-se, com baixa na distribuição". | | |
| 50007108320184029999 | 26/10/2018 | Apelação |
| Observação: Despacho de 16/2/2022: ... " restaurar a tramitação do feito e incluir o processo em pauta para julgamento ..." Processo esteve sobrestado - tema 1007 STJ - restaurada a tramitação . Voto pronto. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 10/3/2022. | | |
| 50083543320204020000 | 10/7/2020 | Cautelar Inominada Criminal |
| Observação: Despacho em 22/2/2022 - Em petição... ev 13, o MPF assinala um equívoco no processamento do agravo interno ...contrarrazões ministeriais lançadas no evento 16. À vista da inclusão de novos elementos no processo, ... ao MPF para manifestação, emitir novo parecer ou complementar" | | |
| 00000994020214020000 | 4/3/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Despacho em 15/2/2022 "Revisado. Inclua-se o feito na próxima pauta virtual de julgamento". Processo incluído na pauta de 21/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 116 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 116 eletrônicos.

Além desses feitos, foram inspecionados 8 processos pendentes de regularização da última Inspeção (2020), com as seguintes numerações: 08048652020074025101, 05076062820154025101, 00019802920084025102, 08159229820084025101, 08090434120094025101, 00152641920084025001, 05136577520034025101 e 00003564420144025001, sendo que 4 processos já foram regularizados e outros 4 processos ainda aguardam julgamento.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos pendentes da última Inspeção):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 05136577520034025101 | 08159229820084025101 | 00152641920084025001 |
| 08090434120094025101 | | |

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com o revisor há mais de 30 dias):

| |
|----------------------|
| 50770037320204025101 |
|----------------------|

c) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50098307220214020000 | 50115712120194020000 | 00007284820204020000 |
| 00007284820204020000 | 00006635320204020000 | 00001213520204020000 |

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50099436020204020000 | 50002999320204020000 | 50141821020204020000 |
| 50479929620204025101 | 50459160220204025101 | 05016612120194025101 |
| 05006093320184025001 | 50035309420214020000 | 50410175820204025101 |
| 50431870320204025101 | 08022556920134025101 | 50459203920204025101 |
| 50161290220204020000 | 01003279120194020000 | 50166582120204020000 |
| 50136382220204020000 | | |

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos conclusos com embargos de declaração ou agravo interno há mais de 45 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00010645220204020000 | 50133212420204020000 | 50136486620204020000 |
| 50083543320204020000 | | |

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade integra a 1ª Turma, especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial. Em razão do acúmulo de competências (cível e criminal) e suas peculiaridades, os 17 (dezesete) servidores dividem-se em dois núcleos: penal e cível (previdenciário/propriedade industrial). O núcleo penal conta com 8 servidores, sendo 1 assessor (de juiz). Já o núcleo cível conta com 9 servidores (1 para propriedade industrial), dois deles assessores, e um juiz federal auxiliar (Dr. Rogério Tobias de Carvalho).

A chefe de gabinete é responsável pela parte administrativa: gestão de pessoal (frequência, teletrabalho), e-mails, malote digital, controle da agenda do desembargador, atendimento de advogados e autoridades. Além disso, controla e disponibiliza a pauta de julgamento aos demais gabinetes.

No **núcleo penal**, o assessor (de juiz) faz a triagem inicial dos feitos, separando-os (com localizadores internos) por data de prescrição, com réus presos, com base nas metas CNJ e demais prioridades e, também, de acordo com os crimes. As apelações criminais e embargos infringentes, em regra, são atribuídos aos membros do núcleo de acordo com suas especializações, e as medidas urgentes (habeas corpus, mandados de segurança, dentre outras) ficam a cargo do assessor, sob a orientação da Desembargadora Federal. Há represamento de processos na fase de revisão, tendo em vista que os gabinetes da 1ª Turma elaboram “voto de revisão”.

No **núcleo cível**, a assessora judiciária faz a triagem inicial dos feitos, classificando-os (com localizadores internos) de acordo com a matéria e a urgência para distribuição à equipe, sendo que uma das servidoras atua apenas nos agravos de instrumento e outro com propriedade industrial.

Atualmente, há um rodízio de servidores em teletrabalho, atendendo ao limite de 50% previsto em resolução editada pela Presidência do Tribunal.

Uma boa prática mencionada foi a utilização do suporte fornecido pela Presidência com o Grupo de Apoio aos Gabinetes (instituído pela Resolução TRF2-RSP-2021/00025),

que atuou inicialmente nos feitos criminais mais urgentes (prescrição) e feitos de propriedade industrial e, posteriormente, focou o trabalho no acervo previdenciário.

Os assessores (de juiz e judiciária) e a chefe de gabinete relataram as seguintes dificuldades: (i) a gestão de acervos com complexidades tão diversas (criminal e previdenciário/propriedade industrial) e, por isso, a necessidade da adoção de estratégias diferentes para cada um dos núcleos de atuação; (ii) a limitação do teletrabalho em 50%; (iii) represamento dos feitos criminais encaminhados e recebidos para “revisão”, em razão dos procedimentos adotados nos gabinetes da Turma, com elaboração prévia de “voto-revisor”, demandando tempo e trabalho intelectual para elaboração de documento que, no caso de julgamento unânime futuro, será desconsiderado e, por vezes, descartado.

Verificou-se também na entrevista que os servidores do gabinete encontram-se cientes das dificuldades e peculiaridades apontadas em inspeções anteriores, mostrando-se dispostos e preparados para a gestão do grande acervo assumido em 23/6/2021, com elaboração de dados estatísticos e controles internos para regularização dos processos mais urgentes e com determinações do CJF, além dos feitos incluídos nas metas nacionais do CNJ, no sentido de regularizar todo o acervo no menor período possível.

Outra dificuldade apontada foi a gestão de acervos com complexidades tão diversas (criminal e previdenciário/propriedade industrial) e, por isso, a necessidade da adoção de estratégias diferentes para cada um dos núcleos de atuação, o que poderia ser solucionado com separação regimental das competências atuais da unidade inspecionada.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 2.852 para 3.360. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.869 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.360.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 144, na última inspeção, para 112, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

Constatou-se que diversos processos ficaram represados aguardando “revisão” (por período acima de 10 meses), em razão dos procedimentos adotados nos gabinetes da Turma, com elaboração prévia de “voto-revisor”, demandando tempo e trabalho intelectual para elaboração de documento que, no caso de julgamento unânime futuro, será

desconsiderado e, por vezes, descartado. Procedimento que poderia ser simplificado com a confirmação do relatório e pedido de inclusão em sessão de julgamento de forma mais célere e objetiva.

Além disso, verificou-se a necessidade de melhor controle no recebimento e julgamento dos embargos de declaração e agravo interno, evitando demora em seu processamento, além de fiscalização nos procedimentos para envio dos acórdãos para publicação pela subsecretaria.

Houve ênfase na necessidade da manutenção do teletrabalho implantado, inicialmente em razão da pandemia do Covid-19, mostrando-se responsável direto pelo aumento da produtividade e plena adaptação dos servidores da unidade inspecionada, com a melhora da prestação jurisdicional desempenhada, com economia de recursos, de tempo e deslocamentos, além de aumento da segurança pessoal dos servidores, sendo sugerida a possibilidade de aumento do percentual atualmente permitido pela Portaria da Presidência do TRF-2 (50%).

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 32.
- b) disponibilizar com maior antecedência os votos já incluídos em pauta, para aperfeiçoar as sessões de julgamento presenciais ou virtuais e os procedimentos pós-sessão, ressalvados casos específicos, sugerindo-se o prazo de uma semana antes de cada sessão.
- c) aperfeiçoar a metodologia em vigor com relação à revisão dos processos criminais, sem necessidade de elaboração prévia de “voto-revisor” minucioso, documento que, no caso de julgamento unânime futuro, acaba sendo desconsiderado, tornando mais célere a inclusão dos feitos em pauta de julgamento e diminuindo o tempo de sua tramitação.
- d) melhorar o controle e verificação dos embargos de declaração e agravos internos pendentes de julgamento, bem como o envio dos acórdãos para publicação pela subsecretaria.
- e) fomentar a realização de mutirões por tema/matéria, como forma de redução do acervo de processos previdenciários, especialmente com o auxílio do Grupo de Apoio aos Gabinetes.
- f) analisar a possibilidade de alteração regimental quanto às matérias atualmente afetas à competência da unidade, com especialização (e separação) das áreas criminal e previdenciária.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Realizada entrevista pessoal do magistrado com o Desembargador Federal Nino Toldo, sendo explanadas as atividades a serem desenvolvidas pela unidade inspecionada.

O Juiz Federal Luiz Norton Baptista de Mattos, titular da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, foi convocado no dia 7/3/2022, para assumir o Gabinete 25 até o provimento do cargo de Desembargador Federal.

Até o dia 6/4/2022, o Gabinete estava funcionando com apenas cinco servidores, sendo 2 servidores ainda lotados na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, e 3 servidores já lotados na unidade (dois requisitados de Juizados Especiais e um do setor administrativo do TRF-2).

Há previsão de lotação, nos próximos dias, de mais 3 servidores, sendo dois oriundos do setor de apoio aos gabinetes do TRF-2 e uma proveniente de Vara Previdenciária.

Desde a instalação do gabinete e a convocação o magistrado está conhecendo e avaliando as capacidades dos servidores, a fim de verificar a melhor alocação e distribuição de tarefas de modo a garantir maior eficiência e produtividade em face das limitações de recursos humanos.

Dessa forma, de maneira extraordinária e provisória, o gabinete conta com 2 servidores para análise dos processos criminais e 3 servidores para análise dos processos cíveis, sendo 4 da área fim e 1 da área meio.

Será utilizado como base e parâmetro inicial o modelo de gestão já adotado e praticado pelo magistrado na 7ª Vara Federal Cível, modelo inclusive reconhecido e laureado no prêmio “Innovare” de 2005.

Com a proximidade da redistribuição de 25% dos feitos em andamento nos outros 3 gabinetes, no período inicial e excepcional, serão priorizados os **processos criminais** na seguinte ordem: processos com réus presos; habeas corpus e processos em que haja

iminência de prescrição. Quanto aos **processos previdenciários**, a determinação será de priorização na seguinte ordem: processos com pessoas idosas e deficientes; processos de concessão de benefícios e processos de revisão de benefícios.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FLÁVIO LUCAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade
Gabinete Desembargador Flávio Lucas

2.2 Turma
Segunda Turma Especializada

2.3 Competência
matéria penal, previdenciária e de propriedade intelectual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)
Desembargador Federal Flávio Oliveira Lucas

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Flavio Lucas ainda enquanto juiz federal, foi convocado para assumir a titularidade provisória do gabinete 05 a partir do dia 23/6/2021. Em 17 de setembro de 2021 tomou posse como Desembargador e esteve até o dia 6/10/2022 no gabinete 05 quando então assumiu a titularidade plena do gabinete 04. Assumiu o gabinete 04 com um acervo de 4.317 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)
Desembargador André Fontes até o dia 6/10/2021 inclusive.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)
Sônia Cosendey Bockmann, Assessora de Juiz.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---|
| Servidores efetivos | Sônia Cosendey Bockmann (CJ3), Alexandre Eutálio Neves de Almeida (CJ2), Samuel Lopes Moreira (CJ2), Simone Pires Lemes (CJ1), Filipe Lima Tavares FCII, Leticia Mendes Martins do Rego Bastos FCIV, Mariana Martins Pereira Bastos, FCIII, Hélio de Souza, FC V, Marco Antonio do Carmo Oliveiri FC V, Sandra D'arc de Medeiros, FC IV, Adilene Villote Ajara Bonorino, FC II, Amanda Rosadas Coelho, FC V, Marcia Suely Batista Gomes, FC III, Denise Maria Nunes Vita de Paiva, FC VI, Luiz Gustavo da Costa Campinas FC IV, Daiana Silvestre Bazilio FC VI, Iani Panait, Gabriel Bernard Auhi Bastos. |
| Servidores sem vínculo | Claudio Luiz Franco Velho (FCII), Marcio Alexandre Magalhães FCII |
| Estagiários de nível superior | Lucas Mattos da Silva, Daniele Brasil Alves e Isabel Oliveira Mazza |
| Estagiários de nível médio | - |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 4.322 |
| Processos suspensos/sobrestados | 24 |
| Processos conclusos | 2.466 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 4.322 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.813 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 2.466 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.598 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 24 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-----|
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | não |
|---|-----|

| | |
|---|--|
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | não |
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | sim, mas na realidade a Dra. Adriana foi convocada para trabalhar com a própria equipe do gabinete do Dr. André Fontes |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Era outro Desembargador na titularidade, mas me foi informado que Dra. Adriana Cruz julgou matéria penal |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Dra Adriana Cruz - despachos -378/ decisões -116/ julgamentos-139 Dr. André Fontes - despachos – 2.442/ decisões - 142 - julgamentos – 1.425 |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | setembro de 2020 – 3.584 - julho de 2021 – 4.285 |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|-----|
| Total de feitos originários cíveis | 116 |
| Mandados de segurança | 11 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 26 |
| Reclamações | 3 |
| Ações rescisórias | 67 |
| Outros | 9 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.743 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 1 |
| Recursos em ações civis públicas | 1 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 1.410 |
| Outros | 2.331 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.743 |
| Apelações cíveis | 2.345 |
| Agravos de instrumento | 515 |
| Outros | 883 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 66 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 2 |

| | |
|--------------------|----|
| Habeas Corpus | 33 |
| Revisões criminais | 12 |
| Outros | 19 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 397 |
| Apelações | 344 |
| Recursos em Sentido Estrito | 12 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 34 |
| Outros | 7 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|----|
| Total de feitos com réus presos | 41 |
| Apelações | 25 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 10 |
| Outros | 6 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 24 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 3 |
| Por Recurso Extraordinário | 8 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----|
| Embargos de declaração | 127 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 123 |
| Agravos legais/regimentais | 6 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 6 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|-----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 114 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 5 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 116 |
| Ano anterior | 957 |
| 2º ano anterior | 393 |
| 3º ano anterior | 104 |
| 4º ano anterior | 60 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 119 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 72 |
| Ano anterior | 1.379 |
| 2º ano anterior | 695 |
| 3º ano anterior | 280 |
| 4º ano anterior | 69 |
| 5º ano anterior | 39 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 64 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 26 |
| Ano anterior | 1.181 |
| 2º ano anterior | 731 |
| 3º ano anterior | 287 |
| 4º ano anterior | 106 |
| 5º ano anterior | 59 |
| 6º ano anterior | 34 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 42 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 5 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 5 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 1 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.378 |
| Total de Processos julgados | 1.531 |
| Total de Processos baixados | 1.679 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 847 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 699 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 77 |
| Total de feitos não regularizados | 33 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 64 |
| Total de feitos não regularizados | 17 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.387 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.687 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 111 |

| | |
|------------------------------------|----|
| Processos julgados no ano corrente | 25 |
|------------------------------------|----|

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 603 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 10 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,3% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|---------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.454 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 23 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,80% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 771 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 68 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 91,2% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/01/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 842 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 176 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 93,1% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 252 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 48 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,6% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 177 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 83 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 75,9% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 77 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 73 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 65 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |
| Pendentes no último dia do mês anterior | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |
| Porcentagem de atendimento da meta | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 238 |
| Processos baixados no ano anterior | 187 |
| Processos julgados no ano anterior | 228 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 13 |
| Processos baixados no ano corrente | 62 |
| Processos julgados no ano corrente | 6 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 0 |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 0 |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O gabinete procura estimular as ideias, o trabalho em conjunto, a explanação das ideias. Toda ideia é ouvida, e não se pode ter receio de tentar coisas novas dentro da legalidade.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 0 |
|---|---|

| | |
|--|---|
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |

| | |
|---|---|
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O gabinete está apto a funcionar de forma eficiente na forma virtual. Fizemos o desvio de dois ramais para os celulares, então um ramal foi para o meu celular e outro para o celular da recepção e de 11 às 19 horas atendo regularmente meu celular. Respondo os e-mails do gabinete em tempo bem curto. Raramente um e-mail é respondido em tempo maior que uma hora. As comunicações são feitas em grupos de whatsapp onde inclusive diariamente a produtividade do dia anterior é comunicada. Fazemos algumas videoconferências. As sessões por videoconferência têm funcionado muito bem. Dr. Flavio atende os advogados por videoconferência regularmente uma vez por semana. Em caso de liminar pode atender fora desse dia. Sinto os advogados bastante satisfeitos com a metodologia atual.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

O Desembargador Flavio Lucas assumiu o gabinete com a equipe em 7/10. Procuramos saber junto ao gabinete que aqui estava essa informação. As informações chegaram bem truncadas. "sempre recomendam algo como "priorizar o julgamento de recurso interno" Segundo me foi informado em todos os processos listados houve recomendação.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A informação que me foi passada foi a seguinte. Os feitos relacionados como pendentes de cumprimento das recomendações, estão sendo tratados com prioridade. As dificuldades apresentadas na tramitação desses feitos foram devidas à restrição de acesso à sede do Tribunal por um grande período, em decorrência da pandemia, associada às atividades de digitalização de grande número de autos originários do Sistema Apolo para o Sistema eproc. Os feitos são de grande complexidade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Estou recebendo agora a listagem dos processos com pendência da última inspeção. Tão logo terminemos os processos desta inspeção irei consultar todos da listagem que me foi passada e repassar para minha equipe priorizar.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Nós somente assumimos o gabinete em 7 de outubro de 2021 pelo portal de estatística pudemos perceber que a unidade não atendeu a Meta 1 nem a Meta 2. Para atender essas metas nós fomos ao portal e identificamos o quanto temos que julgar mensalmente para que fiquemos num numérico maior que o distribuídos. Colocamos 20% a mais e fixamos como meta. Vimos o quantitativo de embargos de declaração que ingressam e estabelecemos um numérico também. Vimos todos os processos antigos. Estamos pegando os mais fáceis e os mais antigos para podermos atender Meta 2 e julgarmos mais do que entra.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Nosso processo de trabalho é dividido em três setores criminal, PI e previdenciário, e administrativo privilegiando sempre um trabalho de equipe com bastante comunicação. Acho que uma boa prática é o conhecimento não ficar só com um servidor. O relacionamento entre os servidores é muito bom, o ambiente de trabalho é muito saudável, sem conflitos e isso ajuda a uma boa produtividade. Não adianta conseguir um numérico alto sem um mínimo de qualidade. Nossa grande dificuldade hoje em dia é o compartilhamento dos votos muito em cima da hora. Estamos bem aparelhados, temos uma boa flexibilidade quando ao sistema híbrido de trabalho e os servidores estão felizes. Nossa comunicação virtual é muito boa. Recebemos servidores no período da pandemia que foram bem recebidos e não tivemos dificuldades.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Sônia Cosendey Bockmann

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os processos são distribuídos de acordo com as prioridades identificadas na triagem penal, priorizando sobretudo processo com prescrição próxima e matérias que impactam no andamento dos processos na origem. Em regra, todos os 5 servidores atuam em todas as matérias de acordo com as prioridades de acervo identificadas. Apenas no âmbito dos *Habeas Corpus* e Mandados de Segurança é que dispomos de servidor destacado que atua somente nesses temas. No setor previdenciário são 6 servidores e dois estagiários. Os diferentes assuntos da matéria são divididos entre os servidores, com o assessor sendo responsável pela coordenação interna e pelos processos mais complexos, incluindo os que são distribuídos para Seção Especializada e Pleno, havendo uma servidora responsável só pelos agravos, e todos elaboram os ED. Em PI são 3 servidores que trabalham com todas as matérias sendo as liminares analisadas pela chefia do setor. No setor administrativo são 3 servidores.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho?

Quantos?

Atualmente diante da pandemia temos duas servidoras, uma que estava grávida e outra com criança muito pequena que estavam direto em teletrabalho, os demais estão em sistema híbrido. Temos feito uma escala em rodízio.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No dia de trabalho presencial a jornada é toda no Tribunal. Os demais dias são por regime de teletrabalho, que tem funcionado muito bem.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Foi feito um levantamento do quantitativo de processos de cada matéria (penal, previdenciário e PI) distribuído em 12 meses. Fizemos o levantamento de quanto necessitaríamos julgar mensalmente para atender a Meta 1. Baseado neste numérico fixamos cotas para o penal, previdenciário e PI. Todas metas coletivas, que são diariamente compartilhadas com a equipe.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Diariamente eu faço um acompanhamento da produtividade e repasso diariamente de forma rápida via whatsapp, a todos qual foi a produtividade do dia anterior de forma que possamos ajustar se necessário. Então se um dia notamos que a produtividade da equipe foi menor do que a que programamos eu sinalizo para que a equipe possa pegar mais processos padrões para recuperar o numérico da meta e no dia seguinte retomar os processos mais complexos. A equipe está começando junta agora. Pretendemos flexibilizar folgas na medida que as metas forem atingidas. Se não forem esses benefícios ficará inviável.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos processos físicos no gabinete. Todo nosso acervo é virtual. A servidora responsável por pegar os processos que chegaram, avisa aos setores se chegou alguma medida pendente de análise liminar urgente, HC, MS. Os processos penais que chegam são colocados em penal triagem. Os processos de PI em PI triagem e os processos previdenciários tem a triagem feita pela servidora que os recebe e que os coloca nos assuntos devidos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

No penal os processos estão organizados: HC e MS separados, processos para revisão, Revisões criminais, Processos de Seção, Pleno, e dentro dos processos para voto, por assunto numa tabela no excel com a prescrição. Os processos de propriedade intelectual e previdenciários estão todos separados por assuntos, Loas, auxílio doença, pensão por morte, etc. e patente, marcas. Os Agravos de instrumento previdenciário ficam separados.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Mensalmente é feita a estatística de acervo, Meta 1, produtividade. Temos os localizadores onde constam os processos que saíram do gabinete para a Secretaria, o MPF, a contadoria, outros gabinetes, etc. os embargos de declaração, agravos internos, prioridade idoso. Temos o controle do movimento do processo. E como estamos há pouco tempo no gabinete agora é que estamos terminando de organizar tudo nos seus locais.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são coletivas em todos os setores. Isso propicia que um servidor mais experiente possa fazer uma minuta de um processo mais complexo e outro fazer várias minutas de uma matéria mais padrão.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não temos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Esses processos já contam com indicação no sistema eproc e podem ser consultados tomando a meta do CNJ como filtro de pesquisa. O setor costuma inserir lembretes no sistema eproc e também preencher tabela de Excel interna já com essa listagem de processos de metas do CNJ para controle.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Nos casos de homologação de acordo; nos recursos nos quais se verifica as hipóteses previstas no art. 932 III, do CPC (inadmissível, prejudicado, ausência de impugnação específica quanto aos fundamentos da decisão recorrida) e ainda nos processos originários da Corte (Ação Rescisória, Mandado de Segurança, Medida Cautelar) quando for o caso de negar seguimento ao pedido (ou ao recurso) conforme previsão do art. 44, parágrafo primeiro, incisos I, II e III do Regimento interno desta Corte.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Temos poucos processos totalmente padrões, mas temos trechos dos votos que são padrões. Então temos textos padrões que são colocados no eproc. E também nos setores o entendimento em cada matéria é passado para os servidores e se há mudança no entendimento também. Então, há uma definição quanto a juros e correção monetária, faz-se um texto padrão para naquele caso concreto todos usarem, a mesma coisa no Criminal. Pode-se usar uma parte do texto padrão no estelionato, na moeda falsa, etc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

No dia a dia no trabalho. Os servidores podem pedir treinamento se desejarem. Como temos três matérias há grupo próprio do setor criminal, previdenciário e de PI onde há discussões jurídicas. Se o assessor nota que um determinado servidor está com dificuldade em determinado assunto ele conversa e aconselha um curso de capacitação.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados são aqueles que aguardam pacificação da matéria, como os submetidos ao regime dos recursos repetitivos e repercussão geral da matéria, além dos suspensos para fins de habilitação. Atualmente podemos citar como matérias importantes sobrestadas, no que tange ao quantitativo, de feitos a Revisão da Vida Toda (Temas 999 STJ e 1102 do STF) e no âmbito do Tribunal o Tema GR11 da Vice-presidência do TRF2 relacionados a 5 ACPs que diz respeito a consumação ou não do prazo prescricional nas execuções individuais de ações que objetivavam a revisão do benefício com aplicação do IRSM de fevereiro de 1994, sendo que no caso caso do Tema GR11 a controvérsia de eventual suspensão do prazo está relacionada ao Memorando Circular n. 37 do INSS que, em tese, poderia ter provocado a suspensão do prazo. Importante ressaltar que de forma geral (sem a discussão a respeito do aludido Memorando Circular 37 do INSS) a matéria em questão da prescrição foi abordada e decidida, com modula.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica no presente caso.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

O Desembargador Flavio Lucas assumiu a titularidade do gabinete em 07/10. Antes dele assumir, neste gabinete, esteve em auxílio ao Desembargador André Fontes, a Juíza Federal Adriana Cruz atuando na matéria penal.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Nós estamos há pouco tempo no gabinete, mas temos levado os pedidos de vista no prazo de 2 a 3 sessões. Os processos têm demorado também a chegar a nós, pois a secretaria da turma tem tido dificuldades para lançar o resultado dos julgamentos.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Utilizando o sistema de consulta e fazendo o registros das informações fornecidas de forma contínua e atualizada pela própria Corte aos Gabinetes, sendo automaticamente, repassada aos servidores em divulgação interna e registro e em grupo específico do WhatsApp destinado a esse fim.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

O nosso gabinete compartilha os votos com uma semana de antecedência todas as vezes e anuncia no grupo que todos os gabinetes da turma participam. Infelizmente não acontece o mesmo nos outros gabinetes da turma nem nas sessões virtuais nem nas sessões por videoconferência. Por videoconferência costumam liberar 24 horas antes e na virtual ou 24 antes ou até no primeiro dia da sessão. Isso dificulta muito nosso trabalho. Quando liberam numa sexta feira e a sessão se inicia segunda feira a solução é trabalhar por todo final de semana. Quando se libera no primeiro dia de uma sessão virtual com 700 processos só conseguimos entregar o material ao final do terceiro dia e isso só deixa um dia para o magistrado votar.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são disponibilizadas para os Desembargadores iniciarem o voto através do painel de votação. Atualmente como os gabinetes estão demorando a compartilhar os votos, assim que inicia corremos para fazer os resumos para auxiliar os Desembargadores na votação. Nos julgamentos criminais tem tido por pauta 100 processo e as pautas previdenciárias 700 a 800 processos por pauta, então em geral na quarta feira passamos o material para o Desembargador com a sugestão de divergência e ele aprovando passa para o painel de votação. Anunciamos as divergências no grupo de whatsapp da turma especializada. Nesse caso a turma anuncia a prorrogação da sessão.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, e a primeira coisa que fizemos ao chegar ao gabinete foi fazer um diagnóstico do estado dos processos para podermos definir nossos objetivos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|----------------------------------|---|
| c) resultados | ainda não temos tempo suficiente no gabinete para avaliar os resultados. Só tivemos efetivamente 3 pautas, mas estamos conseguindo incluir mais processos do que os que são distribuídos. |
| a) como a unidade se encontra em | A lotação da unidade está completa e os recursos |

| | |
|--|---|
| relação aos recursos humanos e materiais | materiais são muito bons. |
| b) gestão do trabalho | a unidade está bem estruturada quanto à gestão do trabalho. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Inserir o gabinete na Meta 2 e Meta 1 do CNJ; colocar em dia as análises das tutelas em agravo de instrumento; Quando chegamos ao gabinete havia tutelas de 2019 para análise, agora estamos em 2021; pautar todas as revisões penais, pois quando assumimos o gabinete encontramos um passivo de 150 revisões. Julgar mais processos do que o número que é distribuído.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Como o gabinete tem muitos processos antigos, pretendemos incluir em julgamento todos os processos autuados no Tribunal até 2019 de forma a acabar com esse acervo. Iremos incluir mensalmente um número grande de revisões criminais para terminar com o passivo e depois apenas manter. Iremos também mensalmente aumentar o quantitativo de análise dos processos de tutela dos agravos de instrumentos previdenciários até conseguirmos normalizar o passivo. Para cumprirmos a Meta 1 pretendemos julgar os processos mais fáceis e os mais antigos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O sistema híbrido foi um ganho inegável. Um exemplo é que se um servidor precisa ir a um médico que consome boa parte do tempo já não é um dia de trabalho perdido. É possível conciliar o trabalho. Avisa-se a chefia que se vai começar mais tarde ou interromper no meio do dia e depois o servidor retoma. Pode ler no whatsapp os recados dirigidos a ele e desenvolver seu trabalho ao retornar. A comunicação via whatsapp se mostrou muito eficaz, porque se perdia tempo reunindo todos para poucos comunicados. Dessa forma todos ficam cientes rapidamente dos comunicados.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Normalmente só permanecem sem movimentação aqueles processos que estão aguardando a confecção de minutas de acordo com as prioridades definidas. Existe uma permanente verificação geral da chefia de gabinete, com auxílio de servidores da parte administrativa e também interna em cada setor, visando evitar o acúmulo de processos sem movimentação, com observância dos critérios legais, metas administrativas, urgência processual e pedidos de preferência, devidamente fundamentados. Normalmente só permanecem sem movimentação aqueles processos que estão aguardando a confecção de minutas de acordo com as prioridades definidas. Existe uma permanente verificação geral da chefia de gabinete, com auxílio de servidores da parte administrativa e também interna em cada setor, visando evitar o acúmulo de processos sem movimentação, com observância dos critérios legais, metas administrativas, urgência processual e pedidos de preferência, devidamente fundamentados.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|----------------------|-------------------|--------------------|
| 50014552920194029999 | 22/7/2019 | - |

| | | |
|---|------------|-------------------------------|
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; ele não tem acórdão publicado porque o julgamento ainda não terminou. Foi incluído agora na pauta ampliada de 21/3/2022, | | |
| 50012193320214020000 | 8/2/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 8/2/2021. Foi proferida decisão em 17/2/2022, declarando a incompetência. | | |
| 50043363220214020000 | 14/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 14/4/2021 e 4/2/2022, quando foi proferida decisão julgando prejudicado o agravo de instrumento. | | |
| 50057324420214020000 | 12/5/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 12/5/2021. Proferida decisão em 17/2/2022 julgando prejudicado o recurso. | | |
| 50116320820214020000 | 17/8/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 17/8/2021. Separado com o assessor Samuel para análise da tutela. | | |
| 00214824820174025001 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 18/5/2020. Separado para exame dos autos e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 00214166820174025001 | 21/11/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 6/5/2021. Em 17/2/2022 foi relatado e incluído em pauta para julgamento em 14/3/2022. | | |
| 00099711920184025001 | 16/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 6/12/2022, e encaminhado com acórdão em 18/2/2022 para a Secretaria. | | |
| 00194957720184025118 | 25/9/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 31/8 e 11/10. O julgamento teve início em 31/8, continuou em 11/10 e agora foi incluído na pauta de 21/3 para a conclusão do julgamento na forma ampliada na técnica do art. 942 do CPC. | | |
| 00304991120174025001 | 30/9/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação: Houve: X() paralisação há mais de 90 dias, desde 12/10/2019. Processo separado para exame e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50087868620194020000 | 27/9/2019 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 15/4/2020 e 17/2/2022, quando foi encaminhado ao MPF. Foi proferida decisão em 25/2 no sentido de aguardar o julgamento do processo originário. | | |
| 50087313820194020000 | 26/9/2019 | Conflito de competência |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 20/8/2020 e 24/2/2022, quando foi proferida decisão julgando prejudicado o conflito de competência. | | |
| 50077706320204020000 | 30/6/2020 | Conflito de competência |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 17/7/2020. Separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50750819420204025101 | 12/11/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 18/2/2021 e 4/2/2022, quando foi solicitado dia por este juízo revisor e incluído em pauta para o dia 7/3/2022. | | |
| 50750861920204025101 | 13/11/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 18/2/2021 e 4/2/2022, quando foi pedido data para julgamento por este juízo revisor e incluído na pauta de 7/3/2022. | | |
| 50750870420204025101 | 13/11/2020 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-------------------------------------|
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 18/2/2021 e 4/2/2022, quando foi pedido data para julgamento por este juízo revisor, e incluído na pauta de 7/3/2022. | | |
| 50031992720204025116 | 16/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 23/2/2021 e 7/2/2022, quando foi pedido dia por este juízo revisor e incluído em pauta para julgamento em 7/3/2022. | | |
| 50397565820204025101 | 1º/2/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 11/3/2021 e 11/3/2021 quando foi pedido dia para inclusão na pauta de 7/3 pelo nosso juízo revisor. | | |
| 50764953020204025101 | 23/11/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 12/3/2021 e 7/2/2022, quando este gabinete revisor pediu dia para julgamento para a pauta de 7/3. Contudo o relator retirou de pauta para inclusão na pauta por videoconferência. | | |
| 50750030320204025101 | 17/11/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 16/3/2021 e 7/2/2022, quando foi solicitado dia para julgamento por este juízo revisor, incluído na pauta de 7/3/2022. | | |
| 50033304120204025103 | 14/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 4/2/2021 e 7/2/2022 quando foi incluído na pauta de 7/3 e pedido dia por este juízo revisor. | | |
| 50362674720194025101 | 24/3/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 21/4/2021 e 7/2/2022, quando foi pedido dia para julgamento para 7/3 por este Juízo revisor. | | |
| 00023169020204020000 | 8/4/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 25/6/2021 e 17/2/2022, quando foi pedido dia por este juízo revisor e incluído na pauta de 21/3/2022. | | |
| 00060058720144025001 | 6/5/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 9/8/2021 e 17/2/2022, quando foi pedido dia para julgamento por este juízo revisor e incluído na pauta de 21/3/2022. | | |
| 08117458620114025101 | 4/4/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 9/8/2021 e 17/2/2022, quando foi pedido dia pelo revisor e incluído na pauta de 21/3/2022. | | |
| 00039385720114025001 | 18/6/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 2/9/2021 e 17/2/2022, quando foi pedido dia por este juízo revisor, e incluído na pauta de 21/3/2022. | | |
| 00287406620184025101 | 28/1/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 27/1 e 11/2, data e que foi incluído na pauta de 7/3 para prolação de voto vista. | | |
| 50014413520204020000 | 12/2/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: (X) andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias, Processo para dr. Flavio proferir voto vista enquanto relator pelo gabinete 05, Incluído na pauta de 7/3. | | |
| 50004690720214029999 | 15/3/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 19/11/2021 até a data deste relatório. Este processo embora esteja distribuído para o gabinete 4, o acordão deve ser lavrado pelo Desembargador André Fontes titular do gabinete à época. O gabinete está ciente. | | |
| 00232328520174025001 | 28/2/2019 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo foi julgado em 29/6/2020 em pauta ampliada. No julgamento foi dado provimento aos embargos e determinada a remessa a contadoria, para apuração das diferenças. Processo foi julgado em | | |
| 50008014220194029999 | 22/2/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 24/7/2019. Relatado em 4/2/2022 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00652684220184025120 | 26/4/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 24/1/2020. Relatado e incluído na pauta de 14/3/2020. | | |
| 50026392020194029999 | 26/9/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 3/3/2020. Relatados em 22/2/2022 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50297745420194025101 | 21/10/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 4/3/2020. Os autos estiveram conclusos deliberando sobre o procedimento administrativo da parte autora e retornaram para a elaboração de voto dos embargos de declaração. | | |
| 50000213920184029999 | 30/5/2018 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 5/3/2020. Relatados em 16/2/2022 e aguardando inclusão na pauta ampliada. | | |
| 50005185320184029999 | 18/10/2018 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 9/4/2022. Contudo, foi relatado em 12/11/2021 e incluído na pauta de 21/3/2022. O processo teve que ser incluído em pauta ampliada pois o mérito foi julgado em pauta ampliada. | | |
| 50027873120194029999 | 8/10/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 24/6/2020. Relatado em 23/2/2022 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50025006820194029999 | 16/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 15/4/2020. Em 17/2/2022 relatado em incluído na pauta de 14/3/2022 para julgamento. | | |
| 50002324120194029999 | 8/2/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 8/6/2020. Processo separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50152032420184025001 | 26/11/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 15/7/2020, Em 10/2/2022 relatados e incluídos na pauta de 14/3/2022 para julgamento. | | |
| 02331979420174025101 | 3/2/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 13/8/2020. Atualmente a minuta se encontra em elaboração com o servidor Filipe. | | |
| 01739785320174025101 | 20/8/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 25/9/2020. Relatados e incluído na pauta virtual de 4/4/2022, | | |
| 50006781020204029999 | 25/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 17/12/2020. Separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 01194992020164025110 | 5/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 8/4/2021. Processo relatado e incluído na pauta de 11/4. | | |
| 50030826820194029999 | 12/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 23/2/2021. Processo relatado e incluído na pauta ampliada de 10/5/2022. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 50011943020204029999 | 11/8/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 2/4/2021. Há também um pedido de tutela em 23/2/2022, e proferida decisão em 25/2/2022. Após, retorna para análise dos embargos de declaração. | | |
| 50021045720204029999 | 14/12/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 11/5/2021. Relatado em 23/2/2021 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50009755120194029999 | 21/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Relatado em 16/2/2022 e incluído para julgamento na pauta de 14/3. | | |
| 50005286320194029999 | 28/1/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 2/5/2019. Separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 02225166520174025101 | 17/1/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 2/0/2019. Separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50007599020194029999 | 25/2/2019 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 15/4/2019 e 9/2/2022, quando se detectou o falecimento da parte autora e foi proferido despacho para possível habilitação de sucessores. | | |
| 50012466020194029999 | 30/4/2019 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Relatado em 16/2/2022 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00183600920174025104 | 12/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 10/5/2019 e 24/2/2022 quando foi relatado e incluído na pauta de 11/4/2022. | | |
| 00329787120184025120 | 30/4/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 15/5/2019. Processo separado para exame e elaboração de minuta caso esteja tudo regular. | | |
| 50013331620194029999 | 10/5/2019 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 16/5/2019 e 23/2/2022 quando foi relatado e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00500385620144025101 | 10/6/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: X() paralisação há mais de 90 dias, desde 13/6/2019. Processo separado para exame e elaboração de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 00221498820184025101 | 24/6/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 3/7/2019. Processo separado para exame e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50020156820194029999 | 5/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 8/8/2019 e 23/2/2022, quando relatado e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50411729520194025101 | 17/7/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 15/8/2019. Separado para análise e elaboração de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 02056765020174025110 | 18/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 6/9/2019 e 23/2/2022. Relatado e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50001131720184029999 | 27/9/2018 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 12/9/2019. Relatado e incluído na pauta de 11/4. | | |

| | | |
|---|------------|-------------------------------------|
| 50005600520184029999 | 18/10/2018 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 19/9/2019 e 23/2/2022, quando relatado e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50002128420184029999 | 19/10/2018 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 26/9/2019 e 8/2/2022, quando foi relatado e incluído na pauta de julgamento de 14/3/2022. | | |
| 50006937120184020000 | 4/9/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 20/10/2019. Processo com o servidor Filipe para análise e elaboração de minuta. | | |
| 50001720520184029999 | 4/10/2018 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 10/10/2019. Processo separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50030644720194029999 | 29/11/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 9/12/2019 e 22/2/2022, quando foi relatado e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 50012633320184029999 | 17/12/2018 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 11/12/2019 e 24/2/2022 quando foi elaborada minuta de despacho para o INSS apresentar contra-razões. | | |
| 50006321520184025109 | 30/1/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 14/2/2020. Separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 00033497220124029999 | 7/3/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Juízo de retratação relatado e incluído na pauta de 11/4/2022. | | |
| 50015926920184020000 | 30/10/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 3/10/2019. Em 16/2/2022 relatado e incluído na pauta de 14/3/2022 para julgamento. | | |
| 50008417720214020000 | 1º/0/2021 | Conflito de competência |
| Observação: Houve: (X) paralisação há mais de 90 dias, desde 12/2/2021. Processo separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50034000720214020000 | 19/3/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 19/3/2021. Proferida decisão em 23/2/2022, declinando da competência para a turma recursal dos juizados especiais. | | |
| 50227068720184025101 | 9/10/2018 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 13/4/2021. Relatados em 22/2/2022 e incluídos na pauta ampliada de 21/3/2022. | | |
| 00083427520184020000 | 17/3/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 25/5/2021 e 17/2/2022, quando foi proferida decisão negando provimento ao recurso. | | |
| 00014058920064025102 | 9/2/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 2/6/2021 e 23/2/2021, quando foi com a minuta de voto pronta para conferência e assinatura do Desembargador | | |
| 00029095620194020000 | 16/3/2020 | Tutela Cautelar Antecedente |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 15/6/2021 e 24/2/2022 quando foi proferida decisão indeferindo o efeito suspensivo | | |
| 50083404920204020000 | 10/7/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 16/6/2021 e 24/2/2022, quando foi elaborada minuta de decisão negando seguimento. aguardando assinatura | | |

| | | |
|---|------------|-------------------------------------|
| do Desembargador. | | |
| 50061118220214020000 | 19/5/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 5/6/2021 e 24/2/2022, quando foi elaborada minuta de decisão julgando improcedente a revisão criminal, que aguarda assinatura do Desembargador. | | |
| 05055756420174025101 | 12/11/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 28/7/2021 e 23/0/2021, quando foi elaborada minuta de voto e se encontra à disposição do Desembargador para conferência e assinatura. | | |
| 50099244020214025102 | 14/9/2021 | Agravo de Execução Penal |
| Observação: Houve: X) paralisação há mais de 90 dias, desde 23/9/2021. Processo separado para análise e elaboração de minuta de voto caso esteja tudo regular. | | |
| 50120158320214020000 | 24/8/2021 | Habeas Corpus |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 22/10/2021 e 16/2/2022, quando foi relatado e incluído na pauta de 4/4/2022 | | |
| 50188372820184025001 | 3/9/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Relatado em 22/2/2022 e incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00099089120184025001 | 15/05/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Relatado em 17/2/2022 e incluído em pauta para julgamento em 14/3/2022 | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 83 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 25 físicos, já digitalizados, e 58 eletrônicos.

Os processos físicos encontram-se todos digitalizados, tendo sido ultimada a migração do sistema Apolo para o eproc em setembro/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Realizar a inclusão na primeira pauta disponível, com julgamento em até 60 dias:

550000213920184029999

b) Realizar inclusão em pauta no prazo de até 30 dias:

550011943020204029999

c) Realizar a inclusão em pauta em até 30 dias, priorizando julgamento:

550030826820194029999

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete tem competência criminal e cível - previdenciária e propriedade industrial -, contando com 19 servidores, sendo 2 sem vínculo (agentes de segurança), que não desempenham atividade no gabinete, e 3 estagiários de nível superior.

O processo de trabalho está dividido em três setores, conforme as competências: criminal, propriedade industrial e previdenciária. Ainda, há um setor administrativo.

O setor criminal conta com 5 servidores que, em regra, atuam em todas as matérias de acordo com as prioridades identificadas na triagem, enfocando-se especialmente os processos com prescrição próxima e os com discussões que impactam no andamento processual na origem. Para análise dos *Habeas Corpus* e Mandados de Segurança, há um servidor destacado, exclusivamente.

O setor previdenciário conta com 6 servidores, dos quais um assessor e 2 estagiários. O assessor é responsável pela coordenação interna e pelo exame dos processos mais complexos, incluindo os da Seção Especializada e do Pleno. Uma das servidoras é responsável somente pela análise dos agravos. Os demais feitos são divididos entre os servidores, conforme os assuntos.

O setor de propriedade industrial conta com 3 servidores, que trabalham com todas as matérias; já as liminares são analisadas pela chefia do setor.

No setor administrativo, há 3 servidores, sendo uma servidora responsável pelo controle de ingresso de processos e distribuição nos localizadores pertinentes. Os feitos penais são encaminhados para a triagem pelo setor próprio, e os de propriedade industrial e previdenciário localizados conforme as matérias relacionadas.

O gabinete estabelece metas coletivas para os setores penal, previdenciário e propriedade industrial a partir de levantamento do quantitativo de processos distribuído em 12 meses, visando atender a Meta 1 do CNJ, o que é avaliado e diariamente compartilhado com a equipe.

Em relação ao teletrabalho, conforme relatado, os resultados têm sido os melhores possíveis, em termos de produtividade, não tendo se apresentado dificuldades no período da pandemia, por ter se mantido muito boa comunicação virtual. Inclusive, no período, a unidade recebeu novos servidores, que foram recebidos e integrados sem dificuldades.

Atualmente, diante da pandemia, 2 servidoras (1 grávida e outra com filho muito pequeno) permanecem em regime integral de teletrabalho; os demais estão em sistema híbrido – presencial e teletrabalho, com escala em rodízio.

Em relação à padronização de entendimentos e decisões, a unidade trabalha com textos-padrões no eproc, estimulando ainda a comunicação dentro dos setores de modo que o conhecimento não fique restrito a apenas uma pessoa.

O gabinete costuma compartilhar as minutas de votos com os demais integrantes da Turma com uma semana de antecedência das sessões de julgamento.

A principal queixa da unidade refere-se ao ponto, relatando que o mesmo não acontece com os outros gabinetes, nem nas sessões virtuais nem nas sessões por videoconferência, o que dificulta muito o trabalho, visto que costumariam disponibilizar as minutas 24 horas antes e, nas virtuais, até mesmo no primeiro dia da sessão.

Outro relato feito refere-se à indexação dos processos digitalizados, especialmente os recebidos de competência delegada, pela dificuldade de localização das peças processuais

e documentos, especialmente pelo volume de documentos em cada evento e generalidade da identificação (ex. AUT, DOC, etc.).

Quanto à anterior inspeção, a equipe não havia conseguido identificar os processos a equacionar devido à assunção posterior do gabinete (6/10/2021). Contudo, foi disponibilizada a listagem pela equipe responsável pela atual inspeção, tendo, então, a unidade fornecido a fase processual dos feitos objeto das recomendações anteriores, verificando-se que a maior parte já contava inclusive com baixa definitiva. Dos remanescentes, em número de 10, apenas 4 estão em gabinete e atualmente conclusos para julgamento.

Em síntese, do quanto observado, a equipe tem coordenação conjunta e integrada pelos assessores, chefia de gabinete e coordenadores de setor, sendo mantido bom relacionamento entre os servidores. A despeito do pouco tempo de assunção do gabinete (6 meses), a divisão de tarefas, planejamento de metas e a sistemática de execução vêm se mostrando adequados, já sendo possível observar bons resultados no que se refere ao saneamento do acervo recebido, com perspectiva de plena possibilidade de atendimento futuro da metas estabelecidas pelo CNJ.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 1.740 para 2.466). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.598 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.466.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 68, na última inspeção, para 127, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

Entretanto, deve-se observar que o Desembargador Federal titular assumiu o gabinete em 6/10/2021, pouco após sua posse no cargo, ocorrida em 17/9/2021.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Priorizar a conclusão do julgamento dos processos objeto de recomendação na Inspeção 2020.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Marcello Ferreira de Souza Granado

2.2 Turma

2ª Turma Especializada

2.3 Competência

Penal, Previdenciária e Propriedade Intelectual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcello Ferreira de Souza Granado

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Andréa Braga de Faria Franco - assessora de Juiz

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|---|
| Servidores efetivos | ANDRÉA BRAGA DE FARIA FRANCO, ABÍLIO FERNANDES DAS NEVES NETO, AGNALDO VALENTE MAIA, BRUNO JOSÉ NOGUEIRA, ELISABETE GOMES DA CONCEIÇÃO, GLAURA REIS CREDIE PASSOS, JEFFERSON GUIMARÃES RANGEL, MARCELO JOSÉ DE ANDRADE QUEIROZ, MARCIA BRITZ, MICHELLE DESIRÉE AZEVEDO ARAGÃO CUNHA, SÉRGIO DE ARAÚJO PITANGA, SILVIA NUNES BEZERRA, MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, MELANI WALDECK DA |
|---------------------|---|

| | |
|-------------------------------|---|
| | ROCHA, BRUNO DOS SANTOS MAIA, NATALIA CLICIA MACIEL FIORE CORREIA, ÂNGELO HENRIQUE VIANA DA ROCHA, MARCUS DANIEL BOCHE e FELIPE SAMPAIO CARNEIRO. |
| Servidores sem vínculo | SIMONE DE SOUZA SLUTZKY |
| Estagiários de nível médio | NENHUM |
| Estagiários de nível superior | MATHEUS DOS SANTOS DE ANDRADE, RITA CAROLINE MONTEIRO BOTERO FILGUEIRAS e DIEGO RUFINO DOS SANTOS |
| Outros | NENHUM |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 5.126 |
| Processos suspensos/sobrestados | 43 |
| Processos conclusos | 913 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 5.126 |
| Acervo ajustado no TRF(ao início do 12º mês anterior) | 5.107 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 913 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.122 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 43 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 6 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim, houve atuação de servidores do GRUPO DE APOIO aos gabinetes, de acordo com as Resoluções n. TRF2-RSP-2021/00025, TRF2-RSP-2021/00067 e TRF2-RSP-2022/00001. Não houve convocação de magistrado em auxílio. Em 2021, o GRUPO DE APOIO trabalhou em auxílio no período de julho a meados de novembro e os processos |
|---|--|

| | |
|---|--|
| | correspondentes foram pautados a partir da sessão de 13/9/2021. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Sim, foram selecionados apenas processos previdenciários com apelação do INSS, de menor complexidade, dos assuntos: pensão por morte, aposentadoria por contribuição, tempo especial e auxílio-doença/aposentadoria por invalidez. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Foram feitos 520 processos pelo GRUPO DE APOIO entre julho e novembro de 2021. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Foram feitos 520 processos pelo GRUPO DE APOIO entre julho e novembro de 2021. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 77 |
| Mandados de segurança | 1 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 8 |
| Reclamações | 3 |
| Ações rescisórias | 60 |
| Outros | 5 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 4.706 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 3 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 1.735 |
| Outros | 2.969 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 4.706 |
| Apelações cíveis | 3.196 |
| Agravos de instrumento | 472 |
| Outros | 1.038 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 40 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 1 |
| Habeas Corpus | 17 |
| Revisões criminais | 5 |
| Outros | 17 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 303 |
| Apelações | 270 |
| Recursos em Sentido Estrito | 12 |
| Recursos em Habeas Corpus | 1 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 17 |
| Outros | 3 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|----|
| Total de feitos com réus presos | 18 |
| Apelações | 8 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 6 |
| Outros | 4 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 43 |
| Por IRDR | 7 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 1 |
| Por Recurso Extraordinário | 16 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 58 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 34 |
| Agravos legais/regimentais | 15 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 7 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 44 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 1 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------|-----|
| Ano atual | 26 |
| Ano anterior | 428 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 2º ano anterior | 552 |
| 3º ano anterior | 439 |
| 4º ano anterior | 200 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 79 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 21 |
| Ano anterior | 356 |
| 2º ano anterior | 272 |
| 3º ano anterior | 318 |
| 4º ano anterior | 126 |
| 5º ano anterior | 12 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 17 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 73 |
| Ano anterior | 362 |
| 2º ano anterior | 188 |
| 3º ano anterior | 122 |
| 4º ano anterior | 71 |
| 5º ano anterior | 41 |
| 6º ano anterior | 38 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 18 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 1 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 3 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.446 |
| Total de Processos julgados | 2.319 |
| Total de Processos baixados | 2.288 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 127 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 158 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 211 |
| Total de feitos não regularizados | 5 processos ainda estão em fase de habilitação de herdeiros, por isso, não foram julgados. |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 47 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.428 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.500 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 121 |
| Processos julgados no ano corrente | 129 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.830 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 71 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,1% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.365 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 67 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 111,9% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.562 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 156 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 93,9% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.074 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 226 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 92,9% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 528 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 72 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 123,4% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 239 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 64 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 104,6% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 75 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 77 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 62 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 83,3% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 218 |
| Processos baixados no ano anterior | 287 |
| Processos julgados no ano anterior | 287 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 8 |
| Processos baixados no ano corrente | 75 |
| Processos julgados no ano corrente | 2 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O portal do TRF2 conta com uma ferramenta chamada MonitoraPrev, funcionalidade que, além de fornecer dados estatísticos, em tempo real, sobre as ações ajuizadas contra o INSS, que permite conhecer, de forma inédita, a realidade social das pessoas que buscam a Justiça Federal para reclamar direitos previdenciários. A intenção é que os dados ajudem a conhecer melhor o perfil do segurado que recorre ao Judiciário e que sirvam de subsídios para a definição de políticas públicas e de gestão judicial e para estudos que ajudem a reduzir ou a administrar melhor a litigiosidade, ou seja, o excesso de demandas, que causam o congestionamento do Judiciário e atrasam a solução dos processos. Com essa iniciativa o Tribunal avança no cumprimento da Meta 9. O MonitoraPrev também poderá ser usada futuramente para ampliar a iniciativa para outros temas, principalmente os que envolvem demandas de massa.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 10 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 4 |
| 3621 - Da Poluição | 2 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 2 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |

| | |
|---|---|
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O TRF2 foi a primeira Corte a implantar a estrutura prevista no projeto nacional instituído pela Resolução CNJ 385/2021. Além das ferramentas digitais previstas no programa Justiça 4.0 do CNJ, o TRF2 conta com dois outros aperfeiçoamentos tecnológicos voltados para a jurisdição, que já estão em operação: o Centro de Conciliação 100% Digital (C100%) e o portal MonitoraPrev.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Utilização de marcadores mais objetivos e factíveis quanto aos tipos de processos e tempo estimado para conclusão da meta, com prazos não muito longos; b) flexibilização das metas individuais quando as condições de trabalho se mostrarem adversas, mas também a sua reavaliação periódica; c) disponibilização prévia dos votos já incluídos em pauta; d) avaliação sobre a possibilidade e a conveniência de digitalização dos processos

físicos do gabinete; e) Cumprir as recomendações constantes do item referente à inclusão de processos em pauta.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Foi elaborado um plano de gestão estruturado, no qual foram estipuladas metas mais objetivas e de curto prazo, como por exemplo, julgar todos os processos que tratam de benefício assistencial (LOAS), idosos com mais de 80 anos e remessas necessárias; b) As metas foram flexibilizadas e reavaliadas no período. Ex: servidora teve a meta flexibilizada por causa do filho pequeno em casa que não podia frequentar a creche/escola por conta da pandemia. Ex: reavaliação das metas em razão de todos os processos serem eletrônicos e da utilização de um único sistema (eproc), o que agiliza a elaboração do voto. c) Os votos são disponibilizados na forma especificada no item 26 deste formulário. d) Todos os processos físicos foram digitalizados. e) Todas as recomendações de inclusão de processos em pauta foram cumpridas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações foram atendidas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

No item 5.2. (Meta 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016) constam 71 processos pendentes em 31/12/2021. Desses 71 processos: há 13 processos criminais (9 estão no Revisor, 2 estão pautados para a sessão de 22/3/2022, 1 está suspenso em razão do parcelamento e em 1 foi proferida decisão terminativa). Os 58 restantes são de previdenciário (9 já foram julgados, 5 já iniciaram o julgamento em 2019/2020 e o Desembargador Federal André Fontes pediu vista, 1 foi redistribuído para a Turma Administrativa, em 7 foi proferido despacho para regularizar a habilitação dos herdeiros, em 1 foi proferido despacho para envio à Contadoria e os demais já estão pautados). No item 5.9 (Meta 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017) consta 1 processo pendente, que já está pautado.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

1- Período atípico em razão da pandemia, no qual várias foram as dificuldades enfrentadas, como servidores adoecidos ou abalados por perda de amigos/parentes. Por outro lado, rotinas foram otimizadas e procedimentos simplificados e informatizados (ex: planilha referente à sessão previdenciária disponibilizada no Google Drive). 2- Os Habeas Corpus, os processos com réu preso, os processos com pedido de vista, bem como os processos de revisão deste gabinete possuem prioridade máxima e são pautados rapidamente. 3- Os processos previdenciários são divididos em 2 blocos (apelação do INSS e apelação do autor) e dentro de cada bloco, julgados por antiguidade, a fim de atender às metas 1 e 2.

Já os processos apenas com remessa necessária são logo priorizados, vez que, em regra, apresentam menor complexidade. 4- A virtualização de todos os processos do gabinete e a utilização por este Tribunal de um único sistema (eproc), já que o Apolo foi descontinuado, representam avanços consideráveis.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Andréa Braga de Faria Franco.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há 20 servidores lotados no gabinete: 2 agentes de segurança; 4 servidores na parte administrativa, 8 servidores na equipe previdenciária (especializados por assunto), 1 servidora responsável pelos processos de propriedade intelectual e 5 servidores na equipe criminal.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes da pandemia, havia 4 servidores em teletrabalho (todos da equipe previdenciária), de acordo com o limite estabelecido na Resolução n. TRF2-RSP-019/00046 (30% da lotação de cada unidade). Atualmente, todos os servidores estão em teletrabalho em razão das Resoluções referentes ao período de pandemia. Vigente a Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013, que prorrogou até o dia 31 de março de 2022 o regime de trabalho remoto no âmbito do Tribunal.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A cota de produtividade dos servidores é fixada de acordo com a complexidade da matéria com que cada um trabalha. Não há cota em relação à matéria criminal, cujo acervo é bem reduzido.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os servidores que já estavam em teletrabalho antes da pandemia continuam encaminhando para a assessora planilha semanal de controle com a lista de processos feitos. Caso a meta não seja cumprida, o servidor é contatado para expor os motivos de eventuais dificuldades a fim de que sejam traçados, quando possível, mecanismos para resolver as questões levantadas.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos em trâmite no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Há um localizador referente à mesa de cada processante. Há um localizador para os processos de propriedade intelectual, qual seja: "INPI". Os processos previdenciários são organizados em localizadores referentes ao assunto específico. Ex: auxílio-doença, aposentadoria especial, pensão por morte... Não há localizadores para as matérias criminais, já que os processos são passados diretamente para os localizadores das mesas dos servidores da equipe criminal. Além disso, há localizadores para Embargos de Declaração, Agravo Interno, Petição e outros.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Para controle das movimentações e prioridades legais, são gerados relatórios de acompanhamento disponíveis no eproc; para verificação de cumprimento das metas, da situação do acervo e dos incidentes não julgados é consultado o Portal de Estatística; e periodicamente é analisado o número de processos por cada assunto previdenciário, por meio de consulta aos localizadores, para identificar necessidade de remanejamento entre os servidores. As urgências são passadas diretamente para o localizador correspondente à mesa do servidor.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais (Ex: quantidade semanal de processos a serem feitos pelos servidores da área previdenciária e de propriedade intelectual) e coletivas (Ex: reduzir o acervo; julgar todos os processos previdenciários de idoso acima de 80 anos,...).

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há, neste Tribunal, regulamentação específica sobre recompensas. Há as funções comissionadas, preenchidas conforme o desempenho. O Desembargador Federal Marcello Granado concede 1 dia de folga em razão do aniversário, como forma de reconhecer o esforço e dedicação do servidor ao longo do ano e incentivar a continuidade do trabalho de qualidade.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Para acompanhamento das prioridades legais e das metas, são gerados relatórios no eproc e no Portal de Estatística e os processos são priorizados. Os servidores da equipe previdenciária priorizam os processos de acordo com a antiguidade dentro de cada matéria, sendo divididos em 2 blocos (apelação do INSS e apelação do autor) e dentro de cada bloco, julgados por antiguidade, a fim de atender às Metas 1 e 2. Já os processos apenas com remessa necessária são logo priorizados, vez que, em regra, apresentam menor complexidade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, como por exemplo, nos casos de perda de objeto, extinção da punibilidade ou desistência do recurso.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de votos e decisões são cadastrados no sistema eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

No final do ano, geralmente os servidores são consultados sobre os cursos que gostariam de fazer no ano seguinte e tal informação é repassada para o setor responsável. Ademais, quando é divulgado no âmbito do TRF2 a realização de cursos sobre matérias de competência do gabinete, tal informação é repassada para a equipe. Além disso, quando identificada uma deficiência pontual, é sugerido ao servidor que realize a capacitação correspondente. Ex: curso sobre as funcionalidades do sistema eproc.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Ao ser proferida decisão no processo no sentido de suspender/sobrestar, a Subsecretaria

inclui o tema correspondente (quando é o caso) e altera a situação do processo para suspenso/sobrestado. Com relação aos temas, há um acompanhamento periódico feito pela Subsecretaria e pelo gabinete em relação às discussões nos tribunais superiores. O Núcleo de Gestão de Precedentes também comunica por e-mail todas as decisões proferidas sobre essas questões. As matérias atualmente suspensas pelo STJ são relativas aos temas: 692, 999 (já foi julgado, mas está sobrestado pela tema do STF), 1018, 1070, e 1117. As matérias atualmente suspensas pelo STF são relativas aos temas: STF 599, 1102 e 1031. Ademais, em razão da admissão de recurso especial como representativo da controvérsia pela Vice-Presidência deste Tribunal, nos autos do processo n. 5008674-83.2019.4.02.5120, foi determinada a suspensão de dezenas de processos.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A conciliação não é procedimento comum em relação às matérias de competência deste gabinete, mas, houve casos em que o INSS propôs acordo e os autos foram remetidos à parte.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Sim, conforme informado no item 4.3 deste questionário.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são pautados geralmente para a próxima sessão virtual com prazo aberto.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas deste Tribunal encaminha e-mail para todos os gabinetes, com divulgação de notícias do STF e STJ, informações sobre afetação em Recursos Repetitivos, sobre matérias em repercussão geral, ... Para facilitar a identificação, consta dos títulos dos e-mails a matéria correspondente, por exemplo, DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO, ... Em 2019, foi solicitado ao referido setor o envio das informações para os e-mails de toda a equipe e não apenas para o e-mail do gabinete.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Em relação às sessões virtuais, que possuem duração de 5 dias úteis, este gabinete segue o previsto no art. 5º da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058, que dispõe sobre as sessões virtuais no âmbito do TRF2, no sentido de que os gabinetes deverão disponibilizar os votos até o início da sessão de julgamento. Já em relação às sessões presenciais, atualmente realizadas por videoconferência, as minutas geralmente são disponibilizadas com antecedência mínima de 72 horas (previdenciário), 48 horas (Propriedade Intelectual) e 24 horas (criminal), em razão das especificidades de cada matéria.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

São realizadas de acordo com a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058, que dispõe sobre as sessões virtuais no âmbito do TRF2. As sessões possuem duração de cinco dias úteis, podendo ser prorrogadas por mais dois dias úteis em caso de divergências.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Foi feito um planejamento estratégico para 2022, estruturado com as informações que estão norteadando o cumprimento dos objetivos de longo e de curto prazo. No plano de gestão estão registradas ainda as ações a serem realizadas para o alcance dos objetivos, além

dos responsáveis e prazos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Em relação aos recursos humanos, todas as vagas estão preenchidas. Em relação aos recursos materiais, os servidores estão em teletrabalho. |
| b) gestão do trabalho | Há acompanhamento de acordo com o Plano de Gestão. |
| c) resultados | Alguns objetivos já foram atendidos, como por exemplo, zerar o acervo de processos de LOAS. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Atender todas as metas do CNJ, principalmente a de redução do acervo (Meta 1); julgar pedidos de liminar de forma célere; pautar Embargos de Declaração e Agravos Internos para a sessão seguinte; manter a boa prática de pautar pedidos de vista e processos de revisão para a sessão seguinte; zerar/manter reduzido o acervo de apelações criminais; otimizar o controle de prescrição; pautar os processos de benefício assistencial (LOAS) assim que conclusos para manter zerado o acervo dessa matéria; julgar todos os processos previdenciários com parte acima de 80 anos; julgar todos os processos apenas com remessa necessária; zerar Agravos de Instrumento com decisão pendente de pedido de liminar e julgar todos os Agravos de Instrumento distribuídos até 2020.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Criar mais modelos de decisão/despacho/voto no eproc; identificar processos em que se discute o mesmo assunto, que podem ser julgados em blocos, a fim de atender à meta de produtividade; identificar processos em localizadores equivocados e estruturar os localizadores de forma mais otimizada; manter servidora para a tarefa de acompanhando dos objetivos da equipe previdenciária, além da assessora; constantemente gerar relatórios de acompanhamento disponíveis no eproc e no Portal de Estatística e analisar o número de processos por cada assunto previdenciário para identificar necessidade de remanejamento entre os servidores.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

1) Um maior número de servidores em teletrabalho, vez que tal medida proporciona aumento da produtividade, maior flexibilidade, economia de tempo e de gasto no transporte, qualidade de vida, privacidade, escalas mais flexíveis, conforto e otimização do trabalho. 2) Sessões telepresenciais. 3) Várias rotinas foram otimizadas. Ex: planilha referente aos processos da pauta previdenciária (disponibilizada no GoogleDrive e acessível aos servidores simultaneamente); agendamento de remessa do processo à secretaria assim que o despacho/decisão é assinado pelo magistrado;... 4) Maior utilização das funcionalidades disponíveis no sistema eproc. Ex: possibilidade de juntada de petição do tipo “memoriais”.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

São gerados relatórios de acompanhamento disponíveis no eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 00208426120024025101 | 20/9/2020 | - |
| Observação: Acórdão ainda não publicado pois um advogado não está validado no sistema e outro está licenciado. Despachos emitidos para regularizar a situação. Despacho de 17/2/2022 oficia a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social para informar endereço atual do policial ferroviário aposentado. | | |
| 50119863320214020000 | 24/8/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Proferida decisão em 17/2/2022. | | |
| 50121283720214020000 | 26/8/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Proferida decisão em 15/2/2022. | | |
| 01870327720174025104 | 26/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Agravo interno julgado na sessão de 6/12/2021. Certidão de julgamento anexada aos autos em 11/2/2022 e acórdão liberado em 15/2/2022. | | |
| 00151666320174025051 | 27/7/2020 | Apelação |
| Observação: Agravo Interno julgado na sessão de 7/2/2022. Acórdão já anexado ao processo. | | |
| 50059276920194025118 | 3/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 11/4/2022, para julgamento do Agravo Interno. | | |
| 00023940220164029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. Foi solicitado para a Subsecretaria o lançamento da certidão de julgamento. A certidão foi anexada em 15/2/2022 e o acórdão liberado na mesma data. | | |
| 50272554320184025101 | 20/8/2020 | Apelação |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. Foi solicitado para a Subsecretaria o lançamento da certidão de julgamento. A certidão foi anexada em 15/2/2022 e o acórdão liberado na mesma data. | | |
| 00842909520154025151 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. A certidão de julgamento foi anexada em 10/2/2022 e o acórdão liberado em 16/2/2022. | | |
| 01477525020134025101 | 19/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. A certidão de julgamento foi anexada em 10/2/2022 e o acórdão liberado em 16/2/2022. | | |
| 50073433520194025001 | 8/1/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração julgados na sessão de 7/2/2022. Acórdão já anexado ao processo. | | |
| 01104009620154025001 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. A certidão de julgamento foi anexada em 10/2/2022 e o acórdão liberado em 16/2/2022. | | |
| 00000053920194029999 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação: Pedido dia para julgamento dos embargos de declaração na sessão de 21/3/2022. | | |
| 50008850320184025109 | 26/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 29/11/2021. Foi solicitado para a Subsecretaria o lançamento da certidão de julgamento. A certidão foi anexada em 15/2/2022 e o acórdão liberado na mesma data. | | |
| 50011195920184029999 | 18/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 00709805720184025170 | 13/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50003181220194029999 | 22/1/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50008233720184029999 | 26/10/2018 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50069520820184025101 | 10/9/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50001492520194029999 | 15/2/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Pedido dia para julgamento da apelação na sessão de 11/4/2022. | | |
| 50023465020194029999 | 3/9/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 01907161920174025101 | 7/5/2019 | Apelação |
| Observação: O cadastro do advogado consta como suspenso na OAB. Proferido despacho para intimar pessoalmente a parte para regularizar a situação. Após, o processo será incluído em pauta para julgamento, tendo em conta que o voto já está pronto. | | |
| 50310315120184025101 | 12/6/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50022884720194029999 | 3/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50012218120184029999 | 12/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50025781920184025110 | 12/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 00201102120184025101 | 1º/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50009706320184029999 | 12/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50009307920194025106 | 4/11/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido dia para julgamento da apelação na sessão de 22/4/2022. | | |
| 50000866320204029999 | 21/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50014630620194029999 | 31/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50130198620184025101 | 7/6/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 01964890620174025114 | 22/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50029747420194025105 | 25/6/2020 | Apelação |
| Observação: Proferida decisão no sentido de suspender o processo, em observância à orientação traçada pela Vice-Presidência deste Tribunal. | | |
| 50033477020194029999 | 13/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50153573920204020000 | 24/11/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50153609120204020000 | 24/11/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |

| | | |
|--|------------|-------------------------------------|
| 50014824620184029999 | 27/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 00003622420164029999 | 5/3/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 50110339720184025101 | 1º/7/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo pautado para a sessão de 14/3/2022. | | |
| 00092247920124025001 | 28/1/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Processo relatado e enviado ao revisor em 22/2/2022. | | |
| 50030960820214020000 | 12/3/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Julgamento iniciado na sessão de 15/2/2022. Após o voto do relator, houve pedido de vista do Exmo. Desembargador Federal Flávio Lucas. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 42 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 14 físicos, digitalizados, e 28 eletrônicos.

Os processos físicos encontram-se todos digitalizados, tendo sido ultimada a migração do sistema Apolo para o eproc em setembro/2020.

Em relação ao processo listado, recomenda-se:

a) Realizar a publicação do acórdão em 30 dias a contar da regularização processual da parte autora: 00208426120024025101.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete integra a Segunda Turma Especializada com competência criminal, e civil, nesta a previdenciária e a propriedade intelectual e registro de marcas e patentes.

Na data da entrevista, a unidade contava com 19 (dezenove) servidores efetivos; 1 (um) servidor sem vínculo e 4 (quatro) estagiários de nível superior.

A competência diversa implica necessidade de fracionamento da força de trabalho que, no gabinete, foi essencialmente realizada em três grupos, um para a parte administrativa, um cível e outro penal. O cível conta com oito (oito) servidores no previdenciário e com 1 (um) servidor para a propriedade intelectual e registro de marcas e patentes; e o criminal com 5 (cinco) servidores.

Há mais de uma assessoria responsável pelo exame dos processos criminais, originários ou em grau recursal, inclusive as tutelas de urgência e liminares. A dinâmica de trabalho e de recebimento do feito e imediata localização com o servidor que será responsável pela elaboração da minuta. Confeccionada essa, os autos são encaminhados para avaliação do Desembargador Federal que titula a unidade.

O servidor responsável pelos processos de propriedade intelectual e registro de marcas e patentes os recebe a partir da triagem, dando o encaminhamento para avaliação do Desembargador Federal depois de confeccionada a minuta.

A equipe que trata dos demais processos cíveis, de natureza previdenciária, conta com o maior volume da força de trabalho, o que se justifica em razão do quantitativo dessas demandas, as quais representam mais de 80% (oitenta por cento) do acervo da unidade inspecionada. A rotina de trabalho consiste no recebimento e triagem do processo, sua inserção em localizador da respectiva matéria, por assunto. Esses são passados ao servidor da equipe previdenciária responsável pela elaboração da minuta; concluída essa, há conferência e encaminhamento para exame do Desembargador.

Relativamente aos três “grupos” de trabalho, aprovadas as minutas dos processos, eles são encaminhados para inclusão em pauta, conforme sistemática do gabinete.

Há uma assessoria responsável pelas tarefas afeitas à administração da unidade, gerindo questões atinentes a servidores, equipamentos, etc.

Com a pandemia, a unidade elaborou uma planilha relativa aos processos da sessão previdenciária, disponibilizando-a aos integrantes do gabinete por meio do Google Drive.

Os processos concernentes às Metas 1 e 2, ambas do CNJ, são priorizados pela equipe de previdenciário.

Foi possível aferir que a jornada exercida por meio de teletrabalho, embora implementada de forma abrupta em face da pandemia, não interferiu negativamente na rotina do gabinete que, nesse intervalo teve ainda os processos migrados do antigo sistema Apolo para o eproc. Ao contrário, percebe-se ter havido boa adaptação e recepção dos integrantes da equipe quanto ao novo sistema, que passou a ser o único do Tribunal.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.714 para 913. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.122 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 913.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 48, na última inspeção, para 58, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir a recomendação do item 32.
- b) Disponibilizar com maior antecedência as minutas de votos dos processos incluídos nas pautas de julgamento ou encaminhados à revisão.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal André Fontes.

2.2 Turma

Segunda Turma Especializada.

2.3 Competência

Criminal, Previdenciário e Propriedade Industrial.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Fontes

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal André Fontes deixou o Gabinete 4, da Segunda Turma, transferindo-se, em outubro de 2021, para a Terceira Turma, no Gabinete 7. Em dezembro retornou ao Colegiado da Segunda Turma, assumindo o Gabinete 5.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Andréa Macedo Almeida.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---------------|
| Servidores efetivos | 17 (dezesete) |
| Servidores sem vínculo | 2 (dois) |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 3 (três) |
| Outros | Não há. |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.712 |
| Processos suspensos/sobrestados | 66 |
| Processos conclusos | 1.339 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.712 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.796 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.339 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.403 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 66 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 25 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não houve. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não houve em consonância com a resposta anterior |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não houve em consonância com a resposta anterior |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Sem dados em consonância com a resposta anterior. |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Sem dados em consonância com a resposta anterior. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Sim. No mês de outubro o Desembargador Federal André Fontes passou a integrar a Terceira Turma Especializada, com competência em |

| | |
|--|---|
| | matéria Tributária (Gabinete 7). Em dezembro retornou à Segunda Turma, ocupando o atual Gabinete 5. |
|--|---|

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|-----|
| Total de feitos originários cíveis | 101 |
| Mandados de segurança | 5 |
| IRDR | 1 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 22 |
| Reclamações | 5 |
| Ações rescisórias | 52 |
| Outros | 16 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.214 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 1 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 1.188 |
| Outros | 2.025 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.214 |
| Apelações cíveis | 1.998 |
| Agravos de instrumento | 400 |
| Outros | 816 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 30 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 1 |
| Habeas Corpus | 10 |
| Revisões criminais | 9 |
| Outros | 10 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | 367 |
| Apelações | 335 |
| Recursos em Sentido Estrito | 10 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 17 |
| Outros | 5 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|------------------------|
| Total de feitos com réus presos | 13 |
| Apelações | 6 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 3 |
| Outros | 4 (revisões criminais) |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 66 |
| Por IRDR | 3 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 20 |
| Por Recurso Especial | 1 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----|
| Embargos de declaração | 219 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 212 |
| Agravos legais/regimentais | 5 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 5 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 5 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 51 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 14 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 54 |
| Ano anterior | 1.272 |
| 2º ano anterior | 298 |
| 3º ano anterior | 89 |
| 4º ano anterior | 52 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 51 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 24 |
| Ano anterior | 711 |
| 2º ano anterior | 451 |
| 3º ano anterior | 148 |
| 4º ano anterior | 33 |
| 5º ano anterior | 19 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 17 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------|-----|
| Ano atual | 36 |
| Ano anterior | 376 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 2º ano anterior | 438 |
| 3º ano anterior | 262 |
| 4º ano anterior | 85 |
| 5º ano anterior | 37 |
| 6º ano anterior | 39 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 66 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|----|
| Processos concluídos para voto-vista | 37 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 3 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|----|
| Total como redator | 7 |
| Total como relator para o acórdão | 15 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.375 |
| Total de Processos julgados | 1.794 |
| Total de Processos baixados | 2.253 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 581 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 122 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|-----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 125 |
| Total de feitos não regularizados | 3 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 51 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.374 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.982 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 269 |
| Processos julgados no ano corrente | 60 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.374 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 24 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,0% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.436 |
|--|-------|

| | |
|------------------------------------|--------|
| Pendentes em 31/12/2021 | 27 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,4% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.097 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 66 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,0% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.037 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 54 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 111,5% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 448 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 72 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 119,9% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019)

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 240 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 91 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 88,7% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 70 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 69 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 58 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|------------------------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Fora da Meta para o Gabinete |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Fora da Meta para o Gabinete |
| Porcentagem de atendimento da meta | Fora da Meta para o Gabinete |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | 200 |
| Processos baixados no ano anterior | 249 |
| Processos julgados no ano anterior | 199 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 18 |
| Processos baixados no ano corrente | 37 |
| Processos julgados no ano corrente | 1 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 0,0% |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 3 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 0,0% |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Meta afeta ao Gabinete da Presidência.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 5 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 1 |
| 3621 - Da Poluição | 2 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |

| | |
|--|---|
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 2 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Meta afeta ao Gabinete da Presidência.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Apenas relativamente ao processo 0129388302013402510, tendo em vista comunicação de óbito deixou-se de apreciar o recurso.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

No evento 44 foi proferida decisão para que os herdeiros se habilitem. No evento 68: após intimação das partes e manifestação do INSS, os autos remetidos à Codra para modificar autuação.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

No retorno dos autos, encaminhados à Codra em 25/2/2022, será dada urgência na tramitação dos autos para incluir em pauta de julgamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Meta 1 do CNJ.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Gabinete promove reuniões mensais com todos os servidores, atualiza métodos de gestão, acolhe sugestões e críticas, a fim de aprimorar novas técnicas de trabalho para o cumprimento das metas do CNJ. Além disso, a direção da unidade procura oferecer um ambiente democrático onde todos possam opinar na busca de soluções e na construção de um ambiente mais acolhedor.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Jonas Amaral de Souza

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A Turma tem competência em três matérias: criminal, propriedade industrial e previdenciário. O assessor judiciário auxilia o desembargador em matéria afeta ao Plenário, Órgão Especial e em ações de propriedade industrial. O assessor de juiz coordena uma equipe de servidores e estagiários em matérias criminal e previdenciário, auxiliados por

dois coordenadores responsáveis pela análise prévias dos recursos. No total, são 3 servidores na área meio e 14 na área fim, com mais três estagiárias.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. A Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013 prorrogou o teletrabalho até 30 de março. Todo o efetivo do Gabinete se encontra nessa modalidade de trabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, o teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As metas são estabelecidas por meio da constatação da distribuição de autos ocorrida durante o período. Apuramos a quantidade de autos distribuídos e, a partir, daí estabelecemos uma meta que possibilite cumprir a Meta 1 do CNJ e reduzir o acervo de forma paulatina.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Criamos um Painel de dados (Dashboard) que contém os dados estatísticos do Gabinete. Nesse painel, o servidor tem os números atualizados semanalmente, do acervo do gabinete, dos autos distribuídos e do quantitativo de julgados, além das listas dos processos vinculados às metas do CNJ a serem cumpridas. Além disso, no mesmo painel, cada servidor tem uma planilha personalizada com as suas metas individuais, com anotação do seu cumprimento (raramente verifica-se o seu não cumprimento, mesmo assim há sempre uma correção no período subsequente).

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há autos físicos tramitando no Tribunal. Ao ser distribuído pelo Sistema eproc, o processo é analisado previamente e saneado por despacho antes de ser movimentado para um localizador nesse mesmo sistema.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados em localizadores criados no Sistema eproc. Aqueles com requerimento de urgência ou os recursos que necessitam de uma tramitação mais célere são encaminhados para os localizadores de mesas dos servidores, cuja intervenção requeiram mais celeridade no julgamento ou apreciação de alguma medida de urgência.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Identificada a urgência, os autos são movimentados para mesas de servidores que, orientados pelo desembargador, analisarão as medidas a serem tomadas, visando a construção de minutas de decisão ou despacho ou minutas de relatório e voto para inclusão do feito em pauta de julgamento.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Como o Gabinete atua com três matérias simultaneamente (criminal, propriedade industrial e previdenciário), as metas são particularizadas. Na prática, o cumprimento da Meta 1 do CNJ fica afeto à Equipe que lida com a matéria previdenciária (85% do acervo e da distribuição). Individualmente, cada servidor tem uma meta a ser atingida que lhe é indicada com toda a antecedência para os meses do ano. E pode variar de acordo com o

comportamento da distribuição apurada no transcorrer do ano. As demais matérias: criminal de Propriedade Industrial, tendo em vista sua menor distribuição, têm metas vinculadas à própria matéria (Meta 4, Meta 8, etc.)

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim, o teletrabalho implantado no Gabinete encontra-se aliado ao Plano Estratégico da Justiça Federal como forma de possibilitar uma melhoria significativa no modo de trabalho do servidor. Além disso procuramos dar todo o suporte a fim de facilitar a execução de todas as atividades da área fim, possibilitando-lhe o cumprimento das Metas estabelecidas da melhor forma possível, num ambiente acolhedor.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Todos os feitos em que haja indicação de prioridade legal são tratados com a devida prioridade. Mantemos uma lista permanente e atualizada semanalmente para consulta a todos os servidores, com orientação de que deem prioridade na análise desses feitos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, mas de forma muito reduzida, a fim de evitar o retrabalho decorrente de agravos internos. Priorizamos o julgamento pelo colegiado em sessão.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Nesse caso, o Sistema eproc possibilita o cadastro de modelos de minutas que podem ser utilizados em despachos, decisões e votos. Quando há necessidade, mantemos as minutas de modelos em arquivos atualizadas para que toda a equipe possa consultar. Temos atualizada uma listagem de modelos e decisões em nosso painel para uso de toda a Equipe.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A Administração, anualmente, solicita que informemos os cursos dos quais necessitamos para capacitar e treinar servidores. É uma iniciativa muito boa e que complementa e ajuda na dinâmica do Gabinete.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é realizado a partir da triagem dos processos distribuídos, com inclusão de lembrete no sistema eproc, referente ao tema representativo de controvérsia, assim como a inclusão de localizador específico denominado SUSPENSOS. O controle é realizado a partir da triagem dos processos distribuídos, com inclusão de lembrete no sistema eproc, referente ao tema representativo de controvérsia, assim como a inclusão de localizador específico denominado SUSPENSOS.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, mas esta Meta encontra-se afeta ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NPSC2, da estrutura do Tribunal.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são priorizados para que sejam postos em pauta na primeira sessão subsequente do pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O Tribunal mantém uma página para consulta permanente dos servidores que desejam dela fazer consulta.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Os votos são compartilhados no painel de votação do eproc tão logo sejam liberados pelo magistrado.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Atualmente, as sessões virtuais são realizadas por meio da Plataforma Zoom. A criação do convite - para os magistrados e advogados - para acesso à sala virtual, fica a cargo da diretora da Secretaria. No dia e hora da sessão os interessados que receberam o convite acessam a sala virtual para ingresso.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. O Gabinete promove reuniões mensais com todos os servidores, atualiza métodos de gestão, acolhe sugestões e críticas, a fim de aprimorar novas técnicas de trabalho para o cumprimento das Metas do CNJ. Além disso, a direção da unidade procura oferecer um ambiente democrático onde todos possam opinar na busca de soluções e na construção de um ambiente mais acolhedor.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Mesmo durante a pandemia, o Tribunal mantém um canal permanente e eficiente com os servidores. Os recursos materiais utilizados são os dos servidores, tendo em vista estarem em teletrabalho. |
| b) gestão do trabalho | Periodicamente, e sempre que necessitam, os servidores fazem reuniões pelos meios disponíveis para seguirem no planejamento do trabalho. Além disso, a comunicação diária é intensa e em nada foi prejudicada. |
| c) resultados | Como resultado, tem-se um ambiente acolhedor e que persegue a eficiência nos cumprimentos das Metas do CNJ. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A consolidação de um ambiente propício a um trabalho harmonioso que possibilite ao máximo atingir as Metas indicadas pelo CNJ, sem perder de vista o bem-estar de toda a Equipe.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As reuniões permanentes e o acompanhamento de dados estatísticos para monitorar o alcance das metas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A intensificação do teletrabalho.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio de lista permanentemente atualizada.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-------------------------------------|
| 00188949820134025101 | 20/9/2020 | - |
| Observação/Providência: Processo em dia. Remetido à Secretaria, em 24/4/2022, com acórdão assinado. | | |
| 00016316920094020000 | 4/6/2021 | Ação Penal - Procedimento Ordinário |
| Observação/Providência: Prioridade - outra: Na ausência da relatora, Desembargadora Letícia De Santis Mello, o feito veio concluso ao gabinete para despacho. Após análise (evento 548), e diante do término do afastamento, o feito foi restituído ao gabinete da Relatora para prosseguimento. | | |
| 50026001320184025002 | 21/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em dia. Processo encaminhado à Secretaria, em 23 de fevereiro, para inclusão em pauta de julgamento (Evento 36). | | |
| 50023655620194029999 | 5/9/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em dia. Processo incluído na pauta virtual de 14 de março. | | |
| 50003179020204029999 | 27/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em dia. Processo incluído na pauta virtual de 14 de março (evento 11). | | |
| 50010574820204029999 | 21/7/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em dia. Processo incluído na pauta virtual de 14 de março. | | |

Processos com Recomendação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-------------------------------------|
| 00106248620184020000 | 19/5/2021 | - |
| Observação/Providência: Priorizar a publicação do acórdão pendente. | | |
| 50076436020204025001 | 29/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50235218420184025101 | 15/1/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50131827520184025001 | 7/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50358185520204025101 | 23/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Agravo interno decidido no Evento 13. | | |
| 08065032020094025101 | 28/11/2019 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Priorizar a análise do feito, relatando-o e encaminhando-o para revisão e, posteriormente, inclusão em pauta. | | |
| 50299714320184025101 | 30/1/2019 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Priorizar a análise do feito, relatando-o e encaminhando-o para revisão e inclusão em pauta. | | |
| 00000622620144025119 | 20/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo foi relatado e aguarda revisão desde 9/12/2021. Priorizar a revisão para inclusão em pauta de julgamento. Providência: | | |
| 00025348220134025103 | 19/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a revisão do feito, incluindo-o em pauta de julgamento. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------|
| 00026007920174029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluir na pauta virtual de 11 a 15 de abril para proferir voto-visa pendente. | | |
| 00859097920164025101 | 3/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar o encaminhamento do feito para os desembargadores que solicitaram vista dos autos, para indicação de pauta para finalização do julgamento. | | |
| 50164564420204020000 | 17/12/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo com indicação prioritária para publicação de acórdão. | | |
| 00812173720164025101 | 19/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo separado com prioridade para publicação do acórdão. | | |
| 50472475320194025101 | 14/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Separado com prioridade para publicar o acórdão. | | |
| 50002935720184020000 | 7/8/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Priorizar a lavratura do voto divergente. | | |
| 50299174320194025101 | 23/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50307948020194025101 | 8/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50266401920194025101 | 8/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50327113720194025101 | 3/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50005981720184029999 | 24/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50390561920194025101 | 2/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50348973320194025101 | 1º/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50018338220194029999 | 8/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos julgados na sessão do dia 29 de novembro de 2021 - pendente de acórdão. O feito encontra-se separado para publicação do acórdão. | | |
| 50016605820194029999 | 14/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50035550420194025101 | 6/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com prioridade para inclusão na primeira pauta presencial disponível, tendo em vista que o advogado requereu retirada da pauta virtual de outubro de 2021 (evento 67), deferido no evento 70. | | |
| 50232897220184025101 | 8/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível, para julgamento do recurso. | | |
| 50023937120194025101 | 12/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| para julgamento do recurso. | | |
| 50004934020184029999 | 17/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 00149639120164025001 | 1º/2/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na pauta virtual (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 00160162320174025050 | 26/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluir na primeira pauta virtual disponível (11 de abril) para julgamento do recurso. | | |
| 50008164520184029999 | 26/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50012587420194029999 | 6/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50001045520184029999 | 11/7/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão na primeira pauta virtual disponível (11 de abril) para julgamento do recurso. | | |
| 50010217420184029999 | 18/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito na primeira pauta virtual disponível (11 de abril), para julgamento do recurso. | | |
| 50005320320194029999 | 25/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do processo em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 01192693920154025101 | 27/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a inclusão do feito em pauta virtual, para julgamento do recurso. | | |
| 50018346720194029999 | 25/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50015696520194029999 | 11/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50015323820194029999 | 10/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50014994820194029999 | 22/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50017626120184025005 | 9/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50022356620194029999 | 2/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50023153020194029999 | 3/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50022807020194029999 | 3/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50023768520194029999 | 5/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50023802520194029999 | 6/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50025344320194029999 | 19/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |

| | | |
|---|------------|--------------------|
| 50032559220194029999 | 29/11/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 14 de março. | | |
| 50008078320184029999 | 31/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50060497020184025101 | 11/09/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração. | | |
| 50100093420184025101 | 4/9/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50002084720184029999 | 8/10/2018 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Priorizar o julgamento dos embargos de declaração. | | |
| 00001869320214020000 | 8/4/2021 | Revisão Criminal |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta de julgamento para análise do agravo interno (evento 37). | | |
| 50003132420184029999 | 5/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar o julgamento dos embargos de declaração. | | |
| 50116858620214020000 | 18/8/2021 | Revisão Criminal |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão em pauta para julgamento do recurso. | | |
| 50013456420184029999 | 7/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar inclusão do feito em pauta de julgamento para análise dos embargos de declaração. | | |
| 50019466520214029999 | 15/9/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a análise do feito para inclusão em pauta ou que se profira decisão terminativa, em razão da tutela deferida na decisão do evento 6. | | |
| 50031095120194029999 | 13/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Priorizar a análise do feito para inclusão em pauta ou que se profira decisão terminativa, em razão da tutela deferida na decisão do evento 63. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-------------------------------------|
| 00002938320144025109 | 24/2/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação/Providência: Relatar o feito para encaminhar à revisão para posterior inclusão em pauta. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 66 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 15 físicos, digitalizados, e 51 eletrônicos.

Os processos físicos encontram-se todos digitalizados, tendo sido ultimada a migração do sistema Apolo para o eproc em setembro/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Realizar a inclusão em pauta para julgamento, em até 60 dias:

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50025344320194029999 | 50023802520194029999 | 50023768520194029999 |
| 50023153020194029999 | 50022807020194029999 | 50022356620194029999 |
| 50019466520214029999 | 50018346720194029999 | 50017626120184025005 |
| 50015696520194029999 | 50015323820194029999 | 50014994820194029999 |
| 50010217420184029999 | 50008078320184029999 | 50005320320194029999 |
| 01192693920154025101 | | |

b) Incluir em pauta para julgamento em até 60 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias):

00859097920164025101

c) Realizar a inclusão em pauta de julgamento, em até 30 dias:

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50031095120194029999 | 50016605820194029999 | 50010217420184029999 |
| 00025427620174029999 | 00016316920094020000 | |

d) Priorizar a inclusão em pauta para julgamento:

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50164564420204020000 | 50100093420184025101 | 08065032020094025101 |
|----------------------|----------------------|----------------------|

e) Remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta:

50116858620214020000

f) Realizar a inserção da fase indicativa de suspensão e/ou sobrestamento do feito enquanto aguarda a ultimação do julgamento do Tema n. 1.102 do STF, conforme decisão no evento 13.

50358185520204025101

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete integra a Segunda Turma Especializada com competência criminal, e civil, nesta a previdenciária e a propriedade intelectual e registro de marcas e patentes.

Na data da entrevista, a unidade contava com 17 (dezessete) servidores efetivos; 2 (dois) servidores sem vínculo (agentes de segurança), que não desempenham atividade no gabinete, e 3 (três) estagiárias de nível superior. Dos servidores efetivos, 3 atuam na área-meio e 14 na área-fim, com as três estagiárias.

Uma assessoria é responsável pela resolução dos processos afeitos à propriedade industrial e registro de marcas e patentes. A dinâmica de trabalho é de recebimento dos processos, avaliação e triagem para subsequente confecção das minutas de decisões ou votos. Esses podem ser revisados por outra assessoria ou ir para direto exame do Desembargador que titula a unidade.

A assessoria responsável pelos processos criminais os recebe depois de ingressarem no gabinete após a triagem realizada por um servidor. Essa assessoria realiza o exame e minuta as tutelas de urgência, essencialmente em “habeas corpus” e mandados de segurança, encaminhando-as para avaliação do Desembargador que titula a unidade. Ao lado disso, ainda se encarrega de examinar os processos ordinários e aqueles de competência originária na matéria penal, a eles dando o encaminhamento necessário para elaboração das minutas, igualmente para posterior avaliação do Desembargador.

A equipe que trata dos demais processos cíveis, de natureza previdenciária, conta com o maior volume da força de trabalho, o que se justifica em razão do quantitativo dessas demandas, as quais representam mais de 80% (oitenta por cento) do acervo da unidade inspecionada. A rotina de trabalho consiste no recebimento e triagem do processo, sua inserção em localizador da respectiva matéria e/ou do servidor designado para a

elaboração da minuta; concluída essa, há conferência e encaminhamento para exame do Desembargador.

Relativamente aos três “grupos” de trabalho, aprovadas as minutas dos processos, eles são encaminhados para inclusão em pauta, conforme sistemática da Turma.

A chefia de gabinete é responsável pelas tarefas afeitas à administração da unidade, gerindo questões atinentes a servidores, equipamentos, etc.

A unidade conta com um controle planilhado do acervo, o qual foi elaborado em uma assessoria e recebe atualização semanal de dados, mediante alimentação manual de dados.

As metas estabelecidas são particularizadas, conforme as competências (criminal, propriedade industrial e previdenciário). De regra, o cumprimento da Meta 1 do CNJ fica afeto à equipe que trabalha com a matéria previdenciária (85% do acervo e da distribuição). Individualmente, cada servidor tem uma meta a ser atingida que lhe é indicada com toda a antecedência para os meses do ano, variando conforme a distribuição apurada no transcorrer do ano. As demais matérias: criminal de Propriedade Industrial, tendo em vista sua menor distribuição, têm metas vinculadas à própria matéria (Meta 4, Meta 8, etc.).

As minutas de votos são disponibilizadas no painel de votação do eproc tão logo sejam liberadas pelo Desembargador.

Quanto à anterior inspeção, a equipe não identificou os processos a equacionar devido à assunção posterior do gabinete (dezembro/2021). Contudo, foi disponibilizada a listagem pela equipe responsável pela atual inspeção, tendo, então, a unidade fornecido a fase processual dos feitos objeto das recomendações anteriores, verificando-se que a maior parte já contava inclusive com baixa definitiva. Remanescem 2 feitos, estando 1 sobrestado e outro concluso para julgamento, após levantamento de sobrestamento anterior.

Foi possível aferir que a jornada exercida por meio de teletrabalho não repercutiu negativamente na rotina do gabinete que, nesse intervalo teve ainda os processos migrados do antigo sistema Apolo para o eproc. Ao contrário, percebe-se ter havido boa adaptação e recepção dos integrantes da equipe quanto ao novo sistema.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.804 para 1.339. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.403 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.339.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 62, na última inspeção, para 219, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Priorizar o julgamento dos processos objeto de recomendação na Inspeção 2020 que permanecem no gabinete.
- c) Disponibilizar com maior antecedência as minutas de votos dos processos incluídos nas pautas de julgamento ou encaminhados à revisão.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUSTAVO ARRUDA MACEDO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete titulado pelo Juiz Federal convocado Gustavo Arruda Macedo integrará a Segunda Turma Especializada.

Há notícia de que a distribuição normal já iniciou e a redistribuição do acervo já existente na Turma, esse no percentual de vinte e cinco por cento, será ultimado até meados de maio.

O Tribunal disponibilizou 10 (dez) funções comissionadas para a unidade, sendo 1 FC6, 1 FC5, 2 FC4, 3 FCII e 3 FCII, porém não proveu a lotação com servidores.

A informação dada pelo magistrado é de que, no momento da entrevista, o gabinete conta com apenas dois servidores, por ele procurados para integrar a unidade. Não houve especificação sobre serem egressos da área meio ou da área fim.

A divisão de atribuições na equipe está sendo concebida, sendo que prejudicado o seu planejamento porque aquela ainda está incompleta, dada a escassez de servidores.

Nesse momento, a intenção é a de examinar o acervo recebido, juntamente com a distribuição normal, estabelecendo as prioridades de julgamento, em conformidade com as previsões legais nesse sentido e as metas preconizadas pelo CNJ.

Para tanto, a metodologia objetiva é a da inicial avaliação geral do acervo, a sua triagem e separação por matéria e por tempo de tramitação, sempre observadas as preferências legais. Em suma, será adotada uma sistemática de saneamento.

3. OBSERVAÇÕES

Entende-se que a Administração do Tribunal deve empreender esforços para completar a lotação de servidores na nova unidade o quanto antes possível, pois, do

contrário, restará inviabilizado o desempenho das atividades jurisdicionais em curto espaço de tempo.

Além disso, sugere-se a adoção de medidas para que a composição do gabinete, no tocante a funções comissionadas e cargos mais se aproxime daquela estrutura hoje disponibilizada aos gabinetes dos Desembargadores Federais integrantes da Turma porque, em médio espaço de tempo, essas unidades serão ocupadas pelos novos magistrados titulares nomeados em face da ampliação do Tribunal.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Marcus Abraham (GABINETE 8).

2.2 Turma

Terceira Turma Especializada.

2.3 Competência

Direito Tributário e Trabalhista residual, com exceção das matérias atinentes aos conselhos profissionais. A Emenda Regimental n. 28, de 3/4/2014, publicada em 5/5/2014, estabeleceu a competência das Turmas Especializadas em matéria administrativa para apreciar as demandas referentes aos conselhos profissionais, nos processos distribuídos nesta Corte a partir de 5/5/2014. Ademais, importante registrar que o Desembargador Federal Marcus Abraham integra o Órgão Especial.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcus Abraham.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Nos últimos 12 meses, não houve necessidade de convocação de outro magistrado para o Gabinete, porque o Desembargador Federal Marcus Abraham usufruiu de apenas 4 (quatro) dias de férias (17, 18, 19 e 21/1/2022).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ana Cristina Rodrigues da Rocha - Assessora de Juiz.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|---|
| Servidores efetivos | 15 (incluindo os 2 técnicos em segurança e transporte). |
|---------------------|---|

| | |
|-------------------------------|--|
| Servidores sem vínculo | 1: Vítor Pimentel (servidor requisitado da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). |
| Estagiários de nível médio | Estagiários de nível médio. Não há previsão de estagiários de nível médio na Unidade. |
| Estagiários de nível superior | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-----|
| Total em tramitação** | 930 |
| Processos suspensos/sobrestados | 0 |
| Processos conclusos | 108 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 930 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.500 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 108 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 418 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 0 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Questão prejudicada em virtude da resposta anterior. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Questão prejudicada em virtude da resposta anterior. |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Questão prejudicada em virtude da resposta anterior. |
| Houve modificação da competência? Se sim, | Não. |

| | |
|---|------|
| especificar | |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|---|
| Total de feitos originários cíveis | 15 |
| Mandados de segurança | 0 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 5 (todos julgados) |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 4 |
| Outros | 6 (Pedido de efeito suspensivo à apelação: 3 (1 baixado); Tutela antecipada antecedente: 2; Petição: 1) |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-----------------------------|
| Total de feitos recursais cíveis | 915 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 9 (2 baixados e 4 julgados) |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 0 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 136 |
| Outros | 771 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-----|
| Total de feitos | 915 |
| Apelações cíveis | 363 |
| Agravos de instrumento | 391 |
| Outros | 161 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe:

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 0 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----------------------------------|
| Embargos de declaração | 11 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 1 (incluído na pauta de 8/3/2022) |
| Agravos legais/regimentais | 2 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|---|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 1 (aguardando a regularização da representação processual da Agravante) |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 0 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 31 |
| Ano anterior | 284 |
| 2º ano anterior | 176 |
| 3º ano anterior | 141 |
| 4º ano anterior | 72 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 49 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|-----|
| Ano atual | 39 |
| Ano anterior | 317 |
| 2º ano anterior | 21 |
| 3º ano anterior | 9 |
| 4º ano anterior | 7 |
| 5º ano anterior | 9 |

| | |
|--------------------------------|----|
| 6º ano anterior ou mais antigo | 16 |
|--------------------------------|----|

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|--|
| Ano atual | 33 |
| Ano anterior | 54 |
| 2º ano anterior | 5 |
| 3º ano anterior | 6 (3 incluídos na pauta de 22/2/2022 e 3 na pauta de 15/3/2022) |
| 4º ano anterior | 1 (incluído na pauta de 22/2/2022) |
| 5º ano anterior | 0 |
| 6º ano anterior | 0 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 9 (trata-se de processos que retornaram recentemente da Primeira Instância para novo julgamento ou da Vice-Presidência para juízo de retratação) |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 0 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.383 |
| Total de Processos julgados | 1.804 |
| Total de Processos baixados | 2.045 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 579 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 338 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | Na autoinspeção de 2021 foram verificados 87 processos. |
| Total de feitos não regularizados | 2: a) 5079895-86.2019.4.02.5101: encaminhado com despacho, em 3/9/2021, para o Gab. da Des. Fed. Leticia Mello para que se manifestasse sobre a necessidade de julgamento conjunto desse processo e do n. 5058408- 60.2019.4.02.5101, que se encontra sob a relatoria da ilustre Desembargadora; b) 5015007-11.2019.4.02.5101: incluído na pauta de julgamento de 19/10/2021. A Des. Fed. Cláudia Neiva formulou PEDIDO DE VISTA e o processo encontra-se no Gabinete da ilustre Desembargadora. |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | Na inspeção de 2020 foram verificados 44 processos. |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total de feitos não regularizados | 0 |
|-----------------------------------|---|

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.402 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.222 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 98 |
| Processos julgados no ano corrente | 49 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.461 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 100% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.734 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.389 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 31 (23 estavam suspensos pelo tema 962/STJ e foram reativados em 8/2/2022, sendo que 19 foram incluídos em pauta; 1 retornou da Primeira Instância para novo julgamento; 5 retornaram da Vice-Presidência para juízo de retratação e foram incluídos em pauta; e 2 retornaram das Cortes Superiores para rejuízo de embargos de declaração). |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,1% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 880 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,4% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de | 0 |
|--|---|

| | |
|------------------------------------|----|
| referência e não julgados | |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 43 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 56 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 33 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 12 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | -- |
| Pendentes no último dia do mês anterior | -- |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018:

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O Desembargador Federal Marcus Abraham mantém diálogo periódico com os Procuradores da Fazenda Nacional com o objetivo de identificar demandas que não possuam condições ou interesse no prosseguimento, em virtude do baixo valor do débito e da observância de diligências infrutíferas na tentativa de localização do executado ou de bens passíveis de penhora, com fundamento na Portaria PGFN n. 502/2016. Desse modo, distribuída a Execução Fiscal, procede-se à verificação da presença daquelas duas situações. Em caso positivo, intima-se a Procuradoria da Fazenda Nacional para avaliar a possibilidade de desistência da apelação. Cumpre destacar que tal medida vem resultando na homologação da desistência do recurso, em cerca de 98% das intimações realizadas.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|--|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 2 (processos de matéria tributária e não ambiental). |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |

| | |
|--|---|
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O acervo está totalmente digitalizado e tramitando sob a forma eletrônica. O Desembargador, desde o início da pandemia, vem despachando com os advogados, por videoconferência através da plataforma Zoom. O Gabinete presta atendimento às partes e advogados através de e-mail e telefone, e a Subsecretaria da Terceira Turma, por meio de e-mail, telefone e balcão virtual (12 às 17hs). As sessões de julgamento semanais da Terceira Turma têm sido realizadas na modalidade virtual e por videoconferência. Em regra, os processos são julgados de forma virtual. No entanto, o advogado tem a prerrogativa de solicitar que o processo seja julgado por videoconferência, pedir preferência ou de realizar sustentação oral, quando admitida (art. 937 do CPC). Nesses casos, o processo será julgado por videoconferência e poderá ser assistido, em tempo real, através da plataforma Zoom. Em regra, as intimações de atos judiciais são feitas de forma eletrônica diretamente pelo sistema eproc.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 – Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | -- |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Houve a recomendação para todos os membros do TRF da 2ª Região no sentido de que as minutas de voto devem ser disponibilizadas dias antes da sessão de julgamento, logo após a inclusão em pauta ou em mesa. Com relação ao gabinete foram elencadas as seguintes recomendações: a) julgar no prazo de 60 dias os seguintes feitos: 0001437-29.2008.4.02.5101, 0001825-62.2013.4.02.5001, 0002658-54.2007.4.02.5110, 0005368-08.2006.4.02.5102, 0035633-42.1996.4.02.5102 e 0040754-92.2012.4.02.5101; b) manter as metas em relação à diminuição do acervo, por ordem de antiguidade na distribuição; c) priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias; d) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

No que se refere à recomendação genérica, via de regra, o gabinete disponibiliza as minutas de relatório, voto e ementa, no painel das Sessões de Julgamento do sistema processual eproc, para os Desembargadores participantes da respectiva sessão de julgamento e para o Ministério Público Federal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) antes do início da sessão. Quanto à recomendação pontuada na alínea (a), cumpre observar que todos os processos listados foram julgados. No que diz respeito às demais recomendações assinaladas nas alíneas (b), (c) e (d), insta salientar a permanente preocupação da Assessoria em estabelecer fluxos de trabalho visando ao julgamento dos feitos por ordem de antiguidade na distribuição e na conclusão, bem como priorizando o julgamento dos processos dentro dos parâmetros estabelecidos nas alíneas (c) e (d), além dos processos de prioridade legal, observando também o cumprimento das Metas definidas pelo CNJ e eventuais gargalos processuais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram atendidas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. A Meta 1/2021 CNJ, que estabeleceu julgar mais processos que os distribuídos, considerando que foi atingido o percentual de 93,36% (distribuídos: 2.402 e julgados:

2.222). Tal fato é reflexo da saída de um servidor do gabinete sem a respectiva reposição, bem como da dificuldade de alguns servidores em cumprir a meta semanal de 10 processos, tendo em vista a complexidade das questões. De todo modo, há uma preocupação constante do Desembargador em julgar uma quantidade maior de processos do que os distribuídos. Por conseguinte, a Assessoria procede ao acompanhamento mensal do quantitativo de processos distribuídos e julgados e a equipe do gabinete está empenhada em retornar a cumprir 100% da meta de produtividade.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A triagem inicial de processos é feita com base em manual de instruções, que define o que deve ser verificado e quais procedimentos devem ser adotados em situações que ocorrem com frequência. Eventuais irregularidades no processo devem ser saneadas de plano. Encontrando-se o processo apto para julgamento, será organizado conforme a matéria, ou, em determinadas hipóteses, por classe do recurso ou do processo originário. Semanalmente, há inclusão de processos em pauta e encaminhamento para a subsecretaria do órgão processante. Julgados e conferidas as certidões de julgamento, as peças são juntadas aos autos sem a necessidade de conclusão do processo.

Conforme explicitado nos itens 14 e 21, há controle periódico do acervo e da conclusão, visando monitorar, principalmente, os processos mais antigos e de Meta/CNJ, bem como evitar a ocorrência indevida de processos sem movimentação no gabinete e nos órgãos processantes.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Ana Cristina Rodrigues da Rocha (Assessora de Juiz).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A Assessora de Juiz é responsável pela gestão do Gabinete; pela divisão de tarefas entre os servidores; pela organização e fluxo dos processos; pelas atividades relativas aos julgamentos e pela elaboração de despachos e decisões de menor complexidade. A Assessora Judiciária é responsável pela análise das pautas de julgamento de todos os órgãos e pelo exame dos processos do Plenário, Órgão Especial e da Segunda Seção, além das questões de maior complexidade da Terceira Turma. Os demais Assessores são responsáveis pela análise das pautas de julgamento da Terceira Turma e das demandas de maior complexidade. Além dos Assessores, há oito servidores atuando na elaboração de minutas de despachos, decisões e votos, de acordo com a especialidade da matéria. Há dois servidores responsáveis pelo atendimento ao balcão, sendo que uma também atua na organização dos processos e nas atividades administrativas necessárias ao bom funcionamento do Gabinete, sob a supervisão da Assessoria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

A partir de 16/3/2020, a fim de evitar a proliferação do coronavírus, todos os servidores passaram a executar suas atividades em regime integral de teletrabalho. Nesse período a comunicação entre servidores/assessores e o Desembargador vem se dando através de e-mail e por whatsapp. A partir de 7/1/2022, as servidoras Ana Cleonice e Anelise,

responsáveis pelo atendimento ao balcão, passaram a trabalhar em regime de trabalho presencial, em dias alternados (Anelise: segunda e terça-feira; Ana Cleonice: quarta, quinta e sexta-feira), juntamente com as Assessoras (Ana Cristina: segunda e terça-feira; Maria Inez: terça, quarta e quinta-feira e Juliana: sexta-feira). Os demais servidores continuam trabalhando em regime integral de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Com o retorno do funcionamento regular do Tribunal, será avaliada pelo Desembargador a possibilidade de implementação desse regime de trabalho de forma regular e mais ampla.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O Desembargador estabeleceu a produção semanal mínima de 10 processos, por servidor. No entanto, esse quantitativo é flexibilizado em razão da complexidade das questões tratadas no feito. Além disso, o Desembargador define, periodicamente, metas a serem alcançadas pelos servidores com base no quantitativo de processos conclusos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A Assessora de Juiz procede ao controle semanal da produtividade dos servidores, levando em conta a quantidade de processos e a complexidade das questões. No caso de não cumprimento da cota, a Assessora conversa com o servidor para avaliar o motivo que ocasionou a redução da produção semanal, visando sanear eventual dificuldade encontrada pelo mesmo. De qualquer forma, a produção desse servidor passa a ser acompanhada pela revisão de um dos Assessores.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Todos os processos do acervo do Desembargador Federal Marcus Abraham foram digitalizados e tramitam de forma eletrônica no sistema eproc. De todo modo, vale registrar que os processos quando chegam ao gabinete são examinados pela servidora Anelise, sob a supervisão da Assessoria.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados em localizadores do sistema eproc, por matéria e, em determinadas hipóteses, por classe do recurso ou do processo originário, a saber: embargos de declaração, agravo interno, agravo de instrumento, conflito de competência, ação rescisória, mandado de segurança originário, medida cautelar originária, ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. Ademais, há localizadores próprios para os agravos de instrumento novos e para processos do Órgão Especial; de Meta/CNJ; de prioridade: "prioridade idoso", "prioridade doença grave", "prioridade antigo" (distribuição mais antiga) e "pedido de prioridade" (pedido de prioridade para julgamento formulado pela parte); retirados de pauta ou adiados; para inclusão na pauta de quorum ampliado; para juízo de retratação; com pedido de vista formulado pelo Desembargador Federal Marcus Abraham ou por outro Desembargador; com tutela provisória concedida; suspensos e processando (tramitando no órgão processante).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

A Assessoria procede ao controle mensal de processos distribuídos, julgados e suspensos, por data de autuação e classe, através de levantamento junto ao Portal de Estatísticas e de relatórios emitidos pelo sistema eproc, inclusive em comparação com os demais

Gabinetes da mesma especialidade de matéria. Além disso, há controle semanal dos processos para elaboração de voto vencido, voto vencedor e acórdão; com "pedido de vista"; de Meta/CNJ; de prioridades legais; com embargos de declaração e agravo interno; remetidos a outros setores; retirados de pauta ou adiados; para inclusão na pauta de quorum ampliado e para juízo de retratação, por meio de consulta a esses localizadores. Ademais, há controle diário de medidas urgentes, por meio de consulta ao localizador "urgente". Importante registrar que os processos que se encontram nas subsecretarias processantes estão organizados no localizador "processando", permitindo o controle periódico dos mesmos, por parte do Gabinete.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

O Desembargador estabeleceu a produção semanal mínima de 10 processos, por servidor. No entanto, esse quantitativo é flexibilizado em razão da complexidade das questões tratadas no feito. Ademais, o Desembargador define, periodicamente, metas a serem alcançadas pelos servidores com base no quantitativo de processos conclusos.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

A organização do trabalho no Gabinete e a divisão de tarefas baseiam-se na capacidade técnica. Há flexibilização de horário, sem prejuízo da carga horária diária, para os servidores que, no intuito de aprimorar suas qualificações técnicas, realizem cursos externos. Há também o acompanhamento qualitativo e quantitativo da produtividade semanal individual de cada servidor, que são comparados com a evolução das estatísticas globais do Gabinete. Dessa forma, os servidores que atingem a meta de produtividade mensal têm direito a um dia de folga no mês seguinte. A designação (promoção) de determinado servidor para o exercício de nova Função Comissionada ou de novo Cargo em Comissão baseia-se no empenho e na produtividade do mesmo, bem como na sua aptidão e familiaridade com o exercício das atribuições inerentes à nova função ou cargo. Esse critério também é adotado para a substituição de Cargos em Comissão, durante o período de férias ou na ausência eventual do titular.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há localizadores específicos para os processos de Meta/CNJ e para os feitos com prioridade: "prioridade idoso", "prioridade doença grave", "prioridade antigo" (processos com distribuição mais antiga) e "pedido de prioridade" (processos com pedido de prioridade para julgamento formulado pela parte). A Assessoria procede ao controle semanal e prioriza o julgamento dos processos nessas situações.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Nas hipóteses relacionadas no art. 932, incisos III, IV e V do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Todo o material produzido pelos servidores está organizado em uma pasta de rede do Tribunal, de modo que os arquivos podem ser acessados por todos do gabinete, contribuindo para a harmonização do seu conteúdo e o menor dispêndio de tempo para a elaboração das minutas. Além disso, o sistema eproc permite a consulta de todas as minutas elaboradas (despacho/decisão/relatório/voto/ementa), bem como permite salvar modelos de minuta acerca de determinado assunto, que podem ser acessados diretamente pelos servidores do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Nos últimos cinco anos, foram oferecidos pouquíssimos cursos para capacitação dos servidores, e, na maior parte, na área de informática, nenhum na área fim.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos suspensos são organizados no sistema eproc no localizador SUSPENSOS ou em localizadores específicos aos temas que determinaram a suspensão, quais sejam: tema 769/STJ, tema 981/STJ, tema 997/STJ, tema 1008/STJ, tema 1012/STJ, tema 1079/STJ, tema 1093/STJ e tema 736/STF. Há controle periódico (mensal) desses processos, por parte da Assessoria, através da verificação da situação que motivou a suspensão e, se for o caso, mediante consulta à base de precedentes qualificados do Portal do STJ e de repercussão geral do Portal do STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Considerando que se trata de Turma Especializada em matéria tributária, essa Meta não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Via de regra, aberta a conclusão do processo para o Gabinete do Desembargador Federal Marcus Abraham, com o voto do Relator juntado, o feito é incluído na pauta de julgamento subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A equipe é orientada, antes da elaboração de qualquer minuta, a pesquisar o posicionamento atual da Corte acerca da matéria a ser analisada. Tendo em vista que a ferramenta de pesquisa de jurisprudência disponível no site do Tribunal não mostra os precedentes mais recentes, a pesquisa de jurisprudência atualizada da Corte é efetuada dentro do próprio sistema eproc, que permite consultar por assunto as minutas disponibilizadas por todos os gabinetes.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, o Gabinete disponibiliza as minutas de relatório, voto e ementa, no painel das Sessões de Julgamento do sistema processual eproc, para os Desembargadores participantes da respectiva sessão de julgamento e para o Ministério Público Federal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) antes do início da sessão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

A Terceira Turma Especializada adota um modelo de sessões semanais, nas quais são julgados, às terças-feiras, por videoconferência, os processos com sustentação oral e pedido de preferência. Os demais são julgados em sessão virtual no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por 2 (dois) dias quando há divergência, sem a participação de partes ou advogados. As sustentações orais, nos casos legalmente e estritamente previstos, e as preferências são realizadas através de videoconferência, utilizando-se a ferramenta Zoom. Para que o processo seja julgado em sessão por videoconferência (presencial), basta o advogado requerer a realização de sustentação oral ou preferência no site do TRF2. Não é necessário peticionar.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. A Assessora de Juiz, com o auxílio dos demais assessores e seguindo as orientações e determinações do Desembargador, gerencia os fluxos de trabalho, define as atribuições específicas de cada membro da equipe e estabelece as rotinas de organização e movimentação dos processos no Gabinete, conforme especificado nos itens 10 e 13, permanecendo atenta ao surgimento ou crescimento de certas demandas, promovendo a alocação da força de trabalho adequada para supri-las e a revisão de rotinas até então adotadas, quando necessário. Há uma preocupação constante do Desembargador em julgar uma quantidade maior de processos do que os distribuídos e, por conseguinte, reduzir gradativamente o acervo e a conclusão do Gabinete, por ordem cronológica, e alcançar o patamar de "zerar" a conclusão até julho de 2022. Nesse sentido, a Assessoria procede ao acompanhamento periódico do acervo, na forma descrita nos itens 14 e 21.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Há carência de servidor para atuar na atividade-fim e de impressoras. |
| b) gestão do trabalho | Descrita no item 10. |
| c) resultados | Redução gradual do acervo e da conclusão, conforme demonstram os dados estatísticos do item 4. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Há uma preocupação constante do Desembargador em julgar uma quantidade maior de processos do que os distribuídos e, por conseguinte, reduzir gradativamente o acervo e a conclusão do Gabinete, por ordem cronológica, e alcançar o patamar de "zerar" a conclusão até julho de 2022.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Prosseguir com o mesmo plano de gestão do Gabinete.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O Desembargador, em conjunto com os Assessores, avaliará os resultados e deliberará sobre quais medidas poderão ser efetivadas, após a pandemia.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Na forma descrita no item 14.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 50131676920214020000 | 16/9/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração julgados, por decisão monocrática, em 22/11/2021. Processo baixado. | | |
| 50111081120214020000 | 6/8/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Julgado na Sessão de Julgamento de 8/2/2022. | | |
| 50012719520204025001 | 13/8/2021 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/2022. | | |
| 00012693220194025104 | 13/8/2021 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/2022 | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 00763886520164025116 | 17/9/2021 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/2022 | | |
| 50359049420184025101 | 30/9/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado, por decisão monocrática, em 7/0/2022, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50848668020204025101 | 15/10/2021 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/2022 | | |
| 05004515220074025101 | 17/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 8 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pelo Desembargador Federal Marcus Abraham, Relator no gabinete 8, Diretor-Geral da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, e, ainda, membro do Órgão Especial.

O gabinete integra a 3ª Turma Especializada, cuja competência definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região abrange o processamento e julgamento de feitos de natureza tributária e trabalhista residual, com exceção das matérias relativas aos Conselhos Profissionais.

Atualmente está composto por 15 servidores, sendo dois técnicos em segurança e transporte, e um servidor requisitado da ANP. Em razão da posse do Desembargador Federal como Diretor-Geral na EMARF, um servidor de sua confiança foi “deslocado” para auxiliá-lo nos trabalhos da escola.

Não há estagiários no gabinete, uma vez que, em razão da pandemia, o treinamento e a supervisão via remota das atividades correlatas restaram prejudicadas.

No período crítico da pandemia todos os servidores do gabinete desempenharam suas atividades na modalidade telepresencial sem prejuízo da produtividade, no entanto, o Desembargador Federal considera o retorno presencial muito importante para a manutenção da qualidade e do desenvolvimento dos trabalhos do gabinete.

A equipe de servidores está organizada levando-se em consideração as atribuições da área fim e meio, de modo que, atualmente, a Assessora de Juiz (Ana Cristina Rodrigues da Rocha – CJ03) é responsável pela gestão do gabinete e desempenha as seguintes funções: divisão de tarefas entre os servidores; organização e fluxo dos processos; atividades relativas aos julgamentos e elaboração de despachos e decisões de menor complexidade. A Assessora Judiciária (Maria Inez – CJ02) é responsável pela análise das pautas de julgamento de todos os órgãos e pelo exame dos processos do Plenário, Órgão

Especial e da Segunda Seção, além das questões de maior complexidade da Terceira Turma. Os demais Assessores (CJ-02 e CJ-01) são responsáveis pela análise das pautas de julgamento da 3ª Turma e das demandas de maior complexidade. Além dos assessores, há oito servidores atuando na elaboração de minutas de despachos, decisões e votos, de acordo com a especialidade da matéria. Há dois servidores responsáveis pelo atendimento ao balcão, sendo que uma também atua na organização dos processos e nas atividades administrativas necessárias ao bom funcionamento do gabinete, sob a supervisão da assessoria.

Foi estabelecido para cada servidor uma cota semanal mínima de 10 processos, sendo que o referido quantitativo pode variar de acordo com a complexidade da matéria. As metas são periodicamente revistas pelo Desembargador Federal de acordo com o número de processos conclusos no gabinete.

A gestão do acervo é feita por meio dos localizadores disponíveis no sistema eproc, por matéria, por classe do recurso ou do processo originário, de forma a otimizar o trabalho de triagem dos processos mais antigos, das prioridades legais, das urgências e daqueles relativos às metas do CNJ.

Há localizadores próprios para: os agravos de instrumento novos e para processos do Órgão Especial; metas do CNJ; prioridade legais, retirados de pauta ou adiados; inclusão na pauta de quorum ampliado; juízo de retratação; com pedido de vista; com tutela provisória concedida; suspensos ou tramitando no órgão processante.

De acordo com o magistrado os pedidos de vista são incluídos na pauta de julgamento subsequente. Não consta no gabinete, atualmente, nenhum pedido de vista pendente de apreciação.

O Desembargador Federal ressaltou como boa prática desenvolvida no gabinete a organização em uma pasta da rede do Tribunal de todo o material relativo a despachos, decisões, relatórios, votos e ementas produzidos pelos servidores, cujo acesso é livre para as demais unidades. A iniciativa tem contribuído para a padronização do material utilizado no gabinete e para o menor dispêndio de tempo na elaboração das minutas.

Como política de recompensas vinculadas às metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal, há no gabinete, entre outras, flexibilização de horários, sem prejuízo da carga horária diária, para os servidores que realizam cursos externos correlatos ao trabalho realizado. Importante medida de incentivo destacada pelo Desembargador Federal é a possibilidade de um dia de folga para o servidor que atingir a meta da produtividade mensal.

Não são feitas conciliações em razão da natureza da matéria de competência do gabinete, no entanto, o Desembargador Federal mantém contato interinstitucional com a PGFN para a resolução dos conflitos de seus processos tributários por meio de pedidos de desistência acordados entre as instituições parceiras. Tal medida tem sido bastante eficiente para a diminuição do acervo da unidade.

Por fim, considerando os dados apresentados no relatório da autoinspeção relativos a Meta 1/2021 CNJ, verificou-se que o Desembargador Federal, a partir do plano de gestão definido no gabinete, tem como objetivo julgar uma quantidade maior de processos do que os distribuídos e, por conseguinte, reduzir gradativamente o acervo e a conclusão da unidade, por ordem cronológica, e, ainda, alcançar o patamar de “zerar” a conclusão até julho de 2022.

De igual maneira, o Desembargador Federal considera como iniciativa estratégica o trabalho realizado por sua assessoria no sentido de acompanhar mensalmente o quantitativo de processos distribuídos e julgados, bem como de estabelecer fluxos de trabalho visando o julgamento dos feitos por ordem de antiguidade na distribuição e na conclusão, estando toda sua equipe empenhada para alcançar novamente o cumprimento de 100% da meta de produtividade.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 748 para 108. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 418 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 108.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 64, na última inspeção, para 11, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Considerando a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas para tal fim, a equipe de inspeção do CJF não tem recomendação específica a fazer, sugerindo, contudo, à unidade a manutenção da excelente organização de trabalho demonstrada, para expansão das boas práticas, para o contínuo desenvolvimento da gestão dos processos no ambiente do gabinete e para a manutenção da política de recompensas vinculadas às metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CLÁUDIA NEIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Cláudia Neiva.

2.2 Turma

3ª Turma Especializada.

2.3 Competência

Tributária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Lara Fernandes dos Santos (Chefe de Gabinete). Início da inspeção em 14/2/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|----------------------------|
| Servidores efetivos | 14 |
| Outros | 2 servidores requisitados. |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|---------------------------------|---|
| Total em tramitação** | 4.501 |
| Processos suspensos/sobrestados | 310 (segundo informação do Portal de Estatísticas do TRF-2ª Região) |
| Processos conclusos | 1.673 |

| | |
|--|---|
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|---|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 4.501 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 4.663 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.673 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.873 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 310 (segundo informação do Portal de Estatísticas do TRF-2ª Região) |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 267 (consoante informação prestada no relatório da autoinspeção 2021) |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-----|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 57 |
| Mandados de segurança | 3 |
| IRDR | 1 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 9 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 22 |
| Outros | 22 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 4.444 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 24 |
| Recursos em ações populares | 4 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 0 |

| | |
|---|-------|
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 345 |
| Outros | 4.071 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 4.444 |
| Apelações cíveis | 2.245 |
| Agravos de instrumento | 1.316 |
| Outros | 883 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Total de feitos | 310 |
| Por IRDR | 6 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 285 |
| Por Recurso Extraordinário | 7 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 88 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 69 |
| Agravos legais/regimentais | 9 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 9 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|-----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 100 |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 9 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 100 |
| Ano anterior | 852 |
| 2º ano anterior | 569 |
| 3º ano anterior | 473 |
| 4º ano anterior | 459 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 492 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 91 |
| Ano anterior | 1.058 |
| 2º ano anterior | 541 |
| 3º ano anterior | 342 |
| 4º ano anterior | 287 |
| 5º ano anterior | 282 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 272 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 45 |
| Ano anterior | 611 |
| 2º ano anterior | 578 |
| 3º ano anterior | 262 |
| 4º ano anterior | 51 |
| 5º ano anterior | 33 |
| 6º ano anterior | 34 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 59 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|--|
| Processos conclusos para voto-vista | 9 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 9 (Desembargadora em gozo de férias no período de 17/1/22 a 17/3/22) |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.378 |
| Total de Processos julgados | 1.403 |
| Total de Processos baixados | 1.580 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 975 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 798 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--------------------------------------|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 110 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 59 |
| Total de feitos não regularizados | 2 (incluídos em pauta de julgamento) |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.386 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.615 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 149 |
| Processos julgados no ano corrente | 94 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.773 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 396 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 89,5% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.629 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 328 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 94% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.413 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 760 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 77,7% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 962 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 367 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 72,8% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes

contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 70 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 76 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 60 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 24 - Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 - Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125% - Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |

| | |
|------------------------------------|----|
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |
|------------------------------------|----|

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O teletrabalho implementado em razão da pandemia da COVID 19 atende a muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, tais como: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; dentre outros. Outro ponto importante do teletrabalho é a redução de gastos por parte do poder público e com um acesso eficaz à justiça.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 25 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |

| | |
|--|---|
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Gabinete está envidando esforços para acompanhar a transformação digital do Judiciário, garantindo serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis, otimizando procedimentos internos e no atendimento a advogados. O próprio sistema eproc colaborou muito para a transformação digital do Gabinete, trazendo celeridade e transparência dos processos.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Inicialmente, proceder ao julgamento, no prazo de 60 dias, dos feitos indicados no item 11; b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, por ordem de antiguidade na distribuição; c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias; d) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e) Proceder à retificação da autuação do feito n. 0010131-46.2017.4.02.0000; f) Elaborar plano de trabalho que permita garantir o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), da Meta 2 do CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2016), bem como a redução do acervo, e g) observo, por fim, que as recomendações acima serão verificadas quando da realização da próxima autoinspeção.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Alínea "a" - todos os feitos indicados foram julgados; alínea "b" - este Gabinete está envidando todos os esforços necessários ao cumprimento de tal recomendação; alínea "c" - este Gabinete está envidando todos os esforços necessários ao cumprimento de tal recomendação; alínea "d" - este Gabinete está envidando todos os esforços necessários ao cumprimento de tal recomendação; alínea "e" - foi retificada a autuação do feito n. 0010131-46.2017.4.02.0000; alínea "f" - foi elaborado plano de trabalho que permita garantir o cumprimento das Metas 01 e 02 do CNJ, bem como a redução do acervo.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

São elas: melhor especialização e divisão das matérias, com o intuito de melhorar a produtividade e o aumento do número de servidores responsáveis pelos agravos de instrumento, notadamente pelo crescimento do número de liminares, possibilitando uma análise mais célere e redução do acervo pendente.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. As metas estão sendo cumpridas. Entretanto, faltou cumprir 10,5% da Meta 2/2021 (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016); 6% da Meta 2/2021 (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017); 22,3% da Meta 2/2022 (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018); 27,2% da Meta 2/2022 (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018). As iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso são: envidar maiores esforços para julgar processos mais antigos no Gabinete.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Gabinete continua adotando as boas práticas relacionadas no relatório anterior, quais sejam: utilização de critérios para organização do acervo (idoso, antiguidade, Meta 2, urgências e prioridades de julgamento); triagem de processos novos realizada por pessoa com conhecimento técnico, saneando-os se necessário; entrada de incidentes distribuída imediatamente ao servidor que elaborou a minuta de decisão/voto impugnado para inclusão na pauta seguinte; estabelecimento de metas de julgamento coletivas e individuais; inclusão de processos na pauta ordinária de forma agrupada por tipo de assunto e/ou resultado.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Lara Fernandes dos Santos.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente, a equipe é formada por 12 servidores na atividade fim, duas servidoras na atividade meio, sendo que uma delas também exerce suas atividades na atividade-fim e dois agentes de segurança. Os servidores da área fim elaboram minutas de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas. Entre eles, os processos são divididos por matéria, metas, idoso e urgência. As servidoras da área meio fazem agendamentos de advogados para despacho, pautas, inclusão de minutas no eproc, atendimento da Desembargadora e de todas as demandas administrativas do TRF2.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Desde o início da pandemia da Covid 19, todos realizam suas atividades em regime de teletrabalho, exceto os Agentes de Segurança, que vão semanalmente ao Tribunal e ficam de sobreaviso nos outros dias da semana, e uma servidora que foi voluntária para o trabalho presencial desde agosto/2021, nos termos da Portaria n. TRF2-PTP- 2021/2021/00323, quando o atendimento presencial a advogados foi reestabelecido pelo TRF2.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas de trabalho são estabelecidas de acordo com a complexidade do assunto que cada servidor trabalha. São levados em conta o tempo necessário para leitura dos processos, pesquisa de doutrina e jurisprudência, bem como a complexidade do assunto e do processo que está sendo analisado.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A produtividade dos servidores é avaliada semanalmente e, quando necessário, as urgências, metas e outras diretrizes são indicadas para que cada servidor elabore minutas dos mencionados processos. Caso o servidor não cumpra a cota, não estará habilitado para eventual substituição de Coordenadores e Assessores, além de receber advertência.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem de processos novos é realizada por pessoa com conhecimento técnico, saneando-os se necessário. A entrada de incidentes é distribuída imediatamente ao servidor que elaborou a minuta de decisão ou voto impugnado para inclusão com prioridade na pauta. O servidor que faz a triagem insere os processos nos localizadores de cada

servidor, de acordo com as matérias, antiguidade, preferência em razão da idade, urgências e prioridades de julgamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados em localizadores identificando a matéria, metas, preferências/idosos, antiguidade e prioridades de julgamento.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo, das movimentações, das metas, de prioridades legais, de processos remetidos a outros setores, de embargos de declaração e de agravos internos é realizado pela Assessora Judiciária através do Portal de Estatística do TRF2. O controle das urgências é feito por um Assessor.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Há metas individuais e coletivas, em função, inclusive, das metas estabelecidas pelo CNJ.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim, em função do desempenho, inclusive para fins de substituições de férias e licenças.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os processos estão organizados por matérias, metas, preferências/idosos, antiguidade e prioridades de julgamento. Há especial atenção aos processos com prioridade legal ou relativo a metas do CNJ por parte de todos os servidores.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, na hipótese prevista no art. 932, III, do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Sim, em alguns temas, em especial em função de julgamentos de recursos repetitivos, repercussão geral, incidente de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O TRF2 oferece cursos de livre escolha dos servidores e a Escola de Magistratura (EMARF) organiza palestras e ciclos de debate de interesse de todas as matérias, que são acessíveis inclusive aos servidores.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

As matérias decorrentes de recurso repetitivo e repercussão geral, em cujos temas foi determinada a suspensão nacional dos processos, tais como: Temas 769, 962, 981, 997, 1008, 1012, 1026, 1079 e 1123, todos do STJ; e Temas 736 e 1002 do STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há conciliações em matéria tributária.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são levados a julgamento preferencialmente na sessão seguinte ou, quando isso não é possível, nas sessões seguintes.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O NUGEPNAC (Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas) do TRF2 informa por e-mail toda a jurisprudência necessária, sendo essas mensagens repassadas para os servidores, além da possibilidade de pesquisa pelo eproc, intranet e internet.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados com antecedência para os demais gabinetes dos órgãos julgadores.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas pela plataforma Zoom oferecida pelo TRF2.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Os recursos humanos e materiais são suficientes para a elaboração do trabalho desenvolvido. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho do gabinete é feita no intento de julgar o maior número de processos, mas com atenção e análise cuidadosa. |
| c) resultados | O resultado é satisfatório, mas o gabinete está sempre envidando esforços para aprimorar seus processos de trabalho. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados são: o julgamento do maior número de processos, com atenção e análise cuidadosa, a fim de que a prestação jurisdicional seja cumprida, priorizando a apreciação de acordo com a antiguidade, preferência em razão da idade, urgências e prioridades de julgamento; qualidade do trabalho desenvolvido e boa equipe de trabalho.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações a serem implementadas para alcançar os objetivos são: ter uma equipe de trabalho competente, atualizada e estimulada; atenção especial aos agravos de instrumento, pedidos de vista e votos divergentes.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho em razão da pandemia da COVID 19 foi um grande desafio para todos, mas os resultados foram bastante satisfatórios, podendo serem adotadas diversas práticas no dia-a-dia de trabalho presencial ou até mesmo manter o trabalho de forma híbrida, parcialmente presencial e remoto.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os Assessores realizam o controle periódico de processos sem movimentação.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-------------------------------|
| 50091367420194020000 | 7/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50068448220204020000 | 15/6/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência:Proferida decisão monocrática não conhecendo o recurso em 7/2/22. | | |
| 50917410320194025101 | 21/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:O agravo regimental pendente de julgamento foi interposto em face de decisão da Vice-Presidência. Processo concluso para juízo de retratação (Tema 69) - Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50110409520194025120 | 17/4/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O agravo regimental pendente de julgamento foi interposto em face de decisão da Vice-Presidência. Processo concluso para juízo de retratação (Tema 69) - Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50261518820194025001 | 24/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:O agravo regimental pendente de julgamento foi interposto em face de decisão da Vice-Presidência. Processo concluso para juízo de retratação (Tema 69) - Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50005799820194020000 | 6/2/2019 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação/Providência: Decisão interlocutória proferida em 7/2/22, não conhecendo do requerimento | | |
| 00122951720114025101 | 18/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 8/3/22. | | |
| 50059055320194025104 | 12/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 50977828320194025101 | 6/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 00049576920094025001 | 21/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Providência: Outras situações e observações relevantes: incluído na pauta de 22/2/22. | | |
| 05378745620014025101 | 17/09/2020 | Apelação |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 50984271120194025101 | 5/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 00122371420114025101 | 12/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 50009836220184029999 | 5/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50002711920184025102 | 7/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50055101620184025001 | 8/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 00156000820174025001 | 15/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50132484620184025101 | 6/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência:Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50182093020184025101 | 18/10/2018 | Reexame Necessário |

| | | |
|---|-----------|--|
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50017473820184025120 | 14/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50020635120194020000 | 4/4/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50106165620184025001 | 25/2/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 00108424920184025001 | 3/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50377487920184025101 | 13/2/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50140037020184025101 | 17/5/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 00059219020184025116 | 29/6/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo Outras situações e observações relevantes: incluído na pauta de 15/3/22. | | |
| 50151751320194025101 | 9/7/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50126956220194025101 | 29/7/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50023963220214020000 | 1º/3/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Proferida decisão monocrática concedendo a tutela provisória em 16/2/22 | | |
| 50044284420204020000 | 5/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 50036885220214020000 | 25/3/2021 | Notificação |
| Observação/Providência: Proferido despacho determinando intimação para contrarrazões em 7/2/22. Após, a nova conclusão, julgar em 60 dias | | |
| 50038747520214020000 | 1º/4/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 22/2/22. | | |
| 50052624720204020000 | 21/5/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |
| 50078145120194025001 | 13/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 15/3/22. | | |

Processos com Recomendação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--------------------|
| 50150071120194025101 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Devolver vista nas primeiras pautas após o retorno das férias da desembargadora. | | |
| 00033790920164025104 | 8/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Devolver vista nas primeiras pautas após o retorno das férias da desembargadora. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-------------------------------|
| 50062896520204020000 | 6/6/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Julgar em 30 dias. | | |
| 50007117020184025116 | 10/6/2020 | Mandado de Segurança Coletivo |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |

| | | |
|---|------------|--|
| 00009366620194020000 | 17/3/2020 | Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas |
| Observação/Providência: Julgar em 30 dias. | | |
| 50018085920204020000 | 20/2/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50126128620204020000 | 24/09/2020 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação/Providência: Apreciar em 10 dias a tutela de urgência. | | |
| 50134771220204020000 | 13/10/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Apreciar em 10 dias o pedido de efeito suspensivo à apelação. | | |
| 50001279820184029999 | 24/7/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50009861720184029999 | 13/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 00255129320124025101 | 9/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50001111320194029999 | 18/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50002489220194029999 | 6/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50090238920184025001 | 27/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50053023220184025001 | 12/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 00785748420184025118 | 26/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50162798320184025001 | 12/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50130371020184025101 | 19/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 00859539820164025101 | 22/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50007724520214020000 | 29/1/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 30 dias. | | |
| 00084444820034025101 | 22/8/2020 | Embargos Infringentes |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50034434420194025001 | 6/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |
| 50547806320194025101 | 17/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgar em 60 dias. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 57 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50023963220214020000

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|---------------------|
| 50547806320194025101 | 50002489220194029999 | 0034434420194025001 |
|----------------------|----------------------|---------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Desembargadora Federal Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva e pelos servidores Raphael Milward de Andrade Carneiro - Assessor de Juiz, Georgina de Fátima Serôdio Alves - Assessora Judiciária, Lara Fernandes dos Santos - Chefe de Gabinete, e, ainda, pelo Assessor de Gestão de Metas, Marcelo Silva Ribeiro.

O gabinete integra a 3ª Turma Especializada, cuja competência definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região abrange o processamento e julgamento de feitos de natureza tributária e trabalhista residual, com exceção das matérias atinentes aos conselhos profissionais.

Atualmente está composto por 15 servidores, sendo dois requisitados, e, de acordo com os entrevistados, a estrutura de pessoal é considerada satisfatória. Recentemente um servidor foi cedido para integrar os novos gabinetes dos novos desembargadores federais empossados.

Não há estagiários no gabinete, uma vez que, em razão da pandemia, o treinamento e a supervisão via remota das atividades correlatas restaram prejudicadas.

No período crítico da pandemia todos os servidores do gabinete desempenharam suas atividades na modalidade telepresencial sem prejuízo da produtividade, motivo pelo qual os entrevistados consideram a possibilidade de manterem como rotina o formato do teletrabalho.

Atualmente foram disponibilizados dois servidores do gabinete para o atendimento presencial a advogados e partes nas dependências do Tribunal.

A Desembargadora Federal realiza as sessões por videoconferência, e, por telefone, com data marcada, atende os advogados.

A gestão do acervo é feita por meio das funcionalidades do eproc, cuja otimização de seus marcadores está sendo desenvolvida no gabinete para que o trabalho de triagem dos processos mais antigos, das prioridades legais, das urgências e daqueles relativos às metas do CNJ resulte em celeridade e efetividade.

A partir do levantamento das rotinas utilizadas pelos servidores na gestão individual do acervo os entrevistados consideram que será possível padronizar alguns dos usos otimizados. A mencionada tarefa foi iniciada pelos agravos de instrumento, para, a partir dessa experiência, expandir para as demais classes.

A equipe de servidores está organizada levando-se em consideração as atribuições da área fim e meio, de modo que, atualmente, os assessores são responsáveis pela

elaboração de minutas de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas. Entre eles, os processos são divididos por competências individuais, matéria, metas, prioridades legais e urgências. Os servidores da área meio fazem agendamentos de advogados para despacho, pautas, inclusão de minutas no eproc, atendimento da Desembargadora Federal e de todas as demandas administrativas do TRF2.

O gabinete estabelece metas individuais e coletivas, e, considerando a política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal, o servidor que apresentar bom desempenho é contemplado com a substituição de um servidor CJ ou FC06 que esteja no período de férias ou de licenças.

As cotas são fixadas de acordo com a complexidade das matérias, levando-se em consideração o tempo necessário para leitura dos processos, pesquisa de doutrina e jurisprudência.

Não são feitas conciliações em razão da natureza da matéria de competência do gabinete.

Os pedidos de vista são levados a julgamento preferencialmente na sessão seguinte.

A unidade informa que possui plano de gestão o qual visa priorizar o julgamento do maior número de processos; a apreciação dos feitos de acordo com a antiguidade, preferências legais, urgências e prioridades de julgamento; os agravos de instrumentos e embargos de declaração; pedidos de vista e votos divergentes; a qualidade do trabalho desenvolvido e o bom relacionamento da equipe de trabalho.

Por fim, informaram os assessores que durante 6 meses de 2020 o gabinete recebeu compensação na distribuição, conforme Portaria n. TRF2-PTP-2020/00070, nos autos do Processo Administrativo TRF2-ADM-2020/00067.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 2.921 para 1.673. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.873 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.673.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 193, na última inspeção, para 88, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 27 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Cumprir as recomendações do item 32.

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em relação à Meta 2/CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017 e julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018).

No mais, recomenda-se sejam mantidas as boas práticas adotadas pelo gabinete, bem como o monitoramento e tratamento específico para os processos com recursos internos com conclusão para julgamento superior a 30 dias e os com tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias.

Quanto ao atendimento à Meta 3, e, conforme o disposto na Resolução 125 do CNJ, “cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade”, esta equipe de inspeção recomenda o diálogo interinstitucional com os órgãos competentes pela matéria tributária – União e PGFN - a fim de que sejam pensadas alternativas para solução consensual dos litígios do acervo do gabinete, em especial para as demandas as quais os mencionados órgãos já tenham estabelecido portarias com previsão de débitos passíveis de transação.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho e do monitoramento dos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo, práticas estas descritas pelos gestores do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL WILLIAM DOUGLAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete 07

2.2 Turma

3ª Turma Especializada

2.3 Competência

Matéria Tributária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal William Douglas Resinente dos Santos

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. Ato 396/21 - Remoção para Gabinete 05 a partir de 7/10/21. Ato 543/21 - Remoção para o Gabinete 07 a partir de 7/1/2022.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jacqueline Alves de Farias Megaço - Chefe de Gabinete; Luciana Francisco Elmor Gonçalves - Assessor de Juiz.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 17 |
| Servidores sem vínculo | 1 |
| Estagiários de nível superior | 3 |
| Outros | 1 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 1.596 |
| Processos suspensos/sobrestados | 6 |
| Processos conclusos | 1.022 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 1.596 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.147 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.022 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 155 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 6 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 26 |
| Mandados de segurança | 1 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 6 |

| | |
|-------------------|----|
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 5 |
| Outros | 14 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 1.570 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 10 |
| Recursos em ações populares | 0 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 1 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 171 |
| Outros | 1.388 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 1.570 |
| Apelações cíveis | 680 |
| Agravos de instrumento | 552 |
| Outros | 338 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Total de feitos originários criminais | n/a |
|---------------------------------------|-----|

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Total de feitos recursais criminais | n/a |
|-------------------------------------|-----|

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|-----|
| Total de feitos com réus presos | n/a |
|---------------------------------|-----|

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 6 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 3 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 67 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 59 |
| Agravos legais/regimentais | 20 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 17 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 00 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 00 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 73 |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 2 |

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|----|
| Ano atual | 23 |
| Ano anterior | 64 |
| 2º ano anterior | 6 |
| 3º ano anterior | 2 |
| 4º ano anterior | 2 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 6 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|----|
| Ano atual | 44 |
| Ano anterior | 80 |
| 2º ano anterior | 5 |
| 3º ano anterior | 4 |
| 4º ano anterior | 3 |
| 5º ano anterior | 5 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 14 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 84 |
| Ano anterior | 786 |
| 2º ano anterior | 78 |
| 3º ano anterior | 22 |
| 4º ano anterior | 14 |
| 5º ano anterior | 7 |
| 6º ano anterior | 7 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 24 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|----|
| Processos concluídos para voto-vista | 15 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 15 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 3 |
| Total como relator para o acórdão | 1 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.520 |
| Total de Processos julgados | 593 |
| Total de Processos baixados | 1.123 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 1.927 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 1.397 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 57 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 87 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.451 |
| Processos julgados no ano anterior | 781 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 169 |
| Processos julgados no ano corrente | 9 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 5.921 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 100% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.692 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.174 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 18 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 868 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 9 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 116,4% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | n/a |
| Pendentes em 31/12/2021 | n/a |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | n/a |
| Pendentes no último dia do mês anterior | n/a |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 42 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 45 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 52 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 18 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | n/a |
| Pendentes no último dia do mês anterior | n/a |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|-----|
| Processos distribuídos no ano anterior | n/a |
| Processos baixados no ano anterior | n/a |
| Processos julgados no ano anterior | n/a |
| Processos distribuídos no ano corrente | n/a |
| Processos baixados no ano corrente | n/a |
| Processos julgados no ano corrente | n/a |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | n/a |
| Pendentes em 31/12/2021 | n/a |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | n/a |
| Pendentes no último dia do mês anterior | n/a |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O maior investimento nesse sentido tem sido feito a nível de gestão de pessoas, desenvolvendo um modelo baseado em gestão do conhecimento, colaboração e autogestão, estratégias que ensejam motivação e desempenho superior na equipe.

Também incentivamos de forma perene a reflexão permanente acerca dos modelos e práticas adotadas, de tal forma que possamos estar comprometidos com o desenvolvimento permanente.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Todos os processos se encontram no formato eletrônico, ganhando agilidade e disponibilidade para as partes. Garantimos o atendimento a advogados e procuradores, via plataforma Zoom, além do atendimento via e-mail e telefone. As manifestações judiciais são imediatamente disponibilizadas na página eletrônica do sistema de acompanhamento processual.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|-----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | n/a |
| Pendentes no mês anterior: | n/a |
| Percentual de cumprimento da meta: | n/a |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

A equipe atual não estava presente na Inspeção de 2020, mas, segundo o relatório recebido do CJF, a única recomendação feita naquela ocasião foi em relação ao processo n. 0108371-75.2014.4.02.0000, cujo julgamento deveria ser feito em 60 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Processo julgado e baixado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

O Gabinete atendeu às metas do ano anterior. Chegamos recentemente e, desde o início, temos usados os localizadores e os relatórios expedidos no portal de estatísticas da 2ª Região para priorizar os processos incluídos nas metas do ano em curso.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O controle do acervo das movimentações, de metas e de prioridades é realizado por intermédio de consulta ao Portal de Estatística do TRF2. O controle de processos remetidos a outros setores é feito por relatório emitido pelo sistema eproc. O controle dos embargos de declaração, de agravos internos e de urgência é realizado mediante consulta aos localizadores do sistema eproc. A unidade conta com Plano de Gestão estabelecido pelo Desembargador Federal em conjunto com os assessores, cujo objetivo principal é a observância da ordem cronológica de chegada dos processos ao gabinete, prioridades legais de tramitação e processos urgentes. Dentro do Plano de Gestão, busca-se sempre a redução do acervo do gabinete, de forma a obter um fluxo de saída maior do que o de entrada. As metas são estabelecidas coletivamente e, em relação à equipe, fazemos um grande investimento no desenvolvimento das pessoas, a fim de que possam contribuir com seu melhor para o alcance das metas.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Jacqueline Alves de Farias Melgaço - Chefe de Gabinete; Luciana Francisco Elmor Gonçalves - Assessora de Juiz.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete 07 possui a seguinte estrutura : SETOR DE APELAÇÕES; 01 ASSESSOR + 3 SERVIDORES (atividade fim) SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL: 01 ASSESSOR + 4 SERVIDORES (atividade fim) SETOR DE AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 01 ASSESSOR + 4 SERVIDORES (atividade fim) COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA: CHEFE DE GABINETE + 3 SERVIDORES (atividade meio) Os processos estão organizados e localizadores no sistema eproc específicos por setor.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores se encontram em regime de trabalho remoto pandêmico, comparecendo à sede mediante convocação.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Trabalho remoto pandêmico integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Fora do período pandêmico utilizaremos critérios objetivos para definir a fixação das cotas, levando sempre em consideração os interesses da administração da Unidade, bem como a necessidade e os legítimos interesses dos servidores.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Todos os servidores recebem feedback sobre seus desempenhos e ajuda para realizarem suas tarefas da melhor maneira possível. Investimos em clareza na comunicação e proximidade. Buscamos trabalhar em rede, com foco no compartilhamento do conhecimento.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Inexistem processos físicos no gabinete. A triagem relativa aos eletrônicos se faz da seguinte forma: o sistema acusa prevenção. Se for admitida a prevenção, remetemos os autos à subsecretaria e em caso de recurso proveniente de Execução fiscal, verificamos se a CDA possui natureza tributária. Não havendo natureza tributária, colocamos minuta declinando e devolvemos os autos já com decisão para declínio; Caso os autos tenham sido do acervo da 4ª Vara Federal de Niterói e Dr. William tenha atuado, colocamos minuta onde o mesmo se declara impedido. Nas Ações Rescisórias fazemos a triagem de acordo com o art. 968 do CPC. Por fim, verificamos casos de incompetência. Nos casos de competência originária (CF em seu art. 108), em razão de recebermos processos equivocadamente autuados para este Tribunal, quando deveriam ter sido autuados na Justiça de 1º Grau. Nesses casos minutamos decisão visando o cancelamento da distribuição.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Todos os processos estão organizados em localizadores eletrônicos, identificados por setor.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todo o controle é feito pelo sistema de acompanhamento processual e pelos relatórios extraídos no portal de estatísticas disponível no site da Corregedoria do TRF2. As urgências são identificadas pela triagem e direcionadas para o localizador próprio no sistema eproc.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Possuímos metas de produtividade individuais e coletivas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

A recompensa atual reside em uma maior flexibilidade e autonomia para realizar a tarefa. Focamos na colaboração e no bem-estar de ter a consciência tranquila por estarmos fazendo o nosso melhor, nas condições que temos, enquanto não possuímos condições melhores ainda. Uma outra recompensa é receber feedbacks, positivos ou de melhoria, em relação à entrega individual de cada um, bem como da entrega coletiva.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Ambos são acompanhados através de relatórios extraídos no painel de indicadores e priorizados na prolação dos votos e das decisões.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Nas hipóteses admitidas em lei. ex: Perda de objeto.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Organizamos um banco de minutas do Magistrado, as quais já foram objeto de julgamento do colegiado, por matéria e assunto, indicando os modelos a serem adotados. Além disso, todas as minutas estão gravadas no sistema eproc por matéria, disponível para a consulta de toda a equipe.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Por meio do mapeamento de habilidades e de necessidades de aprimoramento dos servidores. Entendemos que a Educação corporativa possui relevante papel no

desenvolvimento das equipes. Sem qualificação permanente não é possível realizar um trabalho de excelência.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados recebem um localizador específico no sistema eproc, facilitando seu controle. São sobrestadas apenas as matérias definidas pelos tribunais superiores.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Contudo, pelo exíguo tempo em que o Magistrado se encontra titularizado neste gabinete, ainda não houve tempo hábil para observar oportunidades de proposição dos meios alternativos para soluções de controvérsias.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

O Gabinete tributário não recebeu auxílio desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Considerando a mudança de gabinete, do 7 para o 5 em outubro/21 e depois retornando para o 7 em 7/1/22, o prazo ficou entre 6 a 8 meses.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de consulta ao sistema de jurisprudência unificada disponível no site do CJF.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Compartilhamos os votos, em regra, com 10 dias de antecedência em relação à data da sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Através da plataforma zoom e, naquelas em que há sustentação oral, as mesmas são disponibilizadas no canal do Youtube.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Nosso plano baseia-se em gestão de pessoas, gestão de processos de trabalho e em resultados. Investimos fortemente no desenvolvimento de pessoas e no aprimoramento constante dos nossos paradigmas, buscando sempre qualificar os resultados entregues à sociedade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | O Gabinete possui um número adequado de servidores e também recursos materiais suficientes. |
| b) gestão do trabalho | Focamos nas metas traçadas e estimulamos o trabalho em rede, baseado na colaboração e no compartilhamento do conhecimento. Gestão do trabalho é realizada com base em delegação eficiente, acompanhamento e correção sempre que necessário. |
| c) resultados | Os resultados têm sido compatíveis com o tempo de experiência na matéria tributária. Somos uma equipe recém chegada à especialidade, mas muito comprometida e dedicada. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redução do acervo a cada mês, em relação ao mês anterior. Redução do tempo de espera na conclusão. Eliminação de retrabalho. Cumprimento das metas sem vulnerabilizar a qualidade do clima na unidade organizacional.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manter o controle por meio dos relatórios disponíveis no painel de indicadores e adotar sempre atitudes que propiciem o engajamento da equipe em torno dos objetivos coletivos. Investir cada vez mais na gestão do conhecimento, capacitando a todos os servidores e qualificando as minutas produzidas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Flexibilidade nos horários de trabalho, maior cota de teletrabalho e incentivo permanente à gestão do conhecimento e à colaboração.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de relatórios extraídos mensalmente no sistema de acompanhamento processual disponível.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 50171143720194025001 | 24/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Incluído em pauta de julgamento em 22/2/2022 com minuta. Processo em dia. | | |
| 50150094420204025101 | 10/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Incluído na pauta de 15/3/2022 com minuta. Processo em dia. | | |
| 08115492420084025101 | 19/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 20/10/21 e 23/2. Incluído na pauta virtual de 11 a 15/4/2022. | | |
| 50000129020194025004 | 29/05/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 17/11/21 e 24/2/22. | | |
| 50001978020194025117 | 24/11/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 4/11/21 e 18/2/2022. Incluído na pauta do dia 15/3/21 com minuta. | | |
| 00665666819914025103 | 1º/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 23/4 e 18/2/22. Incluído na pauta de 15/3/22 com minuta. Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre ____ e ____ | | |
| 02158054420174025101 | 2/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre ____ e ____ Processo em dia. | | |
| 05084753020114025101 | 25/10/2019 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 13/5/21 e 22/2/2022. | | |
| 00234001520164025101 | 12/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na pauta de 22/2/22 com minuta de voto. | | |
| 50003173120204025104 | 12/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |

| | | |
|--|------------|--|
| Observação: Processo foi adiado desde 26/10/21, reincluído em pauta de julgamento de 15/3/22 com minuta de voto. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. | | |
| 50419061220204025101 | 11/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. | | |
| 00339304920144025101 | 16/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 13/7/21 e 16/2/22. Está na pauta de 15/3/22 com minuta. | | |
| 50097475620214020000 | 12/7/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 27/8/21 e 24/2/2022. | | |
| 50002051420214020000 | 13/1/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: (x) Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 6/4/21 e 4/2/22. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. | | |
| 50029039020214020000 | 10/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 6/4/21 e 24/2/22. | | |
| 00018035920194020000 | 13/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 6/4/21 e 24/2/22. Incluído em Pauta com minuta de voto em 24/2/22. | | |
| 50147372720204020000 | 10/11/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. | | |
| 00002755820174020000 | 13/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 12/4/21 e 22/2/22. | | |
| 50037593920194025104 | 7/4/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 28/4/21 e 21/2/22. | | |
| 50441184020194025101 | 4/3/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 28/4/21 e 23/2/21. | | |
| 50013750620194025104 | 6/4/2021 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 28/4/21 e 21/2/22. | | |
| 05412949820034025101 | 21/12/2020 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na pauta de julgamento de 8/3/22 com minuta. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. | | |
| 50114144820194020000 | 3/12/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. | | |
| 50066736020204025001 | 26/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: (x) andamento regular após paralisação por mais de 90 dias, entre 3/5/21 e 18/2/22. | | |
| 05105204620074025101 | 19/3/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 5/5/21 e 21/2/2022. | | |
| 50750796120194025101 | 16/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 7/5/2021 e 16/2/22. Incluído na pauta de 15/3/22 com minuta. | | |
| 01241693620134025101 | 7/4/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 20/5/21 e | | |

| | | |
|---|------------|--|
| 24/2/21. | | |
| 01926691220174025103 | 18/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 20/5/21 e 17/5/2022. Incluído na pauta do dia 15/3/2022. | | |
| 05250869220104025101 | 15/6/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 16/6/21 e 24/2/22. | | |
| 00030449120054025001 | 10/6/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 18/6/2021 e 23/2/2021. | | |
| 50269381120194025101 | 6/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 30/6/2021 e 16/2/22. Incluído na pauta de 15/3/2021 com minuta. | | |
| 05143996120074025101 | 21/12/2020 | Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 13/7/21 e 24/2/22. | | |
| 50041732320194020000 | 4/6/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. | | |
| 50173222120194025001 | 27/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 31/8/21 e 4/2/22. Processo em dia. | | |
| 50089732620214020000 | 27/6/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 10/9/21 e 24/2/22. | | |
| 00120642020184020000 | 17/5/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Não paralisado atualmente, mas paralisado antes há mais de 90 dias, entre 15/9/21 e 24/2/22, quando foi incluído em pauta com minuta de voto. | | |
| 50026500520214020000 | 5/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: (x) andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias; cls de dez/21 e inclusão em pauta em 24/2/22. | | |
| 50026969120214020000 | 8/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: (x) andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, não há recomendações a serem feitas.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pelo Desembargador Federal William Douglas, pela Assessora de Juiz, Luciana Francisco Elmor Gonçalves, e, ainda, pela Chefe de Gabinete, Jacqueline Alves de Farias Melgaço. O Desembargador Federal foi empossado no TRF2 em 11 de março de 2021, sendo que, na data de 7 de outubro de 2021, em comum acordo com outros Desembargadores, foi removido para o gabinete 5, onde permaneceu até janeiro de 2022, conforme o disposto no Ato 396/21 do TRF2.

Após a breve permanência no gabinete criminal, o Desembargador Federal voltou a integrar a 3ª Turma cuja competência definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região abrange o processamento e julgamento de feitos de natureza tributária e trabalhista residual, com exceção das matérias atinentes aos conselhos profissionais.

Dos 18 servidores que integram o atual gabinete, ressalta-se que a Assessora de Juiz e a Chefe de Gabinete já trabalhavam com o Desembargador Federal William Douglas no 1º grau e vieram para acompanhar e auxiliar nas atividades do Desembargador Federal em seu gabinete. Todos os servidores estão executando suas tarefas em regime integral de teletrabalho em razão da pandemia e comparecem no Tribunal quando convocados.

O gabinete está organizado em 4 setores, a saber: Setor de Execução Fiscal, Setor de Apelações Cíveis, Setor de Agravos e Embargos de Declaração, e, Setor Administrativo. As assessoras – no total de 3 - coordenam os três primeiros setores e a Chefe de Gabinete, o Administrativo.

De acordo com o Desembargador Federal, o modelo de gestão de processos adotado em seu gabinete é baseado na qualidade, celeridade e produtividade, com enfoque na gestão do conhecimento, no acompanhamento estatístico permanente do acervo, padronização e otimização das tarefas e qualificação permanente das minutas confeccionadas sob a supervisão do magistrado.

As estratégias de gerenciamento do acervo bem como as prioridades do período de trabalho são definidas mensalmente considerando o número de servidores, as metas definidas internamente e aquelas definidas pelo CNJ.

O gabinete faz uso dos localizadores disponíveis no sistema eproc para a organização dos processos e identificação daqueles referentes às prioridades legais e às metas do CNJ. De acordo com as assessoras entrevistadas, todo o controle do acervo é feito pelo sistema de acompanhamento processual e pelos relatórios extraídos no portal de estatísticas disponível no site da Corregedoria do TRF2. As urgências são identificadas no momento da triagem e direcionadas para o localizador próprio no sistema eproc.

A organização do trabalho foi voltada, nos primeiros meses, à adaptação da equipe às atribuições e competências de gabinete, sendo que, constantemente, de acordo com os entrevistados, são realizadas reuniões para a prática de *feedbacks* – positivo e construtivo. São adotadas no gabinete posturas proativas como forma de manter a equipe unida e comprometida com as metas coletivas e individuais, sendo estas atribuídas de acordo com as habilidades, a experiência e o nível de conhecimento de cada servidor.

De acordo com os entrevistados, no período de elaboração e implantação do plano de gestão de pessoas e de processos, foram identificados os *gaps* de desempenho, habilidades e dificuldades; investimento considerável em capacitação e no desenvolvimento de pessoas; construção de uma visão comum a partir de significados para o trabalho realizado e os resultados obtidos; legitimação das metas a serem atingidas;

fomento ao sentimento de coletividade e o envolvimento sinérgico; definição de novos métodos de trabalho; instituição do hábito de medir o desempenho da equipe, tanto ao longo dos meses quanto em relação às demais unidades organizacionais similares.

Nesse contexto, foram criados grupos de WhatsApp específicos por setor para facilitar e integrar os servidores, bem como para permitir o compartilhamento de informações, sanar dúvidas etc. O Desembargador Federal participa dos grupos de WhatsApp.

O Desembargador Federal ressaltou como boa prática desenvolvida pelo gabinete a criação de um “banco de precedentes” em planilha de Excel na qual os votos que já são objeto de julgamento são organizados por assunto, o que facilita a identificação do posicionamento do Desembargador Federal por toda equipe e evita o retrabalho e possíveis equívocos.

Ainda como exemplo de boas práticas, o gabinete investe em técnicas de gestão do conhecimento de maneira que, para a triagem dos processos e para a elaboração de minutas, é feita a identificação de temas de julgados do STF e STJ, e, ainda, de temas recorrentes no setor de Execução Fiscal localizados no rol de minutas disponíveis no sistema eproc.

Não há uma política de recompensa específica no gabinete, no entanto, os servidores dispõem de flexibilidade e autonomia para realizarem suas tarefas.

Por fim, considerando as iniciativas adotadas durante a pandemia, o Desembargador Federal e sua assessoria sugerem a manutenção da flexibilidade de horários de trabalho, da cota maior para os servidores em teletrabalho e, ainda, do incentivo permanente à gestão do conhecimento e à colaboração.

A equipe de inspeção faz registrar, por oportuno, que o Plano de Gestão do gabinete do Desembargador Federal William Douglas fornecida pelo gabinete 07 constará, em arquivo anexo, do presente relatório.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 100 para 1.022. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 155 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.022.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 34, na última inspeção, para 67, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 de meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Tendo em vista a análise realizada segundo os parâmetros fixados no presente relatório, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas pelo gabinete para tal fim, a equipe de inspeção do CJF recomenda a manutenção dos esforços da unidade de forma a aprimorar a gestão processual para cumprimento das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça, particularmente em relação à Meta 1/CNJ.

No mais, considerando que o acervo do gabinete foi recentemente assumido pelo Desembargador Federal William Douglas e sua equipe, recomenda-se a implantação de política de recompensas vinculadas às metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal, e, ainda, que sejam mantidas as boas práticas adotadas, a excelente gestão dos processos e do conhecimento no ambiente do gabinete, bem como o monitoramento e tratamento específico para os processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias, para processos com recursos internos com conclusão para julgamento superior a 30 dias, e, para aqueles com tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias.

Isto posto, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho, da gestão do conhecimento e monitoramento dos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo, práticas exitosas descritas pelos gestores do gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO ÉRICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Juiz Federal Érico Teixeira Vinhosa Pinho, lotado na 1ª Vara Federal de São Gonçalo, que foi convocado para, a partir de 7 de março de 2022, com prejuízo de sua jurisdição, compor quórum até o efetivo provimento do cargo de Desembargador Federal por outro juiz no Gabinete 27, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e, na 3ª Turma, conforme Ato n. TRF2-ATP-2022/00077, de 4 de março de 2022.

De acordo com o Juiz Federal Érico Teixeira, o gabinete 27 integrará a 3ª Turma, cuja competência definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região abrange o processamento e julgamento de feitos de natureza tributária.

Informou o Juiz Federal que o Tribunal passará a ser composto por 8 Turmas, com 4 gabinetes de desembargadores federais em cada uma delas.

A equipe da Corregedoria acolheu o questionamento sugerido pelo CJF para entrevista do Juiz Federal convocado, tendo sido informada o seguinte:

1. Quantos servidores o Tribunal disponibilizou para essa unidade?
2. Eles vieram das áreas fim ou meio?

O Juiz Federal não soube informar quantos servidores serão disponibilizados para o gabinete, bem como não tem informação se virão da área fim ou meio, uma vez que foi convocado com o objetivo de dar início aos trabalhos na 3ª Turma, e, ainda, de analisar e dar andamento aos processos recentemente distribuídos para o gabinete 27, quais sejam, apelações, agravos, etc, em matéria tributária.

Ressaltou o Juiz Federal que o Tribunal disponibilizou, para auxiliá-lo nos trabalhos do novo gabinete, uma servidora por ele indicada, oriunda do gabinete da Desembargadora Federal Cláudia Neiva, e, ainda, mais outros dois servidores vindos de um “banco de talentos” criado pelo Tribunal. De acordo com Juiz Federal o banco de talentos foi uma iniciativa cujo objetivo foi o de captar servidores interessados na lotação dos 8 novos gabinetes, no entanto, a ação não resultou proveitosa e o banco foi desfeito.

3. Como ficaram divididas as atribuições dentro da equipe na unidade?

O Juiz Federal informou que os três servidores então lotados no gabinete 27 estão auxiliando na confecção de despachos, decisões, relatórios, votos, bem como no controle e triagem dos processos novos, mas que a divisão definitiva das atribuições entre os servidores ficará a cargo do novo Desembargador Federal.

De acordo com o Juiz Federal convocado, uma de suas atribuições é também o atendimento aos advogados e partes, que são feitos por e-mail, telefone e na modalidade telepresencial, sendo esse último um formato adotado durante a pandemia com êxito.

4. Como se dará a gestão da equipe frente às tarefas na unidade? O magistrado trouxe algum modelo em termos de gestão de gabinete para adotar na unidade ao tempo em que estiver atuando?

O Juiz Federal informou que, quando convocado pelo Tribunal em outras oportunidades, não assumiu a gestão dos gabinetes, apenas compunha as Turmas e trabalhava com os processos de forma a mantê-los em dia, motivo pelo qual não instituiu nenhum modelo de trabalho para os três servidores que o auxilia.

Acrescentou que o gabinete ainda não tem acervo de processos antigos mas que está recebendo uma grande quantidade de processos novos com pedido de tutela de urgência, liminares, e, que, assim como procede em sua Vara, dará prioridade na análise dessas demandas.

Apenas a título de sugestão, o Juiz Federal manifestou-se no sentido de que seria interessante destacar um servidor para que fique responsável para acompanhar e manter atualizado o andamento e processamento dos muitos pedidos de urgência e de tutela distribuídos diariamente ao gabinete.

5. A partir do recebimento, por período excepcional, qual o planejamento e as metas que podem ser adotadas para o gabinete e principalmente para a gestão dos processos recebidos?

O Juiz Federal informou que não pretende estabelecer uma sistemática de trabalho no período em que estiver convocado, pois, tem como meta recebida, participar de todas as sessões da 3ª Turma, continuar o atendimento aos advogados e partes, bem como, na “medida do possível”, não deixar pendências para o Desembargador Federal que assumirá em breve o gabinete 27.

3. RECOMENDAÇÕES

A equipe de inspeção do CJF não tem recomendação específica a fazer, sugerindo, apenas, a manutenção da excelente organização de trabalho proposta pelo Juiz Federal convocado para expansão das boas práticas, para o contínuo desenvolvimento da gestão

dos processos no ambiente do gabinete e para a criação de política de recompensas vinculadas às metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

2.2 Turma

4ª Turma Especializada

2.3 Competência

Tributária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão no período.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Heltom Guimarães Vicente - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 18 |
| Servidores sem vínculo | 3 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 2.465 |
| Processos suspensos/sobrestados | 4 |
| Processos conclusos | 1.500 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 2.465 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 2.410 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.500 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.342 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 4 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-----|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | n/a |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | n/a |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | n/a |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 46 |
| Mandados de segurança | 1 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 1 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 3 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 26 |
| Outros | 15 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.419 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 17 |
| Recursos em ações populares | 4 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 2 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 409 |
| Outros | 1.987 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 2.419 |
| Apelações cíveis | 1.176 |
| Agravos de instrumento | 763 |
| Outros | 480 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 4 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 2 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----|
| Embargos de declaração | 168 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 130 |
| Agravos legais/regimentais | 22 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 19 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 76 |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 13 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 110 |
| Ano anterior | 1.062 |
| 2º ano anterior | 399 |
| 3º ano anterior | 184 |
| 4º ano anterior | 124 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 194 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 68 |
| Ano anterior | 463 |
| 2º ano anterior | 261 |
| 3º ano anterior | 193 |
| 4º ano anterior | 93 |
| 5º ano anterior | 81 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 183 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 85 |
| Ano anterior | 781 |
| 2º ano anterior | 226 |
| 3º ano anterior | 154 |
| 4º ano anterior | 94 |
| 5º ano anterior | 52 |
| 6º ano anterior | 39 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 69 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 4 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 4 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|----|
| Total como redator | 11 |
| Total como relator para o acórdão | 8 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---------------------------------|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.086 |
|---------------------------------|-------|

| | |
|---|-------|
| Total de Processos julgados | 1.222 |
| Total de Processos baixados | 1.493 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 864 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 593 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 83 |
| Total de feitos não regularizados | 52 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 51 |
| Total de feitos não regularizados | 9 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.062 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.707 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 99 |
| Processos julgados no ano corrente | 8 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.153 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 36 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,9% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.795 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 26 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,9% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.483 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 112 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 92,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.070 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 84 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 108,4% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 53 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 72 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 56 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 9 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 111,1% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Item desconsiderado, conforme instruções. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Item desconsiderado, conforme instruções. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Item desconsiderado, conforme instruções. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

| | |
|------------------------------------|-----|
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | n/a |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Não houve plano de ação específico no âmbito desta unidade. Não obstante, o gabinete buscou adotar práticas e rotinas de atendimento mais eficientes e transparentes, com a implantação de plano de gestão mais eficaz (abaixo especificado nos itens 6, 7 e 8), com o objetivo de participar do contínuo aperfeiçoamento de um Poder Judiciário que contribui para a pacificação social e desenvolvimento sustentável no país, de acordo com o planejado no Mapa Estratégico do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução/CNJ n. 325, de 29 de junho de 2020). Ademais, buscou-se também mudanças na rotina que geram diminuição do impacto ambiental das operações do gabinete, com sensível redução do consumo de materiais (como papel, tinta e materiais de escritório em geral), sobretudo em virtude da manutenção, até a presente data, do regime de trabalho remoto.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 5 |
|--|---|

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O gabinete incentiva os servidores à capacitação e aprimoramento para o melhor uso das ferramentas digitais desenvolvidas. Ademais, além do sistema de balcão virtual, implantado pelo CNJ no âmbito do programa Justiça 4.0, em que todas as varas e secretarias de órgão judicial devem possuir balcão virtual, o próprio gabinete possui sistema de atendimento virtual, através de teleatendimento virtual pela plataforma Zoom, para o adequado atendimento aos jurisdicionados, acrescentando-se que o desembargador realiza atendimento periódico aos advogados pela mesma plataforma, mediante agendamento.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Houve a recomendação constante do item 14 do relatório de inspeção/2020: a) atender às

determinações no item 11. b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, por ordem de antiguidade na distribuição; c) Priorizar o julgamento dos agravos com pedido de antecipação de tutela com conclusão superior a 15 dias; d) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida há mais de 90 dias; e) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos com conclusão superior a 30 dias; f) Elaborar plano de trabalho que permita garantir o cumprimento da Meta 1/CNJ, da Meta 2/CNJ, bem como a redução do acervo; g) Como Presidente de Turma e, na hipótese, da existência de processos que se encontrem com pedido de vista há mais de 6 meses (outubro de 2019), aplicar o disposto no artigo 940, § 1º, do CPC, quando não levados a julgamento pelo vistor em 60 dias; h) Julgar em 60 dias os processos com pedido de vista (00595872220164025101 e 01174904920154025101).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Alíneas b, c, d, e, f: Foi implementado plano de trabalho, com núcleos criados pela chefia de gabinete e formados por grupos de servidores, cada um deles supervisionado por um assessor. A cada núcleo, é conferida a atividade de acompanhar e analisar os processos de sua atribuição, com o objetivo de atender metas do CNJ e proporcionar maior controle do acervo e otimização das atividades. Alínea “g”: a questão foi levada ao Colegiado com o objetivo de implementar sistema de acompanhamento e controle, por servidor específico da secretaria, dos processos com pedido de vista, com notificações ao magistrado vistor para ciência do término do prazo e solicitação para inclusão em pauta. Alínea “h”: processo 00595872220164025101, julgado em 2020. Processo 01174904920154025101, levado a julgamento em 25/1/2022, e suspenso na forma do art 942/CPC. O processo 00315667520124025101 (item 11) foi incluído na pauta de 7/12/2021. Retirado para nova análise do relator, será reincluído prioritariamente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Conforme mencionado, há pendência do julgamento do processo 00315667520124025101 (item 11), que embora incluído na pauta de 7/12/2021, foi necessária sua retirada para nova análise do relator, e será reincluído prioritariamente. Quanto às recomendações no item 14, (alíneas b, c, d, e, f), embora não satisfeitas integralmente, o gabinete, conforme mencionado, implementou plano de trabalho com o objetivo de acompanhar de modo mais eficiente os processos distribuídos aos grupos de trabalho, tendo como diretriz o atendimento ao art. 12 do CPC e às metas e orientações destacadas pelo CNJ e CJP, proporcionando maior controle do acervo, otimização das atividades e favorecendo um ambiente facilitado de troca de conhecimentos sobre os temas desenvolvidos e acompanhamento dos precedentes das Cortes Superiores. O sistema de trabalho iniciado já mostra resultados na diminuição do acervo e na organização interna dos processos e dirigida à satisfação de todas as recomendações do Egrégio Conselho.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. No ano anterior, não foi integralmente satisfeita a Meta 5/CNJ, a Meta 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), bem como houve 96,9% de cumprimento da Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais

antigos distribuídos até 31/12/2016) e 92,4% de cumprimento da Meta 2/2022 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017). Porém, o gabinete está empreendendo esforços para que as metas sejam integralmente satisfeitas, sobretudo a partir das iniciativas mencionadas nos itens 6.2 e 6.3. Acrescente-se que o gabinete alcançou, no mesmo período, 115,9% de cumprimento da Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017), 108,4% de cumprimento da Meta 2/2022 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018) e 111,1% de cumprimento da Meta 6/2021 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017).

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

As Metas são fixadas pelo desembargador para alcançar resultados referentes ao número de processos julgados e ao grau de cumprimento das metas do CNJ. Há metas individuais atribuídas aos servidores do gabinete, sendo a assessoria responsável pelas minutas de qualquer complexidade, em quantidade mínima, e três servidores se dedicam a atividades administrativas no setor. Durante o período de regime excepcional atual, o gabinete emprega todos os recursos para dar continuidade às atividades, com atendimento eletrônico, e-mail, telefone e videoconferência. O desembargador realiza atendimento por videoconferência mediante agendamento. Atualmente, o gabinete conta com atendimento presencial, além do atendimento remoto, em atenção às normas do Tribunal. Por fim, o Desembargador Federal Luiz Antonio Soares é Diretor-Geral do Núcleo da EMARF/ES, autorizado pela Resolução n. 1/2007 a permanecer às segundas e/ou sextas-feiras no Núcleo, que conta com dois servidores da EMARF e cinco servidores do Gabinete.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Heltom Guimarães Vicente - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O gabinete conta com 21 servidores, 2 deles são agentes de segurança, e 3 executam atividades-meio. Assim, 16 servidores se dedicam à atividade-fim. As atividades são distribuídas por meio de grupos ou núcleos de trabalho. A cada núcleo, responsável por parte do acervo, é conferida a atividade de acompanhar e analisar os processos de sua atribuição, selecionados por matéria e natureza de recurso, a exemplo do núcleo dedicado aos agravos de instrumento e decisões liminares.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, em atenção às regras vigentes na Corte, todos os servidores do gabinete atuam em regime remoto, à exceção de dois servidores (agentes de segurança), que durante o atual regime excepcional executam suas atividades presencialmente no gabinete. Acrescente-se que o regime atual possui o prazo para vigorar, em princípio, até 31 de março do ano corrente, conforme determinação da presidência da Corte por meio da Resolução TRF2-RSP-2022/00013.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Durante o período mencionado no item anterior, os servidores do gabinete executam teletrabalho em regime integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Conforme informado no item 8.1, as metas semanais de produção, fixadas pelo Desembargador, são individuais, e o quantitativo leva em consideração a natureza do processo, o fato de ser demanda com fundamentação individualizada ou não, e a graduação do cargo ou função exercida pelo servidor. Os servidores que atuam fora da atividade fim, ou seja, em atividades administrativas desvinculadas da elaboração de minutas, também realizam suas atividades a partir de metas e critérios acompanhados pela assessoria, sendo verificados, nesse caso, a qualidade do atendimento aos setores internos e externos, a ausência de pendência nas rotinas administrativas internas, tais como a triagem de processos e o controle do fluxo de processos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho do servidor é realizado primariamente pelo Desembargador (auxiliado pela assessoria), que recebe e analisa todas as minutas elaboradas pelos servidores semanalmente, avaliando a qualidade do trabalho com a consequente aprovação ou desaprovação da minuta. Na hipótese de não cumprimento da cota semanal de produção, a assessoria se reúne com o servidor ou servidora para solucionar o eventual fator interveniente e apresentar soluções, como o acréscimo do saldo de trabalho não entregue à cota da semana seguinte.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados no sistema eproc (inexistem processos físicos), em localizadores criados para organização do gabinete. Cada um dos servidores possui um localizador próprio, para selecionar os processos em que estão trabalhando no momento. Quanto à disposição dos processos em si, eles são organizados principalmente por assunto e por natureza do recurso/demanda, acrescentando que outros localizadores são usados para organizações específicas, como processos com tema suspenso pelas Cortes Superiores, processos separados para inspeção etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle desses casos, anteriormente realizado pelo servidor responsável pela triagem de processos, passou a ser realizado de modo primário pelo Núcleo de Atendimento e Processamento do gabinete, coordenado por um servidor, que faz a triagem e localização dos processos quando ingressam no sistema do gabinete. Nesse contexto, o setor também mantém a constante verificação de processos sem movimentação, com a correspondente notificação ao núcleo responsável pela matéria objeto dos processos em questão ou ao servidor ou servidora com quem o processo possa estar localizado. Em caso de permanecer a falta de movimentação, a informação é transmitida à assessoria para providências, tais como a avaliação da necessidade de reorganização do trabalho em caso de excesso de processos de uma determinada matéria.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

A divisão de trabalhos, como mencionado no item 11.2, considera a existência de metas coletivas e individuais. As metas coletivas são determinadas pelo desembargador e acompanhadas pela assessoria, e se referem aos resultados semanais e mensais esperados, sobretudo quanto ao quantitativo global de processos levados a julgamento colegiado e ao grau de cumprimento das metas determinadas pelo CNJ. Quanto às metas individuais, igualmente fixadas pelo magistrado, consideram a natureza dos processos e a existência de precedentes vinculantes, e servidores que compõem a assessoria são responsáveis pela elaboração de minutas de qualquer natureza ou complexidade, em quantidade mínima semanal. Aos demais servidores, atribuem-se metas semanais proporcionais à complexidade da demanda e à função.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há política de recompensas. Contudo, o gabinete oferece ambiente de grande troca de conhecimentos e incentivo ao desenvolvimento, de modo que aos servidores que demonstrem maior desempenho no cumprimento das atividades que são atribuídas, são oferecidas funções comissionadas de maior graduação, ou seja, mais atinentes ao êxito e à qualidade e importância dos trabalhos apresentados no setor.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há localizadores no sistema eproc específicos para identificar processos que estão enquadrados nas metas do CNJ, com a orientação a todos os servidores para priorizarem a elaboração de processos nessa condição. Da mesma forma, o sistema possui rotina de identificadores para destacar processos com prioridades legais, facilitando sua identificação e seleção pelos servidores dedicados à elaboração de minutas. Ademais, os servidores responsáveis pela triagem fazem a separação e informação a respeito de processos nessa situação.

18. São utilizadas decisões terminativas?

O gabinete, de acordo com orientação do Desembargador, prioriza o julgamento colegiado, em deferência ao princípio da colegialidade. Porém, em hipóteses legalmente admissíveis, decisões terminativas são utilizadas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Há sistema de modelos organizados por matérias, compartilhados entre todos os servidores. O Desembargador indica quais matérias devem ser objeto de modelo, que são elaborados com auxílio da assessoria e aprovados pelo magistrado, para servir de referência às futuras minutas. Some-se a isso o fato de o próprio sistema eproc possuir importante ferramenta para uso de modelos e textos padrões aprovados pelo Desembargador.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de eventual capacitação jurídica é avaliada pelo próprio Desembargador, que faz pessoalmente o acompanhamento e avaliação da produção dos servidores. Quanto à capacitação funcional, referentes às práticas adotadas no Tribunal e uso das plataformas digitais, é verificada pela assessoria, que, presente a necessidade, pode formar grupos para treinamento interno, como já foi feito, ou indicar a capacitação oferecida pelo Tribunal, como os da Coordenadoria de Educação Corporativa/Ceduc.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle dos processos sobrestados é feito pelo setor do gabinete responsável pelo atendimento e processamento. Quanto há decisão final sobre o tema, com o conseqüente cancelamento do sobrestamento, a informação é transmitida ao setor/servidor responsável, que separa os processos relacionados e os encaminha aos localizadores como aptos para serem minutados. Atualmente, existem apenas processos sobrestados em decorrência de decisão de afetação proferida pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há programa estímulo à conciliação no âmbito do gabinete.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve nenhum auxílio no período.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O gabinete se esforça para levar os pedidos de vista em até 4 sessões, conforme informado na inspeção do ano de 2021 em que não havia nenhum processo nessa situação pendente. Contudo, em decorrência da quantidade de trabalho ou natureza do processo, pode haver a necessidade de maior prazo para tanto. Atualmente o gabinete possui 4 processos com pedido de vista pendente, todos das sessões realizadas em novembro e dezembro de 2021, que serão priorizados para inclusão em pauta.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado por todos os servidores do gabinete, responsáveis por se manterem permanentemente atualizados em relação a ela. De modo secundário, o controle é igualmente realizado pela assessoria responsável pela análise das minutas incluídas em pauta e controle da sessão de julgamento, e, em caso de eventual divergência ou atualização de jurisprudência, a informação é transmitida a todos os servidores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos das sessões virtuais e telepresenciais são disponibilizados aos demais gabinetes integrantes do colegiado através do próprio sistema eproc até o início da sessão de julgamento, para o devido acompanhamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas seguindo a regulamentação desta E. Corte, formalizada na Resolução TRF2-RSP-2021/00058 de 20/7/2021. Em atendimento às diretrizes, os processos são incluídos em pauta na modalidade virtual, com a conseqüente intimação das partes, oportunizando-as a oposição a essa forma de julgamento, hipótese em que o processo é retirado da pauta e encaminhado ao gabinete do relator para inclusão em pauta de julgamento presencial (ou telepresencial). No curso da sessão virtual, cuja duração é de cinco dias úteis, o desembargador, auxiliado pela assessoria, faz a análise dos votos já disponibilizados pelos membros do colegiado e registra seu voto diretamente no próprio sistema eproc.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A esse respeito, o gabinete se encontra com quadro de servidores completo e dispõe de recursos materiais excelentes e adequados ao serviço desenvolvido. |
| b) gestão do trabalho | Quanto à gestão de trabalho, conforme itens 6.2 e 6.3, está em curso sistema de gestão que está proporcionando bons resultados. |
| c) resultados | Os resultados estão sendo alcançados paulatinamente, à medida que o plano de gestão vem sendo implantado. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os principais objetivos esperados com o plano de gestão é o cumprimento integral de todas as metas do CNJ; a redução do acervo pendente de julgamento e a redução dos processos pendentes de apreciação de liminares.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Como mencionado em item anteriores (6.2 e 6.3), implementou-se plano de trabalho, com núcleos criados pela chefia de gabinete e formados por grupos de servidores, cada um deles supervisionado por um assessor. A cada núcleo, responsável por parte do acervo, é conferida a atividade de acompanhar e analisar os processos de sua atribuição, tendo como diretriz o atendimento ao art. 12 do CPC e às metas e orientações destacadas pelo CNJ e CJF, proporcionando maior controle do acervo, otimização das atividades e favorecendo um ambiente facilitado de troca de conhecimentos sobre os temas desenvolvidos e acompanhamento dos precedentes das Cortes Superiores. O sistema de trabalho iniciado já mostra resultados na diminuição do acervo e na organização interna dos processos e dirigida à satisfação de todas as recomendações do Egrégio Conselho. Os grupos de trabalho possuem metas coletivas e individuais a serem adimplidas, e que são acompanhadas pela assessoria e pelo desembargador.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante o período excepcional de trabalho na pandemia, o gabinete adotou práticas digitais de trabalho, como a manutenção de sistema de compartilhamento de arquivos e informações em tempo real, acessível a todos os servidores, bem como modelo de acompanhamento de produção em grupos de trabalho e reuniões periódicas realizadas por plataforma digital para o compartilhamento de orientações e boas práticas. Essas são medidas que devem permanecer na rotina de trabalho após o retorno às atividades presenciais normais.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle de processos sem movimentação, outrora realizado pelo servidor responsável pela triagem de processos, passou a ser realizado de modo primário pelo Núcleo de Atendimento e Processamento do gabinete, coordenado por um servidor, que constantemente faz a verificação de processos sem movimentação, com a correspondente notificação ao núcleo responsável pela matéria objeto dos processos em questão ou ao servidor ou servidora com quem o processo possa estar localizado. No caso de permanecer a falta de movimentação, a informação é transmitida à assessoria para providências, tais como a avaliação da necessidade de reorganização do trabalho em caso de excesso de

processos de uma determinada matéria.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--|
| 50055840220204025001 | 29/7/2020 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 3/11/2020. Acórdão juntado ao processo em 13/11/2020. Concluso em 4/12/2020 para apreciação de petição da parte. Os autos serão priorizados para análise. | | |
| 50012972720214020000 | 9/2/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 9/2/2021. Os autos foram encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 50006604720194020000 | 8/2/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 27/3/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50050018220204020000 | 15/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 17/9/2020. | | |
| 00273012520154025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 3/11/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50153158720204020000 | 23/11/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 23/3/2021. Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação com decisão liminar de 14/12/2020. | | |
| 50109736720194020000 | 25/11/2019 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação: Tutela Antecipada Antecedente em apelação decidida em 19/12/2019. Pendente de baixa desde 11/3/2020. Apelação julgada (5005387-24.2019.4.02.5117). | | |
| 50045419520204020000 | 6/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 6/5/2020. | | |
| 00107928820184020000 | 17/3/2020 | Petição |
| Observação: Pedido de efeito suspensivo incidental em apelação. Distribuído em 30/10/2018. Decidido em 6/11/2018. Processo principal julgado com trânsito em julgado. Providenciado o encaminhamento dos autos à baixa. | | |
| 50086895220204020000 | 15/7/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Pedido de efeito suspensivo em apelação decidido em 5/8/2020. Nova conclusão em 10/9/2020. Apelação julgada. Autos encaminhados à análise para providências. | | |
| 05278465320064025101 | 22/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi suspenso após pedido de vista desde 1º/12/2021. Os autos serão priorizados para nova inclusão em pauta e conclusão do julgamento. | | |
| 00005700820164029999 | 5/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi suspenso após pedido de vista desde 1º/12/2021. Os autos serão priorizados para nova inclusão em pauta e conclusão do julgamento. | | |
| 00538446020184025101 | 7/4/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em em 18/8/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 01348664820154025101 | 29/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 18/8/2020. Processo concluso em 18/8/2020 para lavratura de acórdão. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 50046626020184025120 | 10/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 10/9/2020. Concluso para lavratura de acórdão em 17/9/2020. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 50046369420194025001 | 15/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 17/8/2020. Concluso para lavratura de acórdão em 8/10/2020. | | |
| 01116902420174025116 | 13/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 15/4/2021. Aguarda lavratura de acórdão desde 16/4/2021. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 50157298820184025001 | 9/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 15/4/2021. Conclusos para Acórdão em 16/4/2021. | | |
| 00567148820124025101 | 7/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 10/12/2020. Aguarda lavratura de acórdão desde 10/12/2020. | | |
| 01162196820164025101 | 16/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 26/7/2021. Aguarda lavratura de acórdão desde 3/9/2021. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 00030212520194020000 | 31/5/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo foi julgado em 6/9/2021. Os autos foram conclusos em 13/9/2021 para lavratura de acórdão. Em 16/2/2022 foi lavrado acórdão e movimentado o processo à Secretaria do Colegiado. | | |
| 00030221020194020000 | 31/5/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo foi julgado em 6/9/2021. Os autos foram conclusos em 13/9/2021 para lavratura de acórdão. Em 16/2/2022 foi lavrado acórdão e movimentado o processo à Secretaria do Colegiado. | | |
| 01942758120174025101 | 29/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 6/10/2021. Processo concluso em 7/10/2021 para lavratura de acórdão. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 50053872420194025117 | 4/3/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 1º/10/2020. | | |
| 50004990320204020000 | 24/1/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 29/7/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50205087720184025101 | 30/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 12/8/2020. | | |
| 50201034120184025101 | 9/1/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 24/8/2020. Incluído na pauta de 5/4/2021, mas retirado por oposição das partes ao julgamento virtual. Aguarda inclusão na pauta presencial. | | |
| 50646694120194025101 | 7/4/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 26/8/2020. | | |
| 50004371420194025006 | 18/0/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 17/9/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50043915120184025120 | 10/5/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 1º/10/2020. | | |
| 50118319820194020000 | 12/12/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve sobrestamento desde 6/11/2020: (X) em virtude de decisão do STF/STJ. Tema 961/STJ julgado. Autos encaminhados à tramitação e análise. | | |
| 50082158420184025001 | 8/11/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 22/9/2020. | | |
| 50141189120184025101 | 9/5/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 19/10/2020. | | |
| 00124256920184025001 | 25/9/2019 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo foi julgado em 9/11/2021. Concluso em 7/1/2022 para declaração de voto. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise. | | |
| 00106797520094025101 | 6/2/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 27/11/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50093883720184025101 | 3/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 26/11/2020. | | |
| 00809551920184025101 | 17/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso em 17/7/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50036527820194020000 | 21/5/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 20/8/2019. | | |
| 50010632620184029999 | 17/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo concluso em 28/8/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50020834820184025118 | 19/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso em 12/9/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50070818520194025001 | 29/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: (X) única conclusão em 16/9/2019. Autos serão encaminhados à análise prioritariamente. | | |
| 50086337620194025101 | 24/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: () única conclusão em ____; (X) diversas conclusões, a primeira em 24/06/2019 e a última em 17/9/2019. | | |
| 00828325920164025102 | 11/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 18/9/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 00331462120184025105 | 17/6/2019 | Apelação |
| Observação: Apelação em ação ordinária. Processo concluso em 20/9/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50063375820194020000 | 30/7/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve sobrestamento desde 14/8/2019: (X) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. Tema 997/STJ. Embargos de declaração opostos em 2/9/2019, pendentes de julgamento. | | |
| 50030814220194025001 | 2/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 23/9/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 00778539120154025101 | 1º/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 25/9/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50052991120194020000 | 4/7/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo foi julgado em 21/2/2022. | | |
| 01347804320164025101 | 14/6/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso em 1º/10/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50100628720194025001 | 4/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: () única conclusão em ____; (X) diversas conclusões, a primeira em 4/9/2019 e a última em 3/10/2019. | | |
| 50001930420184025109 | 2/10/2019 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo concluso em 8/10/2019. Consta pedido de tutela antecipada pendente. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50085186420194025001 | 17/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: (X) única conclusão em 17/10/2019. | | |
| 50149668720184025001 | 17/10/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: (X) única conclusão em 17/10/2019; () diversas conclusões, a primeira em _____ e a última em _____ | | |
| 05028353620174025101 | 23/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso em 13/11/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 00109204320184025001 | 12/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 18/11/2019. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50154404920184025101 | 23/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação : Houve: (X) única conclusão em 16/12/2019; () diversas conclusões, a primeira em _____ e a última em _____ | | |
| 50143220420194025101 | 25/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação : Houve: () única conclusão em _____; (X) duas conclusões, a primeira em 25/10/2019 e a última em 6/1/2020. | | |
| 50049853420184025001 | 13/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Concluso em 2/3/2020. Os autos serão priorizados para inclusão em pauta e conclusão do julgamento. | | |
| 50042782020194025102 | 30/4/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 18/5/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50148980620194025001 | 25/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação : Houve: () única conclusão em _____; (X) duas conclusões, a primeira em 25/5/2020 e a última em 25/6/2020. | | |
| 00160565620114025101 | 2/7/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso em 2/7/2020. Os autos serão encaminhados prioritariamente à análise para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 00010716720114025106 | 14/6/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processos conclusos em 15/7/2020. Os autos serão priorizados para nova inclusão em pauta e conclusão do julgamento. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 62 eletrônicos e nenhum físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

| | |
|----------------------|----------------------|
| 00107928820184020000 | 50045419520204020000 |
|----------------------|----------------------|

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50153158720204020000 | 00809551920184025101 | 50020834820184025118 |
| 00538446020184025101 | 50036527820194020000 | 50070818520194025001 |
| 50086337620194025101 | 00828325920164025102 | 00331462120184025105 |
| 50030814220194025001 | 00778539120154025101 | 01347804320164025101 |

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50100628720194025001 | 50001930420184025109 | 50085186420194025001 |
| 50149668720184025001 | 05028353620174025101 | 05028353620174025101 |
| 50154404920184025101 | 50143220420194025101 | 50049853420184025001 |
| 50042782020194025102 | 50148980620194025001 | 00010716720114025106 |
| 50012972720214020000 | | |

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com agravo interno há mais de 45 dias):

50006604720194020000

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 50201034120184025101 | 50646694120194025101 | 50004371420194025006 |
| 50043915120184025120 | 50082158420184025001 | 50141189120184025101 |
| 00106797520094025101 | 50093883720184025101 | 00273012520154025101 |

e) Avaliar a possibilidade de baixa do processo, no prazo de 30 dias:

50109736720194020000

f) Juntar relatório, voto e acórdão (processos já julgados), no prazo de 30 dias:

01348664820154025101 01942758120174025101

g) Regularizar o andamento, com a juntada de documentos, conforme lembrete anotado no eproc:

50012972720214020000

h) Julgar na próxima sessão presencial ou por videoconferência:

50050018220204020000

i) Avaliar retificação de ata ou questão de ordem, quanto ao resultado do julgamento ocorrido em 3/11/2020, no prazo de 60 dias:

50055840220204025001

j) Examinar pedido de desistência da ação, no prazo de 60 dias:

50053872420194025117

k) Juntar declaração de voto divergente (embargos de declaração julgados em 9/11/2021), no prazo de 60 dias:

00124256920184025001

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Esta equipe da Corregedoria aponta como práticas positivas da unidade:

a) A manutenção da estabilidade da equipe do gabinete inspecionado, que não sofreu alterações significativas nos dois últimos anos;

b) A manutenção de boas práticas adotadas durante o trabalho remoto compulsório, como o efetivo controle de produtividade dos servidores, inclusive daqueles que se dedicam exclusivamente à atividade-fim, e a criação de núcleos especializados (Metas CNJ/CJF; embargos à execução; agravos de instrumento; atendimento/processamento; juízo de

retratação; aplicação de precedentes; ações originárias; ações coletivas), contando com um ou mais servidor(es);

c) A priorização de julgamento pelo Colegiado;

d) O bom funcionamento do gabinete com servidores exercendo suas funções no núcleo da EMARF/ES.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 2.048 para 1.500). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.342 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.500.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 248, na última inspeção, para 168, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção e, inclusive, o menor dentre os indicadores de todas as Turmas que integram a 2ª Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32;

b) Regularizar os 9 feitos não regularizados da inspeção anterior;

c) Regularizar os 52 feitos não regularizados da autoinspeção anterior;

d) Dar atenção especial ao processamento dos embargos de declaração, a fim de julgá-los no prazo de 45 dias, contados a partir da conclusão ao Gabinete;

e) Avaliar a viabilidade de redução de servidores exclusivamente em atividade-meio, a fim de priorizar a produção de minutas;

f) Estabelecer rotinas padronizadas para o acompanhamento de processos no pós-pauta, especialmente no que diz respeito à juntada de relatório, voto e acórdão;

g) Encaminhar os processos ao Ministério Público Federal, em que for caso de sua intervenção, logo após sua distribuição;

h) Incluir na pauta da sessão presencial/videoconferência imediatamente subsequente os processos retirados da sessão virtual a pedido das partes;

i) Avaliar a possibilidade de dar baixa ao incidente de pedido de efeito suspensivo à apelação/tutela antecipada recursal, tão logo decorrido o prazo de intimação da decisão que o(a) examinou, sem oposição de embargos de declaração ou agravo interno pelas partes;

j) Reduzir o tempo para juntada do acórdão no eproc nos processos em que houve deslocamento de relatoria para o acórdão;

k) Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Ferreira Neves

2.2 Turma

4ª Turma Especializada

2.3 Competência

Tributário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ferreira Neves

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Letícia Machado de Freitas - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 19 |
| Servidores sem vínculo | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação ** | 3.882 |
| Processos suspensos/sobrestados | 1 |
| Processos conclusos | 1.717 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.882 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 4.000 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.717 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.945 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 0 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 35 |
| Mandados de segurança | 1 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 1 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 3 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 17 |

| | |
|--------|----|
| Outros | 13 |
|--------|----|

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.847 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 29 |
| Recursos em ações populares | 5 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 0 |
| Recursos em ações civis públicas | 3 |
| Recursos em ações de desapropriação | 0 |
| Recursos em ações com preferência legal | 433 |
| Outros | 3.377 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.847 |
| Apelações cíveis | 2.160 |
| Agravos de instrumento | 725 |
| Outros | 962 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 1 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |

| | |
|----------------------------|---|
| Por Recurso Extraordinário | 1 |
|----------------------------|---|

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 57 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 47 |
| Agravos legais/regimentais | 8 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 8 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|-----|
| Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 185 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 1 |

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 95 |
| Ano anterior | 1.172 |
| 2º ano anterior | 671 |
| 3º ano anterior | 366 |
| 4º ano anterior | 271 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 381 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 77 |
| Ano anterior | 1.330 |
| 2º ano anterior | 682 |
| 3º ano anterior | 284 |
| 4º ano anterior | 161 |
| 5º ano anterior | 155 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 256 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 55 |
| Ano anterior | 1.013 |
| 2º ano anterior | 193 |
| 3º ano anterior | 131 |
| 4º ano anterior | 86 |
| 5º ano anterior | 57 |
| 6º ano anterior | 36 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 146 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 7 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 6 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|-----|
| Total como redator | 1 |
| Total como relator para o acórdão | 269 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.275 |
| Total de Processos julgados | 1.556 |
| Total de Processos baixados | 1.572 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 719 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 703 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 52 |
| Total de feitos não regularizados | 1 (processo 0023226-08.2001.4.02.0000, que está aguardando o cumprimento de uma decisão que determinou a conversão de valor em renda da União e, após, será analisado pedido de penhora no rosto dos autos) |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 224 |
| Total de feitos não regularizados | 116 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.288 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.065 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 104 |
| Processos julgados no ano corrente | 15 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.525 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 167 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,3% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.716 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 91 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 111,4% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.264 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 335 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 92,1% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a

31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.329 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 212 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,9% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 64 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 68 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 60 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 24 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 119,8% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | -- |
| Pendentes no último dia do mês anterior | -- |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Com relação ao ano de 2021, especificamente, houve a redução drástica do consumo de papel, com 100% dos processos eletrônicos no gabinete, e o atendimento aos advogados de forma telepresencial, que reduz o deslocamento (aviões, carros, etc...)

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 17 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |

| | |
|--|---|
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 1 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Não se aplica.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Inicialmente, despachar e proceder ao julgamento, nos prazos de 20 dias e 60 dias,

respectivamente, dos feitos indicados no item 11; b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, por ordem de antiguidade na distribuição; c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias; d) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e) Elaborar plano de trabalho que permita garantir o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), da Meta 2 do CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2016), bem como a redução do acervo, f) Julgar em 60 dias o processo de outro Gabinete ante o pedido de vista requerido pelo Desembargador (feitos ns 00007707720074025101, 00049641320134025101, 00111643720184020000, 00267177520034025101, 00462301420124025101).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Com relação à alínea (a), todos os processos recomendados no item 11 foram julgados, com exceção do processo 0023226-08.2001.4.02.0000, que está aguardando o cumprimento de uma decisão que determinou a conversão de valor em renda da União e, após, será analisado pedido de penhora no rosto dos autos; com relação às alíneas (b), (c), (d) e (e), o gabinete prioriza a inclusão em pauta das prioridades legais, bem como observa a ordem de antiguidade na distribuição, visando à diminuição do acervo; com relação aos processos listados na alínea (f), todos foram julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Com relação ao processo pendente (0023226-08.2001.4.02.0000), como dito acima, está em andamento; com relação às demais recomendações, o gabinete se organiza de forma a atender as metas prioritárias (legais e do CNJ), prioriza o julgamento de embargos de declaração, agravos internos, prioriza a inclusão em pauta dos processos com pedido de vista e prioriza o exame dos pedidos de efeitos suspensivos, antecipação de tutela recursal, liminares.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com relação às boas práticas: 1) o gabinete se organiza em núcleos de trabalho, separados por assuntos, onde cada núcleo é supervisionado por um assessor; 2) é feita triagem dos processos quando distribuídos ao gabinete e colocados em localizadores específicos pelo assunto, bem como em localizadores que identifiquem se há pedido de antecipação de tutela/efeito suspensivo/liminar, ou se há alguma prioridade; 3) os servidores que trabalham com elaboração de minutas têm metas semanais a cumprir; 4) atendimento de advogados por videoconferência, por e-mail e por telefone. Com relação às dificuldades, a maior delas

é o quantitativo do acervo no caso de matéria tributária, não tendo havido, no último ano, convocação de juízes para auxílio no gabinete.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Letícia Machado de Freitas

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Na atividade administrativa do gabinete trabalham três servidores (chefe de gabinete e mais 2 servidores). Os demais servidores trabalham com a atividade-fim, ou seja, elaboração das minutas. Os servidores da atividade-fim são organizados em núcleos de trabalho, separados por assunto, onde cada núcleo é supervisionado por um assessor.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No último ano, em decorrência da pandemia, a maioria dos servidores executaram suas atividades em regime de teletrabalho, com exceção dos servidores que, por questões de organização pessoal, optaram por executar o trabalho presencialmente no tribunal, bem como os servidores que foram designados para escala de atendimento presencial na recepção do gabinete.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral para a maioria e parcial para alguns, conforme detalhado no item 11.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As metas de produtividade são fixadas de acordo com a complexidade do recurso/assunto, levando-se em conta, também, a meta coletiva que é a inclusão de, em média, 70 processos por pauta de julgamento.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é semanal, com a entrega, pelo servidor, da planilha de produtividade da semana; não havendo o cumprimento da meta, identifica-se o motivo desse não cumprimento para, então, orientar/capacitar o servidor com o fim de voltar a atingir sua meta.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há mais processos físicos no gabinete. Os processos (eletrônicos) são triados por um servidor que os pega no localizador DISTRIBUÍDOS, identifica o assunto por meio de LEMBRETE e os coloca no localizador específico do assunto.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Em localizadores por assunto ou tipo de recurso.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

São criados localizadores específicos para as metas, prioridades legais, embargos de declaração, agravos internos e urgências.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Metas individuais, de acordo com o tipo de recurso, conforme já descrito acima. Meta coletiva: inclusão de, em média, 70 processos por pauta de julgamento.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

O desempenho do servidor no cumprimento de suas metas é levado em consideração, dentre outros critérios, quando da indicação para funções e gratificações.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

São identificados em localizadores específicos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Após verificação da minuta e assinatura são criados modelos no eproc para consulta/utilização de todos os servidores do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Se houver alguma dificuldade técnica na execução das tarefas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados são controlados pela Secretaria da Turma.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não houve conciliação em matéria tributária no último ano.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O mais breve possível, levando em consideração o cronograma de inclusão em pauta, bem como a data em que é feita a conclusão para vista ao gabinete.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência é feito por todos os servidores, uma vez que essa atualização faz parte de sua capacitação.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As minutas de votos são disponibilizadas previamente até o início da sessão, que ocorre em 5 dias úteis.

28. A unidade possui plano de gestão?

A gestão da unidade é feita através de mensuração da produtividade e dos resultados, a fim de atender os objetivos estratégicos e metas do Judiciário.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | recursos humanos: há 3 vagas a serem preenchidas; recursos materiais são suficientes |
| b) gestão do trabalho | controle de produtividade; controle de acervo; controle de prioridades |

| | |
|---------------|---|
| c) resultados | as metas individuais e a meta coletiva têm sido atingidas |
|---------------|---|

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Reduzir o acervo de processos que se encontram aguardando o primeiro julgamento no Tribunal.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Controlar a quantidade de distribuídos X julgados mensalmente; ajustar as metas dos servidores, bem como a distribuição dos assuntos, conforme a necessidade da unidade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

1) o trabalho remoto, contudo é necessário que haja, por parte da administração, um suporte material para o servidor arcar com os custos do trabalho em casa; 2) o atendimento aos advogados por videoconferência, por e-mail e por telefone é uma prática que facilita e agiliza tanto para o advogado quanto para a unidade.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através do portal de estatística do tribunal.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 50090928420214020000 | 29/6/2021 | - |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50272383620204025101 | 28/7/2020 | - |
| Observação: Houve sobrestamento desde 18/2/2022 em virtude de decisão do STF/STJ. Tema 1079 STJ. | | |
| 50250779620194025001 | 15/5/2020 | - |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50032095920214020000 | 16/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo com decisão intimando a União (Agravante) para se manifestar sobre interesse no prosseguimento do agravo; aguarda decurso do prazo para resposta. | | |
| 50039452620194025116 | 17/1/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde julho de 2020. | | |
| 50037433720204020000 | 20/4/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde julho de 2020. | | |
| 00128494820174025001 | 26/11/2019 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde maio de 2020. | | |
| 50005853720214020000 | 26/1/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Aguarda exame de agravo legal ou regimental desde 8/3/2021. | | |
| 50053026320194020000 | 4/7/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00022861620094025117 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Concluso com pedido de vista desde 13/8/2021. | | |
| 00055348520164025006 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Conclusos com pedido de vista desde 20/8/2021. | | |
| 00025147720114025001 | 20/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação: Concluso com pedido de vista desde 2/9/2021. | | |
| 00076122920144025101 | 16/4/2021 | Apelação |
| Observação: Concluso com pedido de vista regimental desde 22/10/2021. | | |
| 01720706320144025101 | 24/9/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 8/3/2022 (com voto-vista). | | |
| 00211624320184025104 | 8/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00004311120134025101 | 20/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00004644620164029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00009618920184029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00011289820194025108 | 29/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00032924520104025110 | 14/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00062283120004025001 | 16/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00074771720144025101 | 24/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 00085948220104025101 | 10/11/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50042964120194025102 | 8/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50052904920194020000 | 4/7/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso. | | |
| 50250908620194025101 | 10/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo retirado de pauta por oposição ao julgamento virtual, em outubro de 2021; aguarda inclusão em pauta por videoconferência. | | |
| 50176239020184025101 | 8/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde março de 2021. | | |
| 50671568120194025101 | 23/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve sobrestamento desde 2/2/2022, em decorrência do julgamento por maioria - art. 942, do CPC - será incluído em pauta de quorum ampliado. | | |
| 00282684520164025001 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo relatado aguardando data para inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração. | | |
| 00269204020174025006 | 7/11/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde dezembro de 2020. | | |
| 01372042420174025101 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de segundos embargos de declaração desde dezembro/2020. | | |
| 50528561720194025101 | 2/6/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde dezembro de 2020. | | |
| 01746023920164025101 | 10/2/2021 | Apelação |
| Observação: Processo retirado de pauta em julho/2021 por determinação do relator. | | |
| 00195427820134025101 | 5/11/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 19/4/2021. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 05332638920034025101 | 16/10/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: única conclusão em 16/10/2019. | | |
| 00219180820114025101 | 29/7/2020 | Apelação |
| Observação: Processo incluído para julgamento na pauta de 8/3/2022. | | |
| 50086506120194025118 | 12/2/2020 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF desde fevereiro de 2021. | | |
| 50056509020184025117 | 13/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF desde novembro/2020. | | |
| 50029328920194025116 | 3/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo relatado aguardando data para inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50176086220204025001 | 5/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em fevereiro de 2021. | | |
| 50172534320204025101 | 7/12/2020 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em fevereiro de 2021. | | |
| 50065179720194025101 | 3/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF desde fevereiro de 2021. | | |
| 50323018520194025001 | 21/8/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em agosto de 2020 e a última em fevereiro de 2021. | | |
| 50035014720194025001 | 6/10/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em outubro de 2020 e a última em fevereiro de 2021. | | |
| 50161406320204025001 | 27/1/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em fevereiro de 2021. | | |
| 50425522220204025101 | 17/12/2020 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em fevereiro de 2021. | | |
| 50058611820204025001 | 4/12/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF desde fevereiro de 2021. | | |
| 50056022320204025001 | 25/9/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em setembro de 2020 e a última em fevereiro de 2021. | | |
| 50143423520204020000 | 2/11/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo concluso aguardando data para inclusão em pauta. | | |
| 50219839720204025101 | 4/12/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em março de 2021 | | |
| 50006737520214020000 | 28/1/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em janeiro de 2021 e a última em março de 2021. | | |
| 50020082620194025101 | 8/5/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em maio de 2019 e a última em março de 2021. | | |
| 00001083620204020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve diversas conclusões, a primeira em 27/1/2020 e a última em 11/3/2021. | | |
| 50184925320184025101 | 18/10/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve sobrestamento desde 7/2/2022 em virtude de decisão do STF/STJ - TEMA 997 STJ. | | |
| 50954244820194025101 | 8/3/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em março 2021. | | |

| | | |
|--|-----------|--------------------------------------|
| 50592478520194025101 | 9/2/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em março de 2021. | | |
| 50159558420184025101 | 25/6/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em junho de 2019 e a última em abril de 2021. | | |
| 50449674620184025101 | 9/9/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em abril 2021. | | |
| 05078533820174025101 | 17/7/2019 | Apelação |
| Observação: Houve: diversas conclusões, a primeira em julho/2019 e a última em abril/2021, | | |
| 00139581220104020000 | 4/5/2021 | Cumprimento de sentença |
| Observação: Conclusos desde 19/5/2021. | | |
| 00016357220104020000 | 28/9/2017 | Incidente de Assunção de Competência |
| Observação: Outras situações e observações relevantes: Processo baixado e arquivado desde abril de 2018 (Processo físico); houve um erro no sistema, com a migração para o eproc e houve uma reativação, mas já foi resolvido. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema (pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação cuja decisão (in)deferitória já transitou em julgado):

| |
|-----------------------|
| 550053026320194020000 |
|-----------------------|

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 550052904920194020000 | 550250908620194025101 | 005332638920034025101 |
| 550086506120194025118 | 550056509020184025117 | 550176086220204025001 |
| 550172534320204025101 | 550065179720194025101 | 550323018520194025001 |
| 550035014720194025001 | 55042552220204025101 | 550058611820204025001 |
| 550056022320204025001 | 550954244820194025101 | 550159558420184025101 |
| 550449674620184025101 | 005078533820174025101 | |

c) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 000022861620094025117 | 000055348520164025006 | 000025147720114025001 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração interpostos há mais de 45 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 000269204020174025006 | 550037433720204020000 | 550176239020184025101 |
| 000282684520164025001 | 550528561720194025101 | |
| 000195427820134025101 | | |

e) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com agravo interno interposto há mais de 45 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 550039452620194025116 | 550037433720204020000 | 000128494820174025001 |
| 550005853720214020000 | 500529049201940200001 | |

f) Analisar a petição do exequente de expedição de RPV no prazo de até 60 dias:

| |
|-----------------------|
| 000139581220104020000 |
|-----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pela servidora Letícia Machado de Freitas, que exerce a chefia de gabinete. Ela comentou sobre a futura mudança do Desembargador Federal para a matéria Administrativa, que ocorrerá dia 11/4/2022, sendo esta a primeira desde que ele tomou posse neste Regional.

A composição da equipe mantém-se estável há vários anos, com poucas alterações nos seus quadros, ressentindo-se, atualmente, da ausência de dois servidores.

Do total de 19 servidores hoje lotados no gabinete, 14 dedicam-se à atividade-fim. Estes estão organizados dentro de quatro núcleos, cada um gerenciado por um servidor responsável.

O primeiro núcleo, com 3 servidores, dedica-se ao processamento dos agravos de instrumento. O segundo, também com 3 servidores, aos processos originários e do Plenário, além dos embargos à execução fiscal. O terceiro, com 5 servidores, às apelações em ações ordinárias e em mandados de segurança. O quarto, com 2 servidores, às execuções fiscais e às ações anulatórias.

A equipe constatou que a criação dos núcleos revelou-se uma prática que possibilitou a tramitação de todo o acervo de modo mais uniforme.

Sobre as metas, o gabinete mencionou que trabalha com metas individuais, que não sofreram relevantes modificações, em termos de quantidade, ao longo dos anos. A adoção das metas individuais foi apontada como uma medida que ajudou substancialmente na melhoria da sua produtividade.

Há, ainda, uma meta semanal coletiva perseguida pelo grupo, que corresponde a cerca de 70 processos a serem incluídos nas sessões de julgamento virtuais, com periodicidade também semanal.

Esses feitos somente são pautados no momento em que sua respectiva minuta estiver finalizada, sendo seu conteúdo revisado em mais de uma oportunidade.

O gabinete relata que procura conferir prioridade à análise e julgamento dos processos em que foram interpostos embargos de declaração, agravo interno, pedido de vista e em que há devolução do feito para eventual juízo de retratação. Procura, ainda, imprimir maior agilidade na tramitação daqueles processos em que há prioridade legal, além daqueles com distribuição mais antiga.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 2.936 para 1.717). Considerando o período de doze meses contados da

inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.945 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 1.717.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 207, na última inspeção, para 57, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 22 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Priorizar o julgamento das ações mandamentais;
- c) Encaminhar os processos ao Ministério Público Federal, em que for caso de sua intervenção, logo após sua distribuição;
- d) Julgar os agravos internos com a mesma celeridade com que a unidade julga os embargos de declaração;
- e) Estabelecer rotinas padronizadas para o acompanhamento de processos no pós-pauta, especialmente no que diz respeito à juntada mais expedida dos relatórios, votos e acórdãos;
- f) Incluir em pauta de julgamento com mais brevidade os processos em que há pedido de vista do gabinete;
- g) Manter a constante redução do acervo de processos conclusos que vem sendo alcançada pela unidade;
- h) Seguir imprimindo os esforços necessários para alcançar a Meta 2 do CNJ;
- i) Regularizar os processos verificados na autoinspeção anterior;
- j) Reduzir o tempo para juntada do acórdão no eproc nos processos em que houve deslocamento de relatoria para o acórdão;
- k) Avaliar a possibilidade de dar baixa aos incidentes de pedido de efeito suspensivo à apelação/tutela antecipada recursal, tão logo decorrido o prazo de intimação da decisão que o(a) examinou, sem oposição de embargos de declaração ou agravo interno pelas partes;

I) Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LETÍCIA DE SANTIS MELLO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete 10 - GABLT - Gabinete da Desembargadora Leticia De Santis Mello

2.2 Turma

4ª Turma Especializada

2.3 Competência

Tributária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Leticia De Santis Mello.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Firly Nascimento Filho: de 16/11/2019 a 21/9/2021 (em razão de afastamento da Desembargadora Leticia Mello por licença concedida na Portaria n. TRF-PTP- 2019/00700).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Carolina Victoria Rodriguez - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 13 |
| Servidores sem vínculo | 4 |
| Estagiários de nível superior | 2 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|---------------------------------|-------|
| Total em tramitação** | 3.808 |
| Processos suspensos/sobrestados | 51 |
| Processos conclusos | 970 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.808 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 4.467 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 970 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.103 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 51 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 17 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-----|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
|---|-----|

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 98 |
| Mandados de segurança | 12 |
| Conflitos de competência | 12 |
| Ações rescisórias | 34 |
| Outros | 40 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.709 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 16 |
| Recursos em ações populares | 6 |
| Recursos em ações civis públicas | 1 |
| Recursos em ações com preferência legal | 369 |
| Outros | 3.318 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.709 |
| Apelações cíveis | 1.836 |
| Agravos de instrumento | 1.105 |
| Outros | 768 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 1 |
|---------------------------------------|---|

| | |
|--------------|---|
| Ações penais | 1 |
|--------------|---|

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|--------|---|
| Outros | 0 |
|--------|---|

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|--------|---|
| Outros | 0 |
|--------|---|

4.10 Processos sobrestados no gabinete

| | |
|----------------------------|----|
| Total de feitos | 51 |
| Por Recurso Extraordinário | 47 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|-----|
| Embargos de declaração | 167 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 140 |
| Agravos legais/regimentais | 6 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 5 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 79 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 5 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 44 |
| Ano anterior | 590 |
| 2º ano anterior | 476 |
| 3º ano anterior | 416 |
| 4º ano anterior | 349 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 896 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 68 |
| Ano anterior | 475 |
| 2º ano anterior | 304 |
| 3º ano anterior | 270 |
| 4º ano anterior | 225 |
| 5º ano anterior | 239 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 522 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 43 |
| Ano anterior | 302 |
| 2º ano anterior | 211 |
| 3º ano anterior | 96 |
| 4º ano anterior | 57 |
| 5º ano anterior | 54 |
| 6º ano anterior | 58 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 149 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|----|
| Processos conclusos para voto-vista | 13 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 9 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como relator para o acórdão | 2 |
|-----------------------------------|---|

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.431 |
| Total de Processos julgados | 1.720 |
| Total de Processos baixados | 2.062 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 711 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 369 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 80 |
| Total de feitos não regularizados | 60 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 64 |
| Total de feitos não regularizados | 4 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.486 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.117 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 106 |
| Processos julgados no ano corrente | 4 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.642 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 579 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 87,5% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.674 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 234 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 101,2% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.385 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 907 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 79,3% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.182 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 238 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 94,0% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 65 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 62 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 54 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 44 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 119,3% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
|--|---|

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
|--|---|

| | |
|---------------------------|--|
| referência e não julgados | |
|---------------------------|--|

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

No momento, o gabinete não possui ações no sentido de estimular a Inovação no Poder Judiciário.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados: | 20 |
|--|----|

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Aumento do quantitativo de servidores em regime de teletrabalho.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|--------------------|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | Não há pendências. |
|---|--------------------|

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, conforme alíneas do item 14 do Relatório: a) atender a todas as determinações indicadas no item 11, relacionadas aos processos inspecionados; b) manter as metas em relação à diminuição do acervo, por ordem de antiguidade na distribuição; c) priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos com conclusão superior a 30 dias; d) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e) elaborar plano de trabalho que permita garantir o cumprimento da Meta 1 do CNJ, da Meta 2 do CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º.1.2015 a 31.12.2016); f) julgar em 60 dias os processos de outro Gabinete em relação aos quais houve pedido de vista.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Item 14: alínea a): determinações integralmente cumpridas, sobretudo pela inclusão de processos em pauta de julgamento e prolação de decisões e despachos, destacando-se que (i) a restauração de autos no feito n. 0009173-45.2001.4.02.5101 ainda aguarda a apresentação de documentos pelas partes; (ii) a lavratura de acórdão nos feitos pendentes tornou-se possível pela migração de todos os processos do sistema Apolo, em que ocorriam frequentes erros técnicos, para o sistema eproc. No mais, quanto ao item e), foi elaborado plano que também implica o atendimento das recomendações previstas em b), c) e d).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Atendendo as recomendações das alíneas b), c) e d) realização de mutirão de triagem, saneamento e refinamento das classificações dos processos por matéria, criando localizadores específicos. Reorganização do trabalho em equipes especializadas por grau de complexidade e temas. Uma parte dos servidores elaborou minutas de votos em ordem cronológica da chegada de processos ao Tribunal, uma 2ª parte elaborou minutas de média

complexidade (EDcl e medidas liminares deferidas) e uma 3ª parte trabalhou com processos relativos a questões decididas em recursos representativos de controvérsia. Houve (i) um maior envolvimento da Chefe de Gabinete na seleção dos temas a serem julgados; (ii) redução do intervalo entre as reuniões, que avaliam objetivos alcançados e discute problemas observados; (iii) adoção de medidas que assegurem controle e celeridade na triagem inicial dos processos. Realização de triagem dos casos com pedido de vista atendendo a recomendação do item f).

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, Meta 1 e Meta 2. Com o retorno da titular do Gabinete depois de período de licença, houve a adoção das medidas já especificadas no item anterior para equacionamento dos problemas. Houve, ainda, a revisão de metas individuais dos servidores, como será detalhado adiante.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com mais servidores em teletrabalho (já adotado anteriormente, mas em menor escala), constatou-se melhora na qualidade das minutas. Sugere-se a flexibilização do quantitativo de servidores que poderão permanecer trabalhando a distância após o fim da pandemia, revisto em normas do CNJ e em resolução interna do Tribunal. Constatação de uma maior produtividade quando (i) passaram a ser elaboradas pautas que versam sobre uma quantidade menor de temas, previamente selecionados; (ii) atribuiu-se um peso maior, para cumprimento das metas individuais, a processos da Meta 2. A dificuldade continua sendo formar equipe, diante do número reduzido de servidores que têm ingressado nos quadros do Tribunal por concurso. Ainda que a terceirização não seja o ideal, sugere-se o estudo do papel relevante que os servidores terceirizados desempenham nos gabinetes em tribunais como o STF, para possível criação de condições orçamentárias para a extensão desse regime aos TRFs.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maria Carolina Victoria Rodriguez

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete tem 4 servidores sem vínculo ocupantes dos cargos de CJs, 9 servidores com vínculo trabalhando na atividade-fim, 2 servidores na secretaria, com atribuições administrativas, 2 estagiários e 2 agentes de segurança. Servidores da atividade-fim são divididos em 3 núcleos, de acordo com o perfil e FC. Cada núcleo é responsável pela elaboração de minutas de uma certa complexidade. A maior parte da produtividade de 2 desses núcleos é de processos da Meta 2, preferencialmente por ordem cronológica. Os núcleos analisam as demais prioridades legais. O núcleo 1 identifica matérias padronizadas para julgar em bloco e em pautas temáticas. Uma assessora elabora minutas de votos-

vista, após a orientação da desembargadora titular, e revisa os casos complexos, e os demais assessores corrigem minutas de votos pautados e minutados pelos servidores e, também, elaboram minutas complexas. Casos não padronizados e não pacificados partem da orientação e são revisadas pela desembargadora titular.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Desde 2020, nos termos da Resolução TRF2-RSP-2020/00012 de 26 de março, todos os servidores se encontram em regime de teletrabalho, tendo sido assegurado o atendimento presencial entre 2/8/2021, até 12/1/2022, com revezamento dos servidores responsáveis por esse atendimento ao público externo. O atendimento foi suspenso pela Resolução TRF2-RSP-2022/00007, com retorno ao regime de teletrabalho de forma integral.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Vide resposta à questão anterior.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As metas quinzenais são fixadas por núcleo de trabalho. Os processos de Meta 2 e os mais complexos têm peso maior na produtividade. O núcleo composto pelos servidores que estão a menos tempo no Gabinete e ainda não se adaptaram aos padrões de qualidade exigido são autorizados apenas a fazer minutas de votos de casos padronizados.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Ao final de cada quinzena os servidores enviam uma lista com os processos minutados e salvam as minutas em uma pasta para conferência da produtividade pela chefe de gabinete. Em geral, as metas são sempre cumpridas. Nos casos em que o servidor deixa de cumprir, ele tem a oportunidade de entregar as minutas atrasadas junto com as relativas à meta do seguinte período. O descumprimento reiterado e injustificado das metas é considerado como falta e, a depender do caso, leva ao desligamento da equipe. O cálculo dos dias faltosos é feito de forma proporcional à quantidade de minutas que não foi elaborada.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O Gabinete digitalizou todo o acervo físico, de modo que todos os processos anteriormente físicos agora estão no sistema eproc. Toda a triagem é feita nesse sistema. Um servidor é responsável pela triagem dos casos distribuídos e que retornam ao Gabinete após alguma diligência realizada pela subsecretaria da Turma. O servidor realiza o saneamento do processo e, estando pronto para julgamento, o processo é identificado com um localizador relacionado à matéria que está sendo discutida, a que são eventualmente acrescentados localizadores específicos para os processos da Meta 2, para os embargos de declaração, para as prioridades legais e para os processos com decisão monocrática proferida pela relatoria (em regra, de juízes que atuam em substituição à titular do Gabinete) há mais de 90 dias.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Vide resposta à questão anterior. Acrescente-se que há, ainda, localizadores que indicam situações de pendência, como, por exemplo, processo aguardando prazo.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito através dos localizadores do eproc. Cada uma das rotinas

processuais como intimações, inclusões em pauta, remessas para a subsecretaria ou outros órgãos têm localizadores distintos. Do mesmo modo existem localizadores específicos para os processos da Meta 2, para os embargos de declaração, agravos de instrumento, juízo de retratação, urgências, para as prioridades legais e para os processos com decisão monocrática proferida pelo relator (em geral, outro juiz que atuou no gabinete em substituição à titular) há mais de 90 dias.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são individuais e eventualmente são estabelecidas metas coletivas por curto período quando são feitos mutirões para julgamento, como em casos de mutirões para julgamento de embargos de declaração e juízos de retratação.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Os servidores com produção 10% superior à meta por 2 períodos seguidos, ou seja, aqueles que por duas quinzenas cumprirem a sobremeta, recebem como benefício um dia de folga. Isso foi pensado com o objetivo de estimular e motivar os servidores a terem uma alta produtividade e poderem usufruir de dia de descanso como recompensa.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Conforme informado nas respostas anteriores, os processos com prioridades legais e os processos relativos às metas do CNJ são identificados com localizadores específicos e priorizados na meta quinzenal dos servidores.

18. São utilizadas decisões terminativas?

As decisões terminativas são utilizadas em casos de perda superveniente do interesse processual, desistências de recursos, renúncias ao direito em que se funda a ação, ilegitimidade, incapacidade ou irregularidade não sanada na representação processual das partes e nos casos de não conhecimento da remessa necessária. Nos demais casos, é priorizado o julgamento em pauta.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Temos uma pasta interna compartilhada, a que todos os servidores têm acesso, com a disponibilização de modelos de votos, de decisões/despachos e de trechos aprovados pela Desembargadora Leticia De Santis Mello. Esses modelos, permanentemente atualizados, são utilizados na elaboração das minutas de votos, decisões e despachos.

Após a elaboração das minutas, são colocados em uma pasta denominada “para revisão” e, dali, transferidos para a pasta de assessores e/ou da desembargadora federal titular do Gabinete. Uma vez prontos, voltam para o servidor responsável, com as correções feitas em marcas de revisão, para que eventuais alterações sejam observadas em casos posteriores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Todos os casos são revisados pelos assessores, que a partir disso identificam eventuais dificuldades que os servidores tenham em relação às matérias discutidas no Gabinete ou em relação ao cumprimento da meta.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os casos sobrestados são identificados a partir da triagem e têm localizadores específicos no sistema. As matérias sobrestadas são: STJ: Tema 769, Tema 981, Tema 997, Tema

1008, Tema 1.079; Tema 1.093 STF: Tema 284 e 285; Tema 736, Tema 881; Tema 885 e Tema 1.016.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Em face da competência da turma (Tributária), não há muito espaço para conciliação. As iniciativas nesse sentido são realizadas pelo próprio setor competente do Tribunal. O que se busca é incorporar as decisões sobre matérias frequentemente suscitadas em recursos aos modelos sobre a respectiva matéria, para evitar embargos de declaração.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Há, no momento, um atraso em relação à análise dos pedidos de vista, pois muitos processos em que, antes, era proferido voto oral, passaram a ser julgados em sessões virtuais (apenas os advogados, e não os desembargadores, podem se opor à inclusão nesse tipo de pauta). Mas, superadas as dificuldades momentâneas, os votos-vista serão sempre levados a julgamento nas sessões por videoconferência que ocorrem a cada 15 (quinze) dias. Uma assessora é responsável pela elaboração das minutas e inclusões dos votos vistas nas pautas de julgamento, a partir das orientações da desembargadora federal titular do Gabinete.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os servidores e assessores são orientados a constantemente lerem os informativos de ambas as Cortes e de jurisprudência dos demais tribunais federais. A desembargadora federal mantém-se também atualizada com a leitura, além dos informativos, de notícias em sites de notícias jurídicas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Quando os votos são liberados, após a revisão dos assessores e da Desembargadora Leticia De Santis Mello, os votos são disponibilizados e compartilhados no sistema eproc.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas uma vez por semana. Os Desembargadores têm uma semana para finalizar as votações no sistema.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não há um plano oficial de gestão do Gabinete, no entanto, o planejamento nesse sentido é realizado trimestralmente pela equipe de assessoria, em conjunto com a Desembargadora Leticia, a fim de analisar a efetividade do planejamento implementado e estabelecer a forma de organização do Gabinete de forma geral.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A Unidade conta com 9 servidores na atividade fim, 2 estagiários, 2 servidores em atividades administrativas, 2 agentes de segurança e 4 assessores. Atualmente, todos os servidores estão em regime de teletrabalho. O Tribunal possibilitou que fosse formulado requerimento para os servidores que precisavam de equipamentos de informática durante a |
|---|---|

| | |
|-----------------------|--|
| | pandemia, o que foi feito pelo servidor William Brás. |
| b) gestão do trabalho | Como informado no tópico anterior, o planejamento quanto à gestão do gabinete é realizado trimestralmente pela equipe de assessoria, em conjunto com a Desembargadora Leticia De Santis Mello. |
| c) resultados | Os esforços realizados desde que a Desembargadora tomou posse em 4/4/2014, vêm se refletindo na gradativa redução do acervo, com manutenção da qualidade e cuidado na análise processual. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos do Gabinete são a redução do acervo, com o cumprimento das metas do CNJ, especialmente, a Meta 1 e a Meta 2, sem que isso implique em prejuízo da qualidade e do cuidado com que os processos são apreciados.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Na recente reestruturação do gabinete, foram implementadas ações no sentido permitir o aumento de produtividade necessário para a redução do acervo. A equipe foi dividida de acordo com o perfil dos servidores e assessores em núcleos de trabalho, direcionados cada um a um objetivo específico, para que isso se reflita em uma maior facilidade de identificação de processos e de produção da meta quinzenal pelos servidores, bem assim em um sistema de revisão mais eficaz e célere.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O regime de teletrabalho trouxe flexibilidade e um aumento na produtividade do Gabinete, de forma geral, não apenas em casos levados a julgamento, mas também na prolação de decisões e despachos. Além disso, o atendimento externo feito por e-mail e as audiências com a Desembargadora feitas através da plataforma Zoom têm permitido uma participação maior de advogados de fora da cidade do Rio de Janeiro. Sugere-se pesquisa, junto a procuradores e advogados, quanto à preferência pela realização das sessões de forma presencial ou por videoconferência.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Periodicamente são realizados mutirões para identificação de casos sem movimentação.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Recomendação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--------------------|
| 00013231620104025103 | 4/11/2020 | - |
| Observação: Juízo de retratação julgado em 25/1/2021. Acórdão juntado em 4/2/2021. Enviado para Turma em 15/2/2022. | | |
| 00059958220104025001 | 4/11/2020 | - |
| Observação: Juízo de retratação julgado em 25/1/2021. Acórdão juntado em 4/2/2021. Enviado para Turma em 15/2/2022. | | |
| 00067042020104025001 | 4/11/2020 | - |

| | | |
|--|-----------|--------------------|
| Observação: Juízo de retratação julgado em 25/1/2021. Acórdão juntado em 4/2/2021. Enviado para Turma em 15/2/2022. | | |
| 00120291020094025001 | 4/11/2020 | - |
| Observação: Juízo de retratação julgado em 25/1/2021. Acórdão juntado em 4/2/2021. Enviado para Turma em 15/2/2022. | | |
| 00771721620184025102 | 13/3/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Voto-vista juntado em 12/7/2020. Conclusão para Acórdão em 13/7/2020. Acórdão juntado em 18/2/2022 e enviado para Turma. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--|
| 50015270620204020000 | 13/2/2020 | - |
| Observação: O motivo indicado "Processo julgado e com acórdão ainda não publicado" está equivocado. O Agravo de Instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal está separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50092528020194020000 | 9/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50097507920194020000 | 22/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50100313520194020000 | 30/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50079420520204020000 | 2/7/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50003053720194020000 | 25/1/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50072734920204020000 | 22/6/2020 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50397100620194025101 | 3/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50003930520184025111 | 13/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50153565720184025001 | 21/5/2019 | Mandado de Segurança Coletivo |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50100322020194020000 | 30/10/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50019661720204020000 | 28/2/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50063952720204020000 | 8/6/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50075064620204020000 | 24/6/2020 | Conflito de competência |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50078710320204020000 | 1º/7/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00021274920194020000 | 17/3/2020 | Petição |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50099210220204020000 | 6/8/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50101791220204020000 | 12/8/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01471482120154025101 | 20/3/2021 | Apelação |
| Observação: Pedido de vista na pauta do dia 13/10/2021. Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50162416820204020000 | 14/12/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Pedido de vista na pauta do dia 19/10/2021. Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00005474820124025102 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Pedido de vista na pauta do dia 20/10/2021. Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00009886220194020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Pedido de vista na pauta do dia 16/11/2021. Será incluído na pauta de 5/4/2022. | | |
| 05026697220154025101 | 9/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: O motivo indicado "Processo aguardando lavratura de acórdão (voto-vencedor) " está equivocado. Realizado o acerto pela 4ª Turma em 18/2/2022. Embargos de Declaração interpostos em 19/10/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 01256295320164025101 | 29/8/2019 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 16/6/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 02312726320174025101 | 31/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 19/8/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 00127158420184025001 | 11/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 29/9/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 50714143720194025101 | 6/4/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 13/10/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 00112069020104025101 | 15/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 22/10/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 00130919020184025156 | 15/10/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração interpostos em 22/10/2020. Serão incluídos em pauta ainda neste primeiro semestre de 2022. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| neste primeiro semestre de 2022. | | |
| 01416178020174025101 | 17/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 05028042620114025101 | 4/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00007323320194025105 | 16/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00703135520164025101 | 21/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01145776520134025101 | 23/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00206329120174025001 | 23/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00131947720184025001 | 19/6/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00814713920184025101 | 4/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50227345520184025101 | 8/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50024620620194025101 | 11/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 05156981020064025101 | 1º/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00092373520134025101 | 26/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50050018520184025001 | 8/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo sobrestado em decorrência de determinação do STJ - Tema 1008 (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido). | | |
| 00260353720144025101 | 11/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50251679520194025101 | 13/4/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01553250220144025103 | 19/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em | | |

| | | |
|--|------------|--|
| pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50121769620194025001 | 17/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01000273720164020000 | 29/4/2021 | Conflito de competência |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00202422420174025001 | 4/5/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00097044720184025001 | 15/6/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00046529220054020000 | 13/5/2021 | Cautelar Inominada |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50095873120214020000 | 8/7/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50144688520204020000 | 5/11/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00032802020194020000 | 17/3/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50015537220184020000 | 26/10/2018 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 05050213220174025101 | 25/6/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50174524520184025001 | 12/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50170640220194025101 | 27/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50104713120194020000 | 11/11/2019 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50042405120204020000 | 1º/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo separado em pasta específica destinada às prioridades. Será incluído em pauta de julgamento ainda no primeiro semestre de 2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 65 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 550015270620204020000 | 550072734920204020000 | 501471482120154025101 |
| 001416178020174025101 | 05028042620114025101 | 00703135520164025101 |
| 01145776520134025101 | 00206329120174025001 | 00131947720184025001 |
| 50227345520184025101 | 50024620620194025101 | 05156981020064025101 |
| 00092373520134025101 | 00260353720144025101 | 50251679520194025101 |
| 01553250220144025103 | 01000273720164020000 | 00202422420174025001 |
| 00097044720184025001 | 50144688520204020000 | 00032802020194020000 |
| 50015537220184020000 | 05050213220174025101 | 50174524520184025001 |
| 50170640220194025101 | | |

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

| | |
|----------------------|-----------------------|
| 50162416820204020000 | 000005474820124025102 |
|----------------------|-----------------------|

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração interpostos há mais de 45 dias):

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 005026697220154025101 | 001256295320164025101 | 002312726320174025101 |
| 000127158420184025001 | 550714143720194025101 | 00112069020104025101 |
| 000130919020184025156 | | |

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com agravo interno interposto há mais de 45 dias):

| | |
|-----------------------|-----------------------|
| 550003053720194020000 | 550397100620194025101 |
|-----------------------|-----------------------|

e) Examinar pedido de efeito suspensivo no prazo de até dez dias:

| | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 50092528020194020000 | 550097507920194020000 | 550100313520194020000 |
| 550079420520204020000 | 550153565720184025001 | 550100322020194020000 |
| 550019661720204020000 | 550063952720204020000 | 550075064620204020000 |
| 550078710320204020000 | 000021274920194020000 | 550099210220204020000 |
| 550101791220204020000 | 000814713920184025101 | 550095873120214020000 |

f) Examinar petição (pendente de análise há mais de 30 dias) no prazo de até 30 dias:

| |
|-----------------------|
| 550121769620194025001 |
|-----------------------|

g) proceder à baixa no sistema (pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação cuja decisão (in)deferitória já transitou em julgado):

| |
|-----------------------|
| 550104713120194020000 |
|-----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção foi recebida pela servidora Laura Gonçalves Medina, que assumiu a chefia de gabinete no dia anterior à realização desta entrevista. A servidora que preencheu o relatório da unidade não mais se encontra vinculada ao Tribunal Regional.

A unidade fez recente mudança em seu espaço físico, estando, no momento, acomodando os servidores no novo local de trabalho, ajustando suas estações de trabalho e demais móveis e materiais de expediente nas novas instalações.

A unidade também apontou a futura mudança da Desembargadora Federal para a 7ª Turma, com competência relacionada à matéria administrativa, incluindo processos que envolvem o direito à Saúde, que ocorrerá a partir do dia 11/4/2022, sendo esta a primeira movimentação desde que ela tomou posse como Desembargadora.

A composição da equipe vem sendo renovada ao longo dos anos, existindo claros de lotação.

Do total de 17 servidores hoje lotados no gabinete, 13 dedicam-se à atividade-fim. Estes estão organizados dentro de três núcleos. O primeiro núcleo, composto pelos processos de menor complexidade, é formado por 3 servidores, que ingressaram nos quadros do Tribunal mais recentemente. O segundo grupo, pelos processos de média complexidade, é formado por 2 servidores. No terceiro grupo, encontram-se os processos mais complexos, dele fazendo parte outros 3 servidores.

A revisão das minutas é realizada por 5 servidores, incluindo os assessores, sendo esta sua atividade principal. Quando necessário, esses servidores também auxiliam na elaboração de minutas de decisões, bem como na elaboração das minutas referentes aos processos em que há pedido de vista.

Inicialmente, cada servidor tinha a incumbência de fazer a escolha daqueles processos que seriam minutados. Com a adoção do sistema de núcleos agora já consolidada, o gabinete passou a adotar uma nova prática, consistente na separação dos processos por núcleos já na triagem. Esta, por sua vez, é realizada por dois servidores, que também têm a incumbência de elaborar minutas.

A equipe demonstra estar aprendendo as funcionalidades do eproc, percebendo, numa auto-avaliação, que não está familiarizada com todas as possibilidades que o sistema permite para otimizar o fluxo do trabalho e a gestão dos processos.

O gabinete trabalha com metas individuais, havendo uma análise, inicialmente, semanal e, atualmente, quinzenal dos resultados individuais de cada servidor.

O gabinete também se dedica a dar ênfase, periodicamente, ao atendimento das metas do CNJ, a fim de reduzir o acervo, principalmente daqueles processos com distribuição no Tribunal mais remota.

A entrevistada ressaltou o elevado comprometimento dos membros da equipe com as responsabilidades que lhes são afetas, havendo preocupação coletiva com a qualidade das minutas produzidas.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 2.760 para 970). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.103 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 970.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 217, na última inspeção, para 167, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 34 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 18 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Promover a diminuição do acervo dos agravos internos;
- c) Continuar a promover a redução do acervo dos embargos de declaração;
- d) Estabelecer rotinas padronizadas para o acompanhamento de processos no pós-pauta, especialmente no que diz respeito à juntada mais célere dos relatórios, votos e acórdãos, a fim de que realizada tão logo finalizada a sessão de julgamento;
- e) Encaminhar os processos para a Secretaria da Turma assim que realizada a juntada de relatório, voto e acórdão, mediante agendamento de seu envio no próprio sistema eproc, reduzindo rotinas e o tempo de tramitação dos processos;
- f) Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário;
- g) Proferir decisão inicial, de forma mais expedita, nos incidentes em que formulado pedido de efeito suspensivo à apelação;
- h) Dar atenção inicial ao processamento inicial dos agravos de instrumento, analisando, quando for o caso, os pedidos de atribuição de efeito suspensivo à decisão e, em não sendo o caso, determinando a intimação da parte agravada para o oferecimento das contrarrazões;
- i) Reduzir o acervo dos processos conclusos no gabinete distribuídos há mais tempo (itens 4.14 e 4.15 deste relatório);
- j) Imprimir maior celeridade no processamento dos feitos originários;
- k) Regularizar os 60 feitos não regularizados da inspeção anterior;
- l) Regularizar os 4 feitos não regularizados da autoinspeção anterior;

m) Reavaliar as rotinas da triagem, impulsionando os feitos que demandam processamento, especialmente os agravos de instrumentos e os pedidos de atribuição de efeito suspensivo às apelações;

n) Priorizar o julgamento dos processos que já foram retirados de pauta; e

o) Incluir em pauta os processos com pedido de vista, caso permaneçam vinculados à unidade, em que pese a mudança de matéria a ser realizada a partir de 11/4/2022.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da inspeção foi recebida pela Desembargadora Federal Carmen Silvia Lima de Arruda e pela Chefe de Gabinete Luciane Teixeira de Oliveira.

Na entrevista, a Desembargadora informou que tomou posse no Tribunal em 25/3/2022, bem como que ela comporá um dos quatro gabinetes da 4ª Turma.

Trata-se de uma nova unidade criada neste Regional, considerando-se que, antes da reestruturação do Tribunal, cada turma era composta por três gabinetes de Desembargadores Federais.

Ainda em 7/3/2022, a distribuição dos processos do Tribunal começou a ser direcionada também à futura unidade por ela titularizada por força da Resolução TRF2-RSP-2022/00017, de 7 de março de 2022.

O acervo de processos sob sua jurisdição será integrado, além dos processos novos, também pela redistribuição de uma parte dos processos que compõem atualmente o acervo de outros desembargadores que trabalham na matéria tributária, o que ocorrerá no dia 2/5/2022.

A nova equipe, composta por vinte servidores, cinco a mais do que a equipe atual da Desembargadora possui na primeira instância, será formada por todos os servidores que já com ela trabalhavam no primeiro grau, que foram convidados para participar da nova estrutura no segundo grau, desafio que foi aceito pela quase totalidade dos servidores.

Ainda não houve uma definição acerca dos demais servidores que integrarão o gabinete, tampouco se eles serão egressos da área meio ou da área fim do Tribunal.

A equipe da Desembargadora, que a acompanhava nos trabalhos à frente do 1ª Núcleo de Saúde, por ela coordenado, já a assessorava há muitos anos, tratando-se de um grupo com estabilidade em sua composição.

Dentro deste grupo, quatro servidores possuem experiência com a elaboração de decisões (sentenças), sendo que dois deles já acompanharam a Desembargadora em suas convocações no Tribunal Regional. Os demais servidores trabalhavam na Secretaria da Vara Federal, com o processamento dos feitos.

A nova unidade contará, ao longo do tempo, com a mesma estrutura (número de servidores e de funções comissionadas) dos três outros gabinetes que compõem a Turma. Todavia, esse equilíbrio ainda não se mostra presente, considerando-se que as funções comissionadas designadas para este gabinete possuem valores de remuneração menores e quantidades de FCs e de CJs também menores em relação aos gabinetes que já compunham aquele colegiado.

A concepção preliminar pensada para dar início às atividades do gabinete foi idealizada no sentido de dividir a equipe em duas frentes de trabalho, levando-se em conta as espécies recursais.

A primeira delas, que trabalhará com os agravos de instrumento, contará com uma espécie de subdivisão, em que um servidor gerenciará os agravos de instrumento interpostos nos feitos do procedimento comum e outro, os agravos de instrumento interpostos em mandados de segurança.

A segunda, e maior frente, trabalhará com as apelações cíveis. Na subdivisão dentro desta frente, uma parte dos servidores trabalhará com os processos com distribuição mais remota e a outra com os processos mais recentes e menos complexos.

Também haverá uma dedicação dentro de cada frente para a realização da triagem dos processos do acervo a ser recebido em 2/5/2022, separando-os por assunto e por grau de complexidade.

A expectativa é que a redução do acervo dos processos antigos seja notada de forma mais significativa dentro do prazo de seis meses a partir de maio de 2022. Para tanto, serão criadas minutas de relatório e de voto com padronizações, com o fito de facilitar sua revisão, bem como de separar os processos com entendimento já pacificado nos Tribunais Superiores para serem prontamente analisados.

A unidade também projeta alcançar um cenário em que seja possível fazer a análise inicial, com prolação de decisão de modo célere, em todos os processos da classe dos agravos de instrumento e, também com brevidade, levá-los a julgamento perante a Turma.

3. OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção, diante dos novos desafios que se apresentam em face da promoção da Desembargadora, com rotinas jurisdicionais diversas do primeiro grau de jurisdição, sugeriu aos gestores da unidade que solicitem à área técnica do Tribunal cursos para promover a capacitação dos servidores para uso do sistema eproc, especialmente considerando-se as peculiaridades do painel de julgamento.

Também foi sugerido à unidade que a triagem dos processos receba atenção especial, preferencialmente de um dos assessores ou da chefe de gabinete, sendo esta uma tarefa primordial a efetividade da prestação jurisdicional.

Por fim, cabe registrar que a equipe está bastante animada com a mudança e com o novo panorama de trabalho que já se descortina, mostrando-se, igualmente, motivada para enfrentar essa nova realidade que se lhe apresenta.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO PERLINGEIRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

2.2 Turma

5ª Turma Especializada

2.3 Competência

Matéria administrativa

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Vanessa Rodrigues Pinto Ferreira - assessor de juiz; autoinspeção iniciada em 14/2/2022.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|--|
| Servidores efetivos | 13 - VANESSA RODRIGUES PINTO FERREIRA; RENATA BENEVIDES CARVALHO GUEDES; IZABELI LUCAS ASSUNÇÃO; MARCIO TADEU DE ALMEIDA MARTINS TEIXEIRA; GLEICE FERREIRA FONSECA; NATHAN ACETI DAVID SILVA; VINÍCIUS MAXSUEL DE OLIVEIRA SANTOS URUGA; RAFAEL MOTA DO NASCIMENTO, ALLINE SILIPRANDI PEBA; MAILSON JEFERSON FERREIRA SOARES; ANNA CAROLINA BRANCO MOUTINHO; THALITA |
|---------------------|--|

| | |
|-------------------------------|--|
| | RIBEIRO DIAS DE CAMPOS; TÁSSIA LOUISE DE MORAES OLIVEIRA |
| Servidores sem vínculo | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 1 - CAMILA PAVI GARCIA ROSA |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 2.511 |
| Processos suspensos/sobrestados | 9 |
| Processos conclusos | 1.057 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 2.511 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.107 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.057 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.779 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 9 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 5 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e | Não |

| | |
|-----------|--|
| enviados) | |
|-----------|--|

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 98 |
| Mandados de segurança | 2 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 42 |
| Reclamações | 1 |
| Ações rescisórias | 46 |
| Outros | 7 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.412 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 7 |
| Recursos em ações populares | 8 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 17 |
| Recursos em ações civis públicas | 30 |
| Recursos em ações de desapropriação | 13 |
| Recursos em ações com preferência legal | 765 |
| Outros | 1.585 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 2.412 |
| Apelações cíveis | 1.293 |
| Agravos de instrumento | 952 |
| Outros | 167 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 1 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 1 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |

| | |
|---------------|---|
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 9 |
| Por IRDR | 9 |
| Por IAC | 9 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 9 |
| Por Recurso Especial | 3 |
| Por Recurso Extraordinário | 3 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 15 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 14 |
| Agravos legais/regimentais | 2 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 2 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 52 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 4 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 50 |
| Ano anterior | 653 |
| 2º ano anterior | 111 |
| 3º ano anterior | 58 |
| 4º ano anterior | 28 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 122 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 63 |
| Ano anterior | 1.158 |
| 2º ano anterior | 328 |
| 3º ano anterior | 60 |
| 4º ano anterior | 43 |
| 5º ano anterior | 19 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 108 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|-----|
| Ano atual | 45 |
| Ano anterior | 543 |
| 2º ano anterior | 289 |
| 3º ano anterior | 59 |
| 4º ano anterior | 42 |

| | |
|--------------------------------|----|
| 5º ano anterior | 23 |
| 6º ano anterior | 12 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 44 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 3 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 2 |
| Total como relator para o acórdão | 3 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.186 |
| Total de Processos julgados | 3.090 |
| Total de Processos baixados | 2.994 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -904 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -808 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 83 |
| Total de feitos não regularizados | 5 processos: 0013341-86.2009.4.02.0000 (AR concluída em 25.10.2021 com parecer do MPF); 00009385420094025119 (AC em improbidade administrativa concluída em 3.12.2021 com parecer do MPF); 5015834-62.2020.4.02.0000; 5007366-12.2020.4.02.0000 e 50162208620184025101. |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 43 |
| Total de feitos não regularizados | 1 processo: 00001350420144025117 (concluído no Gabinete em 18.2.2022, em razão do trânsito em julgado do TEMA 1009 do STJ). |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.196 |
| Processos julgados no ano anterior | 3.292 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 119 |
| Processos julgados no ano corrente | 3 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.993 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 28 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,3% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.747 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 9 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,0% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.678 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 60 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 96,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 691 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 49 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 109,3% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 70 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 134,7% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 35 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 3 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 130,6% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 66 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 52 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 47 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|---|--|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência | 32 (informação fornecida pelo Setor de estatísticas do TRF2) |
|---|--|

| | |
|------------------------------------|--|
| e não julgados | |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 (informação fornecida pelo Setor de estatísticas do TRF2) |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,2% (informação fornecida pelo Setor de estatísticas do TRF2) |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |
| Pendentes no último dia do mês anterior | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |
| Porcentagem de atendimento da meta | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018:

| | |
|--|---------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | Não se aplica |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---------------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | Não se aplica |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa | 19 |
|---|----|

| | |
|--|---|
| matéria no período de referência e não julgados | |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 – Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 – Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 – Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 1 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 1 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 – Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 3 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 1 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 – Flora | 0 |
| 10114 – Fauna | 0 |
| 10115 – Transgênicos | 0 |
| 10116 – Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 – Ambientais | 6 |
| 10397 – Sanitárias | 2 |
| 10438 - Dano Ambiental | 3 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 – Mineração | 1 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 – Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |

| | |
|---|---|
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 – Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Relatório de Inspeção Ordinária no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Portarias CJF 75, de 2/3/2020; 108, de 2/3/2020; 120, de 10/3/2020, 176, de 3/4/2020 e 201, de 5/5/2020, da Ministra Corregedora-Geral da Justiça Federal): Foram feitas duas recomendações (item 14 do relatório) : alínea "a" - o julgamento de três processos no prazo de 60 dias (0017816-89.2001.4.02.5101; 0027270-49.2008.4.02.5101 e 0805585-16.2009.4.02.5101); e alínea "b" - "a manutenção do método de trabalho para a progressiva redução do acervo e cumprimento integral das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foram cumpridas todas as recomendações. A referente ao item 14, alínea "a": os três processos indicados foram julgados e baixados no prazo estabelecido. Quanto a alínea "b" do item 14, o cumprimento tem sido feito com a manutenção do método de trabalho para a progressiva redução do acervo e cumprimento integral das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, observando sempre a ordem de antiguidade para julgamento dos processos, bem como as prioridades legais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes

no ano em curso.

Apenas a Meta 2/2021 (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016) - atendida em 99,3%. Os processos pendentes da referida meta serão priorizados para inclusão em pauta por ordem de antiguidade.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Dificuldades: Carência de pessoal, pois do quantitativo previsto de 20 servidores, encontram-se atualmente lotados neste Gabinete somente 13 servidores. Relatos de boas práticas e resultados: Os servidores são orientados a trabalhar atentos às metas do CNJ (Meta 2/2018; e julgar além do número dos processos distribuídos, com ênfase às prioridades legais e baixa de acervo). O sistema de metas individuais e coletivas permite maior controle da evolução do acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Vanessa Rodrigues Pinto Ferreira - Analista judiciária.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Quanto à organização do trabalho, quando do recebimento dos processos no gabinete procede-se a uma conferência inicial dos autos pela assessoria, para verificação de urgências, dos requisitos de admissibilidade dos recursos, autuação e especificação por assunto, análises de prevenção, petições a serem despachadas e incidentes a serem julgados. Após essa triagem, tratando-se de pedido urgente, os autos são imediatamente encaminhados ao Desembargador para análise. Os demais processos são categorizados por localizadores da classe e matéria e destinados aos servidores responsáveis pela respectiva matéria, que verificam, sob a supervisão da assessoria, o processamento e os procedimentos a serem adotados em cada caso, observada as urgências, prioridades legais e ordem de antiguidade dos processos. Há, portanto, especialização por matéria. O gabinete conta com 13 servidores, todos destinados à atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não há servidores em regime de teletrabalho, apenas em trabalho remoto, nos termos da Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013, de 15/2/2022.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Não há servidores em teletrabalho. O trabalho remoto é executado de forma integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas para cada servidor de acordo com a complexidade da matéria a que cada um é responsável, e com a função comissionada exercida. Cada servidor tem uma meta semanal de produção individualizada.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito semanalmente pela Chefia de Gabinete e pelo Desembargador. Em regra, todos cumprem as suas metas de produção semanal. Caso não haja o

cumprimento o servidor deve justificar o ocorrido, o que normalmente se dá em função da excepcional complexidade dos casos examinados na semana.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos no Gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são todos eletrônicos, e constam do sistema eproc. A organização dos processos é feita por localizadores relativos à classe, à matéria, à movimentação processual, e à sigla do servidor responsável pelo seu processamento.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito pelo Portal de Estatísticas do TRF2 e pelos localizadores do eproc.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais e coletivas. As metas individuais são semanais, e metas coletivas são relativas ao cumprimento das metas do CNJ.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os servidores são orientados pelo Desembargador, com base em planilhas extraídas pela Chefia de Gabinete do Portal de Estatísticas, a dar tratamento prioritário aos feitos com prioridade legal e metas do CNJ.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. São proferidas eventualmente, nos casos de indeferimento da inicial em ações da competência originária do Tribunal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Em casos de matérias repetitivas, utiliza-se os padrões já elaborados pelo Gabinete, porém, em cada caso são feitas as adaptações necessárias conforme a orientação do Desembargador.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Os servidores participam dos cursos oferecidos pelo setor de treinamento do Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

São sobrestados os processos com determinação do STJ e STF em casos repetitivos ou de repercussão geral; bem como em casos de determinação de sobrestamento determinada em IRDR pelo TRF2 ou pelo STF e STJ.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Considerando que o Gabinete é especializado em matéria administrativa, a atividade conciliatória é concentrada em maior parte nas ações em que a Caixa Econômica Federal é parte. Nessas hipóteses, o Gabinete atende prontamente às solicitações feitas nos mutirões de conciliação, encaminhando os autos à Secretaria da 5ª Turma Especializada, para a remessa aos núcleos de conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, na sessão seguinte ao pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento é feito pela consulta ao eproc e pela consulta ao Portal de Jurisprudência do site do Tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Em relação às sessões virtuais, que possuem duração de 5 dias úteis, o Gabinete segue o previsto no art. 5º da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058. Em relação às sessões realizadas por videoconferência, as minutas são disponibilizadas, em sua maioria, com antecedência de 72 horas da sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas conforme o cronograma aprovado pelos órgãos colegiados julgadores, e são realizadas no sistema eproc (painel de sessão de julgamento).

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A unidade possui carência de pessoal, haja vista que do quantitativo de 20 vagas previstas na lotação, tem preenchidas somente 13 vagas. No entanto, a equipe é qualificada e cumpridora das metas propostas pelo Desembargador. Os recursos materiais disponíveis são satisfatórios e atendem às necessidades do Gabinete. |
| b) gestão do trabalho | A gestão de trabalho é feita pelo Desembargador, o qual, auxiliado pela Chefia de Gabinete e Assessoria, orienta a todos os servidores na análise, processamento dos feitos e elaboração de minutas. |
| c) resultados | Os resultados são acompanhados semanalmente pelo Desembargador, Chefia de Gabinete e Assessoria, mediante o controle de atendimento das metas individuais dos servidores e controle do acervo pelo Portal de Estatísticas do TRF2. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redução constante do acervo e atendimento completo das metas do CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manutenção do controle do acervo pelo Portal de Estatísticas e cumprimento de metas de produção semanal.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Manutenção das sessões semanais de julgamento na modalidade virtual.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é feito pela Chefia de Gabinete semanalmente mediante a extração de dados do Portal de Estatísticas do TRF2 e pelo sistema eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 50113682520204020000 | 2/9/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Agravo de instrumento. Aguarda prazo de contrarrazões e parecer do MPF, para posterior inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50113881620204020000 | 2/9/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Agravo de instrumento. Aguarda prazo de contrarrazões e parecer do MPF, para posterior inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 50036593620204020000 | 16/4/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00050473020184020000 | 17/3/2020 | Petição |
| Observação/Providência: Decisão monocrática de não conhecimento do agravo de instrumento, proferida em 24/2/2022. | | |
| 50015331320204020000 | 13/02/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50015375020204020000 | 13/2/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50060843620204020000 | 3/6/2020 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação/Providência: Foi proferido despacho, em 24/2/2022, determinando a baixa dos autos em razão do trânsito em julgado e da baixa do processo principal (5000084-90.2018.4.02.5108). | | |
| 50074103120204020000 | 23/6/2020 | Reclamação Pré-processual |
| Observação/Providência: Previsão de inclusão na pauta de mesa de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50071920320204020000 | 19/6/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50081473420204020000 | 7/7/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50059613820204020000 | 2/6/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23.2.2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50109811020204020000 | 26/8/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50120455520204020000 | 14/9/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50108373620204020000 | 25/8/2020 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Conflito de competência incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50067325020194020000 | 8/8/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Pedido de vista em processo da relatoria do Desembargador Ricardo Perlingeiro, e tem previsão de julgamento na pauta de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50093104920204020000 | 27/7/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Acórdão lavrado em 9/2/2022. | | |
| 50163610320214025101 | 4/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Acórdão lavrado em 23/2/2022. | | |
| 01255144220174025151 | 29/1/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Acórdão lavrado em 9/2/2022. | | |
| 00429417320124025101 | 14/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00587113420044025151 | 20/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 01071033820164025101 | 17/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 51003930920194025101 | 2/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro, com pedido de vista feito pelo Desembargador Federal Alcides Martins na sessão virtual de 30/11/2021. Os autos encontram-se no Gabinete do Desembargador Federal Alcides Martins aguardando a reinclusão em pauta. | | |
| 00317173120184025101 | 9/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50009949620184025115 | 19/06/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração. Decisão sobre pedido de gratuidade de justiça proferida em 23/2/2022, determinando a intimação da apelante para a juntada de documentação que comprove o direito à gratuidade. Aguarda decurso de prazo para a posterior inclusão em pauta de julgamento. | | |
| 01697804720164025120 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00004561420194025101 | 0/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 01048355020124025101 | 31/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de declaração em Remessa e Apelação concluída, com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00752833020184025101 | 29/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50044650820194020000 | 11/6/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Agravo de instrumento concluído com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |

| | | |
|---|------------|---------------------------|
| 50378033020184025101 | 1º/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50162208620184025101 | 22/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00550293620184025101 | 30/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00629175620184025101 | 3/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50489964220184025101 | 30/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50444261320184025101 | 12/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00550163720184025101 | 16/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00318530720184025108 | 24/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 07719852419004025101 | 6/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00012408820194025101 | 7/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50060112420194025101 | 13/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Decisão proferida em 23/2/2022, com a determinação de suspensão do processo por aplicação do Tema 1.080 do STJ. | | |
| 50014838720194025119 | 14/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50049836120204020000 | 14/5/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50490800920194025101 | 22/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00175268320154025101 | 22/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50147761820184025101 | 29/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação concluída com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 50122915120204020000 | 17/9/2020 | Reclamação Pré-processual |
| Observação/Providência: Feito incluído na pauta de mesa de julgamentos de 23/2/2022, da 5ª | | |

| | | |
|---|------------|--|
| Turma Especializada. | | |
| 01898467120174025101 | 24/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00363601220164025001 | 18/12/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Remessa Necessária que aguarda o fim do prazo de 30 dias do MPF - intimação em 22/2/2022 (para parecer), para a posterior inclusão em pauta de julgamentos de 5ª Turma Especializada. | | |
| 00843554120184025101 | 12/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação conclusa com previsão de julgamento até abril de 2022, perante a 5ª Turma Especializada. | | |
| 00015872420194025101 | 12/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 01172843920164025153 | 22/10/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Reexame necessário incluído na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 01984199820174025101 | 31/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50204495520194025101 | 13/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50192327420194025101 | 13/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00098422420124025001 | 20/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Apelação incluída na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50119967720214020000 | 24/08/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Decisão monocrática proferida em 23/2/2022, julgando prejudicado o requerimento de atribuição de efeito suspensivo, em razão da superveniência do acórdão proferido na apelação e remessa necessária 5038976-84.2021.4.02.5101. | | |
| 01139413720154025002 | 10/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta de julgamentos de 16/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 50090263520184025101 | 1º/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta de julgamentos de 9/3/2022, da 5ª Turma Especializada. | | |
| 00103148520154020000 | 22/6/2021 | Cautelar Inominada |
| Observação/Providência: Tutela cautelar acessória em ação rescisória. O processo encontra-se em fase de execução dos honorários fixados na demanda cautelar. Autos conclusos com pedido de realização de penhora pelo sistema SISBAJUD, com previsão de exame até a primeira quinzena de março. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 59 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos tramitam em meio eletrônico.

Não há autos físicos na unidade.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 00550163720184025101; 00175268320154025101

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias): 50067325020194020000.

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias): 00429417320124025101; 50009949620184025115.

d) Proferir decisão em até 60 dias: 00103148520154020000.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal e pela Assessora Vanessa Rodrigues Pinto Ferreira em 6/4/2022, às 16h, separadamente.

Os entrevistados discorreram sobre a organização dos trabalhos no gabinete, o qual conta atualmente com 13 servidores. No dia da entrevista, informou-se que a força de trabalho estava reduzida, pois uma servidora estava em licença-maternidade e uma servidora estava em licença-saúde.

Os servidores são divididos e especializados em matérias específicas (servidor público civil e militar; concurso; ensino; SFH; responsabilidade civil; improbidade administrativa; ações civis públicas; execução fiscal; ambiental e ações relacionadas à competência da 3ª seção).

Os assessores analisam os processos de maior complexidade, tais como improbidade administrativa, ações civis públicas ambientais e causas de valores significativos.

Os servidores ocupantes dos cargos em comissão devem realizar, ao menos, 17 minutos semanais, enquanto os demais servidores devem entregar, ao menos, 10 minutos semanais. O número pode variar em razão da complexidade dos casos.

O controle das metas é realizado pelo próprio Desembargador Federal, com o auxílio da assessora. Todas as minutas são enviadas por e-mail para controle.

O controle de metas do CNJ e das prioridades legais é realizado pela assessora, por meio do portal de estatísticas do Tribunal.

A inclusão na pauta de julgamento das minutas prontas fica a cargo de dois servidores, bem como da assessora.

À Assessora compete, ainda, a gestão de pessoal e material da unidade.

Há no Gabinete, atualmente, 5 servidores em trabalho remoto que devem comparecer ao menos uma vez por semana ao Tribunal. A expectativa é ampliar esse número no decorrer do ano.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos, de 1.013 para 1.057. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.779 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.057.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 116, na última inspeção, para 15, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 12 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média das turmas da Seção.

Em relação ao quadro de pessoal, o Desembargador Federal na entrevista esclareceu ser rigoroso na seleção de novos servidores, buscando candidatos que tenham bom conhecimento jurídico. Afirmou, ainda, ter sido feita a opção de reduzir o número de funções comissionadas no Gabinete, de modo a poder majorar os valores das funções remanescentes. Deste modo, o número de FCs do gabinete é inferior ao dos demais, o que pode explicar o número reduzido de servidores. Portanto, o fato de o quadro de servidores não estar completo pode decorrer da política adotada pelo gabinete na administração e distribuição de FCs.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Reavaliar o quadro de funções para possibilitar o aumento do número de servidores e, conseqüentemente, da produção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes.

2.2 Turma

5ª Turma Especializada.

2.3 Competência

Matéria Administrativa, Cível e Competência Residual.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção no período.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão no período.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Clarissa Braga Jorge Pinto da Silva (assessor de juiz - em licença maternidade). Eduardo Tavares Cordeiro (assessor de juiz em exercício).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|--|
| Servidores efetivos | ADIEL DE ARAÚJO COSTA, CAMILA MAIA SANTOS, CARLOS MATHEUS PIRAGIBE DE MESQUITA, CLARISSA BRAGA JORGE PINTO DA SILVA, DIOGO BARROS SILVEIRA RODRIGUES, EDUARDO TAVARES CORDEIRO, GABRIEL MOURA GONÇALVES, GABRIELA PESSOA E PIRES, JÓ DE LIMA PEREIRA, LUIZ RICARDO VASCONCELLOS DO AMARAL, |
|---------------------|--|

| | |
|-------------------------------|--|
| | MARCELA NÁPOLI DAS NEVES, MATHEUS LECAS DE SOUZA, RENATA TORRES RIBEIRO, SERGIO SÁ DE FIGUEIREDO LOURIVAL, TAÍS BARBOSA RODRIGUES, TATIANE RIBEIRO DE MELO, THIAGO REIS SANCHES E VICTOR BRANCO GONÇALVES MOURA BRAGA. |
| Servidores sem vínculo | JULIANA TRINDADE DE SOUZA E CAMILA DOS SANTOS PEIXOTO. |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 1.059 |
| Processos conclusos | 69 |
| Processos suspensos/sobrestados | 0 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 1.059 |
| Acervo ajustado no TRF(ao início do 12º mês anterior) | 1.296 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 69 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 61 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 0 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|--|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Prejudicado em virtude da resposta anterior. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Prejudicado em virtude da resposta anterior. |

| | |
|---|--|
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Prejudicado em virtude da resposta anterior. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não. |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 33 |
| Mandados de segurança | 0 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 16 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 16 |
| Outros | 1 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 1.026 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 2 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 7 |
| Recursos em ações civis públicas | 11 |
| Recursos em ações de desapropriação | 6 |
| Recursos em ações com preferência legal | 329 |
| Outros | 677 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 1.026 |
| Apelações cíveis | 555 |
| Agravos de instrumento | 401 |
| Outros | 70 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 0 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|---|
| Embargos de declaração | 0 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Agravos legais/regimentais | 0 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|---|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 0 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 0 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|---|
| Ano atual | 0 |
| Ano anterior | 0 |
| 2º ano anterior | 0 |
| 3º ano anterior | 0 |
| 4º ano anterior | 0 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 0 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|----|
| Ano atual | 29 |
| Ano anterior | 26 |
| 2º ano anterior | 2 |
| 3º ano anterior | 0 |
| 4º ano anterior | 1 |
| 5º ano anterior | 1 |

| | |
|--------------------------------|---|
| 6º ano anterior ou mais antigo | 2 |
|--------------------------------|---|

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|----|
| Ano atual | 13 |
| Ano anterior | 38 |
| 2º ano anterior | 16 |
| 3º ano anterior | 2 |
| 4º ano anterior | 0 |
| 5º ano anterior | 0 |
| 6º ano anterior | 0 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 0 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 1 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|----|
| Total como redator | 30 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.132 |
| Total de Processos julgados | 2.502 |
| Total de Processos baixados | 2.707 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -370 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -575 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 0 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 0 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.144 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.596 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 100 |
| Processos julgados no ano corrente | 1 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 890 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 100,0% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.798 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 441 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 11 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 97,5% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 433 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 42 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 37 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 28 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 11 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Consoante informado pela Coordenadoria do Núcleo de Estatística (NUEST), o Item 5.14 deverá ser respondido pelo centro de inteligência do TRF2.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 7 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 – Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 – Caça | 0 |

| | |
|--|---|
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 – Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 1 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 1 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 – Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 1 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 1 |
| 10113 – Flora | 0 |
| 10114 – Fauna | 0 |
| 10115 – Transgênicos | 0 |
| 10116 – Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 – Ambiental | 0 |
| 10397 – Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 – Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 – Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 1 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 – Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 2 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Nosso gabinete foi o primeiro a atingir a virtualização total de processos, de forma que não temos mais processos físicos desde junho de 2019 (<https://www10.trf2.jus.br/portal/trf2-um-passo-da-virtualizacao-total-dos-processos-judiciais/>). Ademais, diante do cenário decorrente da pandemia, os servidores vêm exercendo suas funções em regime de trabalho remoto, com a realização das sessões de julgamento nas modalidades virtual ou por videoconferência, além da realização de audiências com advogados por meio de modalidade on-line.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 1 |
| Pendentes no mês anterior: | 1 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado em virtude da resposta anterior.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado em virtude da resposta anterior.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Após muito planejamento, o Gabinete cumpriu o objetivo central perseguido, atingindo a situação ideal, no dia 10/8/2017, colocando em dia o julgamento de todo o acervo, que contava com milhares de processos conclusos. O trabalho, a partir de então, passou a ser a manutenção da situação alcançada. Todo o controle realizado pelo Gabinete tem se mostrado bastante eficiente, inclusive durante o período de pandemia que estamos

vivenciando, eis que o acervo de processos conclusos manteve-se quase zerado, em razão da permanência daqueles que, ante a sua complexidade, demandam tempo superior a um dia para apreciação. A meta diária é, pois, a manutenção dessa situação ideal que, apesar de ousada e desafiadora, ante o grande volume de processos, vem sendo cumprida com bastante esforço e dedicação da equipe e do Magistrado, através de uma política de gestão em várias frentes (controle de pessoal, pré e pós pauta,...), sem se descuidar da qualidade da prestação jurisdicional.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Juliana Trindade de Souza (Assessor de Gestão e Metas). Carlos Matheus Piragibe de Mesquita (assistente II). Eduardo Tavares Cordeiro (assessor de juiz em exercício). Tatiane Ribeiro de Melo (coordenador de nucleo).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Dos 20 servidores do gabinete, 16 desenvolvem a atividade-fim e 4 a atividade-meio (2 na parte administrativa e 2 agentes de segurança). Os servidores atuantes na parte administrativa são responsáveis pela tramitação dos processos, realizando, dentre outras atividades, controle de aprovação de minutas, inclusão de processos em pauta, conferência no sistema. Os atuantes na parte jurisdicional são especializados por matéria. É realizada pela manhã a triagem dos processos conclusos e a distribuição ao responsável, buscando manter a divisão de matérias previamente estabelecida. Ante a inexistência de acervo concluso, nem sempre é possível manter a especialização de matérias, de forma que, neste caso, os processos são distribuídos levando-se em consideração o grau de dificuldade e a proximidade com a especialização da matéria de cada servidor. Após elaboradas, as minutas são encaminhadas para a revisão do Desembargador. Os servidores mais recentes passam por revisão prévia da assessoria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Prejudicado em virtude da resposta anterior.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado em virtude da resposta anterior.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado em virtude da resposta anterior.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Nosso gabinete foi o primeiro a atingir a virtualização total de processos, de forma que não temos mais processos físicos desde junho de 2019 (<https://www10.trf2.jus.br/portal/trf2-um-passo-da-virtualizacao-total-dos-processos-judiciais/>).

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos, quando estão no gabinete, ficam em localizadores (sistema eproc). No entanto, em regra, são devolvidos para a turma no mesmo dia da conclusão, após a apreciação pelo servidor responsável. No sistema eproc, desenvolveu-se um fluxograma

de localizadores para que os servidores saibam o que há pendente de apreciação e também para que a parte administrativa saiba os processos que já estão minutados e, em consequência, podem ser incluídos em pauta e remetidos para a turma.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Como temos acervo com baixíssimo número de processos conclusos, controlamos rigorosamente, através de planilhas internas e das ferramentas do sistema eproc, a tramitação dos processos que entram conclusos diariamente. Em regra, todos os processos que chegam conclusos no gabinete são analisados e minutados no mesmo dia, permanecendo somente aqueles que demandam análise mais detalhada, ante a sua complexidade. O acompanhamento do gabinete inclui, ainda, um controle pós pauta, garantindo-se, por exemplo, uma rápida publicação dos acórdãos.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Após muito planejamento e organização, o gabinete cumpriu o objetivo central perseguido, atingindo a situação ideal, no dia 10/8/2017, colocando em dia o julgamento de todo o acervo, que contava com milhares de processos conclusos(<https://www10.trf2.jus.br/portal/feito-inedito-gabinete-do-trf2-e-primeiro-zerar-os-processos-conclusos/>). O trabalho, a partir de então, passou a ser a manutenção da situação alcançada. Todo o controle, individual e coletivo, realizado pelo gabinete tem se mostrado bastante eficiente, uma vez que o acervo de processos conclusos manteve-se quase zerado, em razão da permanência daqueles que, ante a sua complexidade, demandam tempo superior a um dia para apreciação.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Atualmente, os servidores que estão com o trabalho rigorosamente em dia, podem gozar de uma folga dentro do mês, de acordo com uma tabela previamente estabelecida para não impactar na organização do gabinete.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos tidos como prioritários são separados na triagem e entregues a um servidor para análise imediata.

18. São utilizadas decisões terminativas?

O gabinete encontra-se com reduzido número de processos conclusos no acervo, o que permite a celeridade no julgamento dos recursos e processos originários do Tribunal, prestigiando-se o princípio do colegiado e não são, geralmente, utilizadas decisões terminativas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O gabinete possui algumas matrizes que podem ser utilizadas na elaboração das minutas, até mesmo para manter a coesão e o estilo da redação. No entanto, todos os servidores preocupam-se em analisar e detalhar a parte fática do caso concreto, mantendo-se a qualidade da prestação jurisdicional.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

É realizado um acompanhamento permanente acerca da existência de cursos, presenciais e on-line, disponibilizados pelo TRF2, de forma a possibilitar a participação dos servidores

do Gabinete.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Atualmente estão sobrestados os processos referentes à ADI 5090/DF, aos Temas 692, 1016, 1042, 1080, 1086 e 1088 do Superior Tribunal de Justiça, além daqueles sobrestados por decisão específica. O gabinete realiza, com frequência, consulta aos processos sobrestados para verificar se já é possível o julgamento. Verificada a possibilidade de julgamento, os processos são imediatamente incluídos em pauta.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Como trabalhamos com acervo de processos conclusos quase zerado, não participamos de mutirões de conciliação há algum tempo. No entanto, já promovemos, em causas complexas e sensíveis, audiências de conciliação no gabinete.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em sua grande maioria, os pedidos de vista são incluídos na pauta seguinte de julgamento.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O gabinete realiza, com frequência, consulta à jurisprudência do TRF2 e dos Tribunais Superiores para verificar o posicionamento mais recente e atualizado acerca do tema em análise.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Em regra, os votos são compartilhados com uma antecedência de 24 horas em sessões virtuais, e de 48 horas em sessões telepresenciais.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

De início, há o compartilhamento prévio de acesso aos votos para o Órgão Colegiado. A sessão virtual começa às 13 horas do dia agendado, e os processos que são incluídos na sessão ficam em um painel do sistema eproc de forma a possibilitar sua análise pelo Desembargador Federal responsável. Normalmente, as sessões virtuais possuem duração de 5 dias úteis, e, em caso de divergência apresentada, a sessão é prorrogada por mais 2 dias úteis, perfazendo o total de 7 dias úteis.

28. A unidade possui plano de gestão?

Ao longo dos anos em busca do objetivo traçado, foram realizadas, periodicamente, reuniões de avaliação e implementação dos ajustes necessários ao cumprimento das metas estabelecidas, que inicialmente eram mensais, passando a ser semanais e finalmente diárias. Com a adoção de metodologia de trabalho e técnicas exitosas no controle do acervo e distribuição dos processos, entre os servidores do gabinete, para serem minutados, sempre de maneira equilibrada, foi possível a redução de forma constante e paulatina do acervo de processo conclusos, até atingir o ápice com o julgamento de todos os processos que se encontravam pendentes de julgamento.

Atualmente, continuamos mantendo o permanente controle, em vários aspectos, como produtividade geral do gabinete e individual dos servidores, tempo de tramitação no gabinete e na turma e publicação dos acórdãos, por exemplo. Há também um permanente esforço na manutenção do quadro de servidores completo, para que a divisão de tarefas

seja melhor realizada.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Quanto aos recursos humanos, sempre buscamos manter o quadro de servidores completo, para que a divisão de tarefas seja melhor realizada, exercendo-se um permanente esforço para que sejam feitas de forma mais igualitária possível. Em relação aos recursos materiais, diante do cenário de pandemia, estamos trabalhando com todos os servidores na modalidade telepresencial. Logo, tais recursos disponibilizados pelo Tribunal não vêm sendo utilizados de forma frequente. Quando exercemos o nosso trabalho na modalidade presencial, há toda uma logística implementada pelo TRF2 para que possamos usufruir desses recursos, a exemplo da utilização de sistema próprio para solicitação de material, abertura de chamado para manutenção de equipamentos, envio de e-mail para conserto de utensílios de marcenaria, entre outros. |
| b) gestão do trabalho | Realiza-se um permanente controle, em vários aspectos, como produtividade geral do gabinete e individual dos servidores, tempo de tramitação no gabinete e na turma e publicação dos acórdãos, por exemplo. Há também um permanente esforço na manutenção do quadro de servidores completo, para que a divisão de tarefas seja melhor realizada. |
| c) resultados | Por meio do controle, individual e coletivo, realizado pelo gabinete, o acervo de processos conclusos manteve-se quase zerado, em razão da permanência daqueles que, ante a sua complexidade, demandam tempo superior a um dia para apreciação. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O principal objetivo consiste na manutenção do acervo de processos conclusos zerado. Apesar de ousada e desafiadora, tendo em vista o grande volume de processos, o acervo vem sendo mantido quase zerado com bastante esforço e dedicação da equipe e do Magistrado.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A manutenção do acervo de processos conclusos quase zerado vem sendo alcançada através de uma política de gestão em várias frentes (controles de pessoal, pré e pós pauta, da publicação do acórdão,...) -, sem se descuidar da qualidade da prestação jurisdicional.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar

efetivas?

Mesmo durante o período de pandemia, o método de trabalho adotado pelo Gabinete foi mantido, mostrando-se efetivo, em razão de uma política de gestão em várias frentes (controle de pessoal, pré e pós pauta,...), sem se descuidar da qualidade da prestação jurisdicional.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os processos, quando estão no gabinete, não permanecem por longo período sem movimentação, pois são objeto de rigoroso controle diário por meio de planilhas internas e das ferramentas do sistema eproc, de forma que, em regra, todos os processos que chegam conclusos no gabinete são analisados e minutados no mesmo dia, permanecendo somente aqueles que demandam análise mais detalhada, ante a sua complexidade.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 50963699820204025101 | 14/10/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; O processo foi pautado para a Sessão Ordinária do dia 8/3/2022. | | |
| 50671206820214025101 | 26/10/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; O processo foi pautado para a Sessão Ordinária do dia 8/3/2022. | | |
| 50801033620204025101 | 19/10/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; O processo foi pautado para a Sessão Ordinária do dia 8/3/2022. | | |
| 50086781220214025101 | 19/10/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 26/1/2022. | | |
| 50013226520184025102 | 31/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; O processo foi pautado para a Sessão Virtual do dia 23/2/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 6 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos tramitam por meio eletrônico.

A unidade não possui processos físicos.

Em relação aos processos listados, não há recomendações.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal e pelos servidores Carlos Matheus Piragibe de Mesquita (Assessor de Juiz, em exercício CJ3) e Eduardo Tavares Cordeiro (Assessor II FC6), em 6/4/2022, às 15h. A reunião foi concluída às 16h.

O Desembargador Federal esmiuçou a forma de trabalho do Gabinete que conta atualmente com 14 servidores dedicados à área-fim, um à área-meio e 2 agentes de segurança. Uma servidora encontra-se em licença-gestante.

Os servidores são especializados por matérias, tais como improbidade administrativa, militar, ambiental, servidor público, Conselhos, Caixa Econômica Federal, Agências Reguladoras, SFH, conflitos de competência, medicamentos, licitações e contratos, responsabilidade civil, aduaneiro, porém há o cuidado de sempre ter pelo menos 2 servidores (titular e substituto) que trabalhem com a mesma matéria para o caso de eventuais ausências. Nesse aspecto, todos os servidores são responsáveis por analisar as medidas urgentes e preparar despachos relativos à sua matéria de trabalho.

Os processos são inicialmente triados por um servidor. Os casos que demandam simples despacho são prontamente analisados e até o meio-dia são solucionados. Os demais são encaminhados para os servidores responsáveis pelas minutas e, por volta das 16 horas, todos os processos são revistos e, após, encaminhados para o Desembargador.

Eventualmente, feitos que demandem maior tempo de trabalho em razão da sua complexidade são resolvidos no dia seguinte, ou no máximo em 3 dias. Todo controle é feito por meio de planilhas, verificadas diariamente pelo próprio Desembargador Federal.

Foi esclarecido, ainda, que os 69 processos que constaram na estatística como conclusos já estavam minutados e prontos para serem incluídos em pauta, sendo exigência primária do Desembargador a manutenção da conclusão zerada.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 0 para 69, justificado em razão da opção feita pelo servidor responsável de acumular processos já minutados para serem remetidos conjuntamente para a Subsecretaria. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 61 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 69.

Verifica-se, ainda, não terem sido encontrados embargos de declaração aguardando julgamento, tanto na última inspeção como no levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que a produtividade do gabinete foi mantida ao longo do último ano.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 2 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo muito inferior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações à unidade.
- Manutenção do excelente método de trabalho, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALCIDES MARTINS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Alcides Martins.

2.2 Turma

Quinta Turma Especializada.

2.3 Competência

Administrativa e residual.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Alcides Martins Ribeiro Filho

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Anidio Barreira Duarte, analista judiciário - Assessor de Juiz (CJ3)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|--|
| Servidores efetivos | Dezoito - ADRIANE CARDOSO PEÇANHA, ALEXANDRE NUNES BRANCO, ALMIR MOREIRA SAMPAIO BARBOSA, ANA CARLA OLIVEIRA RIBEIRO ROCHA, ANA PAULA DE OLIVEIRA GALDINO, ANDRESSA RODRIGUES MACHADO TAYT-SON, ANIDIO BARREIRA DUARTE, ARMINDA ANDRADE CARNEIRO, CARLOS EDUARDO DE CARVALHO, ELAINE DO CARMO SOUZA, FILIPE GOMES CESAR, GABRIEL MELLO CORRÊA, JANAINA MACHADO |
|---------------------|--|

| | |
|--------|---|
| | ENNES CARRERA, MARCELLE MEIRELES DA ROCHA, MARCIA PEREIRA LAMIM, RENATA PINHEIRO FREIRE BARRETO RODRIGUES, ROSANA WRIGG ARAGÃO MOREIRA, SONALE NOLASCO CARVALHO |
| Outros | Dois - ALECIO IRINEU DE AGUIAR, JULIO CANDIDO DE MENEZES |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.661 |
| Processos suspensos/sobrestados | 7 |
| Processos conclusos | 2.338 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.661 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.394 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 2.338 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.335 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 7 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 0 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 69 |
|------------------------------------|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| Mandados de segurança | 1 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 21 |
| Reclamações | 1 |
| Ações rescisórias | 33 |
| Outros | 13 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.592 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 3 |
| Recursos em ações populares | 6 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 35 |
| Recursos em ações civis públicas | 63 |
| Recursos em ações de desapropriação | 15 |
| Recursos em ações com preferência legal | 1.057 |
| Outros | 2.425 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.592 |
| Apelações cíveis | 2.258 |
| Agravos de instrumento | 1.036 |
| Outros | 298 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |

| | |
|--------|---|
| Outros | 0 |
|--------|---|

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 7 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 3 |
| Por Recurso Extraordinário | 1 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 17 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 14 |
| Agravos legais/regimentais | 1 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 1 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 79 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 8 |

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 72 |
| Ano anterior | 1.360 |
| 2º ano anterior | 370 |
| 3º ano anterior | 45 |
| 4º ano anterior | 6 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 41 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 91 |
| Ano anterior | 1.485 |
| 2º ano anterior | 608 |
| 3º ano anterior | 100 |
| 4º ano anterior | 13 |
| 5º ano anterior | 1 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 57 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 64 |
| Ano anterior | 1.439 |
| 2º ano anterior | 681 |
| 3º ano anterior | 93 |
| 4º ano anterior | 13 |
| 5º ano anterior | 9 |
| 6º ano anterior | 1 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 38 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|----|
| Processos concluídos para voto-vista | 24 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 22 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 4 |
| Total como relator para o acórdão | 1 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.179 |
| Total de Processos julgados | 2.196 |
| Total de Processos baixados | 2.172 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -17 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 7 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 42 |
| Total de feitos não regularizados | 2 - Os processos 0000453-07.2017.4.02.0000 e 0014943-34.2017.4.02.0000 estavam suspensos em razão do Tema 987 do STJ. |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 91 |
| Total de feitos não regularizados | 1 - O processo 5014832-26.2019.4.02.5001 estava aguardando parte regularizar a sua representação processual, tendo em vista a renúncia do seu patrono. Será julgado em 90 dias. |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.201 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.334 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 106 |
| Processos julgados no ano corrente | 14 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.539 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,9% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.705 |
|--|-------|

| | |
|------------------------------------|--------|
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,5% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.589 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 37 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,6% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.352 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 12 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 116,6% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 82 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 56 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 6 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 127,6% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 65 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 57 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 59 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 38 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Conforme orientação do Setor de Estatística do TRF2, a meta não se aplica às Unidades Judiciárias.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 30 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 – Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 – Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 – Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |

| | |
|--|---|
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 3 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 – Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 4 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 4 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 3 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 – Flora | 0 |
| 10114 – Fauna | 0 |
| 10115 – Transgênicos | 0 |
| 10116 – Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 – Ambiental | 4 |
| 10397 – Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 3 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 – Mineração | 2 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 – Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 1 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 2 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 – Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 2 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Gabinete não possui processos físicos em seu acervo, estando o processamento jurisdicional 100% digital.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 – Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendação: a) Cumprir as recomendações constantes do item 11 (julgar no prazo de 60 dias).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os 9 processos indicados na recomendação encontram-se julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, parcialmente: Metas 1 e 2, devido à pandemia do Covid-19. Tem sido feito controle mensal do acervo mediante consulta ao portal de estatística, a fim de que sejam alcançadas as metas do CNJ.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Foi verificada a inexistência de feitos irregularmente parados, sendo preferencialmente priorizados os processos constantes nas Metas do CNJ e relacionados nas metas legais, devendo ser registrado que, no dia de hoje, foram alcançados os seguintes percentuais de cumprimento: Meta 1 (Produtividade) - 108,36%, Meta 2 (Celeridade) - 106,99%, Meta 4 (Improbidade) - 142,86%, Meta 6 (Ações Coletivas) - 125,00%, Meta 12 (Ações Ambientais) - 94,87%. Oportuno ressaltar que não obstante as dificuldades devido a Pandemia do Covid-19, o que obrigou a implantação total do trabalho remoto, bem como os julgamentos virtuais, foram julgados no último ano 2.196 processos do acervo deste Gabinete.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Andressa Rodrigues Machado Tayt-Son (chefe de gabinete, CJ2)

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete conta com 20 servidores lotados na unidade, sendo dois agentes de segurança

dentre eles. Em relação à divisão de trabalho entre os servidores, temos 14 servidores minutantes, um servidor responsável pela análise das liminares e tutelas de urgência, dois servidores que se dividem entre a coordenação da área administrativa e as minutas e um servidor responsável exclusivamente pela área administrativa do Gabinete.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Uma servidora executa suas atividades em regime de teletrabalho, oficialmente. Entretanto, em razão da pandemia do Covid-19 e da implantação do trabalho remoto para a Justiça Federal, atualmente, temos 14 servidores em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não se aplica.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Da mesma forma em que é feito o acompanhamento dos servidores que estão presencialmente.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O Gabinete não possui processos físicos em seu acervo. Em relação aos processos eletrônicos, são recebidos pela chefe de Gabinete pelo balcão de entrada do sistema eproc. Os que estão prontos para julgamento são encaminhados para a mesa eletrônica da matéria correspondente, para ser acessada pelo servidor minutante. Caso não esteja pronto para julgamento, será decidido ou despachado pelo Desembargador Federal, antes de ser encaminhado para a mesa eletrônica correspondente. Já os processos com pedidos de antecipação de tutela recursal, concessão de efeito suspensivo e requerimento de liminar são encaminhados ao servidor responsável por esta primeira análise, antes de encaminhá-los ao Desembargador Federal para decisão.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Assim que o processo estiver pronto para julgamento, será localizado em mesas eletrônicas e incluído o localizador correspondente (eproc). A organização e localização do processo é feita por matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O acompanhamento dos processos incluídos nas Metas do CNJ, bem como aqueles com preferência legal é feito através de um controle quinzenal dos acervos, por meio de mapas estatísticos, sendo priorizados os julgamentos dos referidos feitos. Em relação aos demais controles, há localizadores específicos para acompanhamento periódico dos processos.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

O Gabinete possui metas individuais, na qual cada servidor minutante deve preparar uma minuta por dia. E há flexibilidade em relação ao grau de dificuldade do processo a ser minutado, tanto para aumentar o número de minutas por dia, em caso de assuntos padronizados, quanto para reduzir este número, em caso de assuntos mais complexos.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento

Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

É feito um acompanhamento periódico das atividades do Gabinete com auxílio de consulta ao Portal de Estatísticas disponibilizado no site do TRF/2ª Região. De acordo com os números da estatística, o planejamento poderá ser alterado.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. As decisões terminativas são elaboradas para os agravos de instrumento com perda de objeto, processos com pedido de desistência ou acordo celebrado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São utilizados para os processos padronizados e disponibilizados pelos servidores do Gabinete em pastas compartilhadas na rede interna.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

É feita priorizando os servidores mais novos, recém empossados. Recentemente houve capacitação para servidores em relação ao novo sistema eproc.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é feito por localizadores específicos. São eles: Tema 264, 265, 284 e 285, STF - Poupança - Planos Bresser, Verão, Collor I e II; Tema 531, STJ - Devolução ao Erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público; Tema 731, STJ - Possibilidade da TR ser substituída como índice de correção monetária – FGTS; Tema 1002, STF- Honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada; Tema 1080, STJ - Direito de pensionista militar à assistência médico-hospitalar por meio do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA); Tema 1088, STJ - Direito do portador do vírus HIV à reforma ex officio por incapacidade definitiva, independentemente do grau de desenvolvimento da síndrome. Ação Rescisória 6436/DF, STJ - possibilidade ou não de incorporação da Gratificação de Atividade Tributária – GAT; Agravo de Instrumento n. 0005135-05.2017.4.02.0000, Vice-Presidência do TRF2 - liquidação prévia em execução de sentença coletiva.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, a partir do momento em que uma das partes manifesta o interesse na realização de conciliação, é dada a vista a outra parte para que seja proporcionada composição. Ademais, o Gabinete, juntamente com a 5ª Turma Especializada e o Núcleo de Conciliação do TRF/2ª Região, estão envidando esforços para promover as conciliações com a Caixa Econômica Federal, especificamente em relação aos processos de expurgos inflacionários.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O mais breve possível.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A cada julgamento é feita uma atualização da jurisprudência aplicada à minuta. Ademais, o NUGEP encaminha com frequência os resultados de julgamentos das Cortes Superiores,

para ciência do Gabinete.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os votos são inseridos no sistema antes das sessões e compartilhados entre os Gabinetes que compõem a 5ª Turma. Após o voto e assinatura do Magistrado, os votos são juntados aos autos.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Através de consulta ao Portal de Estatísticas disponibilizado no site do TRF/2ª Região, em especial, priorizando a listagem cronológica de conclusão, segundo art. 12, do CPC.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Proporcionalmente distribuído. |
| b) gestão do trabalho | Organizado de forma estratégica para obter resultados de acordo com as informações do Portal de Estatística do TRF. |
| c) resultados | O Gabinete tem envidados todos os esforços necessários para que sejam atendidas as metas do CNJ e todas as prioridades legais, incluindo-se os Mandados de Segurança, ações coletivas e os com preferência idoso, mesmo com as dificuldades inerentes decorrentes da mudança de sistema processual (Apolo para o eproc) e ao novo processo de teletrabalho. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Julgamento superavitário dos processos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Aplicação de minutas padronizadas, controle dos embargos de declaração e agravos internos, divisão das matérias entre os servidores de forma estratégica visando maior efetividade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A disponibilização das minutas com antecedência pelo eproc possibilita a melhor análise pelos magistrados. Além disso, a efetiva implementação das sessões virtuais possibilita o julgamento de um número maior de processos, aumentando a produtividade e celeridade da prestação jurisdicional.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há localizadores específicos para acompanhamento periódico dos processos e por meio de contato direto com a Secretaria da 5ª Turma Especializada, em trabalho conjunto.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 00019511520134025001 | 19/7/2021 | - |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00187011020184025101 | 13/11/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Agravo interno foi julgado prejudicado e o processo foi suspenso em razão de acordo entre as partes. | | |
| 00287253120174025005 | 6/2/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo foi suspenso a fim de ser conferido ao Ministério Público Federal a oportunidade de se manifestar, em razão das alterações da Lei n. 8.429/1992, efetuadas pela Lei n. 14.230/2021. | | |
| 50462908620184025101 | 10/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo foi suspenso a fim de ser conferido ao Ministério Público Federal a oportunidade de se manifestar, em razão das alterações da Lei n. 8.429/1992, efetuadas pela Lei n. 14.230/2021. | | |
| 50003824920184025119 | 30/4/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50010253120184025111 | 28/5/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50050866820204020000 | 18/5/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 50107200520194025101 | 29/7/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 02026039720174025101 | 22/4/2020 | Ação Civil Coletiva |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 00031325620104025001 | 19/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 01315526020164025101 | 12/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 00015124320094025001 | 20/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50016838720204025110 | 6/10/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50048444620194020000 | 21/6/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo baixado. | | |
| 50324991620194025101 | 3/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 23/2/2022. | | |
| 50192130520184025101 | 15/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 50234528120204025101 | 23/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50152883920204025001 | 25/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso em razão de determinação da Vice-Presidência deste TRF/2ª Região no Agravo de Instrumento n. 0005135-05.2017.4.02.0000. | | |
| 50220207020194025001 | 31/7/2020 | Apelação |

| | | |
|---|-----------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00006906320054025108 | 31/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O processo veio ao Gabinete para voto-vista e está aguardando o Desembargador Alcides retornar de licença médica, desta forma, será julgado em até 90 dias. | | |
| 50617741020194025101 | 27/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00619759220164025101 | 20/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 01236705420154025110 | 20/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando o Magistrado retornar de licença médica para assinar o acórdão. | | |
| 50390215920194025101 | 27/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Em processo de habilitação em razão do óbito da apelante. | | |
| 00835785620184025101 | 20/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 50116532120184025001 | 10/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 23/2. | | |
| 50222890320194025101 | 20/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 50737008520194025101 | 18/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso em razão de determinação da Vice-Presidência deste TRF/2ª Região no Agravo de Instrumento n. 0005135-05.2017.4.02.0000. | | |
| 50178686720194025101 | 3/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 50578473620194025101 | 13/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 50045455820204025101 | 26/8/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 50037995820184025103 | 26/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 00049921420184025001 | 2/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00011774020174025002 | 11/4/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 17/3/2022. | | |
| 00780235820184025101 | 3/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso em razão de determinação do STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 50005234020194025117 | 14/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022 | | |
| 00700375320184025101 | 22/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 00013714320174025001 | 16/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022 | | |
| 50023446120184025102 | 5/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 00137492220174025101 | 6/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 50015566620194029999 | 5/7/2019 | Apelação |

| | | |
|--|------------|--|
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 00112882320164025001 | 23/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 23/2/2022. | | |
| 50029965620194025001 | 29/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 01679458120164025101 | 5/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00296989520174025001 | 9/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 9/3/2022. | | |
| 00114026920104025001 | 14/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50140885620184025101 | 22/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 00258549420184025101 | 21/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 05109088020064025101 | 17/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00756399320164025101 | 1º/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00006854120054025108 | 23/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50381494420194025101 | 27/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50245065320184025101 | 10/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00001066920184025001 | 3/02/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/22. | | |
| 01638593320174025101 | 16/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 50017173220204025120 | 5/6/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50026873820204025118 | 26/8/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Redistribuído para Turma Previdenciária. | | |
| 50409266520204025101 | 29/9/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 00122078720184025115 | 6/11/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |
| 50093128220214020000 | 3/7/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50042294520204025101 | 4/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo será julgado em até 90 dias. | | |
| 50140440920214020000 | 1º/10/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo pautado para julgamento no dia 16/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos tramitam em meio eletrônico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|------------------------|----------------------|
| 50003824920184025119 | 5 50010253120184025111 | 02026039720174025101 |
| 00015124320094025001 | 0 00013714320174025001 | 50015566620194029999 |
| 00296989520174025001 | 0 00114026920104025001 | 00258549420184025101 |
| 00006854120054025108 | | |

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

| | |
|----------------------|---------------------------|
| 50234528120204025101 | 0000690-63.2005.4.02.5108 |
|----------------------|---------------------------|

c) decidir em até 30 dias (processo conclusos para despacho há mais de 30 dias):

| |
|----------------------|
| 50093128220214020000 |
|----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida em 6/4/2022 pelo Desembargador Federal e pelos seguintes servidores: Anídio Barreira Duarte (Assessor de Juiz CJ-3), Almir Moreira Sampaio Barbosa (FC-06), Andressa Rodrigues Machado Tayt-son (Chefe de Gabinete CJ-2) e Janaína Machado Ennes Carrera (Assessora CJ-2). A entrevista foi realizada entre 10h08min e 11h20min.

Os entrevistados discorreram sobre a organização dos trabalhos no gabinete. Esclareceu-se que as matérias de competência do gabinete são divididas entre os servidores, sendo 3 servidores destacados para análise e minuta dos agravos de instrumento. O servidor Almir realiza a triagem de todos os agravos que chegam e é responsável pela minuta das tutelas de urgência.

A distribuição dos demais processos está assim organizada: um servidor é responsável pela minuta dos processos relacionados à matéria militar e direitos reais; um servidor é responsável pelos processos sobre servidor, um servidor para feitos que discutam direitos de imóveis, um servidor para conselhos, um servidor para ações coletivas, um servidor para responsabilidade civil, um servidor para Licitações e Contratos, um servidor para execução fiscal e um servidor para embargos à execução fiscal. Há, ainda, um servidor que cuida de matérias diversas e um servidor que cuida dos processos afeitos à 3ª Seção e improbidade administrativa.

Completam o quadro uma servidora que está em licença-médica há mais de 2 anos e 2 agentes de segurança.

A Chefe de Gabinete é incumbida de cuidar das questões administrativas do Gabinete (material e pessoal), além de ser responsável por realizar a triagem das apelações, bem como por incluir os processos nas pautas das sessões, após a aprovação das minutas, com o auxílio de uma servidora.

O Assessor é responsável pela coordenação geral do gabinete e pela revisão de todas as minutas realizadas, antes da análise pelo Desembargador.

À Assessora Janaína (CJ-2) incumbe realizar a minuta de votos em ações coletivas, bem como é responsável por esclarecer as dúvidas e realizar a minuta de processos mais complexos nos quais os servidores tenham dificuldade.

Por sua vez, o Assessor Alexandre (CJ-1) acompanha as sessões e realiza as minutas relacionadas a processos que envolvam responsabilidade civil.

O Gabinete utiliza como critério, a ordem cronológica dos processos, em respeito ao art. 12 do Código de Processo Civil, porém, busca solucionar processos de menor complexidade que permitam o julgamento célere.

Os servidores possuem como meta a realização de uma minuta por dia/5 por semana, a depender da complexidade dos casos. O controle da produtividade é feito pela Chefe de Gabinete, por meio de planilhas disponíveis em arquivo comum do gabinete, alimentadas pelos próprios servidores todas as segundas-feiras.

Foi relatado que todos os servidores cumprem as metas estabelecidas e, em muitas vezes, a meta é ultrapassada.

Atualmente, em relação à presença física dos servidores, o Gabinete funciona em sistema de rodízio em virtude da pandemia, sendo que o Assessor e mais três servidores comparecem todos os dias. Os demais servidores possuem um dia fixo na semana para comparecimento. Há uma servidora que está em trabalho remoto em período integral.

Foi relatado que o início da pandemia causou grande dificuldade para o desenvolvimento dos trabalhos em virtude da limitação do sistema antigo (Apolo) para acessos remotos simultâneos por meio do aplicativo Go Global (equivalente à VPN). Ademais, o início forçado do trabalho remoto dificultou a comunicação entre os integrantes do Gabinete, impactando diretamente na produtividade.

Destacou-se, ainda, que além das atividades exercidas no Gabinete, o Desembargador Federal atuou como Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (biênio 2018/2020); Presidente da 5ª Turma Especializada (biênio 2018/2020); foi membro do Conselho de Administração do Tribunal e suplente do Órgão Especial.

Informou-se, por fim, que em virtude de suspeição e impedimento dos outros integrantes da Turma em determinados processos, há sobrecarga do Gabinete por conta da redistribuição gerada, a qual não é compensada pela distribuição. Tal fato tem gerado o aumento do acervo em aproximadamente 500 processos.

Finalmente, destacou-se que o Gabinete trabalha com a expectativa de transferência de 25% de seu acervo para o Gabinete que está em fase de instalação, em decorrência da Lei n. 14.253, de 30 de novembro de 2021.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 1.883 para 2.338. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.335 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.338. O aumento foi justificado em função das dificuldades do trabalho remoto, por força da pandemia, bem como pelas licenças-saúde tiradas pelo Desembargador Federal no período.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 110, na última inspeção, para 17, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Mauro Marques no dia 5/4/2022, às 10h. Foi esclarecido que o magistrado esteve convocado pelo Tribunal, a partir de 3/3/2022, para atuar na 5ª Turma Especializada, tendo tomado posse no cargo de Desembargador Federal em 16/3/2022, ocupando o Gabinete n. 29, criado pela Lei n. 14.253, de 30 de novembro de 2021, junto à 5ª Turma do TRF2, com competência administrativa e residual.

Em virtude da ausência de espaço físico no edifício-sede do TRF2, as atividades do Gabinete estão sendo desenvolvidas provisoriamente no prédio da Justiça Federal localizado na Avenida Rio Branco, nas dependências da antiga 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Estima-se que em razão das reformas realizadas no edifício-sede, o Gabinete será instalado em meados de junho.

Toda a força de trabalho do Gabinete é oriunda da Primeira Instância, porquanto a Vara em que atuava o Magistrado (1ª Vara Federal) foi convertida no 1º Núcleo de Justiça 4.0, especializado em matéria previdenciária. Não foram designados servidores pelo TRF2 para o novo gabinete instalado.

Os processos da 1ª Vara Federal foram redistribuídos para as demais varas de mesma competência (aproximadamente 1.800 processos ativos e 2.000 sobrestados), por força da Resolução n. TRF2-RSP-2022/00024, de 16/3/2022.

Foram disponibilizados para a unidade 15 servidores, dos quais 12 são originários da 1ª Vara Federal; uma servidora que já atuava no Tribunal, no Gabinete do Desembargador Federal Ivan Athié, foi transferida para o Gabinete em razão de permuta com outro servidor da 1ª Vara; uma servidora estava lotada na Turma Recursal e também foi incluída no Gabinete em virtude de permuta e um agente de segurança foi requisitado da Primeira Instância.

A Resolução n. 14, de 25 de fevereiro de 2022, da Presidência do TRF2 estabeleceu, em seu artigo 1º, a estrutura de funções dos novos Gabinetes, nos seguintes termos: a) 01 função de Coordenador de Núcleo (FC-6); b) 01 função de Oficial de Gabinete (FC-5); c) 01 função de Assistente V (FC-5); d) 02 funções de Assistente IV (FC-4); e) 02 funções de Assistente III (FC-3); f) 01 função de Assistente II (FC-2).

Por conta da conversão da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro em Núcleo de Justiça 4.0, alterou-se a estrutura organizacional do Gabinete inicialmente prevista, ampliando-se o quadro de funções, nos termos da Resolução TRF2-RSP-2022/00028, de 23 de março de 2022. Foram acrescentadas ao Gabinete: 1 CJ-3 originária do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, transformado em cargo em comissão de Assessor de Juiz; 2 funções comissionadas de Assistente IV (FC-04), utilizando o saldo proveniente da reserva técnica do Tribunal; 2 funções comissionadas de Assistente III (FC-03) e 1 função comissionada de Assistente I (FC-01), utilizando-se saldo proveniente da reserva técnica do aludido Gabinete; 1 função comissionada de Assistente III (FC-03) e 1 função comissionada de Assistente II (FC-02), remanejadas da estrutura do 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Foi informado que somente 3 (três) servidores estão formalmente lotados no gabinete (1 Chefe de Gabinete, 1 Oficial de Gabinete e 1 Assistente IV) e estão com dificuldade de acesso aos sistemas eletrônicos do Tribunal, o que prejudica a realização dos trabalhos. Tal fato já foi comunicado ao setor competente para regularização.

Foram também apontados alguns obstáculos em decorrência da forma de instalação do Gabinete. Em primeiro lugar, apontou-se a dificuldade de acesso aos sistemas pelos servidores ainda lotados na Primeira Instância. Nesse sentido, a burocracia para a nomeação dos servidores prejudica o desenvolvimento das atividades. Os sistemas do TRF2 e da JF de 1º Grau são distintos e não possibilitam o acesso por parte dos servidores do novo Gabinete.

Ademais, o espaço físico ocupado em endereço distinto, atualmente, não favorece a interlocução com os demais setores do Tribunal, bem como com advogados e interessados.

Em razão das dificuldades, o Desembargador Federal esclareceu que somente ele tem elaborado as minutas, com o auxílio da Chefe de Gabinete, a qual ainda não possui login para acessar os sistemas. Do mesmo modo, somente ele tem acesso à pauta para exame dos processos a julgar nas Sessões da 5ª Turma.

Quanto ao acervo, relatou-se que, já a partir de 7/3/2022, o Gabinete passou a receber processos da distribuição e, em 2/5/2022, será realizada a redistribuição de 1/3 do acervo pertencente aos demais gabinetes da 5ª Turma Especializada.

A expectativa do Magistrado é realizar a divisão de trabalho entre os servidores por matéria, após o devido treinamento.

Não há como no momento, em função da insuficiente estrutura organizacional e humana, serem fixadas metas ou definidos fluxos de trabalho, pois os servidores egressos

da Vara Federal precisam de prévia capacitação, o que está sendo feito pela servidora que veio do Gabinete do Desembargador Ivan Athié.

3. OBSERVAÇÕES

Observa-se que o Gabinete foi instalado de forma precária, com quadro reduzido de força de trabalho em relação aos Gabinetes atualmente existentes, que contam com 18 servidores, e sem prévia instalação de sistema de informática e condições materiais de trabalho, onerando, sobremaneira, o novo Desembargador promovido.

Os Gabinetes novos possuem estrutura organizacional distinta dos atuais, uma vez que os Gabinetes antigos contam com 4 cargos em comissão (1 CJ-3, 2 CJ-2 e 1 CJ-1).

Por outro lado, a estrutura organizacional dos novos Gabinetes variará conforme a estrutura da Vara Federal a ser extinta, por meio de conversão em Núcleo de Justiça 4.0. Essa discrepância poderá ocasionar grande alternância de titularidade, pois à medida em que vagarem os Gabinetes mais antigos, os novos Desembargadores pleitearão remoção para os gabinetes que possuem estrutura completa e quadro funcional integral.

Extraí-se da entrevista que a implementação dos novos gabinetes está sendo realizada sem método e sem o necessário planejamento. Constata-se, ainda, que todo o ônus da implantação dos novos cargos no âmbito do Tribunal é, e será suportado, exclusivamente pela justiça de primeiro grau, o que pode afetar, a curto prazo, a prestação jurisdicional em primeira instância.

Com efeito, apesar de as atuais estruturas dos gabinetes do TRF2 apresentarem quantitativo de CJ's bem superior a de outros Tribunais, como por exemplo, no TRF3 os gabinetes possuem somente 2 cargos em comissão, quais sejam, 1 CJ-3 (Assessor de juiz) e 1 CJ-2 (Chefe de Gabinete), não se optou por fazer o redimensionamento dos cargos e funções comissionadas pertencentes ao próprio Tribunal.

Por fim, observe-se que, além dos processos redistribuídos, em virtude da extinção das varas dos magistrados promovidos, as varas federais remanescentes, de mesma competência, absorverão a distribuição de maior número de processos novos.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME COUTO DE CASTRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

2.2 Turma

Plenário, Órgão Especial, 3ª Seção Especializada, 6ª Turma Especializada e Turma de Julgamento Ampliado (Art. 942, do CPC - 5ª e 6ª Turmas).

2.3 Competência

Administrativa

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Eliane Moraes Farroco Santos - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---|
| Servidores efetivos | 16 |
| Servidores sem vínculo | 1 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 1 |
| Outros | 1 Servidor requisitado da Prefeitura Municipal de Niteroi |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

| | |
|--|-----|
| Total em tramitação** | 954 |
| Processos suspensos/sobrestados | 1 |
| Processos conclusos | 106 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 954 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.225 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 106 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 250 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|----------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica. |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 24 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Conflitos de competência | 11 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 8 |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Outros | 5 |
| Mandados de segurança | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-----|
| Total de feitos recursais cíveis | 930 |
| Recursos em ações com preferência legal | 258 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 2 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 14 |
| Recursos em ações civis públicas | 17 |
| Recursos em ações de desapropriação | 5 |
| Outros | 647 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-----|
| Total de feitos | 930 |
| Apelações cíveis | 529 |
| Agravos de instrumento | 333 |
| Outros | 68 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|-----------------|---|
| Total de feitos | 1 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 1 |
| Por Recurso Extraordinário | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 58 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 20 |
| Agravos legais/regimentais | 0 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|---|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 0 |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 0 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 53 |
| Ano anterior | 258 |
| 2º ano anterior | 29 |
| 3º ano anterior | 17 |
| 4º ano anterior | 9 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 18 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 74 |
| Ano anterior | 157 |
| 2º ano anterior | 4 |
| 3º ano anterior | 3 |
| 4º ano anterior | 1 |
| 5º ano anterior | 2 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 9 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|----|
| Ano atual | 20 |
| Ano anterior | 79 |
| 2º ano anterior | 3 |
| 3º ano anterior | 1 |
| 4º ano anterior | 1 |
| 5º ano anterior | 0 |
| 6º ano anterior | 1 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 1 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 0 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.074 |
| Total de Processos julgados | 2.535 |
| Total de Processos baixados | 2.698 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -461 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -624 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 22 |
| Total de feitos não regularizados | 1 - 0024623-33.1998.4.02.5101 - Autos baixados, em diligência, em 15/9/2021, para que o Juízo de 1º grau informe acerca da alegação da parte embargante de que os autos ficaram inacessíveis, quando de sua digitalização. O processo retornou ao Tribunal, com diligência cumprida, em 22/10/2021. Em fase de intimação para vista das informações prestadas pelo Juízo e contrarrazões aos Embargos de Declaração. Será imediatamente pautado para julgamento, assim que retornarem à conclusão. |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 42 |
| Total de feitos não regularizados | Todos os feitos foram regularizados. |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.103 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.555 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 104 |
| Processos julgados no ano corrente | 78 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.546 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 100,0% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.756 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,5% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.730 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,8% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 942 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,5% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 58 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 13 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 35 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 44 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 25 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 51 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
|---|---|

| | |
|---|---|
| e não julgados | |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

O TRF2, através do grupo de trabalho instituído e conduzido pelo Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIPDR/RJ) trabalha no desenvolvimento de ferramentas digitais que realizam ações de prevenção ou desjudicialização de litígios. Vivenciamos um grande avanço no uso das tecnologias nas rotinas de trabalho, potencializando os resultados e o acesso à Justiça. Ao administrar o acervo de forma eficiente, este gabinete abarca todas as metas relacionadas aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 6 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |

| | |
|--|---|
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 0 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 4 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |

| | |
|---|---|
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 2 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O Tribunal tem promovido soluções digitais que garantem maior celeridade e produtividade. No gabinete, 100% do acervo é digital. Além disso, há plataforma disponível (Zoom) para que o Desembargador possa atender aos advogados. A Subsecretaria realiza o atendimento às partes e advogados por meio do balcão virtual.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 – Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | - |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, concluir o julgamento em 30 dias: 00123836920084025001 e julgar em 60 dias: 00054348020094025102 01312356220164025101. Além disso, houve recomendação no sentido de regularizar a situação dos poucos embargos de declaração e agravos internos, em que se observou excesso do prazo. Sim, concluir o julgamento em 30 dias: 00123836920084025001 e julgar em 60 dias: 00054348020094025102 01312356220164025101. Além disso, houve recomendação no sentido de regularizar a situação dos poucos embargos de declaração e agravos internos, em que se observou excesso do prazo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) O processo n. 0012383-69.2008.402.5001 foi julgado na Sessão de 11/5/2020, na 6ª Turma Especializada, e foi baixado, com trânsito em julgado em 17/7/2020. Quanto ao processo n. 0131235-62.2016.4.02.5101, foram julgados os Embargos de Declaração na Sessão de dia 10/8/2020 (6ª TESP) e encontra-se na Assessoria de Recursos da Presidência em razão do processamento de Recurso Especial. Por último, em relação ao processo n. 0005434-80.2009.4.02.5102, após o julgamento dos Embargos de Declaração em 1º/3/2021, os autos foram baixados, com trânsito em julgado, em 8/4/2021; b) Em relação aos Embargos de Declaração, estão sendo utilizadas as ferramentas do sistema eproc para detectar os casos mais antigos, providenciando-se a inclusão em pauta de julgamentos com maior rapidez; c) Quanto à última recomendação, este gabinete já não apresenta acúmulo no acervo. Os feitos conclusos e maduros são imediatamente pautados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram cumpridas, não havendo pendências.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Há triagem e separação de temas na fase inicial, quando são sanadas eventuais irregularidades. Os processos "maduros" são imediatamente pautados. Cabe à Assessoria, em regra, os casos mais complexos. Os servidores contam com a orientação tanto dos Assessores, quanto do Desembargador para suprirem eventuais dúvidas, garantindo a coerência e uniformidade dos julgados. Todos os votos ficam disponíveis para consulta, em rede de fácil acesso, para pesquisa e embasamento da equipe. O acompanhamento do acervo é constante, seja através do portal de estatísticas ou das ferramentas do próprio sistema eproc, que permitem detectar eventuais falhas ou demora na tramitação dos feitos. As maiores dificuldades estão na análise dos processos migrados do Apolo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Eliane Morais Farroco Santos

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há triagem inicial dos processos, com a separação por matéria e por complexidade. Há, portanto, especialização por matéria, a fim de garantir maior coerência aos julgados. Os feitos mais complexos, em regra, são destinados à Assessoria. As medidas de urgência são imediatamente encaminhadas aos responsáveis, para análise. Atualmente, temos 14 servidores em atividades-fim e 2 servidores em atividades-meio.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, devido à pandemia e nos termos da Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013, de 15 de fevereiro de 2022, que prorrogou o trabalho remoto até 31/3/2022, todos os servidores encontram-se em trabalho remoto, com excelência quanto aos resultados obtidos.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Ao longo desses quase dois anos, tivemos momentos de retomada parcial do trabalho presencial, mas atualmente, conforme explicitado no item 11, todos estão exercendo suas atividades em regime de teletrabalho.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há cotas, e sim metas. Há diretrizes claras de que os julgados devem superar a distribuição dos feitos, de modo que não haja acúmulo de acervo. Ressalta-se que os casos mais complexos são destinados à Assessoria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não

haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A equipe cumpre, com excelência de resultados, o trabalho demandado. A administração contínua do acervo possibilita a realização de um trabalho mais metucioso e profícuo, sem sobrecarga.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Há triagem inicial, como já foi dito, para que eventuais irregularidades sejam sanadas. Após, os feitos aptos ao julgamento são separados, já com todas as anotações pertinentes e o colaborador a quem se destina, sendo colocados no localizador de "Pedido de Dia". Casos que necessitam de despachos são feitos no momento da triagem pela Chefe de Gabinete ou pelos servidores, conforme o caso. Embargos de Declaração são distribuídos aos servidores que minutaram o voto de mérito, por meio de seus localizadores interno. Utilizamos amplamente os localizadores do sistema.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle ocorre naturalmente, na rotina diária, através de consulta aos localizadores do órgão e às ferramentas do sistema.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são sempre coletivas, no sentido de julgamento célere dos feitos, respeitadas, na medida do possível, a especialização adotada nesta unidade.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

As substituições dos assessores são utilizadas como forma de recompensa, levando-se em conta o cumprimento das metas e o grau de comprometimento dos servidores. Diversos servidores ocuparam funções comissionadas, mas devido ao bom desempenho foram nomeados para as CJs.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Conforme já informado, em regra, todos os feitos aptos ao julgamento são pautados, no prazo máximo de uma semana após a conclusão, não havendo necessidade de tratamento específico. No entanto, casos urgentes sempre são tratados com prioridade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

O Desembargador prioriza o julgamento pelo colegiado, mas há poucas decisões terminativas, pelos motivos elencados no art. 485 do Código de Processo Civil. Nos agravos de instrumento, quando ocorre a perda de objeto em razão do proferimento de sentença, o Desembargador profere decisão extintiva, nos termos do art. 932 do CPC.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São utilizados como parâmetros, mas há orientação do Desembargador para que a equipe analise cada caso como único.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O estímulo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores é contínuo. O Desembargador preza pelo aprimoramento como forma de qualificação, que

indubitavelmente, reflete na qualidade do trabalho.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é realizado pela Subsecretaria e verificados pelo Diretor daquela unidade. O NUGEP informa acerca do julgamento dos temas que motivaram as suspensões. Encontram-se suspensos: TR/FGTS (731/STJ e ADI 5090); GDAT - (AR 6.436/STJ); Redirecionamento da execução fiscal (962/STJ e 981/STJ); faixa não edificável - margens de cursos d'água naturais - área urbana consolidada (1010/STJ); Plano de saúde coletivo - reajuste - faixa etária; ônus da prova (1016/STJ); Limites subjetivos da coisa julgada MS Coletivo 2005.51.01.016159-0 (1056/STJ); Inscrição em dívida ativa, cobrança dos valores indevidamente recebidos em benefício previdenciário. (1064/STJ); Pensionista de militar - assistência médico-hospitalar por meio do FUNASA (1080/STJ); Militar HIV - reforma ex officio - incapacidade definitiva (SIRDR 4/STJ e 1088/STJ); Indenização - servidores - (974 no REsp n. 1.617.086/PR) SIRDR 9/STJ e Expurgos planos Bresser e Verão, Collor I e II conta poupança (STF 264/265/285) e ADPF 165.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Quando verificada a possibilidade de acordo, as partes são intimadas e o acordo é homologado, seja sob a relatoria do Desembargador ou através das ações do Núcleo de Conciliação do Tribunal.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, na sessão seguinte, logo após a conclusão dos autos ao gabinete.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência é realizado através da pesquisa de precedentes nos sites dos Tribunais Superiores pelos titulares das matérias. Além disso, são consultados os relatórios enviados pelo NUGEP ao gabinete, os quais são encaminhados aos e-mails dos servidores e do Desembargador. Há, ainda, divulgação de precedentes no grupo de comunicação interna do gabinete no Whatsapp.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos sempre são compartilhados antes da sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas de forma totalmente remota, em um ambiente digital. Possuem um prazo de duração de 5 dias para que os integrantes do órgão julgador possam analisar todos os processos. Os votos são acessados pelo Desembargador através de um painel de julgamento, por onde ele registra o seu voto, podendo pedir vista, divergir ou concordar com os termos do voto dos demais Desembargadores. Todos os votos são apresentados no ambiente virtual antes da sessão, para prévio conhecimento dos casos. Entre o início e o encerramento da sessão, apenas os integrantes do órgão julgador conseguem acompanhar integralmente a sessão, via sistema, e a divulgação integral do conteúdo da sessão e dos julgamentos ocorre apenas após a sua conclusão, não há link para acompanhamento como nas sessões por videoconferência (presencial).

28. A unidade possui plano de gestão?

A gestão é feita de forma dinâmica.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A lotação de servidores está completa. Quanto aos recursos materiais, em decorrência da pandemia, houve autorização de retirada de equipamentos de informática para uso residencial, nos termos da Resolução TRF2-RSP- 2020/00016. |
| b) gestão do trabalho | Gestão proativa, com base nos dados estatísticos e atenta às mudanças para adiantamento das medidas. |
| c) resultados | Desde a assunção do Desembargador, em abril de 2019, os resultados vêm melhorando, com redução expressiva do número de processos no gabinete. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter e aprimorar a organização e a produtividade deste gabinete, para que os feitos permaneçam na unidade somente pelo mínimo tempo necessário aos trâmites administrativos, até o julgamento.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Ações de estímulo ao desenvolvimento pessoal, através dos cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal, para manter a equipe interessada e atualizada. Manter e aprimorar as ações de gestão de pessoal de forma a permitir um contínuo e melhor entrosamento entre os membros, com a ampla utilização dos recursos digitais.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A utilização da plataforma Zoom como serviço de videoconferência ampliou o acesso e o atendimento aos advogados, além de dar melhor organização à agenda do Desembargador. Além disso, facilitou a reunião dos servidores, sem a necessidade do deslocamento até o Tribunal.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

É realizado através da ferramenta relatórios, por meio do sistema eproc, com a alimentação dos parâmetros pretendidos. Além disso, utiliza-se o portal de estatísticas do TRF.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--------------------|
| 50061387120204025118 | 1º/3/2021 | - |
| Observação: Com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Processo veio à conclusão para Voto-Vista em 3/9/21, sendo efetivamente julgado em 13/9/2021. Nenhuma providência a ser tomada por este gabinete, tendo em vista que o feito tramita sob a relatoria do Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund. | | |
| 50562410220214025101 | 6/9/2021 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 9/9/2021, quando foi prolatada decisão monocrática. Detectado equívoco no agendamento do processo, a falha foi sanada com a remessa dos autos à Subsecretaria. | | |

Foi certificada a intimação eletrônica em 14/2/2022. Feito regularizado.

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--------------------|
| 50502455720204025101 | 18/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 7/3/2022, para julgamento dos Embargos de Declaração. | | |
| 50455818020204025101 | 31/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 7/3/2022, para julgamento dos Embargos de Declaração. | | |
| 00035487320144025101 | 1º/2/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 14/3/2022, para julgamento dos Embargos de Declaração. | | |
| 00030119720024025101 | 12/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Prolatada decisão, em 22/2/2022, não conhecendo do Recurso de Apelação, nos termos do inciso I, §2º, art. 76, c/c § 2º do art. 313, ambos do CPC. Certificadas as intimações pela Subsecretaria, em 23/2/22. | | |
| 50266087720204025101 | 17/9/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 7/3/2022, para julgamento dos Embargos de Declaração. | | |
| 50357833220194025101 | 23/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 14/3/2022, para julgamento dos Embargos de Declaração | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 8 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Ao momento da inspeção, não foram identificadas pendências, de modo que todos os processos da amostra encontravam-se regulares.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Deste modo, não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro.

O gabinete em inspeção integra a 6ª Turma da Corte (3ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, abrange o processamento e julgamento de “*matérias administrativas e aquelas referentes aos conselhos profissionais, bem como todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Seções Especializadas, incluindo-se os habeas corpus relativos à*

prisão de natureza civil, quando não prevista na competência das outras Turmas” (artigo 13º, III).

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho da unidade percebeu pontual aumento de servidores, contrabalanceada, em parte, pela diminuição de estagiários. Em abril de 2020 eram 17 servidores (14 efetivos, 3 sem vínculo) e 3 estagiários; atualmente o gabinete conta com 18 servidores (16 efetivos, 1 sem vínculo e 1 requisitado) e 1 estagiário.

Segundo o relatado, em termos de organização desta equipe para enfrentamento da demanda processual, há triagem de entrada de processos, momento em que estes são categorizados por matéria e dificuldade. O gabinete adota sistema de especialização de servidores, para manter a coerência dos julgados, destacando-se os feitos mais difíceis para trato pela assessoria, e os urgentes para providência imediata.

O acervo é acompanhado a partir de dados estatísticos e ferramentas do sistema eproc, sendo relatada, em entrevista, a complexidade da operação do painel de estatística da 2ª Região. Foi pontuada, de maneira correlata, a especificidade com que o sistema eproc trata o sobrestamento de processos (a partir de anotação na autuação que, contudo, não retira o processo automaticamente da tramitação ajustada, de modo a prejudicar a obtenção de dados fidedignos de processos sem movimentação, além de demandar trato adicional pelo setor de estatística para segregação da tramitação bruta e ajustada).

Nada obstante as dificuldades, o desempenho do gabinete no último biênio, aferido pelos dados de tramitação levantados pelo Conselho da Justiça Federal, merece destaque e elogios. Com efeito, houve aprimoramento nos principais indicadores utilizados.

Neste sentido, o estoque em conclusão, que à inspeção anterior era de 1.672 feitos, atualmente encontra-se em 954 processos, redução de aproximadamente 43,95%, dado destacadamente positivo. Conforme informado pelo gabinete, no início do 12º mês anterior eram 1.225 processos, a denotar consistente e contínuo progresso de redução de pendências no período.

Reflexo natural da redução substancial de acervo, o estoque de processos conclusos igualmente variou para menor, passando de 364 em 2020 para 106 em 2022. No mesmo passo, no tocante a recursos internos, houve decréscimo de aproximadamente 48,28% nos embargos de declaração pendentes, que em 2020 eram 110 (65 conclusos havia mais de 30 dias) e atualmente totalizam 58 feitos (20 conclusos há mais de 30 dias). No mesmo caminho, o acervo de agravos internos pendentes de julgamento, que já era de modicidade em 2020 (apenas 4 feitos), foi integralmente zerado em 2022.

É importante destacar que todos os embargos de declaração constantes da amostragem como pendentes de apreciação já haviam sido julgados ao tempo da inspeção, não se identificando atrasos no acervo respectivo, conforme parâmetros de avaliação do Conselho da Justiça Federal.

O expressivo resultado dos esforços da equipe da unidade em inspeção também se destaca no contraste dentro da 6ª Turma e, de modo geral, na 3ª Seção. Com efeito, o tempo médio de tramitação de processos no gabinete até o primeiro julgamento é de 2 meses, para a média de 4 meses na Turma e 10 meses na Seção.

Em termos de acervo ajustado em processamento, a unidade é a que possui o menor estoque de feitos (954), bem abaixo da média tanto da Turma (média de 1.442 processos), como da Seção (cuja média de estoque processual é de 2.478 feitos), a demonstrar a adoção de política consistente de redução alinhada às diretrizes fixadas pela administração superior, conforme exposto em seguida.

Com efeito, relativamente às metas dos conselhos superiores para o ano de 2021 afetas diretamente a incrementos quantitativos e qualitativos do estoque processual e de cumprimento cotejado no questionário prévio, verificou-se o seguinte desempenho da unidade:

(i) Meta CNJ 1/2021: **121,49%** de cumprimento (2.555 processos julgados para 2.103 processos distribuídos);

(ii) Meta CNJ 2/2021: **100%** de cumprimento para a faixa de distribuídos até 2016 e **117,5%** para a faixa de 2017;

(iii) Meta CNJ 4/2021: **142,9%** de cumprimento;

(iv) Meta CNJ 6/2021: **125%** de cumprimento.

Destaca-se, ainda, que, no momento do preenchimento do questionário prévio pela unidade, foi informado que todas as recomendações da última inspeção foram atendidas, remanescendo apenas um processo selecionado na autoinspeção de 2021 aguardando providências (autos 0024623-33.1998.4.02.5101). A equipe de inspeção constatou que, atualmente, tal feito encontra-se incluído em pauta de julgamento para a sessão virtual de 25/4/2022, pelo que se estima a breve solução em definitivo da pendência.

É importante ressaltar, ainda, que a existência de um processo sobrestado em gabinete (e não em Secretaria, como é a praxe na 2ª Região) não configura irregularidade de qualquer sorte, dado que, como abordado, o sobrestamento do processo, no sistema eproc, é realizado por simples anotação na autuação, de modo a ocasionar que feitos nestas condições, que retornem brevemente ao gabinete por qualquer necessidade (apreciação de petição, por exemplo), mantenham a característica de “sobrestados”.

34. RECOMENDAÇÕES

Dada a excelência dos resultados nos diferentes aspectos avaliados, a unidade merece elogio e reconhecimento pelo modelo de gestão adotado, tornando-se referencial importante, a ser incentivado para manutenção das conquistas alcançadas, difusão de boas práticas e contínuo desenvolvimento de novas ideias, concepções e estratégias de trabalho.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund

2.2 Turma

6ª Turma Especializada

2.3 Competência

Matéria Administrativa

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cássia Regina Eccard de Carvalho - Assessora de Juiz

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|------------------------|--|
| Servidores efetivos | 15 servidores |
| Servidores sem vínculo | 1 servidor |
| Outros | 1 servidor requisitado dos Bombeiros - Agente de segurança |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|-----------------------|-------|
| Total em tramitação** | 1.737 |
|-----------------------|-------|

| | |
|--|-----|
| Processos suspensos/sobrestados | 0 |
| Processos conclusos | 612 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 1.737 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.955 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 612 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 901 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 0 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 6 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não houve qualquer tipo de auxílio ao gabinete neste período. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Prejudicado, em razão de não ocorrer qualquer mutirão, ou qualquer auxílio ao gabinete. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Prejudicado, em razão de não ocorrer qualquer mutirão, ou qualquer auxílio ao gabinete. |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Prejudicado, em razão de não ocorrer qualquer mutirão, ou qualquer auxílio ao gabinete. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não houve modificação de competência. |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não houve qualquer redistribuição. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 21 |
| Mandados de segurança | 2 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 14 |

| | |
|-------------------|---|
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 3 |
| Outros | 2 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 1.716 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 3 |
| Recursos em ações populares | 3 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 17 |
| Recursos em ações civis públicas | 31 |
| Recursos em ações de desapropriação | 11 |
| Recursos em ações com preferência legal | 374 |
| Outros | 1.290 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 1.716 |
| Apelações cíveis | 1.077 |
| Agravos de instrumento | 524 |
| Outros | 115 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|-----------------|---|
| Total de feitos | 0 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |
| Por Recurso Extraordinário | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 61 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 6 |
| Agravos legais/regimentais | 5 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 4 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 3 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 12 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 96 |
| Ano anterior | 749 |
| 2º ano anterior | 67 |
| 3º ano anterior | 22 |
| 4º ano anterior | 9 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 19 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 80 |
| Ano anterior | 743 |
| 2º ano anterior | 51 |
| 3º ano anterior | 12 |
| 4º ano anterior | 6 |
| 5º ano anterior | 4 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 5 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 70 |
| Ano anterior | 498 |
| 2º ano anterior | 27 |
| 3º ano anterior | 3 |
| 4º ano anterior | 7 |
| 5º ano anterior | 4 |
| 6º ano anterior | 0 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 3 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 0 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.077 |
| Total de Processos julgados | 2.593 |
| Total de Processos baixados | 2.669 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -516 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -592 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 146 processos - Autoinspeção 2021 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 39 processos - Inspeção 2020 |
| Total de feitos não regularizados | Todos foram regularizados |
| Total de feitos não regularizados | O processo n. 00892956320164025119, encontra-se suspenso - Tema 1042/STJ, e o processo 50006276720184029999, foi convertido em diligência a Vara Federal do Espírito Santo, e posteriormente, encaminhados à Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente de Marataízes/ES, para as devidas providências, 17 de dezembro de 2021. |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.082 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.649 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 113 |
| Processos julgados no ano corrente | 75 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 595 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,7% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.715 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |

| | |
|------------------------------------|--------|
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |
|------------------------------------|--------|

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.281 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 8 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 855 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,4% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 50 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 131,4% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 27 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 132,3% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 51 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 53 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 38 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 25 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
|--|---|

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os

casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Com o advento da Pandemia do Covid19, o trabalho remoto foi implantado, sem que houvesse o planejamento ideal. Deste modo, foi necessário um investimento pessoal de todos, desde a adequação das casas e das rotinas familiares até o repensar as metodologias empregadas, quer para mapeamento da produtividade quer para controle das rotinas internas; de modo que fosse viável a continuidade das atividades do gabinete. Com referidas mudanças de paradigma, indiscutivelmente houve um aprimoramento da equipe no que se refere à comunicação interna por meio das mídias e uma atualização de todos os servidores em relação aos instrumentais disponíveis.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 12 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |

| | |
|--|---|
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 1 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 1 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 2 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 1 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 2 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 4 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 1 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Diante da pandemia e com a instauração do teletrabalho, esta Corte teve que renovar seus

paradigmas de atuação, ao que se refere ao atendimento das partes e advogados. Assim sendo, foi implantando por este gabinete o atendimento virtual, implementando as práticas por e-mail, por telefone, e voltando a fazer o atendimento presencial pelo gabinete, de maneira parcial. Esse atendimento virtual, através de e-mail ou telefone, possibilita aos advogados a remessa de memoriais, vídeos com sustentação do advogado, pedidos para apreciação de agravos novos, tutela de urgência, ou seja, qualquer ajuda em questões processuais.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve determinação específica para o Gabinete na última Inspeção (2020). O que teve foi uma determinação no Relatório de Inspeção, encaminhado à Presidência desta Corte Regional, e por consequência aos gabinetes para serem adotadas as providências, para o integral cumprimento da recomendação especificada à página 25 do relatório de Inspeção/2020, que segue : "DETERMINAÇÕES Além das recomendações contidas nos relatórios de cada unidade inspecionada, a Corregedoria-Geral recomenda aos membros do TRF da 2ª Região a seguinte providência: - A disponibilização das minutas de voto dias antes da sessão, logo após a inclusão em pauta ou em mesa, sem prejuízos de que alguns votos sejam disponibilizados mais perto do início da sessão."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A mencionada recomendação sempre foi adotada por este gabinete, disponibilizando as minutas de voto dias antes da sessão, logo após a inclusão em pauta ou em mesa, sem prejuízos de que alguns votos sejam disponibilizados mais perto do início da sessão.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Apesar de não existirem recomendações pendentes a serem adotadas, vamos dar continuidade às boas práticas referentes à triagem de processos; ao mapeamento, uniformização e roteirização de rotinas de trabalho; bem como a divisão de tarefas por especialização; e capacitação continuada; visando dar pleno conhecimento a todos do fluxo de trabalho existente no gabinete e alcançando o maior índice possível de celeridade e eficiência. De igual modo, pretende-se estabelecer periodicamente a realização de mutirão interno com foco em processos que versem sobre matérias uniformizadas e com maior percentual em estoque.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo,

quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Este gabinete apesar de não alcançar o objetivo de atender a Meta 2/2021 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016), e a Meta 2/2022 (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017), atingiu a percentual bem próximo do solicitado que é de 100%. O total atingido foi: Meta 2/2021, o percentual de 99,7%, e a Meta 2/2022, o percentual de 99,4%. Em relação às metas do ano em curso, pretende-se intensificar as práticas que já vêm sendo adotadas para que as mesmas sejam atendidas plenamente.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Conforme acima já explanado, temos como meta darmos continuidade às boas práticas referentes à triagem de processos; ao mapeamento, uniformização e roteirização de rotinas de trabalho; bem como a divisão de tarefas por especialização; e capacitação continuada; visando dar pleno conhecimento a todos do fluxo de trabalho existente no gabinete e alcançando o maior índice possível de celeridade e eficiência. De igual modo, pretende-se estabelecer periodicamente a realização de mutirão interno com foco em processos que versem sobre matérias uniformizadas e com maior percentual em estoque.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Cássia Regina Eccard de Carvalho

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O acervo do gabinete é formado basicamente por processos eletrônicos ou digitalizados, no sistema de processamento eletrônico em funcionamento neste TRF2. Na assunção do gabinete em abril de 2017, o quantitativo e as matérias foram mapeadas, as rotinas de trabalho foram uniformizadas e roteirizadas, criando-se locais virtuais padrões, conforme a divisão de trabalho implementada. A divisão interna de tarefas foi feita entre os servidores, considerando o perfil e a formação destes, bem como o quantitativo de processos, o tipo de ação e a matéria (assunto), visando uma maior produtividade, uniformidade nas minutas e análise jurídica pertinente, criando-se localizações específicos com processos urgentes, incidentes, etc.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes da pandemia não existia nenhum servidor em regime de teletrabalho. Atualmente, 5 servidores estão trabalhando presencial, em rodízio, sendo dois servidores por dia. Os demais estão em teletrabalho integral, com fulcro na última Resolução desta Corte TRF2-RSP-2022/00013.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Conforme explanado acima, a maioria está totalmente integral, sendo que somente 5 servidores, estão parcialmente.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não existe um critério específico, pois os processos são divididos aos servidores, por matéria, ou seja, tem matérias bem mais trabalhosas que outras, não tendo como definir

uma cota igual para todos. Mas estamos sempre acompanhando a produtividade de cada um.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Conforme acima explanado, apesar de não termos uma cota específica, estamos sempre acompanhando a produção de cada servidor no seu dia a dia. Caso constata-se alguma queda na produção, é informado aos servidores, solicitando uma dedicação maior, e se essa queda for específica de um servidor, é falado diretamente com o mesmo.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos mais processos físicos no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são divididos e localizados por servidor e por matéria. Referida divisão leva em consideração o perfil de trabalho e a formação dos servidores, visando ao alcance do binômio produtividade/eficiência. Dentro do acervo de cada servidor, assim como no gabinete de modo geral, as minutas são feitas de acordo com entendimento do Desembargador Federal Poul Erik Dyrland, bem como em conformidade com as Metas do CNJ e com a data de conclusão, respeitando-se, ainda, as prioridades legais. Apesar das divisões internas, especializadas por servidor, toda atividade possui duas ou mais pessoas treinadas, visando evitar a interrupção do trabalho nos casos de férias e licenças médicas.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Mensalmente é mapeada a atuação do gabinete, através das planilhas elaboradas pelo setor de Estatística do TRF2, com ajustes nas rotinas de trabalho e redivisões de tarefas quando necessário para manter ou ampliar a produtividade. Processos com embargos de declaração, agravo interno, tutela de urgência e pedido de efeito suspensivo, são colocados em locais específicos para sua prioridade.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, há metas individuais. Analisando-se a complexidade da matéria e o tamanho do acervo, as metas são variáveis. Contudo é indicado a todo servidor o dever de atendimento às metas do CNJ e às prioridades legais.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Internamente inexistente política de recompensa. Contudo, as metas dos Conselhos são tratadas prioritariamente na triagem processual. A equipe é instruída a priorizar os processos das metas, as prioridades legais, e, logo em seguida os mais antigos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os feitos com prioridade legal são sempre priorizados. Sempre dando atenção rápida aos processos de idosos, Mandado de Segurança, Habeas Data, e os processos com Metas do CNJ. Após, essa ordem, sempre priorizamos o processos mais antigos no gabinete.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são usados no acervo próprio do Gabinete, que se encontra na rede do Tribunal, com acesso de todos os servidores do gabinete, bem como através de pesquisa no próprio eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Normalmente não é necessário essa identificação, pois os próprios servidores tomam a iniciativa para se capacitarem, fazendo cursos oferecidos pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Há a atualização constante dos temas suscitados nos Tribunais Superiores, com a devida informação repassada a todos da equipe. Sendo encargo de cada servidor, na triagem dos processos sob sua responsabilidade, minutar os despachos pertinentes à suspensão dos feitos. Sendo referido controle, periodicamente acompanhado pelos servidores gestores. - Tema 264 / 265 STF - 53 -ADI 5090 - 10 -Tema 692 STJ - 1 -Tema 769 STJ - 22 -Tema 981 STJ - 6 -Tema 1009 STJ - 1 -Tema 1042 STJ - 26 -Tema 1056 STJ - 8 -Tema 1064 STJ - 1 -Tema 1080 STJ - 12 -Tema 1086 STJ - 1 -Tema 1088 STJ - 4 -IRDR 71/TO - 6 - AR 6436-DF STJ - 34 - Encaminhado ao STJ (50030664120194020000 representativo de controvérsia junto com 00051350520174020000 50057344820204020000) - 30 - Outras situações – 6.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Em razão da matéria de especialização deste gabinete, poucos são os temas que admitem qualquer espécie de transação. Contudo, os processos de assuntos que admitem acordo (dívidas com a CEF, no geral) são automaticamente inscritos nos mutirões de conciliação realizados neste TRF2.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Normalmente são levados no máximo em duas sessões. Os processos de vista são tratados como prioridade no retorno da sessão, ganhando a máxima atenção do Desembargador, juntamente com o servidor responsável pelo tema, na tentativa de serem devolvidos para o julgamento seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Há acompanhamento pelos servidores gestores das mudanças de entendimento da Corte, com a devida informação repassada a todos da equipe. Sendo também encargo de cada servidor, ao preparar a minuta certificar-se da atualidade dos entendimentos quer deste TRF2, quer dos Tribunais Superiores, pertinentes ao tema, atualizando as minutas e seus respectivos modelos.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Antes de cada sessão, é disponibilizados o voto do processo, no painel de votação, da sessão em questão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas semanalmente. Os processos são incluídos em pauta, e disponibilizadas as minutas dos votos no painel de votação. Essa sessão dura uma semana. Lá o Desembargador pode acompanhar o relator, divergir, acompanhar a divergência e pedir vista dos autos. O advogado tem o prazo de 5 dias para se opor a essa pauta virtual, e requerer que seu processo seja julgado em uma sessão por videoconferência.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Como hábito é feito o mapeamento dos processos (quantidade e matéria), bem como das rotinas de trabalho. Os processos são divididos por assunto e servidor responsável; havendo a preocupação constante em dar fluidez aos acervos individuais de modo que não haja processo acumulado em localizador. Outra preocupação é de aplicar a capacitação continuada dos servidores (como rodízio de matérias, de modo que cada servidor esteja capacitado a trabalhar com uma gama maior de assuntos). As rotinas de trabalho são uniformizadas e roteirizadas, visando tornar o fluxo de trabalho mais célere e eficaz. Há comunicação interna frequente, entre os membros que compõem a equipe, acerca das novidades legislativas e jurisprudenciais, quer das Cortes Superiores, quer do próprio Tribunal e suas diversas instâncias julgadoras.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | No que se refere aos recursos humanos, atualmente o gabinete conta com 17 servidores. Dentre estes, a maior parte (14 servidores) está habilitada à elaboração de minutas, havendo dois servidores voltados para área administrativa (acervo do balcão, redistribuição interna dos processos e logística das sessões de julgamento) e um para área de apoio ao Desembargador (motorista). Com o teletrabalho, os servidores individualmente adaptaram suas casas de maneira a atender as demandas do trabalho, esforço esse que não pode deixar de ser reconhecido, uma vez que exigiu não somente investimento financeiro (compra de computadores, telas, contratação de planos mais rápidos de internet, adequação de mobiliário, etc.) como também transformação de rotinas e hábitos. Com o retorno gradativo às atividades presenciais, voltou-se à utilização dos recursos materiais do Tribunal, os quais atendem às necessidades para o bom desempenho das funções. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do gabinete fica a cargo dos assessores e da oficial de gabinete, tarefas estas acumuladas à elaboração de minutas. A gestão prioriza tanto a capacitação continuada dos servidores, quanto a permanente atualização em relação às orientações legais e jurisprudenciais, e a uniformização de rotinas visando a celeridade. Os processos são separados por matéria/assunto, e divididos pelos servidores para triagem e preparação de minuta, sendo a divisão de tarefas feitas por especialização. A instrução é para que inicialmente sejam preparados os processos das metas, as prioridades legais, e, logo em seguida os mais antigos. O acervo do gabinete é |

| | |
|---------------|--|
| | acompanhado através do Portal Estatístico do Tribunal, e as rotinas internas de trabalho são constantemente revisadas, visando o aprimoramento das mesmas e a prestação jurisdicional rápida, uniforme e justa. |
| c) resultados | Com o acompanhamento do acervo do gabinete através do Portal Estatístico do Tribunal, é notado de imediato os fluxos de processo, de modo que possam ser tomadas providências em relação aos aumentos do acervo, quer de os de ordem geral, quer os de represamentos pontuais (aumentos da quantidade de um assunto específico. Ex. planos econômicos, eventuais gratificações, etc.), situação na qual os processos são redivididos internamente. Outra medida tomada periodicamente é a realização de mutirão interno com foco em processos que versem sobre matérias uniformizadas e com maior percentual em estoque. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

De maneira teleológica, os objetivos estão sempre voltados para a prestação jurisdicional rápida, uniforme e justa. E, em termos de logística de trabalho os objetivos voltam-se para a manutenção do menor acervo possível, de modo que a quantidade de processos seja administrável e o produto final do trabalho seja de qualidade, evitando retrabalho.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Dar continuidade às boas práticas referentes à triagem de processos; ao mapeamento, uniformização e roteirização de rotinas de trabalho; bem como a divisão de tarefas por especialização; e capacitação continuada; visando dar pleno conhecimento a todos do fluxo de trabalho existente no gabinete e alcançando o maior índice possível de celeridade e eficiência. De igual modo, pretende-se estabelecer periodicamente a realização de mutirão interno com foco em processos que versem sobre matérias uniformizadas e com maior percentual em estoque.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho remoto, apesar de ter exigido transformações com custos financeiros e emocionais, uma vez que exigiu a reforma de espaços individuais de trabalho, a reestruturação de rotinas e adaptação do grupo familiar; indiscutivelmente trouxe uma flexibilidade de horários e a possibilidade de maior convívio familiar, o que deságua numa maior qualidade de vida; sobretudo, levando-se em consideração as dificuldades de deslocamento dos grandes centros urbanos. E, dentro das rotinas impostas pelo teletrabalho, a melhoria da comunicação interna, utilizando-se efetivamente as mídias disponíveis para a veiculação de informações pertinentes ao trabalho, com a preocupação muito maior da equipe em estarmos todos informados e atualizados, foi um avanço efetivado.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Nosso controle é feito, através de acompanhamento dos localizadores do órgão no eproc. Estamos sempre acessando esses localizadores, para exatamente verificar a existência de processos parados.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 00246308820184025112 | 21/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo foi redistribuído e remetido para este Gabinete em 15/10/2021. Foram proferidas decisões referentes ao pedido de gratuidade de justiça, tendo sido a última proferida em 16/2/2022 para determinar que a Apelante junte os documentos pertinentes para a sua análise. | | |
| 50272144220194025101 | 24/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 01330340920174025101 | 25/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 7/3/2022. | | |
| 50061599820204025101 | 7/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo foi retirado da pauta do dia 7/2/2022, por oposição do apelante, e incluído na pauta de julgamento da sessão ordinária do dia 8/3/2022. | | |
| 50021294520194025104 | 1º/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 00177118720164025101 | 24/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50985033520194025101 | 1º/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 50542849720204025101 | 3/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 01055733220174025111 | 16/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50173522220204025001 | 24/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 00609642820164025101 | 26/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 7/3/2022. | | |
| 50077892620194025102 | 28/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 50093124220204025101 | 25/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 00736565920164025101 | 4/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50043843720194025116 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 50036382620214020000 | 25/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 00224779520164025001 | 16/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 00297547120074025101 | 5/6/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 00780261320184025101 | 20/0/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 00061665420154025101 | 21/6/2021 | Apelação |

| | | |
|--|-----------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50377692120194025101 | 26/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 50016109220184025108 | 6/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50038305020194025101 | 6/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 50079013220184025101 | 6/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 50017770220194025003 | 21/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50624338220204025101 | 20/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50003027120204025101 | 22/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 50715572620194025101 | 22/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/3/2022. | | |
| 01962946020174025101 | 23/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 14/3/2022. | | |
| 50774012020204025101 | 23/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 05007183820184025101 | 7/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 50403498720204025101 | 29/7/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/3/2022. | | |
| 50002042820214025109 | 4/8/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 7/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 33 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Ao momento da inspeção, não foram identificadas pendências, de modo que todos os processos da amostra encontravam-se regularizados ou, conforme o caso, incluídos em pautas de julgamento referentes ao mês de abril de 2022.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Deste modo, não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Poul Erik Dyrland.

O gabinete em inspeção integra a 6ª Turma da Corte (3ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, abrange o

processamento e julgamento de “matérias administrativas e aquelas referentes aos conselhos profissionais, bem como todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Seções Especializadas, incluindo-se os *habeas corpus* relativos à prisão de natureza civil, quando não prevista na competência das outras Turmas” (artigo 13º, III).

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho da unidade percebeu pontual aumento de servidores, contrabalanceada, em parte, pela diminuição de estagiários. Em abril de 2020 eram 16 servidores (15 efetivos, 1 sem vínculo) e 1 estagiário; atualmente o gabinete conta com 17 servidores (15 efetivos, 1 sem vínculo e 1 requisitado) e nenhum estagiário.

A unidade narrou que, quando da assunção do acervo, em 2017, o estoque processual foi mapeado, com quantificação da incidência de cada matéria. Em paralelo, houve uniformização e roteirização de fluxos de trabalho, dividindo-se a demanda interna entre a equipe, a partir do perfil de cada servidor, focando-se em especialização por matéria, para maior produtividade. Apontou-se que há ao menos dois servidores treinados para cada tarefa desempenhada, de modo a evitar interrupções de trabalho.

Informou-se, ainda, que há avaliação mensal do trabalho do gabinete, através de dados elaborados pelo setor de estatística do Tribunal, ajustando-se cargas e processos de trabalho quando necessário.

Os resultados da sistemática adotada podem ser observados na evolução dos indicadores de análise do acervo da unidade.

Neste sentido, o estoque em conclusão, que à inspeção anterior era de 1.933 feitos, atualmente encontra-se em 1.737 processos. Conforme informado pelo gabinete, no início do 12º mês anterior eram 1.955 processos, a denotar consistência dos métodos de ajuste de estratégia narrados pela unidade.

Constata-se, também, expressiva redução do estoque de processos conclusos, que variou de 885 em 2020 para 612 em 2022, decréscimo de cerca de 30,84%, dado bastante positivo. No mesmo passo, no tocante a recursos internos, houve decréscimo de embargos de declaração pendentes, que em 2020 eram 83 (49 conclusos havia mais de 30 dias) e atualmente totalizam 61 feitos (apenas 6 conclusos há mais de 30 dias). No mesmo caminho, o acervo de agravos aguardando julgamento, que já era de modicidade em 2020 (18 feitos), foi reduzido a 5 processos em 2022. É importante destacar que todos os recursos internos constantes da amostragem como pendentes de apreciação já haviam recebido encaminhamento ao tempo da inspeção.

O expressivo resultado dos esforços da equipe da unidade em inspeção também se destaca no contraste dentro da 3ª Seção. Com efeito, o tempo médio de tramitação de processos no gabinete até o primeiro julgamento é de 4 meses, equivalente à média de 4 meses na 6ª Turma, e bem inferior à média de 10 meses na Seção.

Em termos de acervo ajustado em processamento, a unidade revela estoque (1.737) acima da média da Turma (média de 1.442 processos), porém inferior à média da Seção (cuja média de estoque processual é de 2.478 feitos). O acervo superior à média da Turma não decorre de problema de gestão a ensejar específica recomendação, mas da assimetria no estoque de feitos entre os respectivos integrantes, tanto assim que, em termos de fluxo processual, tem havido redução do acervo, alinhada às diretrizes fixadas pela administração superior, conforme exposto em seguida.

Com efeito, relativamente às metas dos conselhos superiores para o ano de 2021 afetas diretamente a incrementos quantitativos e qualitativos do estoque processual e de cumprimento cotejado no questionário prévio, verificou-se o seguinte desempenho da unidade:

(i) Meta CNJ 1/2021: **127,23%** de cumprimento (2.649 processos julgados para 2.082 processos distribuídos);

(ii) Meta CNJ 2/2021: **99,7%** de cumprimento para a faixa de distribuídos até 2016 e **117,6%** para a faixa de 2017;

(iii) Meta CNJ 4/2021: **131,4%** de cumprimento;

(iv) Meta CNJ 6/2021: **125%** de cumprimento.

Registra-se, finalmente, que o gabinete não havia recebido recomendação específica na inspeção anterior, não havendo pendências de saneamento neste tocante.

34. RECOMENDAÇÕES

Destaca-se a importância dos esforços da unidade em manter como meta a excelência da gestão processual e a obtenção de resultados ainda melhores, sem apontamentos específicos, recomendando-se apenas sejam mantidas as conquistas e avanços alcançados.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Reis Friede

2.2 Turma

Sexta Turma Especializada

2.3 Competência

Matéria de Direito Administrativo

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Reis Friede

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal Reis Friede foi empossado no cargo de Presidente do TRF da 2ª Região em 4/4/2019, assumindo um acervo de 21 processos em trâmite, e permaneceu naquele Órgão até 8/4/2021, deixando um acervo de 11 processos. A partir de então, assumiu o Gabinete 18 da Sexta Turma Especializada com um acervo de 1.637 processos em tramitação e 337 sobrestados (posição de março/2021, conforme dados estatísticos colhidos no Portal de Estatísticas deste Tribunal).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama que atuou no Gabinete até o dia 8/4/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luisa Nogueira Costa - Analista Judiciário - Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Reis Friede

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|--------|
| Servidores efetivos | 19 |
| Servidores sem vínculo | 01 |
| Estagiários de nível médio | Não há |
| Estagiários de nível superior | 03 |
| Outros | Não há |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 1.943 |
| Processos suspensos/sobrestados | 316 |
| Processos conclusos | 765 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 1.943 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 1.575 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 765 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 572 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 20 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 06 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 40 |
| Mandados de segurança | 02 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 11 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 23 |
| Outros | 04 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 1.901 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 0 |
| Recursos em ações populares | 07 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 16 |
| Recursos em ações civis públicas | 35 |
| Recursos em ações de desapropriação | 13 |
| Recursos em ações com preferência legal | 535 |
| Outros | 1.304 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 1.901 |
| Apelações cíveis | 1.130 |
| Agravos de instrumento | 629 |
| Outros | 142 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos originários criminais | 01 |
| Ações penais | 01 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|----|
| Total de feitos recursais criminais | 01 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 01 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |

| | |
|---------------|---|
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 20 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 18 |
| Por Recurso Extraordinário | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 41 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 19 |
| Agravos legais/regimentais | 11 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 10 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|-----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 115 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 15 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 81 |
| Ano anterior | 518 |
| 2º ano anterior | 61 |
| 3º ano anterior | 08 |
| 4º ano anterior | 01 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 10 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 76 |
| Ano anterior | 397 |
| 2º ano anterior | 77 |
| 3º ano anterior | 09 |
| 4º ano anterior | 0 |
| 5º ano anterior | 03 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 10 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|-----|
| Ano atual | 60 |
| Ano anterior | 581 |
| 2º ano anterior | 71 |
| 3º ano anterior | 31 |
| 4º ano anterior | 07 |
| 5º ano anterior | 03 |

| | |
|--------------------------------|----|
| 6º ano anterior | 03 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 09 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|----|
| Processos concluídos para voto-vista | 07 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 07 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|----|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 01 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.217 |
| Total de Processos julgados | 2.207 |
| Total de Processos baixados | 2.147 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 10 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 70 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | Não se aplica, considerando que o Exmo. Sr. Desembargador Reis Friede assumiu o acervo em abril de 2021 |
| Total de feitos não regularizados | Não se aplica |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 113 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.224 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.205 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 112 |
| Processos julgados no ano corrente | 141 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.185 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 04 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,7% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.848 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.408 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 14 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 823 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 04 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,1% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 52 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 142,9% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 29 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 01 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 137,9% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 44 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 50 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 45 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 36 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | ---- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo):

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | ---- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

A unidade prioriza o julgamento de alguns temas que estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Dentre eles estão: as demandas relativas à saúde (ODS n 3), as ações de improbidade (ODS n 16), as ações civis públicas que tratam de matéria ambiental (ODS ns 14 e 15).

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 20 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |

| | |
|--|----|
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 05 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 01 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 01 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 02 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 01 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 01 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 03 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 04 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 01 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 01 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Atualmente, toda a atividade da unidade é desenvolvida por meios eletrônicos, desde os julgamentos até o atendimento de advogados e informações às partes. Este gabinete dispõe de sala de atendimento na plataforma zoom, que constitui uma das vias de

comunicação, além do correio eletrônico e do meio telefônico. Na 2ª Região, os Núcleos de Justiça 4.0 e o Juízo 100% Digital foram implementados, inicialmente, em primeira instância, tanto na SJRJ como na SJES.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|-------|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | ----- |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica, considerando que a última inspeção foi no ano de 2020, ocasião em que o Exmo. Desembargador Federal Reis Friede não integrava o Gabinete 18.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Esta Unidade deixou de atender a Meta 1/CNJ, julgando 2.205 processos de um total de 2.224 distribuídos, bem como a Meta 2/2021 CNJ, alcançando, nesta meta, o percentual de 99,7% de atendimento. Dentre as iniciativas planejadas para o atendimento às metas deste ano, temos, primeiramente, a identificação dos processos relacionados; a verificação alguma pendência impeditiva de inclusão do processo em pauta (falecimento, manifestação do MPF, etc) e, em caso negativo, a realização de imediata inclusão dos feitos em sessão de julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho consiste, inicialmente, em efetuar uma divisão do acervo por assunto e classe, de forma a promover uma especialização interna com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das decisões, bem como imprimir celeridade aos trabalhos, detectando-se, desde logo, a existência de medidas urgentes, prioridades legais e processos similares. As minutas são elaboradas sob a supervisão da Assessoria que faz a revisão e realiza reuniões periódicas a fim de sanar dúvidas e discutir processos de maior

complexidade. Após a aprovação das minutas pelo Magistrado, os processos são incluídos em pauta de julgamento. A Assessoria estipula uma meta de produtividade a cada servidor, levando em consideração a complexidade dos feitos, de forma a controlar o trabalho desenvolvido, especialmente nesse momento de trabalho remoto, em virtude da pandemia do Covid19. Com a imposição do trabalho remoto, foi criado um grupo em aplicativo de mensagens para troca de informações pertinentes ao serviço.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Rita de Cássia da Silva Fernandes - Assessora de Juiz e Luisa Nogueira Costa - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Logo que é distribuído, o processo é separado por matéria ou classe processual e localizado com o servidor responsável, de forma que cada servidor trabalhe com um assunto ou classe processual específicos. Essa divisão pode sofrer alterações, caso determinada matéria ou classe processual sofra um aumento ou decréscimo quantitativo. Procura-se respeitar, dentro do possível, a ordem de distribuição dos processos, considerando sempre as prioridades legais e metas estipuladas pelo CNJ. Há quatro servidores em atividades-meio, sendo os demais alocados na atividade-fim. A unidade conta também com o trabalho de estagiários que atuam sempre supervisionados por um servidor.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não. No momento, os servidores estão em regime de trabalho remoto por força da pandemia de Covid-19, nos termos das Resoluções TRF2-RSP-2022/00007, de 12/1/2022 e TRF2-RSP-2022/00008, de 26/1/2022. Apenas três servidores estão desempenhando as suas funções presencialmente em razão das atividades exercidas.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Não se aplica.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

O critério considera a complexidade dos processos a serem analisados.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A avaliação da produtividade se dá mensalmente, mediante a apresentação de relatório das atividades desenvolvidas por cada servidor. Em regra, não se verifica o descumprimento da cota estipulada. Caso ocorra, a chefia procurará identificar, através de reuniões com o servidor, as razões do baixo desempenho e, na medida do possível, corrigir eventuais lacunas de conhecimento ou alocar o servidor em outra atividade que permita melhor resposta produtiva.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O gabinete não possui processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos eletrônicos estão divididos em localizadores que permitem verificar qual o servidor responsável, data da inclusão em pauta, remessa à Secretaria, etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo se dá pelo sistema eproc, que possui várias ferramentas para esse fim, e pelo Portal de Estatísticas da Segunda Região que dá um retrato do acervo de cada gabinete (entradas, saídas, conclusão, baixas, suspensões, etc).

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Há metas individuais estipuladas de acordo com a complexidade dos feitos analisados. Além disso, cada servidor é estimulado a priorizar os processos com metas estabelecidas pelo CNJ. A meta coletiva é, basicamente, a redução do acervo em tramitação, bem como a redução da taxa de congestionamento.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. A avaliação do desempenho do servidor é utilizada como critério para a indicação para o exercício de funções comissionadas, de forma que as maiores funções sejam destinadas aos servidores que possuem melhor desempenho.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Ao se identificar, através do sistema, a existência de processos com prioridade legal ou com metas estabelecidas pelo CNJ, o servidor responsável é orientado a priorizar a análise e inclusão do referido feito em pauta de julgamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

As decisões terminativas são uma parcela minoritária no Gabinete. A orientação é que os julgamentos ocorram, em sua maioria, pelo Colegiado.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O sistema eproc possui funcionalidade que permite salvar os modelos elaborados pelo Gabinete, a fim de que todos os servidores tenham acesso. Isto permite, inclusive, facilitar o trabalho de um servidor que, em razão do afastamento de outro servidor, esteja analisando processo de matéria diversa da que costumeiramente lhe é atribuída.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A assessoria faz a revisão de todas as minutas encaminhadas ao Exmo. Sr. Desembargador, o que permite que se identifique eventual lacuna de conhecimento em algum campo específico do Direito.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O sistema eproc permite que sejam gerados diversos relatórios, dentre eles, a relação dos processos sobrestados com o respectivo tema relacionado. Encontram-se sobrestados os temas 264 e 265 do STF e 731, 1042, 1056, 1080 e 1088 do STJ.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Embora em grau recursal as chances de conciliação sejam menores, o Tribunal conta com o Núcleo de Conciliação que realiza mutirões e, sempre que possível, o Gabinete envia processos para a verificação da possibilidade de conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, busca-se levar o feito a julgamento na sessão seguinte, salvo casos mais complexos que demandem uma análise mais apurada.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O sistema eproc permite que se efetue pesquisa dos julgados do próprio TRF2. Além disso, o Tribunal dispõe de pesquisa de jurisprudência disponível na Intranet.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Em regra, os votos ficam disponíveis aos demais integrantes da Turma ou Seção 48 horas antes do início de cada sessão de julgamento virtual.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os votos ficam disponíveis no sistema eproc durante 5 dias úteis e os Magistrados proferem o voto através do próprio sistema, nos termos da Resolução TRF2-RSP- 2021/00058, de 20/7/2021.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Para fins de promoção da celeridade processual, orientação e fiscalização do trabalho desenvolvido pelos servidores e padronização de rotinas e procedimentos, são estabelecidas as seguintes ferramentas de gestão da unidade: acompanhamento dos diversos meios de comunicação e controle da entrada de documentos, processos e demandas encaminhados ao Gabinete; gestão de processos no Sistema Processual Eletrônico eproc; revisão de minutas elaboradas e criação de modelos; atendimento ao público; orientações dos trabalhos; suporte administrativo. O gabinete também prioriza a análise dos processos relacionados a metas do CNJ, bem como o acompanhamento dos temas de repercussão geral e recursos repetitivos julgados pelos Tribunais Superiores.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | O Gabinete encontra-se com o quadro de servidores completo e é bem servido de equipamentos de informática e mobiliário ergonômico. |
| b) gestão do trabalho | No momento em que o Exmo. Sr. Desembargador assumiu o Gabinete, vindo da Presidência onde as funções são eminentemente administrativas, a equipe precisou passar por um período de adaptação a fim de se conectar novamente à rotina de elaboração de minutas, pesquisa de jurisprudência, temas de repercussão geral, o que demandava maior interferência do Gestor. Para tanto, foi necessária a realização de cursos, inclusive para a utilização do sistema eproc que já estava em pleno funcionamento. Atualmente, o trabalho flui sem maiores dificuldades. A equipe mantém uma boa comunicação interna, ainda que trabalhando remotamente, o que é um ponto importante |

| | |
|---------------|---|
| | para os resultados a serem alcançados. |
| c) resultados | Inicialmente, houve um aumento na quantidade de processos em tramitação, em razão das dificuldades mencionadas no item anterior. Entretanto, atualmente, o acervo vem sendo reduzido gradualmente, embora ainda não tenhamos logrado alcançar o patamar em que o acervo se encontrava em abril de 2021. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo primordial do Gabinete é a redução progressiva do acervo com a rápida prestação jurisdicional, sem descuidar dos feitos com prioridades legais e com metas do CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Acompanhamento da produtividade dos servidores, identificação e separação de processos padrões, controle do acervo através dos dados estatísticos disponibilizados pelo TRF2.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O período da pandemia não trouxe mudanças significativas nos processos de trabalho, à exceção do trabalho remoto que se revelou eficaz, sendo uma possibilidade futura a sua adoção parcial, resultando em um sistema híbrido de trabalho, sempre em consonância com as normas editadas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Conselho da Justiça Federal.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Esse controle é realizado através do sistema eproc que permite a emissão de relatórios de processos sem movimentação de acordo com período a ser estipulado.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--------------------|
| 50153391820204020000 | 23/11/2020 | - |
| Observação/Providência: Proferida decisão monocrática não conhecendo do agravo de instrumento, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15. Partes intimadas. Aguardando decurso de prazo. | | |
| 01651857720174025117 | 24/9/2020 | - |
| Observação/Providência: Proferida decisão monocrática não conhecendo do agravo de instrumento, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15. Partes intimadas. Aguardando decurso de prazo. | | |
| 50972285120194025101 | 27/7/2020 | - |
| Observação/Providência: Proferida decisão monocrática não conhecendo da apelação, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15. Partes intimadas. Aguardando decurso de prazo. | | |
| 50081713120194025001 | 10/3/2020 | - |
| Observação/Providência: Homologado o acordo realizado entre as partes, julgando o feito extinto, nos moldes do art. 487, III, b, do CPC. Processo baixado. | | |
| 50007952520204020000 | 31/1/2020 | - |
| Observação/Providência: Proferida decisão monocrática não conhecendo do agravo de instrumento e dos embargos de declaração, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15. Partes intimadas. Aguardando decurso de prazo. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50129340920204020000 | 30/9/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 50015034120214020000 | 11/2/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 7/3/2022. | | |
| 50341026120184025101 | 25/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50071123520204025110 | 26/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3. | | |
| 00605817920184025101 | 18/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão virtual de julgamento do dia 21/3/21. | | |
| 50260114520194025101 | 30/6/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3. | | |
| 50012036820184025114 | 11/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 00138774720144025101 | 20/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 00035111720124025101 | 3/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 01815917020174025119 | 9/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual de 21/3/2022. | | |
| 05073329320174025101 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3. | | |
| 00341889720164025001 | 22/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 50004285520194025102 | 1º/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3. | | |
| 50403180420194025101 | 14/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50099335020194020000 | 25/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 50204844920184025101 | 14/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 05028021720154025101 | 11/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 50490215520184025101 | 15/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 4/4. | | |
| 00367383120174025001 | 28/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 00822122820184025118 | 12/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 7/3/2022. | | |
| 01645911920144025101 | 6/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |
| 50061126120194025101 | 7/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3/2022. | | |

| | | |
|---|------------|--------------------|
| 50474406820194025101 | 29/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 4/4. | | |
| 50424324720184025101 | 31/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 28/3. | | |
| 00624625620164025103 | 5/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50234322720194025101 | 13/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 01333586720154025101 | 18/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 4/4. | | |
| 50062801220194025118 | 25/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 7/3/2022 | | |
| 00058302520164025001 | 14/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 4/4. | | |
| 00361712520164025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado. Determinação de sobrestamento pela Vice-Presidência. Requerimento de distinção formulado pela Parte, nos termos do art. 1037, § 9º, do CPC. Despacho intimando a UFRJ para manifestação, nos termos do § 11 do mesmo dispositivo legal. | | |
| 50125841520184025101 | 14/10/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão telepresencial de julgamento do dia 12/4/2022. | | |
| 50093681220194025101 | 30/11/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50094694320194025103 | 26/2/2021 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 00823175620184025101 | 9/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 14/3/2022. | | |
| 01330517920164025101 | 10/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 01902667320174025102 | 20/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 7/3/2022. | | |
| 05000071920174025117 | 29/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento virtual do dia 21/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 42 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

Ao momento da inspeção, não foram identificadas pendências, de modo que todos os processos da amostra encontravam-se regularizados ou, conforme o caso, incluídos em pautas de julgamento referentes ao mês de abril de 2022.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Deste modo, não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Reis Friede.

O gabinete em inspeção integra a 6ª Turma da Corte (3ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, abrange o processamento e julgamento de *“matérias administrativas e aquelas referentes aos conselhos profissionais, bem como todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Seções Especializadas, incluindo-se os habeas corpus relativos à prisão de natureza civil, quando não prevista na competência das outras Turmas”* (art. 13º, III).

É importante ressaltar, de início, que a equipe do Desembargador Federal Reis Friede assumiu o acervo atual em 9/4/2021, no momento mais crítico da pandemia sanitária recente, de modo que, ao tempo da inspeção, completa-se o primeiro ano de trabalho em gabinete judicial, enfrentando-se período de aclimatação a cenário atípico de desempenho de atividades funcionais, em regimes de trabalho híbridos, que representam desafio especialmente no tocante a atividades de gestão. Há que se manter este crivo na observação de dados estatísticos, principalmente em cotejos comparativos abrangentes de períodos mais alargados.

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho à frente do acervo percebeu mínimo aumento de servidores, contrabalanceada, em parte, pela diminuição de estagiários. Em abril de 2020 eram 19 servidores (18 efetivos, 1 sem vínculo) e 4 estagiários; atualmente o gabinete conta com 20 servidores (19 efetivos e 1 sem vínculo) e 1 estagiário.

Segundo o relatado, em termos de organização desta equipe para enfrentamento da demanda processual, o acervo é controlado a partir de dados estatísticos e ferramentas do sistema eproc, e categorizado por matéria e classe processual, com segregação de medidas urgentes, processos com prioridades legais e feitos similares. O gabinete adota sistema de especialização de servidores (com mobilidade para compatibilização com eventual flutuação de demanda da unidade em matérias específicas), para aprimoramento qualitativo das decisões, sendo que a redação das minutas é orientada pela assessoria, com posterior aprovação pelo Desembargador Federal. São realizadas reuniões periódicas, para saneamento de dúvidas e debate de casos complexos.

Por outro lado, os dados estatísticos de tramitação demonstram a existência de reflexos das dificuldades narradas de início, estimando-se, porém, tratar-se de conjuntura transitória, a ser brevemente superada.

Neste sentido, o estoque em conclusão, que à inspeção anterior era de 1.794 feitos, atualmente encontra-se em 1.943 processos, representando pontual acréscimo de estoque.

De maneira condizente, o acervo de processos conclusos igualmente variou a maior, passando de 635 em 2020 para 765 em 2022. Similarmente, no tocante a recursos internos, os embargos de declaração pendentes, que em 2020 eram 34 (10 conclusos havia mais de 30 dias), atualmente totalizam 41 feitos (19 conclusos há mais de 30 dias), ao passo que o estoque de agravos internos aguardando julgamento manteve-se módico, embora tenha progredido de 5 feitos em 2020 para 11 em 2022. É importante destacar que todos os recursos internos constantes da amostragem como pendentes de apreciação já haviam recebido encaminhamento ao tempo da inspeção.

O expressivo resultado dos esforços da equipe da unidade em inspeção revela-se no contraste dentro 3ª Seção. Com efeito, o tempo médio de tramitação de processos no gabinete até o primeiro julgamento é de 7 meses, acima da média da 6ª Turma, de 4 meses (que é o melhor referencial entre os órgãos fracionários da 3ª Seção), mas ainda inferior à média de 10 meses na Seção.

Em termos de acervo ajustado em processamento, a unidade revela o mesmo desempenho, pelas circunstâncias acima indicadas, possuindo estoque de feitos (1.943) superior à média da Turma (média de 1.442 processos), porém inferior à média da Seção (cujas média de estoque processual é de 2.478 feitos). O acervo superior à média da Turma não decorre de problema de gestão a ensejar específica recomendação, mas da assimetria no estoque de feitos entre os respectivos integrantes, sendo que, como já registrado, a assunção da unidade pela atual equipe foi recente, o que evidencia a perspectiva de atingimento, na próxima inspeção, de resultados ainda mais alinhados às diretrizes fixadas pela administração superior, conforme exposto em seguida.

Com efeito, relativamente às metas dos conselhos superiores para o ano de 2021 e 2022 (parciais) afetas diretamente a incrementos quantitativos e qualitativos do estoque processual de cumprimento cotejado no questionário prévio, verificou-se o seguinte desempenho da unidade:

(i) Meta CNJ 1/2021: **99,14%** de cumprimento (2.205 processos julgados para 2.224 processos distribuídos), com parcial de cumprimento integral no ano corrente (141 processos julgados para 112 distribuídos);

(ii) Meta CNJ 2/2021: **99,7%** de cumprimento para a faixa de distribuídos até 2016 e **117,6%** para a faixa de 2017, com parciais bastantes avançadas para as faixas de 2022 (**99%** e **117,1%**, respectivamente);

(iii) Meta CNJ 4/2021: **142,9%** de cumprimento, já com atendimento integral para 2022 (**137,9%** de cumprimento);

(iv) Meta CNJ 6/2021: **125%** de cumprimento.

Como se vê, houve atendimento próximo a integral de todas as metas no ano de 2021, com resultados ainda melhores já identificados ao primeiro trimestre do ano corrente, do que se infere o ajuste dos processos de trabalho aplicados.

Destaca-se, ainda, que a equipe de inspeção constatou durante os trabalhos que todas as pendências da inspeção anterior haviam sido sanadas.

É importante ressaltar, por outro lado, que a existência de 20 processos sobrestados em gabinete (e não em Secretaria, como é a praxe na 2ª Região) não configura irregularidade de qualquer sorte, dada a especificidade com que o sistema eproc trata o sobrestamento de processos, a partir de anotação na autuação que, contudo, não retira o processo automaticamente da tramitação ajustada, de modo a ocasionar que feitos nestas condições, que retornem brevemente ao gabinete por qualquer necessidade (apreciação de petição, por exemplo), mantenham a característica de “sobrestados”.

De outra parte, a equipe de inspeção aferiu que o feito criminal recursal em tramitação indicado no relatório prévio corresponde ao recurso em sentido estrito interposto nos autos 5006112-24.2020.4.02.5102, originalmente distribuído no âmbito da seção criminal e redistribuído ao gabinete em inspeção sob o entendimento de que a matéria, em verdade, possuía natureza administrativa (procedimento administrativo militar), tampouco caracterizando irregularidade. Foi relatado em entrevista tratar-se de caso raro no cotidiano das atividades da unidade.

Desta maneira, em que pese as vicissitudes enfrentadas na assunção do acervo, a dedicação e organização da equipe permitem estimar boa possibilidade de que no próximo período de avaliação a unidade demonstre ainda maiores incrementos nos indicadores de avaliação, já observados no âmbito da Seção.

34. RECOMENDAÇÕES

Destaca-se a importância dos esforços da unidade em manter como meta a excelência da gestão processual e a obtenção de resultados ainda melhores, sem apontamentos específicos, recomendando-se apenas sejam mantidas as conquistas e avanços alcançados, com revisões periódicas de processos de trabalho para identificação de eventuais gargalos de produção e oportunidades de aperfeiçoamento dos procedimentos adotados.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO VIGDOR TEITEL

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Juiz Federal Vigdor Teitel, titular da 11ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro (uma das 3 varas federais com especialização em improbidade administrativa, além de competência residual cível), nas instalações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Conforme disposto no artigo 5º da Resolução TRF2-RSP-2022/00003, de 10/1/2022, referendada pelo Plenário do Tribunal em sessão realizada no dia 3/2/2022, a composição das Turmas Especializadas foi alterada para 4 integrantes, gerando 8 novas vagas de Desembargadores Federais, com convocação temporária de magistrados de primeiro grau para acompanhar a estruturação dos novos gabinetes até nomeação dos novos membros da Corte.

A convocação do Juiz Federal Vigdor Teitel ocorreu através do ato TRF2-ATP-2022/00003, de 4/3/2022, efetivada a partir de 7/3/2022, assumindo o Gabinete 30, integrante da 6ª Turma, onde permanecerá até o dia 10/4/2022, pois, em 11/4/2022, a Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima será removida da 8ª para a 6ª Turma, assumindo, nesta data, o referido gabinete.

Desde o dia 14/3/2022, os novos gabinetes criados têm recebido distribuição normal de processos. Na primeira semana de maio, no entanto, haverá redistribuição de 25% do acervo da 6ª Turma, a serem adicionados à distribuição normal.

O magistrado informou que alocou 2 funcionárias de sua vara de origem para auxiliá-lo nos processos de segundo grau, no momento. Por consequência, conforme relatado, há bastante dificuldade na execução do trabalho em virtude da falta de força de trabalho.

Narrou, ainda, que a pandemia alterou os fluxos de trabalho, pelo que sugeriu que os parâmetros de avaliação devem ser revistos para refletir a realidade atual, principalmente no tocante ao teletrabalho.

No que tange à estrutura física, o magistrado informou que está atuando diretamente em sua vara de origem, em prédio da Justiça Federal do Rio de Janeiro, vez que, em razão da reforma do prédio sede da Corte, não existe espaço físico no Tribunal para atuação durante a convocação.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO SCHWAITZER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer

2.2 Turma

7ª Turma Especializada, desde abril/2015, após o exercício como Presidente desta Corte, no biênio 2013/2015

2.3 Competência

7ª Turma Especializada - competência administrativa e residual em relação às demais turmas especializadas, desde abril/2015, após o exercício como Presidente desta Corte, no biênio 2013/2015; 3ª Seção Especializada - competência administrativa e residual em relação às demais seções especializadas, desde abril/2015, após o exercício como Presidente desta Corte, no biênio 2013/2015; Plenário e Órgão Especial - competência criminal, administrativa e cível, desde 2001 quando tomou posse nesta Corte.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção do magistrado nos últimos 2 (dois) anos

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado responsável pelo Gabinete, além do Desembargador titular. Houve a convocação de um magistrado para auxílio aos três Gabinetes que compõem a Sétima Turma Especializada, sendo, nos últimos 12 (doze) meses: - de 1º/2/21 a 5/4/2021, o Juiz Federal Flávio Oliveira Lucas, convocado, com prejuízo de jurisdição; - de 20/5/21 até o presente, a Juíza Federal Marcella Araújo da Nova Brandão, convocada, com prejuízo de jurisdição. Esclarece-se que esta convocação continua em vigor.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Inspeção: 11/2/2022 a 25/2/2022. chefe de gabinete: Rosemary Tavares Frapolli, técnico judiciário. assessor de juiz: Daniel Pugliese da Paixão, técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|--|
| Servidores efetivos | 20 servidores (18 servidores do TRF e 2 servidores requisitados de outros órgãos públicos) |
| Servidores sem vínculo | zero |
| Estagiários de nível médio | zero |
| Estagiários de nível superior | 3 (três) |
| Outros | zero |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|---|
| Total em tramitação** | 2.182 |
| Processos suspensos/sobrestados | 12 (4 processos administrativos sobre Regimento Interno, 3 devolvidos para Subsecretaria da Turma para aguardar prazo de suspensão, 4 retornaram ao trâmite normal concluído o motivo da suspensão) |
| Processos conclusos | 908 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|---|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 2.182 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 2.861 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 908 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.734 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 12 (4 processos administrativos sobre Regimento Interno, 3 devolvidos para Subsecretaria da Turma para aguardar prazo de suspensão, 4 retornaram ao trâmite normal concluído o motivo da suspensão) |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 3 (2 processos baixados após trânsito em julgado, 1 processo retornou ao trâmite normal) |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não. Nenhum fator externo que não houvesse nos períodos anteriores. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Prejudicado |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Prejudicado |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Prejudicado |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|--|
| Total de feitos originários cíveis | 44 |
| Mandados de segurança | 10 (4 processos baixados em fev/22; 6 processos com decisões extintivas, destes 2 incluídos em pauta para julgamento de agravo interno) |
| IRDR | 1 (em trâmite) |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 12 (4 baixados em fevereiro, 2 aguardam prazo de recursos após julgamento em sessão, 4 incluídos em pautas de fevereiro e março, 1 em trâmite) |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 12 (2 com julgamento concluído, 4 incluídos em pauta fev/mar de 2022 ou decisão terminativa, 6 em trâmite autuadas em 2021) |
| Outros | 9 (6 processos baixados, 4 Petições de Ef Susp à Apel com decisão de tutela em trâmite de agravo interno e/ou ED) |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.138 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 1 |

| | |
|---|-------|
| Recursos em ações populares | 11 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 47 |
| Recursos em ações civis públicas | 70 |
| Recursos em ações de desapropriação | 14 |
| Recursos em ações com preferência legal | 489 |
| Outros | 1.517 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|---------------------------------|
| Total de feitos | 2.138 |
| Apelações cíveis | 1.377 |
| Agravos de instrumento | 500 |
| Outros | 261 (inclui remessa necessária) |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|------|
| Total de feitos originários criminais | zero |
| Ações penais | zero |
| Inquéritos | zero |
| Habeas Corpus | zero |
| Revisões criminais | zero |
| Outros | zero |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|------|
| Total de feitos recursais criminais | zero |
| Apelações | zero |
| Recursos em Sentido Estrito | zero |
| Recursos em Habeas Corpus | zero |
| Recursos em Mandado de Segurança | zero |
| Embargos infringentes e de nulidade | zero |
| Outros | zero |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|------|
| Total de feitos com réus presos | zero |
| Apelações | zero |
| Ações penais | zero |
| Inquéritos | zero |
| Habeas Corpus | zero |
| Outros | zero |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 12 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 1 |
| Por Recurso Extraordinário | 2 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|------------------------|----|
| Embargos de declaração | 53 |
|------------------------|----|

| | |
|---|---|
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 30 (22 serão julgados em março/22, os demais serão incluídos em pauta de julgamento até abril/22) |
| Agravos legais/regimentais | 4 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 2 (serão decididos até abril/22) |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----------------------------------|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 30 |
| Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 2 (serão julgados em março/2022) |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 67 |
| Ano anterior | 749 |
| 2º ano anterior | 339 |
| 3º ano anterior | 306 |
| 4º ano anterior | 200 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 78 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 95 |
| Ano anterior | 863 |
| 2º ano anterior | 278 |
| 3º ano anterior | 179 |
| 4º ano anterior | 172 |
| 5º ano anterior | 116 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 31 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|---|
| Ano atual | 60 |
| Ano anterior | 477 |
| 2º ano anterior | 241 |
| 3º ano anterior | 78 |
| 4º ano anterior | 23 |
| 5º ano anterior | 11 (4 EDs, 1 processo incluído para julgamento em março/22, 1 processo em diligência, 5 processos a serem minutados no prazo da Meta 2/2022) |
| 6º ano anterior | 12 (6 EDs, 3 processos retornados ao TRF a partir de 2020, 1 processo recebido no gab em dez/21, 1 processo com juiz federal convocado em auxílio a 7ª Turma Especializada, 1 processo em elaboração de minuta, após retorno de diligência) |

| | |
|--------------------------------|--|
| 7º ano anterior ou mais antigo | 6 (4 processos que, após julgamento nesta Corte, retornaram ao TRF a partir de 2020, 2 EDs a serem julgados em março/22) |
|--------------------------------|--|

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|------|
| Processos concluídos para voto-vista | zero |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | zero |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|------|
| Total como redator | zero |
| Total como relator para o acórdão | zero |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|--------|
| Total de Processos distribuídos | 2.092 |
| Total de Processos julgados | 2.943 |
| Total de Processos baixados | 3.119 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -851 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -1.027 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 80 |
| Total de feitos não regularizados | 2 (dois), a serem incluídos em pautas de julgamento em março/2022 (00048400620084025101 e 00368872720174025001) |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 80 |
| Total de feitos não regularizados | zero |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|---------------------------------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.119 |
| Processos julgados no ano anterior | 3.125 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 100 (considerado até 31/1/2022) |
| Processos julgados no ano corrente | 135 (considerado até 31/1/2022) |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.485 processos em janeiro de 2021, e em 31/12/2021 estavam pendentes 25 processos. Hoje 8 processos encontram-se pendentes. |
| Pendentes em 31/12/2021 | até 31/12/2021 estavam pendentes 25 processos. Hoje 8 processos encontram-se pendentes. |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,32% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a

31/12/2017

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Meta 2/2021 (julgar 85% dos processos distribuídos em 2017, total em janeiro/21, 1821), cumprida |
| Pendentes em 31/12/2021 | Meta 2/2021 (julgar 85% dos processos distribuídos em 2017, os 15% restantes totalizam 77 processos), cumprida |
| Porcentagem de atendimento da meta | 112,67% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|--------------------------------------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.684 (Meta se refere a julgar 100%) |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 112 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 93,3% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-----------------------------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 877 (Meta se refere a julgar 85%) |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 89 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 105,7% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 94. Meta Cumprida (Julgar 70% das ações de improb. adm. e das aç. penais contra a Adm. Púb. distribuídas até 31/12/2018., até 31/12/21) |
| Pendentes em 31/12/2021 | Meta Cumprida (Restam 14 processos) |
| Porcentagem de atendimento da meta | 121,58% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019-

| | |
|--|------------------------------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 55 (Julgar 70% até dez/2022) |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 12 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 111,7%. Meta Cumprida |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|--|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 55 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | Trocando por 2021: 39 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | Trocar por 2022: desconsiderado por ter apenas 1 mês para computar, logo, não há como comparar |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. Meta cumprida. Até dez/21 foram julgados 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 |
| Pendentes em 31/12/2021 | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. Meta cumprida. Até dez/21 foram julgados 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 |
| Porcentagem de atendimento da meta | ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. Meta cumprida, 100% (os dois processos que faltam, consoante portal, na verdade, tiveram o julgamento iniciado e serão incluídos em pauta do 942 do CPC a ser realizada na modalidade presencial) |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---------------|
| Processos distribuídos no ano anterior | Não se aplica |
| Processos baixados no ano anterior | Não se aplica |
| Processos julgados no ano anterior | Não se aplica |
| Processos distribuídos no ano corrente | Não se aplica |
| Processos baixados no ano corrente | Não se aplica |
| Processos julgados no ano corrente | Não se aplica |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018:

| | |
|--|---------------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Não se aplica |
| Pendentes em 31/12/2021 | Não se aplica |
| Porcentagem de atendimento da meta | Não se aplica |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---------------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Não se aplica |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Não se aplica |
| Porcentagem de atendimento da meta | Não se aplica |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário

A Meta 9, enquanto destituída de indicadores delineados pelos CNJ (especialmente quando ainda não existe o respectivo glossário), não se aplica (ou tende a não se aplicar) diretamente às unidades judiciais. Não obstante, este Gabinete procura sempre observar e implementar as boas inovações, em especial nos últimos anos em que o teletrabalho geral vem exigindo o uso de ferramentas tecnológicas para melhor gestão de processos, comunicação, gestão de pessoas e atendimento ao público.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 28 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 3 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 1 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 1 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 2 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 3 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 1 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |

| | |
|---|---|
| 10396 - Ambiental | 2 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 7 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 1 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 1 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 1 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 1 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 3 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

A Meta 10, enquanto destituída de indicadores delineados pelos CNJ (especialmente quando ainda não existe o respectivo glossário), não se aplica (ou tende a não se aplicar) diretamente às unidades judiciais. Além disso, a Resolução n. TRF2-RSP-2020/00059 (em sequência à Resolução n. 345/2020 do CNJ), a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00035 (em sequência à Resolução n. 385/2021 do CNJ) e a Portaria n. TRF2-PTP-2021/00091 (em sequência à Resolução n. 372/2021 do CNJ) respectivamente não preveem a implantação do “Juízo 100% Digital”, dos “Núcleos de Justiça 4.0” e do “Balcão Virtual” no âmbito dos Gabinetes do Tribunal. Não obstante, este Gabinete procura sempre promover a boa transformação digital, em especial nos últimos anos em que o teletrabalho geral vem exigindo o uso de ferramentas tecnológicas para melhor gestão de processos, comunicação, gestão de pessoas e atendimento ao público.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|------|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | zero |
| Pendentes no mês anterior: | zero |
| Percentual de cumprimento da meta: | zero |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

No Ofício n. 0269252/CJF, de 28/10/2021, recebido neste gabinete via e-mail, foi indicado no item 14 do relatório anexo, as seguintes determinações: a) cumprir as recomendações

do item 11, o qual indica 9 processos a serem julgados em 30 dias, e 18 processos a serem julgados em 60 dias. Informa-se que todos os 27 processos indicados tiveram os julgamentos concluídos. b) regularizar a situação dos poucos embargos de declaração e agravos internos, assim como dos processos com tutela provisória concedida, mas ainda sem sujeição ao Colegiado, em que se observou excesso do prazo para julgamento. Informa-se que todos os processos que se encontravam na situação descrita, na data da inspeção, tiveram seu julgamento concluído. c) acrescenta-se que foi aprimorado o acompanhamento permanente do acervo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Para cumprimento dos itens "a" e "b" informados no item anterior (6.1), que incluíam julgar 27 processos indicados, mais embargos de declaração, agravos internos e processos com tutelas provisórias concedidas, foi adotado o seguinte procedimento; Relacionaram-se os processos, foram informados os números para os servidores que minutam as respectivas matérias que não se encontravam afastados, com a orientação de prioridade absoluta, apenas excepcionando análise de votos vista ou efeitos suspensivos, o que de qualquer forma, não atrasaria a elaboração das minutas num prazo mínimo. Quanto a recomendação de aprimorar o acompanhamento permanente do acervo, adotou-se um intervalo menor para tal gestão.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Apenas a Meta 2/2021 CNJ não foi cumprida em 100%, porém foi cumprida em 98% (Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016). Faltaram 18 processos a serem julgados em 2021. Desse total, 9 processos foram minutados e já constam com pauta de julgamento publicada, 6 processos encontram-se com a Juíza Federal Convocada em auxílio à 7ª Turma Especializada, que não concluiu por ter sido convocada durante os últimos dois meses para substituição de férias de desembargador, tem previsão de concluir em dois meses a partir de quando retorne ao auxílio desta 7ª Turma Especializada. Os demais 3 processos estão sendo minutados, e tem previsão de julgamento no prazo de 60 (sessenta) dias.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Informa-se, a título de boas práticas e/ou processo de trabalho: a) que o desembargador soluciona rapidamente as dúvidas dos servidores em relação ao entendimento a ser adotado nos temas em que ainda não tenha julgado; b) que o assessor de juiz permanece em comunicação com o setor responsável pela administração do eproc, sugerindo/requerendo alterações visando aprimorar o serviço, apontando observações

próprias ou relatadas pelo desembargador ou demais servidores; e c) que todos os servidores, conquanto trabalhem com matérias específicas, trocam minutas de questões comuns como honorários, juros etc, tornando o trabalho mais ágil. Consignam-se dificuldades com a pesquisa disponível na página de jurisprudência deste tribunal, na qual não constam decisões monocráticas e grande parte dos julgados no sistema eproc, o que ensejou por parte deste gabinete a criação de filtros específicos no referido sistema, a fim de minimizar tal falta.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Chefe de gabinete: Rosemary Tavares Frapolli, e assessor de juiz: Daniel Pugliese da Paixão.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O Gabinete se organiza com um servidor, auxiliado por um estagiário, responsável pela entrada de processos, petições ou documentos nos processos, distribuição para os servidores respectivos, comunicação sobre teor das petições, retorno dos processos, análise de prevenção, incluindo minuta de despachos e demais atividades relacionadas. Outro servidor, com auxílio de estagiários, é responsável pelas pautas de julgamento (inclusão de processos, análises de pedidos referentes a pautas virtuais/telepresenciais, sessões, encaminhamento dos memoriais ao desembargador, pedidos de vista, liberações das peças etc. Os demais servidores minutam os processos, que estão em sua totalidade sobre a responsabilidade de algum servidor, distribuídos por matéria, bem como analisam tutelas, votos vistas e incidentes. Os assessores e chefe de gabinete também possuem acervo por matéria, além de exercerem atividades administrativas e auxílio a todos os demais servidores nas respectivas tarefas.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Desde o início da pandemia, em março de 2020, com exceção apenas do mês de dezembro/2021, todos os servidores vem exercendo sua atividade de forma remota, eis que suspenso trabalho presencial. Durante o período de agosto de 2021 a 12 de janeiro de 2022, apenas um servidor trabalhou presencialmente para atendimento ao público externo, consoante determinado por norma deste TRF - 2ª Região.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Reporta-se ao item anterior (Desde o início da pandemia, em março de 2020, com exceção apenas do mês de dezembro/2021, todos os servidores vem exercendo sua atividade de forma remota, eis que suspenso trabalho presencial. Durante o período de agosto de 2021 a 12 de janeiro de 2022, apenas um servidor trabalhou presencialmente para atendimento ao público externo, consoante determinado por norma deste TRF - 2ª Região.)

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Todos os processos em trâmite encontram-se digitalizados.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O sistema processual adotado neste TRF/2ª Região é o sistema eproc. Os processos são organizados por "localizadores". Como os processos são virtuais, os localizadores são virtuais. Há localizadores específicos para cada servidor (Triagem sigla, Prioridade sigla, Urg sigla, ED sigla, Apel 1 sigla, apel 2 sigla, Agravo 1 sigla etc). Todos os processos são encaminhados ao servidor para a triagem, cada servidor reagrupa na sua sigla por critérios próprios. Há localizador próprio para desp/dec a ser assinado pelo desembargador. Há localizador próprio para processos com minutas prontas a serem incluídos em pauta de julgamento. E, trabalhamos com localizadores que auxiliam na organização do acervo, por exemplo, "oposição à pauta virtual", "petição" etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Através de localizadores específicos ou filtros do sistema eproc, bem como, de dados consultados no portal de estatística. Mensalmente, o assessor do juiz consulta o acervo do gabinete, comparando com o total distribuído pelos localizadores dos servidores, que é verificado pela chefe de gabinete, ocasião em que também, através de filtros do eproc, se verifica a quantidade de minutas concluídas. Assim, se acompanha o acervo total, o acervo por servidor e o cumprimento da Meta 1 do CNJ. Em intervalos trimestrais é verificado, pelo portal, o grau de cumprimento das demais metas do CNJ aplicáveis ao gabinete, são lançados localizadores específicos e indicado aos servidores os processos e prazos a serem cumpridos para cumprimento das metas. Embargos de declaração, agravos internos e urgências também possuem localizadores específicos, sendo acompanhados com frequência adotada respectiva. As prioridades legais são identificadas nas capas dos processos, e considera na elaboração de minutas.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, são traçadas mensalmente metas individuais, a partir de um patamar pré-fixado para todos, mas que podem variar considerando a distribuição do mês anterior, eventuais afastamentos, dias úteis, quantidade significativa de processos trabalhosos ou que não contem para a meta, como minutas de efeitos suspensivo. Com base nas metas individuais, o gabinete também estipula metas mensais coletivas, que são alcançadas e/ou superadas, eventualmente, com compensações nas metas individuais, ou com a produtividade do juiz convocado em auxílio à 7ª Turma Especializada.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não. Há um compromisso individual de atender ao jurisdicionado através do cumprimento da Meta 1 do CNJ.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há análise trimestral de processos de metas do CNJ, a fim de garantir o efetivo cumprimento no término do prazo, havendo orientações específicas, se for verificada a necessidade. Há orientação geral para que cada servidor priorize os feitos com prioridade legal.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, em diversas hipóteses que a lei admite. O exemplo mais comum ocorre quando é proferida sentença nos autos principais, o que acarreta, na maioria dos casos, perda de

objeto do agravo de instrumento, de qualquer sorte, nestas hipótese, cada caso é analisado de forma particular.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São disponibilizados pelo assessor minutas de modelos de votos e decisões no sistema eproc, com análises abrangentes de temas mais comuns, facilmente identificáveis pelo título da minuta. Por exemplo, em votos sobre embargos de declaração, cada servidor, ao minutar, acrescenta ou exclui o que não for compatível com o processo que está analisando. A maioria das vezes usamos o modelo "conteúdo livre", no qual o assessor incluiu observações gerais a fim de tornar o trabalho de todos mais completo, incluindo, por exemplo, "iniciar com admissibilidade", constar no primeiro e no último parágrafos todos os recursos em análise (ex. apelação, agravo interno, recurso adesivo, remessa) etc. Também são disponibilizados repositórios de precedentes, tanto no próprio sistema eproc, quanto em local próprio na rede do Tribunal com acesso aos servidores, além de comunicação direta entre os servidores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Em geral, é identificada pelos próprios servidores, quando do preenchimento do Levantamento de Necessidade de Cursos que costumava ser distribuído anualmente pelo TRF. Os gestores apenas realizam alguma ingerência quando há alteração efetiva na forma do trabalho, como ocorreu, por exemplo, quando implantado o sistema eproc nesta Corte, e com a vigência do CPC/2015.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Todos os servidores tem orientação de pesquisar temas repetitivos e de repercussão geral sobre a matéria que forem elaborar minutas. E, a ciência dos novos temas e determinações de sobrestamento, recebidas via e-mail, ou através de pesquisa de servidores são divulgada no grupo em que participam todos os servidores, que tem orientação de imediatamente verificarem nos processos que constam em seus localizadores respectivos o aludido tema. O assessor do juiz elabora um modelo de despacho para sobrestamento de cada hipótese específica, disponibiliza na parte de modelos/minutas do eproc, e divulga no grupo. Com a determinação de cumprimento da suspensão, também é determinado o encaminhamento do processo à unidade de processamento, para acompanhamento.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Nesse aspecto, o desempenho costuma se dar predominantemente em função da espontânea iniciativa das partes em conciliar, o que não prejudica a constante iniciativa deste Gabinete, principalmente na condução dos processos judiciais, em estimular a adoção de métodos consensuais de solução de conflitos, quando os casos concretos assim o permitem e viabilizam.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não, o setor (gabinete) não recebeu nenhum auxílio específico a partir da última inspeção. A Sétima Turma Especializada já contava, quando da última inspeção, com o auxílio de um juiz federal convocado, com perda de jurisdição, para auxílio simultâneo aos 3 (três) gabinetes que a compõe.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Com as alterações provocadas pela pandemia, foi adotado neste gabinete, e elogiado pelos

advogados, a inclusão de todos os pedidos de vista em pautas de julgamento, não havendo inclusões em mesa. Assim, os pedidos de vista são incluídos na primeira pauta a ser publicada imediatamente após encerrada a sessão em que houve o pedido de vista. É respeitado e mantido o tipo de sessão, assim, os pedidos de vista feitos em processos julgados em sessão virtual, são incluídos em pauta de julgamento de sessão virtual, e de forma idêntica ocorre com os processos com pedido de vista em sessão telepresencial.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Cada servidor, ao minutar seus processos, consulta a jurisprudência das Cortes Superiores, e, no sistema eproc, a jurisprudência desta Corte, conforme filtro criado pelo assessor de juiz. A publicação de uma nova jurisprudência que impacte mais de um tema (honorários, juros moratórios, gratuidade etc) são divulgadas para todo o grupo, pelo servidor que pesquisou. Consignam-se dificuldades com a pesquisa disponível na página de jurisprudência deste tribunal, na qual não constam decisões monocráticas e grande parte dos julgados no sistema eproc, o que ensejou por parte deste gabinete a criação de filtros específicos no referido sistema, a fim de minimizar tal falta.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Antes das sessões os votos assinados são compartilhados com os demais desembargadores que participarão da respectiva sessão de Turma, Seção ou Órgão Especial e Pleno, através do próprio sistema eproc.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Em estrito cumprimento à Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058, de 20 de julho de 2021.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. A unidade faz análise mensal do acervo do gabinete, distribuição, e produtividade individualizada, realizada pelo assessor de juiz que compartilha os resultados com o desembargador e chefe de gabinete, que por sua vez, individualiza o acervo por servidor, incluindo informações sobre metas, prioridades legais e outros. Além disso, situações específicas ensejam a elaboração de planos de ação específicos (como, por exemplo, já houve para otimização da triagem e distribuição de processos). Além disso, situações específicas ensejam a elaboração de planos de ação específicos (como, por exemplo, quando da alteração do sistema processual, para otimização da triagem, para distribuição de processos).

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Atualmente encontra-se com o quadro completo de servidores e todos, incluindo estagiários, possuem capacidade tecnológica de realizar suas tarefas em <i>home office</i> . |
| b) gestão do trabalho | Atualmente, com todo o acervo processual desta Corte em um único sistema processual - eproc -, o qual permite a consulta de vários filtros, a gestão do trabalho se dá mensalmente, com avaliação de todo o acervo do gabinete, de forma individualizada por servidor e por classe processual. |

| | |
|---------------|--|
| c) resultados | Considerando que estarmos em fevereiro de 2022, e o cumprimento, em 2021, em 100% da maioria das metas do CNJ aplicáveis ao gabinete e acima de 95% na única meta não cumprida e considerando resultados melhores do que os de anos anteriores, constatam-se melhoras gerais que pretendemos manter ou mesmo incrementar com o prosseguimento do atual acompanhamento. |
|---------------|--|

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ que incluem julgar mais processos que os recebidos, bem como julgar os processos mais antigos é o principal objetivo permanente do Gabinete. De forma conjunta, tem-se também como objetivo a baixa real do acervo do gabinete, quando comparado com o acervo do ano anterior, e, ainda, o atendimento às partes com celeridade nas hipóteses legais, como pedidos de tutelas, análises de petições de recebimento de apelação no efeito suspensivo, mandados de segurança originários e outros.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Os objetivos não são novos, e vem sendo alcançados ao longo dos últimos anos, assim, não se trata de implementar, mas de manter e aprimorar o acompanhamento constante do acervo, seja de forma global, seja de forma individual, a fim de rapidamente conseguirmos identificar eventuais dificuldades e, caso a caso, conforme forem identificadas, serem resolvidas. Como exemplo, inclui tratar de forma dinâmica a distribuição do acervo por servidores, permitindo que os próprios servidores opinem sobre interesse/necessidade de ajustes/alterações nesta tarefa.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Esta Corte divulga em seu *site* de notícias o aumento da produtividade no período da pandemia. Assim, o retorno ao trabalho presencial, seja de forma híbrida ou não, deverá ser acompanhado de perto, a fim de que sejam mantidas as condições que permitiram o aumento da produtividade, o que parece ter se dado muito graças ao próprio teletrabalho geral, cujos efeitos negativos, por outro lado, merecem ser observados.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Com o cumprimento da Meta 2 do CNJ, há controle dos processos mais antigos. Adota-se, ainda, o atendimento, em prazo definido em cada hipótese, aos pedidos de prioridade que são recebidos por advogados e partes, via e-mail ou balcão virtual, assim, considera-se a iniciativa das partes nos processos sem movimentação, que não estejam incluídos na Meta 2 do CNJ.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--------------------|
| 50009622720184025104 | 4/5/2021 | - |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; com decisão terminativa publicada em fevereiro/2022. | | |
| 02206615120174025101 | 13/8/2019 | - |

| | | |
|--|------------|--|
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Com decisão terminativa publicada em fevereiro/2022. | | |
| 01326159120144025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; incluído para julgamento em sessão de fevereiro/2022, retirado de pauta a pedido das partes por oposição à pauta virtual, a ser julgado em sessão a ser realizada em março/2022. | | |
| 01649201120174025106 | 5/7/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50033126620194025002 | 23/9/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50044341120194025101 | 10/3/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não incluído em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado no prazo máximo de 90 dias. | | |
| 50004904120204020000 | 23/1/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50011599420204020000 | 7/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50011538720204020000 | 7/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50014587120204020000 | 12/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50263738120184025101 | 3/7/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01454516220154025101 | 15/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00039608120124025001 | 13/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50064398620184025118 | 1º/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00226280920034025101 | 3/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00351756120154025101 | 16/12/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50013089020204020000 | 10/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |

| | | |
|--|------------|--|
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50013106020204020000 | 10/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 50013149720204020000 | 10/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo em dia; Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida em ação coletiva, no qual foi concluído o processamento, aguardando julgamento a ser realizado oportunamente. | | |
| 02154823920174025101 | 25/3/2020 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Processo Incluído em pauta para ser julgado em sessão a ser realizada em março/2022. | | |
| 00035172420124025101 | 18/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; incluído em pauta de julgamento de março/2022. | | |
| 05001719120154025104 | 12/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; incluído para ser julgado em sessão a ser realizada em março/2022. | | |
| 50397444420204025101 | 1º/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; a ser julgado em março/22. | | |
| 00368872720174025001 | 20/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; incluído em sessão de julgamento a ser realizada em março/2022 | | |
| 00150848120144025101 | 18/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; incluído para julgamento em pauta de março/2022. | | |
| 01789515120174025101 | 1º/2/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00216304720174025005 | 22/3/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01726482120174025101 | 15/4/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00131123720184025101 | 17/4/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não incluído em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado no prazo máximo de 90 dias. | | |
| 00252425920184025101 | 14/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00147667220174025108 | 19/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não incluído em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50046480220194025101 | 14/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 50223742320184025101 | 28/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01919633520174025101 | 29/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01051068320174025101 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00031883820144025102 | 11/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não incluído em meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00362263620174025005 | 17/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01740729820174025101 | 19/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00367992320164025001 | 27/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50265825020184025101 | 19/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 01114661420154025001 | 20/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50008640420184029999 | 7/11/2018 | Apelação |
| Observação: Processo em dia; Processo incluído na Meta 2/2022 do CNJ, a ser julgado oportunamente, no prazo da respectiva meta. | | |
| 00102726320184025001 | 25/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. Processo em dia; | | |
| 00123477520184025001 | 21/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não incluído em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50022465420194025001 | 24/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 00324231420184025101 | 5/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50090538120194025101 | 3/8/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50021308220194025119 | 7/7/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |
| 50060395220204025102 | 13/11/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo não consta em nenhuma meta do CNJ/2021, a ser julgado oportunamente. | | |

| | | |
|---|-----------|----------------------|
| oportunamente. | | |
| 50064131420214020000 | 26/5/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo em dia; Decisão terminativa publicada em fevereiro/22. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00031883820144025102 | 00039608120124025001 | 00102726320184025001 |
| 00123477520184025001 | 00131123720184025101 | 00147667220174025108 |
| 00216304720174025005 | 00226280920034025101 | 00252425920184025101 |
| 00324231420184025101 | 00351756120154025101 | 00362263620174025005 |
| 00367992320164025001 | 01051068320174025101 | 01114661420154025001 |
| 01454516220154025101 | 01649201120174025106 | 01726482120174025101 |
| 01740729820174025101 | 01919633520174025101 | 50004904120204020000 |
| 50008640420184029999 | 50011538720204020000 | 50011599420204020000 |
| 50013089020204020000 | 50013106020204020000 | 50013149720204020000 |
| 50014587120204020000 | 50021308220194025119 | 50022465420194025001 |
| 50033126620194025002 | 50044341120194025101 | 50046480220194025101 |
| 50060395220204025102 | 50064398620184025118 | 50090538120194025101 |
| 50223742320184025101 | 50263738120184025101 | |

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, a equipe da Corregedoria foi cordialmente atendida pelo Desembargador Federal e por sua assessoria, que se mostraram bastante solícitos e diligentes na prestação das informações e dos esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

O cotejo dos indicadores atuais da unidade, comparativamente aos dados obtidos na última inspeção do CJF, evidencia sensível incremento na produtividade. No ponto, a gestão atribuiu tal êxito ao aumento do número de servidores (eram 19, em 2020, e, atualmente, são 20), à unificação do processamento de feitos pelo sistema eproc, à ampliação das ferramentas de gestão e ao teletrabalho.

Em relação ao sistema processual eproc, mereceu destaque a celeridade advinda do formato eletrônico de processamento dos feitos, além da melhoria na gestão processual, em razão do uso de ferramentas próprias e específicas, a exemplo de relatórios e filtros de pesquisa. A unidade também salientou que o sistema eproc mitigou a deficiência então existente na pesquisa de jurisprudência disponibilizada no sítio do tribunal, facilitando a padronização, na unidade, dos diversos atos judiciais, a partir da utilização das ferramentas de busca. Foi, ainda, enfatizado o esforço realizado para criação de localizadores e filtros que facilitem a gestão documental na unidade, sendo disseminada, na equipe, a

necessidade de alimentação contínua de tais parâmetros para melhor identificação das matérias e controle do acervo.

De mesmo modo, restou assinalada a relevância da automatização de rotinas no sistema eproc, procedida pela unidade, a partir do engatilhamento de eventos, o que facilitou a divisão dos trabalhos e a triagem dos feitos.

Pontuou-se a total adaptação da equipe ao regime de trabalho remoto, sendo apontado que tal fator contribuiu de forma decisiva para o incremento da produtividade da unidade. Para além da satisfação pessoal dos servidores, a gestão assinalou, como aspecto benéfico do regime de trabalho remoto, a possibilidade de flexibilização da agenda e o aproveitamento do tempo então despendido nos deslocamentos. A comunicação entre os servidores e com o magistrado ocorreu eminentemente por meio do whatsapp e do zoom.

Foi informado, contudo, o retorno ao trabalho presencial, em sistema de rodízio, de metade da equipe, em razão de determinação da Presidência da Corte.

A respeito da divisão interna de tarefas, assinalou-se que a segmentação e a especialização dos grupos de trabalho não prejudicam o alinhamento das minutas produzidas, havendo comunicação direta da equipe com o Desembargador, além da padronização, via eproc, de textos comuns, a fim de assegurar uniformidade de entendimento.

A especialização por matéria, todavia, não obsta uma eventual realocação de força de trabalho na hipótese de influxo elevado de demandas específicas.

No que tange ao controle do acervo, incluindo movimentações, metas e prioridades legais, restou informado que ele é realizado mensalmente, através de relatórios extraídos do sistema eproc e da base de dados estatísticos do Tribunal. Também é realizado o acompanhamento semanal da produtividade, por meio do exame dos feitos incluídos em pauta de julgamento.

Foi asseverado que as sessões de julgamento são semanais e ocorrem de forma virtual e telepresencial. A cada semana, a unidade leva a julgamento, em média, 60 processos. Ainda sobre a produtividade, foi informado que a meta individual dos integrantes da equipe é de um processo por dia útil.

Os votos são liberados aos demais desembargadores até o dia que antecede a sessão de julgamento, havendo comunicação direta entre os gabinetes a respeito de divergência, exclusão de pauta e solução de dúvidas ou questões pontuais.

O atendimento ao público externo, durante o período de pandemia, ocorreu através de e-mail e pela via telefônica, sendo franqueado aos advogados acesso ao magistrado por meio de agendamento de audiência pela plataforma zoom.

A gestão da unidade assinalou a insuficiência do número de servidores lotados no Gabinete e a necessidade de ampliação da força de trabalho para melhoria da prestação

do serviço jurisdicional. Nada obstante, ressaltou o grande comprometimento da equipe e o esforço coletivo empreendido para o aumento da produtividade.

Outrossim, foi sopesada a complexidade da atividade gerencial do órgão e a necessidade de contínuo treinamento e capacitação dos servidores para tal desiderato.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 1.737 para 908. Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.734 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 908.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 98, na última inspeção, para 53, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Também se extrai a redução do número de embargos declaratórios, com conclusão superior a 30 dias, de 70 para 30. De mesmo modo, houve a redução do quantitativo de agravos regimentais com conclusão superior a 30 dias, de 7 para 2.

A taxa de congestionamento também demonstra tendência de redução, sendo de 55, em 2020, e de 39, em 2021.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

Nada obstante, o tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na Terceira Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

Também demanda atenção o aumento do número de processos com requerimento de tutela provisória pendentes de apreciação há mais de 10 dias, considerando que, na última inspeção, eram apenas 2 e, atualmente, são 30, o que sugere uma tendência de crescimento e, pois, a necessidade de um maior controle pela gestão.

A unidade não apresenta pendências relacionadas à última inspeção do CJF, tampouco da autoinspeção, merecendo registro que os dois processos indicados no item 4.19 (00048400620084025101 e 00368872720174025001) foram julgados, respectivamente, nas sessões de 30/3/2022 e 9/3/2022.

A respeito do não cumprimento da Meta 2/2021, faz-se necessário que a unidade priorize o julgamento dos processos remanescentes, inclusive aqueles anteriormente remetidos ao juiz em auxílio da Sétima Turma, considerando a interrupção do auxílio decorrente da convocação do magistrado para outras atividades na Corte.

Ainda digno de registro o número de recursos em matéria ambiental, bem ainda, em ações populares, ações de improbidade administrativa e ações civis públicas tramitando na unidade. Cumpre ressaltar que o acervo, no tocante a tais feitos, não acompanhou a

redução evidenciada nos indicadores gerais da unidade. Inclusive, houve aumento no número de recursos em ações com preferência legal, que passou de 325 para 489.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) Priorizar o julgamento dos processos mais antigos, sem prejuízo da constante busca de alternativas para imprimir maior celeridade na entrega da prestação jurisdicional.
- c) Promover o impulsionamento necessário ao julgamento dos feitos que tenham por objeto matéria ambiental, bem ainda, ações populares, ações de improbidade administrativa e ações civis públicas, considerando o acervo existente.
- d) Manter as boas práticas adotadas para a redução do acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal José Antonio Lisboa Neiva - GAB19.

2.2 Turma

Sétima Turma Especializada.

2.3 Competência

Sétima Turma Especializada e Terceira Seção Especializada - matérias administrativas e todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Seções Especializadas, incluindo-se os "habeas corpus" relativos à prisão de natureza civil, quando não prevista na competência das outras Turmas (Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, artigo 13, inciso III). Compôs o Órgão Especial até abril de 2021, com competência plena. Pleno: competência plena.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Antonio Lisboa Neiva.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não. O magistrado atua neste Gabinete desde 1º/7/2010 (Ato n. 174, de 24/6/2010).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal Convocado Flávio Oliveira Lucas (Ato n. TRF2-ATP-2018/00238, de 15 de maio de 2018 e Ato n. TRF2-ATP-2021/00194 de 7 de maio de 2021), no período de 27/6/2018 a 19/5/2021; Juíza Federal Convocada Marcella Araújo da Nova Brandão (Ato n. TRF2-ATP-2021/00191, de 7 de maio de 2021), a partir de 20/5/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cristiane Novo de Farias Alcantara - Analista Judiciário - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 15 |
| Servidores sem vínculo | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.607 |
| Processos suspensos/sobrestados | 89 |
| Processos conclusos | 2.714 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.607 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.065 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 2.714 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.128 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 89 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 82 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|--|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Sim. Obediência à ordem cronológica de conclusão (processos mais antigos selecionados para o Juiz Convocado em auxílio). |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Dado indisponível |

| | |
|---|--------------------|
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Dado indisponível. |
|---|--------------------|

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 55 |
| Mandados de segurança | 3 |
| IRDR | 2 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 15 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 25 |
| Outros | 10 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.552 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 3 |
| Recursos em ações populares | 13 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 48 |
| Recursos em ações civis públicas | 54 |
| Recursos em ações de desapropriação | 12 |
| Recursos em ações com preferência legal | 1.003 |
| Outros | 2.447 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.552 |
| Apelações cíveis | 2.673 |
| Agravos de instrumento | 492 |
| Outros | 387 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 89 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 11 |
| Por Recurso Extraordinário | 6 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 18 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 4 |
| Agravos legais/regimentais | 2 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 15 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 0 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 84 |
| Ano anterior | 1.256 |
| 2º ano anterior | 209 |
| 3º ano anterior | 43 |
| 4º ano anterior | 8 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 30 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 106 |
| Ano anterior | 1.577 |
| 2º ano anterior | 356 |
| 3º ano anterior | 24 |
| 4º ano anterior | 10 |
| 5º ano anterior | 10 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 45 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------|-------|
| Ano atual | 91 |
| Ano anterior | 1.663 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 2º ano anterior | 860 |
| 3º ano anterior | 43 |
| 4º ano anterior | 7 |
| 5º ano anterior | 14 |
| 6º ano anterior | 3 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 33 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 1 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 0 |
| Total como relator para o acórdão | 0 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.133 |
| Total de Processos julgados | 1.776 |
| Total de Processos baixados | 1.946 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 357 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 187 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 60 |
| Total de feitos não regularizados | 2 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 94 |
| Total de feitos não regularizados | 8 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.150 |
| Processos julgados no ano anterior | 1.850 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 106 |
| Processos julgados no ano corrente | 27 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.386 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 6 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,6% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.765 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 7 |

| | |
|------------------------------------|--------|
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,2% |
|------------------------------------|--------|

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.685 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 44 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 97,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.154 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,2% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 90 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 139,7% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 49 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 3 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 134,1% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 61 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 61 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 61 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 40 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |

| | |
|------------------------------------|--|
| Porcentagem de atendimento da meta | As ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
|------------------------------------|--|

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018:

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Novas estratégias são sempre buscadas através do estímulo ao questionamento das práticas adotadas e da abertura para compartilhamento de novas ideias, com o objetivo maior de aproximar a Justiça do jurisdicionado e possibilitar o engajamento de todos em torno desse propósito.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 27 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |

| | |
|--|---|
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 3 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 3 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 2 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 2 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 1 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 1 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 2 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 7 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 1 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 4 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Todos os processos do acervo do Gabinete foram virtualizados e tramitam exclusivamente por meio eletrônico. Especificamente durante o período do trabalho remoto, os advogados foram atendidos através do Balcão Virtual - diretamente pela Subsecretaria da 7ª Turma Especializada, por videoconferência, pela plataforma Zoom, bem como através do e-mail do gabinete. Todas as reuniões com a equipe foram realizadas virtualmente pelas plataformas oficiais disponibilizadas.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 1 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0% |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, conforme transcrição abaixo, extraída do item 14 do relatório de inspeção referente a esta unidade: "Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade: a) cumprir as recomendações listadas no item 11; b) envidar esforços no sentido de regularizar a situação dos poucos embargos de declaração e agravos internos, assim como dos processos com tutela provisória concedida, mas ainda sem sujeição ao Colegiado, em que se observou excedimento do prazo para julgamento; e c) continuar buscando alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Reporta-se ao Ofício n. TRF2-OFI-2021/09362, encaminhado, via e-mail, ao Conselho da Justiça Federal, em 9/12/2021, e recebido em 10/12/2021, no qual foram detalhadamente destacadas as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em relação aos processos n. 00277551520094025101 e n. 00192079820094025101, os quais são vinculados, não foi possível a inclusão para julgamento na pauta de 9/2/2022, como previsto, tendo sido os feitos efetivamente pautados para julgamento na sessão de 16/2/2022, ocasião em que a parte apresentou impugnação ao julgamento virtual. Dessa forma, os processos serão reincluídos para julgamento na primeira pauta a ser realizada por videoconferência na data de 23/3/2022.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Apesar dos esforços, a unidade alcançou 87,76 % da meta 1/CNJ (dado extraído do Portal

de Estatísticas, atualizado até 31/12/2021), e 99,6% da Meta 2/2021 (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016). Promover o andamento, visando ao efetivo julgamento dos processos mais antigos (distribuídos até 31/12/2017) e priorizar, através de mutirão, o julgamento de processos cujas matérias tenham sido objeto de decisão por recursos repetitivos e de repercussão geral, bem como aqueles com matérias padronizadas, sem prejuízo do julgamento dos demais recursos, em obediência à ordem cronológica, às preferências legais e às demais metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O regime de trabalho no gabinete é invariavelmente de mutirão, priorizando a redução do acervo e o cumprimento das metas fixadas pelo CNJ e CJF, notadamente as decorrentes das inspeções. No que se refere às boas práticas, destacamos o julgamento dos processos por matéria; a prioridade no julgamento dos incidentes (embargos de declaração e agravo interno); prioridade na apreciação das medidas de urgência requeridas e no julgamento dos agravos de instrumento, cabendo ser destacado que a adoção das medidas referidas já refletiu positivamente nos números informados no presente questionário. As dificuldades encontradas derivam ainda das rotinas mais trabalhosas que o regime remoto envolve, bem como do alto número de distribuições com um quantitativo menor de servidores.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Cristiane Novo de Farias Alcantara

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Um servidor atua no controle de entrada e saída de processos. doze servidores são encarregados do exame dos autos e elaboração de minutas de despachos/decisões/votos. Um servidor é responsável pelo exame de correlação/prevenção, elaboração de despachos, gestão dos sistemas e apoio às atividades referentes às rotinas para realização das sessões de julgamento. Um servidor é responsável por toda a atividade administrativa do gabinete, ligada aos recursos materiais e humanos, bem como pelas rotinas que envolvem o procedimento para a realização das sessões de julgamento. Em regra, a especialização de servidores é pela matéria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No Gabinete, não há regime de teletrabalho instituído. Em razão da pandemia, todos os servidores encontram-se em regime de trabalho remoto, nos termos autorizados pela Presidência do TRF2.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Vide resposta ao item 11.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Vide resposta ao item 11.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Vide resposta ao item 11.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos na unidade.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Em regra, os processos que estão prontos para julgamento são separados e localizados, por matéria e por ordem cronológica, em localizadores específicos criados no sistema eproc, observando-se sempre a Subsecretaria Processante. As ações coletivas e os agravos de instrumento são organizados em locais virtuais distintos.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é realizado por meio de consulta ao Portal de Estatística do TRF-2ª Região, acompanhamento dos dados relativos ao acervo e à conclusão, notadamente quanto aos processos mais antigos, a fim de priorizar o seu julgamento. Acompanha-se, outrossim, a evolução do número de processos distribuídos e julgados no mesmo período. Ainda por meio de consulta ao portal de estatística do Tribunal, é realizado o controle de processos com pedido de vista aguardando devolução, os pendentes na unidade para declaração de voto, bem como para lavratura de acórdão. Utiliza-se, atualmente, também, a consulta através dos localizadores do Órgão, disponíveis no Sistema eproc, havendo, ainda, o controle individual pelo servidor, o qual fica vinculado para a análise dos incidentes relacionados aos processos nos quais trabalhou.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. O objetivo coletivo é sempre a busca pela melhor prestação jurisdicional (com celeridade e qualidade), observando-se a necessidade de atendimento às diferentes metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Até o momento, não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, todos os processos com prioridade legal possuem essa informação destacada na própria tela de consulta do recurso, no sistema eproc. Os processos inseridos nas metas do CNJ são objeto também de controle através dos localizadores específicos criados pelo Órgão (gabinete), no sistema eproc. Todos os servidores são orientados a observar a necessidade de preferência para julgamento dos recursos com prioridade legal e/ou inseridos nas respectivas metas, sem que deixem de obedecer a ordem cronológica de conclusão quanto aos demais recursos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Em regra, nas hipóteses (i) de não conhecimento do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (ii) de negativa de provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; e (iii) de provimento ao recurso se a decisão recorrida for

contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência. (CPC, art. 932, incisos III, IV e V).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Há modelos para as questões já amplamente discutidas no Judiciário, notadamente as que foram objeto de decisão por recursos repetitivos, repercussão geral e incidente de resolução de demandas repetitivas.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Os servidores são sempre estimulados a participar dos cursos de capacitação, especialmente os oferecidos pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Estão sobrestados, neste gabinete, entre outros, os processos em que se discute: (i) a correção da poupança pelos índices dos expurgos dos planos econômicos (RE 91.797/SP e RE 626.307/SP); (ii) a responsabilização por atos de improbidade administrativa, em razão da discussão sobre a sujeição, ou não, da sentença de improcedência à remessa necessária (STJ, Tema 1042), (iii) referentes aos Temas 769, 1080 e 1088, todos do STJ, bem como os suspensos por força de decisão do STJ proferida em Reclamações (Execução de título judicial envolvendo o pagamento da GAT). A assessoria acompanha o julgamento dos temas referidos, havendo também o suporte do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TRF2, o qual atualiza os gabinetes quanto ao julgamento das referidas questões.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, mediante intimação das partes para se manifestarem sobre o interesse na conciliação, sempre que nos autos é sinalizada essa possibilidade, ou quando o Setor de Conciliação do TRF2 solicita o encaminhamento do processo, diante da perspectiva de realização de acordo. Apesar do esforço, conforme informação extraída do portal de estatística do TRF2ª Região, atualizada até 31/12/2021, este gabinete cumpriu 6,20% da Meta 3.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Atuou em auxílio ao Gabinete o MM. Juiz Federal Convocado Flávio Oliveira Lucas (Ato n. TRF2-ATP-2018/00238, de 15 de maio de 2018 e Ato n. TRF2-ATP- 2021/00194 de 7 de maio de 2021), até 19/5/2021 e, atualmente, atua a MM. Juíza Federal Convocada Marcella Araújo da Nova Brandão (Ato n. TRF2-ATP- 2021/00191, de 7 de maio de 2021), desde 20/5/2021. Cumpre consignar que auxílio em questão abrange todos os gabinetes que compõem o Colegiado da 7ª Turma Especializada.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são levados a julgamento tão logo tenham sido os processos analisados, em regra, nas duas sessões posteriores à sessão na qual foi solicitada a vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pela consulta ao próprio sistema eproc, para localização das decisões mais recentes, bem como ao site do próprio TRF2.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas nos termos do artigo 149-A do Regimento Interno e na forma da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058, de 20 de julho de 2021, havendo o compartilhamento de votos entre os gabinetes, através da disponibilização das minutas no Sistema eproc.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Os recursos materiais atendem as necessidades do Gabinete. Em relação aos recursos humanos, o Gabinete aguarda futura lotação de dois servidores para completar o quantitativo ideal. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho se faz através do acompanhamento da produtividade individual de cada servidor e do atendimento às diversas metas do CNJ/CJF. No período de trabalho remoto, as reuniões são realizadas através da plataforma Zoom, ocasião em que são detalhados todos os objetivos a serem atingidos pela unidade, bem como são repassadas as orientações jurídicas a serem aplicadas. |
| c) resultados | Os resultados já estão refletidos positivamente nos números estatísticos lançados no presente questionário, sendo necessário destacar que a unidade estará empenhada em atender principalmente a Meta 1/CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente). |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo principal da unidade é a prestação jurisdicional célere e eficiente, buscando atender satisfatoriamente as metas do CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Controle efetivo dos processos através dos recursos disponíveis no Sistema eproc e no Portal de Estatísticas do TRF2; regime de mutirão mensal para julgar o maior número possível de processos, cujas matérias tenham entendimento consolidado, ou sejam padronizadas e o controle periódico quanto ao atendimento das metas do CNJ.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A adoção do trabalho remoto, o qual foi satisfatório na maioria dos aspectos.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
 Através do Portal de Estatísticas e pelo localizadores disponíveis no sistema eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|--|
| 50088869820184025101 | 21/7/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 27/6/2018 com sentença prolatada em 8/6/2020. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 21/7/2020 e previsão de inclusão em pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00037375220194020000 | 17/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada em 4/12/2009. Decisão agravada proferida em 19/9/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 17/10/2019. Aguarda parecer do MPF para pronta inclusão em pauta. | | |
| 50596367020194025101 | 9/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Ação Civil Pública ajuizada em 30/8/2019, com sentença prolatada em 22/7/2020. Distribuída ao Gab. 19 em 9/9/2020. Parecer do MPF em 26/9/2020. Conclusão em 28/9/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 50850195020194025101 | 11/9/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Ação Civil Pública ajuizada em 13/11/2019, com sentença prolatada em 2/7/2020. Distribuída ao Gab. 19 em 11/9/2020. Parecer do MPF em 25/9/2020. Autos sobrestados em 18/02/2022 em cumprimento à decisão do STF na ADI n. 5.090. | | |
| 00081739620134025001 | 27/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada em 26/8/2013, com sentença proferida em 25/3/2020. Distribuída ao Gab. 19 em 27/8/2020. Aguarda parecer do MPF para pronta inclusão em pauta. Previsão de inclusão na pauta de 30/3/2022. | | |
| 00057358920184020000 | 17/03/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: ACP por improbidade administrativa ajuizada em 25/4/2013. Decisão agravada proferida em 21/5/2018. Redistribuída ao Gab. 19, em 5/10/2020. Decisão indeferindo o efeito suspensivo em 10/2/2022. Aguarda contrarrazões e parecer do MPF para pronta inclusão em pauta. | | |
| 50046429820214020000 | 20/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Agravo de instrumento interposto em 20/4/2021 e incluído em pauta de julgamento de 18/8/2021, com pedido de vista e apresentação posterior de voto divergente na pauta de 22/9/2021. Pedido de vista do Relator na forma regimental. Previsão de inclusão em pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00974333920174025101 | 20/9/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: ACP proposta em 4/4/2017. Redistribuição ao Gab em 13/4/2020. Incluído em pauta em 29/4/2020. Pedido de vista em 28/5/2020. Julgado em 26/8/2020. EDs Julgados em 29/9/2021. Sobrestado nos termos do art. 942 do CPC. Aguardando designação de data para pauta por vídeoconferência pela Turma. | | |
| 01382137020144025151 | 25/7/2019 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 21/7/2014. Sentença em 14/11/2018. Distribuído ao GAB19 em 25/7/2019. Julgado em 25/11/2020. Em 4/3/2021, cancelado o registro dos EDs, eis que a petição é referente ao Processo 0040484-57.2020.8.19.0000. Certificado o trânsito em julgado. Processo baixado. | | |
| 00140134920114025101 | 18/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de vista na sessão de 29/9/2021. Inclusão na pauta de 27/10/2021, ocasião em que foi retirado em razão da notícia de falecimento do advogado de um dos agravantes. Tentativa de regularização da representação processual, sem sucesso. Previsão de reinclusão na pauta de 23/3/22. | | |

| | | |
|---|-----------|-----------------------------|
| 00072751020184025001 | 17/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 26/3/2018, com sentença proferida em 20/9/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 29/6/2020. Apelação e remessa necessárias julgadas em 15/7/2021. ED's opostos em 19/8/2021. Incluído na pauta do art. 942 do CPC do dia 10/3/2022. | | |
| 00057158720194025101 | 28/5/2020 | Apelação |
| Observação: Cumprimento de sentença, proferida na ação (coletiva) de procedimento ordinário n. 0001586-06.2000.4.02.5101, ajuizado em 11/12/2019, com sentença proferida em 15/4/2020. Distribuída ao Gab. 19 em 28/5/2020. Incluído na pauta do dia 9/3/22. | | |
| 00596369220184025101 | 7/2/2019 | Apelação |
| Observação: Ação de cumprimento de sentença coletiva proposta em 17/4/2018, com sentença proferida em 18/3/2019. Distribuída ao GAB19 em 24/1/2020. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 00550138220184025101 | 17/2/2019 | Apelação |
| Observação: Execução de sentença proposta em 16/4/2018, com sentença proferida em 25/10/2018. Distribuída ao GAB19 em 17/2/2019. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 00556182820184025101 | 28/5/2019 | Apelação |
| Observação: Execução individual de sentença coletiva proposta em 17/4/2018, com sentença proferida em 4/2/2019. Distribuída ao GAB19 em 28/5/2019. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 50147311420184025101 | 14/6/2019 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 28/7/2018 com sentença prolatada em 1º/2/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 14/6/2019. Autos sobrestados em 17/2/2022 em cumprimento à decisão do STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 00754089520184025101 | 30/7/2019 | Apelação |
| Observação: Ação de cumprimento de sentença coletiva proposta em 14/6/2018, com sentença prolatada em 22/5/2019. Distribuída ao GAB19 em 30/07/2019. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 00476686520184025101 | 16/8/2019 | Apelação |
| Observação: Execução proposta em 2/4/2018, com sentença prolatada em 11/3/2019. Distribuída ao GAB19 em 16/8/2019. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. Processo suspenso. | | |
| 50235599620184025101 | 26/9/2019 | Apelação |
| Observação: Ação Monitória ajuizada em 5/9/2018, com sentença prolatada em 31/7/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 26/9/2019. Conclusão em 26/9/2019. Pedido de desistência em relação a 2 contratos (do total de 3) objetos da ação em 30/9/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 01671149620174025101 | 8/1/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos à execução fiscal opostos em 23/8/2017 com sentença proferida em 24/5/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 8/1/2020. Julgado na pauta de 23/2/2022. | | |
| 00556876020184025101 | 8/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de cumprimento de sentença coletiva proposta em 17/4/2018, com sentença proferida em 18/11/2019. Distribuída ao GAB19 em 8/1/2020. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 50380909020184025101 | 8/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 13/11/2018 com sentença prolatada em 29/10/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 8/1/2020. Conclusão em 9/1/2020. Previsão de inclusão na | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| pauta de 16/3/2022. | | |
| 00047354320194025101 | 9/1/2020 | Apelação |
| Observação: Cumprimento de sentença, proferida na ação (coletiva) de procedimento ordinário n. 0058683- 42.1992.4.02.5101, ajuizado em 23/10/2019, com sentença proferida em 24/10/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 9/1/2020. Incluído na pauta do dia 9/3/2022. | | |
| 00317808720174025005 | 14/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 24/10/2017, com sentença proferida em 17/5/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 14/1/2020. Previsão de inclusão em pauta em 16/3/2022. | | |
| 50196038120184025001 | 19/12/2019 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 18/12/2018 com sentença prolatada em 5/9/2019. Redistribuída por sorteio ao Gab. 19 em 15/1/2020. Autos sobrestados em 18/2/2022 em cumprimento à decisão do STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 00556321220184025101 | 16/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de cumprimento de sentença coletiva proposta em 17/4/2018, com sentença proferida em 15/08/2019. Distribuída ao GAB19 em 16/1/2020. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 50387193020194025101 | 16/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 14/6/2019 com sentença prolatada em 22/11/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 16/1/2020. Conclusão em 16/1/2020. Previsão de inclusão na pauta de 23/3/2022. | | |
| 00256044720074025101 | 17/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 10/10/2007, com sentença proferida em 4/7/2018. Distribuída ao Gab. 19 em 17/1/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 50001462020194025101 | 8/1/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Mandado de segurança impetrado em 4/1/2019, com sentença proferida em 12/9/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 8/1/2020. Previsão de inclusão na pauta de julgamento de 23/3/2022 | | |
| 01916582420174025110 | 22/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 9/10/2017 com sentença prolatada em 25/9/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 22/1/2020 e incluída na pauta de julgamento de 9/3/2022. | | |
| 00227477620174025101 | 22/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 2/3/2017, com sentença proferida em 7/10/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 22/1/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 00557759820184025101 | 24/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de cumprimento de sentença coletiva proposta em 17/4/2018, com sentença proferida em 18/3/2019. Distribuída ao GAB19 em 24/1/2020. Proferida decisão, em 18/2/2022, determinando o sobrestamento do recurso até a decisão final pelo STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF. | | |
| 50043363320184025110 | 31/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 1º/11/2018 com sentença prolatada em 23/9/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 31/1/2020 e incluída na pauta de julgamento de 9/3/2022. | | |
| 00333686920164025101 | 28/1/2020 | Apelação |
| Observação: Execução fiscal proposta em 15/4/2016, com sentença proferida em 10/12/2018. Redistribuída por sorteio em razão de incompetência para o GAB19 em 30/1/2020. Previsão de inclusão na pauta de 23/3/2022. | | |
| 50297286520194025101 | 7/8/2019 | Reexame Necessário |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação: Mandado de segurança impetrado em 9/5/2019, com sentença prolatada em 1º/7/2019. Distribuído ao Gab. 19 em 7/8/2019. Parecer do MPF em 13/8/2019. Julgado em 8/11/2019. Embargos de declaração interpostos em 4/12/2019. Julgado na pauta de 23/2/2022. | | |
| 50548351420194025101 | 31/1/2020 | Apelação |
| Observação: Ação de execução individual de sentença coletiva ajuizada em 13/8/2019 com sentença prolatada em 2/10/2019. Redistribuída por prevenção ao Gab. 19 em 4/2/2020. Conclusão em 5/2/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 05053779020184025101 | 5/2/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos à execução fiscal opostos em 27/7/2018 com sentença proferida em 27/8/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 5/2/2020. Previsão de inclusão na pauta de julgamento de 16/3/2022 . | | |
| 50026604320194025101 | 2/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 22/1/2019 com sentença prolatada em 4/12/2019. Apelação distribuída ao Gab. 19 em 2/3/2020 (não tem remessa) e com previsão de inclusão na pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50030837320194025110 | 12/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 16/4/2019 com sentença prolatada em 27/8/2019. Apelação e Remessa distribuídas ao Gab. 19 em 12/3/2020 e com previsão de inclusão na pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50038629520194025120 | 14/4/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 27/4/2019 com sentença prolatada em 31/1/2020. Apelação e Remessa distribuídas ao Gab. 19 em 14/4/2020 e com previsão de inclusão na pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00731813520184025101 | 15/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 6/6/2018, com sentença proferida em 6/2/2020. Distribuída ao GAB19 em 15/5/2020. Previsão de inclusão na pauta de 23/3/2022. | | |
| 50474995620194025101 | 5/6/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Mandado de segurança impetrado em 18/7/2019. Sentença prolatada em 3/2/2020. Distribuído ao Gab. 19 em 5/6/2020. Parecer do MPF em 8/6/2020. Conclusão em 9/6/2020. Previsão de inclusão na pauta de 16/3/2022. | | |
| 50009115420204025101 | 12/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Mandado de segurança impetrado em 7/1/2020, com sentença proferida em 17/2/2020. Remessa necessária distribuída ao Gab. 19 em 12/5/2020. Previsão de inclusão na pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00142309220114025101 | 2/4/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 27/9/2011, com sentença proferida em 6/12/2019. Distribuído ao TRF2 em 2/4/2020 e redistribuído ao Gab. 19 em 19/6/2020. Previsão de inclusão em pauta 16/3/22. | | |
| 50013688620204025101 | 15/6/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Mandado de segurança impetrado em 9/1/2020, com sentença proferida em 20/3/2020. Remessa necessária distribuída ao Gab. 19 em 15/6/2020. Previsão de inclusão na pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00004767520144025005 | 19/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação: Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada em 24/10/2014, com sentença proferida em 27/11/2019. Distribuída ao Gab. 19 em 19/5/2020. Previsão de inclusão na pauta de 30/3/2022. | | |
| 50103088020214020000 | 22/7/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Pedido de efeito suspensivo à apelação distribuído ao Gab. 19 em 22/7/2021. Parecer do MPF em 13/9/2021. Pautado para julgamento em 9/3/2022. | | |
| 50154750920184025101 | 1º/12/2018 | Apelação |

Observação: Ação de procedimento comum ajuizada em 1º/8/2018 com sentença prolatada em 31/10/2018. Redistribuída por sorteio ao Gab. 19 em 13/12/2018. Autos sobrestados em 14/2/2022 em cumprimento à decisão do STJ na Ação Rescisória n. 6.436/DF.

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Concluir o julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

000037375220194020000

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos declaratórios):

00974333920174025101

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, a equipe da Corregedoria foi cordialmente atendida pela Juíza Federal Convocada, Marcella Araújo da Nova Brandão, e por sua assessoria, que se mostraram bastante solícitos e diligentes na prestação das informações e dos esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

A respeito do acúmulo do acervo, a gestão informou que a grande dificuldade enfrentada para incremento da produtividade da unidade, cuja competência é especializada em matéria administrativa, é o número expressivo de feitos complexos, a exemplo de ações civis públicas, notadamente em matéria ambiental, e ações de improbidade. Contudo, recentemente, adotou-se uma nova estratégia para aumentar o número de processos incluídos, semanalmente, em pauta de julgamento, designando-se um servidor especificamente para localizar e minutar processos massificados e de baixa complexidade, a exemplo das demandas dos conselhos profissionais, o que vem aumentando significativamente o número de processos julgados. Informou-se, inclusive, que, nas últimas sessões, foram levados mais de 100 processos a julgamento.

Pontuou-se a total adaptação da equipe ao regime de trabalho remoto, sendo apontado que tal fator contribuiu positivamente na produtividade. Para além da satisfação pessoal dos servidores, a gestão assinalou, como aspectos benéficos do regime de trabalho remoto, a possibilidade de flexibilização da agenda e o aproveitamento do tempo então despendido nos deslocamentos. A comunicação entre os servidores e com o magistrado foi intensificada, nesse período, ocorrendo eminentemente por meio do whatsapp e telefone.

Foi informado, contudo, o retorno ao trabalho presencial, em sistema de rodízio, de metade da equipe, em razão de determinação da Presidência da Corte.

No que tange ao controle do acervo, incluindo movimentações, metas e prioridades legais, restou informado que ele é realizado semanalmente, através de relatórios extraídos do sistema eproc e do portal de dados estatísticos do Tribunal.

Asseverou-se que as sessões de julgamento são semanais e ocorrem de forma virtual e telepresencial. A meta individual dos integrantes da equipe, à exceção do servidor designado para minutas de processos simples e massificados, é de um processo por dia útil. Mereceu destaque, outrossim, a ausência de especialização na divisão interna da tarefa de elaboração das minutas. Há, por outro lado, servidores especialmente designados para exame das tutelas provisórias.

A pesquisa de modelos das decisões judiciais é realizada no próprio sistema eproc, havendo, ainda, a difusão dos entendimentos do magistrado ou alteração legislativa/jurisprudencial através do grupo de trabalho no whatsapp.

Em razão do aumento do número de processos incluídos em pauta de julgamento, os votos passaram a ser liberados aos demais desembargadores com uma maior antecedência (no mínimo, 2 dias antes da sessão), havendo comunicação direta entre os gabinetes a respeito de divergência, exclusão de pauta e solução de dúvidas ou questões pontuais.

A lavratura de acórdão e a confecção de voto-vista e voto-condutor são priorizadas no Gabinete, havendo localizador próprio para controle dos feitos em tais situações. Também os processos com tutela provisória são agrupados em localizador próprio, para conferir maior celeridade na inclusão em pauta. Neste aspecto, foi salientado que há, na unidade, um servidor especialmente designado para realização da triagem dos feitos, o que facilita a organização das tarefas entre os servidores responsáveis pela elaboração das minutas.

O atendimento ao público externo, durante o período de pandemia, ocorreu através de e-mail, plataforma zoom e pela via telefônica. Em razão do número de e-mails de advogados solicitando preferência nos julgamentos, foi criado um localizador específico para facilitar a identificação e a priorização na inclusão em pauta, observados, contudo, as preferências legais e a ordem cronológica.

A gestão da unidade assinalou a insuficiência do número de servidores lotados no Gabinete, notadamente após a perda de dois servidores, e a necessidade de ampliação da força de trabalho para melhoria da prestação do serviço jurisdicional. Nada obstante, ressaltou o grande comprometimento da equipe e o esforço coletivo empreendido para melhora dos indicadores da unidade.

Em relação à capacitação dos servidores, a gestão pontuou a interrupção da oferta de cursos na área jurídica, durante o período pandêmico, e a necessidade de a Corte retomar tal iniciativa, em virtude das recentes e significativas alterações legislativas, notadamente em matéria de licitações e improbidade administrativa.

Também foram destacadas a harmonia da equipe e a boa relação com o magistrado, o que reflete na estabilidade dos integrantes do grupo.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 1.626 para 2.714). Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.128 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.714.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 33, na última inspeção, para 18, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Todavia, observa-se que a unidade possui 4 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias.

A taxa de congestionamento permaneceu inalterada nos últimos 3 anos, no patamar de 61, distante, portanto, do patamar de 43 (cláusula de barreira).

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na Terceira Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

Além da tendência de aumento do acervo, que passou de 2.568 feitos em tramitação, na inspeção anterior, para 3.607, na presente inspeção, observa-se que a unidade não cumpriu as Metas 1 e 2/2021 do CNJ, o que também merece atenção. Cumpre assinalar que, nos últimos 12 meses, foram distribuídos 2.133 processos e julgados apenas 1.776 processos, remanescendo um saldo de 357 processos. Observa-se, inclusive, o aumento de processos com preferência legal na unidade, que contava com 445 feitos, na última inspeção, e, atualmente, apresenta 1.003.

Por outro lado, a unidade não possui pendências com relação à lavratura de acórdãos ou feitos com tutela provisória concedida pelo relator e não submetidos ao colegiado em até 90 dias. Também se extrai do exame dos dados estatísticos que a unidade controla, com eficiência, as tutelas provisórias e os agravos legais, não se evidenciando quantidade excessiva de feitos pendentes de apreciação ou julgamento.

Vale ressaltar, ademais, a regularização dos Processos ns 00277551520094025101 e 00192079820094025101, julgados na sessão de 23/3/2022, não remanescendo qualquer pendência da última inspeção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Priorizar o julgamento dos processos mais antigos, sem prejuízo da constante busca de alternativas para imprimir maior celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

c) Promover o impulsionamento necessário ao julgamento dos feitos que tenham por objeto matéria ambiental, bem ainda, ações populares, ações de improbidade administrativa e ações civis públicas, considerando o acervo existente.

d) Envidar os esforços necessários ao cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO ARAÚJO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho - gab20.

2.2 Turma

7ª Turma Especializada e 3ª Seção Especializada.

2.3 Competência

Matérias administrativas e aquelas referentes aos conselhos profissionais, bem como todas as que não estiverem compreendidas na competência das outras Turmas e Seções Especializadas.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho atuou como Corregedor Regional da Justiça Federal da Segunda Região no biênio 2019/2021. Assumiu o gabinete ora inspecionado em 8/4/2021, o qual recebeu com o acervo total de 3.279 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juíza Federal Marcella Araújo da Nova Brandão - 18/1/2021 a 7/4/2021 (TRF2-ATP-2021/00004) e Juiz Federal Sílvio Wanderley do Nascimento Lima – 1º/12/2021 a 5/2/2022 (TRF2-OFI-2021/08480 e TRF2-ATP-2022/00019).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Patrícia Lerner Basso, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|------------------------|----------------|
| Servidores efetivos | 16 (dezesseis) |
| Servidores sem vínculo | 1 (um) |

| | |
|-------------------------------|------------|
| Estagiários de nível médio | 0 (nenhum) |
| Estagiários de nível superior | 2 (dois) |
| Outros | 0 (nenhum) |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.575 |
| Processos suspensos/sobrestados | 17 |
| Processos conclusos | 2.517 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.575 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.001 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 2.517 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.943 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 17 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|--|--|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Sim, auxílio à 7ª Turma Especializada (todos os gabinetes) por Juíza Federal Convocada. |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Embargos de Declaração e Agravos Internos antigos, bem como processos da Meta 12 do CNJ para 2021. |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Os 12 processos enviados à Juíza Federal em regime de auxílio, em 20/5/2021, foram julgados (TRF2-ATO-2021/00007). Posteriormente (27/8/2021 e 21/10/2021), foram enviados mais 22 processos, restando 15 pendentes de julgamento (TRF2-ATO-2021/00011 e TRF2-DES-2021/37316). |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar | 3.279 processos em trâmite em 8/4/2021, antes de iniciar o auxílio que ainda está em |

| | |
|--|---|
| ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | vigor. |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Após o Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho assumir o acervo, em 8/4/2021, não houve redistribuição de processos. |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|---|
| Total de feitos originários cíveis | 63 |
| Mandados de segurança | 2 |
| IRDR | 1 (processo n. 50105460220214020000 - trânsito em julgado em 21/1/2022 - evento 31). |
| IAC | 1 (processo n. 01480689220154025101 - trânsito em julgado em 21/1/2022 - evento 121). |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 17 |
| Reclamações | 1 (processo n. 50003962520224020000 - decisão indeferindo a petição inicial em 27/1/2022 - evento 7). |
| Ações rescisórias | 29 |
| Outros | 12 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.512 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 1 |
| Recursos em ações populares | 9 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 30 |
| Recursos em ações civis públicas | 46 |
| Recursos em ações de desapropriação | 7 |
| Recursos em ações com preferência legal | 810 |
| Outros | 2.618 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.512 |
| Apelações cíveis | 2.326 |
| Agravos de instrumento | 919 |
| Outros | 267 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 17 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 8 |
| Por Recurso Extraordinário | 2 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 61 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 32 |
| Agravos legais/regimentais | 26 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 23 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 55 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 41 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 84 |
| Ano anterior | 1.238 |
| 2º ano anterior | 361 |
| 3º ano anterior | 101 |
| 4º ano anterior | 25 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 50 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------|-------|
| Ano atual | 96 |
| Ano anterior | 1.302 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 2º ano anterior | 462 |
| 3º ano anterior | 37 |
| 4º ano anterior | 13 |
| 5º ano anterior | 5 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 28 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 74 |
| Ano anterior | 1.417 |
| 2º ano anterior | 709 |
| 3º ano anterior | 239 |
| 4º ano anterior | 22 |
| 5º ano anterior | 14 |
| 6º ano anterior | 6 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 36 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 1 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 2(processos n. 00055619120144025118 e 01537016020154025109 regularizados). |
| Total como relator para o acórdão | 3 (processos n. 50027170420204020000, n. 50068237520194025001 e n. 50718855320194025101 regularizados). |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.155 |
| Total de Processos julgados | 1.641 |
| Total de Processos baixados | 1.921 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | 514 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | 234 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 48 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 93 |
| Total de feitos não regularizados | As providências apontadas no relatório foram cumpridas. |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.192 |
|--|-------|

| | |
|--|-------|
| Processos julgados no ano anterior | 1.703 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 104 |
| Processos julgados no ano corrente | 20 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.314 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 6 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,7% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.793 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 5 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,3% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.528 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 41 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 98,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.203 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 26 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 115,1% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 76 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 139,1% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 49 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 131,2% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 54 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 63 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 61 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 37 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|--|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ para Justiça Federal. |
| Pendentes no último dia do mês anterior | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ para Justiça Federal. |
| Porcentagem de atendimento da meta | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ para Justiça Federal. |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2018:

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | --- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|-----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | --- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Segundo o glossário e esclarecimentos das Metas Nacionais do CNJ - 2021 (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/glossario-metas-nacionais-do-poder-judiciario-2021-justica-federal-versao-6.pdf>), a Meta 9 "estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação para um dos 3 assuntos mais demandados correlacionado ao ODS (50% da meta) e executá-lo (50% da meta)". A

elaboração do referido plano de ação não é atribuição do gabinete ora inspecionado.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 37 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 1 |
| 10094 - Terras Indígenas | 1 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 1 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 4 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 1 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 0 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 2 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 6 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 12 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |

| | |
|---|---|
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 1 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 1 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 2 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 2 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O acervo do gabinete é inteiramente eletrônico.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade: a) cumprir as recomendações listadas no item 11; b) prestar informações detalhadas, sem necessidade de entrar em dados sigilosos, sobre o Processo n. 01966038120174025101, à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, em 10 dias; c) envidar esforços no sentido de regularizar a situação dos embargos de declaração, votos-vista e agravos internos, assim como dos processos com tutela provisória concedida, mas ainda sem sujeição ao Colegiado, em que se observou excesso no prazo para julgamento; e d) continuar buscando alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à redução do tempo médio de julgamento e do acervo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

As medidas adotadas para o cumprimento das recomendações foram objeto do Ofício n. TRF2-OFI-2020/14136, de lavra da Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo, o qual se deixa de transcrever por exceder o espaço de 1.000 caracteres destinado à presente resposta (o ofício tem quatro laudas).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações foram cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade alcançou os seguintes resultados no tocante às metas do CNJ: Meta 1 (79,17%), Meta 2, em relação aos processos distribuídos em 31/12/2016, ficou em 99,74% e, em relação aos processos distribuídos em 2017, foi cumprida em 117,32%, Meta 3 (8,36%), Meta 4 (139,10%), Meta 6 (125%) e Meta 12 (65,79%). As demais metas não se aplicam à unidade. Os processos remanescentes da Meta 2 já estão em análise. Os processos da Meta 12 foram enviados ao regime de auxílio, no mês de outubro de 2021, ainda pendentes de julgamento. Para atender as metas no ano em curso, pretende-se: (1) em atenção à Meta 1, fazer mutirões de processos não complexos, (2) destacar um servidor para os processos da Meta 12, (3) aperfeiçoar o plano de gestão.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

DIFICULDADES - (1) O Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho assumiu o acervo do gabinete inspecionado em 8/4/2021, após atuar como Corregedor Regional da Justiça Federal da Segunda Região no biênio 2019/2021. Grande parte da equipe, que acompanha o Desembargador há muitos anos, veio da Corregedoria, sendo necessário um período de organização e (re)adaptação às atividades de assessoria à prestação jurisdicional pelo Magistrado. (2) Foi necessário o mapeamento e a triagem do acervo antes da inclusão de processos em pauta de julgamento. (3) Além disso, os servidores não receberam treinamento no sistema eproc, sendo-lhes disponibilizados apenas tutoriais e apostilas, o que demandou tempo de trabalho adicional. (4) Acrescenta-se a dificuldade de treinamento da equipe e de integração entre os novos servidores decorrente do regime excepcional de trabalho remoto imposto em virtude da pandemia - Covid-19.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Patrícia Lerner Basso - Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O gabinete conta com 16 servidores, dentre os quais dois são agentes de segurança. A organização das atividades pode ser assim sintetizada: A Chefe de Gabinete é responsável pelos assuntos administrativos, controle estatístico, atendimento ao público, assistência ao Desembargador, minutas de decisão de prevenção, atos ordinatórios. Os três assessores são responsáveis pelas minutas de processos mais complexos, auxílio da equipe com dúvidas jurídicas e conferência das minutas de servidores mais recentes antes do encaminhamento ao Desembargador. Há uma servidora que trabalha exclusivamente na atividade-meio, na organização da pauta de julgamento. Há um servidor responsável pela triagem e distribuição dos processos nos localizadores, pedido de dia para julgamento e elaboração de três minutas de baixa complexidade por semana. Há dois servidores responsáveis pelas minutas de decisão liminar em agravo de instrumento. O restante da

equipe elabora minutas de votos, havendo especialização por matéria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Em virtude da Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013 deste Tribunal, todos os servidores do Gabinete estão em trabalho remoto. Destaca-se que na rotina normal da unidade, há cinco servidores em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Dos cinco servidores em regime de teletrabalho: - uma servidora executa suas atividades em teletrabalho no exterior, - uma servidora em teletrabalho integral, - três servidores com obrigatoriedade de comparecimento ao gabinete, ao menos, uma vez por semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Função comissionada e complexidade da matéria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produtividade é semanal, com base na listagem de processos incluídos em pauta. Via de regra as cotas são cumpridas. Na eventualidade de descumprimento, há compensação quantitativa em pautas seguintes.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos no gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Estão organizados em localizadores, dentre os quais há especificação por classe processual e matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Há localizadores de remessa para outros setores e de processos recebidos, bem como localizadores de metas do CNJ, prioridades, embargos de declaração, agravos internos e urgências.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas individuais são as cotas semanais de processos a serem incluídos em pauta de julgamento. Há dois servidores responsáveis em minutar as decisões liminares em agravo de instrumento, cuja meta é manter as decisões monocráticas em dia, independentemente do quantitativo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Servidores que produzirem além das metas são recompensados com a substituição decorrente do afastamento (férias e licenças) dos assessores e dos coordenadores de núcleo.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os servidores são orientados a adotar o modelo de combinar processos de menor e maior complexidade, mais recentes e mais antigos, permitindo o enfrentamento do volume e da antiguidade do acervo. Os processos das metas do CNJ, em maioria, são de atribuição dos assessores. Em 2021 foram indicados processos da Meta 12 para o auxílio pela Juíza

Federal Convocada.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos para voto/decisões estão salvos no sistema eproc e em uma pasta compartilhada na rede do Tribunal entre todos os servidores do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O Tribunal oferece cursos regularmente, sendo facultado aos servidores do Gabinete, dentro da sua matéria de atuação, realizá-los. Além disso, o Desembargador Federal indica bibliografia para estudo.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento é feito mediante o acompanhamento de relatórios extraídos do sistema eproc. No momento, vêm sendo suspensos os processos relativos aos temas de n. 264, 265, 284, 285 e 1.086 do STF e de n. 1.080, 1.086 e 1.042 do STJ.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A conciliação é gerida por núcleo próprio do Tribunal - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos -, não envolvendo atividade direta do Gabinete, cuja atuação, nesse ponto, tem se limitado ao encaminhamento de processos àquele Núcleo, sempre que solicitado.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Auxílio prestado pelo então Juiz Federal Flávio Oliveira Lucas (TRF2-Ato-2020/00002 e TRF2-Ato-2021/00001) e pela Juíza Federal Convocada Marcella Araújo da Nova Brandão (TRF2-Ato-2021/00007 e TRF2-Ato-2021/00011).

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Busca-se levar os pedidos de vista em até duas sessões de julgamento, objetivo nem sempre alcançado pelo gabinete.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência do Tribunal é realizado pelos assessores, que informam as atualizações à equipe nas reuniões mensais realizadas pela plataforma zoom.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, nos termos da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058 deste Tribunal Regional Federal.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Na forma da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00058 deste Tribunal Regional Federal.

28. A unidade possui plano de gestão?

A unidade possui plano de gestão em fase de aperfeiçoamento.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Recursos humanos escassos. No período de 10 meses perdemos cinco servidores e duas servidoras estão em licença maternidade. |
| b) gestão do trabalho | Mensalmente há reunião entre o |

| | |
|---------------|---|
| | Desembargador, a Chefe de Gabinete e os Assessores para debater a gestão de trabalho. |
| c) resultados | Estamos em constante busca para alcançar melhores resultados. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A redução do acervo e o cumprimento integral das Metas do CNJ, sem descuidar da qualidade na prestação jurisdicional.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Nesses primeiros 10 meses após o Desembargador assumir o acervo, priorizamos os embargos de declaração antigos, agravos de instrumento sem apreciação de liminar e os processos das metas do CNJ. Nesse período, enfrentamos a contingência da saída de cinco servidores do gabinete, bem como do afastamento de duas servidoras que entraram em licença maternidade. O próximo passo é a redução quantitativa e, para tanto, estamos montando um plano estratégico de trabalho para 2022, o qual envolve, dentre outras ações, a redistribuição das matérias de acordo com o perfil de cada integrante da equipe, melhor aproveitamento dos estagiários, estudo de boas práticas adotadas por outros gabinetes e realização de mutirões.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Atendimento a advogados pela plataforma zoom, manutenção de servidores em trabalho remoto, preservação do contato on-line permanente dos servidores.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Cada servidor é responsável pelo controle dos processos de sua matéria de atuação por meio do painel de estatísticas do TRF2 ou do sistema eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--|
| 00055619120144025118 | 17/5/2021 | - |
| Observação: Acórdão publicado em 17/2/2022. | | |
| 50603702120194025101 | 27/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Despacho proferido em 24/2/2022. | | |
| 00002624520044025002 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Previsão de decisão em março de 2022. | | |
| 50242216020184025101 | 20/8/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01997034420174025101 | 2/12/2019 | Mandado de Segurança Coletivo |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00060181820164025001 | 2/12/2019 | Ação Civil Coletiva |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01673421720174025119 | 18/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022. | | |
| 50198280420184025001 | 9/6/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |

| | | |
|--|------------|--|
| 01375011120154025001 | 5/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022. | | |
| 00164802520164025101 | 11/5/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Despacho proferido em 24/2/2022. | | |
| 00108205920164025001 | 5/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022. | | |
| 00636637420164025106 | 2/4/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00044824020144025001 | 14/10/2019 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00020012420044020000 | 17/5/2021 | Ação Penal - Procedimento Ordinário |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022. | | |
| 01674015920174025101 | 22/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo remetido ao regime de auxílio em 27/8/2021 (TRF2-Ato-2021/00011). | | |
| 00002568920104025111 | 21/5/2021 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/22. | | |
| 50260747020194025101 | 30/11/2020 | Apelação |
| Observação: Ato ordinatório praticado em 17/2/2022. | | |
| 01233681820164025101 | 9/1/2019 | Apelação |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022. | | |
| 00779863120184025101 | 24/1/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 02336576920174025105 | 26/2/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/2/2022. | | |
| 00223696720104025101 | 19/2/2019 | Apelação |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00271593120094025101 | 18/2/2019 | Apelação |
| Observação: Despacho proferido em 18/2/2022. | | |
| 00486577620154025101 | 15/2/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00046517620184025101 | 19/2/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00039488220034025001 | 31/1/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50028570520184025110 | 21/2/2019 | Apelação |
| Observação: O processo foi incluído na pauta de julgamento de 9/3/2022, mas houve oposição à pauta virtual. Previsão de inclusão em pauta de julgamento por videoconferência no primeiro semestre de 2022. | | |
| 50289624620184025101 | 13/2/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00358384520174025002 | 15/3/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022, | | |
| 50036051620184025117 | 20/3/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00118237520184025002 | 20/3/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00474962620184025101 | 22/3/2019 | Apelação |
| Observação: Despacho proferido em 24/2/2022. | | |

| | | |
|---|------------|--|
| 50000449520194025101 | 27/3/2019 | Apelação |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00001252920104025107 | 1º/4/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00004572020104025002 | 23/04/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50396316120184025101 | 5/6/2019 | Apelação |
| Observação: Decisão proferida em 24/2/2022, | | |
| 00054211120144025101 | 3/6/2019 | Apelação |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 02057243620174025101 | 14/5/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 00128170920184025001 | 23/5/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 00717397420184025120 | 11/4/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 01388532920144025101 | 30/4/2019 | Apelação |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 01807464420174025117 | 20/5/2019 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50142869320184025101 | 13/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Incluído em pauta de julgamento de 9/3/2022. | | |
| 50151494920184025101 | 27/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00139752720174025101 | 10/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Previsão de inclusão em pauta de julgamento no primeiro semestre de 2022. | | |
| 00210852420104025101 | 15/4/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Despacho proferido em 24/2/2022. | | |
| 50087649420184025001 | 17/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 05001973920174025001 | 15/1/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 50156246820194025101 | 12/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |
| 50085229220194025101 | 1º/7/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50350656920184025101 | 16/5/2019 | Reexame Necessário |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 16/3/2022. | | |
| 50158865820204020000 | 4/12/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Certidão de trânsito em julgado e baixa definitiva em 18/2/2022. | | |
| 50094946820214020000 | 7/7/2021 | Tutela Cautelar Antecedente |
| Observação: Ato ordinatório praticado em 23/2/2022. | | |
| 50162269320184025101 | 31/10/2018 | Apelação |
| Observação: Pedido de dia para pauta de julgamento de 23/3/2022. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 53 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 00004482-40.2014.4.02.5001 | 00013975-27.2017.4.02.5101 | 5500044-95.2019.4.02.5101 |
| 00005421-11.2014.4.02.5101 | 00022369-67.2010.4.02.5101 | 0 0063663-74.2016.4.02.5106 |
| 55015149-49.2018.4.02.5101 | 55019828-04.2018.4.02.5001 | - |

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com toda a assessoria do Desembargador Federal e a equipe da Corregedoria foi recepcionada pela chefe de gabinete Patrícia Lerner Basso.

O desembargador integrou a mesa diretora no biênio 2019/2021, tendo retornado às atividades do gabinete em abril de 2021, momento em que houve a necessidade de ajuste da equipe às novas atribuições e rotinas. Foi relatada a dificuldade de retomada dessa atividade por vários fatores, entre os quais foram destacados o tempo de permanência dos servidores na Corregedoria, a necessidade de mapeamento do acervo e a distribuição do trabalho entre os membros da equipe. Outro dificultador foi a migração do sistema Apolo para o eproc e a ausência de treinamento para o manuseio desse sistema, tudo isso agravado pelo distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19. Foi referido que uma das maiores dificuldades enfrentadas nesse período foi a orientação jurídica dos servidores, inclusive de servidores novos que chegaram durante a pandemia.

Relatou que, recentemente, adotaram a estratégia, para aumentar a produtividade do gabinete, de alocar um servidor e um estagiário, sob a supervisão de uma assessora, para realizar um mutirão interno para dar vazão a processos de resolução simples e repetitivos.

Foi ressaltado que a maior dificuldade da gestão é o reduzido número de servidores, frente aos números de processos em trâmite na unidade.

Foi informado que o plano de gestão se encontra em fase de aperfeiçoamento tendo em vista que o foco da gestão, inicialmente, se concentrou no andamento aos processos mais antigos, como, por exemplo, os processos com agravos de instrumento com liminares e processos com pedido de efeito suspensivo, não apreciados. Nesse sentido, não conseguiram atingir a Meta 1 do CNJ. Houve, também, um grupo de processos remetidos para a juíza auxiliar, mas estes não foram finalizados, restando prejudicado, também, o atingimento da Meta 12 do CNJ. Havia, também, um grande contingente de processos antigos retirados de pauta. Estes foram distribuídos por matéria aos servidores para que fossem pautados, com a observância da antiguidade.

Ainda em relação ao plano de gestão, atualmente, o gabinete trabalha em 2 frentes, com as pautas virtuais, onde se coloca os processos de matéria mais simples, para fazer volume, com a finalidade de atingir a Meta 1, com cerca de 50 ou 60 processos por sessão.

A outra forma de ação é a concentração dos feitos mais complexos nas sessões telepresencias, com cerca de 40 processos por semana.

Há metas individuais e coletivas. A meta individual dos servidores é de 6 processos por semana, mais os embargos de declaração. Os assessores não possuem meta definida, tendo em vista a complexidade de suas tarefas, o acompanhamento das atividades do desembargador e a gestão da equipe.

A busca de precedentes jurisprudenciais é uma ferramenta bastante utilizada, mas a ferramenta da página do Tribunal é bastante deficitária. Já a busca no eproc é excelente e muito utilizada pelos servidores.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos de 1.848 para 2.517. Considerando o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.943 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 2.517.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração, aguardando julgamento teve um discreto aumento de 90, na última inspeção, para 93, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 13 (treze) meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 (dez) meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

Não pode deixar de ser destacada a dificuldade encontrada pela equipe ao retornar às atividades de julgamento, haja vista a assunção do Desembargador da função de Corregedor Regional no biênio 2019/2021, sendo dignos de anotação o empenho e o comprometimento do magistrado e de sua equipe para vencer as dificuldades elencadas.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 32.

b) Envidar esforços para que sejam atingidas as Metas do CNJ, principalmente no tange à Meta 1 e à Meta 2. Há que ser anotada também a necessidade de enfrentamento dos processos da Meta 12, cujo percentual atingido foi de 65,79%, segundo o respondido pela unidade no item 7.1. Nesse sentido, é de relevante importância a conclusão das medidas já iniciadas pelo gabinete, no que se refere à reformulação do Plano de Gestão,

com a redistribuição das tarefas/matérias, de acordo com o perfil de identificação dos servidores integrantes da equipe.

c) Envidar esforços para impulsionar os processos mais antigos conclusos nos anos de 2019 e 2020.

d) Continuar a priorizar o processamento e o julgamento dos processos das classes de ações de improbidade administrativa, ações civis públicas e ações populares, paralelamente ao julgamento de novos feitos, a fim de que não se perca de vista a Meta 1 do CNJ.

e) envidar esforços para reduzir o número de feito com embargos de declaração pendentes de julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA ANDREA CUNHA ESMERALDO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, a equipe da Corregedoria foi cordialmente atendida pela Juíza Federal Convocada Andrea Cunha Esmeraldo, que se mostrou bastante solícita na prestação das informações e dos esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

Em virtude da ampliação do número de cargos de Desembargador Federal no Tribunal, prevista na Lei n. 14.253 de 30 de novembro de 2021, restou determinado, por meio da Resolução TRF2-RSP-2022/00022 de 10 de março de 2022, que as Turmas Especializadas passariam a ser integradas por 4 (quatro) membros efetivos, os quais integrarão, igualmente, as respectivas Seções Especializadas, devendo ser convocados Juízes Federais para atuarem em substituição, até o efetivo provimento dos cargos de Desembargador Federal, a ser feito de forma gradual, conforme as possibilidades de estruturação dos respectivos gabinetes.

Neste contexto, a Presidência da Corte, através do Ato TRF2-ATP-2022/00113 de 21 de março de 2022, resolveu, *ad referendum* do Órgão Especial, cessar, a partir de 22 de março de 2022, a convocação da Exma. Juíza Federal Andrea Cunha Esmeraldo, Titular da 7ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, para prestar auxílio à Presidência desta Corte no biênio de 2021/2023, de que trata o Ato n. TRF2-ATP-2021/00127 de 7 de abril de 2021, bem como convocar a referida magistrada para, com prejuízo de sua jurisdição, e até o efetivo provimento do cargo de Desembargador Federal criado na forma da Lei n. 14.253 de 30 de novembro de 2021, atuar em substituição ao novo Membro da 7ª Turma Especializada, a partir de 22 de março de 2022, inclusive nos processos de competência da Terceira Seção.

Em entrevista, a magistrada assinalou a sua breve passagem na unidade, iniciada no final do mês de março e prevista para encerrar ainda no mês de abril, quando da assunção do Gabinete pela Desembargadora Federal Letícia de Santis Mello.

Pontuou-se que, inobstante a distribuição dos feitos no Tribunal já albergue a unidade, não há qualquer servidor lotado no respectivo Gabinete. O assessoramento da magistrada vem sendo concretizado por servidor da sua vara de origem, em regime de requisição. Outrossim, considerando a presença de um único servidor e a impossibilidade de inclusão de feitos em pauta de julgamento, dada a brevidade da sua atuação na unidade, a magistrada pontuou que apenas as tutelas de urgência estão sendo apreciadas.

A magistrada apontou, ainda, que o acervo da unidade já possui, aproximadamente, 100 processos e a redistribuição de 25% do acervo dos demais gabinetes que compõem a Sétima Turma deverá ocorrer já no mês de maio, a partir da seleção, por sorteio, de feitos escolhidos mediante critérios objetivos.

Conquanto a questão da estruturação dos novos gabinetes ainda não tenha sido resolvida pela Corte, é certo que a presente unidade não será atingida pela dificuldade de lotação de servidores, eis que será ocupada pela equipe da Desembargadora Federal Letícia de Santis Mello.

3. OBSERVAÇÕES

Considerando a impossibilidade de a magistrada ofertar maiores informações sobre a gestão da unidade, deixa-se de emitir quaisquer observações.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA SILVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva (Gabinete 22)

2.2 Turma

8ª Turma Especializada

2.3 Competência

Administrativa

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Vera Schrader Serpa - Assessora de Juiz - 14/2/2022

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 18 |
| Servidores sem vínculo | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 1 |
| Outros | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 2.182 |
| Processos suspensos/sobrestados | 11 |
| Processos conclusos | 537 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 2.182 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 2.199 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 537 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 517 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 11 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|---------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Não se aplica |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Não se aplica |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Não se aplica |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não se aplica |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não se aplica |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 44 |
| Mandados de segurança | 4 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 20 |
| Reclamações | 0 |
| Ações rescisórias | 12 |
| Outros | 8 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 2.137 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 4 |
| Recursos em ações populares | 3 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 39 |
| Recursos em ações civis públicas | 34 |
| Recursos em ações de desapropriação | 17 |
| Recursos em ações com preferência legal | 622 |
| Outros | 1.450 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 2.137 |
| Apelações cíveis | 1.205 |
| Agravos de instrumento | 711 |
| Outros | 221 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 1 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 1 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |

| | |
|---------------|---|
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 11 |
| Por IRDR | 1 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 4 |
| Por Recurso Extraordinário | 4 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 89 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 31 |
| Agravos legais/regimentais | 3 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 1 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 22 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 1 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 40 |
| Ano anterior | 288 |
| 2º ano anterior | 79 |
| 3º ano anterior | 29 |
| 4º ano anterior | 16 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 50 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 76 |
| Ano anterior | 293 |
| 2º ano anterior | 50 |
| 3º ano anterior | 43 |
| 4º ano anterior | 14 |
| 5º ano anterior | 18 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 23 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|-----------------|-----|
| Ano atual | 60 |
| Ano anterior | 323 |
| 2º ano anterior | 59 |
| 3º ano anterior | 36 |
| 4º ano anterior | 20 |
| 5º ano anterior | 19 |

| | |
|--------------------------------|----|
| 6º ano anterior | 10 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 10 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|----|
| Processos concluídos para voto-vista | 10 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 10 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 3 |
| Total como relator para o acórdão | 2 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.123 |
| Total de Processos julgados | 2.469 |
| Total de Processos baixados | 2.450 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | - 346 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | - 327 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 66 |
| Total de feitos não regularizados | 8 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 43 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.146 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.625 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 101 |
| Processos julgados no ano corrente | 14 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.462 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 5 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,7% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.962 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 117,6% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.386 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 9 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,4% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1ª/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.177 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 9 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 116,7% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 28 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 132,7% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 30 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 4 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 123,8% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 47 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 65 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 46 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 33 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 125% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | - |
| Pendentes no último dia do mês anterior | - |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Por se tratar de ações que se inserem no âmbito da competência institucional do Tribunal, e não da Unidade GABMP, passa-se a informar as iniciativas já adotadas pelo TRF2 de que se tem conhecimento: Em consonância com as diretrizes da Res n. 325/2020, do CNJ, assim como alinhado aos ODS n. 1, 3, 8, 9, 10, 16 e 17, o TRF2 encaminhou ao CNJ, através do Ofício TRF2-OFI-2020/10528, esboço de Plano de Ação do Projeto Meta 9, para adoção de medidas voltadas à prevenção e desjudicialização de demandas repetitivas em matéria previdenciária na JF da 2ª Região. Em paralelo, este TRF2 encaminhou ao CNJ, através do Ofício TRF2-OFI- 2021/02886, o Ofício TRF2-OFI-2021/02873, com sugestões acerca do Projeto Perícia 4.0 - Meta 9, que tem como finalidade reduzir o tempo médio de duração do processo, os custos processuais, potencializar as soluções pacíficas de conflitos e, a médio prazo, aumentar a eficiência da gestão processual nas varas, além de reduzir a judicialização.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 15 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |

| | |
|--|---|
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 1 |
| 10094 - Terras Indígenas | 0 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 1 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 2 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 1 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 1 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 2 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 3 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 0 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 1 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 1 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 1 |

| | |
|---------------------------|---|
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |
|---------------------------|---|

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

O TRF2 aderiu, com êxito, à proposta do Balcão Virtual em suas Subsecretarias e o GabMP vem implementando, ao longo do sistema de trabalho remoto, a experiência de atendimento aos advogados e procuradores através da ferramenta ZOOM de videoconferências, mediante o agendamento prévio de despachos com o Magistrado e/ou seus assessores via telefone e e-mails. O acervo de processos do GabMP é atualmente 100% digital, não havendo processos físicos em andamento, donde todos os atos processuais, incluindo audiências e sessões de julgamento, são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, em videoconferência, sem a necessidade de deslocamentos ao fórum do Tribunal.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 1 |
| Pendentes no mês anterior: | 1 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, na Inspeção 2020 houve as seguintes recomendações, enviadas através do documento TRF2-EXT-2020-03239 - Rel Inspe\347\343o - TRF.pdf: "Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade: a) Cumprir as recomendações constantes do item 11; b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração; e c) A manutenção do método de trabalho para a progressiva redução do acervo e cumprimento integral das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Por sua vez, no item 11 constam as seguintes recomendações: Dos 44 processos selecionados, todos foram inspecionados e eram eletrônicos. Em relação aos processos listados, recomenda-se: a) julgar no prazo de 60 dias: 00065741720184020000 00082102720074025101".

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Quanto aos processos que deveriam ser julgados no prazo de 60 dias (recomendações do item 11), o primeiro deles se encontra baixado e o segundo suspenso (suspensão por 5 anos, por determinação do STF); b) Quanto ao julgamento prioritário dos embargos de declaração o GabMP vem se esforçando para evitar demora superior a 30 dias no julgamento de tais recursos. No período inspecionado em 2020 julgamos 2.341 processos e tínhamos 29 EDCL aguardando julgamento há mais de 30 dias de um total de 101 EDCL. No período inspecionado em 2022 julgamos 2.469 processos e passamos a ter 31 EDCL com conclusão superior a 30 dias de um total de 89 EDCL. Portanto, tivemos um incremento de cerca de 6% em produtividade, ao passo que conseguimos reduzir o número de EDCL pendentes em aproximadamente 12%; c) O GabMP continua envidando esforços e aprimorando seus métodos de trabalho visando à progressiva redução do acervo e cumprimento integral das metas CNJ, o que vem ocorrendo progressivamente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há determinações pendentes em relação à Inspeção de 2020. Por sua vez, na autoinspeção de 2021 foram listados 66 processos, dos quais ainda se encontram 8 processos pendentes de julgamento, eis que foram incluídos em pauta virtual de julgamentos que se realizou em 13/10/2021 mas dela foram retirados por oposição dos advogados e procuradores ao julgamento virtual. Tais processos foram incluídos na pauta presencial de julgamentos por videoconferência designada para 23/3/2022, tendo sido um deles suspenso por determinação do Relator.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em que pese a obstinação do GabMP em dar integral cumprimento às Metas do CNJ, no ano de 2021 não foi cumprida em 100% a Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016), eis que restaram 5 processos distribuídos até 31/12/2016 pendentes de julgamento, donde foi cumprida apenas 99,7% da referida Meta (conforme item 5.2 acima). Igualmente, não foi cumprida de forma integral a Meta 2/2022 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017), restando 9 processos distribuídos até 31/12/2017 pendentes de julgamento, donde foi cumprida apenas 99,4% da referida Meta (conforme item 5.4 acima). No ano em curso planeja-se um maior controle de processos enquadrados na Meta 2 sem julgamento, com especial atenção para a reativação de processos suspensos com autuações antigas, bem como para a redistribuição de processos antigos oriundos de outros Gabinetes.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Gabinete vem colhendo os frutos de seu trabalho consistente e permanente na busca de resultados positivos, haja vista a progressiva redução de seu acervo ao longo dos anos e o atingimento quase integral das metas estabelecidas pelo CNJ, havendo se adaptado completamente ao trabalho remoto que lhe foi imposto pelas circunstâncias da pandemia, mas reconhece que lhe convém adotar estratégias melhor definidas para aperfeiçoar o seu sistema de controle de processos sem movimentação ou com irregularidades de movimentação, utilizando-se com mais eficiência das ferramentas digitais que auxiliem nesse controle permanente. Duas das maiores dificuldades hoje enfrentadas versam sobre (1) a necessidade de realização de várias sessões de julgamento por videoconferência para enfrentar o grande número de processos retirados de pauta por oposição ao julgamento na modalidade virtual; e (2) a necessidade de realização de várias sessões de julgamento em continuidade, na forma do art. 942 do CPC.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Vera Schrader Serpa, matrícula 12.203, com a colaboração das colegas Priscilaa Santos Boiteux de Oliveira (matrícula 12.207) e Vanda Helena dos Santos.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Dos 18 servidores que compõem o quadro do GabMP, 3 exercem atividades meio e 11 atividades fim. Desde o início da pandemia, os 2 agentes de segurança que serviam ao magistrado foram colocados à disposição da Presidência do TRF2. Atualmente a organização do trabalho e distribuição das atividades, por servidores que atuam na atividade fim, observa uma divisão do acervo de processos não padronizados conforme o último dígito do número do processo que antecede o dígito verificador (de 0 a 9), de tal forma que cada um dos 10 servidores que atuam na elaboração de minutas de votos/decisões de processos da 8ª Turma Especializada se responsabilizam por um dígito (de 0 a 9), devendo atingir uma meta mensal mínima (que varia de 20 a 32 votos/mês de 22 dias úteis) conforme o grau de responsabilidade de sua função comissionada no que tange ao número de votos em processos pendentes de julgamento a serem incluídos em pautas ordinárias. Para as matérias padronizadas a meta mensal é de 40 votos/mês.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, há 3 (três) servidores que, mesmo antes da pandemia, já vinham executando suas atividades em regime de teletrabalho (Resolução n. TRF2-RSP-2019/00046, de 24 de junho de 2019) e assim permaneceram. Os demais se encontram atualmente em regime de trabalho remoto, por força das Resoluções n. TRF2-RSP- 2022/00008, de 26/1/2022 e n. TRF2-RSP-2022/00013, de 15/2/2022.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Até o final de 2021 não havia critério diferenciado para a fixação de cotas e, portanto, todos os servidores responsáveis por um dos 10 dígitos (zero a 09) de processos deveriam tentar atingir a meta de elaborar pelo menos 5 minutas semanais de votos em processos conclusos para julgamento. A partir de janeiro de 2022 passou-se a implementar novo critério, vinculando a meta de produtividade mensal ao valor da função comissionada ou cargo comissionado atribuídos ao servidor, com metas também diferenciadas conforme se trate de servidores com atribuições de elaborar minutas de votos e decisões sobre matérias padronizadas ou não-padronizadas.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A maioria dos servidores consegue cumprir a meta (cota) estabelecida, e apenas eventualmente ocorre de um ou outro não conseguir esse cumprimento, sem que daí lhe viesse a ser atribuída qualquer consequência negativa. Entretanto, com a mudança de critério informada no item 11.2 acima, cogita-se de uma realocação de funções comissionadas caso se verifique a hipótese de descumprimento reiterado das metas estabelecidas. O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito através de planilhas de produtividade que são elaboradas semanalmente pelos próprios servidores responsáveis pela elaboração de minutas de votos e decisões, cujos números são tabulados pela servidora com atribuições administrativas e informados aos gestores.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O Gabinete MP não possui mais processos físicos em seu acervo. Os processos eletrônicos são triados por um servidor que analisa diariamente os processos que entram no Balcão de entrada e os distribui, conforme o último dígito do processo, aos localizadores específicos dos dígitos, cada um dos quais terá sua análise sob a responsabilidade de um servidor

designado para tal. O servidor responsável pela triagem também confere a matéria do processo e, constatando que se trata de matéria padronizada, o processo é encaminhado para um localizador específico, pois há um grupo de servidores que somente analisa e elabora minutas de processos padronizados, de modo a prestigiar a celeridade no julgamento de tais feitos. Há também um servidor responsável pela análise de processos distribuídos por prevenção, conexão ou dependência. As urgências são comunicadas aos assessores para que tenham tratamento prioritário, assim como as dúvidas que surjam no decorrer deste processo de triagem.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

No âmbito da 8ª Turma Especializada, os processos conclusos ao Relator e que versem sobre matéria não padronizada estão organizados em localizadores por dígitos (vide resposta ao item 10 acima) conforme o último dígito do número do processo que antecede o dígito verificador (de 0 a 9). Os que versam sobre matéria padronizada são encaminhados para um localizador específico. Cada servidor vinculado à atividade-fim possui um localizador nomeado com a sua sigla, para análise dos processos do dígito sob sua responsabilidade. Não há um localizador específico para os processos da 3ª Seção Especializada e do Pleno, os quais são encaminhados diretamente para o localizador da sigla do servidor responsável por sua análise e elaboração das correspondentes minutas de votos e decisões.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O Gabinete realiza um controle próprio de tais parâmetros mediante consulta mensal ao Portal de Estatísticas disponibilizado pelo próprio Tribunal, a fim de monitorar os quantitativos de processos pendentes, bem como visando à observância das metas institucionais. O controle estatístico é realizado semanalmente e abrange a Meta-2, incidentes, Meta-4 e acórdãos. As urgências são verificadas logo na triagem dos processos encaminhados ao Relator no Balcão de entrada e imediatamente comunicadas aos Assessores que, por sua vez, as informam ao Magistrado após análise do caso concreto. O controle das urgências também é feito através dos e-mails que diariamente chegam ao Gabinete e são imediatamente respondidos, através dos quais se controlam também as prioridades legais eventualmente não atendidas. O controle de processos remetidos a outros setores é feito pela Subsecretaria da 8ª Turma Especializada que informa ao Gabinete as irregularidades para a adoção de providências.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Atualmente as metas de trabalho são individuais e visam, principalmente, ao atendimento coletivo da Meta 1 do CNJ, que é o julgamento de mais processos do que o número de processos distribuídos no período. Seu estabelecimento decorre de um planejamento estratégico formulado no início de cada ano de trabalho, quando são analisados os dados do ano anterior e feitas estimativas e previsões para o ano que se inicia.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

A política de recompensas vinculadas ao atingimento de metas sempre foi um desafio para a gestão pública, na medida em que o limite para a distribuição de sanções premiais e benefícios de modo geral esbarra na existência de sua previsão legal, não havendo espaço para soluções criativas não amparadas em lei direcionadas a premiar o esforço de

produtividade. Nas circunstâncias postas, o GabMP passou a adotar a experiência de vincular as metas de produtividade dos seus servidores ao grau de responsabilidade assumido a partir do valor das gratificações (funções de confiança e cargos em comissão) recebidas, com vistas também a ajustar a percepção de tais vantagens ao esforço meritório demonstrado por cada um, na busca pelo aperfeiçoamento da gestão de pessoas preconizado pelo Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

A quantidade de feitos com pedidos de prioridade por motivo de idade avançada de algum dos litigantes (prioridade-idoso) é muito volumosa, havendo atualmente mais de 700 feitos nesta situação, e o atendimento a esta prioridade legal tem sido um desafio que o GabMP vem tentando enfrentar, em atendimento ao art. 1.048 do CPC/15. O sistema eproc proporciona a informação de que o processo se enquadra na situação de prioridade-idoso mediante um lembrete em vermelho no alto da página da consulta ao processo, e com base nesta identificação os servidores são orientados a dar preferência a tais processos na análise de inclusões em pautas. Casos eventuais de demora no atendimento desta prioridade legal são normalmente denunciados via e-mail e imediatamente atendidos. Por sua vez, os processos que se enquadram na prioridade instituída pela Meta 2 do CNJ sempre tiveram prioridade máxima de julgamento no Gabinete Marcelo Pereira.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, as decisões terminativas são utilizadas para o julgamento de recursos nas hipótese do inciso III do art. 932 do CPC/2015 (perda de objeto, desistência do recurso, intempestividade, por exemplo).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos para votos/decisões são inseridos no sistema eproc e utilizados pelos servidores com atribuição de elaborar minutas padronizadas de votos e decisões que, antes de julgados em sessão ou publicadas, são previamente revistos e eventualmente corrigidos por assessores do GabMP antes de serem encaminhados à apreciação do Desembargador Federal Marcelo Pereira.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é normalmente constatada a partir da atuação individual do servidor na elaboração de minutas de votos e decisões, que é capaz de revelar a existência de dificuldades em indicar a solução a ser dada às questões jurídicas que se apresentam no dia a dia. Denota-se, ainda, a necessidade de capacitação em razão da modernização do sistema de trabalho, que exige a realização de cursos de atualização para que possam ser absorvidas novas funcionalidades e rotinas, sendo também observada a necessidade de atualização jurídica permanente do servidor, para acompanhar a evolução da jurisprudência sobre os temas versados nos processos distribuídos ao Gabinete.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

A principal matéria que tem merecido o sobrestamento de processos no GabMP é aquela relacionada aos expurgos inflacionários dos saldos existentes em cadernetas de poupança por determinação do STF. Via de regra, os sobrestamentos ocorrem por determinação dos Tribunais Superiores ou da Vice-Presidência (por exemplo, recentemente, em relação aos casos em que se discute a necessidade de prévia liquidação em sede de cumprimento individual de sentenças coletivas), também havendo situações em que o Relator determina

o sobrestamento (recentemente em relação aos processos que tratam de improbidades administrativas, até que se consagre jurisprudência a respeito da retroatividade ou não das alterações havidas na Lei de Improbidade). O controle do sobrestamento é feito pela Subsecretaria da 8ª Turma Especializada, que verifica se já teria havido o decurso do prazo do sobrestamento ou se já foi implementada a medida que teria demandado a suspensão do feito.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. O Tribunal conta com um setor (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região NPSC2) que regularmente promove ações de conciliação das quais participa o gabinete indiretamente, através da separação de processos conforme o assunto (tais como expurgos inflacionários de poupança ou de FGTS, SFH, etc) e encaminhamento dos mesmos para o NPSC2 visando à tentativa de acordo. Nesses mutirões de conciliação são realizadas audiências com o intuito de resolver as demandas e, em atendimento à Meta 3, também visa a fomentar o alcance percentual mínimo na proporção de processos conciliados em relação aos distribuídos. Além disso, havendo manifestação de quaisquer das partes no sentido de conciliar, é determinada a oitiva da parte contrária, com a remessa dos autos ao Núcleo de Conciliação do Tribunal no caso de uma resposta positiva.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve convocação de magistrado em auxílio a este GabMP desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

O ideal é que os pedidos de vista fossem levados a julgamento na sessão seguinte àquela em que foi formulado o pedido de vista, mas, na prática, após o lançamento do resultado do julgamento pela 8ª Turma Especializada, os processos são conclusos em até uma semana após o término da sessão, o que exige uma nova inclusão em sessão ordinária de julgamentos, para o que se observa, na prática, uma antecedência mínima de 10 dias para a publicação da pauta (art. 935 do CPC/2015 c/c art. 4º, p.u., da Resolução TRF2-RSP2020/00012), razão pela qual têm sido levados a julgamento, em média, em torno de 8 sessões após o pedido de vista. Na 3ª Seção Especializada e no Pleno os pedidos de vista são, via de regra, levados a julgamento em uma ou duas sessões seguintes ao pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O sistema eproc possui ferramenta específica (Minutas/Área de trabalho/Filtros básicos e avançados) que permite o acompanhamento da jurisprudência da Corte através de pesquisas por palavras-chaves. Os servidores que trabalham na elaboração de minutas de votos também executam a pesquisa de jurisprudência. Há 2 servidores que elaboram atualização da jurisprudência do STJ e do STF no que tange aos Temas em recursos repetitivos e em repercussão geral contendo comando de suspensão nacional.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Os Gabinetes da 8ª Turma Especializada compartilham previamente entre si os votos dos respectivos relatores relativos às pautas semanais, sempre até o último dia anterior ao dia de início da pauta, de modo a permitir o estudo antecipado das pautas dos Desembargadores Federais que compõem o quórum de votação.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais da 8ª Turma Especializada são realizadas semanalmente, seguindo cronograma anual elaborado e disponibilizado no início de cada ano. Os votos dos relatores são previamente compartilhados e os outros dois Desembargadores Federais componentes do colegiado fazem o estudo da pauta e inserem seu posicionamento no sistema eproc, seja acompanhando o voto do Relator, seja apresentando voto divergente até o quinto dia útil do prazo de duração da sessão virtual, quando então (havendo divergências) a sessão (cujo prazo regular é de 5 dias úteis) é prorrogada por mais 2 dias úteis. Os votos divergentes são disponibilizados antes do término da sessão para que os demais Desembargadores tenham tempo hábil para decidir se irão acompanhar e/ou ajustar o voto já proferido. As sessões virtuais da 3ª Seção Especializada e do Pleno/Órgão Especial se realizam mensalmente. As sessões virtuais da 8ª Turma Especializada são realizadas semanalmente, seguindo cronograma anual elaborado e disponibilizado no início de cada ano. Os votos dos Relatores são previamente compartilhados e os outros dois Desembargadores Federais componentes do colegiado fazem o estudo da pauta e inserem seu posicionamento no sistema eproc, seja acompanhando o voto do Relator, seja apresentando voto divergente até o quinto dia útil do prazo de duração da sessão virtual, quando então (havendo divergências) a sessão (cujo prazo regular é de 5 dias úteis) é prorrogada por mais 2 dias úteis. Os votos divergentes são disponibilizados antes do término da sessão para que os demais desembargadores tenham tempo hábil para decidir se irão acompanhar e/ou ajustar o voto já proferido.

28. A unidade possui plano de gestão?

O GabMP possui plano de gestão que é revisto anualmente antes do reinício das atividades judiciárias após o recesso (em janeiro de cada ano) e ajustado conforme os dados extraídos do Portal de Estatísticas do ano anterior. Neste início do ano de 2022 foram ajustadas as metas internas de produtividade para fazer frente ao número estimado de processos a serem distribuídos ao longo do ano.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Atualmente o GabMP conta com 18 servidores e uma estagiária que utilizam recursos materiais próprios para se desincumbirem do trabalho remoto (laptops, impressoras e celulares) |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho é realizada pelo magistrado e 3 assessores, que concentram atribuições de atendimento por videoconferência a advogados e procuradores, gestão dos e-mails recebidos no Gabinete, estudos de pautas, correção de minutas de votos e decisões, elaboração de votos-vista e decisões complexas, e distribuição de tarefas entre os servidores e estagiários. |
| c) resultados | O Gabinete MP tem conseguido cumprir a Meta 1, julgando número de processos superior ao número de processos que lhe são distribuídos anualmente e tem conseguido baixar o acervo gradativamente. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os principais objetivos a serem alcançados são: 1) reduzir o tempo médio de julgamento de recursos desde o momento da conclusão até o efetivo julgamento, inclusive no que tange aos EDCL e AG INTERNOS; 2) reduzir gradativamente o acervo de processos pendentes de julgamento atualmente existente; 3) reduzir o tempo entre a elaboração dos votos e a inclusão dos processos em pautas de julgamento; 4) aumentar a diferença entre processos distribuídos e processos julgados no mesmo período considerado; 5) evitar a demora na reinclusão em pautas (presenciais ou virtuais) de processos que foram retirados de pautas anteriores, seja por oposição à pauta virtual, seja por determinação do Relator. 6) priorizar o julgamento de processos com autuações mais antigas no TRF2 e com preferências legais; 7) prestar um atendimento de excelência aos advogados e procuradores, com a máxima celeridade, através das respostas aos e-mails e pedidos de despachos virtuais com assessores e magistrado.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

1) foram traçadas novas orientações e metas de trabalho em janeiro/2022, prestigiando-se o sistema meritório na distribuição de funções comissionadas aos servidores e criando-se metodologias para maior fiscalização de acervos mais antigos pendentes de julgamento; 2) os EDCL foram divididos em padronizados e não padronizados, e atribuídos a grupos diferentes de servidores e estagiários; 3) aumentou-se o número de processos incluídos em pautas, de modo a aproximar as datas de elaboração de votos e as datas das sessões de julgamento; 4) foram aumentadas as metas de produtividade; 5) foi criado um localizador próprio para os processos retirados de pauta, de modo a permitir a sua rápida visualização; as solicitações de retirada de pauta por oposição à pauta virtual estão sendo despachadas pelo Gabinete, evitando-se a retirada de feitos nos quais não haja a possibilidade de sustentação oral, evitando-se o acúmulo de processos aguardando o agendamento de pautas presenciais, etc.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho remoto desenvolvido na pandemia se mostrou eficiente e produtivo, deixando evidente a possibilidade de utilização de ferramentas digitais para comunicação interna entre servidores e magistrado, bem como para comunicação externa com o público de advogados e procuradores, tornando desnecessário o deslocamento físico para a boa prestação jurisdicional. O atendimento ao público via balcão virtual e através da ferramenta zoom deveria se estender aos Gabinetes de forma permanente no período de 12 às 17 horas. Com o trabalho remoto eliminamos qualquer forma de controle de trabalho impresso, sendo tudo realizado digitalmente, inclusive com o intercâmbio de informações através de aplicativos de mensagens e e-mails, o que convém manter na rotina do Gabinete, mesmo com o futuro retorno ao trabalho presencial ou híbrido.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O gabinete se utiliza da criação de localizador específico no sistema eproc para os processos retirados de pauta por indicação do relator que se encontram aguardando nova inclusão. Os processos retirados de pauta por oposição à pauta virtual são listados pela Subsecretaria da 8ª Turma Especializada e com base nesta listagem, que contém as datas das retiradas, são reinseridos em pautas presenciais. Os processos conclusos com petições são encaminhados aos servidores responsáveis pelos respectivos dígitos, que analisam os requerimentos e lhes dão encaminhamento por meio de despachos/decisões, formulação de questões de ordem ou inclusões em pautas. Há ainda um servidor com

atribuições administrativas que faz a checagem permanente de processos que se encontrem sem movimentação nos localizadores do Gabinete, utilizando-se das ferramentas disponíveis no Portal de Estatísticas do TRF2.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 00000345020184020000 | 17/3/2020 | - |
| Observação: O processo havia sido, por equívoco, enviado a este GabMP para lavratura de acórdão, mas verificou-se que, na verdade, o Relator para o acórdão seria o DF Guilherme Diefenthaler. De conseguinte, os autos foram enviados à 8ª Turma Especializada para encaminhamento ao GabGD, que já lavrou o acórdão. | | |
| 50161669220214020000 | 11/11/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo em análise para elaboração de minuta com apreciação do requerimento liminar formulado. | | |
| 50625440320194025101 | 5/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na sessão virtual de 29/3/2022 para julgamento de embargos declaratórios e agravo interno. | | |
| 00088680720144025101 | 2/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022 para apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Marcelo Pereira. | | |
| 50115784220214020000 | 17/8/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo incluído na pauta virtual de 29/3/2022 para apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Marcelo Pereira. | | |
| 50187471120184025101 | 27/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na pauta virtual de 29/3/2022 para apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Marcelo Pereira. | | |
| 00181064220174025102 | 20/3/2021 | Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022 para apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Marcelo Pereira. | | |
| 01154505820154025113 | 20/08/2019 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022 para apresentação de voto-vista do Desembargador Federal Marcelo Pereira. | | |
| 00146765120184025101 | 14/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado, na forma do art. 942, CPC/2015, porém sem o alcance de resultado, por força da prolação de votos heterogêneos. Dr. Marcelo ajustou seu voto e determinou a remessa dos autos ao DF José Neiva, para possível ajuste, após o que será retificado o extrato de ata e lavrado o acórdão. | | |
| 01025395520124025101 | 11/4/2019 | Apelação |
| Observação: Encaminhado à Subsecretaria em 8/2/2022 com acórdão. | | |
| 01081257720154025001 | 26/2/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual com quorum ampliado (art. 942) de 31/3/2022. | | |
| 01000760420164025101 | 27/11/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50016064220194025101 | 11/12/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 22/3/2022. | | |
| 00000013120144025002 | 14/12/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 50623068120194025101 | 18/2/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual com quorum ampliado (art. 942) de 31/3/2022. | | |
| 00075536619994025101 | 25/11/2019 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 15/3/2022. | | |
| 50015864520194025006 | 19/2/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50313213220194025101 | 15/4/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 01183565720154025101 | 16/12/2020 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50200905120184025001 | 18/2/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 01475804020154025101 | 15/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50004549620204020000 | 23/1/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 02312301420174025101 | 23/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 00496443919974025103 | 13/2/2021 | Apelação |
| Observação: Processo em análise para elaboração de voto julgando apelações a ser incluído em pauta virtual próxima. | | |
| 00753231720154025101 | 3/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50023958120204020000 | 10/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 22/3/2022. | | |
| 50385905920184025101 | 19/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 00195269520114025101 | 31/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50101742420194020000 | 1º/11/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 15/3/2022. | | |
| 01130122720174025101 | 12/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 15/3/2022. | | |
| 50014907620184025002 | 12/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 01837602120164025101 | 30/4/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50507305720204025101 | 13/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 00254110820024025101 | 19/5/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 00004555020104025002 | 29/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50147378420194025101 | 8/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo com Baixa Definitiva. | | |
| 00377669320154025101 | 19/5/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos de Declaração incluídos na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |

| | | |
|---|-----------|--|
| 01168429820174025101 | 16/6/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 22/3/2022. | | |
| 50083168420214020000 | 17/6/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em análise para elaboração de minuta com apreciação do requerimento da tutela de urgência formulado pela UF. | | |
| 50715137020204025101 | 27/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 22/3/2022. | | |
| 02290407820174025101 | 18/6/2021 | Apelação |
| Observação: Verificando tratar-se de processo que veio encaminhado ao GABMP por equívoco, eis que conclusos para julgamento de EDCL contra acórdão cuja relatoria é da Desembargadora Federal Vera Lucia Lima (voto vencedor), o processo foi remetido à Subsecretaria da 8ª Turma Especializada para regularizar, mediante remessa ao GabVL. | | |
| 50490738020204025101 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 22/3/2022. | | |
| 00208436120164025002 | 13/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 15/3/2022. | | |
| 50002562320184025111 | 7/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50077455020204020000 | 29/6/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo em análise para apreciação de pedido de efeito suspensivo da apelação. Minuta de decisão monocrática em elaboração. | | |
| 00297508819944025101 | 23/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50400830320204025101 | 16/6/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50135296520194025101 | 10/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda baixa definitiva. | | |
| 50396636620184025101 | 12/7/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo incluído na Sessão Virtual de 29/3/2022. | | |
| 50036711620214020000 | 25/3/2021 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo havia sido incluído na pauta virtual de 15/2/2022 para julgamento de agravo interno, mas foi retirado por oposição à pauta virtual e aguarda reinclusão em pauta presencial para julgamento conjunto com processos conexos. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, 49 foram inspecionados. Não foi possível o acesso ao processo de n. 0113012-27.2017.4.02.5101, sendo informado pela unidade, contudo, que o mesmo foi julgado em 15/3/2022.

Todos os processos inspecionados são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| 001168429820174025101 | 01183565720154025101 | 550036711620214020000 |
| 50490738020204025101 | 50715137020204025101 | |

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração):

| |
|----------------------|
| 02290407820174025101 |
|----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Participaram da entrevista o Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva e as servidoras Vera Schrader Serpa e Priscila Santos Boiteaux de Oliveira.

Dos 18 servidores que compõem o quadro do Gabinete, 3 exercem atividades meio e 11 atividades-fim, além dos 2 agentes de segurança do magistrado e das 2 servidoras que acumulam ambas as atividades, atuando na assessoria/chefia do Gabinete e que, além das atividades administrativas inerentes à chefia, ocupam-se das análises de pauta, correção e uniformização das decisões e elaboração de votos-vista.

Atualmente encontra-se a unidade em retorno de trabalho presencial com esquema de revezamento de 50% da equipe, conforme Resolução do TRF2.

Em que pese o retorno ao trabalho presencial, o atendimento aos advogados também continua através de telefone, whatsapp e e-mail.

O gabinete trabalha com metas semanais de produtividade que leva em consideração o número de servidores envolvidos na atividade-fim, bem como o número de processos distribuídos por mês à relatoria do Desembargador Federal, objetivando o cumprimento da Meta 1/CNJ.

Uma dificuldade apontada pela unidade foi a transição de mudança para o sistema de movimentação processual eproc, a necessidade de retiradas de processos de pauta de julgamento para intimação das partes sobre a nova Lei de Improbidade, pelo art. 10 do CPC.

Observou-se número considerável de feitos retirados de pauta em razão de oposição ao julgamento virtual. Nesses casos, foi relatado que a 8ª Turma se organiza de modo a pautar para as telepresenciais apenas 15 feitos por desembargador, a fim de tornar viável a realização da sessão frente ao número de sustentações orais, salientando, mais, que são realizadas apenas duas sessões telepresenciais por mês – o que termina por acumular o acervo processual.

É feita a filtragem dos pedidos de sustentação oral, sendo indeferidos quando incabíveis, como no caso dos embargos de declaração e agravos internos e agravos de instrumento em face de decisões que não versem sobre tutela provisória.

Em que pese a limitação de inclusão em pautas telepresenciais de processos com impugnação a julgamento virtual, a unidade inspecionada encontra-se com acervo baixo, registrando-se que no período objeto da inspeção houve mais processos julgados do que distribuídos, bem como houve aumento da produtividade no período de trabalho remoto, constatando-se que há organização e metodologia de trabalho que se revelaram bastante eficientes.

Verificou-se, ainda, que as pendências da inspeção anterior foram efetivamente solucionadas, bem como foram adotadas rapidamente providências quanto ao andamento dos processos da autoinspeção.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 486 para 537. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 517 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 537.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 101, na última inspeção, para 89, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, pois o gabinete tem eficiência superior à média da Seção.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) A manutenção do método elogiável de trabalho para a progressiva redução do acervo e cumprimento integral das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima da Silva.

2.2 Turma

8ª Turma Especializada.

2.3 Competência

Administrativa e residual.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima da Silva.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não existiram outros Magistrados responsáveis pelo órgão.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ana Cláudia Perpétuo Socorro Paes de Souza, Analista Judiciário, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---|
| Servidores efetivos | 16 |
| Estagiários de nível superior | 4 |
| Outros | 01. Requisitado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/01/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.694 |
| Processos suspensos/sobrestados | 15 |
| Processos conclusos | 1.262 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.694 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 4.397 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 1.262 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 2.192 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 15 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 4 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-------------|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
| Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer | Prejudicado |
| Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz) | Prejudicado |
| Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior) | Prejudicado |
| Houve modificação da competência? Se sim, especificar | Não |
| Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados) | Não |

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|-----|
| Total de feitos originários cíveis | 112 |
| Mandados de segurança | 6 |
| IRDR | 1 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Conflitos de competência | 18 |
| Reclamações | 0 |

| | |
|-------------------|----|
| Ações rescisórias | 48 |
| Outros | 39 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.582 |
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 6 |
| Recursos em ações populares | 9 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 79 |
| Recursos em ações civis públicas | 100 |
| Recursos em ações de desapropriação | 20 |
| Recursos em ações com preferência legal | 915 |
| Outros | 2.479 |

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.582 |
| Apelações cíveis | 2.308 |
| Agravos de instrumento | 829 |
| Outros | 445 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação:

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete:

| | |
|---------------------------------------|----|
| Total de feitos | 15 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |

| | |
|----------------------------|---|
| Por Recurso Especial | 6 |
| Por Recurso Extraordinário | 1 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 37 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 12 |
| Agravos legais/regimentais | 6 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 4 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 16 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 7 |

4.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 78 |
| Ano anterior | 1.290 |
| 2º ano anterior | 729 |
| 3º ano anterior | 617 |
| 4º ano anterior | 534 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 371 |

4.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 89 |
| Ano anterior | 816 |
| 2º ano anterior | 447 |
| 3º ano anterior | 279 |
| 4º ano anterior | 222 |
| 5º ano anterior | 206 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 133 |

4.15 Processos concluídos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-----|
| Ano atual | 61 |
| Ano anterior | 608 |
| 2º ano anterior | 248 |
| 3º ano anterior | 139 |
| 4º ano anterior | 60 |
| 5º ano anterior | 41 |
| 6º ano anterior | 41 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 64 |

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

| | |
|---|---|
| Processos concluídos para voto-vista | 1 |
| Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias | 1 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|--------------------|----|
| Total como redator | 29 |
|--------------------|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| Total como relator para o acórdão | 20 |
|-----------------------------------|----|

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|--------|
| Total de Processos distribuídos | 2.121 |
| Total de Processos julgados | 2.983 |
| Total de Processos baixados | 3.243 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -862 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -1.122 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 80 |
| Total de feitos não regularizados | 5 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 64 |
| Total de feitos não regularizados | 5 |

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.144 |
| Processos julgados no ano anterior | 3.170 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 105 |
| Processos julgados no ano corrente | 5 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.184 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 179 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 95,7% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.782 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 133 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 108,9% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 4.533 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 360 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 92,1% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.294 |
|--|-------|

| | |
|---|--------|
| Pendentes no último dia do mês anterior | 176 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 101,6% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 184 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 70 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 88,5% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 95 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 47 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 72,2% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 54 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 71 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 46 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 130 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 40 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 86,5% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | Ações coletivas estão fora da meta 2022 do CNJ. |
|--|---|

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Sempre que possível, em se tratando de temática afeta à competência da unidade, são adotadas posturas voltadas à prevenção ou desjudicialização de litígios, com a identificação e seleção de processos que estejam aptos à conciliação, sendo efetuada a remessa desses feitos ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF 2ª Região (NCON), que se encarrega de impulsionar os processos focando na autocomposição e mediação, abreviando a duração dos processos relativos a esses conflitos.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 91 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 1 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 1 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | 10 |
| 10094 - Terras Indígenas | 2 |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10106 - Recursos Minerais | 7 |

| | |
|--|----|
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 6 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 6 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 4 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 2 |
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10396 - Ambiental | 9 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10438 - Dano Ambiental | 27 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 1 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11827 - Zona Costeira | 2 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 1 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 1 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 10 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Em consonância com a vertente do Juízo 100% digital (Resolução 378, de 9 de março de 2021, do CNJ), as sessões de julgamento são realizadas, como regra, de forma virtual, nos termos da Resolução TRF2-RSP-2021/00058, de 20 de julho de 2021. Outrossim, havendo oposição ao julgamento virtual, as sessões presenciais são realizadas por videoconferência, por meio da plataforma Zoom.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|---|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados: | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, existiram recomendações: a) Julgar, no prazo de 60 dias, 26 processos; b) Certificar trânsito em julgado do processo 00009711520064025001; c) Julgar todos os embargos declaratórios pendentes com conclusão superior a 30 dias; d) Lavrar acórdãos pendentes; e) Implementar métodos que garantam o cumprimento da Meta 2/2019 CNJ (processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014), Meta 2/2020 CNJ (processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015), Meta 2/2020 CNJ (processos mais antigos distribuídos de 1/1/2016 a 31/12/2016), Meta 4/2020 CNJ (Improbidade administrativa distribuído até 31/12/2017) e Meta 6/2020 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016); Inclusão do Gabinete no Programa de Acompanhamento Permanente.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Dos 26 processos com recomendação para julgar, foram adotadas medidas para priorizar os julgamentos; b) Restou certificado o trânsito em julgado do processo 00009711520064025001; c) Embargos declaratórios com prioridade de julgamento, após contrarrazões apresentadas; d) Posteriormente à sessão de julgamento, observância quanto ao prazo da lavratura dos acórdãos; e) Identificação e organização dos processos com metas em localizadores próprios a fim de facilitar a sua inclusão em pautas de julgamento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

00015472320114025101: Processo sobrestado (942 do CPC); 2) 00044969220124025001: Retirado de pauta (sessão 24/11/2021) para despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021; 3) 00023858820064025117: Retirado de pauta (sessão 24/11/2021) para despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021; 4) 00425493620124025101: impugnação à inclusão na sessão de 15/09/2020. Despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021; 5) 01531163820164025120: impugnação à inclusão na sessão de 9/6/2020. Despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021; 6) 00003531320104025104: Retirado de pauta (sessão de 10/11/2021) para despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021; e 7) 00031887620074025104: Retirado de pauta (sessão 10/11/2021) para despacho de manifestação das partes e MPF acerca da Lei 12.430/2021.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a unidade não alcançou as seguintes metas: Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016), tendo alcançado 95,7%; Meta 2/2022 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017), tendo alcançado 92,1%, estando os correspondentes processos com prioridade para julgamento pelo Gabinete, sem prejuízo da observância das preferências legalmente instituídas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A organização do trabalho orienta-se no sentido do atingimento, concomitante, das preferências legais e metas institucionais do CNJ. A equipe de trabalho, voltada à atividade fim, se divide em dois grupos, um dedicado à elaboração de minutas em processos de menor complexidade, objetivando produção quantitativa, de modo a manter o cumprimento da Meta 1/CNJ e outro responsável pela análise de causas de maior complexidade, possuindo cada servidor sua meta individual semanal a ser cumprida.

Merece destaque o fato de que, em razão da pandemia de Covid-19, os servidores passaram a desempenhar suas atividades em regime de teletrabalho, circunstância que, mesmo diante do quadro desafiador, resultou em aumento de produtividade. Durante esse período, foi criado um grupo de comunicação via aplicativo de mensagem, além do aprimoramento do sistema de repositório de modelos de minutas, compartilhados e atualizados, que proporcionou maior agilidade ao fluxo processual.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Rodrigo Fonseca Johann, Técnico Judiciário, Assessor de Gestão de Metas.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A distribuição das tarefas procura observar, na medida do possível, o atingimento, concomitante, das preferências legais e metas institucionais do CNJ. A especialização por assuntos é considerada no momento da triagem inicial dos feitos e na organização dos localizadores da unidade sendo, preferencialmente, observada pelos servidores com a finalidade de uniformizar os entendimentos e aumentar a produtividade. Outrossim, são destacados servidores para realização das seguintes atribuições: atendimento ao público/advogados; organização e análise das pautas; controle de produtividade, acervo, metas e preferências legais/petições; realização de triagem de processos; análise de requerimento de urgências, além de impulsionamento processual, com elaboração de minutas de decisões e/ou despachos.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, 13 servidores executam atividades em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é parcial. No âmbito da pandemia de Covid-19, o trabalho remoto foi ampliado nas unidades administrativas e jurisdicionais deste Tribunal Regional Federal. Atualmente, vigora a Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013, de 15 de fevereiro de 2022 que prorrogou o regime de teletrabalho até o dia 31 de março de 2022. Nesse contexto, grande parcela dos servidores vinculados ao Gabinete encontra-se, atualmente, em trabalho remoto, ressalvados 4 (quatro) servidores sob regime de revezamento, encarregados do atendimento ao público/advogados e demais atividades essenciais de natureza presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A fixação da cota de trabalho de cada servidor é definida a partir do seguinte critério: divisão do quantitativo de processos, incluídos para julgamento nas sessões virtuais e presenciais,

pelo número de servidores encarregados da elaboração das minutas de votos/decisões.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Os servidores encarregados da elaboração das minutas de votos/decisões devem entregar, semanalmente, sua produção à assessoria, oportunidade em que é realizada a avaliação do desempenho do servidor. Caso não haja o cumprimento da cota, haverá, na medida do possível, a compensação do número de processos faltantes nas pautas de julgamento seguintes.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Atualmente, não há processos físicos na unidade. Quanto aos eletrônicos, na realização da triagem são identificados requerimentos de tutela de urgência, feitos em tramitação e causas maduras para julgamento. As tutelas de urgência são priorizadas com a celeridade que o caso requer, os feitos em tramitação são encaminhados para o devido impulsionamento processual e as causas maduras são alocadas nos respectivos localizadores, organizados por classe de recurso e matéria, com a identificação das preferências legais e institucionais.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados por classe de recursos e por matéria, além de localizadores referentes a fases de processamento dos feitos.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é realizado através dos dados obtidos junto ao Portal de Estatística do Tribunal e são elaboradas, periodicamente, estratégias determinadas pela Desembargadora Federal em conjunto com a assessoria, para o acompanhamento do desempenho global da unidade, bem como o individual de cada um de seus integrantes, de forma a atender as orientações estabelecidas. As metas do CNJ, as prioridades legais, as minutas de decisões dos embargos de declaração, dos agravos internos e das tutelas de urgência são anotadas para serem, preferencialmente, atendidas, com a brevidade que cada caso requer.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Visando ao atendimento das preferências legais e/ou metas institucionais, são estabelecidas metas individuais semanais, as quais são ajustadas de acordo com a necessidade do serviço. Do mesmo modo, para o atendimento das demandas que se apresentam, podem ser estabelecidas metas coletivas, consistentes na realização de mutirões.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

No momento, não há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Na unidade, parte da equipe é destacada para a confecção de minutas de decisões de menor complexidade embasadas em entendimentos consolidados no âmbito dos tribunais superiores, objetivando a produção de quantidade de processos para fim de atingimento da

Meta 1/CNJ. Outra parte da equipe fica responsável pela confecção de minutas em causas de maior complexidade e que demandam maior tempo para sua elaboração, incluindo-se as ações coletivas e improbidade administrativa, além de se dedicarem a pesquisas que se façam necessárias acerca de legislação, doutrina e/ou jurisprudência. Registre-se, ainda, que é feito um levantamento dos processos mais antigos, com base nos dados coletados no Portal de Estatística do Tribunal, os quais são divididos entre todos os servidores que trabalham com a atividade-fim, segundo critérios estabelecidos pela Desembargadora Federal, levando em consideração a capacitação de cada um.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, são utilizadas decisões terminativas sempre que a matéria, objeto da demanda, ou as circunstâncias processuais se encontrem dentre aquelas previstas na legislação.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

De acordo com a orientação da Desembargadora Federal, com a finalidade de uniformizar entendimentos e fomentar a produtividade, a unidade possui um repositório de modelos de votos/decisões, em uma pasta compartilhada e vinculada ao OneDrive (serviço de armazenamento em nuvem), sendo o acesso disponibilizado a todos os servidores do Gabinete, com a supervisão da assessoria, e atualizado regularmente.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Quanto à capacitação dos servidores, o Tribunal possui Setor (CEDUC - Coordenadoria de Educação Corporativa) que, periodicamente, oferece cursos de capacitação abertos aos servidores.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O Gabinete adota as determinações emanadas do STF e STJ com relação ao sobrestamento de feitos. Atualmente, o sobrestamento incide em matérias como: expurgos inflacionários em caderneta de poupança (Temas 264 e 265/STF); aplicação da TR no FGTS (Tema 731/STJ); AME (Tema 1056/STJ); conversão de licença-prêmio de servidor civil em pecúnia (Tema 1086/STJ); FUNSA (Tema 1080/STJ); GAT (Tema 1019/STF); Militar HIV, assintomático (Tema 1088/STJ); inscrição em dívida ativa, para a cobrança dos valores indevidamente recebidos a título de benefício previdenciário (Tema 1064/STJ), dentre outras.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sempre que a matéria autorize, e as partes demonstrem interesse, haverá estímulo à composição amigável da lide. No Tribunal, em observância à Resolução 125/2010, do CNJ, há o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, NPSC2, objetivando assegurar a todos a solução dos conflitos através de meios adequados à natureza e peculiaridade do caso. Nesse contexto, o Gabinete, quando instado pelas partes, ou quando solicitado pelo próprio Núcleo, encaminha os autos para possível conciliação, sendo a maior demanda relativa a feitos envolvendo contratos bancários no âmbito do SFH e expurgos inflacionários em caderneta de poupança.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não houve auxílio desde a última inspeção.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Conforme estabelece o Regimento Interno do TRF-2ª Região, nas Turmas Especializadas,

o pedido de vista deverá ser levado a julgamento dentro de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante pedido devidamente justificado, contados da data da conclusão dos autos, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente a esse prazo (art. 143). Sempre que possível, os pedidos de vista retornam para julgamento no prazo acima consignado.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência dos Tribunais, tanto do TRF da 2ª Região (TRF2) quanto dos Tribunais Superiores, é feito, especialmente: a) através das notícias disponibilizadas na página inicial do sítio eletrônico do respectivo Tribunal; b) pela leitura dos e-mails encaminhados pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), vinculado à Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ); c) pela leitura dos informativos de jurisprudência disponibilizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em seus sítios eletrônicos; e d) pasta compartilhada do Gabinete, contendo subpasta denominada "Precedentes", na qual se agrupam os informativos do STJ e do STF, assim como as edições do "Boletim de Precedentes", do STJ, e da "Repercussão Geral em Pauta", do STF.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os relatórios e votos são compartilhados previamente ao início das sessões virtuais em que serão julgados os respectivos processos, conforme determina o art. 5º, da Resolução TRF2-RSP-2021/00058, de 20 de julho de 2021, que dispõe: "Os gabinetes dos relatores deverão disponibilizar no ambiente virtual próprio, até o início da sessão de julgamento, os relatórios e votos relativos aos feitos por eles incluídos em pauta".

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os Gabinetes efetuam o pedido de dia por meio do sistema processual eproc, observando o prazo para inclusão constante do cronograma das pautas, previamente elaborado e divulgado, remetendo os autos em seguida à Subsecretaria do órgão julgador. Até a data do início da sessão de julgamento, o gabinete do(a) Relator(a) disponibiliza, no ambiente virtual próprio, no sistema eproc, os relatórios e votos relativos aos feitos incluídos em pauta. Aberta a sessão de julgamento, os demais membros do Colegiado passam a registrar suas manifestações através do item "Destaque do Painel de Sessão de Julgamento" do sistema eproc, dentro do prazo de duração da sessão. Em caso de registro de divergência, ocorre a prorrogação do prazo de encerramento da sessão de julgamento por mais dois dias úteis. Encerrada a sessão, a ata de julgamento é encaminhada para aprovação dos membros do órgão colegiado e, não havendo impugnação no prazo de cinco dias, é considerada aprovada.

28. A unidade possui plano de gestão?

No que se refere ao Plano de Gestão, periodicamente são realizadas reuniões da Desembargadora Federal com sua assessoria para, com o auxílio dos dados obtidos no Portal de Estatística, estabelecer prioridades e elaborar estratégias para o atendimento das preferências legais e metas institucionais. Outrossim, são transmitidas orientações acerca de entendimentos jurídicos, inovações legislativas, observância de repercussões gerais e recursos repetitivos com a finalidade de uniformizar e atualizar as minutas de decisões da unidade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Atualmente, a unidade conta com 13 servidores exercendo atividade-fim, 2 servidores exercendo atividade-meio e 2 agentes de segurança. Quanto aos recursos materiais, os servidores, exercendo atividade-fim, encontram-se em regime de trabalho remoto para o cumprimento de suas funções. Os servidores, no momento, exercendo atividade-meio, sob regime de revezamento presencial, têm a sua disposição os recursos materiais fornecidos pelo Tribunal. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho ocorre mediante comunicação via aplicativo de mensagem, bem como por meio do acesso ao sistema de repositório de modelos de minutas, compartilhado e atualizado pela assessoria. |
| c) resultados | A transferência para o regime de trabalho remoto, em decorrência da pandemia de Covid-19, em que pese desafiadora e com as dificuldades naturais de adaptação, resultou em aumento de produtividade. |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Dentre os objetivos a serem alcançados, encontra-se a utilização de ferramentas tecnológicas para aprimoramento da gestão do trabalho e da produção dos votos e decisões.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Para alcançar os objetivos acima referidos, busca-se alimentar periodicamente o repositório de minutas de votos/decisões, através do compartilhamento de precedentes disponível a todos os processantes. Ainda, serão elaboradas análises dos relatórios processuais fornecidos pelo sistema eproc, de modo a permitir maior controle e gestão do acervo do gabinete. Por fim, será incrementado o uso de programas e aplicativos de comunicação, com destaque para reuniões por videoconferência, de modo a garantir maior integração entre os servidores em regime de teletrabalho.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Em adequação ao contexto da pandemia, o Gabinete desenvolveu medidas voltadas à continuidade e aprimoramento da prestação jurisdicional, destacando-se a reinvenção dos fluxos de trabalho pelo emprego de medidas tecnológicas, como a inclusão de base de dados de minutas padronizadas em nuvem para acesso direto pelos processantes, o uso de aplicativo de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação e a orientação, entre os funcionários/estagiários, que poderão ser mantidas, mesmo depois de superado o período pandêmico.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle da movimentação processual, incluindo o período de eventual falta de movimentação, é efetuado semanalmente, através da utilização de ferramenta disponível

no sistema eproc, que viabiliza a confecção de relatório específico, contendo eventuais processos que se encontrem sem movimentação, dentro do período previamente selecionado para verificação.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--|
| 50003768420184025105 | 16/4/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 50092025420194020000 | 8/10/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 50055846720204020000 | 26/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 00488491420124025101 | 21/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00061288220164020000 | 17/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00112264820164020000 | 17/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00017853820194020000 | 17/3/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Pedido de Efeito Suspensivo apreciado em 28/5/2019. Aguardando julgamento do apelo na Sessão Extraordinária do artigo 942, do CPC, em 31/3/2022. | | |
| 00651529320184025101 | 24/4/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50016240620204020000 | 14/2/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00035211620164025103 | 14/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50130333620194025101 | 24/6/2020 | Ação Civil Coletiva |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 50069305320204020000 | 16/6/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 05000943620164025108 | 15/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00014080720164025001 | 31/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00075490820174025001 | 16/7/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50509854920194025101 | 21/8/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 00049799820074025001 | 18/6/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00184186420164025001 | 7/5/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00009463120094025119 | 9/10/2019 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00075396120174025001 | 27/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50055133120194025002 | 2/9/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 02197832320174025103 | 10/8/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50054637320194020000 | 9/7/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 50068112920194020000 | 9/8/2019 | Conflito de competência |
| Observação/Providência: Julgado. Baixa Definitiva em 14/2/2022. | | |
| 50097533420194020000 | 22/10/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 00065282820184020000 | 17/3/2020 | Petição |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00141474320174020000 | 17/3/2020 | Petição |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00006037820084025116 | 30/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 15/3/2022. | | |
| 00155351320174025001 | 31/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para eventual contrarrazões aos embargos declaratórios. | | |
| 00303625920134025101 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 01194307820174025101 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 01510224320174025101 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 05000543120164025051 | 17/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 50071095320194025001 | 31/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 50225922620194025001 | 14/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 00024309520104025103 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 00112498020174025101 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 00125178420184025118 | 12/2/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 00446077520134025101 | 4/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 00696198620164025101 | 19/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 01064085020174025101 | 17/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 01736860520164025101 | 4/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 01838344620144025101 | 17/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 02082446620174025101 | 17/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |
| 02141599620174025101 | 13/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50407851720184025101 | 29/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho exarado de sobrestamento do feito diante de decisão de tribunal superior (assunto TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS). | | |
| 50333119220184025101 | 17/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Autos remetidos em 16/2/2022 para o Relator do Acórdão Exmo. Des. Fed. Guilherme Diefenthaler para julgamento dos Embargos de Declaração. | | |
| 00315063820174025001 | 16/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00038537620084025001 | 23/1/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração (art. 942, CPC) incluídos para julgamento previsto na Sessão de 31/0/2022. | | |
| 00145051220094025101 | 9/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração (art. 942, CPC) incluídos para julgamento previsto na Sessão de 10/3/2022. | | |
| 00005896620134025004 | 18/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para manifestação das partes quanto a interesse de habilitação nos autos. Após a regularização do feito, será julgado com a brevidade que o caso | | |

| | | |
|--|-----------|-----------------------------|
| requer. | | |
| 00838098320184025101 | 9/7/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação pessoal do advogado acerca da habilitação nos autos, tendo em vista notícia de óbito da exequente. Após a regularização do feito, será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 50769320820194025101 | 27/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração serão incluídos para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 01577284720144025101 | 28/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração (art. 942, CPC) incluídos para julgamento previsto na Sessão de 10/3/2022. | | |
| 00740258720154025101 | 28/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Embargos de Declaração (art. 942, CPC) incluídos para julgamento previsto na Sessão de 10/3/2022. | | |
| 05004925820174025104 | 8/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00203306220174025001 | 19/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00359329320174025001 | 31/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 00131843320184025001 | 19/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50039186520194020000 | 28/5/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Despacho exarado de sobrestamento do feito diante de decisão de tribunal superior (assunto GAT). | | |
| 01451726520144025116 | 17/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00373898820164025101 | 19/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50103514520184025101 | 11/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 50012298020194025001 | 9/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00257472720164025002 | 12/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50119138920184025101 | 5/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 01088756720154025005 | 1º/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 50042735020194025117 | 9/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00131921020184025001 | 15/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 01363710620174025101 | 7/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00190782520114025101 | 29/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022. | | |
| 50074836020194025101 | 21/8/2019 | Apelação |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 15/3/2022. | | |
| 50410265420194025101 | 21/9/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação do Ministério Público Federal para, querendo, emitir parecer. | | |
| 50021239720194029999 | 20/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50466156120184025101 | 18/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho exarado de sobrestamento do feito diante de decisão de tribunal superior (assunto TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS). | | |
| 00359172720174025001 | 1º/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00007818520124025116 | 16/9/2019 | Apelação / Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação das partes acerca da nova Lei de Improbidade. Após, será remetido ao MPF, como fiscal da ordem jurídica. Em seguida, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00253016220094025101 | 18/11/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00079948920184025001 | 11/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022 | | |
| 50046491820184025102 | 30/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 50112129420194025101 | 30/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 01818631120144025106 | 12/3/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 00052305120054025110 | 15/6/2021 | Arguição de Inconstitucionalidade |
| Observação/Providência: Processo será incluído para julgamento previsto na Sessão de 5/4/2022 | | |
| 50083959720204020000 | 10/7/2020 | Tutela Cautelar Antecedente |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 22/3/2022. | | |
| 50001200920184029999 | 23/7/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 00051431920144025001 | 30/11/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para manifestação do MPF acerca do termo de transação noticiado nos autos. Após, o feito será julgado com a brevidade que o caso requer. | | |
| 00113378420184025101 | 8/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com diligência para intimação da parte apelada para que informe se já houve o retorno do ofício que fora expedido ao Ministério da Saúde. | | |
| 50033605920204020000 | 8/4/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 50044933920204020000 | 6/5/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído para julgamento previsto na Sessão de 29/3/2022. | | |
| 50059012220194025102 | 9/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para eventuais recursos. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 90 processos selecionados, todos foram inspecionados.

Todos os processos inspecionados são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias, após prazo de despacho para manifestação sobre a nova lei de improbidade (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00007818520124025116 | 00009463120094025119 | 00014080720164025001 |
| 00035211620164025103 | 00049799820074025001 | 00061288220164020000 |
| 00075396120174025001 | 00075490820174025001 | 00112264820164020000 |
| 00184186420164025001 | 00651529320184025101 | 02197832320174025103 |
| 05000943620164025108 | 50055133120194025002 | 50069305320204020000 |

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00017853820194020000 | 50016240620204020000 | 50054637320194020000 |
|----------------------|----------------------|----------------------|

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00005896620134025004 | 00838098320184025101 | 00240794020014025101 |
| 50769320820194025101 | | |

d) Incluir em julgamento em até 120 dias (agravo interno ainda não julgado):

| | |
|----------------------|----------------------|
| 00113378420184025101 | 50092025420194020000 |
|----------------------|----------------------|

e) Incluir em julgamento em até 120 dias (inclusão em sessão ampliada):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01451726520144025116 | 50059012220194025102 | 50074836020194025101 |
| 50112129420194025101 | | |

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi feita com a Desembargadora Federal Vera Lúcia lima e a servidora Ana Cláudia Perpétuo Socorro Paes de Souza.

No tocante à organização do trabalho, atualmente o Gabinete conta com 18 servidores. A distribuição das tarefas procura observar, na medida do possível, o atingimento, concomitante, das preferências legais e metas institucionais do CNJ. Na unidade, parte da equipe é destacada para a confecção de minutas de decisões de menor complexidade embasadas em entendimentos consolidados, enquanto que a outra parte responde pelas minutas em causas de maior complexidade, incluindo-se as ações coletivas e improbidade administrativa.

São estabelecidas metas individuais semanais, as quais são ajustadas de acordo com a necessidade do serviço.

A especialização por assuntos é considerada no momento da triagem inicial dos feitos, sendo identificados requerimentos de tutela de urgência, feitos em tramitação e causas maduras para julgamento, organizados por classe de recurso e matéria.

O controle do acervo é realizado através dos dados obtidos junto ao Portal de Estatística do Tribunal e são elaboradas, periodicamente, estratégias determinadas pela Desembargadora Federal em conjunto com a assessoria.

Ações civis de improbidade ainda não julgadas não o foram por conta da intimação das partes para se pronunciarem em face da nova Lei de Improbidade.

Observou-se número considerável de feitos retirados de pauta em razão de oposição ao julgamento virtual. Nesses casos, foi relatado que a 8ª Turma se organiza de modo a pautar para as telepresenciais apenas 15 feitos por desembargador, a fim de tornar viável a realização da sessão frente ao número de sustentações orais, salientando, mais, que são realizadas apenas duas sessões telepresenciais por mês – o que termina por acumular o acervo processual.

É feita a filtragem dos pedidos de sustentação oral, sendo indeferidos quando incabíveis, como no caso dos embargos de declaração e agravos internos e agravos de instrumento em face de decisões que não versem sobre tutela provisória.

No que se refere às principais dificuldades enfrentadas pela unidade, foi relatado que causam impacto na produtividade do Gabinete o acréscimo de distribuição de feitos eletrônicos, com a operacionalização do sistema eproc, bem como a expressiva dificuldade em compor o quadro com servidores suficientemente capacitados para a atuação na área fim, além da aposentadoria de servidores.

Não obstante as dificuldades apontadas, foi verificado que houve aumento da produtividade no período de trabalho remoto, encontrando-se a unidade em retorno de trabalho presencial com esquema de revezamento de 50% da equipe, conforme Resolução do TRF2.

Em que pese o retorno ao trabalho presencial, o atendimento aos advogados também continua através de telefone, whatsapp e e-mail.

A unidade inspecionada encontra-se com acervo ainda alto, registrando-se, contudo, que no período objeto da inspeção houve mais processos julgados do que distribuídos.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 3.590 para 1.262. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.192 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.262.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 178, na última inspeção, para 37, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 21 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

Outras Considerações:

Quanto aos processos pendentes da inspeção anterior, seguem as informações verificadas na presente inspeção:

00003531320104025104

Processo pautado para sessão de 10/11/21. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/22, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias. Última conclusão em 16/3/22, após intimação das partes sobre a aplicabilidade da nova lei de improbidade.

00108261820064025001

Observação: Processo foi julgado na sessão de 23/3/22.

00425493620124025101

Processo pautado para sessão de 15/9/20. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/22, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias.

01000463820194020000

Observação: Processo de restauração dos autos concluído em 21/2/2022.

015 311638 201640 25120

Processo pautado para sessão de 9/6/20. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/22, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias.

0000353132 010402 5104

Processo pautado para sessão de 10/11/21. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/22, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias.

001 082618 20064025001

Observação: Processo foi julgado na sessão de 23/3/2022.

004 254936 201240 25101

Processo pautado para sessão de 15/9/20. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/2022, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias.

015311638 201640 25120

Processo pautado para sessão de 15/9/20. Retirado de pauta. Despacho de 23/2/22, tendo em vista a necessidade de intimação das partes para se manifestarem sobre a aplicação, ao caso concreto, da nova lei de improbidade. Recomendação: Julgar em 120 dias, após apresentação de parecer pelo MPF ou findo o prazo de 30 dias fixado para tanto.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32;
- b) Cumprir as recomendações pendentes da inspeção anterior; e
- c) Implementar métodos que garantam o cumprimento das seguintes metas institucionais do CNJ: Meta 2/2021 (processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016), Meta 2/2022 (processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017), Meta 4/2021 (ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2018) e Meta 6/2021 (ações coletivas distribuídas até 31/12/2017).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete 24 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2.2 Turma

8ª Turma Especializada em Direito Administrativo (além da 3ª Seção e Plenário).

2.3 Competência

Matéria de Direito Administrativo, Constitucional, Civil.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Guilherme Diefenthaeler.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim, nos períodos de férias do Desembargador Federal Titular, o Juiz Federal Marcelo da Fonseca Guerreiro atuou como Juiz Federal Convocado (Ato n. TRF2-ATP- 2020/00371)

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Caroline Gertz Räder Franke - CJ3

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|-----------------------|
| Servidores efetivos | 7 (sete) servidores |
| Servidores sem vínculo | 4 (quatro) servidores |
| Estagiários de nível superior | 4 (quatro) |
| Estagiários de nível médio | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*: (Posição: 31/1/2022)

| | |
|--|-------|
| Total em tramitação** | 3.759 |
| Processos suspensos/sobrestados | 6 |
| Processos conclusos | 2.140 |
| Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos | 0 |
| Processos em Mutirão, Turma Suplementar | 0 |

Notas: *Distribuição geral do acervo corresponde aos processos vinculados ao gabinete com andamento no Tribunal, excluídos os sobrestados.

**Total de processos em tramitação no gabinete, excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

| | |
|---|-------|
| Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior) | 3.759 |
| Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior) | 3.831 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior) | 2.140 |
| Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 1.920 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior) | 6 |
| Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior) | 3 |

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos em tramitação atribuídos ao Relator, subtraídos os sobrestados. Quando o valor for menor que o acervo do gabinete no Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado. Em caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos em que atuou ou a ele foram atribuídos, com tramitação em outra unidade.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

| | |
|---|-----|
| Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não | Não |
|---|-----|

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

| | |
|------------------------------------|----|
| Total de feitos originários cíveis | 47 |
| Conflitos de competência | 17 |
| Ações rescisórias | 20 |
| Outros | 6 |
| Mandados de segurança | 4 |
| IRDR | 0 |
| IAC | 0 |
| Arguição de inconstitucionalidade | 0 |
| Reclamações | 0 |

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

| | |
|---|-------|
| Total de feitos recursais cíveis | 3.712 |
| Recursos em ações populares | 7 |
| Recursos em ações de improbidade administrativa | 23 |
| Recursos em ações civis públicas | 51 |
| Recursos em ações de desapropriação | 21 |
| Recursos em ações com preferência legal | 932 |
| Outros | 2.703 |

| | |
|---|---|
| Recursos em mandados de segurança coletivos | 1 |
|---|---|

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

| | |
|------------------------|-------|
| Total de feitos | 3.712 |
| Apelações cíveis | 2.552 |
| Agravos de instrumento | 736 |
| Outros | 424 |

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos originários criminais | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Revisões criminais | 0 |
| Outros | 0 |

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

| | |
|-------------------------------------|---|
| Total de feitos recursais criminais | 0 |
| Apelações | 0 |
| Recursos em Sentido Estrito | 0 |
| Recursos em Habeas Corpus | 0 |
| Recursos em Mandado de Segurança | 0 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 0 |
| Outros | 0 |

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

| | |
|---------------------------------|---|
| Total de feitos com réus presos | 0 |
| Apelações | 0 |
| Ações penais | 0 |
| Inquéritos | 0 |
| Habeas Corpus | 0 |
| Outros | 0 |

4.10 Processos sobrestados no Gabinete

| | |
|---------------------------------------|---|
| Total de feitos | 6 |
| Por Recurso Extraordinário | 2 |
| Por IRDR | 0 |
| Por IAC | 0 |
| Por Arguição de Inconstitucionalidade | 0 |
| Por Recurso Especial | 0 |

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

| | |
|---|----|
| Embargos de declaração | 10 |
| Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Agravos legais/regimentais | 0 |
| Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC) | 0 |
| Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias | 0 |

4.12 Processos com tutela provisória pendente

| | |
|--|----|
| Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado | 97 |
| Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado | 5 |

4.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 32 |
| Ano anterior | 1.263 |
| 2º ano anterior | 669 |
| 3º ano anterior | 597 |
| 4º ano anterior | 16 |
| 5º ano anterior ou mais antigo | 10 |

4.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 35 |
| Ano anterior | 1.187 |
| 2º ano anterior | 592 |
| 3º ano anterior | 64 |
| 4º ano anterior | 20 |
| 5º ano anterior | 10 |
| 6º ano anterior ou mais antigo | 12 |

4.15 Processos conclusos no gabinete, no ano corrente, por ano de distribuição

| | |
|--------------------------------|-------|
| Ano atual | 45 |
| Ano anterior | 1.285 |
| 2º ano anterior | 732 |
| 3º ano anterior | 57 |
| 4º ano anterior | 6 |
| 5º ano anterior | 6 |
| 6º ano anterior | 0 |
| 7º ano anterior ou mais antigo | 9 |

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes

| | |
|--|---|
| Processos conclusos para voto-vista | 0 |
| Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias | 0 |

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

| | |
|-----------------------------------|---|
| Total como redator | 2 |
| Total como relator para o acórdão | 4 |

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

| | |
|---|-------|
| Total de Processos distribuídos | 2.118 |
| Total de Processos julgados | 2.273 |
| Total de Processos baixados | 2.545 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados) | -155 |
| Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados) | -427 |

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção anterior | 88 |
|--|----|

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

| | |
|--|-------|
| Processos distribuídos no ano anterior | 2.137 |
| Processos julgados no ano anterior | 2.558 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 114 |
| Processos julgados no ano corrente | 4 |

5.2 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 2.832 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 3 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,9% |

5.3 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.801 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 17 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 116,5% |

5.4 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

| | |
|--|-------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 3.672 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 32 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 99,1% |

5.5 META 2/2022 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2018 a 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 1.612 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 20 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 116,2% |

5.6 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 42 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 2 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 136,1% |

5.7 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de | 39 |
|--|----|

| | |
|---|--------|
| referência e não julgados | |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 5 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 124,5% |

5.8 META 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2021.

| | |
|---|----|
| Taxa de congestionamento em março de 2020 | 50 |
| Taxa de congestionamento em 2019 | 75 |
| Taxa de congestionamento em março de 2021 | 54 |

5.9 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

| | |
|--|--------|
| Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 31 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 1 |
| Porcentagem de atendimento da meta | 121,0% |

5.10 META 6/2022 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | - |
| Pendentes no último dia do mês anterior | - |
| Porcentagem de atendimento da meta | - |

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos no ano anterior | 0 |
| Processos baixados no ano anterior | 0 |
| Processos julgados no ano anterior | 0 |
| Processos distribuídos no ano corrente | 0 |
| Processos baixados no ano corrente | 0 |
| Processos julgados no ano corrente | 0 |

5.12 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12/2021, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes em 31/12/2021 | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.13 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

| | |
|--|----|
| Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados | 0 |
| Pendentes no último dia do mês anterior | 0 |
| Porcentagem de atendimento da meta | -- |

5.14 META 9/2021 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário.

Com o avanço digital, passaram a ser utilizados meios de comunicação virtuais a fim de facilitar e inovar as formas de comunicação entre a equipe, além de novas práticas nos processos de trabalho, que buscam concretizar o desenvolvimento sustentável e racionalizar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.

5.15 META 12/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2021. Informar o quantitativo por assunto.

| | |
|---|----|
| Pendentes em 31/12/2021 - Número total de processos distribuídos sobre essa matéria no período de referência e não julgados | 27 |
| 3619 - Crimes contra a Fauna | 0 |
| 10016 - Inspeção Fitossanitária | 1 |
| 10094 - Terras Indígenas | 1 |
| 10106 - Recursos Minerais | 4 |
| 10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental | 1 |
| 10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental | 4 |
| 10118 - Unidade de Conservação da Natureza | 1 |
| 10396 - Ambiental | 3 |
| 10438 - Dano Ambiental | 5 |
| 11827 - Zona Costeira | 1 |
| 11828 - Área de Preservação Permanente | 2 |
| 11873 - Política fundiária e da reforma agrária | 1 |
| 3621 - Da Poluição | 0 |
| 3429 - Alteração de local especialmente protegido | 0 |
| 3622 - Agrotóxicos | 0 |
| 3623 - Atividades Nucleares | 0 |
| 3624 - Caça | 0 |
| 3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado) | 0 |
| 3627 - Pesca | 0 |
| 3651 - Crimes Agrários | 0 |
| 4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária | 0 |
| 9583 - Arrendamento Rural | 0 |
| 10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal | 0 |
| 10085 - Água e/ou Esgoto | 0 |
| 10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo | 0 |
| 10091 - Terreno de Marinha | |
| 10095 - Águas Públicas | 0 |
| 10102 - Terras Indígenas | 0 |
| 10103 - Terreno Aldeado | 0 |
| 10104 - Restituição de área - FUNAI | 0 |
| 10105 - Demarcação | 0 |
| 10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento | 0 |
| 10110 - Meio Ambiente | 0 |
| 10113 - Flora | 0 |
| 10114 - Fauna | 0 |

| | |
|--|---|
| 10115 - Transgênicos | 0 |
| 10116 - Agrotóxicos | 0 |
| 10119 - Gestão de Florestas Públicas | 0 |
| 10397 - Sanitárias | 0 |
| 10986 - Crime contra a administração ambiental | 0 |
| 11822 - Mineração | 0 |
| 11823 - Reserva legal | 0 |
| 11824 - Recursos Hídricos | 0 |
| 11825 - Poluição | 0 |
| 11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico | 0 |
| 11829 - Produtos Controlados/ Perigosos | 0 |
| 11830 - Patrimônio Cultural | 0 |
| 11836 - Parcelamento do Solo | 0 |
| 11841 - Política Agrícola | 0 |
| 11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica | 0 |
| 11862 - Saneamento | 0 |
| 9994 - Indenização por dano ambiental | 0 |
| 3424 - Usurpação de águas | 0 |

5.16 META 10/2022 - Promover a transformação digital - Justiça 4.0

Esta unidade utiliza o Sistema SIGA para as comunicações eletrônicas, e busca o implementação de ações nos programas Justiça 4.0.

5.17 META 11 CNJ/2022 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar até 31/12/2022 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2021.

| | |
|--|---|
| Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados | 0 |
| Pendentes no mês anterior: | 0 |
| Percentual de cumprimento da meta: | 0 |

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Disponibilização das minutas de voto dias antes da sessão, logo após a inclusão em pauta ou em mesa, sem prejuízos de que alguns votos sejam disponibilizados mais perto do início da sessão.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O gabinete adota a prática de disponibilizar as minutas de votos em torno de 4 dias antes da sessão de julgamento iniciar.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações foram atendidas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

De todas as metas CNJ, a única não cumprida totalmente foi a Meta 12, que ficou com o cumprimento de 93,94%. A unidade localizou os processos incluídos na respectiva meta e irá trabalhar neles.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Busco garantir velocidade/qualidade das atividades; assegurando atenção especial às ações que possuem grande relevância social (Meta 4 e 6). Conto com 11 servidores na atividade-fim, sendo notória a insuficiência. Seleção de estagiários de forma autônoma, o que ensejou o aumento exponencial do nível de estagiários. Considerações: 1) Falta de paridade entre os Desembargadores Federais do TRF2 ante a existência de convocações exclusivas a determinados Membros; 2) Dificuldade na formação da equipe, ante a ausência de servidores qualificados e com ânimo de atuar na atividade-fim; 3) Os recursos distribuídos para esta Relatoria são julgados em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC/15 e a Meta 2 do CNJ; 4) No último trimestre, do ano de 2019 a equipe do Gabinete dedicou-se na significativa redução do acervo de Agravo de Instrumento.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maryangela Ferrari Leite

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Por meio do rodízio diário entre os servidores para analisar o balcão de entrada do gabinete, oportunidade em que deve ser verificado eventual pedido liminar ou de efeito suspensivo, é feita a identificação dos processos, da seguinte forma: ano de autuação, tipo de recurso, ação e matéria/assunto, para melhor distribuição dos processos entre os servidores. Todos os servidores e estagiários do Gabinete trabalham na atividade-fim, possuindo a atribuição de elaboração de minutas de votos, de acordo com a ordem cronológica de autuação do recurso e de suas competências e especialidades da matéria. Alguns servidores possuem participação mais ativa na gestão do Gabinete e no controle de estatística, metas e gestão de pessoas. Todas as atividades possuem mais de um servidor capacitado para exercê-las. Há rodízio semanal entre os servidores das demais atividades administrativas do gabinete (atividades-meio).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, em razão das Resoluções n. TRF2-RSP-2022/00002, TRF2-RSP-2022/00007, TRF2-RSP-2022/00008 e TRF2-RSP-2022/00013 o Gabinete está realizando revezamento em escala de trabalho presencial e telepresencial, alternando metade da equipe entre os regimes.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Observância das resoluções do Tribunal Regional Federal.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Há uma tabela interna em que cada servidor deve indicar sua produtividade diária. A partir dela, os gestores do gabinete fazem avaliações trimestrais com cada servidor, a fim de analisar a evolução da produtividade, bem como eventual dificuldade na análise de processos.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

É feito um rodízio diário entre os servidores para analisar o "balcão de entrada do gabinete", oportunidade em que deve ser verificado eventual pedido liminar ou de efeito suspensivo e, caso positivo, deve passar para o servidor responsável fazer a análise. Ainda, é feita a identificação dos processos, da seguinte forma: ano de autuação, tipo de recurso (apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração)/ação (ação ordinária, mandado de segurança, ação civil pública, rescisória, etc.) e matéria/assunto, para melhor distribuição dos processos entre os servidores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Por meio de localizadores criados pelo Órgão. Quanto a análise das liminares e tutelas, é realizada por um servidor específico designado, que mantém os pedidos com análise diária.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Não.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os feitos com prioridade legais e metas do CNJ, como os processos da Meta 2 (antiguidade), Meta 4 e 6 (ações coletivas e de improbidade administrativa) e mandado de segurança, possuem local/localizadores próprios e são julgados de forma prioritária. Processos de prioridade idoso e doenças graves também recebem prioridade no julgamento em relação a processos de mesmo ano de autuação. Há ainda a "Prioridade Idoso Especial" (art. 3º, § 2º da Lei 10.741/03), de modo que tais ações passaram a ter tratamento semelhante ao aplicado às ações coletivas (local específico de localização e julgamento de forma prioritária).

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O magistrado possui banco de dados próprio com todas as decisões e votos proferidos,

que ficam a disposição dos servidores e estagiários, além de modelos salvos no sistema eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Os gestores do gabinete fazem avaliações trimestrais com cada servidor.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Há controle de sobrestamento realizado na Subsecretaria. Além disso, no gabinete, os servidores são responsáveis pelo controle no acervo de sua respectiva matéria. As matérias que se encontram sobrestadas são as determinadas pelo STJ e STF.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não temos processos incluídos na Meta 3 (Conciliação).

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como regra, este Magistrado profere voto na própria sessão. Caso ocorra pedido excepcional de vista, observa-se o disposto no art. 143 do Regimento Interno deste Tribunal que dispõe: "Nos julgamentos realizados nas Turmas Especializadas, o pedido de vista não impede que votem os Desembargadores que se tenham por habilitados a fazê-lo, e o Desembargador que o formular restituirá os autos ao Presidente dentro de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante pedido devidamente justificado, contados da data da conclusão dos autos, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente a esse prazo".

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio dos e-mails enviados ao Gabinete e pesquisa aos sistemas disponíveis.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Em estrita observância a normas estabelecidas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como do respectivo Órgão.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|-------------------------------|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | 11 servidores e 4 estagiários |
| b) gestão do trabalho | eficiente |
| c) resultados | suficientes |

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter as metas cumpridas, buscando o constante aprimoramento do método de trabalho, a fim de obter melhores resultados, com menos custos (relação: custo X benefício).

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Cumprimento das regras: aplicação da Constituição Federal e das Leis.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Novas práticas de comunicação entre servidores e maior estímulo ao Juízo 100% Digital.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A cada 3 meses há conferência dos processos conclusos.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 50149599220204020000 | 13/11/2020 | - |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 16/3/2021. Movimentado para publicação em 14/2/2022. | | |
| 00065086520154025101 | 29/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/3/2022 para julgamento. | | |
| 05015299520184025101 | 7/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: ED julgado por decisão monocrática em 15/1/2021. | | |
| 50000817420194025117 | 15/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 22/3/22 para julgamento do ED | | |
| 00119258220184025104 | 19/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 00288498720174025110 | 15/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/3/2022 para julgamento. | | |
| 00095582120164025051 | 3/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 01745188920174025105 | 17/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 50313026020184025101 | 30/7/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 00293727220164025001 | 27/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 00139261620184025112 | 18/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 01128659820174025101 | 3/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/3/2022 para julgamento. | | |
| 50098624420194025110 | 9/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a meta 2 do CNJ. | | |
| 50041787520184025110 | 9/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 22/3/22 para julgamento. | | |
| 50047635720184025101 | 16/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/22 para julgamento. | | |
| 05000700520164025109 | 19/11/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 22/3/22 para julgamento. | | |
| 00032355520184025107 | 14/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 00383344720174025002 | 19/11/2019 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 15/3/2022 para julgamento. | | |
| 01437721120174025116 | 31/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 22/3/2022 para julgamento. | | |
| 00256135120174025006 | 17/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 29/3/2022 para julgamento. | | |
| 50435208620194025101 | 24/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com provável inclusão em pauta este ano. | | |
| 00202906720174025167 | 22/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 29/3/2022 para julgamento. | | |
| 50490804320184025101 | 15/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a meta 2 do CNJ. | | |
| 00010132320144025118 | 4/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 29/3/22 para julgamento. | | |
| 02263654520174025101 | 12/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 22/3/2022 para julgamento. | | |
| 50039435020194025118 | 27/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 00003062320114025001 | 7/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 00525622720184025120 | 13/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 22/3/2022 para julgamento. | | |
| 50033908820184025101 | 8/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 50231854620194025101 | 5/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 00005607920144025101 | 11/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 50367005120194025101 | 14/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 22/3/2022 para julgamento. | | |
| 50419838920184025101 | 17/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo em análise com provável inclusão em pauta este ano. | | |
| 05002152220154025101 | 7/2/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 22/3/22 para julgamento. | | |
| 50254468120194025101 | 17/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 50340633020194025101 | 14/2/2020 | Reexame Necessário |

| | | |
|--|------------|--------------------|
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 50542011820194025101 | 26/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Tema 1.080 STJ. | | |
| 00173908120184025101 | 29/6/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo será julgado em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a Meta 2 do CNJ. | | |
| 50177915820194025101 | 29/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Tema 1080 do STJ | | |
| 50077789720194025101 | 9/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo em análise com inclusão prevista para a pauta de 22/3/22 para julgamento. | | |

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 41 processos selecionados, todos foram inspecionados e todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00003062320114025001 | 00005607920144025101 | 00032355520184025107 |
| 00173908120184025101 | 00383344720174025002 | 50033908820184025101 |
| 50039435020194025118 | 50098624420194025110 | 50231854620194025101 |
| 50254468120194025101 | 50340633020194025101 | 50367005120194025101 |
| 50419838920184025101 | 50435208620194025101 | 50490804320184025101 |

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração):

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00065086520154025101 | 05015299520184025101 | 50333119220184025101 |
|----------------------|----------------------|----------------------|

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi feita com o Desembargador Federal Guilherme Diefenthaeler e com a servidora Caroline Gertz Räder Franke.

O Gabinete encontra-se no momento com um total de apenas 11 servidores, além de 4 estagiários. Com exceção dos agentes de segurança, todos os servidores e estagiários trabalham na atividade-fim, de acordo com suas competências e especialidades da matéria.

Todos os servidores observam a ordem cronológica na realização de suas atividades, havendo um grupo de servidores destinados ao controle e produção das metas do CNJ e prioridades legais, enquanto as estagiárias auxiliam na produção (Meta 1). Os feitos com prioridades legais e metas do CNJ, como os processos da Meta 2 (antiguidade), Meta 4 e 6 (ações coletivas e de improbidade administrativa) e mandado de segurança, possuem localizadores próprios e são julgados de forma prioritária.

O controle do acervo se dá através de tabela interna em que cada servidor deve indicar sua produtividade diária. A partir dela, os gestores do gabinete fazem avaliações trimestrais com cada servidor, a fim de analisar a evolução da produtividade, bem como

eventual dificuldade na análise de processos. No entanto, não há determinação de meta de produção individual. As metas coletivas observadas têm como base as indicadas pelo CNJ.

Ações civis de improbidade ainda não julgadas não o foram por conta da intimação das partes para se pronunciarem em face da nova Lei de Improbidade.

Observou-se número considerável de feitos retirados de pauta em razão de oposição ao julgamento virtual. Nesses casos, foi relatado que a 8ª Turma se organiza de modo a pautar para as telepresenciais apenas 15 feitos por desembargador, a fim de tornar viável a realização da sessão frente ao número de sustentações orais, salientando, mais, que são realizadas apenas duas sessões telepresenciais por mês – o que termina por acumular o acervo processual e alcançar processos de Meta 2.

É feita a filtragem dos pedidos de sustentação oral, sendo indeferidos quando incabíveis, como no caso dos embargos de declaração e agravos internos e agravos de instrumento em face de decisões que não versem sobre tutela provisória.

Quanto às dificuldades enfrentadas pela unidade, foi relatado o número reduzido dos servidores que compõem a equipe do gabinete, a dificuldade de contar com servidores capacitados para a atividade-fim e a alta rotatividade dos estagiários.

A despeito das dificuldades relatadas, foi verificado que houve aumento da produtividade no período de trabalho remoto, encontrando-se a unidade em retorno de trabalho presencial com 100% da equipe, sem esquema de revezamento.

Ainda durante o trabalho remoto, foi orientado aos advogados a anexação nos autos de toda e qualquer manifestação que se desejasse fazer ao Desembargador, prática que se revelou eficiente e que se mantém nos dias atuais, não havendo atendimento através de telefone, whatsapp ou e-mail.

Por fim, em que pese a limitação de inclusão em pautas telepresenciais de processos com impugnação a julgamento virtual, a unidade inspecionada encontra-se com acervo baixo, registrando-se que no período objeto da inspeção houve mais processos julgados do que distribuídos e há organização e metodologia de trabalho que se revelaram bastante eficientes.

Verificou-se, ainda, que as pendências da inspeção anterior foram efetivamente solucionadas, bem como foram adotadas rapidamente providências quanto ao andamento dos processos da autoinspeção.

34. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 2.582 para 2.140. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.511 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.140.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 24, na última inspeção, para 10, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 12 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo ligeiramente superior à média da Seção.

Quanto às recomendações pendentes da inspeção anterior, verifica-se:

00254110820024025101

Observação: Processo pautado para sessão de 29/3/2022, sem, contudo, haver informação se efetivamente foi julgado. Certidão de julgamento ainda não constante dos autos.

35. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 32.
- b) A manutenção do método elogiável de trabalho para a progressiva redução do acervo e cumprimento integral das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

JUIZ FEDERAL CONVOCADO MARCELO DA FONSECA GUERREIRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022

2. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Juiz Federal Dr. Marcelo da Fonseca Guerreiro no 20º andar do Tribunal.

O Magistrado foi convocado pelo TRF2 para, a partir de 7/3/2022 e com prejuízo de sua jurisdição, compor quorum do Tribunal até o efetivo provimento dos cargos de Desembargadores Federais criados na forma da Lei n. 14.253/2021, conforme Ato n. TRF2-ATP-2022/00077, de 4/3/2022.

O Dr. Marcelo da Fonseca Guerreiro atua nos processos de competência das Turmas Especializadas e respectivas Seções Especializadas a que estão vinculadas, nos termos dos artigos 48 e 49 do Regimento Interno do Tribunal.

O Magistrado ocupa o Gabinete 32 do Tribunal até o dia 10/4/2022 e, cumulativamente, está na substituição do Desembargador Guilherme Diefenthaeler em suas férias regulamentares, até o dia 12/4/2022.

Informou, ainda, o Magistrado que está recebendo distribuição normal desde 14/3/2022 e, a partir de maio, haverá redistribuição de 25% do acervo da Corte.

O Magistrado conta com apenas duas servidoras de sua equipe da primeira instância para exercer suas funções com relação aos processos do segundo grau. Ambas as servidoras exercem atividade-fim, eis que são a Diretora de Secretaria e a Oficial de Gabinete da Vara de titularidade do magistrado, a qual vem funcionando com apenas 8 servidores, após o destaque das 2 servidoras para os processos do Tribunal.

Não há, no momento, servidores do Tribunal disponibilizados para exercer a sua assessoria.

Igualmente não há espaço físico no Tribunal ocupado pelo Magistrado e sua assessoria, de modo que suas novas funções estão sendo exercidas nas dependências da Vara na primeira instância.

Em razão do caráter de provisoriedade da convocação e da ausência de estrutura, no momento, seja com relação aos recursos humanos, seja quanto aos recursos materiais, não foi implantado modelo de gestão a ser seguido, concentrando-se o magistrado e suas assessoras a tratarem os processos que vão sendo recebidos.

Em que pesem as dificuldades verificadas pela inspeção quanto à falta de estrutura, física e de pessoal, registre-se que o magistrado reafirmou a sua total disponibilidade e seu espírito colaborativo para as funções que lhe foram designadas.

3. OBSERVAÇÕES

Diante da precariedade das condições em que iniciados os trabalhos a serem desenvolvidos pelo juiz federal convocado, sugere-se ao Tribunal que se envidem esforços para uma melhor estruturação, seja de recursos humanos, seja de instalações físicas na própria Corte, ao magistrado convocado, a fim de que melhor desempenhe suas funções, sem comprometimento da força de trabalho da vara de sua titularidade no primeiro grau.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

ASSESSORIA DE RECURSOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Assessoria de Recursos da Vice-Presidência.

2.2 Competência

Processamento dos feitos distribuídos à Vice-Presidência com interposição de recursos especial, extraordinário, ordinário e agravos incidentais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Bruno de Medeiros Carneiro Ferreira, Assessor de Recursos da Vice-Presidência, inspeção iniciada em 14/2/2022.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

20 servidores, nenhum estagiário.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|----|
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | 18 |
|--|----|

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-------|
| Total | 4.238 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 4.025 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 24 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--------------------------------------|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 93 processos (inspeção de 2020). |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 84 processos (autoinspeção de 2021). |

4.4 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|---|
| Total de publicações | 14.095 |
| Tempo médio | 0.8 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 72 |
| Pendentes de publicação | 27 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 00003454220104025005 (27/10/2021) - regularizado. |

4.5 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|--|
| Há mais de 30 dias | 786 (Excluídos os processos em fluência de prazo, segundo levantamento do Núcleo de Estatísticas, restam 3 processos. Explicação detalhada enviada por e-mail). |
| Há mais de 60 dias | 965 (Excluídos os processos em fluência de prazo, segundo levantamento do Núcleo de Estatísticas, restam 17 processos. Explicação detalhada enviada por e-mail). |
| Há mais de 90 dias | 3 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 5 |

“Alguns dados levantados pelo Núcleo de Estatísticas a partir dos critérios fornecidos por essa Corregedoria nos causaram estranheza. Estão inseridos no subitem 4.5 do questionário:

“4.5. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:

Há mais de 30 dias 786

Há mais de 60 dias 965”

Esses dados são uma distorção da realidade uma vez que a conferência por amostragem revela a expedição de intimações às partes nos meses de novembro e dezembro de 2021 com fluência e encerramento dos prazos após 31 de janeiro de 2022, data limite do levantamento. Além disso, solicitamos levantamento ao Núcleo de Estatísticas com critérios de dias corridos e exclusão dos processos com prazos abertos e o resultado apurado revela enorme discrepância:

“4.5. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:

Há mais de 30 dias 3

Há mais de 60 dias 17”

O sistema processual Eproc trabalha exclusivamente com intimações eletrônicas em que a contagem dos prazos é totalmente automatizada.

Considerando ainda:

1) que as partes intimadas têm dez dias úteis para visualizar a intimação (art. 5º, § 3º, da Lei 11419/06);

2) que a contagem se dá em dias úteis (art. 219, CPC);

3) a suspensão dos prazos durante o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, que compreende o recesso forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro (art. 81, § 1º, inc. I com art. 82-A do RITRF2);

4) que a maioria dos processos tem pelo menos uma das partes com direito à contagem do prazo em dobro (30 dias úteis).

Dessa forma, os prazos cujas intimações foram lançadas em novembro e dezembro de 2021 se estenderam até fevereiro de 2022 ou ainda permanecem abertos, ou seja, após a data limite do levantamento.

Em comparação com os mesmos dados do levantamento realizado para a autoinspeção de setembro de 2021, e ainda tendo em vista a inexistência de qualquer mudança nos processos de trabalho, e ainda quando não existia um mês de suspensão dos prazos no meio do levantamento, fica evidente a distorção:

“4.5. Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:

Há mais de 30 dias 122

Há mais de 60 dias 10”

Isso sem falar que no resultado do quesito “mais de 30 dias” (122) estavam inseridos muitos processos em fluência de prazo, como apurado à época.

Certamente, no levantamento dos subitens 4.5.1 e 4.5.2 da inspeção em curso, há processos que demandam correções. Serão verificados e corrigidos. Mas apenas uma pequena fração do que foi levantado diante das ponderações colocadas.

Talvez seja o caso de se ponderar acerca da utilidade do levantamento com dado objetivo de 30 dias sem movimentação em virtude das razões aqui expostas.

Em face do exposto, serve o presente para informar acerca das situações verificadas.”

4.6 Processos sobrestados na Secretaria de Recursos

| | |
|----------------------------|-------|
| Total de feitos | 4.238 |
| Por IRDR | 11 |
| Por IAC | 21 |
| Por Recurso Especial | 2.362 |
| Por Recurso Extraordinário | 1.770 |

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Resposta enviada para o e-mail inspeção@cjf.jus.br, da Corregedoria Geral do Conselho da Justiça Federal, em face de exceder o limite de caracteres permitido.

Transcrevo, abaixo, as recomendações do relatório da equipe que realizou a inspeção ordinária de 2020, no período de 13 a 30 de abril:

“11. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na Inspeção anterior, remanesce pendência importante, qual seja, a apresentação do Relatório da equipe de psicologia do Tribunal, recomendando-se seja a Vice-Presidência imediatamente

informada sobre a devolução do Relatório pelo Assessor para fins de correção. Ainda não houve a apresentação do Relatório e isso é indispensável à implementação das medidas necessárias à solução dos problemas de saúde e desmotivação constatados na unidade.

A partir do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, recomenda-se ainda à Unidade inspecionada:

- 1) regularizar o andamento processual nos processos listados no item 9;*
- 2) regularizar o andamento dos processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação há mais de 60 dias, com especial atenção àqueles paralisados há mais de 120 dias, listados no item 4.5;*
- 3) relativamente à dificuldade apontada pela Assessoria, recomenda-se formalizar expediente junto à Vice-Presidência, no sentido de contactar a Diretoria de Informática do TRF4, que já dispõe de funcionalidade no eproc para integração do TRF aos Tribunais Superiores, via MNI.*

Além disso, sob a responsabilidade da Vice-Presidência e com a apresentação de relatórios bimestrais à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Unidade deverá:

- 1) formalizar Plano de Gestão, que contemple todas as frentes de trabalho da unidade, com identificação e acompanhamento de prioridades, com a realização de reuniões envolvendo os magistrados e todos servidores, no prazo de 2 meses, contemplando a instituição de política de recompensas vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal, visando especialmente à motivação dos servidores e recuperação de um ambiente saudável;*
- 2) implementar, após discussão pelos gestores, em conjunto com os servidores, medidas tendentes à efetiva redução do nível de estresse, com o objetivo de humanizar as relações de trabalho, sob a supervisão da VicePresidência.”*

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Resposta enviada para o e-mail inspeção@cjf.jus.br, da Corregedoria Geral do Conselho da Justiça Federal, em face de exceder o limite de caracteres permitido.

a) *“problemas de saúde e desmotivação constatados na unidade”:*

a.1) A Vice-Presidência foi comunicada da necessidade de devolução do relatório da equipe de psicologia do Tribunal para acerto em face de inconsistências verificadas;

a.2) O relatório da equipe de psicologia do Tribunal corrigido foi apresentado e a Vice-Presidência comunicada do seu resultado.

Ver também resposta do item “e”.

b) “regularizar o andamento processual nos processos listados no item 9”:

O andamento processual de todos os processos listados no item 9 foi regularizado.

c) “integração do TRF aos Tribunais Superiores, via MNI”:

Este TRF2 foi integrado ao Supremo Tribunal Federal via MNI para remessa de processos. Quanto ao recebimento dos mesmos e a integração com o Superior Tribunal de Justiça, estão em desenvolvimento.

d) “formalizar Plano de Gestão”:

O plano de gestão foi formalizado em um arquivo excel com a descrição das frentes de trabalho, metas, procedimentos e órgãos responsáveis por cada segmento do trabalho.

e) “redução do nível de estresse”:

Foram realizadas reuniões com toda a equipe para identificar fatores de geração de estresse e se chegar a consensos a respeito das medidas possíveis objetivando sua redução.

Ver também resposta do item “a”.

f) Relatórios encaminhados à Corregedoria-Geral:

Após o recebimento do relatório da equipe que realizou a inspeção ordinária de 2020 (processo SEI/CJF 0006992-52.2019.4.90.8000), foi encaminhado extenso e detalhado relatório por meio do ofício TRF2-OFI-2020/12923, de 16 de setembro de 2020, com medidas de atendimento às recomendações. O ofício aludido foi remetido por malote digital para a Corregedoria-Geral em 21 de setembro de 2020, códigos de rastreabilidade 40220207607836 e 40220207607837.

Além desse primeiro ofício, foram enviados, em atenção à determinação de “apresentação de relatórios bimestrais”, os ofícios TRF2-OFI-2020/15557, de 16 de novembro de 2020 (malote digital 18/11/2020 código de rastreabilidade 40220207851087), TRF2-OFI-2021/00379, de 21 de janeiro de 2021 (malote digital 22/01/2021 código de rastreabilidade

40220218058308), TRF2-OFI-2021/02298, de 22 de março de 2021 (malote digital 24/03/2021 código de rastreabilidade 40220218312238), TRF2-OFI-2021/04979, de 16 de junho de 2021 (malote digital 17/06/2021 código de rastreabilidade 40220218711361).

Nos últimos dois ofícios enviados, indagamos acerca da necessidade de continuar a remessa dos relatórios bimestrais, pois todas as ponderações (extensamente desenvolvidas) já tinham sido encaminhadas pelos ofícios apontados. Em resposta, por meio do ofício 0234673/CJF, de 24 de junho de 2021, recebemos despacho subscrito pelo Exm^o. Sr. Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral João Batista Lazzari cujo fecho transcrevo a seguir: “Nesse contexto, entendo dispensável a apresentação de novas informações por parte dessa Assessoria de Recursos, porquanto suficientemente atendidas as recomendações.”

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Foram adotadas medidas para todas as recomendações.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Resposta enviada para o e-mail inspeção@cjf.jus.br, da Corregedoria Geral do Conselho da Justiça Federal, em face de exceder o limite de caracteres permitido.

A Assessoria de Recursos faz o processamento dos processos em que interpostos recursos especiais, extraordinários, ordinários e agravos incidentais (manejados contra decisões de inadmissão). Os processos de trabalho são divididos por três Coordenadorias e uma Seção de Apoio. A Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC) faz o processamento inicial dos recursos manejados nos processos assim que são recebidos. A Coordenadoria de Agravos (CODAGI) faz o processamento dos autos em que são manejados agravos contra as decisões de inadmissão dos recursos. A Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD) trabalha com o recebimento e processamento dos resultados dos julgamentos recebidos dos tribunais superiores além dos procedimentos comuns aos processos sob a responsabilidade das demais Coordenadorias. A Seção de Apoio (SEAREC) trabalha com a gestão administrativa da Secretaria. Os servidores são distribuídos pelas equipes em função do volume dos segmentos de trabalho sob suas responsabilidades.

Como boas práticas, destacamos: 1) fixação de metas; 2) prática de reuniões para esclarecimentos e aperfeiçoamento dos processos de trabalho; 3) digitalização de autos físicos para conversão em eletrônicos até a extinção do acervo físico, que ocorreu no ano de 2021; 4) além dos sistemas

processuais, o uso de outras aplicações (excel em especial) em auxílio aos fluxos do trabalho; 5) organização da fruição de férias dos servidores, por meio de planilha excel, a fim de permitir sua gestão mais precisa e evitar sobreposição de períodos dos servidores engajados nos mesmos fluxos de trabalho; 6) análise permanente dos métodos e ferramentas de trabalho em busca da concepção de melhorias que aumentem a celeridade e a segurança no processamento dos feitos; 7) levantamento periódico de dados estatísticos para monitoramento de resultados.

A maior dificuldade é aumentar, ou, pelo menos, manter, a velocidade no processamento dos feitos a fim de se manter os segmentos de trabalho em dia sem prescindir de método e segurança, uma vez que esta Assessoria recebe processos de todas as demais nove secretarias processantes bem como a devolução dos tribunais superiores.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do relatório

Bruno de Medeiros Carneiro Ferreira.

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores).

A unidade se encontra organizada em três Coordenadorias e uma Seção de Apoio. A Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC) faz o processamento inicial dos recursos manejados nos processos assim que são recebidos. A Coordenadoria de Agravos (CODAGI) faz o processamento dos autos em que são manejados agravos contra as decisões de inadmissão dos recursos. A Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD) trabalha com o recebimento e processamento dos resultados dos julgamentos recebidos dos tribunais superiores além dos procedimentos comuns aos processos sob a responsabilidade das demais Coordenadorias. A Seção de Apoio (SEAREC) trabalha com a gestão administrativa da Secretaria. Os servidores são distribuídos pelas equipes em função do volume dos segmentos de trabalho sob suas responsabilidades.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores estão em regime de escala para o trabalho presencial e em trabalho remoto nos demais dias.

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

Não se aplica. Ver resposta do item 8.1.

8.3 Qual o critério para fixação de metas?

A produtividade necessária para evitar gargalos na tramitação processual e, dessa forma, manter a celeridade e o trabalho em dia.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da meta, qual a consequência?

O desempenho é acompanhado pelo superior hierárquico direto (Coordenador/Supervisor/Assessor). Em caso de não cumprimento de meta estabelecida, o superior direto deverá averiguar as razões e circunstâncias do não cumprimento,

conversar com o servidor e fazer os realinhamentos necessários ao desembaraço do trabalho.

9. Como ocorre a triagem inicial de processos físicos?

Não se aplica. Todo o acervo é de processos eletrônicos.

10. Onde são guardados os processos físicos e como são organizados (armários, localizadores)?

Não se aplica. Todo o acervo é de processos eletrônicos.

11. Quais os critérios internos utilizados para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O acervo é organizado e distribuído pelas diversas etapas do processamento, inclusive por meio de localizadores que traduzem a etapa em que se encontram da movimentação interna. O critério principal é sempre a ordem cronológica de entrada do processo em cada segmento da tramitação, com exceção das prioridades legais, cujos processos são tramitados com preferência.

12. Especificar se há controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais e de processos remetidos a outros setores/órgãos.

O acervo, as movimentações, as metas e prioridades legais e os remetidos a outros setores são controlados através de relatórios estatísticos extraídos do próprio sistema eproc e do portal de estatísticas da 2ª Região.

13. Quais os critérios internos utilizados para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

A divisão das atividades leva em conta a correlação entre a responsabilidade advinda da função comissionada exercida pelo servidor e a complexidade da atividade. Além disso, busca-se, também, adequar as qualidades de cada um às atividades, com reflexos no desempenho e na motivação da equipe.

14. Qual o tratamento adotado para os feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

O tratamento adotado em relação aos feitos com prioridade legal ou meta do CNJ é sempre a tramitação preferencial.

15. Como ocorre o atendimento às partes e aos advogados?

Nesse momento, por três meios: a) atendimento presencial; b) balcão virtual (videoconferência); c) por e-mail, em que respondemos diariamente as indagações e demandas dos advogados e partes.

16. Como se dá especialização de servidores por matéria ou fase processual?

Os servidores são distribuídos pelos diversos segmentos de trabalho (fase processual) de acordo com a necessidade e levando em consideração o perfil de cada um, a facilidade ou dificuldade de cada um em relação a cada atividade.

17. Como ocorre a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa?

Não se aplica. A Assessoria de Recursos não trabalha com julgamentos.

18. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio de relatórios extraídos do próprio sistema eproc e do portal de estatísticas da Segunda Região.

19. Como é feito o controle de prazo para julgamento de feitos?

Não se aplica. A Assessoria de Recursos não trabalha com julgamentos.

20. Como ocorre a dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.)?

Não se aplica. A Assessoria de Recursos não trabalha com julgamentos.

21. Como ocorreu o acompanhamento das recomendações feitas nas inspeções anteriores?

O acompanhamento é feito diretamente pelo Assessor de Recursos, auxiliado pelos Coordenadores, de forma periódica com o objetivo de consolidá-las.

22. A unidade possui plano de gestão?

Sim, materializado em arquivo excel.

22.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Dispomos dos recursos materiais adequados. Quanto ao quantitativo de servidores, considerando que trabalhamos com processos recebidos de nove secretarias processantes, poderíamos dispor de mais alguns, embora o desempenho da equipe supere as expectativas. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho se encontra organizada e é periodicamente avaliada com a aplicação dos aperfeiçoamentos possíveis. |
| c) resultados | Todos os segmentos do trabalho se encontram em dia, não existindo gargalos a serem enfrentados no momento. |

22.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

a) Manter os segmentos de trabalho em dia; b) Manter um ambiente de convivência saudável com a equipe.

22.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

a) Com relação ao subitem “a” do subitem 22.2, as ações necessárias são os aperfeiçoamentos permanentes dos processos de trabalho e a orientação dos servidores executantes; b) Com relação ao subitem “b” do subitem 22.2, mantemos reuniões periódicas com a equipe para escutar as demandas dos servidores com ênfase no clima informal para que todos se sintam à vontade.

23. Quais iniciativas foram adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

a) O balcão virtual, que não é uma iniciativa específica desta Assessoria, mas provou ser de grande utilidade, especialmente agregando ao atendimento os advogados de todas as localidades do país; b) O teletrabalho, que poderia ser mantido para a maior parte da equipe uma vez que a adaptação de todos foi total e não há mais dúvidas quanto à sua efetividade. Dessa forma, faríamos a transição para um regime semipresencial de trabalho.

24. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--------------------|-------------------|--------------------|
|--------------------|-------------------|--------------------|

| | | |
|---|------------|--|
| 00003454220104025005 | 20/2/2021 | - |
| Observação: A UF foi intimada eletronicamente do acórdão e o Mun. de B. de S. Francisco, por ofício, por não estar cadastrado no Eproc. Aguardando cumprimento de C. de ordem para cadastramento. A UF não tinha sido intimada das decisões nos RE/RESP em face do processamento da C. ordem. Andamento regularizado. | | |
| 00003437220104025005 | 13/2/2021 | - |
| Observação: As intimações no sistema Eproc são eletrônicas. A União foi intimada eletronicamente do acórdão do evento 137 e o Município de São Gabriel da Palha por ofício (eventos 139/141) por não estar cadastrado no Eproc. Aguardando cumprimento de carta de ordem para cadastramento do Município no Eproc. | | |
| 00202738420074025101 | 14/5/2021 | - |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. No único julgamento do processo (eventos 31 e 33), o acórdão decorrente foi regulamente publicado no âmbito do antigo sistema processual apolo (eventos 34 e 35). Os eventos lançados por migração para o atual sistema Eproc podem não ter sido filtrados. | | |
| 50165516820184025101 | 5/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravos internos da União contra decisões de negativa de seguimento de recursos especial e extraordinário (evento 62) apreciados pela decisão do evento 71. Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 50004146120184029999 | 9/10/2018 | Apelação |
| Observação: Agravo interno do INSS manejado em fevereiro de 2021 (evento 54). Parte agravada falecida. Diversas diligências para intimação dos herdeiros para habilitação no processo. Por fim, habilitação deferida no despacho de 15/2/2022 (evento 85). Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 00029415720144025102 | 6/5/2020 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Agravo interno não conhecido por perda de objeto em face da extinção do processo (decisão evento 73) por renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação (petição evento 66). | | |
| 02220325020174025101 | 21/1/2021 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravos interno e de inadmissão dos recursos especial e extraordinário (eventos 45, 46 e 47). Parte agravada intimada para oferecimento de contrarrazões. Decorrido o prazo, processo enviado à conclusão. | | |
| 50054994120194025101 | 21/10/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com agravo interno manejado contra negativa de seguimento de recurso especial. Parte agravada intimada para contrarrazões, petição de CR protocolada e processo concluso. | | |
| 50033158720204025001 | 9/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo com agravo de decisão de inadmissão de recurso especial classificado pelo advogado como agravo interno. Além disso, o RESP é inexistente. Decisão do evento 35 não conheceu do agravo por inexistência de recurso especial inadmitido. Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 00152358220164025002 | 20/3/2021 | Ação Civil Pública |
| Observação: Carta de ordem expedida para intimação do Município de Bom Jesus do Norte para fins de cadastramento no sistema Eproc (evento 90). Devolvida cumprida e juntada ao processo (evento 96). Município intimado. Não atendida. Processo concluso. | | |
| 01300720320144025106 | 1º/12/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processados agravos manejados contra as decisões de inadmissão dos recursos especial e extraordinário do COREN (eventos 64 e 65) e processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça. | | |
| 00065569320184020000 | 17/3/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação: Processo sigiloso (agravo) com prazo para impugnação da decisão de inadmissão do recurso especial fechado em 3/2/2022 (evento 78). Certificado o trânsito e comunicado o Juízo de origem (comunicação automática do sistema). | | |
| 01056186620174025101 | 6/5/2021 | Ação Civil Pública |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravo de decisão de inadmissão do recurso especial do Estado do Rio de Janeiro (evento 143). Parte agravada intimada para oferecimento de contrarrazões (evento 146). | | |
| 00073633020044025101 | 10/3/2021 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação: Processo com prazo para oferecimento de contrarrazões ao agravo de decisão de inadmissão do recurso especial do IBAMA atendido por meio das contrarrazões do MPF protocoladas em 7/2/2022 (evento 186). Processo enviado à conclusão para juízo de retratação no dia 17/2/2022. | | |
| 50241419620184025101 | 4/11/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com agravos de inadmissão dos recursos especial e extraordinário do COREN (eventos 65/66). Parte agravada intimada para contrarrazões. Decorrido o prazo, mantida a decisão agravada e processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (evento 76). | | |
| 00058042420184020000 | 10/6/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo com prazo para impugnação da decisão de inadmissão do recurso especial fechado em novembro de 2021. Por um erro do sistema, o processo não foi remanejado para o localizador de decurso de prazo. Certificado o trânsito em julgado com devolução ao órgão julgador originário (órgão especial). | | |
| 00022504720194020000 | 17/3/2020 | Ação Rescisória |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo se encontrava em fluência de prazo para oferecimento de contrarrazões ao agravo interno de Fabricio Luz Guimarães. Contrarrazões oferecidas e processo concluso no dia 8/2/2022 (evento 127). | | |
| 05065346920164025101 | 4/6/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça no dia 6/12/2021 (evento 275). Por lapso, não foi inserido o movimento de remessa corretamente. Andamento regularizado (evento 278). | | |
| 50128146920194025118 | 16/4/2020 | Apelação |
| Observação: Processo recebido do Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2021. Peças de tramitação no STJ acostadas (evento 69). Por lapso, o processo não foi baixado. Andamento regularizado com baixa do processo ao Juízo de origem. | | |
| 50109903520214020000 | 5/8/2021 | Apelação |
| Observação: Processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça no dia 21/9/2021 (evento 244). Por lapso, não foi inserido o movimento de remessa corretamente. Andamento regularizado (evento 247). | | |
| 00046583420194025101 | 19/3/2021 | Apelação |
| Observação: Lançamento equivocado de recebimento do processo do STJ quando deveria ter sido lançada a remessa (evento 51), permitindo que o andamento ficasse em aberto. Entretanto, processo já recebido do STJ com trânsito em julgado e baixado ao Juízo de origem em 11/2/2022 (evento 53). Nada a fazer. | | |
| 00146092320034025001 | 19/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo remetido ao Supremo Tribunal Federal no dia 26/10/2021 (evento 170) em face do manejo de agravo de inadmissão do RE de Fertilizantes Heringer S/A (evento 134). Por lapso, não foi lançado o movimento de remessa. Realizado acerto na movimentação. | | |
| 50423118220194025101 | 9/7/2020 | Apelação |
| Observação: Processo recebido do Superior Tribunal de Justiça em outubro de 2021. Peças de tramitação no STJ acostadas (evento 72). Por lapso, o processo não foi baixado. Andamento regularizado com baixa do processo ao Juízo de origem. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| 50048081320184025117 | 13/1/2020 | Apelação |
| Observação: Processo com carta de ordem expedida para intimação de Grazielle para ciência do despacho acostado ao evento 68. Aguarda cumprimento. | | |
| 50377536720194025101 | 11/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com agravos de inadmissão dos recursos especial e extraordinário de Victor (eventos 127/128). Parte agravada intimada para contrarrazões. Protocoladas CR ao RE, mantida a decisão agravada e processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (evento 139). | | |
| 50008468020184029999 | 7/11/2018 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo de competência delegada. Recurso especial do INSS inadmitido (decisão evento 74). Partes intimadas e prazo decorrido. Processo transitado. Vara estadual originária comunicada por meio de ofício (eventos 86 e 87). Processo baixado. | | |
| 50585056020194025101 | 12/11/2019 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com agravos de inadmissão dos recursos especial e extraordinário de Elisa (evento 89). Parte agravada intimada para contrarrazões. Protocoladas CR aos RE/RESP, mantida a decisão agravada e processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (evento 104). | | |
| 00282435220184025101 | 11/2/2019 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravo interno (evento 50) contra decisão de negativa de seguimento do recurso extraordinário do INSS. Parte agravada intimada para oferecimento de contrarrazões (evento 52). | | |
| 50070240420184025001 | 12/11/2019 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com decisão de inadmissão do recurso especial manejado, partes intimadas, processo transitado com baixa. | | |
| 50099660920184025001 | 4/12/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com decisão de sobrestamento do recurso extraordinário manejado em face do tema 1067 (STF). Partes intimadas. Prazo decorrido. Processo sobrestado. | | |
| 01953956220174025101 | 18/3/2019 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravo interno (evento 80) contra decisão de negativa de seguimento do recurso especial do INSS (evento 71). Oferecidas as contrarrazões (evento 84), processo enviado à conclusão. | | |
| 50020959020184020000 | 30/11/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo suspenso por decisão do Vice-Presidente apontando tema de recurso especial repetitivo indicado por este Tribunal (GRC-12 - decisão evento 93). Partes intimadas. Por lapso, não tinha sido inserido o status e o movimento de sobrestamento. Andamento processual regularizado. | | |
| 50015941520184029999 | 18/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo com agravo de decisão de inadmissão do RESP do INSS (evento 60). O RE do INSS não foi examinado na mesma ocasião por lapso. Aberta nova conclusão, foi negado seguimento ao RE do INSS (decisão evento 63). Partes intimadas da negativa de seguimento do RE. Em fluência de prazo. | | |
| 50004630520184029999 | 7/11/2018 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo de competência delegada. Recurso especial do INSS inadmitido (decisão evento 47). Partes intimadas e prazo decorrido. Processo transitado. Vara estadual originária comunicada por meio de ofício (eventos 59 e 60). Processo baixado. | | |
| 00172670620064025101 | 14/5/2021 | Embargos Infringentes |

| | | |
|--|------------|---|
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Negado seguimento ao recurso especial de Jefferson Paranhos Santos. Partes intimadas. Prazo decorrido com certificação do trânsito em julgado e baixa do processo no dia 9/2/2022 (eventos 89 a 98). | | |
| 50052595820214020000 | 3/5/2021 | Tutela Antecipada Antecedente |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Recursos especial e extraordinário inadmitidos (eventos 72, 74). Partes intimadas e prazo decorrido. Processo transitado com baixa. | | |
| 50071810820194020000 | 20/8/2019 | Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de agravo de decisão de inadmissão do recurso especial do MPF. Partes agravadas intimadas para oferecimento de contrarrazões. Em fluência de prazo. | | |
| 00302405020164025001 | 13/5/2021 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração (evento 78) recebidos como agravo interno (despacho evento 80). Após oferecidas as contrarrazões (evento 84), foi aberta conclusão. | | |
| 00093273919964025101 | 27/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração da União pendentes de julgamento. Embargado intimado para oferecimento de contrarrazões. Prazo decorrido. Processo concluso. | | |
| 00076383120174025001 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração da União apreciados pela decisão do evento 83. União intimada da decisão (evento 89). Em fluência de prazo. | | |
| 50001145720204025108 | 31/8/2020 | Apelação |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração manejados pela União (evento 54) e apreciados pela decisão do evento 64. Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 50109399020204025001 | 6/11/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de embargos de declaração pela União contra negativa de seguimento de recurso extraordinário. Apreciados pela decisão do evento 137. Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 50021604020204025101 | 20/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração manejados pela União (evento 49) e apreciados pela decisão do evento 59. Partes intimadas. Em fluência de prazo. | | |
| 50140120720194025001 | 13/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de embargos de declaração pela União contra decisão de não conhecimento de agravo interno. Apreciados pela decisão do evento 94. Partes intimadas. Processo devolvido à 4ª Turma Especializada para juízo de retratação (evento 104). | | |
| 00099654620174025001 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Embargos de declaração da União apreciados pela decisão do evento 96. União intimada da decisão (evento 99). Em fluência de prazo. | | |
| 50210628420194025001 | 6/12/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Nenhuma irregularidade encontrada. Processo com manejo de embargos de declaração pela União contra decisão de não conhecimento de embargos anteriores. Apreciados pela decisão do evento 109. Partes intimadas. Processo devolvido à 3ª Turma Especializada para juízo de retratação (evento 120). | | |

25. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 47 processos selecionados para inspeção, 46 foram inspecionados. O processo n. 00065569320184020000 não foi inspecionado, pois se trata de processo sigiloso que não está mais localizado no setor. Foi informado à equipe da Corregedoria que o sistema eproc, em casos de processos sigilosos, não permite, sequer aos titulares de cargo em comissão, acessar os autos do processo quando não mais localizados no setor.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) solicitar, em até 30 dias, informações acerca do cumprimento da carta de ordem expedida no processo n. 50048081320184025117.

26. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Bruno de Medeiros Carneiro Ferreira, que, em complemento às respostas já fornecidas, discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor: a assessoria de recursos subdivide-se em 3 coordenadorias – Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC); Coordenadoria de Agravos (CODAGI) e Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD) – e uma Seção de Apoio à Direção.

A Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC) possui 8 servidores e faz a maior parte do processamento referente aos recursos extraordinários, especiais e ordinários;

A Coordenadoria de Agravos (CODAGI) possui três servidores e é encarregada de realizar o processamento dos agravos interpostos contra as decisões de inadmissão.

A Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD) possui cinco servidores e realiza o processamento de todos os procedimentos comuns às demais coordenadorias e, em especial, a triagem e tramitação dos resultados de julgamento dos processos devolvidos dos Tribunais Superiores. Processa também os efeitos suspensivos concedidos.

Por sua vez, a Seção de Apoio (SEAREC) conta com dois servidores e é responsável pelas atividades administrativas da Assessoria.

Um servidor dedica-se ao atendimento presencial do público e do balcão virtual.

Todos são supervisionados pelo Diretor.

O Diretor esclareceu que o desempenho dos servidores é acompanhado pelos superiores hierárquicos e por ele por meio do sistema eproc, o qual permite a expedição de uma vasta gama de relatórios, a depender do critério a ser utilizado. Os relatórios são emitidos mensalmente a fim de permitir o controle do acervo, em especial de processos sobrestados, processos de natureza criminal ou feitos relacionados à improbidade administrativa.

O sistema eproc permite, ainda, a automação de rotinas, a qual é utilizada para o controle de processos urgentes ou com prioridades legais.

Não é possível a utilização da automação para o controle de processos que possuam prioridade em razão da parte ser idosa por conta do grande volume de feitos dessa natureza. Porém, foi esclarecido que não há prejuízo às partes, uma vez que a assessoria não possui processos em atraso.

As metas do CNJ são acompanhadas pessoalmente pelo Diretor por meio de consultas diárias ao sistema.

Por fim, relatou-se que o sistema eproc possui a expectativa de ser integrado ao sistema do Superior Tribunal de Justiça ainda esse ano, providência que está a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação.

27. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Recomenda-se somente a providência apontada no item 25, alínea “a”.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC).

2.2 Competência

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas tem como atribuições o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência, bem como a promoção do fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Morgana Marassi Magalhães - Técnica Judiciária.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|--|
| Servidores efetivos | Alberto Aragão Ferreira, Aline de Paiva Soares, Andrea Albuquerque Nogueira, Cinthia Barcelos Leitão e Jonathan Hugo Cortinas Marin. |
|---------------------|--|

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Houve as seguintes recomendações (item 7): "recomenda-se formalizar expediente junto à Vice-Presidência, no sentido de contatar a Diretoria de Informática do TRF4, que já dispõe de funcionalidade no eproc para identificação prévia de possíveis Temas vinculados aos diversos feitos. Finalmente, resta recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas e a busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogiar as iniciativas destinadas à melhoria da administração e controle dos feitos suspensos e sobrestados".

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Cumpram-me esclarecer que a referida funcionalidade foi disponibilizada na versão 8.0 do sistema eproc da 2ª Região, restando, portanto, cumprida a referida recomendação.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

O Núcleo, a partir de iniciativas da Comissão Gestora Única do NUGEPNAC, implementou as seguintes ações: a. criou o Boletim do NUGEPNAC para divulgar os precedentes qualificados mais relevantes para a jurisdição federal; b. desenvolveu o primeiro vídeo tutorial do NUGEPNAC visando a orientar os usuários a respeito de como suscitar um IRDR; c. revisou e expandiu o conteúdo da página - Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas -, no Portal eletrônico do TRF2. Além do mais, ressalta-se que a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00069, de 13 de setembro de 2021, instituiu o Centro de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que, dentre outros membros, conta com dois servidores do NUGEPNAC no seu Grupo Operacional. Por fim, vale mencionar que Núcleo passou a fazer constar no assunto dos e-mails de divulgação de temas o ramo do direito a que se refere o tema, de forma a facilitar a identificação, pelo usuário, das matérias de maior interesse.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário.

Morgana Marassi Magalhães.

7. Qual a estrutura do Núcleo? Há alguma estrutura permanente de servidores?

O Núcleo conta com um Juiz Responsável, Dr. Odilon Romano Neto, e mais 6 servidores, sendo uma Coordenadora e 5 Assistente. Ressalta-se que há 5 servidores que integram, de forma efetiva, o quadro de pessoal do respectivo Tribunal e todos os servidores do Núcleo são graduados em Direito, conforme o disposto no parágrafo único do art. 3º da Resolução n. TRF2-RSP-2020/00052.

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores da unidade estão em trabalho remoto, que foi instituído em decorrência da pandemia (Resolução n. TRF2-RSP-2020/00010). A implantação do teletrabalho, de acordo com as normas vigentes, encontra-se em estudos, a ser oportunamente regulamentada após a pandemia de Covid-19.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

O trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia é parcial e em sistema de rodízio, em conformidade com o disposto na Resolução n. TRF2-RSP-2022/00002.

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para o trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia, não há fixação de cota.

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é realizado diretamente pela Coordenadora do Núcleo, que verifica se as tarefas foram realizadas adequadamente e as demandas atendidas em tempo hábil. Ressalta-se que a referida verificação ocorre diariamente.

9. Como é feito o cadastro dos julgados?

Tanto o cadastro, quanto a atualização do cadastro do precedente é realizada manualmente pelos servidores do Núcleo por meio da inserção dos dados do respectivo tema na base de dados do sistema processual eproc.

10. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

O NUGEPNAC não é o órgão responsável pelo repositório de jurisprudência do TRF2. Essa atribuição é realizada pela Seção de Jurisprudência (SEJURI), unidade subordinada ao Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca (NUGEBI).

11. Como é feito o acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores?

O acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos Tribunais Superiores é realizado "manualmente" pelos servidores do Núcleo, que realizam as seguintes ações: a. planilhamento das informações do representativo; b. cadastramento dos dados do representativo no sistema processual eproc; c. divulgação interna das informações do representativo via e-mail oficial do Núcleo; d. acompanhamento do andamento dos recursos até a remessa ao Tribunal Superior respectivo; e. contato com o Núcleo do Tribunal Superior respectivo para informar a seleção do representativo; f. divulgação externa na página eletrônica do Núcleo das informações do representativo; g. acompanhamento do andamento do representativo no Tribunal Superior.

12. Qual o procedimento adotado pela unidade em relação às repercussões gerais, aos Incidentes de Assunção de Competências - IAC e aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR?

Em síntese, o procedimento adotado pelo Núcleo envolve as seguintes ações: a. pesquisar se há novos temas com repercussão geral, casos repetitivos ou incidentes de assunção de competência; b. planilhar os dados desses precedentes; c. acompanhar o andamento processual, divulgando, em âmbito regional, decisões de afetação, com foco na abrangência de eventual ordem de suspensão processual; d. cadastrar e atualizar os dados desses precedentes no sistema processual eproc.

13. Há integração deste Núcleo com o NUGEP dos demais Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Superiores?

Sim. A integração ocorre via contato telefônico, e-mails/fóruns, reuniões periódicas, mas principalmente pelo Whatsapp. Destaca-se a boa vontade e o espírito de cooperação sempre presente entre os colegas dos demais NUGEPNACs e, em especial, nos dos Núcleos dos Tribunais Superiores.

14. Como é feito o auxílio aos órgãos julgadores na gestão dos processos sobrestados?

O auxílio aos órgãos processantes e julgadores na gestão do acervo de processos sobrestados é realizado por meio da extração de relatórios do sistema processual eproc, da orientação sobre rotinas processuais e do esclarecimento e/ou redirecionamento de dúvidas. Além do mais, o Núcleo atua promovendo evoluções no sistema processual e no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que possibilitem uma melhor gestão do acervo de processos suspensos.

15. A unidade possui plano de gestão?

A unidade ainda não possui plano de gestão.

15.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A unidade encontra-se dotada dos recursos humanos e materiais necessários ao bom desempenho das suas atividades. Relata-se que nunca faltaram recursos materiais; e destaca-se, ainda, que a unidade está com seu quadro funcional completo. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho perpassa pela divisão de atribuição entre os servidores do Núcleo, que fica a cargo da Coordenadora. Atualmente, cada servidor atua, precipuamente, como gestor dos temas de um determinado Tribunal (STF, STJ, TRF2) ou Órgão (TNU) e/ou sistemas, havendo assuntos que ficam exclusivamente a cargo da Coordenadora. Apesar disso, a gestão do trabalho do Núcleo é dinâmica, podendo haver redirecionamento da força de trabalho em função da demanda. |
| c) resultados | Ao longo dos anos, houve um aumento expressivo da importância do NUGEPNAC e, conseqüentemente, das demandas do Núcleo. Porém, o Núcleo segue em constante evolução e aprimoramento, cumprindo sempre com seus misteres. Razão pela qual, entende-se que o Núcleo vem apresentando bons resultados. |

15.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os principais objetivos a serem alcançados pelo Núcleo são: aprimorar os procedimentos relativos ao gerenciamento dos precedentes qualificados e estruturar os procedimentos para o gerenciamento das ações coletivas, no âmbito da 2ª Região.

15.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As possíveis ações a serem implementadas para alcançar os objetivos mencionados são:
a. refinar os processos de trabalho existentes; incrementar os canais de divulgação do Núcleo; aumentar a interlocução com órgãos internos, bem como com os demais NUGEPNACs para, a partir do compartilhamento de experiências, trazer novas iniciativas ao TRF2.

16. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Dentre as principais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas, destacam-se as seguintes: a realização periódica de reuniões de equipe; e a documentação de rotinas de trabalho visando a reduzir dúvidas e auxiliar os servidores no desempenho dos processos de trabalho.

17. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, a coordenadora discorreu sobre a alteração da unidade que passou de

NUGEP para NUGEPNAC - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas. Essa alteração se deu por meio da Resolução n. TRF2-RSP-2020/00052 (em atendimento às Resoluções CNJ n. 235 e 339, ambas de 2020), que incorporou ao NUGEP as atribuições do Núcleo de Ações Coletivas – NAC, vinculado à Vice-Presidência do Tribunal, e cujo escopo é a promoção do fortalecimento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

O núcleo é coordenado por uma Comissão Gestora Única composta pelo Vice-Presidente do Tribunal, que a preside, um Desembargador Federal de cada Seção Especializada, dois juízes federais indicados pela Presidência do Tribunal, um juiz federal indicado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e o Juiz Federal Odilon Romano Neto, responsável pela unidade (cf. art. 6º, § 5º, da Resolução CNJ n. 235/2016). Há na estrutura da Vice-Presidência uma assessora responsável pelos assuntos do NUGEPNAC.

O NUGEPNAC conta com 6 servidores (1 cedida pelo STJ), sendo uma coordenadora. O teletrabalho é prestado em sistema de rodízio, atendendo o percentual definido pela Presidência do Tribunal (50% dos servidores). Na divisão do trabalho, a coordenadora atribui a cada servidor a gestão de temas de um Tribunal (STF, STJ) ou da TNU e/ou de um sistema (p.ex, temas do STF no eproc). O cadastro e a atualização dos precedentes é realizada de forma manual pelos servidores do núcleo, que inserem as informações no eproc. Das boas práticas adotadas no período da pandemia e que merecem destaque, a coordenadora mencionou as reuniões periódicas e a documentação e estruturação dos processos de trabalho, que servem como guia das tarefas desempenhadas pela equipe.

O núcleo também dá suporte à Vice-Presidência, monitorando a tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos Tribunais Superiores.

Ademais, é tarefa permanente do núcleo o monitoramento de novos temas com repercussão geral, repetitivos, incidentes de assunção de competência, assim como o acompanhamento daqueles que já estão em tramitação (com a inserção dos dados no eproc), a fim de divulgar, em âmbito regional, os precedentes qualificados e eventuais decisões de suspensão processual. Há alguns temas que são enviados a grupos específicos (p.ex. Temas da TNU).

Em relação às ações coletivas, aguarda-se a edição de normativo que disciplinará as atribuições do núcleo.

Dentre as ações implementadas pelo núcleo, destacam-se o boletim NUGEPNAC, cuja 1ª edição é de Jul/Ago 2021, e a revisão e ampliação do conteúdo da página do núcleo no site do Tribunal.

A coordenadora destacou, ainda, a recente criação do Centro de Inteligência do TRF2, cuja composição conta com dois servidores do NUGEPNAC, aduzindo que também integra o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (Grupo Operacional).

Não foram relatadas dificuldades, visto que a unidade está com o seu quadro de

funcionários completo e conta com todos os recursos materiais necessários à execução das atividades que desempenha. Mencionou-se, apenas, uma possível evolução dos sistemas, salientando que permitem o desenvolvimento das tarefas a contento.

Nesse contexto, é objetivo do núcleo a continuidade dos trabalhos, com vistas a um aperfeiçoamento constante no gerenciamento dos precedentes qualificados e à implementação dos procedimentos relativos à gestão das ações coletivas.

18. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a manutenção das rotinas e procedimentos de trabalho adotados, sempre buscando o aprimoramento dos serviços prestados.

SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

2.2 Competência

A Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ tem por atribuição apoiar a atividade jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Neste sentido, participa da implantação, gerenciamento e aperfeiçoamento dos sistemas processuais; fornece apoio técnico aos usuários internos e externos para utilização desses sistemas de processo eletrônico; analisa, autua, distribui e redistribui processos para os órgãos julgadores; efetiva o processamento, liquidação, controle e pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor; controla convênios judiciários e cadastra entidades aptas à comunicação eletrônica; promove a atualização das tabelas processuais unificadas no sistema de acompanhamento processual; realiza atividades de taquigrafia e sonorização nas sessões de julgamento; gerencia os precedentes do Tribunal, bem como realiza a gestão do acervo de processos sobrestados em razão da sistemática dos precedentes; promove o fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas; cumpre mandados judiciais expedidos pelos órgãos processantes; e gerencia o fornecimento de certidões judiciais da base de dados do Tribunal ao público externo.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fabiano Mendonça Furtado - Diretor de Secretaria.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Na SAJ estão lotados sete servidores efetivos, sendo um Diretor de Secretaria, um Assessor Executivo e cinco dos Núcleos de Apoio.

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19) e da instituição do regime de trabalho remoto no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, cresceu a necessidade de utilização dos recursos tecnológicos em prol da eficiência do atendimento prestado pela SAJ ao público interno e externo do Tribunal.

Por ser unidade de auxílio à atividade judiciária no que se refere aos sistemas processuais, à distribuição, registro e autuação dos processos e aos procedimentos relativos ao pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor, os serviços prestados pela SAJ são muito procurados pelos jurisdicionados e demais usuários externos, o que nos impôs a necessidade de oferecer e aperfeiçoar novas formas de atendimento remoto.

Em vista disso, as unidades da SAJ que prestam atendimento ao público externo aderiram ao uso do Balcão Virtual, ampliando, assim, os canais de comunicação disponibilizados, possibilitando que maior quantidade de usuários tenha acesso remoto ao atendimento, com a mesma qualidade do serviço prestado presencialmente. Esta iniciativa tem se mostrado bem-sucedida na medida em que, mesmo com a retomada do atendimento presencial, o Balcão Virtual tem sido muito procurado pelo público externo.

Em relação aos serviços prestados ao público interno, destaca-se o desafio imposto pelo trabalho remoto de se realizar as adaptações que precisaram ser feitas nas gravações das sessões de julgamento, inclusive em relação aos recursos fonográficos utilizados. Se no modelo presencial o Núcleo de Recursos Fonográficos (NUREF) dispunha das salas de sessões equipadas para a gravação, no modelo remoto ou híbrido foi necessário lançar mão de outras formas de capturar e armazenar os atos solenes. As soluções que foram sendo vislumbradas, testadas e aplicadas se mostraram adequadas para a obtenção dos resultados esperados, uma vez que mantiveram a qualidade das gravações.

Por fim, cabe mencionar, como dificuldade superada, que a necessidade de adoção de medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus resultou, num primeiro momento, na interrupção do serviço de digitalização dos autos físicos e suspensão do contrato existente com a empresa prestadora de serviço. Entretanto, por força da determinação contida na Resolução n. TRF2-RSP-2020/00037, em agosto de 2020 foi possível retomar o serviço, em local e nas condições aprovadas pela Divisão de Atenção à Saúde - DISAU, o que possibilitou a conclusão do projeto com êxito no final do primeiro semestre de 2021.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Fabiano Mendonça Furtado

7. Quais as unidades vinculadas à Secretaria de Atividades Judiciárias?

Assessoria Executiva – ASAJ

Núcleo de Apoio Administrativo – NUSAJ

Núcleo de Apoio Técnico - NUTEC

Seção de Controle de Mandados e Diligências – SECOMD

Seção de Controle de Convênios Judiciários - SCCJUD

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas – NUGAC

Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários – COGESJ

Seção de Atendimento ao Usuário Interno – SEAUIN

Seção de Atendimento ao Usuário Externo – SEAUEX

Seção de Gerenciamento de Demandas do Processo Judicial Eletrônico - SEGEPE

Núcleo de Taquigrafia – NUTAQ

Núcleo de Recursos Fonográficos – NUREF

Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação – CODRA

Seção de Distribuição – SECDIS

Seção de Autuação – SECAUT

Seção de Expedição de Certidão – SECERT

Divisão de Precatórios – DIPRE

Seção de Cálculo Judiciário – SECAJU

Seção de Preparo e Informação de Precatório – SINPRE

Seção de Análise e Registro de Precatório – SEAREG

Seção de Processamento e Liquidação de Precatório – SEPROL

Seção de Controle e Relatório - SEPREC

8. Como a Secretaria está organizada?

Na estrutura da SAJ, diretamente subordinados à Direção, há:

01 Assessoria Executiva (CJ1);

01 Divisão (CJ1);

03 Núcleos (FC06),

01 Coordenadoria (FC06)

01 Seção (FC05)

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores da unidade estão em trabalho remoto, que foi instituído em decorrência da pandemia (Resolução n. TRF2-RSP-2020/00010).

A implantação do teletrabalho, de acordo com as normas vigentes, encontra-se em estudos, a ser oportunamente regulamentada após a pandemia de Covid-19.

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

O trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia é parcial e em sistema de rodízio, em conformidade com o disposto na Resolução n. TRF2-RSP-2022/00002.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Para o trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia, não há fixação de cota.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho é realizado por meio de constante interação com os responsáveis pelas equipes, visando verificar o andamento das atividades e projetos, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a priorização das medidas urgentes. Em razão das especificidades das atividades da Secretaria, o desempenho dos servidores, atualmente, não é traduzido em números, mas é percebido através dos resultados alcançados pela Secretaria, por meio de suas equipes.

O acompanhamento do desempenho dos servidores, num nível um pouco mais individualizado, tem como parâmetros o conhecimento técnico aplicado às atividades, a responsabilidade demonstrada no cumprimento das atribuições, a proatividade e o empenho no atendimento às demandas e o interesse e disponibilidade para colaborar no alcance dos objetivos da Secretaria.

A constante interação da Direção com as demais unidades do Tribunal, especialmente com as unidades processantes, funciona também como uma forma de perceber e acompanhar a satisfação dos usuários com o serviço prestado pelas equipes, que tende a refletir o desempenho de seus integrantes.

9. Quais são as principais realizações da Secretaria de Atividades Judiciárias?

Desde a última inspeção realizada pelo CJF, realizada em 2020, estas foram as principais realizações da Secretaria de Atividades Judiciárias:

Adaptação do modelo de gravação das Sessões de Julgamento na página do Tribunal

O ano de 2020 foi marcado pela necessidade de se realizar uma profunda alteração no processo de trabalho de gravação das sessões de julgamento no TRF2, por força do advento da pandemia, que impôs a realização desses eventos por videoconferência. Em que pese competir ao órgão processante o gerenciamento do uso da ferramenta de videoconferência durante a sessão (Resolução n. TRF2-RSP- 2020/00016, art. 3º, III), o que inclui sua gravação, o Núcleo de Recursos Fonográficos – NUREF da Secretaria de Atividades Judiciárias, em razão de sua experiência com os recursos fonográficos e ciente da importância de garantir que nenhuma sessão de julgamento deixasse de ser adequadamente armazenada, adotou o procedimento de escalar dois servidores para cada sessão, para realizarem a gravação de contingência, por meio de um outro programa em paralelo, que captura a imagem e o som do computador, como forma de mitigar eventual risco de perda da gravação em virtude de falhas de conexão com a internet ou no uso da ferramenta por parte do órgão processante.

Tal modelo, consolidado no ano de 2021, garantiu que todas as sessões realizadas remotamente fossem devidamente registradas, ainda que tenham ocorrido casos em que houve perda da gravação levada a efeito pela plataforma de videoconferência.

Outro desafio apresentado a esse Núcleo foi viabilizar a realização das sessões híbridas do Tribunal Pleno, em que parte dos Desembargadores participa presencialmente e parte remotamente.

Desse modo, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI e a Secretaria de Infraestrutura e Logística - SIE, foram realizados diversos testes e adequações nos equipamentos de áudio, vídeo e de informática, visando possibilitar a gravação das sessões na modalidade mencionada, com a qualidade que o solene ato exige. Com o sucesso alcançado nas sessões híbridas do Tribunal Pleno, as soluções implementadas já estão sendo expandidas para as demais salas de sessão de julgamento do Tribunal.

Disponibilização das gravações das Sessões de Julgamento na página do Tribunal

O NUREF/SAJ dedicou-se também aos procedimentos necessários para a disponibilização das gravações das sessões de julgamento no portal do Tribunal na internet, objetivando cumprir a determinação contida no artigo 22 da Resolução CNJ n. 215/2015.

A proposta apresentada pelo NUREF foi aprovada pela Presidência, que determinou a disponibilização dos áudios das gravações das sessões dos órgãos colegiados deste TRF2.

Dessa forma, as gravações dos áudios passaram a ser disponibilizada na página das sessões de julgamento do Tribunal, acessível por meio do link <https://sessoesdejulgamento.trf2.jus.br>.

Disponibilização de atendimento ao público externo por meio do Balcão Virtual na SAJ

Na esteira dos normativos do Conselho Nacional de Justiça que preveem que o atendimento ao público externo deve ser realizado, preferencialmente, na modalidade virtual e com esteio na Portaria n. TRF2-PTP-2021/00091, que instituiu e regulamentou o uso do Balcão Virtual pelas unidades judiciárias, a SAJ adotou esta modalidade de atendimento remoto ao público visando ampliar seus canais de comunicação e atender maior quantidade de usuários, imprimindo, assim, eficiência ao serviço de atendimento.

Conclusão do projeto de digitalização de autos judiciais físicos

O projeto de digitalização e virtualização dos autos físicos em tramitação no sistema Apolo, visando à sua posterior migração para o eproc, iniciado em 2018, foi concluído ao final do primeiro semestre de 2021, merecendo destaque a organização e empenho dos servidores do Núcleo de Digitalização (NUDIG), assim como a parceria estabelecida com os gabinetes e secretarias, que, prontamente, atenderam aos pedidos de disponibilização dos autos físicos efetuados pela SAJ.

Conclusão da migração dos processos em tramitação entre os sistemas Apolo e eproc

Iniciado no Tribunal em janeiro de 2020, o projeto de migração dos processos em tramitação no sistema Apolo para o eproc foi finalizado em agosto de 2021 e, assim, a Justiça Federal da 2ª Região passou a utilizar apenas um sistema para processamento de seu acervo ativo.

Em que pese a previsão inicial de se ultimar a migração dos processos ativos ao longo do ano de 2021, é forçoso reconhecer que a estratégia da Administração de editar a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00036, de 30 de abril de 2021, potencializou o projeto e encurtou o prazo que se levaria para finalizá-lo.

Construção da nova página da secretaria na intranet

A SAJ se dedicou, ao longo do ano de 2021, à elaboração de um novo formato de portal na Intranet, movida pelo desejo de concentrar todas as informações inerentes a

nossa área de negócio em um espaço que possa se tornar referência de consulta para o público interno da Justiça Federal da 2ª Região.

Este projeto foi pensado tendo como norte a ideia de disponibilizar o conteúdo de interesse dos gabinetes e das subsecretarias de forma mais objetiva, agradável e intuitiva, com uso de ícones que atribuíssem às páginas um visual mais amigável.

O novo portal da SAJ pretende ser a principal ferramenta para, de forma direta, eficaz e transparente, divulgar as informações institucionais, prestar esclarecimentos sobre nossos serviços, referenciar as normas que regem cada assunto tratado, além de consolidar nossa base de conhecimento.

Assim, estão disponíveis em nosso novo portal na Intranet e serão frequentemente atualizadas todas as informações relacionadas à nossa área de negócios, com destaque para os canais de contato com a equipe de suporte ao sistema processual, orientações sobre o uso do eproc, notícias sobre atualização de funcionalidades e o histórico sobre suas versões. Destacam-se também as informações sobre procedimentos relativos à inscrição, processamento e pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor, o Boletim NUGEPNAC e os manuais de uso das rotinas do eproc relacionadas aos temas repetitivos. Também estão publicadas informações referentes às Tabelas Processuais Unificadas (TPU) de classes, assuntos, movimentação e documentos, incluindo o manual de utilização, as composições dos comitês, além das novidades e atualizações das TPUs. Os acordos e convênios celebrados pelo TRF2, referentes a área de negócio da SAJ, também estarão disponíveis ao acesso de todos os usuários internos, incluindo manuais e orientações sobre o cadastramento nos sistemas envolvidos.

10. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Não se aplica, em razão de se tratar de uma unidade administrativa.

11. De que forma é cumprida a Resolução/CNJ n. 215, de 16/12/2015? Especificar

A SAJ gerencia a divulgação, no sítio eletrônico do Tribunal, das informações atinentes à sua área de atuação, com destaque para o que se refere ao acesso aos sistemas processuais e ao sistema de emissão de certidão de distribuição, aos pagamentos de precatórios e RPVs, ao gerenciamento de precedentes e de ações coletivas, aos convênios, acordos e termos de cooperação, além de informações sobre custas processuais e assistência judiciária gratuita.

Visando manter constantemente atualizadas as informações disponíveis ao público externo, não só em virtude da determinação contida no artigo 6º (§ 4º, VI) da Resolução CNJ n. 215/2015, mas também por compreender que a disponibilização de conteúdo claro, completo e atualizado nas páginas existentes nos portais do Tribunal na internet consiste em forma eficiente de prestar informações ao público interno e externo, foram realizados estudos voltados a identificar eventual insuficiência ou desatualização de informação relativa às atividades judiciárias. Como resultado, foi realizada a reformulação da página que trata da Assistência Judiciária Gratuita, que compreendeu o detalhamento das informações relevantes não apenas para os profissionais prestadores de serviço de assistência judiciária, mas também para os jurisdicionados beneficiários da gratuidade.

Na sequência, foi realizada ampla atualização da página sobre Custas Judiciais, na qual foram pormenorizados os tipos de ações e recursos para quais há ou não há previsão normativa de pagamento de custas e foram atualizadas as indicações das normas que regem a matéria. Além disso, foram publicadas orientações sobre a emissão da Guia de Recolhimento da União (GRU) diretamente pelo sistema processual eproc e também acerca

da restituição de custas judiciais recolhidas indevidamente por meio de (GRU). Por fim, foi disponibilizado um arquivo com Perguntas Frequentes sobre o tema.

Destaque-se também que a página que trata de Precatórios Federais e Requisições de Pequeno Valor – RPVs, no portal do TRF2 na internet, é constantemente atualizada, disponibilizando informações sobre consulta às requisições cadastradas, depósitos realizados, valores disponíveis para saque, débitos pendentes de pagamento, dentre outras de interesse geral. Da mesma forma, os arquivos dos convênios, acordos e termos de cooperação celebrados pelo Tribunal são publicados na internet, garantindo a transparência e demais princípios que fundamentam a Resolução CNJ n. 215/2015.

Além disso, o Núcleo de Recursos Fonográficos subsidia a disponibilização das gravações das sessões de julgamento no portal do Tribunal, objetivando cumprir a determinação contida no artigo 22 da Resolução CNJ n. 215/2015, que dispõe que as sessões dos órgãos colegiados serão registradas em áudio, e o conteúdo será disponibilizado no respectivo sítio eletrônico oficial no prazo de 5 (cinco) dias, e em ata, a ser disponibilizada no sítio eletrônico oficial no prazo de 2 (dois) dias, contados da data de sua aprovação.

Por fim, destaca-se que considerando o disposto na Resolução CNJ n. 215/2015 e demais atos normativos que tratam de acesso à informação, está em vigor a Ordem de Serviço deste Tribunal n. TRF2-OSP-2019/00003, que determina, em seus artigos 9º e 10º, que cabe a SAJ encaminhar para publicação, no portal institucional, a lista dos integrantes do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC), contendo nome, telefone e e-mail de cada servidor, e, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), providenciar a disponibilização, no portal institucional, das pautas e das atas das sessões de julgamento dos órgãos colegiados, atribuições estas que são cumpridas com a periodicidade necessária.

12. A unidade possui plano de gestão?

Não. Porém, em novembro de 2021, foram iniciados trabalhos visando à implantação da gestão de desempenho na Secretaria, que contempla a definição de objetivos e as ações a serem alcançados pela Secretaria.

Nessa linha, ainda que em caráter preliminar, tendo em vista a não formalização junto à Administração, podemos destacar nas perguntas seguintes, como fruto do trabalho realizado até o momento, os objetivos e ações por ora identificados.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos:

a - como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais

A unidade dispõe dos recursos materiais e humanos necessários ao desempenho das suas atividades.

b - gestão do trabalho

O trabalho está sendo gerido de forma eficiente, com aplicação integral dos recursos disponíveis.

O planejamento, a organização e o fluxo das atividades da SAJ são constantemente revistos e adaptados, tendo em vista que o contexto em que as atividades da Secretaria estão inseridas é dinâmico e exige frequente reavaliação das prioridades. Assim, o maior foco do planejamento da Secretaria se concentra em estratégias e medidas de curto prazo, o que eventualmente inclui o remanejamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, visando seu melhor aproveitamento.

c- resultados

Os resultados estão sendo alcançados de modo satisfatório, por meio de iniciativas de apoio à atividade jurisdicional, observando-se as normas dos Conselhos e deste Tribunal.

12.2 Quais são os objetivos a serem alcançados?

a - Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade

Otimizar as tarefas referente ao trâmite judicial, nas quais as unidades da SAJ atuam de forma auxiliar aos órgãos julgadores e processantes, visando a uma prestação mais eficiente e célere.

b - Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão da Secretaria.

Gerenciar e multiplicar o conhecimento presente na Secretaria, contribuindo para a otimização dos processos de trabalho, para a inovação e para o desenvolvimento de projetos.

c - Promover a melhoria da gestão da Secretaria

Aperfeiçoar o conjunto de práticas de gestão, de gerenciamento de projetos e de gerenciamento de processos, visando uma atuação organizacional eficiente

12.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Ações ligadas ao objetivo: Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade

1 - Integrar o eproc a novos sistemas ou aperfeiçoar a integração existente;

2 - Capacitar servidores da Secretaria que interagem com o eproc para utilização do sistema de forma mais eficiente.

Ações ligadas ao objetivo: Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão da Secretaria.

1 - Desenvolver e disseminar o uso da página da Secretaria na intranet para busca de material de apoio ao eproc e demais assuntos relacionados à unidade.

2 - Desenvolver videotutoriais como forma de ampliar os meios para conseguir despertar o maior interesse dos servidores do Tribunal pelo conteúdo elaborado pela Secretaria.

Ações ligadas ao objetivo: Promover a melhoria da gestão da Secretaria

1 - Implantar painel de portfólio de projetos da Secretaria, incluindo os projetos institucionais e os internos da unidade.

2 - Mapear os principais processos de trabalhos da Secretaria

13. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Constantes atualizações das informações disponibilizadas no Portal do TRF2 na internet e a consolidação do atendimento remoto por meio do balcão virtual.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Fabiano Mendonça Furtado, que ratificou integralmente todas as informações ministradas no questionário da autoinspeção,

seja com relação aos recursos humanos, recursos materiais ou procedimentos e rotinas de trabalho.

Mantém-se a equipe de sete servidores no núcleo diretamente subordinado à Direção, destacando-se que apenas um deles provém de atividade-fim.

Mantém-se o balcão virtual revelando grande êxito no atendimento à classe de advogados e ao público em geral, sendo certo que o atendimento presencial acontece exclusivamente no caso dos excluídos digitais, com raras ocorrências.

No âmbito interno, resta consolidada a utilização do sistema eproc, com satisfatório nível do suporte de TI, bem como se destacaram as soluções aplicadas para as gravações das sessões de julgamento, a princípio pela plataforma Ciscomex, do CNJ, e posteriormente pela plataforma Zoom.

Por fim, cabe mencionar, como dificuldade superada, que a necessidade de adoção de medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus resultou, num primeiro momento, na interrupção do serviço de digitalização dos autos físicos e suspensão do contrato existente com a empresa prestadora de serviço. Entretanto, por força da determinação contida na Resolução n. TRF2-RSP-2020/00037, em agosto de 2020 foi possível retomar o serviço, em local e nas condições aprovadas pela Divisão de Atenção à Saúde - DISAU, o que possibilitou a conclusão do projeto com êxito no final do primeiro semestre de 2021.

Destaque-se, por fim, que, desde a última inspeção realizada pelo CJF, em 2020, estas foram as principais realizações da SAJ: Adaptação do modelo de gravação e disponibilização das gravações das Sessões de Julgamento na página do Tribunal; Disponibilização de atendimento ao público externo por meio do Balcão Virtual na SAJ; Conclusão do projeto de digitalização de autos judiciais físicos; Conclusão da migração dos processos em tramitação entre os sistemas Apolo e eproc; Construção da nova página da secretaria na intranet – em evidente demonstração dos esforços empreendidos no sentido de maior e melhor acesso dos advogados e jurisdicionado às atividades do Tribunal, especialmente em tempos de trabalho remoto durante a pandemia.

15. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas.

A unidade merece elogio pela eficiência e melhoria contínua.

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas

2.2 Competência

Processamento e julgamento dos processos judiciais, administrativos e administrativos disciplinares de competência dos seguintes Órgãos julgadores: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho de Administração, Presidência 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas, bem como julgamento dos recursos interpostos das decisões da Vice-Presidência quanto à admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e julgamento colegiado dos processos da Corregedoria Regional, como sindicâncias, correções ordinárias, comunicações e representações.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho de Administração: Desembargador Federal Messod Azulay Neto (início abril de 2021). 1ª Seção Especializada: Desembargador Federal Marcello Granado (início abril de 2021). 2ª Seção Especializada: Desembargador Federal Marcus Abraham (início abril de 2021). 3ª Seção Especializada: Desembargador Federal Guilherme Diefenthaeler (início abril de 2021).

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho de Administração: Desembargador Federal Reis Friede (abril de 2019 a abril de 2021). 1ª Seção Especializada: Desembargadora Federal Simone Schreiber (abril de 2019 a abril de 2021). 2ª Seção Especializada: Desembargadora Federal Cláudia Neiva (abril de 2019 a abril de 2021). 3ª Seção Especializada: Desembargador Federal Aluisio Mendes (abril de 2019 a abril de 2021).

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Dely Barbosa Derze, Técnico Judiciário, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, matrícula n. 10726: Diretora da Subsecretaria, CJ-2.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | | |
|-------------------------------|---|---|
| Servidores efetivos | Total de 17 (dezessete) servidores efetivos, todos do Quadro de Pessoal deste Tribunal: Dely Barbosa Derze, Técnico Judiciário, Diretora da Subsecretaria, CJ-2. Luiz Eduardo Moreira da Silva, Técnico Judiciário, Coordenador, FC-6. Nelson Pinto Correa, Técnico Judiciário, Supervisor da Seção de Procedimentos Diversos FC-5. Marly Machado Chagas, Técnico Judiciário, Assistente IV, FC-4. Cláudia Fernanda dos Santos Silva, Técnico Judiciário, Assistente IV, FC-4. Andreia Barbosa dos Santos, Técnico Judiciário, Assistente IV, FC-4. Sonia Maria Polisseni, Técnico Judiciário, Assistente III, FC-3. Simone Barillari Luck de Castro, Analista Judiciária, Supervisora da Seção de Julgamentos, FC-5. Bruno Eduardo Fonseca Balbi, Analista Judiciário, Assistente IV, FC-4. Marcelo Antonio da Cruz Marques, Técnico Judiciário, do Quadro de Pessoal deste Tribunal: Supervisor da Seção de Apoio, FC-5. Leonardo de Lima Cazarotto Pereira, Técnico Judiciário, Assistente IV, FC-4. Leila Marisa Fonseca Leal, Técnico Judiciário, Assistente III, FC-3. Emilio Marcio Perez de Mello, Técnico Judiciário, Assistente IV, FC-4. Valéria da Silva Drummond, Técnico Judiciário, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, Assistente III, FC-3. Marcio Fernando Aita Silveira, Analista Judiciário, Assistente IV, FC-4. Gabrielle Muniz Fernandes, Técnica Judiciária, Assistente III, FC-3. Gilson Brito, Técnico Judiciário, Assistente III, FC-3. | |
| Servidores sem vínculo | | 0 |
| Estagiários de nível médio | | 0 |
| Estagiários de nível superior | | 0 |
| Outros | | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS**4.1 Pendentes de diligências**

| | | |
|--|---|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 50163378320204020000 - intimadas as partes em 14/2/2022. Aguarda prazo para eventual recurso. | |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | | 0 |
| Análise/triagem | | 0 |
| Juntada | | 0 |
| Conclusão | | 0 |
| Extraviados/por restaurar | | 0 |
| Em carga com prazo vencido | | 0 |
| Outros | | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | | |
|--|---|---|
| Total | 72 - OBS: As Informações foram encaminhadas através do Ofício TRF2-OFI-2022/00913, de 23/2/2022, ao Exmo. Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, por email (estatistica@cjf.jus.br, inspecao@cjf.jus.br e correge@cjf.jus.br) e pelo malote digital. | |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 00001350420144025117 - decisão (evento 90) suspensão do feito até julgamento definitivo da questão controvertida no tema 1009 STJ (REsps repetitivos ns 1769306/AL e 1769209/AL (tema 1009) - Transitado em Julgado em 4/2/2022 - Regularizados: juntadas as peças do julgamento do tema 1009 STJ e conclusos ao relator. 00036302620084025001 - decisão (evento 92) suspensão do feito até o julgamento definitivo do Resp 1377019 (Tema 962) - Julgado em 24/11/2021 - no prazo para eventuais recursos. 00137988420104020000 - decisão (evento 190) suspensão do feito até o julgamento definitivo do REsp n. 1519628 / ES (2015/0022400-3)STJ. 00176918320104020000 - decisão (evento 149) suspensão do feito até julgamento definitivo dos Recursos Extraordinários n. 591797 - 13/9/2021 Conclusos ao(à) Relator(a), n. 631363 - 12/11/2021 Conclusos ao(à) Relator(a) e n. 632212 - 17/5/2021 Conclusos ao(à) Relator(a). 50024085120184020000 - decisão (evento 27) suspensão do feito até julgamento definitivo dos REsps repetitivos ns 1769306/AL e 1769209/AL (tema 1006) - Transitado em Julgado em 4/2/2022 - Regularizados: juntadas as peças do julgamento do tema 1006 STJ e conclusos ao relator. 05198957620044025101 - decisão (evento 137) suspensão do feito até julgamento definitivo do REsp 1377019 (Tema 962) - Julgado em 24/11/2021 - no prazo para eventuais recursos. | |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | | 0 |

Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas
RELAÇÃO DE PROCESSOS SUSPENSOS/ SOBRESTADOS

Órgão Especial

00073075620134020000 – Aguardando Julgamento - REsp 1740533
00004176720144020000 - Aguardando Julgamento - ADI 5165
50091136020214020000 – Aguardando cumprimento de Carta de Ordem
50135184220214020000 – Aguardando cumprimento de Cartas
50164231420194025101 – Julgados 17.12.2021. Autos conclusos
50024085120184020000 - Juntado Recurso em 18.02.2022. Autos conclusos

Tribunal Pleno

00069652620054020000 – Aguardando julgamento - RE 1039946
00013571320064020000 – Aguardando julgamento - REsp 1638523
00022602919984020000 – Aguardando julgamento - REsp nº 1051059
00103297420034020000 – Aguardando julgamento - REsp nº 1549526
00150791720064020000 – Aguardando julgamento - EAREsp 517074
00029374420074020000 – Aguardando julgamento - RESP 1709093
00159346920014020000 – Aguardando julgamento - REsp 1219948
00185641520124020000 – Aguardando julgamento - REsp nº 1749603
00157747320034020000 – Aguardando julgamento - REsp 1411994
00156624619994020000 – Suspensos por decisão Judicial

1ª Seção Especializada

50011422420214020000 – Aguardando julgamento - REsp nº 1977788
50112071520204020000 – Aguardando julgamento - REsp nº 1977788
50067137320214020000 – Aguardando julgamento AP – 50100471820214020000
50067102120214020000 – Aguardando julgamento AP – 50100471820214020000
50067093620214020000 - Aguardando julgamento AP – 50100471820214020000
50037875620204020000 – Aguardando julgamento AP – 0100523-32.2017.4020000 STJ
50036827920204020000 - Aguardando julgamento AP – 0100523-32.2017.4020000 STJ
50031483820204020000 – Suspensão por determinação judicial
50029327720204020000 - Suspensão por determinação judicial
50008328120224020000 - Suspensão por determinação judicial
50008319620224020000 – Suspensão por determinação judicial
05382267220054025101 – Suspensão por determinação judicial
05015300820034025101 - Suspensão por determinação judicial
50114623620214020000 - Suspensão por decisão judicial
00003375920214020000 – Aguardando cumprimento de carta de ordem
00022553520204020000 – Processo Regularizado. Em movimento
00061270520134020000 - Aguardando cumprimento carta de Ordem
00069718120154020000 – Juntada carta de ordem em 21.02.2022. Autos conclusos
50133131320214020000 – Processo estava em tramitação direta, decisão de arquivamento proferida em 25.01.2022, decurso de prazo em 12.02.2022.

2ª Seção Especializada

00121580220174020000 – Aguardando julgamento - RE 574706
00059827020184020000 – Suspensão para fins de presc intercorrente
00140889420134020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 1477310
00048380820114020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1683652
00106397020094020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1654637
00137789320104020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1679720
00488858220024020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 655638
00506558120004020000 - Aguardando julgamento - AREsp 1336156
00004166320064020000 - Aguardando julgamento - REsp 1504054
00002023320104020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1640443



00053361720054020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1539934 00036302620084025001 – TEMA 962 STJ – Aguarda trânsito.

00034313020124020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 1560505

05198957620044025101 – TEMA 962 STJ

00022817720134020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 1173617

00454308020004020000 - Aguardando julgamento - AREsp 620539

3ª Seção Especializada

00176918320104020000 - Aguardando julgamento - RE 591797, 631.363 e 632.212.

00068542720144020000 - Aguardando julgamento - ARE 1201836

00072219520074020000 - Aguardando julgamento - REsp 1322885

00101430720104020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1484521

00115245520074020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1322885

00209505720084020000 - Aguardando julgamento - EREsp nº 1342473

00001084620144020000 - Aguardando julgamento - AREsp 1324119

00177495220114020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1735786

00609654920004020000 - Aguardando julgamento - AREsp 1037555

00137988420104020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1519628

00082494020034020000 - Aguardando julgamento - EREsp nº 1738541

00088880920134020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 1198259

00106722620104020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1327997

00118649120104020000 - Aguardando julgamento - AREsp nº 1146895

00010602520144020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1645357

00073889720164020000 - Aguardando julgamento - Rcl nº 33107

00164711620114020000 - Aguardando julgamento - EAREsp nº 1293808

00156053720134020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1704072

00179731920134020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1668028

00114223820044020000 - Aguardando julgamento - REsp nº 1383142

00007003220104020000 - Aguardando cumprimento de carta de ordem

00018383420104020000 – Aguardando cumprimento de carta de ordem

00001350420144025117 – Juntado Recurso em 18.02.2022. Autos conclusos

00124137220084020000 - Juntado Recurso em 08.02.202. Autos conclusos

00026416220124020000 – Reativado em 21.02.2022. Autos Conclusos



4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 39 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | A unidade foi dispensada da autoinspeção realizada em 2021 |
| Total de feitos não regularizados | A unidade foi dispensada da autoinspeção realizada em 2021 |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|--|
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50163378320204020000 (17/11/2021) - intimadas as partes em 14/2/2022. Aguarda prazo para eventual recurso. |
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 421 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 10.5 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 100 |
| Pendentes de publicação | total: 01 - 50163378320204020000 - intimadas as partes em 14/2/2022. Aguarda prazo para eventual recurso. |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|--|
| Publicações em prazo superior a 10 dias | Total: 04 - 50060927620214020000, Em 8/11/2021 baixa definitiva. 50053894820214020000, Em 30/6/2021 baixa definitiva. 50047555220214020000 - e-DJF2R de 17/5/2021, às fls. 359/361, publicado em 18/5/2021, em 10/8/2021 baixa definitiva. 50019044520184020000 - Em 18/2/2022 conclusos ao Relator para decisão com Embargos de Declaração. |
| Total de publicações | 88 |
| Tempo médio | 1.9 |
| Pendentes de publicação | 0 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 0 |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--------------------|--|
| Há mais de 30 dias | 73 - Obs: As Informações foram encaminhadas através do Ofício TRF2-OFI-2022/00936, de 24/2/2022, ao Exmo. Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, por e-mail (estatistica@cjf.jus.br, inspecao@cjf.jus.br e correge@cjf.jus.br) e pelo malote digital. |
| Há mais de 60 dias | 52 - Obs: As Informações foram encaminhadas através do Ofício TRF2-OFI-2022/00936, de 24/2/2022, ao Exmo. Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, por e-mail (estatistica@cjf.jus.br, inspecao@cjf.jus.br e correge@cjf.jus.br) e pelo malote digital. |

| | |
|--|--|
| Há mais de 90 dias | Total 04-00012118820144020000-00087244920104020000-08088664320104025101 - 50024165720204020000 - as informações constam da lista de processos |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | total: 7 - 50106263420194020000 (3/6/2020) 50108662320194020000 (4/2/2021) 01000316920194020000 (8/6/2021) 01001113320194020000 (8/6/2021) 00020539220194020000 (14/7/2021) 50089282220214020000 (23/7/2021) 50102281920214020000 (24/8/2021)- obs: as informações constam da lista de processos, com exceção do 00020539220194020000 que está localizado no gabinete do Relator. |

Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas

Item 4.6 - Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação: (há mais de 30 dias)

Órgão Especial

- 00007415120124025004 – Intimação de acórdão de embargos de declaração em 10.12.2021. Prazo em curso.
- 00007732320164025002- Intimação de acórdão de agravo em recurso extraordinário em 17.12.2021. Prazo em curso.
- 00008988720044025106 - Intimação de acórdão de agravo interno em 13.12.2021. Prazo em curso.
- 00009005720044025106 - Intimação de acórdão de agravo interno em 13.12.2021. Prazo em curso.
- 00011673020184020000 – Intimação de acórdão de embargos de declaração em 13.12.2021. Prazo em curso.
- 00048849520084025110 – baixa definitiva em 01.02.2022.
- 00060798320104025001 – baixa definitiva em 14.02.2022.
- 00098939020184020000 – intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 00119611220134025101 – intimação, em 13.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 00150409120164025101 – intimação, em 23.02.2022, de decisão que inadmitiu REsp. Processo remetido à AREC.
- 00151251920124025101 – conclusão para gabinete da Vice Presidência em 22.02.2022.
- 00179226620164025120 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 00207372520184025101 – em prazo para contrarrazões de agravo em REsp. Processo remetido à AREC em 11.02.2021.
- 00465789119964025101 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 00875292920164025101 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão em embargos de declaração. Prazo em curso.
- 01002270520204020000 - Remetidos os Autos em grau de recurso para o STJ em 16.02.2022.
- 01009697220144025001 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 01025406920144025101 - Baixa Definitiva em 14.02.2022.
- 01080875620154025101 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão em embargos de declaração. Prazo em curso.
- 01224530320154025101- processo remetido à AREC em 14.02.2022.
- 01508449420174025101 - processo remetido à AREC em 14.02.2022. Suspenso por Recurso Especial Repetitivo – tema 1046 STJ.
- 05054808320074025101 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 50024657620204025116 - Remetidos os Autos em grau de recurso para o STJ em 17.02.2022.
- 50027581020194025107 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
- 50045306620204020000 – prazo em curso para apresentação de contrarrazões aos embargos



declaração, conforme determinação de despacho proferido em 23.02.2022.
50053513020194025101 - Baixa Definitiva em 14.02.2022.
50064478620214020000 - Baixa definitiva em 07.02.2022.
50125548320204020000 – intimação, em 14.02.2022, de decisão que determinou baixa dos autos. Prazo em curso.
50131218020214020000 – Retirado da pauta de 01.02.2022. 50147456720214020000 - Retirado da pauta de 01.02.2022.
50302924420194025101 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
50340823620194025101 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
50340867320194025101 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
50345235120184025101- intimação, em 10.12.2021, de acórdão de embargos de declaração. Prazo em curso.
50379510720194025101 – baixa definitiva em 14.02.2022.
50428484420204025101 - intimação, em 16.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
50435577920204025101 – Remetidos os Autos em grau de recurso para o STF em 18.02.2022.
50496448520194025101 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de agravo interno. Prazo em curso.
51038790220194025101 - Remetidos os Autos em grau de recurso para o STJ em 21.02.2022.

Tribunal Pleno

00118087720184020000 – intimação, em 17.12.2021, de acórdão de ação rescisória. Prazo em curso.
00172041320184025116 – intimação, em 10.12.2021, de acórdão em agravo interno. Prazo em curso.
50040976220204020000 – processo remetido à AREC em 15.02.2022. Prazo em curso contra decisão que inadmitiu REsp.
50041123120204020000 - processo remetido à AREC em 15.02.2022. Prazo em curso contra decisão que inadmitiu REsp e RE.
50041764120204020000 - processo remetido à AREC em 15.02.2022. Prazo em curso contra decisão que inadmitiu REsp e RE.
50041807820204020000 - processo remetido à AREC em 15.02.2022. Prazo em curso contra decisão que inadmitiu REsp e RE.
50041850320204020000 - processo remetido à AREC em 15.02.2022. Prazo em curso contra decisão que inadmitiu REsp e RE.

1ª Seção Especializada

00006574620204020000 – Decisão em 16.02.2022 inadmitindo REsp. Prazo em curso.
0001995520204020000 – intimação, em 10.12.2021, de acórdão do julgamento de agravo interno. Prazo em curso.
00021246020204020000 – Intimação em 11.02.2022 para razões finais em rescisória. Prazo em curso.
00022683420204020000 – intimação, em 14.02.2022 de despacho que a deferiu dilação de prazo de 90 (noventa) dias para habilitação de sucessores.
00024034620204020000 – concluso ao gabinete 02 em 04.02.2022.
00124675720164020000 – intimação, em 03.12.2021, de acórdão de ação rescisória. Prazo em curso.
00138356720174020000 - intimação, em 06.12.2021, de acórdão de ação rescisória. Prazo em curso.
00188061320084020000 – intimação, em 16.12.2021, de decisão que homologou a desistência recurso. Prazo em curso.
50072714520214020000 - em prazo para apresentação de contrarrazões a REsp e RE, conforme ordinatório de 01.02.2022.
50102394820214020000 – conclusão ao gabinete 03 em 04.02.2022.
50102602420214020000 - intimação, em 10.12.2021, de acórdão de ação rescisória. Prazo em curso.
50107383220214020000 – concluso ao gabinete 03 em 02.02.2022.
50121552020214020000 – prazo em curso para manifestação do MPF em ação rescisória. Intimação em 03.02.2022.
50135582420214020000 – intimação, em 09.02.2022, da decisão que indeferiu a inicial. Prazo em curso.

2ª Seção Especializada

00014883120194020000 – conclusão ao gabinete em 07.02.2022.
50141039420214020000 – citação realizada em 27.12.2021. Prazo em curso para contestação rescisória.



3ª Seção Especializada

00003257920204020000 – despacho em 16.02.2022 para contrarrazões a REsp.
00008445420204020000 – baixa definitiva em 21.02.2022.
00014508220204020000 – intimação, em 23.02.2021, para sessão de julgamento de 17.03.2022.
00124532020094020000 – conclusão ao gabinete 23 em 21.02.2022.
50039910320204020000 – determinada a citação em decisão proferida em 06.12.2021. Prazo em curso para apresentação de contestação em ação rescisória até 08.03.2022.
50155329620214020000- baixa definitiva em 21.02.2022.
50168935120214020000 - determinada a citação em decisão proferida em 16.12.2021. Prazo em curso para apresentação de contestação em ação rescisória.
50173473120214020000 - determinada a citação em decisão proferida em 16.12.2021. Prazo em curso para apresentação de contestação em ação rescisória.
50173516820214020000 – conclusão ao gabinete 15 em 11.02.2022.
50177604420214020000 – conclusão ao gabinete 20 em 08.02.2022.
50178289120214020000 – intimação, em 17.12.2021, de decisão que indeferiu tutela de urgência em ação rescisória. Prazo em curso.

Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas

Item 4.6 -Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:
(há mais de 60 dias)

Órgão Especial

00151961620154025101 – Transitado em julgado em 15.02.2022. Baixado a Vara de Origem em 15.02.2022.
01755374920164025111 - Transitado em julgado em 15.02.2022. Baixado a Vara de Origem em 15.02.2022.
05000193520184025105 - Transitado em julgado em 15.02.2022. Baixado a Vara de Origem em 15.02.2022.
50111941920184025001 - Transitado em julgado em 15.02.2022. Baixado a Vara de Origem em 15.02.2022.
50116927220194025101 – Autos conclusos à AREC para exame de admissibilidade em 15.02.2022
50163378320204020000 – Julgado em 03.11.2022. Partes intimadas do acórdão em 14.02.2022 (prazo em curso)
50344460820194025101 – Autos Remetidos os Autos em grau de recurso para o STJ pela AREC em 22.02.2022
50531368520194025101 – Autos Suspenso por Recurso Especial Repetitivo pela AREC em 15.02.2022
0155101-65.2017.4.02.5101 – Julgado. Partes intimadas do acórdão em 29.11.2021 (prazo em curso).

1ª Seção Especializada

00002374120204020000 – Julgado em 22.11.2021. Partes intimadas do acórdão
00005445820214020000 – com despacho de 11.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
00005661920214020000 – com despacho de 03.02.2002. Parte intimada (prazo em curso)
00006139020214020000 – Arquivado/baixado em 14.02.2022
00006147520214020000 – com despacho de 07.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
00006184920204020000 – com decisão de 16.02.2022 – Partes intimadas (prazo em curso)
00006424320214020000 – Partes intimadas do despacho. Autos conclusos 21.02.2022
00012094520194020000 – Julgado em 22.11.2021. Partes intimadas do acórdão (prazo em curso)
00022562020204020000 – Julgado em 22.11.2021. Partes intimadas do acórdão (prazo em curso)
00022830320204020000 – com despacho de 09.02.2022. Partes intimadas (prazo em curso)
00025117520204020000 – com despacho de 07.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
00037071720194020000 – Julgado em 22.11.2021. Partes intimadas do acórdão (prazo em curso)
00037635020194020000 – Autos conclusos em 09.02.2022
00040519520194020000 – com despacho em 11.02.2022. Partes intimadas (prazo em curso)
01001130320194020000 – Autos em tramitação Direta em 04.02.2022 – Resolução 63
– CJF



TRF2OFT202200936B

50037096220204020000 - Autos em tramitação Direta em 04.02.2022 – Resolução 63 – CJF
50113896420214020000 – despacho de citação da União em 23.11.2021 –Parte citada (prazo em curso)
50114961120214020000 – Autos conclusos em 15.02.2022
50154402120214020000 – Autos conclusos em 22.02.2022

2ª Seção Especializada

00000758020194020000 – Autos migrados. Regularizado a situação do mesmo. Autos conclusos em 24.02.2022
00116112520184020000 – com despacho em 02.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
50133547720214020000 - despacho de citação da União em 20.10.2021 –Parte citada (prazo em curso)
50140675220214020000 – Autos conclusos em 14.02.2022

3ª Seção Especializada

00003136520204020000 – Pautado para a sessão ordinária de 17.03.2022 00004528020214020000 – Pautado para a sessão ordinária de 17.03.2022
00005246720214020000 - Pautado para a sessão ordinária de 17.03.2022 00006338120214020000 – Arquivado/baixado em 01.02.2022.
00006667120214020000 – Julgado em 16.11.2021. Partes intimadas. Trânsito em 07.02.2022. Autos conclusos em 07.02.2022.
00007452120194020000 – com despacho de 02.02.2022. Partes intimadas (prazo em curso)
00011692920204020000 – com despacho de 22.02.2022. Partes intimadas (prazo em curso)
00011745120204020000 – Autos conclusos em 10.02.2022 à Vice- Presidência para admissibilidade de recurso
00023341420204020000 - Pautado para a sessão ordinária de 17.03.2022
00030674820184020000 – com despacho em 07.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
00041255220194020000 – com despacho em 04.02.2022. Partes intimadas (prazo em curso)
00107700620134020000 – Transitado em julgado em 04.02.2022. Autos conclusos
01003590420164020000 – Autos conclusos em 14.02.2022
50026146020214020000 – com despacho em 24.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
50053011020214020000 – com despacho de 03.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
50106993520214020000 - Pautado para a sessão ordinária de 17.03.2022
50109366920214020000 – com despacho de 07.02.2022. Parte intimada (prazo em curso)
50134079220204020000 – Autos com Vista ao Ministério Público Federal em 17.02.2022 (prazo em curso)
50161330520214020000 – Autos conclusos em 08.02.2022
50166172020214020000 – Arquivados/baixados em 04.02.2022



TRF2OFI202200936B

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

As Informações foram encaminhadas através do Ofício TRF2-OFI-2022/00867, de 22/2/2022, ao Exmo. Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, por email (estatistica@cjf.jus.br, inspecao@cjf.jus.br e correge@cjf.jus.br) e pelo malote digital.

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS – TRF2A REGIÃO – INSPEÇÃO 2022

4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

DES. FED. PAULO ESPIRITO SANTO

1ª Seção Especializada

Sessão Virtual de 18.10.2021 – licença médica

Sessão Ordinária de 21.10.2021 – licença médica

DES. FED. VERA LÚCIA LIMA

Órgão Especial

Sessão Ordinária de 17.12.2021 - justificadamente

Sessão Ordinária Administrativa de 17.12.2021 - justificadamente

DES. FED. ANTONIO IVAN ATHIÉ

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 01.07.2021 - férias

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente

Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – justificadamente

Órgão Especial

Sessão Virtual de 01.02.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias

Sessão Ordinária de 04.02.2021 – férias

Sessão Virtual de 01.07.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 01.07.2021 - férias

Sessão Ordinária de 01.07.2021 – férias

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente

Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 - justificadamente

DES. FED. POUL ERIK DYRLUND

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 03.05.2021 -férias

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 01.06.2021 – férias

Sessão Ordinária de 10.06.2021 – justificadamente

Sessão Virtual Administrativa de 01.09.2021 – férias

Sessão Virtual de 01.10.2021 - férias

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - férias

Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – férias

Órgão Especial

Sessão Virtual Administrativa de 03.05.2021 – férias

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – férias

Sessão Virtual de 01.06.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 01.06.2021 - férias

Sessão Ordinária de 10.06.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 10.06.2021 – férias
Sessão Virtual de 01.09.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.09.2021 – férias
Sessão Ordinária de 02.09.2021 – férias
Sessão Virtual de 01.10.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.10.2021 – férias
Sessão Ordinária de 07.10.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 03.11.2021 – justificadamente

3ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 20.05.2021 - férias
Sessão Virtual de 14.06.2021 – férias
Sessão Virtual de 13.09.2021 – férias
Sessão Ordinária de 14.10.2021 - férias

DES. FED. REIS FRIEDE

Tribunal Pleno

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 10.06.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária de 05.08.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 04.11.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 – justificadamente

Órgão Especial

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 10.06.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 10.06.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 01.07.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 01.07.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 05.08.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 05.08.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 02.09.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 07.10.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 - justificadamente
Sessão Virtual de 03.11.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 03.11.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 02.12.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 17.12.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 03.12.2021 - justificadamente

3ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 20.05.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 19.08.2021 – justificadamente Sessão Ordinária de 14.10.2021 - justificadamente
Sessão Virtual de 14.02.2022 – licença médica

DES. FED. ABEL GOMES

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.03.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.03.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 05.04.2021 – férias Sessão Virtual Administrativa de 03.05.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 - férias

1ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 25.02.2021 - férias

Sessão Virtual de 22.03.2021 – férias
Sessão Ordinária de 25.03.2021 – férias
Sessão Ordinária de 29.04.2021 - férias
Sessão Virtual de 24.05.2021 – férias

DES. FED. MESSOD AZULAY NETO

Órgão Especial

Sessão ordinária de 04.02.2021 - justificadamente

DES. FED. GUILHERME COUTO

Órgão Especial

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 17.12.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 17.12.2021 - justificadamente
3ª Seção Especializada
Sessão Ordinária de 20.05.2021 - justificadamente

DES. FED. GUILHERME CALMON

Tribunal Pleno

Sessão Ordinária de 04.11.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 – justificadamente

Órgão Especial

Sessão Ordinária de 04.11.2021 -
Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 - justificadamente

DES. FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 – férias
Sessão Virtual de 01.02.2022 - férias

Órgão Especial

Sessão Virtual de 01.02.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 - férias
Sessão Ordinária de 04.02.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 - férias

3ª Seção Especializada

Sessão Virtual de 18.02.2021 – férias
Sessão Virtual de 14.02.2022 –férias

DES. FED. FERREIRA NEVES

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.07.2021 - férias
Sessão Virtual de 01.10.2021 - férias
Sessão Ordinária de 07.10.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 - férias

2ª Seção Especializada

Sessão Virtual de 05.07.2021 - férias

DES. FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO

Tribunal Pleno

Sessão Virtual de 01.12.2021 - férias

Órgão Especial

Sessão Virtual de 01.12.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.12.2021 – férias
Sessão Ordinária de 02.12.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 03.12.2021 – férias
Sessão Ordinária de 17.12.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 17.12.2021 - férias

Sessão Virtual de 01.02.2022 – justificadamente
Sessão Ordinária de 03.02.2022 - justificadamente

DES. FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Tribunal Pleno

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – justificadamente

DES. FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 – férias
Sessão Virtual Administrativa de 01.06.2021 - férias
Sessão Ordinária de 04.11.2021 - férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 - férias

3ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 20.05.2021 - férias

DES. FED. MARCUS ABRAHAM
Tribunal Pleno

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 – justificadamente

Órgão Especial

Sessão Ordinária de 07.10.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 - justificadamente

DES. FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
Tribunal Pleno

Sessão Ordinária Administrativa de 04.03.2021 - justificadamente

Órgão Especial

Sessão Ordinária de 04.03.2021 - justificadamente

3ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 14.10.2021 - justificadamente

DES. FED. RICARDO PERLINGEIRO
Tribunal Pleno

Sessão Ordinária de 10.06.2021 - justificadamente

DES. FED. CLÁUDIA NEIVA
Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 - férias

2ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 11.02.2021 - férias

DES. FED. LETICIA DE SANTIS MELLO
Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 01.03.2021 - justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 04.03.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 05.04.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 03.05.2021 -justificadamente
Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 01.06.2021 – justificadamente
Sessão Ordinária de 10.06.2021 - justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 01.07.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 02.08.2021 – justificadamente

Sessão Virtual Administrativa de 01.09.2021 - justificadamente

Conselho De Administração

Sessão Virtual de 07.06.2021 – licença para estudos

Sessão Virtual de 02.08.2021 – licença para estudos

Sessão Virtual de 06.09.2021 – licença para estudos

2ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 11.02.2021 - justificadamente

Sessão Virtual de 08.03.2021 – justificadamente

Sessão Ordinária de 15.04.2021 – justificadamente

Sessão Virtual de 10.05.2021 – justificadamente

Sessão Virtual de 05.07.2021 – justificadamente

Sessão Ordinária de 12.08.2021 - justificadamente

Sessão Virtual de 06.09.2021 – justificadamente

DES. FED. SIMONE SCHREIBER

Tribunal Pleno

Sessão Ordinária de 07.10.2021 – férias

Sessão Ordinária de 04.11.2021 - férias

Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 – férias

Órgão Especial

Sessão Ordinária de 07.10.2021 – férias

Sessão Ordinária Administrativa de 07.10.2021 - férias

Sessão Virtual de 03.11.2021 – férias

Sessão Virtual Administrativa de 03.11.2021 – férias

Sessão Ordinária Administrativa de 04.11.2021 – férias

Sessão Ordinária de 02.12.2021 – férias

Sessão Ordinária Administrativa de 03.12.2021 - férias

1ª Seção Especializada

Sessão Virtual de 22.11.2021 – férias

DES. FED. MARCELLO GRANADO

1ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 21.10.2021 – justificadamente

DES. FED. ALCIDES MARTINS

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.06.2021 – férias

Sessão Ordinária de 10.06.2021 - justificadamente

Sessão Virtual Administrativa de 01.07.2021 - férias

Sessão Virtual de 01.12.2021 - justificadamente

3ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 20.05.2021 - férias

Sessão Ordinária de 14.06.2021 – férias

Sessão Ordinária de 19.08.2021 - justificadamente

Sessão Virtual de 14.02.2022 – licença médica

DES. FED. THEOPHILO MIGUEL

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 01.02.2021 – férias

Sessão Ordinária Administrativa de 04.02.2021 - férias

Conselho de Administração

Sessão Virtual de 08.02.2021 - férias

2ª Seção Especializada

Sessão Ordinária de 11.02.2021 – férias

DES. FED. WILLIAM DOUGLAS

Tribunal Pleno

Sessão Virtual Administrativa de 03.05.2021 -férias

Sessão Ordinária Administrativa de 06.05.2021 – férias
Sessão Ordinária de 10.06.2021 – justificadamente
Sessão Virtual Administrativa de 01.09.2021 – justificadamente
Sessão Virtual de 01.02.2022 - férias
Conselho de Administração
Sessão Virtual de 06.09.2021 – licença médica
2ª Seção Especializada
Sessão Virtual de 10.05.2021 – férias
Sessão Ordinária de 12.08.2021 – licença médica
Sessão Virtual de 06.09.2021 – licença médica

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Tribunal Pleno Judicial - Total: Virtuais: 04 - Telepresenciais: 04; Tribunal Pleno Administrativo - Total: Virtuais: 04 - Telepresenciais: 08; Órgão Especial Judicial - Total: Virtuais: 11 - Telepresenciais: 11; Órgão Especial Administrativo - Total: Virtuais: 11 - Telepresenciais: 09; Conselho de Administração - Total: 08 sessões virtuais; 1ª Seção Especializada - Total: 13 - Virtuais: 08 - Telepresenciais: 05; 2ª Seção Especializada - Total: 09 - Virtuais: 05 - Telepresenciais: 04; 3ª Seção Especializada - Total: 08 - Virtuais: 05 - Telepresenciais: 03

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Foi recomendada a verificação mensal dos processos sem movimentação e a manutenção do excelente trabalho.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Verificação diária pelos supervisores dos localizadores automatizados do sistema eproc. Contudo, em razão da virtualização dos processos físicos e da migração do sistema Apolo para o sistema Eproc, algumas intimações tiveram que ser realizadas por meio de publicação no Diário Eletrônico, por esse motivo e também pela juntada de Mandados intimação/citação e as Cartas de Ordem/ Precatórias o sistema não acusou o decurso de prazo e alguns processos ficaram sem movimentação, o que já foi regularizado. Foi criado o localizador "prazos manuais" para controle dos prazos em que as partes não são intimadas diretamente pelo sistema eproc.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

ver item 5.2

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Em relação ao processo de trabalho, destaco que o trabalho remoto trouxe resultados satisfatórios, com adaptação imediata dos servidores da Subsecretaria, sendo que dificuldades como conexão ou falta de equipamentos foram solucionadas logo no início. A implantação do balcão virtual foi um excelente meio de atendimento às partes e advogados.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Dely Barbosa Derze

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

As atividades são divididas conforme a fase processual dos feitos. Lotação: 17 servidores, assim distribuídos: 5 na Coordenação de Processamento, responsável pelo processamento dos feitos judiciais do Tribunal Pleno, Órgão Especial e das 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas, antes da fase de julgamento e, após a fase do julgamento, pela fase de execução. 5 na Seção de Julgamentos, responsável pela fase de julgamento dos processos de competência das 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas e pelo processamento dos recursos decorrentes. 4 na Seção de Apoio, responsável pela fase de julgamento dos processos de competência do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência e pelo julgamento colegiado dos processos da Vice-Presidência e pelo processamento dos recursos decorrentes. 2 na Seção de Procedimentos Diversos, responsável pelo processamento e julgamento dos processos administrativos do Tribunal Pleno, Órgão Especial e do Conselho de Administração. uma na Direção da Subsecretaria.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Anteriormente à pandemia da Covid-19, não havia servidores em teletrabalho. Contudo, de março de 2020 a julho de 2021 todos os servidores permaneceram em regime de trabalho remoto. A partir de agosto de 2021, houve o retorno parcial, nos percentuais determinados pela Direção do Tribunal. Sendo que tanto os servidores que estão em trabalho remoto quanto os que estão no trabalho presencial, cumprem o horário das 11 às 19 horas, com uma hora de intervalo para almoço.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

A Subsecretaria manterá uma escala de 50% da lotação em regime remoto, mediante sistema de rodízio, de acordo com a Resolução n. TRF2-RSP-2021/00073, de 28 de outubro de 2021, cujos efeitos estão suspensos até o dia 31/3/2021, em razão da elevação da média móvel de casos de Covid-19, bem como o surto de gripe ocasionado pelo vírus Influenza.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Em razão do acervo da Subsecretaria, as tarefas são realizadas de forma imediata, no mesmo dia em que são demandadas. Os supervisores verificam os localizadores de movimentações e distribuem os processos para os localizadores com os nomes dos servidores designados para cumprir as tarefas e acompanham o cumprimento da determinação. De modo que é possível identificar de forma imediata se a tarefa foi concluída ou não. Não há acúmulo de serviço.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pela Direção e pelos Supervisores e, caso as tarefas não sejam realizadas de forma satisfatória sem motivo justificado e aliado a isso, haja conduta desidiosa, o agente é colocado à disposição do setor de recursos humanos.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem inicial é feita pelos Supervisores, que redirecionam os processos para o integrantes das respectivas equipes, cumprirem as determinações de forma imediata.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Atualmente, não há processos físicos em tramitação na Subsecretaria.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

O acervo físico diz respeito aos processos virtualizados, que passaram a tramitar de forma eletrônica. Está organizado em escaninhos, separados por ano e por Órgão Julgador e, na medida e que há o trânsito em julgado no processo eletrônico, os autos físicos correspondentes são remetidos ao setor de arquivo.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O acervo é organizado de acordo com a fase processual. O controle é feito através dos localizadores automáticos de entrada e movimentações, que são especificados como, por exemplo: RECEBIDOS, DESPACHOS, ACÓRDÃOS, PETIÇÕES, DECURSO DE PRAZO, entre outros. Os Supervisores, além do cumprirem as suas próprias tarefas, verificam os localizadores e distribuem os processos para os localizadores com os nomes dos servidores designados para cumprir as tarefas e acompanham o cumprimento da determinação. De modo que é possível identificar de forma imediata se a tarefa foi concluída ou não. Quanto à remessa dos feitos para outros setores/órgãos, a partir do momento, em que é feita a movimentação de remessa, os processos saem dos localizadores da Subsecretaria e o controle passa a ser feito de forma manual, caso seja algum procedimento que requeira uma providência urgente. Os feitos com prioridade legal são identificados com destaque no painel dos localizadores e são processados com preferência.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

As atividades são divididas conforme a competência dos Órgãos e a fase processual dos feitos, sendo divididas em: Processamento, Julgamento do Pleno e do Órgão Especial, Julgamentos das Seções Especializadas e Processamento e Julgamentos dos feitos administrativos, sendo que, cada uma dessas áreas tem um servidor responsável, que cumpre e distribui as tarefas aos demais integrantes de suas equipes, cada um deles com atribuições previamente estabelecidas. Desse modo, é possível identificar e redistribuir com maior facilidade as tarefas em causa de ausência do servidor responsável.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Os feitos com prioridade legal são identificados com destaque no painel dos localizadores e são processados de forma preferencial.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através dos dados fornecidos pelo Portal de Estatísticas, sendo que os processos suspensos/sobrestados são agrupados em localizadores específicos e verificados mensalmente.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Em razão da pandemia, o atendimento está sendo feito através do balcão virtual, correio eletrônico e telefone.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

As intimações dos entes públicos são feitas de forma automática pelo sistema eproc.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

A juntada de petições é feita automaticamente pelo sistema eproc.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito pelos Supervisores das Seções de Julgamento e de Apoio, através do acompanhamento dos julgamentos realizados. Em caso de pendências, o contato é feito por meio telefônico ou por e-mail.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Os julgamentos do quorum ampliado dos processos de competência das 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas é realizado pelo Tribunal Pleno, que se reúne mensalmente.

21. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão consiste na divisão das tarefas por setores e as diretrizes para consecução das tarefas são repassadas aos servidores rotineiramente. A unidade é dividida em 4 setores com atribuições específicas, cujas atividades diárias são acompanhadas pelos responsáveis por cada um deles e também pela direção da unidade. Além disso, a direção realiza reuniões periódicas com todos os servidores para orientações, prestar e colher informações e sugestões, incentivar a realização do trabalho de forma satisfatória, bem como para repassar informações acerca das inovações implementadas no Tribunal. Não há um plano de gestão para médio ou longo prazo, uma vez que as tarefas têm que ser cumpridas de forma imediata.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Os recursos humanos e materiais são satisfatórios para o desempenho das atividades |
| b) gestão do trabalho | Divisão das tarefas por setores com atribuições específicas, sendo que dentro de cada setor, os servidores também tem tarefas específicas |
| c) resultados | Não há acúmulo de serviço |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Presteza e excelência no desempenho das atividades e no atendimento às partes e advogados.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Treinamento nos sistemas e programas que forem implantados.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A manutenção do regime parcial do trabalho remoto, que resultou em aumento da produtividade e que permite uma economia de tempo e de recursos financeiros para os servidores, que sem os deslocamentos tem mais tempo para dedicar-se ao serviço. Além disso, a implantação do Balcão Virtual otimizou o atendimento às partes e advogados.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-------------------------------------|
| 50163378320204020000 | 16/12/2020 | - |
| Observação: Processo julgando na sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. Acórdão foi disponibilizado pelo Gabinete do Relator, em 22/11/2021, mas, por um equívoco, foi incluído no localizador que indica a disponibilização do acórdão. Intimação das partes expedidas na presente data, em 14/2/2022. | | |
| 50031504220194020000 | 12/5/2019 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo em dia - incluído na Pauta - Sessão Virtual - Data da sessão: 14 a 18/2/2022 13:00. Incidente julgado e autos conclusos para acórdão. | | |
| 50058849220214020000 | 14/5/2021 | Reclamação |
| Observação: Inclusão em pauta de julgamento pelo relator - Sessão Ordinária - Data da sessão: 3/2/2022 13:00 - Resultado: adiado o julgamento para a próxima sessão ordinária do mês de março por indicação da exma. sra. relatora. Processo em dia | | |
| 50147959320214020000 | 18/10/2021 | Revisão Criminal |
| Observação: Processo incluído na pauta da sessão virtual de 21 a 25/3/2022. | | |
| 50106263420194020000 | 14/11/2019 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 01000316920194020000 | 21/5/2021 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 01001113320194020000 | 21/5/2021 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 50089282220214020000 | 25/6/2021 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 50102281920214020000 | 21/7/2021 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 08088664320104025101 | 17/2/2021 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Em razão de os advogados substabelecidos não serem cadastrados no eproc, foi feita a intimação por publicação no diário eletrônico, publicada em 27/10/2021, motivo pelo qual o sistema eproc não acusou o decurso do prazo. Situação regularizada. Autos conclusos em 16/2/2022. | | |
| 50024165720204020000 | 10/3/2020 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 0012118820144020000 | 13/3/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Autos como baixa definitiva em 10/2/2022 - Processo virtualizado, sendo que a baixa foi realizada após a regularização da remessa dos autos físicos respectivos ao setor de arquivo. Houve andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias. | | |
| 00087244920104020000 | 24/6/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo com baixa definitiva em 4/2/2022. | | |
| 01003590420164020000 | 13/5/2021 | Embargos à Execução |
| Observação: Em 24/11/2021, ocorreu o decurso de prazo para manifestação das partes, tendo permanecido, por equívoco, no localizador dos prazos em aberto. Autos conclusos em 14/2/2022 ao Gabinete do Relator. Regularizados. | | |
| 05000193520184025105 | 19/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo julgado - Data do julgamento: Sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. Autos com trânsito em julgado em 15/02/2022 e baixa para a SJRJ na mesma data. | | |
| 50111941920184025001 | 23/7/2019 | Apelação |

| | | |
|--|------------|---|
| Observação: Processo julgado - Data do julgamento: Sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. Autos com trânsito em julgado em 15/2/2022 e baixa para a SJES na mesma data. | | |
| 50531368520194025101 | 29/7/2020 | Apelação |
| Observação: Aguardando decurso de prazo para recurso - Data do julgamento: Sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. Processo suspenso pela Assessoria de Recurso (Suspenso por Recurso Especial Repetitivo) em 15/2/2022. | | |
| 00151961620154025101 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo julgado na sessão virtual de 3 a 9/11/2021. Autos com certidão de trânsito em julgado em 15/2/2022 e baixa para a SJRJ na mesma data. | | |
| 01551016520174025101 | 10/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso - Data do julgamento: Sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. | | |
| 01755374920164025111 | 6/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo julgado - Data do julgamento: Sessão Virtual de 3 a 9/11/2021. Autos com trânsito em julgado em 15/2/2022 e baixa para a SJRJ na mesma data. | | |
| 50166172020214020000 | 23/11/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Decisão interlocutória em 30/11/2021 - Baixa definitiva em 4/2/2022. | | |
| 50037096220204020000 | 17/4/2020 | Inquérito Policial |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 50106993520214020000 | 30/7/2021 | Mandado de Segurança |
| Observação: Adiado da pauta da Sessão Ordinária de 16/12/2021 e incluído na pauta da Sessão Ordinária de 17/3/2022. | | |
| 05027392120174025101 | 12/11/2020 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Houve andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias - Julgado na sessão virtual realizada no período de 22/11/2021 a 30/11/2021 - baixado à vara de origem em 4/2/2022. | | |
| 50034246920184025002 | 19/12/2019 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Processo foi julgado em 1º/12/2021 e remetido à Assessoria de Recursos da Vice-Presidência com recurso especial em 4/2/2022. No prazo para intimação das partes, quanto à decisão de inadmissibilidade do recurso. | | |
| 01415031520154025101 | 20/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo julgado, mas aguarda decurso de prazo para recurso - Data do julgamento: Sessão Virtual de 1º a 7/2/2022 | | |
| 00037627020164020000 | 21/5/2021 | Ação Rescisória |
| Observação: Inclusão em pauta de julgamento - Sessão Virtual - Data da sessão: 1º/2/2022 - Deliberado em Sessão - Pedido de Vista | | |
| 50048940420194025002 | 12/11/2019 | Embargos Infringentes e de Nulidade |
| Observação: Inclusão em pauta de julgamento pelo relator - Sessão Ordinária - Data da sessão: 24/2/2022 13:00 | | |
| 50108662320194020000 | 21/11/2019 | Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação) |
| Observação: Autos em Tramitação direta MPF/PF - Resolução 63/2009 CJF. | | |
| 50102109520214020000 | 20/7/2021 | Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela |
| Observação: Processo Julgado em Sessão Ordinária - Data da sessão: 3/2/2022. No prazo de intimação das partes, acerca do despacho que abriu prazo para contrarrazoar embargos de declaração. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 30 processos selecionados para inspeção, 22 processos foram inspecionados, sem que merecessem qualquer recomendação.

Os processos de ns 50037096220204020000, 50108662320194020000, 50106263420194020000, 01000316920194020000, 50089282220214020000, 50102281920214020000, 50024165720204020000 e 50108662320194020000 não foram inspecionados, pois consubstanciam procedimentos investigatórios com tramitação direta entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, nos termos da Resolução 63/2009 CJF. Ressalta-se, outrossim, que nem esta equipe da Corregedoria nem a Diretora da Subsecretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e das Seções Especializadas, Dely Barbosa Derzi, possuíam credenciais que permitissem a visibilidade dos feitos sigilosos.

A Subsecretaria administra a realização de 9 sessões por mês, tendo havido, entre fevereiro/2021 e janeiro/2022, 101 sessões ordinárias, sendo 8 sessões do Tribunal Pleno Judicial, 12 sessões do Tribunal Pleno Administrativo, 22 sessões do Órgão Especial, 20 sessões do Órgão Especial Administrativo, 8 sessões do Conselho de Administração, 13 sessões da 1ª Seção Especializada, 9 sessões da 2ª Seção Especializada e 8 sessões da 3ª Seção Especializada. Não foram realizadas sessões extraordinárias no período.

Entre fevereiro/2021 a fevereiro/2022, houve o cancelamento de uma sessão telepresencial do Tribunal Pleno, 3 sessões telepresenciais da Primeira Seção Especializada, 2 sessões (1 telepresencial e 1 virtual) da Segunda Seção Especializada e 2 sessões telepresenciais da Terceira Seção Especializada. A unidade informou que tais cancelamentos ocorreram em virtude de falta de quórum e ausência de processos pautados, no que tange à Terceira Seção, alterações de calendário e ausência de processos pautados, no tocante à Primeira Seção, e ausência de processos pautados, no caso do Tribunal Pleno e da Segunda Seção.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Subsecretaria e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 22 processos inspecionados, nenhum remanesce com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, a equipe da Corregedoria foi cordialmente atendida pela Diretora da Subsecretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seções Especializadas, Dely Barbosa Derze, que se mostrou bastante solícita e diligente na prestação das informações e dos esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

A unidade, em razão da multiplicidade de tarefas, envolvendo 6 órgãos julgadores distintos, encontra-se organizada em 4 setores, especializados de acordo com o órgão

jugador e a fase processual dos feitos, sendo divididas em: Processamento, Julgamento do Pleno e do Órgão Especial, Julgamentos das Seções Especializadas e Processamento e Julgamentos dos feitos administrativos. A direção responde pela coordenação dos diversos setores, bem como pela confecção dos atos administrativos.

No que tange ao controle do acervo, incluindo processos sobrestados, sem movimentações, metas e prioridades legais, restou informado que ele é realizado mensalmente, através de relatórios extraídos do sistema eproc e da base de dados estatísticos do Tribunal. O controle de prazos é realizado de forma automática pelo sistema eproc.

Em relação aos processos digitalizados, migrados do sistema Apolo, a gestão informou que tais feitos não tiveram seus prazos contabilizados pelo próprio sistema eproc, o que ocasionou alguma demora na identificação do decurso temporal. Nada obstante, tal dificuldade já foi solucionada, por meio da criação de localizadores específicos, e todos os feitos regularizados.

A prática dos expedientes é realizada, majoritariamente, no mesmo dia em que os feitos são encaminhados aos setores, cabendo aos supervisores de cada setor a distribuição interna de atividades e o acompanhamento da produtividade da equipe.

As sessões de julgamento apresentam quantitativo variável, conforme o órgão julgador. O Tribunal Pleno, o Órgão Especial e a Terceira Seção Especializada realizam, mensalmente, uma sessão virtual e uma sessão telepresencial/presencial. A Primeira Seção Especializada realiza, mensalmente, uma sessão virtual e, bimestralmente, uma sessão telepresencial/presencial. A Segunda Seção Especializada realiza, mensalmente, uma sessão, intercalando os formatos presencial/telepresencial e virtual. O Conselho de Administração, a seu turno, realiza uma sessão virtual a cada mês.

Os extratos de julgamento são disponibilizados no mesmo dia ou no dia seguinte à sessão. O controle dos votos-vista é realizado de forma manual, em razão de deficiência no respectivo localizador do sistema eproc. A gestão informou já ter solicitado à equipe de T.I. da Corte a melhoria do sistema, não obtendo, entretanto, qualquer devolutiva.

A comunicação da unidade com os gabinetes se dá de forma contínua e direta, sendo utilizados, rotineiramente, a ferramenta de whatsapp e o e-mail institucional para tal desiderato.

O atendimento ao público externo via balcão virtual, atualmente, é realizado por um servidor específico, que trabalha em regime de teletrabalho integral, por necessidades de cunho pessoal. Foram ressaltados, contudo, a qualidade técnica do mesmo e o comparecimento mensal à unidade.

Quanto às cartas de ordem, salientou-se que o controle é realizado mensalmente, por meio do próprio sistema eproc, salvo quando a diligência deprecada apresenta urgência ou prazo diferenciado, o que sempre é observado pelo setor. Também restou informada a regularidade no cumprimento das mesmas.

Finalmente, foram destacados o aumento da produtividade durante o período de pandemia, a adaptação da equipe ao regime remoto e o elevado nível de comprometimento. A capacitação dos servidores foi descrita como adequada, sendo salientada a total familiaridade do grupo com as novas ferramentas e os sistemas introduzidos na Corte.

26. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas a serem feitas. Apenas que sejam mantidas as boas práticas realizadas pela unidade inspecionada, que merece elogios.

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 1ª Turma Especializada

2.2 Competência

Penal, Previdenciária e Propriedade Industrial.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Cesar Moraes Espirito Santo.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Abel Fernandes Gomes, de abril de 2019 a abril de 2021.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Sandro Viegas da Silva, Técnico Judiciário.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| Servidores efetivos | 16, sendo que, na presente data, duas servidoras estão afastadas: Cristina Nazaré, por motivo de férias, e Letícia Assunção, licença médica. | |
| Servidores sem vínculo | | 0 |
| Estagiários de nível médio | | 0 |
| Estagiários de nível superior | | 0 |
| Outros | | 0 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 7 |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | 0 |
| Análise/triagem | 0 |
| Juntada | 0 |
| Conclusão | 0 |
| Extraviados/por restaurar | 0 |

| | |
|----------------------------|---|
| Em carga com prazo vencido | 0 |
| Outros | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 442 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 218 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 1 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 33 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 80 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|----------------------------------|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 7.291 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 6,7 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 872 |
| Pendentes de publicação | 5 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 01003048720154020000 (28/2/2021) |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|----------------------------------|
| Total de publicações | 443 |
| Tempo médio | 1.5 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 6 |
| Pendentes de publicação | 2 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50353298120214025101 (17/1/2022) |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|--|
| Há mais de 30 dias | 256 |
| Há mais de 60 dias | 238 |
| Há mais de 90 dias | 19 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | Total de 85. 01045148720134025001, 00836435620154025101, 01432038920164025101, 02007648620174025117, 01375635120154025001, 00050189220144029999, 00142280520094025001, 00099052020104025001, 00216722320154029999 e 00409574020154025104, todos desde 25/9/2020. |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

DF Paulo Espírito Santo, justificadamente, sessões dos dias 17/3, 22/6, 10/8, 25/10, 7, 9 e 15/12/21 e 1º/1/22; por motivo de licença médica, sessões de 11, 14 e 20/10 e 24/11/21; porque impedido, sessões dos dias 9, 14/6, 26/7, 9/8, 13/10, 17/11, 13/12/21, e 2/2/22. DF Antonio Ivan Athié, por motivo de férias, sessões dos dias 3 e 11/2, 1, 7, 8, 14 e 15/7/21; justificadamente, sessão de 9/9/21. DF Abel Gomes, por motivo de férias, sessões de 3, 11 e 24/2, 3, 10, 11, 15, 17 e 24/3, 14 e 28/4, 3, 5, 12, 13, 17, 19/5/21. DF Simone Schreiber, por motivo de férias, sessões dos dias 14 e 15/7, 4, 6, 25 e 27/10, 3. 10 e 24/11, 1/12/21;

justificadamente, sessões dos dias 30/8, 8, 9, 15/9, 7 e 9/12/21, e 26/1/22. JFC Rogério Tobias de Carvalho, por motivo de férias, sessões dos dias 9, 10, 12 e 30/8/21. JFC Andrea Daquer Barsotti, justificadamente, sessão do dia 8/9/21.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

94 (noventa e quatro).

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Regularizar a tramitação no sistema, lançando a suspensão do incidente: 01007851620164020000 e 01019832520154020000; b) Regularizar tramitação processual no sistema, lançando a suspensão do incidente por determinação judicial, ou fazer conclusão ao relator: 00092247620144020000; c) Informar, no prazo de 20 dias, as providências adotadas para as petições constantes no item 5.3 (201702520000109; 201774040040133; e 2017.7404.007070-9).

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) 01007851620164020000: regularizado. Incluído na pauta do dia 29/9/21 para julgamento de agravo interno oposto pelo MPF; 01019832520154020000: baixado em 25/1/22 após regularização das intimações (Informação evento 98); b) 00092247620144020000: virtualizado para o sistema Apolo em 19/10/20 e migrado para o eproc em 23/2/21. Determinação para que o feito permaneça na Subsecretaria; c) petição 201702520000109, protocolada em 10/3/17, referente ao processo 00006189520084025003, baixado para Vara de Origem em 30/7/19; petição 201774040040133, protocolada em 26/5/17, autuada como processo 0100184- 73.2017.4.02.0000 para decisões sobre pedidos de viagem (vinculada ao processo 0806354- 92.2007.4.02.5101 - FURACÃO III); petição 2017.7404.007070-9, referente ao processo 0000433-43.2002.4.02.5108 (baixado em 25/7/18): informação no sistema Apolo no sentido de que se trata da exceção de suspeição n. 0100296- 42.2017.4.02.0000.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Feitos regularizados.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com o advento da pandemia e a implementação do trabalho remoto, verificou-se o aumento da produtividade dos servidores devido, principalmente, à otimização do tempo e energia, somada à excelente iniciativa da administração em ceder equipamentos adequados para a realização das tarefas em suas residências. Vale destacar, também, a melhora na comunicação entre os servidores neste período. Contudo, a modernização do processo eletrônico, embora gere resultados fantásticos no trâmite processual, também trouxe consequências negativas, pois os servidores exercem o trabalho virtualmente e com uma quantidade de processos muito maior, num ritmo frenético, com 8 horas diárias ou mais em frente ao computador. Tal sobrecarga de trabalho gera consequências tanto físicas como

mentais nos servidores, sendo possível verificar o adoecimento e cansaço nos colegas, de forma generalizada. A implementação de ações educativas e de bem-estar seriam bem-vindas, resguardando a saúde física e mental de todos.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Sandro Viegas da Silva, Diretor da Subsecretaria da 1ª Turma Especializada

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A serventia encontra-se com a sua lotação completa, ou seja, 16 servidores. Dentre estes, 3 foram recentemente lotados na subsecretaria. O serviço é dividido observando o critério disposto no item 13 e a especialização por matéria da seguinte forma: CRIMINAIS, servidores Cleber Lopes, Supervisor da Seção de Processamento, Flávia Janot, Supervisora da Seção de Procedimentos Diversos, Luís Baeta e Anderson Viana, ambos designados para exercer FC4; CÍVEIS: Lucas Burke, Supervisor da Seção de Apoio, Rosimere Reis e Marta Verônica, designadas para exercer FC4, e Cristina Nazaré, Andrea Corrêa, Letícia Assunção, Mônica Ienzura, Cláudio Sassi, Arnaldo Barros e Vanessa Marsico, estes sem função comissionada. Os servidores Sandro Viegas, Diretor da Subsecretaria, e Luiz Inácio, Supervisor da Seção de Julgamentos, organizam as pautas de julgamento e administram as sessões - com auxílio da servidora Mônica Ienzura - e também auxiliam no processamento geral, se necessário.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Atualmente, até o dia 31/3/22, todos os servidores estão executando suas atividades em regime de trabalho remoto, em vista do disposto na Resolução n. TRF2 - RSP-2022/00013, de 15/2/22, só havendo necessidade de comparecimento à sede do Tribunal se o trabalho tiver que ser realizado presencialmente, como entrega/recebimento de passaporte e assinatura de termos de comparecimento.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Até o dia 31/3/22, em vista do disposto na Resolução n. TRF2-RSP-2022/00013, de 15/2/22, só haverá necessidade de comparecimento à sede do Tribunal se o trabalho tiver que ser realizado presencialmente, como entrega/recebimento de passaporte e assinatura de termos de comparecimento.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

A meta é que os processos sejam movimentados assim que escoado os prazos. No início da semana, a prioridade é zerar o que não pôde ser feito na semana anterior.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O sistema eproc gera relatórios, por período, da quantidade de acessos ao sistema e de processos movimentados. Caso a meta não seja cumprida, o supervisor e/ou o Diretor da Subsecretaria procuram entender, junto ao servidor(a), quais os motivos levaram ao não cumprimento da tarefa. Se for sobrecarga de trabalho, o supervisor pode auxiliar. Havendo equívoco na forma de trabalho, é feita avaliação para saber se foi devido à orientação recebida pelo(a) servidor(a) ou se este(a) não está cumprindo o que foi devidamente orientado. Caso o não cumprimento da tarefa se dê de forma reiterada, tendo sido o servidor(a) orientado(a) de forma adequada, este(a) é colocado(a) à disposição da SRH por não se encaixar no perfil necessário para o trabalho na subsecretaria.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Conforme divisão de trabalho descrita no item 8.3, os servidores pesquisam, nos localizadores do sistema, os processos dos seus respectivos finais e dão cumprimento às determinações dos relatores.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Todos os processos tramitam eletronicamente.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Os processos físicos que se encontram na subsecretaria, todos virtualizados, estão acondicionados em armários e em breve serão enviados para as varas de origem.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Além dos localizadores padrões do sistema, outros são criados para fins específicos, como por exemplo, localizador com a sigla do(a) servidor(a), ou de uma sessão de julgamento, ou de processos julgados e intimados, ou para diligência, ou aguardando manifestação da parte, e em cada localizador citado o servidor pode organizar que os processos sejam apresentados em ordem decrescente por data do “último evento” ou “inclusão no localizador”. A análise dos localizadores postos nos processos em conjunto com a mencionada forma de organização de apresentação dos processos facilitam a verificação, por parte do(a) servidor(a), do tempo que estes estão sob sua responsabilidade, se tal lapso de tempo é razoável e em qual fase se encontram. Como o sistema certifica automaticamente o decurso de prazo, prioriza-se o andamento dos processos incluídos no localizador respectivo, fazendo com que a movimentação processual se dê em bloco, sendo ou não o processo de preferência legal.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Serviço dividido observando o 7º dígito da numeração do processo da seguinte forma: CRIMINAIS, Cleber (0, 1 e 2), Flávia (3, 4 e 5), Luís (6 e 7) e Anderson (8 e 9); CÍVEIS: a) processos com pedido de dia e intimações de acórdãos: Sassi (0, 1), Vanessa (2, 3), Arnaldo (4, 5), Andréa (6, 7) e Mônica (8, 9); b) processamento geral, excluídas as tarefas anteriores: Rosimere, (0, 1 e 2); Marta, (3, 4 e 5), Vanessa (6), Sassi (7); Arnaldo (8); e Andrea (9). O servidor Lucas, é o responsável por ensinar as rotinas e auxilia no processamento de todos os finais. As sessões de julgamento são organizadas pelos servidores Luiz Inácio e Mônica Ienzura, que também auxiliam no processamento geral. O Diretor da Subsecretaria, Sandro Viegas, auxilia nestas tarefas, caso haja necessidade, bem como secretaria a sessão de julgamento lança os resultados no sistema. Ressalto que, na presente data, duas servidoras estão afastadas, conforme descrito no item 3.4.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

A divisão do trabalho especificada nos itens 8 e 13 faz com que o processamento dos feitos seja realizado de maneira praticamente uniforme. Porém, os servidores têm ciência das prioridades legais, mormente processos com réus presos, bem como *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança, com liminares deferidas, etc.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Além dos relatórios que são possíveis gerar no sistema eproc, há a possibilidade de verificação, em cada localizador, principalmente o criado por cada servidor com sua sigla, desde quando o processo foi inserido naquele localizador e qual foi a data da última movimentação.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Em decorrência do trabalho remoto implementado no período da pandemia, o atendimento às partes, advogados e público em geral tem sido feito tanto por telefone, em dias úteis, no horário das 11 às 19 horas, uma vez que os ramais estão redirecionados para alguns servidores, como também virtualmente, desde o mês de julho de 2020, em dias úteis, no horário das 12 às 17 horas. Num primeiro momento, tal atendimento virtual foi feito através da plataforma Cisco Webex e, atualmente, é realizado pela plataforma Zoom, através do link <https://trf2-jus-br.zoom.us/my/balcaovirtualsub1tesp>.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Além dos localizadores criados para os processos em tais situações, o sistema eproc lavra, automaticamente, o decurso do prazo para as partes.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

A juntada de petições é feita automaticamente pelo sistema eproc.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito pelos próprios gabinetes.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Em atenção à Portaria TRF2-POR-2017/00001 de 30 de março de 2017, da 1ª Turma Especializada, a subsecretaria faz contato com os gabinetes dos Magistrados das demais turmas, iniciando pela 2ª Turma Especializada, de igual competência, sempre observando a ordem de antiguidade no Tribunal para fazer tal convocação. As sessões são realizadas mensalmente, na última semana, virtual ou presencialmente/por videoconferência, respectivamente, nos meses ímpares e pares.

21. A unidade possui plano de gestão?

Não

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A lotação da unidade está completa. Quanto aos recursos materiais, ressamte-se de equipamentos de informática que proporcionem a consecução dos trabalhos de forma mais célere. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho é realizada pelo Diretor e pelos supervisores tendo como base a divisão das tarefas descritas nos itens 8, 8.4 e 13, o que torna a realização da tarefa possível e menos estressante. |

| | |
|---------------|--|
| c) resultados | Os resultados têm se mostrados positivos, como pode ser constatado nas últimas inspeções e autoinspeções realizadas. Tal fato deve-se, vale ressaltar, à dedicação e ao comprometimento dos servidores lotados na serventia, que acolheram as rotinas de trabalho adotadas acima descritas, s.m.j., inovadoras na Corte. |
|---------------|--|

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo maior sempre será imprimir celeridade ao cumprimento das tarefas realizadas pela serventia e observar rigorosamente o controle dos prazos, fazendo com que não permaneçam na subsecretaria por mais tempo que o devido. Outro objetivo primordial é sempre aprimorar as rotinas de trabalho para que possamos realizar da melhor maneira possível, saudavelmente.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Estudo constante sobre as funcionalidades do sistema, excelente, na opinião do ora subscritor, aprimoramento das rotinas de trabalho, motivação da equipe e olhar atento acerca das necessidades de cada servidor.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A principal delas, sem sombra de dúvidas, é o trabalho remoto. Além da economia proporcionada aos cofres públicos e do aumento da produtividade, houve verdadeira otimização do tempo, eis que não há deslocamento até a sede do Tribunal, não raro por horas, para realização do mesmo serviço que seria feito de casa. Para as atividades pontuais que precisam ser realizadas presencialmente, como exemplo entrega de passaportes, a presença de 2 servidores bastaria para resolver esta necessidade, bem como a de atendimento presencial no balcão da serventia. Em dias de sessão, a presença do Diretor e do Supervisor de julgamento seriam suficientes para a respectiva organização. Cabe ressaltar que apesar do distanciamento físico, o trabalho remoto ensejou a necessidade de uma maior integração, de eficiência na comunicação, e facilitou, através das conversas tidas no aplicativo WhatsApp e reuniões na plataforma de videoconferência, a propagação de conhecimento entre todos.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50161720520194025001 | 2/4/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00081368920154025101 | 7/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00175821920154025101 | 13/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. Atualmente na AREC para exame de admissibilidade de Recurso Especial. | | |
| 00232688920154025101 | 13/5/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00004440720134025102 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |

| | | |
|--|-----------|-----------------------------|
| 00200383920154025101 | 13/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 05038195420164025101 | 17/7/2020 | Ação Civil Pública |
| Observação: Processo baixado em 9/2/2022. | | |
| 50102069220204020000 | 13/8/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo com baixa definitiva no sistema eproc em 14/10/2020 (evento 10, TRF2), mas constando na movimentação processual situação do processo ainda em movimento. Equívoco do sistema. Aberto chamado 2022008549 para resolução do problema. | | |
| 50116376420204020000 | 4/9/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação: Processo com baixa definitiva no sistema eproc em 24/11/2020 (evento 9, TRF2), mas constando na movimentação processual situação do processo ainda em movimento. Equívoco do sistema. Aberto chamado 2022008549 para resolução do problema. | | |
| 00409574020154025104 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00032645620144025104 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 01045148720134025001 | 21/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00099052020104025001 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00365581520174025001 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 01375635120154025001 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Incluído na sessão virtual designada para dia 10/3/2022. | | |
| 01432038920164025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00010810620164029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Incluído na sessão virtual designada para dia 10/3/2022. | | |
| 08021616320094025101 | 30/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00836435620154025101 | 20/9/2020 | Apelação |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Incluído na sessão virtual designada para dia 10/3/2022. | | |
| 00050189220144029999 | 20/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00142280520094025001 | 3/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00216722320154029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 02007648620174025117 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc e que estava concluso e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha quando da migração entre os sistemas. Tramitação regularizada. | | |
| 00152994420134029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Processo baixado. | | |
| 50030315720194029999 | 22/11/2019 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Baixado em 8/2/2022. | | |
| 50308288920184025101 | 21/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: processo reativado para novo julgamento e que estava na conclusão e com remessa para a subsecretaria ao mesmo tempo. Falha do sistema. Tramitação regularizada. | | |
| 50003530620184029999 | 2/10/2018 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Baixado em 8/2/2022. | | |
| 00217424020154029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: processo físico, de competência delegada, já baixado. Demora no procedimento de baixa acarretado pelo reduzido número de servidores no setor responsável pelo serviço, mormente por conta das intempéries havidas no atual período de pandemia. | | |
| 00025721420174029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação: processo físico, de competência delegada, já baixado. Demora no procedimento de baixa acarretado pelo reduzido número de servidores no setor responsável pelo serviço, mormente por conta das intempéries havidas no atual período de pandemia. | | |
| 01004627420174020000 | 26/2/2021 | Petição |
| Observação: processo dedicado a exames dos pedidos de viagem feitos na ACR 08048652020074025101. Com determinação para aguardar em secretaria. | | |
| 50033035120194029999 | 9/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Despacho que determinou a juntada de mídias foi devidamente cumprido. Feita a conclusão do processo em 10/2/2022. | | |
| 50016120220194029999 | 12/6/2019 | Apelação |
| Observação: processo físico, de competência delegada, já baixado. Demora no procedimento de baixa acarretado pelo reduzido número de servidores no setor responsável pelo serviço, mormente | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| por conta das intempéries havidas no atual período de pandemia. | | |
| 50008675620184029999 | 9/11/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo aguardava prazo para apresentação de contrarrazões a RESP. Atualmente na AREC. | | |
| 50013216520204029999 | 28/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 01742533620164025101 | 25/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo incluído na pauta da sessão virtual designada para dia 10/3/2022. | | |
| 00257412320164025001 | 25/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 01477779220154025101 | 25/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50004807020204029999 | 27/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50413573620194025101 | 12/5/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00008558020144025113 | 1º/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 1º/2/2022. | | |
| 50172287020214020000 | 2/12/2021 | Apelação |
| Observação: Processo desmembrado da ACR 5063780-87.2019.4.02.5101 em vista da dúvida quanto à representação processual da ré JESSICA CAROLINA DA COSTA e prosseguimento do feito com o julgamento dos embargos de declaração por esta opositos. Feita conclusão em 11/2/22. | | |
| 50795493820194025101 | 7/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00225424720174025101 | 2/2/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00094636920154025101 | 15/10/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50969427320194025101 | 31/3/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50008650820214020000 | 1º/02/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Incluído na pauta da sessão virtual designada para dia 10/3/2022. | | |
| 50030753220214020000 | 12/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo levado a julgamento na sessão do dia 10/2/2022. Sobrestado para julgamento conforme técnica do art. 942, CPC. | | |
| 50034321220214020000 | 19/3/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo levado a julgamento na sessão do dia 10/2/2022. Sobrestado para julgamento conforme técnica do art. 942, CPC. | | |
| 50042211120214020000 | 12/4/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo levado a julgamento na sessão do dia 10/2/2022. Sobrestado para julgamento conforme técnica do art. 942, CPC. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 49 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 49 eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Regularizar atraso na movimentação processual:

| |
|----------------------|
| 01004627420174020000 |
|----------------------|

b) proceder à baixa no sistema

| | |
|----------------------|----------------------|
| 50102069220204020000 | 50116376420204020000 |
|----------------------|----------------------|

A Subsecretaria administra a realização de 6 sessões por mês, tendo havido, entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, 94 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 4 sessões no período, em virtude de determinação do Presidente da Turma, em razão do recesso forense (02) e em razão de suspensão do expediente do TRF-2 (02).

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é baixo, pois, dos 49 processos inspecionados, apenas três se encontravam com atraso na tramitação, sendo questões pontuais e mínimas referentes à baixa no sistema eproc de feitos digitalizados.

Constatou-se que diversos feitos ficaram paralisados excessivamente quando da digitalização e migração do sistema Apolo ao sistema eproc, muito provavelmente por erro no fluxo do processamento, o que foi totalmente regularizado pela unidade depois da constatação de tal pendência, especialmente com o envio da listagem de processos a serem inspecionados.

Outra questão verificada foi certa dificuldade na baixa dos processos cíveis de competência delegada, demandando envio de ofício e dos autos físicos à respectiva Vara estadual de origem, sendo que a situação foi totalmente regularizada após o envio da listagem de processos a serem inspecionados.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A unidade divide-se em dois núcleos principais, em razão da competência dos gabinetes com diversas áreas do Direito, sendo 4 servidores na área penal e 7 servidores na área cível, com o auxílio dos supervisores de 4 seções (processamento, procedimentos diversos, julgamento e apoio) e direção geral do Diretor da Subsecretaria.

Dentro de cada núcleo, o trabalho é dividido pelos finais dos números dos processos, de forma a dividir o volume de maneira mais equitativa e justa, além de possibilitar que os servidores desempenhem todas as tarefas de forma ampla e dentro de um fluxo contínuo no processamento da unidade. Atualmente encontra-se com o quadro completo, ainda que nem todos os servidores da unidade possuam função comissionada disponível.

Digna de elogio é a celeridade com que os processos analisados foram movimentados na Subsecretaria, verificando-se poucos e pontuais atrasos, denotando-se que a atual divisão da equipe, o gerenciamento da unidade e o empenho de todos os servidores têm produzido resultados positivos, com redução do acervo, migração dos feitos digitalizados e realização de sessões contínuas nas áreas cível e criminal.

Outro aspecto positivo apontado foi a utilização dos sistemas eletrônicos para realização das sessões de julgamento, atendimento aos advogados e partes, além de facilitar reuniões entre os membros da equipe, dirimindo dúvidas e questões processuais, agilizando a prestação do serviço executado pela unidade de forma célere.

Uma dificuldade apontada foi a gestão de acervos com complexidades tão diversas (criminal e previdenciário/propriedade industrial) e, por isso, a necessidade da adoção de estratégias diferentes para cada um dos núcleos de atuação, o que poderia ser solucionado com separação regimental das competências atuais da unidade inspecionada.

Houve ênfase na necessidade da manutenção do teletrabalho implantado, inicialmente em razão da pandemia do Covid-19, mostrando-se responsável direto do aumento da produtividade e plena adaptação dos servidores da unidade inspecionada, com a melhora da prestação jurisdicional desempenhada, com economia de recursos, de tempo e deslocamentos, além de aumento da segurança pessoal dos servidores, sendo sugerida a possibilidade de aumento do percentual atualmente permitido pela Portaria da Presidência do TRF-2 (50%).

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 24.
- b) verificar regularmente eventuais erros de processamento no fluxo e pendências no sistema, quanto aos processos físicos digitalizados e migrados para o sistema eproc, e com relação aos processos de competência delegada pendentes de baixa definitiva.
- c) analisar a possibilidade de alteração regimental quanto às matérias atualmente afetas à competência da unidade, com especialização (e separação) das áreas criminal e previdenciária.

SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 2ª Turma Especializada

2.2 Competência

Causas de natureza previdenciária, criminal e propriedade intelectual.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Flavio Oliveira Lucas

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Marcello Granado até 8/4/2021; Desembargador Federal André Fontes de 8/4/2021 até 7/10/2021.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Flavia Munic Medeiros Pereira - analista judiciário/diretor de secretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|--|
| Servidores sem vínculo | 0 |
| Estagiários de nível médio | 0 |
| Estagiários de nível superior | 0 |
| Servidores efetivos | (13) Cláudia Francisco Caruso, Flávia Munic Medeiros Pereira, Guilherme Vieira Rego Costa, José Henrique de Souza, José Vicente Benevenuto, Luis Miguel Ramos Y Cerón, Luiz Rogério Silva de Lemos, Marcelo Stamile Racco, Pedro Mailto de Figueredo Lima, Sergio Ricardo Bessimo Madeira, Sônia de Oliveira Marques de Almeida, Thays Damazio Acaiabe, Wagner da Costa Gomes. |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|----|
| Publicação de acórdão/decisão | 19 |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | 0 |
| Análise/triagem | 0 |
| Juntada | 0 |
| Conclusão | 0 |
| Extraviados/por restaurar | 0 |
| Em carga com prazo vencido | 0 |
| Outros | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 4 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 388 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 392 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|-----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 34 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 258 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|----------------------------|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 6.833 |
| Pendentes de publicação | 17 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 01522502420154 (27/7/2021) |
| Média de dias do julgamento à publicação | 11.1 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 1.394 |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|----------------------------------|
| Total de publicações | 134 |
| Tempo médio | 2.3 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 4 |
| Pendentes de publicação | 2 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50366387420204025101 (27/1/2022) |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|-----|
| Há mais de 30 dias | 564 |
| Há mais de 60 dias | 746 |
| Há mais de 90 dias | 201 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 80 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Sessão de 27/7/2021: Ausência do Des. Federal Marcello Granado após às 15 horas, substituído pelo Juiz Federal convocado Fabio Souza. Sessão de 6/12/2021: Ausência do

Des. Federal Flavio Lucas.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

53 sessões realizadas nos últimos 12 meses.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. "Recomenda-se a verificação mensal dos processos sem movimentação e a manutenção do excelente trabalho."

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Além do controle automático feito pelo sistema em relação aos processos sem movimentação, também são realizados levantamentos periódicos para identificação de feitos nessa situação.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Prejudicado

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com a implantação do sistema eproc optou-se por dividir os processos entre os servidores observando-se o dígito final de seu número. Dessa forma, o servidor é responsável pelo acompanhamento do processo ao longo de toda sua tramitação no âmbito da secretaria, resultando em um processamento muito mais ágil e produtivo, em que pese não contarmos com a lotação completa. Por outro lado, ainda temos pendências decorrentes de inconsistências ocorridas por ocasião da migração (ver item 15) para o novo sistema.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Pedro Mailto de Figueredo Lima - Supervisor da Seção de Apoio; Flavia Munic Medeiros Pereira - Diretora da Subsecretaria.

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A Turma conta com 12 servidores, além da diretora, distribuídos em 4 Seções: Apoio, Coordenação e Julgamento, Procedimentos Diversos e Processamento. O processamento ordinário (intimações, remessa, vista, decurso, baixa etc) é realizado pelos servidores de acordo com o dígito final do processo. Dependendo de suas atividades no âmbito de sua respectiva Seção de lotação, pode ser responsável por um ou dois finais. Processamentos específicos (tais como julgamento, expedição, cumprimento de medidas, frequência, controle de expedientes administrativos etc.) são realizados no âmbito de cada Seção, de acordo com sua competência.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos trabalham em regime de teletrabalho conforme Resolução TRF2-RSP-2022/00013, que determina o trabalho remoto até 31/3/2022. Com a redução das medidas

restritivas ao trabalho presencial, será adotado o sistema de rodizio, com a presença de ao menos 30% da lotação trabalhando de forma presencial, nos termos da Resolução TRF2-RSP-2022/00002, de 7 de janeiro de 2022.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Neste momento o teletrabalho é integral.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas. Os servidores que trabalham no processamento ordinário de processos (tais como publicação, intimação, vista, remessa interna etc), são responsáveis pelo acompanhamento do processo de acordo com o dígito verificador. Dessa forma, em que pese não haver cota específica, o servidor é responsável pelo correto e tempestivo processamento dos feitos sob seus cuidados.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O sistema eproc possibilita a emissão de relatórios individuais, identificando a produtividade do servidor. Periodicamente é realizada pesquisa nos localizadores para checagem de processos fora do prazo ou pendentes de providências. Até a presente data não se observou processos parados injustificadamente. Destarte, não houve necessidade de qualquer providência pelo não cumprimento de cota.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Não há processos físicos. Os servidores são responsáveis por acompanhar diariamente os localizadores de entrada da Turma e, de acordo com o dígito de sua responsabilidade, dar seguimento ao feito. A meta é manter esses localizadores "zerados" ao final do dia.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Prejudicado

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

A turma não trabalha com acervo físico. Todavia, mantém a guarda de autos físicos digitalizados que não puderem ser devolvidos ao juízo de origem ou ao arquivo em virtude da pandemia. Estão guardados em armários e estantes para sua devolução tão logo haja o retorno ao trabalho presencial.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Todo o acervo tramita eletronicamente e o sistema obriga o servidor a "localizar" o processo em uma fase e com respectivo prazo. Desta forma, é possível gerar relatórios e levantamentos para checar a regular tramitação do feito.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Como indicado anteriormente, a distribuição dos processos é feita de acordo com o dígito verificador. Nos casos de procedimento específico, tais como julgamento, lançamento de resultado, expedição de mandado etc, o responsável pelo processo localiza o feito na seção competente para aquele encaminhamento específico.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Em regra esse controle é feito nos Gabinetes, tendo em vista que os processo em trâmite

na Turma contam com prazos específicos.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

É feito acompanhamento dos localizadores que não contam com contagem de prazo. Em regra esses localizadores tem se mantido "zerados" ou com número muito baixo. Todavia, localizamos nesta inspeção um elevado número de processos sem movimentação há mais de 90 e 120 dias. Verificamos, todavia, que são processos que se encontram nos gabinetes por ocasião da migração do sistema Apolo para o eproc mas, por uma inconsistência de sistema, foi realizada uma remessa automática para a turma, criando a equivocada informação de que estariam "parados" na secretaria. Já foi providenciada a regularização dos processos constantes do formulário de inspeção, e estamos diligenciando junto à STI para regularização dos demais.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

O atendimento é feito presencialmente (quando suspensas as restrições por conta da Covid-19), por telefone, balcão virtual e e-mail.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Essas remessas são feitas por meio de intimação eletrônica, havendo aviso automático do sistema quando ultrapassado o prazo sem manifestação.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Prejudicado. No processo eletrônico a petição é juntada pelo advogado.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

A secretaria não tem ingerência sobre processos conclusos aos gabinete, cabendo o controle acerca de pendências dessa natureza ao gabinete responsável pela declaração de voto ou pelo pedido de vista.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

A Turma intercala sessões virtuais e telepresenciais acerca do art. 942 do CPC com intervalo médio de dois meses entre elas.

21. A unidade possui plano de gestão?

A Subsecretaria da 2ª Turma não dispõe de plano de gestão.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | A unidade conta com um déficit de dois servidores na sua lotação. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho se encontra a contento, muito embora ainda estejamos nos adaptando à rotina de um novo sistema e às restrições da pandemia. |
| c) resultados | Nada obstante o déficit de pessoal e ao momento de adaptação ao sistema remoto, os resultados têm se apresentado superior ao período pré pandemia. |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Agilizar a tramitação do feito no âmbito da secretaria, e a conseqüente redução do acervo.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Incrementar o uso do processo eletrônico e estimular o trabalho remoto.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A adoção do trabalho remoto se mostrou uma eficiente ferramenta no aumento da produtividade, assim como a ampliação do alcance do processo eletrônico.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50037517720214020000 | 29/3/2021 | - |
| Observação/Providência: Julgado na sessão de 16/11/2021. Concluso ao relator em 13/2/2022 após juntada de notas taquigráficas. Aguardando retorno para publicar acórdão, já juntado aos autos. | | |
| 50114490820194020000 | 4/12/2019 | - |
| Observação/Providência: Processo com acórdão intimado em 13/2/2022. Aguardando decurso de prazo. | | |
| 50408978320184025101 | 27/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/12/2022. Aguardando publicação de acórdão. | | |
| 00022236420194020000 | 17/3/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar a conclusão. | | |
| 50116437120204020000 | 4/9/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: Processo transitado em julgado com tramitação reativada automaticamente. Aguardando apenas análise da TI acerca do problema para baixa definitiva. | | |
| 50142116020204020000 | 28/10/2020 | Mandado de Segurança |
| Observação/Providência: Processo transitado em julgado com tramitação reativada automaticamente. Aguardando apenas análise da TI acerca do problema para baixa definitiva. | | |
| 00159106520184025102 | 24/4/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 00003486920184029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: determinada a inclusão em pauta. | | |
| 01535365720174025104 | 20/9/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 00089915520144029999 | 14/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constas a conclusão. | | |
| 00002297920164029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |

| | | |
|--|-----------|-----------------------------|
| 00002699020184029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta virtual de 14/3/2022. | | |
| 08051553520074025101 | 3/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta da Sessão do dia 14/3/2022. | | |
| 01570905820174025117 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 01751402020164025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 08080653520074025101 | 3/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na Sessão Virtual de 7/3/2022. Aguardando decisão do relator acerca do pedido da parte para retirada de pauta virtual. | | |
| 00030801320194020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00212297220154029999 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 01709157420144025117 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 01183091520174025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 00078171120144029999 | 26/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 00001287120184029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 00000391420194029999 | 5/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 14/3/2022. | | |
| 00250234620184025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, no qual constou remessa dos autos para a Turma. Na verdade o processo se encontra acessível ao gabinete desde a migração. Realizada a conclusão para o gabinete em 17/2 para regularizar a localização dos autos virtuais. | | |
| 00003241220164029999 | 20/9/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência :Processo migrado do sistema Apolo para o eproc, com remessa automática para Turma. Na verdade o processo se encontra no Gabinete. Situação regularizada no sistema para constar corretamente a conclusão. | | |
| 50249638520184025101 | 5/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso aguardando julgamento do Tema 1102 do STF. | | |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Efetuada a suspensão em 15/5/2022 | | |
| 50508001120194025101 | 11/9/2019 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo recebido na secretaria em 15/2/2022 com despacho para remessa para o primeiro grau para processamento de embargos declaratórios não apreciados. | | |
| 00220551620184025110 | 12/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo suspenso aguardando decisão do Tema 1031. Aberta conclusão em 15/2/2020 tendo em vista a tese firmada pelo STJ. | | |
| 50061951420184025101 | 8/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão de 6/12/2021. Aguardando lançamento de resultado e publicação de acórdão | | |
| 00323889720174025001 | 7/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo suspenso aguardando definição do Tema 1031. Concluso em 15/2/2022 | | |
| 50000898620184029999 | 3/7/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com determinação de suspensão para aguardar decisão do STF sobre o tema 982. Realizada a suspensão em 15/2/2022. | | |
| 50015040720184029999 | 14/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo na Turma aguardando resposta de ofício enviado à vara de origem. Reiterado ofício em 22/2/2022 | | |
| 50006605720184029999 | 18/10/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgado em sessão ampliada (942) no dia 9/11/2021. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão | | |
| 50066516120184025101 | 4/12/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão de 6/12/2021. Aguardando lançamento de resultado e publicação de acórdão | | |
| 50005583520184029999 | 17/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na Sessão Virtual de 6/12/2021. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão | | |
| 50004691220184029999 | 11/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Determinada a inclusão em pauta virtual. Aguarda pauta disponível. | | |
| 50002266820184029999 | 24/10/2018 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo Julgado na Sessão Virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50000643920194029999 | 16/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50002531720194029999 | 5/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão | | |
| 01821508120174025101 | 5/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com despacho exarado em 4/12/2022, homologando acordo. Aguarda decurso de prazo para manifestação das partes. | | |
| 50004341820194029999 | 25/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50026452720194029999 | 4/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na Sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50010084120194029999 | 11/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo suspenso por 60 dias (até 11/3/2022) para habilitação de sucessores, em virtude do falecimento do autor. Efetuada a suspensão no sistema em 15/2/2022. | | |
| 50004737820204029999 | 19/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgado na Sessão de Virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50003869320184029999 | 16/10/2018 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo com prazo de 90 dias para manifestação do autor. Prazo com término previsto para 18/2/2022. | | |
| 50023984620194029999 | 6/9/2019 | Apelação |
| Providência:Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 00025427620174029999 | 5/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo recebido em 17/2/2022 com despacho para intimar parte acerca de manifestação do INSS contrária a habilitação de herdeiros. | | |
| 50015283520184029999 | 15/2/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50007093020204029999 | 29/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgado na Sessão Virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50083046420194025101 | 13/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo recebido em 24/1/2022 com pedido de inclusão em pauta. A ser incluído na próxima pauta. | | |
| 50001819320204029999 | 3/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50001983220204029999 | 5/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgado na Sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50006686320204029999 | 25/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Recebido em 25/1/2022 com pedido de inclusão em pauta. Aguardando próxima pauta disponível. | | |
| 50003152320204029999 | 27/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Recebido na turma em 26/1/2022 com pedido de dia pela relator. Aguarda pauta disponível para julgamento. | | |
| 50013311220204029999 | 1º/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e juntada de acórdão. | | |
| 50215142220184025101 | 22/10/2018 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo julgado na pauta virtual de 7/2/2022. Aguarda lançamento de resultado e publicação de acórdão. | | |
| 50021483720194020000 | 8/4/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Recebido em 26/1/2022 com pedido de dia pelo relator. Aguarda data disponível para inclusão em pauta. | | |
| 50098641820194020000 | 24/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/12/2021. Aguarda lançamento de resultado e publicação de acórdão. | | |
| 50002869420204020000 | 17/1/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo recebido em 6/12/2021 com pedido de dia pelo Relator. Concluso para o relator em 10/2/2022, a pedido. | | |

| | | |
|---|-----------|----------|
| 50016329020194029999 | 14/6/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado em 13/9/2021. Expedida intimação de acórdão em 7/1/2022. Aguarda transcurso de prazo para recurso. | | |
| 50004544320184029999 | 3/1/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Transitado em julgado e baixado à vara de origem em 4/2/2022. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 23 físicos, todos digitalizados e migrados do sistema Apolo para o eproc, e 37 eletrônicos.

Em relação aos feitos, não há recomendações a fazer, uma vez que houve o saneamento que cabia à Subsecretaria durante o período de inspeção, reclamando os atrasos ainda subsistentes a atuação dos gabinetes.

A Subsecretaria administra a realização de 4 a 6 sessões por mês, tendo havido 53, entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, sendo uma extraordinária e as demais ordinárias. Houve cancelamento de duas sessões no período, uma em virtude de ausência de processos e outra devido à agenda dos Desembargadores.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 60 processos inspecionados, nenhum permanecia com atraso na tramitação quando do encerramento da inspeção.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A Subsecretaria da Segunda Turma Especializada, hoje, é responsável pela tramitação dos feitos dos três gabinetes, tendo havido notícia da inserção de mais um gabinete, a partir do próximo mês e que será titulado por um juiz federal convocado, até que ultimada a ampliação do Tribunal, com a nomeação e posse dos novos desembargadores federais.

A unidade conta hoje com 13 (treze) servidores, sendo que a gestão é de responsabilidade da servidora Flavia Munic Medeiros Pereira.

A dinâmica de trabalho relatada é objetiva e prática. Houve distribuição do labor mediante estabelecimento de quatro seções, de Apoio, de Coordenação e Julgamento, de Procedimentos Diversos e de Processamento. Quando se trata da tramitação ordinária, a cada servidor foi atribuído um dígito, o último do processo, sendo que todos os feitos com esse final passam a ser por eles acompanhados. Excepcionalmente, a um servidor pode ser atribuído mais de um dígito, o que é eficiente para a consecução do trabalho,

aproveitando-se de forma mais adequada a competência daquele. A meta é que, ao final do dia, cada servidor tenha dado a devida movimentação aos processos que lhe foram atribuídos.

Foi possível aferir que a jornada exercida por meio de teletrabalho repercutiu significativa e positivamente na rotina da unidade que, nesse intervalo teve ainda os processos migrados do antigo sistema Apolo para o eproc. Foi narrada a boa recepção e rápida adaptação dos integrantes da equipe quanto ao novo sistema.

Dessa migração de sistemas Apolo para eproc emergiram algumas inconsistências nos processos em tramitação, como a indicação de estar a demanda sem movimentação há determinado tempo. Esses vícios, contudo, estão sendo saneados mediante diligências realizadas pela Subsecretaria junto aos gabinetes e inclusive perante a unidade de tecnologia da informação.

A Subsecretaria funciona de forma eficiente e satisfaz as demandas encaminhadas pelos gabinetes integrantes da Turma, considerada a força de trabalho hoje existente. Essa realidade pode ser ampliada mediante incremento do teletrabalho e, como vem ocorrendo, maior utilização do ferramental do eproc, mormente com a elaboração de previsões de resultados de julgamentos dos processos pautados, o que seria viável com a antecipada disponibilização dos votos pelos gabinetes.

Quanto às previsões de resultado, considerando-se existirem sessões – ordinárias – que contarão com a participação de quatro magistrados, sendo que apenas três votam nos processos, a disponibilização antecipada do voto permitirá seja elaborada essa relação de previsão de resultados, da qual um dos magistrados não participa. Logo, quanto aos processos, somente será alijado aquele em que sobrevier destaque de algum deles. Como consequência, o resultado da sessão poderá ser lançado, de forma automática, logo após o encerramento da sessão.

As sessões de julgamento são semanais, sendo virtuais as da primeira semana, a criminal, e a da segunda, previdenciária. Nas terceira e quarta semanas ocorrem, respectivamente, as sessões presenciais de previdenciário e de propriedade intelectual e de registros de marcas e patentes.

A dificuldade enfrentada pela unidade, que implica em certo atraso para lançamento dos resultados dos julgamentos, refere-se à inexistência de padrão nos dispositivos utilizados pelos gabinetes em seus votos, cada qual adotando uma forma, o que reclama uma conferência mais pormenorizada e dificulta inclusão em blocos pela Subsecretaria.

26. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a verificação mensal dos processos sem movimentação e empreender esforços para realizar o lançamento dos resultados dos julgamentos no menor tempo possível.

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal a 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 3ª Turma Especializada

2.2 Competência

Especializada em matéria tributária e recursos trabalhistas

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcus Abraham (desde 8/4/2021)

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho (4/4/2019 a 7/4/2021)

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Batista da Silva, Analista Judiciário

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|----|
| Servidores efetivos | 14 |
|---------------------|----|

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 7 |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | 0 |
| Análise/triagem | 0 |
| Juntada | 0 |
| Conclusão | 0 |
| Extraviados/por restaurar | 0 |
| Em carga com prazo vencido | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|-------|-----|
| Total | 754 |
|-------|-----|

| | |
|--|-----|
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 724 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 30 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 30 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 89 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|----------------------------------|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 5.841 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 6.2 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 695 |
| Pendentes de publicação | 3 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50122375120214020000 (26/1/2022) |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|----------------------------------|
| Total de publicações | 680 |
| Tempo médio | 1.2 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 8 |
| Pendentes de publicação | 4 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50064158120214020000 (31/1/2022) |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|---|
| Há mais de 30 dias | 0 |
| Há mais de 60 dias | 8 |
| Há mais de 90 dias | 1 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 0 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Dr. Theophilo Miguel: 19/1/2021 a 17/2/2021 (férias) Dra. Claudia Neiva: 21/1/2021 a 19/2/2021 (férias); 14/12/2021 a 17/12/2021 (compensação Plantão); 17/1/2022 a 17/3/2022 (férias) Dr. William Douglas: 25/1/2022 a 1º/2/2022 (férias).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

46 sessões da Terceira Turma Especializada / 10 sessões do quórum ampliado (Terceira Turma Especializada e Quarta Turma Especializada).

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

"Recomenda-se a verificação mensal dos processos sem movimentação e a manutenção do excelente trabalho." Inspeção ordinária de 2020.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O controle dos feitos sem movimentação é feito em pelo menos duas vezes ao mês através

de monitoramento de um localizador automatizado criado pela Subsecretaria, chamado "PROCESSOS PARADOS", o qual recebe todos os processos que estiverem sem movimentação há mais de 30 dias. Sendo verificado o atraso, o feito é prontamente movimentado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica, pois não há recomendação pendente.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Atualmente todos os processos que tramitavam no sistema Apolo foram migrados para o sistema eproc o que facilitou muito o trabalho, pois muitas tarefas deixaram de ser realizadas, como a juntada de petição (o próprio sistema junta e coloca o processo em um determinado localizador), desnecessidade de publicação no DJE (a intimação dos atos judiciais é feita de forma eletrônica) e etc. Desta forma pudemos realizar as tarefas cartorárias com mais rapidez e eficiência e ainda pudemos avocar tarefas que eram realizadas pelos Gabinetes dos Desembargadores, tais como a regularidade da autuação do processo, tempestividade dos recursos e exatidão das custas recursais, sendo tudo devidamente certificado, e, caso, haja necessidade de complementação das custas, a própria Serventia intima o recorrente a complementar as custas, através de ato ordinatório, sem a necessidade de abertura de conclusão ao Relator.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

José Batista da Silva

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A rotina de trabalho é dividida em 3 setores: i) SEÇÃO DE PROCESSAMENTO: intimação de decisão/despacho; malote digital e SIGA; atos ordinatórios; expedição de cartas precatórias e de ordem, ofícios, mandados, e editais; conferência das custas recursais; regularidade da autuação do processo, tempestividade do recurso; atendimento ao balcão em rodízio (presencial e virtual). Equipe composta por uma supervisora e três servidores; ii) SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS: intimação de acórdãos; atos ordinatórios; expedição de certidão de objeto e pé; conferência das custas recursais; regularidade da autuação do processo, tempestividade do recurso; verificação dos prazos vencidos; atendimento ao balcão em rodízio (presencial e virtual). É composto por uma supervisora e quatro servidores; iii) SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO: preparação da pauta, publicação e certificação da pauta, verificação dos impedimentos dos Magistrados; comunicação dos resultados dos julgamentos dos agravos de instrumento e conflitos de competência; expedição de carta precatória e carta de ordem para ciência dos acórdãos; publicação de atos administrativos e atos ordinatórios no DJE; atendimento ao balcão em rodízio (presencial e virtual); apoio durante as sessões. A seção é composta por um Supervisor e três servidores;

As sessões da Turma ocorrem de forma híbrida. São realizadas semanalmente de forma virtual, e nos processos com pedido de sustentação oral e preferência, a sessão é realizada de forma telepresencial (videoconferência) às terças-feiras.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não há.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Não se aplica.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não se aplica.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não se aplica.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Assim que o processo é distribuído, o mesmo é remetido automaticamente pelo sistema ao Gabinete do Relator. Para que seja feita a triagem inicial, o Gabinete do Relator encaminha o processo à Subsecretaria através de remessa própria e com o lembrete "TRIAGEM". O processo é remetido automaticamente para o localizador "TRIAGEM". A Supervisora da Seção de Processamento distribui os processos deste localizador para a mesa eletrônica dos 6 servidores que executam esta tarefa. São verificados a regularidade da autuação, a regularidade da representação das partes, a regularidade do pagamento das custas recursais e a tempestividade dos recursos. Após a certificação, o MPF é intimado para parecer, ou o processo é remetido à conclusão do Relator, caso não seja necessária a intervenção do MPF. Se houver custas complementares a serem recolhidas é feito um ato ordinatório para o recorrente. Não há processos físicos em tramitação.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Não se aplica.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Não se aplica.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O acervo processual é totalmente digital e tramita no sistema eproc, haja vista não termos processos físicos. Os processos são alocados em LOCALIZADORES levando-se em conta a fase em que se encontra, bem como há um localizador para a mesa de cada servidor. Os Supervisores monitoram os localizadores diariamente. As decisões urgentes, tais como antecipação dos efeitos da tutela recursal, atribuição de efeito suspensivo e liminar são comunicadas imediatamente. A rotina de certificação de trânsito em julgado e baixa dos processos é realizada pelo Diretor da Subsecretaria e pelas duas outras Supervisoras, tão logo haja o decurso de prazo. A Subsecretaria possui como meta apenas a relativa ao prazo de publicação, qual seja, 10 dias após o julgamento.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Os processos são distribuídos pelos Supervisores aos servidores da respectiva Seção de forma equânime, já que todos os servidores da respectiva Seção realizam a mesma tarefa.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Não há tratamento específico para feitos com prioridade legal visto que não há acúmulo de serviço na Serventia. A Subsecretaria possui como meta apenas a relativa ao prazo de publicação, qual seja, 10 dias após o julgamento.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle de processos sem movimentação é realizado pelo monitoramento de um localizador automatizado específico chamado "PROCESSOS PARADOS" que acusa os feitos parados há mais de 30 dias. Este controle é feito pelo próprio Diretor de Subsecretaria e/ou pela Supervisora da Seção de Processamento. O controle das cartas precatórias e de ordem expedidas sem cumprimento é feito semanalmente. Esgotado o prazo de 60 dias da expedição são cobradas informações sobre o cumprimento através de e-mail enviado aos Juízos deprecados e ordenados. Caso não haja o cumprimento é certificado nos autos e feito conclusão ao Magistrado.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

O atendimento às partes e advogados é realizado via telefone, balcão (presencial ou virtual), através de rodízio pelos servidores, e e-mail.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle de remessas de processos a outros órgãos ou setores, o Sistema eproc gera a certidão automaticamente e encaminha para o escaninho eletrônico "DECURSO DE PRAZO". Após, a Supervisora de Procedimentos Diversos distribui os processos entre os servidores.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

A juntada de petições é feita automaticamente pelo sistema, sendo o processo colocado automaticamente no localizador "PETIÇÕES". Desta forma, não há petições pendentes de juntada.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Para ter controle dos processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes, a Subsecretaria entra em contato com o gabinete seja através de mensagem pelo Whatsapp, telefone ou e-mail.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

As sessões do Colegiado Ampliado são realizadas uma vez por mês, em sessão virtual ou por videoconferência. As sessões são realizadas com os três Desembargadores Federais integrantes da 4ª Turma Especializada.

21. A unidade possui plano de gestão?

Não possui.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|----------------|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Não se aplica. |
| b) gestão do trabalho | Não se aplica. |
| c) resultados | Não se aplica. |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Não se aplica.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Não se aplica.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante a pandemia criamos um canal do Youtube onde foram disponibilizados diversos vídeos com tutoriais e dicas sobre as rotinas do sistema eproc, uma vez que por ser um sistema novo muitos servidores tinham dificuldade em utilizá-lo. Mesmo após o retorno ao trabalho presencial continuarei elaborando vídeos para este canal, pois se trata de uma boa ferramenta de consulta para os servidores. Outra iniciativa que poderia permanecer após o retorno das atividades presenciais é a possibilidade de trabalho remoto, ainda que através de rodízio entre os servidores, visto que tal iniciativa produziu excelentes resultados e serviria como forma de estímulo para os servidores, pois poderão aproveitar melhor o seu dia, sem os transtornos do transporte público, bem como com a possibilidade de almoçar com sua família, dentre outras vantagens.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50071310220194025102 | 25/6/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 1º/2/2022. Transitado em julgado e baixado em 10/2/2022. | | |
| 00016142820174029999 | 1º/2/2020 | Apelação |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 00000088120204020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 00040926220194020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 00008798220184020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 00041272220194020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 01359277020174025101 | 11/11/2020 | Apelação |

| | | |
|--|------------|--|
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. Processo em dia; | | |
| 00056958720054025101 | 30/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo encontra-se com erro na estatística. Após a migração do processo do sistema Apolo para o eproc ficou constando no acervo da Subsecretaria, mesmo estando os autos remetidos à conclusão do Magistrado. Foi aberto chamado à Seção de Informática para resolver o problema. | | |
| 00107301819974025001 | 24/5/2019 | Apelação |
| Observação: Processo estava no prazo para a apelante. Atualmente o processo se encontra com transito em julgado e baixado à origem em 3/2/2022. | | |
| 50028550520194020000 | 6/5/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo transitado em julgado e baixado em 15/2/2022. | | |
| 50229294020184025101 | 6/2/2019 | Apelação |
| Observação: Processo estava aguardando decurso de prazo. Transitado em julgado e baixado em 21/2/2022. | | |
| 50013784420184025120 | 14/11/2018 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 15/2/2022. | | |
| 00273168620184025101 | 18/12/2018 | Apelação |
| Observação: Processo estava concluso ao Magistrado. Julgamento realizado em 22/2/2022. | | |
| 50312376520184025101 | 14/8/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00158067120074025001 | 11/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 15/2/2022. | | |
| 00029396020184025001 | 23/1/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 1º/2/2022. | | |
| 00003794820094025103 | 9/2/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 02291931420174025101 | 6/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00674210820184025101 | 11/7/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 00021726620024025103 | 21/10/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 1º/2/2022. | | |
| 50023452420194025001 | 24/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 15/2/2022. | | |
| 50336364220194025001 | 25/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 15/2/2022. | | |
| 50006731220204020000 | 29/1/2020 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50138841820204020000 | 21/10/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Houve sobrestamento desde 10/2/2022: (X) em virtude de decisão do STF/STJ. | | |
| 50156778920204020000 | 1º/12/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo foi julgado em 22/2/2022. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta ao sistema eproc. Todos os processos do acervo da Subsecretaria da 3ª turma são virtuais e tramitam no sistema eproc.

Não há recomendações dentre os processos selecionados.

A Subsecretaria administra a realização de cinco sessões por mês, sendo quatro sessões ordinárias e uma sessão do Colegiado Ampliado, que cuida do julgamento dos processos em que há voto divergente. O Colegiado Ampliado conta com a participação dos três Desembargadores Federais que compõem a Turma e mais dois Desembargadores Federais de outra Turma, preferencialmente, da mesma especialidade. Foram realizadas 55 sessões entre abril/2020 a março/2021, 42 ordinárias e 13 do Colegiado Ampliado. Nesse período, não houve cancelamento de sessões. No período seguinte, abril/2021 a março/2022, foram realizadas 53 sessões, sendo 42 ordinárias e 11 do Colégio Ampliado.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 25 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

O Diretor esclareceu que os sete processos parados, entre 30 e 60 dias, estão aguardando cumprimento de carta precatória. Ressalta, já foram realizadas diligências junto ao juízo deprecado acerca do cumprimento das referidas cartas precatórias.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor José Batista da Silva oportunidade em que houve explanação sobre a competência e as rotinas e fluxos de trabalho adotados pela subsecretaria.

A competência da 3ª Turma é de matéria Tributária e recursos trabalhistas.

O Diretor informou que a equipe é composta por 14 servidores, sendo que um está cedido temporariamente para o Gabinete do Desembargador Marcos Abraham.

A gestão de pessoal não mantém um plano de incentivos formal ao servidor. No entanto, o Diretor informou acreditar na importância de manter a equipe estimulada, mas que ainda não buscou manter diálogo com o Desembargador Presidente para estabelecer um plano de estímulo. No momento, mantém o sistema de rodízio teletrabalho/presencial como forma de reconhecimento ao compromisso demonstrado pelo servidor com o trabalho e em vista da redução do acervo durante a pandemia. Não há servidores em teletrabalho formal.

O Diretor relatou que as dificuldades para o treinamento da equipe para uso do sistema eproc foram vencidas com a elaboração, pelo Diretor, de pequenos vídeos tutoriais publicados em seu canal do Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCsspZV51q1goZGhkwbztN4A/videos>).

A Subsecretaria está dividida em 3 Seções (Seção de Processamento, Seção de Procedimentos Diversos e Seção de Coordenação e Julgamento), sendo o Diretor responsável pessoalmente pela elaboração das pautas, anúncio de resultados de julgamento e do controle de prazos. Os setores fazem o acompanhamento diário dos processos sob sua responsabilidade usando localizadores específicos do eproc. Nas seções não há divisão específica de tarefas entre os servidores, assim o trabalho é distribuído de forma equânime caracterizando a descentralização dos serviços. O atendimento ao balcão (presencial/virtual) é feito por meio de rodízio.

O Diretor faz a gestão dos processos utilizando os localizadores do sistema eproc. Na entrevista, ressaltou que a automatização das tarefas pelo eproc, facilitou o controle interno da movimentação processual. A inserção de localizadores automáticos sinaliza o decurso de prazo, a juntada de petições o que permite a análise imediata dos processos. O controle dos localizadores é feito semanalmente pelo Diretor e prescinde do uso de relatórios externos ao sistema.

A unidade não adota um plano de gestão formal para o controle de processos. Entretanto, foi verificada a existência de metas comuns como a diminuição do acervo, a movimentação dos processos a cada 30 dias, a análise e movimentação imediata de processos urgentes ou com prioridade legal/meta CNJ e a publicação de atos processuais em no máximo 10 dias.

A automatização de tarefas permitiu o redirecionamento dos servidores para realização de outras atividades. Assim, o Diretor diligenciou, junto ao Presidente da Turma, a delegação de algumas atribuições afetas aos gabinetes para realização pelos servidores da secretaria. A Portaria TRF2-POR-2021/00019, de 25/8/2021, formalizou a delegação da triagem inicial dos processos à Subsecretaria da 3ª Turma. A triagem constitui nas análises (1) da regularidade do recolhimento de custas processuais e seus atos posteriores e (2) da tempestividade do recurso, e (3) da avaliação da autuação, com a conferência das partes e advogados cadastrados. Seis servidores realizam a análise da regularidade da autuação do processo, cuja distribuição diária é de aproximadamente 3 processos/servidor/dia. Após a análise da regularidade da autuação e/ou eventual saneamento, os processos são encaminhados à conclusão.

Em vista dessa informação, o Diretor sugere uma inversão no fluxo, para que os processos sejam remetidos inicialmente para Subsecretaria e, após o saneamento inicial, encaminhados para conclusão nos gabinetes.

À Subsecretaria foram delegados poderes por meio de portaria institucional para praticar atos meramente ordinatórios, tais como vista para contrarrazões, regularização de recolhimento de custas processuais e ciência ao Ministério Público.

Os erros de migração do Apolo para o eproc identificados no momento da autoinspeção foram solucionados após a abertura de ordem de serviço para a informática.

As sessões da Turma ocorrem de forma híbrida semanalmente. Já nos processos com pedido de sustentação oral e preferência, a sessão é realizada de forma telepresencial (videoconferência) às terças-feiras. A Sessão de Colegiado Ampliado são realizadas mensalmente.

26. RECOMENDAÇÕES

A partir dos parâmetros de análise do Conselho da Justiça Federal, das respostas e documentos apresentados à equipe de inspeção, denotando o bom desempenho da unidade e a adequada organização gerencial das atividades desempenhadas, não há recomendações específicas a serem feitas.

No entanto, observo que, após a automatização de diversas tarefas pelo sistema eproc, é essencial proceder à reestruturação organizacional das subsecretarias das turmas a fim de racionalizar as funções e as atribuições administrativas promovendo o agrupamento de unidades que desempenhem atividades similares e conexas, otimizando o uso da força de trabalho existente.

No mais, esta equipe de inspeção sugere a implantação de política de recompensas vinculadas às metas conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Quarta Turma Especializada

2.2 Competência

Matéria Tributária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadores Federais Ferreira Neves e Leticia Mello.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Eliane Lima Cavalcanti - diretora da subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|------|
| Servidores efetivos | 12 |
| Servidores sem vínculo | zero |
| Estagiários de nível médio | zero |
| Estagiários de nível superior | zero |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|--|
| Publicação de acórdão/decisão | 5 - (processos com decisões em 30 ou 31/1 e intimação no dia seguinte ou seguintes já constam como diligências...) |
| Extraviados/por restaurar | 1: 00091734520014025101 processo extraviado. Restauração 0100061-36.2021.4.02.0000, no prazo das partes. |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | zero |

| | |
|----------------------------|------|
| Análise/triagem | zero |
| Juntada | zero |
| Conclusão | zero |
| Em carga com prazo vencido | zero |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 581 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 556 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 4 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|------|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 30 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 146 |
| Total de feitos não regularizados | zero |
| Total de feitos não regularizados | zero |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|-------|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 6.486 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 10,7 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 1.929 |
| Pendentes de publicação | zero |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | zero |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|--|
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 01285014620134025101 desde 30/1/2022. Despacho 30/1. Intimação em 7/2/22 |
| Total de publicações | 664 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 9 |
| Pendentes de publicação | 5 |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|--|
| Há mais de 30 dias | 406 |
| Há mais de 60 dias | 206 |
| Há mais de 90 dias | 3: 00113639120184025001 e 00166964920174025101 reativado pela vara - devolução de prazo/petição e 50118004420204020000 aguarda retorno de AR |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 05887314819004025101 13/1/2020 00193992620124025101 13/1/2020 00058228020094025102 14/9/2020 00003341220184020000 25/9/2020 00021384920174020000 25/9/2020 00013388420184020000 25/9/2020 00011534620184020000 25/9/2020 00003339020194020000 25/9/2020 00076008420174020000 25/9/2020 00015888320194020000 25/9/2020 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargadora Leticia Mello - Jan/2021 a 21/9/2021 - afastamento p/ curso mestrado (TRF2-PTP-2020/00330) Desembargador Ferreira Neves 14/6/2021 - 13/7/2021 - férias (TRF2-ATP-2021/00239) 23/9/2021 - 12/10/2021 - férias (TRF2-PTP-2021/00358) 14/12/2021 - 16/12/2021 - compensação de plantão (TRF2-OFI-2021/07079) Juiz Federal Firly Nascimento Filho 1º/6/2021 - 30/6/2021 – férias.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

73

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: Recomenda-se a verificação mensal dos processos sem movimentação.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Ao encontrar algum processo sem movimentação, entramos em contato com os gabinetes. Se a demora aparentemente se dá na turma, os diversos localizadores são examinados para verificar se há algum atraso. Com a prerrogativa da contagem em dobro da Fazenda Pública, muitos processos demoram a ter movimentação.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há medidas a informar.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

No eproc a distribuição dos processos é feita pelos advogados. Quando mandam e-mail pedindo que o processo vá à conclusão, lhes é explicado a dinâmica do eproc. Os gabinetes por vezes lançam o despacho e fazem as intimações e o controle dos prazos ficam com eles próprios. Quando os autos vem para a turma, é esta quem controla os prazos. A turma tem Portaria que acelerou o processo do trabalho ao permitir que se dê vista à parte contrária, mediante intimação, para apresentar contrarrazões ou abrir vista para parecer do MPF. O atendimento ao público é pelo balcão virtual (zoom) onde há o compartilhamento de tela com os advogados para esclarecer algo. A maior parte dos advogados prefere atendimento via e-mail. As sessões por vídeo são agendadas perto da data. Tão logo o processo esteja em pauta, os advogados pedem preferência de julgamento. A lista dos pedidos encaminhada para os magistrados. Uma excelente prática são os grupos de trabalho no whatsapp onde são trocadas experiências.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Eliane Lima Cavalcanti

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

Seção de PROCESSAMENTO: certidões de objeto e pé; atos para contrarrazões de ED e

Ag.Interno; processamento de RE e RESP e remessa dos autos para admissibilidade da Vice Presidência; retificação de autuação; juntada dos ofícios instrutórios dos agravos; anota penhora no autos; informações em processos; outras atribuições da seção. PROCEDIMENTOS: intimações de despachos; expedição de ofícios, mandados, cartas de ordem, editais de citação; publicações no diário; sobrestamentos dos processos; baixa dos processos com decisão terminativa; informações em processos; outras atribuições. JULGAMENTO: montam o cronograma e as pautas de julgamentos; verificam impedimentos; encaminham as pautas/atas para os gabinetes e outros setores; lançam resultados de julgamento; publicam acórdãos; fazem as intimações dos acórdãos; lançam o Trânsito em julgado e remetem os autos para baixa/arquivo; redistribuem processos; solicitam as transcrições dos julgamentos. informações para os relatores.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a pandemia, o regime de teletrabalho é para todos. Houve um retorno presencial sob o sistema de rodízio de servidores. Mas com o recrudescimento da pandemia, ficou suspenso o trabalho presencial.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Como estão todos em regime de teletrabalho, não há cotas fixadas e os processos são incluídos nos localizadores dos servidores conforme a sua atribuição.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Apesar de não haver cotas fixadas, o eproc permite verificar o acesso do usuário. Ele mostra quantas vezes o servidor acessou o sistema. Mas não é satisfatório fazer o controle dessa maneira. O controle que parece melhor é pelo localizador do servidor, onde estão os processos que lhes compete. Caso ele não tenha acessado o sistema, ou não tenha movimentado os processos sob sua responsabilidade, é alertado por mensagem no whatsapp ou no próprio balcão virtual, onde ocorre reuniões ocasionais.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Os processos são distribuídos pelos advogados com a petição. E ficam localizados nos gabinetes. Somente com a remessa destes para a turma são separados por providência a ser tomada por cada uma das seções.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Não há processos físicos para movimentar.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Os processos físicos que se encontram na turma aguardam o momento de serem remetidos para a origem pelo setor de protocolo. A localização é visualizada no antigo Apolo, por número de estante. Somente usado quando é necessário verificar a digitalização de alguma peça.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Cada servidor responsável por um localizador verifica semanalmente se há algum processo

que já possa ser movimentado. A movimentação pode ser feita por blocos. E o controle é pela data do respectivo decurso de prazo do processo. Então em um localizador com determinada data estão os processos que em bloco foram remetidos para intimação. E o sistema de fechamento de prazos dá o decurso para todos na mesma data. Processos remetidos para outros órgãos não atendidos pelo eproc, aguardam o decurso "manual" do prazo. E quanto às prioridades legais já vem na capa do processo no eproc e os gabinetes separam esses processos para decisão ou inclusão em pauta.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

De acordo com a atribuição de cada servidor de cada seção, o processo é colocado no localizador próprio, para posterior processamento do feito. E há rodízio de atendimento no balcão virtual de modo que sempre haja dois servidores no atendimento. Os processos de competência exclusiva da diretora, são a ela encaminhados, tais como dar permissão em sigilo, pedido de certidão, entre outros.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Quando chega na Subsecretaria algum processo com anotação (feita pelo eproc) de prioridade, se for para contrarrazoar recurso ou abrir vista, é acrescentado no ato ordinatório que é um processo com prioridade, somente para alertar. Ou caso o advogado avise que determinado processo no gabinete tem prioridade e parece não ter sido observada. Assim é contactado o gabinete para providências.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há um relatório no eproc e há também a consulta ao portal de estatística. É mais efetivo o controle feito pelo servidor quanto aos processos de sua seção. Semanalmente é feita essa consulta nos localizadores. Cada processo fica no localizador para uma movimentação específica. Exemplo: processo com edital para publicar, no localizador EDITAL PARA EXPEDIR. Depois de feito, muda para EDITAL EXPEDIDO. E o localizador anterior fica zerado.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Com a pandemia o atendimento é feito via balcão virtual. Pode ser compartilhada a tela do processo com o advogado que tenha alguma dúvida quanto a sua intimação. E há também os que consideram melhor o atendimento via e-mail. As respostas costumam ser no mesmo dia.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O próprio sistema encerra o prazo da entidade e, então, o processo entra no localizador de Decurso de Prazo. E, semanalmente, é feita uma conferência nos localizadores de prazo, verificando os mais antigos, a fim de que nada fique parado. Os processos que as intimações não são feitas pelo eproc, aguardam o retorno do decurso deste prazo em um localizador específico.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições são trabalhadas no mesmo dia, pois o eproc coloca os autos em loc. Virtual específico. Local Virtual do Sistema.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com

pedido de vista nos gabinetes?

A seção de julgamento tem anotado essas pendências. Também é feita uma verificação pelo portal de estatística.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

Quando o processo está pronto para julgamento (voto do relator e voto divergente), a subsecretaria o inclui na pauta da sessão virtual. Havendo oposição à forma de julgamento, após o despacho do relator, retira-se dessa pauta e a subsecretaria o inclui na sessão subsequente (telepresencial). As sessões se alternam: em um mês se realiza virtualmente. No mês seguinte: por vídeo conferência.

21. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão é mais concentrado no acervo. Há o controle pelo portal de estatística ou os relatórios do eproc. O plano se concentra na tentativa de sempre procurar baixar os números de processos em tramitação. Mas a questão dos prazos não agiliza essa baixa, por conta de diversas situações como a prerrogativa da Fazenda Pública quanto aos prazos, os processos cujas intimações são pelos correios ou malote digital. A gestão do acervo pode ser acelerada pela automatização dos localizadores. Regras são criadas usando os localizadores que possuem a opção automatizar localizadores. O comportamento do localizador se dará conforme a regra estabelecida, podendo retirar o localizador indicado no campo REMOVER (localizador em que o processo se encontra no momento da regra) e substituir pelo indicado no campo INCLUIR. Com essa automatização o processo se movimenta independentemente de ação do servidor.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Os servidores estão utilizando seus próprios equipamentos em casa. E o uso de material adquirido por conta própria. Uso de energia elétrica (ar condicionado); uso da internet (custos com aumento da velocidade de conexão) também por conta própria. Quase todos compraram cadeira de escritório. |
| b) gestão do trabalho | O controle do acervo com a automatização dos localizadores. O comportamento do localizador se dará conforme a regra estabelecida, podendo retirar o localizador indicado no campo REMOVER (localizador em que o processo se encontra) e substituir pelo indicado no campo INCLUIR. São inúmeras as regras e ainda não usamos todas que o sistema permite. |
| c) resultados | descrita no item 21 |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Tornar possível a baixa dos processos tão logo os prazos estejam fechados.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A gestão do acervo pode ser feita pela automatização dos localizadores. Regras são criadas usando os localizadores que possuem a opção automatizar localizadores e com

elas controlar os processos. A opção apenas para o perfil diretor de secretaria, para evitar regras conflitantes. O comportamento do localizador se dará conforme a regra estabelecida, podendo retirar o localizador indicado no campo REMOVER (localizador em que o processo se encontra no momento da regra) e substituir pelo indicado no campo INCLUIR. São inúmeras as regras e ainda não usamos todas que o sistema permite. A maior parte parece apresentar uma relação específica com o tipo de trabalho das varas federais. Outro dado para gerir é a falta de interação com os servidores, uma vez que não há o contato presencial, ele se dá pelos grupos whatsapp e as informações adquiridas por outros grupos são repassadas a todos, a fim de evitar o chamado retrabalho e o acervo ser trabalhado da mesma maneira por todos.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho remoto tem sido positivo quanto à questão da produtividade. Às vezes até aumentando. O processo eletrônico pode ser acessado e processado de qualquer lugar com internet. E o deslocamento dos servidores torna-se desnecessário para cumprir este labor. O atendimento aos advogados pelo balcão virtual é positivo, embora haja muitos advogados que preferem usar o e-mail. Onde também são prontamente atendidos. Mas a maior parte das dúvidas podem ser tiradas consultando o processo eletrônico. E quando ainda persistem, entram em contato com a Subsecretaria. Mas é bom acrescentar que dificuldades existem, como as de ordem operacional (equipamentos/mobiliário inadequados, ou ainda a ocasional falta de energia elétrica; ou a instabilidade na internet e o aumento da conta da energia elétrica do servidor). A questão do distanciamento físico (o distanciamento social entre os servidores) é minimizada com o uso do aplicativo WhatsApp, onde são feitas reuniões diárias.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 01492244720174025101 | 4/11/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. Processo na pauta virtual do dia 22/2/2022. | | |
| 50025361520194025116 | 20/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. Pauta virtual do dia 22/2/2022. | | |
| 50111612920184025001 | 12/3/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 15/2/22, sessão virtual. Conclusão para acórdão em 23/2/22. | | |
| 05887314819004025101 | 15/2/2019 | Apelação |
| Observação: No gabinete com despacho de 13/1/2020. Reativado movimento. Processo foi julgado em 27/8/2019. | | |
| 00193992620124025101 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação: No gabinete - reativado em 22/11/2019. Despacho para baixar o processo em 13/1/2020. | | |
| 00058228020094025102 | 11/9/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi: declaração ou () juízo de retratação. Gabinete avisado sobre o andamento. | | |
| 00011534620184020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde 30/4/2019. E-mail encaminhado ao GABA. | | |
| 00101056620064025001 | 23/8/2020 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; com o fim da convocação do juiz federal foram os autos conclusos para o desembargador em 22/7/2019. Gabinete avisado. | | |
| 05083918720154025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Na Turma em 16/2 com despacho proferido em 5/10/2020. Prazos abertos. Processo em dia. | | |
| 00124397320064025001 | 19/8/2020 | Apelação |
| Observação: Houve: () redistribuição ao atual relator em 8/1/2020. Juntada do parecer MPF em 27/11/2020. Gabinete avisado da situação do processo. | | |
| 01053794220154025001 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: No gabinete - reativado por despacho no originário por conta da nulidade arguida. Processo em dia. | | |
| 50105563120194025104 | 9/7/2020 | Apelação |
| Observação: No gabinete - reativado em 19/4/2021 para julgamento apelação evento 13 do originário Processo foi julgado em 24/8/2020. | | |
| 50033143920194025001 | 6/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Reativado pela vara em 3/7/2020. Despacho do juiz evento 46. Processo foi julgado em 30/3/2020. | | |
| 02050488820174025101 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Com ED para incluir em julgamento. Aguarda exame de embargos de declaração desde 3/4/2019. | | |
| 50220319020194025101 | 22/10/2020 | Apelação |
| Observação: No gabinete - reativado em 27/7/2021 para julgamento apelação evento 60. Processo foi julgado em 7/12/2020. | | |
| 02172032620174025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: Aguarda exame de embargos de declaração desde 28/5/2020. | | |
| 00713981320154025101 | 24/11/2020 | Apelação |
| Observação: Processo reativado em 27/7/2021 para novo julgamento. No gabinete com manifestação MP 19/9/21. Processo em dia. | | |
| 00091734520014025101 | 22/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular; Processo extraviado. Na mesa da diretora aguardando o julgamento da restauração 0100061-36.2021.4.02.0000 | | |
| 02073075620174025101 | 20/9/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Localizado no gabinete. Retornou para julgamento da apelação. | | |
| 00113639120184025001 | 5/12/2019 | Apelação |
| Observação: Processo retornou da vara diante do pedido de devolução de prazo. Gabinete avisado. | | |
| 00166964920174025101 | 20/9/2020 | Apelação |
| Observação: No gabinete. Processo remetido ao tribunal para análise do pedido do advogado em 08/11/2021 Processo em dia. | | |
| 01000613620214020000 | 12/6/2021 | Restauração de Autos |
| Observação: Processo em dia: Restauração de autos. No prazo para as partes apresentarem as cópias que estiverem em seu poder. | | |
| 50099375620184025001 | 15/1/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Incluído na pauta virtual de 14/2/2022. | | |
| 00111281520184025102 | 25/4/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 14/2/2022. Conclusos para acórdão em 23/2/22. | | |
| 50098222620184025101 | 7/11/2018 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; Processo foi julgado em 14/2/22. | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| 50044345720194025118 | 16/8/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 16/11/2021. Concluso em face do mandado negativo da intimação do acórdão. | | |
| 50637964120194025101 | 19/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; conclusão para o acórdão em 21/2/2022 ED julgado em 14/2/2022. | | |
| 50556102920194025101 | 17/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: ED julgado em 16/2/2022. Conclusão para acórdão em 17/2/22. Processo em dia. | | |
| 50944978220194025101 | 22/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Retirado da pauta virtual de 14/2/2022 com despacho. No prazo das intimações do despacho, 9/2/2022. Após, conclusão para inclusão em pauta. | | |
| 50065361520194025001 | 23/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. Na turma, prazo das intimações. | | |
| 50029668620184025120 | 3/4/2019 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. No prazo da intimação do acórdão. Processo em dia. | | |
| 50288308620184025101 | 13/5/2019 | Apelação |
| Observação: Intimação do acórdão - prazo inicial 16/2/2022. ED foi julgado em 8/2/2022. | | |
| 50211221420204025101 | 22/7/2020 | Apelação |
| Observação: Prazo inicial das intimações 16/2/2022 - ED julgado em 8/2/2022. | | |
| 50047317020194025116 | 13/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. Incluído na pauta virtual de 15/2/2022. | | |
| 50344726920204025101 | 20/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. ED julgado na pauta virtual do quórum ampliado de 14/2/2022. Processo em dia. Concluso para acórdão 21/2. | | |
| 50545849320194025101 | 13/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia; ED julgado em 14/2/22. Conclusão para acórdão 21/2/22. | | |
| 50073161820204025001 | 24/7/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo em dia. Inclusão na pauta do dia virtual do quorum ampliado do dia 14/2/2022. | | |
| 50088742720194020000 | 1º/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Baixa definitiva em 8/2/22. Processo foi julgado em 11/11/2021. | | |
| 50124049620184025101 | 30/11/2018 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 16/2/22. Conclusão para vista em 22/2/22. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 39 eletrônicos e nenhum físico.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Lançar fase de conclusão ao relator, no prazo de 30 dias, ainda que para isso seja necessária prévia remessa do gabinete à Secretaria:

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00011534620184020000 | 00101056620064025001 | 00124397320064025001 |
| 01053794220154025001 | 50105563120194025104 | 50033143920194025001 |
| 02050488820174025101 | 02050488820174025101 | 02172032620174025101 |
| 00713981320154025101 | 02073075620174025101 | 00113639120184025001 |
| 00166964920174025101 | | |

A Subsecretaria administra a realização de seis sessões por mês, em média (quatro virtuais e duas telepresenciais/por videoconferência), tendo havido, entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, 73 sessões, todas ordinárias. Houve cancelamento de duas sessões no período em virtude de atos da Presidência do Tribunal, conforme descrito a seguir:

a) A sessão virtual com início previsto para 5/4/2021 foi cancelada em virtude da Portaria TRF2-PTP-2021/00122, que suspendeu o expediente em função da Pandemia de Covid-19 e da Lei n. 9.224, de 24 de março de 2021, do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu como feriados os dias 26 e 31 de março e 1º de abril de 2021, bem como antecipou os feriados de 21 e 23 de abril, para os dias 29 e 30 de março de 2021;

b) A Sessão de Julgamentos por Videoconferência apazada para 6/4/2021 foi cancelada em virtude da Portaria TRF2-PTP-2021/00126 que alterou a portaria acima, com a suspensão dos prazos processuais no período compreendido entre os dias 26 de março e 4 de abril de 2021.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente.

O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 39 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Sra. Eliane Lima Cavalcanti, Diretora da unidade, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A unidade divide-se em três seções (processamento, procedimentos diversos e coordenação e julgamento), cujas atribuições estão descritas no item 8 deste relatório, contando com quatro servidores cada seção.

No total, são 12 servidores efetivos, sendo que a lotação prevista é de 16 servidores.

Foi relatado que a unidade perdeu uma função comissionada em face da recente reestruturação do Tribunal.

À exceção da Diretora, que está trabalhando em sistema híbrido, os servidores da Secretaria, atualmente, desempenham suas atividades de forma remota, em virtude de obras no andar onde se localiza a unidade.

Como forma de manter o vínculo entre os servidores e a troca de informações, a unidade vem realizando reuniões periódicas com os seus servidores via WhatsApp.

A Diretora de Secretaria informou que, assim que finalizadas as obras, o que deve ocorrer em breve, será definido o rodízio de servidores para o trabalho presencial.

Embora não haja estipulação de metas individuais de desempenho, a unidade trabalha com as seguintes metas permanentes:

- a) não deixar acumular intimações de despachos e acórdãos, as quais são efetuadas tão logo o processo é recebido na unidade; e
- b) lançar o resultado do julgamento no eproc assim que encerrada a sessão de julgamento.

Esta equipe de inspeção observou que, de fato, ambas as metas são atingidas com êxito pela unidade.

O atendimento a advogados tem sido realizado por meios eletrônicos e em sistema de rodízio entre os servidores, especialmente por meio do balcão virtual, cuja utilização foi objeto de avaliação positiva pela Diretora.

As intimações para contrarrazões em embargos de declaração e para parecer do Ministério Público Federal são realizadas diretamente pela Secretaria, via ato ordinatório, sem necessidade de despacho do Relator, conforme autorizado em ato regulamentar, o que merece destaque, uma vez que visa a propiciar a célere tramitação dos feitos.

Esta equipe de inspeção observou que esse objetivo tem sido alcançado com sucesso, considerando que não foram verificados atrasos nessas intimações.

A unidade tem realizado o controle periódico de feitos sem movimentação e, uma vez identificado algum processo nessa situação, efetua o contato com o Gabinete do respectivo Relator, por e-mail, comunicando-lhe da pendência.

Esta equipe de inspeção identificou, nos processos inspecionados, situações em que essa forma de comunicação não se mostrou suficiente para impulsionar o prosseguimento do feito, especialmente nos casos de feitos migrados do sistema Apolo para o eproc e de processos remetidos ao Tribunal para novo julgamento ou com cancelamento de baixa pelo primeiro grau.

Em virtude disso, recomenda-se à Subsecretaria lançar fase de conclusão ao Relator nesses processos (listados no item 24 deste relatório).

26. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 24;
- b) Verificar, mensalmente, os processos sem movimentação há mais de 30 dias e dar-lhes encaminhamento;
- c) Verificar, mensalmente, os processos que retornam do primeiro grau com fase de reativação/novo julgamento ou cancelamento de baixa, e dar-lhes encaminhamento;

d) Manter a rotina de reuniões periódicas com os servidores por meio virtual, enquanto perdurar a limitação de servidores em trabalho presencial;

e) Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário.

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 5ª Turma Especializada (SUB5TESP).

2.2 Competência

Matérias administrativas e as referentes aos Conselhos Profissionais, bem como as que não estiverem compreendidas na competência das outras Turmas.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Alcides Martins Riberio Filho (4/2019 a 4/2021).

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luciane Moretti de Mattos, técnico judiciário, início da inspeção: 14/2/2022.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 13 |
| Estagiários de nível superior | 1 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 4 |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | 0 |
| Análise/triagem | 0 |
| Juntada | 0 |
| Conclusão | 0 |
| Extraviados/por restaurar | 0 |
| Em carga com prazo vencido | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 594 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 578 |

| | |
|---|----|
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 16 |
|---|----|

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|--|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 17 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 143 |
| Total de feitos não regularizados | 1 0018876020194020000 (aguardando designada pelo Relator) audiência de conciliação |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|---|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 9.538 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 5,7 |
| Pendentes de publicação | 4 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50148929320214020000 (25/11/2021) - partes intimadas eletronicamente em 11/2/2022 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 861 |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|-----|
| Total de publicações | 446 |
| Tempo médio | 2,2 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 8 |
| Pendentes de publicação | 0 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 0 |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--------------------|-----|
| Há mais de 30 dias | 591 |
| Há mais de 60 dias | 734 |
| Há mais de 90 dias | 9 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Ano 2021: 18/5, 19/5, 26/5, 1º/6, 2/6, 8/6, 10/6, 15/6, 22/6, 29/6, 6/7, 7/7 - férias Des. Fed. Alcides Martins; 3/8 - compensação de plantão Des. Fed. Aluisio Mendes (TRF2-OFI-2021/06057 e TRF2-DES-2021/26676); 14/9 - por motivo de saúde Des. Fed. Aluisio Mendes (TRF2-PTP-2021/00371); 9/11 - compensação de plantão Des. Fed. Aluisio Mendes (TRF2-OFI-2021/08499 e TRF2-DES-2021/39291) e Des. Fed. Ricardo Perlingeiro (TRF2-OFI-2021/07653 e TRF2-DES-2021/34753); 23/11, 30/11, 2/12, 9/12, 15/12 - licença médica Des. Fed. Alcides Martins (TRF2-ATP-2021/00498); 9/12 - compensação de plantão Des. Fed. Aluisio Mendes (TRF2-OFI-2021/09205 e TRF2-DES-2021/43010), 15/12 - compensação de plantão Des. Fed. Aluisio Mendes (TRF2-OFI-2021/09430 TRF2-DES-2021/44463). Ano 2022: 26/1 e 27/1 - licença médica Des. Fed. Alcides Martins (TRF2-ATP-2021/00498).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Sessões de julgamento realizadas: 60 (1º/2/2021 até 31/1/2022), sendo que, em 2021, foram 12 sessões por videoconferência; 35 sessões virtuais; 4 sessões extraordinárias; 2

sessões (art. 942 CPC) por videoconferência; cinco sessões (art. 942 CPC) virtuais e, em 2022, uma sessão virtual e uma sessão (art. 942 CPC) virtual. Sessões canceladas: duas - sessão (art. 942) por videoconferência de 30/3/2021 (TRF2-PTP-2021/00122, de 24/3/2021, alterada pela Portaria n. PTP-2021/00126, de 25/3/2021, que suspendeu o expediente do TRF2ª Região e da SJRJ, no período de 26/3 a 4/4/2021) e sessão (art. 942 CPC) por videoconferência de 18/11/2021 por falta de quórum.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Em geral, a unidade tem funcionamento adequado, apesar de enfrentar alguma dificuldade na transição dos sistemas eletrônicos. Com a completa implantação do eproc, espera-se um ganho de produtividade. b) Recomenda-se que sejam fixadas metas objetivas e periodicamente controladas para a aferição do desempenho dos servidores.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) A consolidação do sistema eproc propiciou ganho de produtividade, tendo como parâmetro o tempo médio das intimações dos acórdãos que caiu de 6,5 dias para 5,7 dias. b) Na SECJ, semanalmente, em média 60 processos são distribuídos a cada servidor que desenvolve as tarefas inerentes à pauta, com acompanhamento do resultado às sextas-feiras pelo supervisor, além das rotinas ordinárias (Exp. de mandados, listagem de oposições das sessões virtuais, de preferência, sustentações orais, etc). Quanto à incumbência das SEPC, SEPD e SEAP, os processos que entram no acervo da sub5Tesp, por meio dos localizadores de entrada do sistema (PETIÇÃO, ACÓRDÃO, RECEBIDOS, DESPACHOS, PARECERES, ETC), a meta é dar andamento aos processos até o final do expediente, com aferição diária pelos supervisores dos localizadores individuais de cada servidor.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Nenhuma recomendação pendente de cumprimento.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Além do balcão virtual, a sessão por videoconferência, que equivale à sessão presencial (cf § 1º do art. 1º da Resolução TRF2-RSP-2020/00016, de 22/4/2020), facilitou o trabalho dos advogados que residem em outras regiões, dando um alcance maior da prestação jurisdicional. Tal tarefa é desenvolvida por cinco servidores, com a implementação de um painel compartilhado entre os participantes, informando dados dos processos pautados e o cronômetro para controle da sustentação oral. Além disso, são respondidas as dúvidas e solicitações pelo chat. Depois dessa implementação, notou-se uma diminuição de dúvidas dos advogados/procuradores durante a sessão de julgamento. Por fim, sugerimos maior oferta de cursos do eproc.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luciane Moretti de Mattos

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

Dividida em 4 seções: Apoio (2 servidores): Serviço administrativo em apoio à direção (frequência, malote digital, SIGA), atendimento ao público externo (balcão virtual). Seção de Coordenação e Julgamentos (4 servidores): além dos procedimentos ordinários pertinentes à realização de uma sessão de julgamentos: conferência de impedimentos dos magistrados, listagem dos pedidos de oposição às sessões virtuais, preferências/sustentações orais, atendimento ao público externo (balcão virtual).

Seção de Procedimentos Diversos (2 servidores): expedição de ofícios-intimação, mandados, ofícios, certidões em geral, atendimento ao público externo (balcão virtual, telefone, e-mail), Estatísticas em geral. Seção de Processamento (4 servidores): Intimações eletrônicas diversas (despachos, decisões, acórdãos), baixa dos processos, atendimento ao público externo (balcão virtual).

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Mesmo antes da pandemia, quatro servidores desempenham suas tarefas em regime de teletrabalho.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial, dois dias presencialmente e três na forma remota, sendo observada uma escala.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

O critério é que os servidores em teletrabalho devam produzir 30% a mais do que os presencialmente. No entanto, em razão da pandemia, por ter sido estabelecido o trabalho remoto a todos os servidores, tornou-se mais justo suspender a exigência dessa produtividade dos servidores em teletrabalho até o retorno do trabalho presencial.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Além dos supervisores e da diretora verificar o desenvolvimento das tarefas, é gerado, semanalmente, por meio de rotina do sistema eproc (relatório de acessos ao sistema) uma listagem com a quantidade de eventos realizados por cada servidor em regime de teletrabalho. Caso a cota não seja cumprida, a consequência será o retorno ao trabalho presencial.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Atualmente, os processos em tramitação na Turma são todos eletrônicos do sistema processual eproc. Com esse sistema, os processos distribuídos vão direto para o relator sorteado e, sendo assim, a triagem inicial dos processos feita pela secretaria depende da demanda dos gabinetes. Ao ingressar na Subsecretaria, os servidores da Seção de Processamento realizam uma averiguação geral do processo (conferência das partes, advogados para intimações e consequente andamento).

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

No ano passado, coexistiam processos tramitando no sistema eproc e no Apolo, sendo que ainda neste sistema havia um número pequeno de processos físicos pendentes de digitalização e que foram também virtualizados e, no mês de junho, finalmente, todos os processos do sistema Apolo foram migrados para o eproc. Portanto, não tramitam mais processos físicos na serventia.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são

organizados (armários, localizadores)?

O acervo de autos físicos do sistema Apolo, já migrado em sua totalidade para o sistema eproc, se encontra localizado em estantes na nossa serventia. Com o retorno do trabalho presencial, muitos desses processos serão encaminhados à Guarda de Processos Ativos do Equador ou ao Juízo de origem, em razão do respectivo processo eletrônico ter sido baixado ao Juízo de origem por meio do sistema processual, após o trânsito em julgado.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Através de relatórios extraídos do portal de estatísticas do TRF2, bem como pelo controle dos localizadores do órgão. Criados os seguintes localizadores para a organização do acervo: mesa de cada servidor; aguardando prazo: para processos com prazo aberto, próximo passo conclusão; remetidos ao MPF: prazo aberto para Parecer do MPF, próximo passo conclusão; aguardando aviso de recebimento: ofícios intimação expedidos; aguardando cartas, mandado; suspensos/sobrestados; remetidos em diligência; cada pauta tem seu localizador correspondente: para controlar pedidos de vista, adiados, retirados, julgados. transitar: prazo aberto para as partes, próximo passo baixa definitiva. resp/rext: prazo aberto para contrarrazões ao recurso especial e/ou extraordinário, próximo passo remessa à assessoria de recursos; falta MPF: prazo aberto para as partes, próximo passo intimação final do MPF como fiscal da ordem jurídica.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Tarefas distribuídas de forma isonômica entre servidores da mesma seção. Habilidades individuais específicas para setorização dos servidores.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Não há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ. Embora os processos desta serventia sejam eletrônicos, toma-se como base a Meta 4 do CNJ (10 dias após a sessão de julgamento publicar os acórdãos). Tão logo os gabinetes remetam os feitos com as peças de julgamento, a serventia dá a devida prioridade.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Para saber se tem processos sem movimentação, a cada quinze dias, um servidor extrai relatórios do portal de estatística do TRF2, bem como verifica os processos nos localizadores virtuais da Subsecretaria no sistema eproc pelo último evento lançado nos autos, diariamente. Além disso, a supervisora da Seção de Apoio fica encarregada de controlar, mensalmente, os processos que estão aguardando o cumprimento de cartas precatórias, cartas de ordem e mandados expedidos às Varas do interior da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e caso seja verificada a demora na execução de tais diligências, entra-se em contato com a respectiva serventia. Quanto aos processos com ofício-intimação expedidos, a servidora responsável encaminha um e-mail à Seção de Protocolo Administrativo, solicitando os comprovantes de entregas.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Além de ser feito por meio de telefone, e-mail (sub5tesp@trf2.jus.br) e por servidores no balcão dessa subsecretaria (quando realizado o trabalho presencial), com a pandemia, em março de 2021, os advogados/procuradores e partes passaram a ser atendidos pelos servidores, de acordo com uma escala, em dias úteis, de 12h às 17h, no balcão virtual (plataforma de videoconferência), sendo regulamentado pela Portaria n. TRF2-PTP-

2021/00091, de 8 de março de 2021.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Com a implementação do sistema processual eproc, cada processo eletrônico pode ter mais de um localizador virtual, que represente a sua situação, permitindo assim o seu gerenciamento. Logo, o controle das intimações eletrônicas dos processos ao Ministério Público Federal, Fazenda Pública e Advocacia-Geral da União se dá por meio dos localizadores criados pelos servidores dessa subsecretaria (exemplos: "aguardando prazo", "transitar", "remetidos ao mpf para parecer") e pelos localizadores do próprio sistema eproc (DECURSO DE PRAZO e PARECER MPF).

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

No sistema processual eproc, as petições são juntadas aos autos dos processos eletrônicos pelos próprios advogados e procuradores.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Tanto no cronograma das sessões de julgamento, como nos dados estatísticos do TRF2, verificam-se, mensalmente, os processos com tais pendências, dando a devida informação ao respectivo gabinete.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

As sessões do art. 942 CPC, com Desembargadores da 5ª e 6ª Turma, ocorriam uma vez por mês após as sessões de julgamento da 3ª Seção Especializada. Com a implantação das sessões por videoconferência, em razão da pandemia, não se prioriza mais a sua realização no dia da sessão da 3ª Seção Especializada. Além disso, passamos a realizar sessões do art. 942 CPC também na modalidade virtual. No ano passado, foram realizadas 7 sessões do art. 942 CPC, sendo que duas foram canceladas. Neste ano, estabeleceu-se no cronograma a realização dessas sessões, uma vez por mês, alternadamente, entre a forma de julgamento virtual e por videoconferência. Dos processos julgados das sessões ordinárias com resultado não unânime - art. 942 CPC, fazemos uma planilha de controle, de modo que a encaminhamos aos gabinetes na semana que iremos fazer a feitura da pauta da sessão do Colegiado ampliado (art. 942 CPC), para que possam nos informar quais os processos que serão incluídos.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Andamento processual até o final do expediente para todos os processos que forem recebidos nesta Subsecretaria. Regular avaliação dos servidores quanto à satisfação e eficiência.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Número de servidores atendendo a expectativa do trabalho realizado. Quanto aos recursos materiais, em razão do trabalho remoto, ficou prejudicada a análise deste item, uma vez que os servidores utilizam seus próprios recursos (ex. energia elétrica, impressão, internet e outros). |
| b) gestão do trabalho | Andamento processual em consonância com as |

| | |
|---------------|--|
| | metas estabelecidas. |
| c) resultados | Cumprindo as metas estabelecidas internamente. |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Satisfação de magistrados, advogados e partes no cumprimento do nosso dever no tocante à celeridade processual, cordialidade e eficiência.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Regular acompanhamento do desempenho dos servidores, reuniões via zoom, aplicativo de mensagens (obrigatório para todos os servidores no grupo de trabalho) aonde são levantadas dúvidas, postadas informações, troca de ideias, sugestões.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Balcão virtual e sessão por videoconferência, que equivale à sessão presencial.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|-----------------------------|
| 50148929320214020000 | 18/10/2021 | - |
| Observação/Providência: Intimadas as partes do acórdão em 11/2/2022. | | |
| 50358003420204025101 | 26/7/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo sendo julgado na sessão virtual com início em 9/2/2022 e término em 17/2/2022 - sequencial 44. | | |
| 00009851820054025103 | 30/8/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Opostos agravos internos pela União e Estado do Rio de Janeiro, prazo para contrarrazões dos agravados encerrado em 5/2/2022, sendo este processo concluso em 7/2/2022 para julgamento. | | |
| 00018876020194020000 | 19/5/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Por ordem do Relator, este processo encontra-se nesta Subsecretaria aguardando a realização da audiência de conciliação a ser designada, conforme certidões dos eventos 69 e 71. Providência: comunicação ao gabinete 14 para as providências cabíveis. | | |
| 50641402220194025101 | 9/9/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão virtual de 9/3/2022. | | |
| 50641515120194025101 | 3/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgamento sobrestado nos termos do artigo 942 do CPC, aguardando pedido de dia por parte do Relator. | | |
| 50487146720194025101 | 1º/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Intimado MPF para parecer em 14/2/2022. | | |
| 00744042020184025102 | 24/9/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta ordinária a ser realizada por videoconferência de 8/3 - sequencial 8. | | |
| 01491083820174025102 | 14/6/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta ordinária a ser realizada por videoconferência de 8/3 - sequencial 5. | | |
| 50232057520214025001 | 21/9/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Incluído na pauta ordinária a ser realizada por videoconferência de 8/3 - sequencial 6. | | |
| 50130788020194025120 | 30/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta ordinária a ser realizada por videoconferência de 8/3 - | | |

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| sequencial 2. | | |
| 50648876920194025101 | 4/8/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta ordinária a ser realizada por videoconferência de 8/3 - sequencial 3. | | |
| 50143243720204025101 | 7/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgamento sobrestado nos termos do artigo 942 do CPC, aguardando pedido de dia por parte do Relator. | | |
| 50300724620194025101 | 18/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Conclusão em 14/2/2022 para decisão. | | |
| 05258082920104025101 | 21/12/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Intimado MPF do acórdão em 14/2/2022. | | |
| 50012374620184025113 | 7/8/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Remessa interna para a Assessoria de Recursos em 7/2/2022 para juízo de admissibilidade do Recurso Especial/Extraordinário. | | |
| 50099810920194020000 | 29/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Após o trânsito em julgado em 15/2/2022, procedeu-se à baixa definitiva no mesmo dia. | | |
| 00003188820084025115 | 10/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo baixado em 8/2/2022. | | |
| 50023946720184020000 | 14/12/2018 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Intimado MPF do acórdão em 14/2/2022. | | |
| 00280897720174025001 | 9/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo está sendo julgado na sessão virtual de 9/2/2022 - sequencial 412. | | |
| 50221652020194025101 | 31/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido as partes intimadas no mesmo dia. | | |
| 50220820420194025101 | 6/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido as partes intimadas no mesmo dia. | | |
| 02313340620174025101 | 10/4/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022 e encerrada em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 50302413320194025101 | 24/1/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022 e encerrada em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 00648766220184025101 | 25/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022 e encerrada em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 00398795820174025001 | 17/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022, término em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 50605200220194025101 | 3/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022 e encerrada em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 50213095620194025101 | 31/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido as partes intimadas no mesmo dia. | | |
| 50215312420194025101 | 27/11/2019 | Apelação |

| | | |
|---|-----------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido as partes intimadas no mesmo dia. | | |
| 0032255520174025001 | 24/6/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido as partes intimadas eletronicamente em 9/2/2022. | | |
| 00552363520184025101 | 12/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual com início em 2/2/2022 e encerrada em 10/2/2022, aguardando voto e acórdão para intimar as partes. | | |
| 01138062820154025001 | 20/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 26/1/2022. Acórdão lançado nos autos em 8/2/2022, tendo sido intimadas as partes eletronicamente no mesmo dia. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 34 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Todos os processos tramitam em meio eletrônico.

A Subsecretaria administra a realização de 6 sessões por mês, tendo havido, entre abril/2021 a março/2022, 13 ordinárias por videoconferência, 41 sessões virtuais, 5 extraordinárias por videoconferência, 3 sessões do art. 942 do CPC por videoconferência, 7 sessões do artigo 942 do CPC virtuais. Houve o cancelamento de 2 sessões no período, uma em virtude de suspensão do expediente e outra por falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 34 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora da Subsecretaria, Luciane Moretti de Mattos, no dia 7/4/2022 às 11:05 horas. Na oportunidade, fez-se a seguinte exposição acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Inicialmente, a servidora Luciane relatou ter assumido a função de Diretora da Subsecretaria da 5ª Turma Especializada em abril de 2021, após o falecimento do antigo diretor, Acácio Henrique de Aguiar.

Passou-se, então, a discorrer sobre a estrutura organizacional da unidade, dividida em 4 seções: Seção de Apoio Administrativo, integrada por 2 servidores, com atribuição de auxiliar a Diretoria nas questões de caráter administrativo; Seção de Coordenação e Julgamento, composta por 4 servidores com o encargo de desenvolver as atividades inerentes à realização das sessões de julgamento, como anotações de impedimentos e suspeições, oposições às sessões virtuais, anotações de preferências e pedidos de sustentações orais; Seção de Procedimentos Diversos, composta por 2 servidores, com a

incumbência da expedição de mandados e ofícios; Seção de Processamento, integrada por 4 servidores responsáveis pela expedição de intimações eletrônicas diversas e pela baixa dos processos. Há, ainda, um estagiário de nível superior.

Dos 13 servidores efetivos, 9 possuem gratificação: 1 CJ-2 (Diretor de Subsecretaria), 4 FC-05 (Supervisores de Seção) e 4 FC-04 (Assistente IV). Havia, ainda, 1 FC-02 (Assistente II), transferida para a reserva técnica do Tribunal, tendo em vista a implantação dos novos gabinetes instituídos pela Lei n. 14.253, de 30 de novembro de 2021.

Atualmente, 4 servidores encontram-se em regime de teletrabalho parcial, comparecendo às dependências da Subsecretaria 2 vezes por semana: a supervisora da Seção de Apoio Administrativo e 3 servidores da Seção de Processamento. Em tese, tais servidores devem apresentar produtividade 30% superior à dos servidores que fazem trabalho exclusivamente presencial; no entanto, os servidores que trabalham na Seção de Processamento dependem do volume de processos remetidos por cada Gabinete, o que acarreta uma oscilação da produtividade em razão da demanda diária. Enfatizou-se, ainda, que a meta principal é dar andamento aos processos tão logo deem entrada na Subsecretaria, preferencialmente até o final do dia. Informou-se que a equipe vem conseguindo bater a meta estabelecida, a qual é acompanhada pela Diretora.

Constatou-se a presença de processos físicos no ambiente da Subsecretaria. A Diretora informou tratar-se de processos já digitalizados que aguardam remessa ao Depósito Administrativo “Guarda do Equador”, o que ainda não aconteceu em razão dos sucessivos adiamentos ao retorno das atividades presenciais ordinárias.

No tocante às Metas fixadas pelo CNJ, destacou-se o cumprimento da Meta 4 (publicação dos acórdãos 10 dias após a sessão de julgamento), no entanto dependente da remessa dos autos pelo Gabinete do Relator ou do Redator para o acórdão, conforme o caso.

As sessões de julgamento virtuais são realizadas todas as quartas-feiras com a duração de 5 dias úteis, prorrogáveis por mais 2 dias úteis em caso de divergência. As sessões por videoconferência (equivalentes à presencial) ocorrem na primeira terça-feira de cada mês, onde são julgados os processos com pedido de sustentação oral. Não sendo possível encerrar o julgamento no mesmo dia, são convocadas sessões extraordinárias por videoconferência.

Por sua vez, as sessões com quórum ampliado (art. 942 do CPC) são realizadas na terceira quinta-feira de cada mês, alternadamente virtual e por videoconferência, e contam com a presença dos Desembargadores integrantes da 6ª Tuma Especializada.

Informou-se, também, que a Subsecretaria organiza os pedidos de preferência e de sustentação oral até 24 horas antes do início das sessões de julgamento.

26. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações à unidade.

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da sexta turma especializada

2.2 Competência

Administrativa e Conselhos Regionais

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama - até abril/2021 - atual Vice-Presidente

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Agamenon Ribeiro de Campos - diretor da subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|----------------------------|----|
| Servidores efetivos | 14 |
| Servidores sem vínculo | 1 |
| Estagiários de nível médio | |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|--|--|
| Publicação de acórdão/decisão | 227 - Processos julgados em 28/1/2022 - Já intimados em 2/2/2022 |
| Extraviados/por restaurar | 0 |
| Em carga com prazo vencido | 0 |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | Não informado pelo nucleo de estatisticas |
| Juntada | Não informado pelo nucleo de estatisticas |
| Conclusão | Não informado pelo nucleo de estatisticas |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 902 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 878 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 24 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 76 |
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 41 |
| Total de feitos não regularizados | 0 |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|--|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 9.059 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 3,1 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 53 |
| Pendentes de publicação | 227 - Processos julgados em 28/1/2022 - Já intimados em 2/2/2022 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 00003797220144025006 (28/1/2022) |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|-----|
| Total de publicações | 594 |
| Tempo médio | 1,5 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 9 |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|---|
| Há mais de 30 dias | 731 - informados pela NUEST porém não foram desconsiderados os processos com prazos em andamento em face do recesso 20/12/2021 a 21/1/2022, além de estar considerando processos recebidos com segundo apelação e já remetidos automaticamente aos gabinetes. |
| Há mais de 60 dias | 363 - informados pela NUEST porém não foram desconsiderados os processos com prazos em andamento em face do recesso 20/12/2021 a 21/1/2022, além de estar considerando processos recebidos com segundo apelação e já remetidos automaticamente aos gabinetes. |
| Há mais de 90 dias | 15 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 00004237720084025111 - 20/3/2021; 00294827720074025101 - 14/4/2021; 01014281120134025001 - 10/8/2021; 00054241720014025102 - 14/9/2021; 50111336120184025001 - 5/10/2021 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Des.Fed. Poul Erik Dyrland - Férias regulares - 26/4/2021 a 24/6/2021 e 28/8/2021 a 28/10/2021, tendo sido convocado o Juiz Federal Fábio Tenenblat.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

14 Telepresencias (Videoconferencia) - 45 Virtuais - 04 (Art. 942)

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

01. Cobrar 2 processos físicos além do prazo; 02. Controlar processos na situação acima inclusive voto-vista.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

01 - Todos os processos físicos da subsecretaria foram digitalizados e passaram a correr na forma digital; 02 - Já havia sido informado anteriormente que havia e há controle dos processos enviados para voto-vista e para o julgamento de 942 de forma manual.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Todas as recomendações foram atendidas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

1. Tendo em vista a pandemia tivemos de fazer algumas adaptações para o trabalho home-office tendo em vista que até o março de 2021, contávamos com dois sistemas eletrônicos e ainda com a finalização da digitalização dos processos físicos e migração de sistemas (Apolo/eproc); 2. Aproveito a oportunidade para elogiar a união dos servidores que desde o início da pandemia passaram a efetuar o atendimento aos advogados e partes por telefone (desvio de ramais) e posteriormente com o atendimento do Balcão Virtual, trocando mensagens, via grupos de whatsapp, criados para agilizar os atendimentos e processamentos, e não havendo queda na produtividade da turma, muito pelo contrario; 3. Dentro da possibilidade, os servidores vem se revezando, um por dia indo presencialmente à subsecretaria para atendimento; 4. Dificuldades foram com Correios e Baixa (remessa de processos físicos).

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Agamenon Ribeiro de Campos - diretor da subsecretaria

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

Em 4 DIVISÕES: 1. JULGAMENTOS responsável por toda a parte de julgamentos pela turma - desde o pedido de dia até o recebimento do Acórdão; 2. PROCEDIMENTOS - responsável por expedição e controle de ofícios, mandados, cartas, etc; 3. Processamento - atualmente controla os processos Embargados e outros recursos - 4. Apoio - Controla acautelamento, processamento assuntos administrativos da turma, além de auxiliar na falta

de funcionários quando de suas férias (assume algumas tarefas pelo período das férias).

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a pandemia todos, porém estamos avaliando possibilidade de autorizar alguns servidores de forma parcial futuramente.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Durante a pandemia de forma integral.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não há cotas na subsecretaria.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há cotas na subsecretaria.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Não há mais processos físicos, a não ser os acautelados para consulta. Quanto aos eletrônicos, o sistema distribui diretamente aos gabinetes dos relatores que fazem a triagem.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Atualmente não há. Os processos físicos, que possuímos atualmente, estão sendo remetidos ao arquivo geral ou remetidos para a vara de origem conforme o caso, serviço temporariamente suspenso em face da nova variante.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Os físicos que estão aguardando a baixa estão localizados em estantes numeradas por Relator, com localizador estante/nicho.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

A organização do acervo e movimentação no sistema é feito por localizadores de acordo com seu processamento atual e futuro, sendo que muitos localizadores já tem automação quanto a seu tempo (ex. decurso de prazo, recursos, petições), outros por organização como Pautas e Suspensos (em que identificamos os temas ou outros tipos de suspensão), outros para execução de tarefas (expedição de mandados, cartas, etc). O controle de processos remetidos sem redistribuição é efetuado manualmente contendo a data da remessa, o número do processo e o motivo, no caso de remessa em diligência há localizador próprio para o controle.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

As tarefas são distribuídas de acordo com a divisão da secretaria (vide item 8).

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Além das anotações no sistema, os demais tratamentos são feitos pelos gabinetes. Na subsecretaria todos os processos recebidos são processados no mesmo dia do recebimento ou mais tardar no dia seguinte de acordo com a hora da movimentação.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Sim, todo mês é feita verificação dos processos parados há mais de 75 dias (pois o sistema somente conta dias corridos e não úteis).

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

1. Desde o início da pandemia por telefone através de redirecionamento dos ramais para os celulares do Diretor, dos supervisores e um atendente geral (os números constantes no site do TRF2); 2. Pelo e-mail da subsecretaria (desde antes da pandemia); 2. A partir de fevereiro de 2021, através de atendimento pelo Balcão Virtual.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Para o MPF (Parecer) em localizador próprio e automatizado; Para os demais casos pelos localizadores do tipo de Prazo - Acórdão/art.932/Comum/art.1019/art.1021/art.1023 - onde são contados pelo sistema e ao se encerrar é acrescentado o localizador decurso de prazo e informado na tela inicial do sistema.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

O sistema junta automaticamente a petição acrescentando o localizador PETIÇÃO - onde, durante todo o dia, são analisados, efetuadas correções do tipo informado (substituindo pelo tipo correto - embargos, resp/rex, etc) e em seguida dado seu devido andamento de acordo com o caso.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito manualmente por uma tabela excel a qual contem - o número do processo, o tipo de pendência e a data da conclusão para futuras cobranças.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

De acordo com o decidido pelas turmas ampliadas - no nosso caso por decisão dos membros da 5ª e da 6ª Turmas.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim, o que chega no dia é processado no mesmo dia ou até dia útil seguinte quando recebido fora do horário.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|-----------------------------|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | De acordo com a necessidade |
| b) gestão do trabalho | Está com bom gerenciamento |
| c) resultados | Alta produtividade |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter a produtividade alcançada durante a pandemia, porém com os acessos a serviços que não puderam ser realizados durante a pandemia (expedição de cartas e ofícios que dependiam dos correios), mandados (muita dificuldade de serem efetuadas as intimações), baixa e requisição de processos físicos e acautelamento quando necessário, dentre outros serviços que só poderiam ser feitos presencialmente.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Primeiro o retorno para a forma presencial e em seguida avaliação quanto a forma de teletrabalho de forma parcial.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Teletrabalho, porém de forma parcial.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Processos com Observação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 50013752120214020000 | 10/2/2021 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 8/10/2021 após voto vista. Acórdão recebido e intimado em 3/2/2022. Com Embargos de Declaração para julgar. | | |
| 50036971420214020000 | 25/3/2021 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 8/10/2021 - após vista - Acórdão recebido e intimado em 3/2/2022 - Aguarda julgamento de Embargos de Declaração. | | |
| 50061221420214020000 | 19/5/2021 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 8/10/2021. Acórdão recebido e intimado em 3/2/2022 - Aguarda julgamento de Embargos Declaração. | | |
| 50064166620214020000 | 26/5/2021 | - |
| Observação: Processo foi julgado em 8/10/2021 - Após voto vista. Acórdão recebido e publicado em 3/2/2022. | | |
| 50982686820194025101 | 20/3/2020 | Apelação |
| Observação: Agravo interno julgado em 4/2/2022 - Acórdão Publicado em 8/2/2022. | | |
| 50999514320194025101 | 24/9/2020 | Apelação |
| Observação: Agravo Interno julgado em 4/2/2022 - Acórdão publicado em 8/2/2022. | | |
| 50224172320194025101 | 4/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo concluso com parecer do MPF em 19/2/2020. | | |
| 00830831220184025101 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação: Retornado com segunda apelação e conclusos em 4/5/2021. | | |
| 50010102420204025101 | 9/1/2020 | Apelação |
| Observação: Processo retornou ao TRF2 com segunda apelação e conclusos em 24/6/2021. | | |
| 00823201120184025101 | 20/5/2019 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta virtual de 14/3/2022. | | |
| 51017693020194025101 | 18/6/2020 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta virtual de 21/3/2022. | | |
| 50036552220204025101 | 23/1/2020 | Apelação |
| Observação: Processo retornou com segunda apelação e conclusos em 6/7/2021. | | |
| 50009541020194025106 | 5/7/2019 | Apelação |
| Observação: Processo retornou ao TRF2 com segunda apelação e conclusos em 6/7/2021. | | |
| 50650946820194025101 | 2/10/2019 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta virtual do dia 14/3/2022. | | |
| 01014281120134025001 | 7/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo aguardando o Relator do Acórdão do art. 942 reincluir em nova pauta para julgamento de embargos de declaração. | | |
| 50692925120194025101 | 10/12/2019 | Apelação |
| Observação: Recebido os autos com segunda apelação e conclusos em 18/8/2021. | | |
| 00768275820154025101 | 28/9/2020 | Reexame Necessário |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação: Processo retornado de diligência na primeira instância em 23/9/2021. Conclusos aguardando julgamento. | | |
| 50597402820204025101 | 30/11/2020 | Apelação |
| Observação: Incluído em pauta virtual do dia 14/3/2022. | | |
| 50153590320184025101 | 15/5/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Incluído em pauta virtual do dia 14/3/2022. | | |
| 00071540720174025101 | 6/8/2020 | Apelação |
| Observação: Incluído em Pauta Virtual do dia 14/3/2022. | | |
| 50651717720194025101 | 26/9/2019 | Apelação |
| Observação: Recebido com segunda apelação e conclusos em 3/11/2021. | | |
| 50609069520204025101 | 2/12/2020 | Apelação |
| Observação: Incluído na pauta virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50675846320194025101 | 8/10/2019 | Apelação |
| Observação: Incluído em pauta virtual do dia 21/3/2022. | | |
| 50338055420184025101 | 26/11/2018 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 13/12/2021. Acórdão intimado em 15/12/2021. | | |
| 00596903519934025101 | 8/4/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos julgado em 8/2/2022 - Acórdão publicado em 9/2/2022. | | |
| 00105792320094025101 | 30/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Embargos julgados em 6/12/2020 - Processo Baixado em 4/2/2021 - Retornou ao TRF com segunda apelação em 25/10/2021 - Em Pauta Virtual dia 14/3/2022. | | |
| 50008893020194025101 | 1º/6/2021 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 8/2/2022. Acórdão intimado em 9/2/2022. | | |
| 01473840420144025102 | 7/8/2020 | Apelação |
| Observação: Processo foi julgado em 11/2/2022 - Acórdão intimado em 15/2/2022. | | |

Processos com Determinação

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|--|-------------------|-----------------------------|
| 00004237720084025111 | 20/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Solicitado, por determinação do Relator, a remessa dos autos físicos da seção de arquivos ao TRF2, tendo em vista haver documentos ilegíveis no scanneamento. Já oficiado ao setor, aguardando retorno presencial em face da pandemia, remessa pedida em 16/11/2020. | | |
| 00054241720014025102 | 19/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Requerida a mídia acautelada na secretaria da 1ª Vara Federal de Niterói, nos autos da Ação Civil Pública tombada sob o n. 0006418-74.2003.4.02.5102, conforme determinação do Relator - pedido reiterado em 9/2/2022 - quando do retorno ao presencial - que foi suspenso até início abril. | | |
| 00272721920084025101 | 11/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: O processo está concluso desde 14/9/2021 quando retornou com segunda apelação. | | |
| 00064187420034025102 | 4/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Requerida a mídia acautelada na secretaria da 1ª Vara Federal de Niterói, nos autos da Ação Civil Pública tombada sob o n. 0006418-74.2003.4.02.5102, conforme determinação do Relator - pedido reiterado em 9/2/2022 - quando do retorno ao presencial - que foi suspenso até início abril. | | |
| 50097743920214020000 | 13/7/2021 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Decisão de 23/8/2021 - a Exequente/Agravada Edna Nunes da Silva faleceu em 26/4/2021. Desta forma, oficie-se à Vara de origem para que providencie a sucessão processual, comunicando ao Tribunal após a devida regularização. | | |
| 50111336120184025001 | 20/10/2020 | Apelação |

Observação/Providência: Determinada a remessa dos autos ao STF. Em indexação de peças para remessa.

| | | |
|----------------------|------------|-----------------------------|
| 00294827720074025101 | 28/11/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
|----------------------|------------|-----------------------------|

Observação/Providência: Despacho solicitando devolução dos autos físicos em face de documentos digitalizados absolutamente ilegíveis - já solicitado - aguardando retorno presencial do setor de arquivo da primeira instancia.

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 35 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Como aprofundado no item seguinte, a maior parte dos processos selecionados encontrava-se com tramitação regular ao momento da inspeção.

Há, contudo, casos pontuais que demandam ulteriores providências. Assim, recomenda-se:

a) Abrir conclusão ao relator em 30 dias:

| |
|----------------------|
| 01014281120134025001 |
|----------------------|

b) Certificar solicitações de providências efetuadas à primeira instância e abrir conclusão ao relator, em 30 dias:

| | |
|----------------------|----------------------|
| 00054241720014025102 | 00064187420034025102 |
|----------------------|----------------------|

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Agamenon Ribeiro de Campos, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Subsecretaria da 6ª Turma Especializada.

O setor administra a realização de aproximadamente 5 sessões por mês, tendo havido, entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, 45 sessões virtuais (duração de 5 dias) e 14 sessões telepresenciais. Adicionalmente, foram realizadas 4 sessões de julgamento estendido (artigo 942, CPC). Não foi informado o cancelamento de sessões no período.

Conforme informações colhidas pela equipe de inspeção, houve pontual acréscimo de força de trabalho na unidade, contrabalanceada, em parte, pela perda de estagiários. Em abril de 2020 eram 14 servidores (13 efetivos, 1 sem vínculo) e 4 estagiários; atualmente a subsecretaria conta com 15 servidores (14 efetivos e 1 sem vínculo) e nenhum estagiário.

A unidade opera exclusivamente com processos digitais, atualmente todos em tramitação no sistema eproc. Narrou-se em entrevista que o controle é feito por meio de localizadores no eproc, além de automações configuradas para movimentação instantânea de processos que se encontrem nos parâmetros estabelecidos. Informou-se que, como

diretriz, busca-se o processamento dos feitos recebidos no mesmo dia, ou no máximo no dia posterior, controlando-se eventuais desvios mensalmente a partir de relatórios de processos sem movimentação.

Foi relatada também a existência de dificuldades resultantes do isolamento social relativo à pandemia sanitária recente. Neste sentido, para além de dificuldades na intermediação de notificações junto aos Correios, pôde ser aferido na análise da amostra que solicitações de providências à 1ª instância que dependiam de comparecimento de servidores ao fórum (extração de cópias, remessa de itens acautelados) sofreram atrasos consideráveis, nada obstante reiterações periódicas da unidade em inspeção – casos específicos ainda pendentes foram objeto de recomendação própria nesta oportunidade. Em situações pontuais, foram identificados atrasos pretéritos de abertura de conclusão (ou erro na indicação da específica modalidade de conclusão aberta, indicando o respectivo fundamento: oposição de embargos de declaração, agravo interno, petição, etc) ou lançamento de fase, todos já corrigidos ou prejudicados (por julgamento) ao momento dos trabalhos da equipe de inspeção.

No âmbito interno da unidade, houve redirecionamento dos ramais de telefone para os celulares do Diretor, supervisores e atendentes, de modo que o atendimento telefônico não sofreu interrupções. Afora tal meio de contato, a subsecretaria também opera com o Balcão Virtual desde fevereiro/2021, bem como pode ser contatada pelo e-mail institucional.

De outra parte, foi identificado que muitos processos selecionados para inspeção correspondiam a casos que subiam à Corte para segundo julgamento. Foi explanado pelo Diretor da Subsecretaria que, em tal situação, o processo é reativado diretamente no gabinete do relator, sem intermediação pela secretaria, conforme regra de negócio específica do sistema eproc. Relatou-se que tal cenário já foi informado à divisão de estatística do Tribunal (NUEST), de modo que se aguarda saneamento.

Em suma, observa-se que, após período de transição de sistemas de processamento (do Apolo para o eproc) e da interveniência de medidas de isolamento e instalação repentina de regime de teletrabalho, a unidade vem aprimorando os trabalhos desempenhados, com bom domínio das ferramentas de tecnologia disponíveis para realização das atividades cotidianas, estimando-se ainda maiores progressos no próximo biênio de avaliação.

26. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se à unidade o cumprimento das recomendações do item 24.

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 7ª Turma Especializada

2.2 Competência

Especializada em Direito Administrativo e residual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Sergio Schwaitzer

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Claudia Ribeiro Simões - Diretora da Subsecretaria da Sétima Turma Especializada - TRF 2ª Região.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----|
| Servidores efetivos | 15 |
| Estagiários de nível superior | 1 |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|-------------------------------|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 2 |
| Conclusão | 1 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 375 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 3 |
| Total | 378 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|----|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 28 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 80 |
|---|----|

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|---|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 7.427 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 6,1 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 592 |
| Pendentes de publicação | 1 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 00585072919934025101 (16/12/2021): Saliente-se que os referidos autos não possuíam acórdão pendente de publicação e foram incluídos em pauta para retificação de ata, que ocorreu em 9/2/22, estando conclusos para acórdão desde 14/2/22, inexistindo atraso. |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|--|
| Total de publicações | 750 |
| Tempo médio | 1.2 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 17 |
| Pendentes de publicação | 1 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 50119343720214020000 (31/1/2022): Saliente-se que os autos vieram remetidos à Secretaria em 31/1/22, tendo as partes sido intimadas em 1º/2/22, inexistindo atraso. |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|---|
| Há mais de 30 dias | 475 |
| Há mais de 60 dias | 488 |
| Há mais de 90 dias | 5 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 6. 1) 00123531520144025101 - 10/9/2021: Autos devolvidos ao TRF em 10/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à remessa feita pelo Juízo a quo que envia os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, tendo sido proferido despacho determinando a remessa à Vice-Presidência, o que foi cumprido em 16/2/22, devolvidos os autos por aquele órgão em 17/2/22 para encaminhamento à conclusão ao Relator para apreciação de Embargos de Declaração, o que foi feito em mesma data; 2) 01716918420174025112 - 21/9/2021: Autos se encontravam aguardando término do prazo do edital publicado para eventual habilitação de herdeiros, ocorrendo o decurso em 16/2/2022, seguindo-se conclusão ao relator em 18/2/2022; 3) 00013967620194025101 - 22/9/2021: Houve nova distribuição no TRF em 22/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos |

| | |
|--|---|
| | <p>diretamente ao Gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22; 4) 50879953020194025101 - 22/9/2021: Houve nova distribuição no TRF em 22/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22; 5) 50017714420194025116 - 29/9/2021: O sistema processual eletrônico fez nova remessa dos autos pela 1ª instância, ocasionando nova remessa do feito diretamente ao Gabinete e não à Secretaria, sendo na ocasião solicitada a remessa dos autos para regularização, restando aberta a conclusão em 14/2/22; 6) 00400680320124025101 - 11/10/2021: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Findo o prazo de suspensão, regularizado o feito com a conclusão dos autos em 14/2/22.</p> |
|--|---|

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Não houve.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

De fevereiro/2021 a janeiro/2022 foram realizadas: 20 sessões de julgamento virtuais; 20 sessões de julgamento telepresenciais; 4 sessões de julgamento virtuais (artigo 942 do CPC) e 2 sessões de julgamento telepresenciais (artigo 942 do CPC): Total de 46 sessões de julgamento.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Cumprir a recomendação do item 9 (Promover as intimações da decisão: 00145785320124020000); b) Recomenda-se que sejam fixadas metas objetivas e periodicamente controladas para a aferição do desempenho dos servidores.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Autos eram físicos, sendo o atraso na intimação dos órgãos públicos face à vedação de trabalho presencial por conta da Pandemia, que impedia a necessária remessa dos autos às partes. Restabelecido o acesso ao TRF, os autos foram virtualizados em 12/4/21, ocorrendo as devidas intimações, havendo a baixa na distribuição em 6/7/21; b) Em face da pandemia com os servidores cumprindo as tarefas por teletrabalho, adotaram-se como metas específicas quanto ao desempenho e produtividade, o processamento diário de todos os feitos e suas determinações em até 2 horas após seu recebimento, sendo a quantidade média variável em face da demanda/produção dos Gabinetes, setor e função, bem como complexidade da tarefa. Ressalte-se que o teletrabalho gerou tarefas antes inexistentes, tais como o grande volume de ligações e e-mails que são respondidos ato

contínuo, além do atendimento instituído pelo Balcão Virtual, conforme determinado pelo CNJ, não obstante, tudo está sendo satisfatoriamente atendido.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como boa prática destacamos as periódicas reuniões com os servidores que possibilita a troca de experiências, sugestões e aprimoramento dos métodos de trabalho empregados, estimula o efetivo aprendizado de novas ferramentas e promove constantes atualizações jurídicas, visando sempre ao necessário saneamento do acervo. Quanto ao processo de trabalho, ainda que a estrutura seja segmentada por seções, todos estão aptos a executar atividades de toda a Secretaria e conscientes da importância de cumprimento das demandas e prazos sob nossa responsabilidade, bem como o atendimento ao público interno e externo, ressaltando-se o esforço de toda a equipe em manter o processamento em dia, com mínimos atrasos no andamento, não obstante a pandemia e a adoção do teletrabalho para todos. Por fim, é de se registrar as dificuldades impostas pela lotação incompleta, servidores em licença médica e em vias de aposentadoria e, ainda, a dificuldade na renovação do quadro com novos servidores.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Claudia Ribeiro Simões

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A Unidade é organizada a partir de sua direção, que é auxiliada por 4 (quatro) Seções: Julgamento, Processamento, Procedimentos Diversos e Apoio. Em apertada síntese, a Seção de Julgamento é responsável pelo processamento dos feitos oriundos de sessões de julgamento; a Seção de Processamento, pelo processamento, recebimento e remessa de todos os feitos, bem assim análise inicial dos mesmos; a Seção de Procedimentos Diversos pelo cumprimento das determinações judiciais nos autos, expedindo os documentos necessários e, a Seção de Apoio pelo controle dos prazos processuais, certificação nos autos e baixa dos processos.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. 4 servidores.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é integral.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Foram considerados a necessidade de trabalho, as competências dos servidores, os setores em que os mesmos anteriormente ao teletrabalho estavam alocados, permitindo-se a continuidade da execução das tarefas antes executadas, bem como a adequação destas à sua execução exclusivamente por meio de teletrabalho.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito por meio de verificações no prazo determinado junto à mesa de trabalho do servidor, bem como pode-se aferir por meio de relatórios estatísticos extraídos pelo Sistema eproc e Portal de Estatísticas, conjugando-se fases e localizações. Nunca houve o descumprimento da meta fixada, ao contrário, em geral, os servidores em teletrabalho superam a quantidade de tarefas estabelecidas.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

Atualmente todo o acervo da 7ª Turma tramita em meio eletrônico.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Não se aplica.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Não se aplica.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Os critérios internos para a organização do acervo dão-se de acordo com a tramitação. Ao receber os processos dos gabinetes, para onde o feito é automaticamente remetido quando de sua distribuição, é realizada a conferência dos dados constantes da autuação do feito e, seguidamente, ou são os mesmos remetidos com vista ao MPF - em casos previstos em lei e no regimento interno, ou conforme orientação do Gabinete do Relator - ou são enviados conclusos aos respectivos gabinetes. O acervo fica alocado em localizadores específicos do sistema e outros criados pela Subsecretaria para divisão dos feitos conforme situações/fases específicas, tais como processos incluídos em pauta de julgamento, suspensos, com prazo para resposta, decurso de prazo, etc, e as mesas dos servidores. No que tange ao controle de acervo e demais, utilizam-se filtros do sistema para processos parados há mais de 10 dias, bem como o portal de estatísticas do TRF2, possibilitando a priorização e cobrança de pendências.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

As atividades são distribuídas entre os servidores, observados os setores, quais sejam, Apoio, Processamento, Procedimentos Diversos e Julgamento, bem como a demanda do setor e avalia-se a competência e aptidão dos servidores de modo a que sejam alocados onde melhor se aproveite suas habilidades, sendo certo que os servidores, não obstante o setor em que estejam, sabem executar diversos procedimentos atinentes a outro setor, possibilitando auxílio em havendo aumento das atividades.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Sim. Há tratamento específico para os feitos com prioridade legal ou de meta do CNJ, bem assim os demais determinados pelos Relatores. Tais situações são verificadas quando do recebimento dos feitos dos gabinetes, após a distribuição, quando, então, a Secretaria procede à conferência dos dados oriundos da 1ª Instância ou que são informados pelas partes, apondo-se lembretes nos autos.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio do filtro criado no sistema eproc onde processos parados há mais de 10 dias na

Secretaria são alocados no respectivo localizador "Parados 10 dias" , por meio do Portal de Estatísticas do TRF2, bem como verifica-se diariamente os feitos que estejam localizados nos diversos localizadores eletrônicos do órgão, procedendo-se ao imediato andamento do feito.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Atualmente em face da pandemia e com todos os servidores exercendo suas funções em regime de teletrabalho, o atendimento às partes e advogados se dá por meio de contato telefônico (os telefones da Secretaria estão direcionados aos telefones pessoais dos servidores), e-mail e Balcão Virtual, conforme determinado pelo CNJ, sendo certo que tudo está sendo satisfatoriamente atendido, não havendo quaisquer reclamações.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Atualmente, com todos os processos tramitando em meio eletrônico, o eproc, sistema de acompanhamento processual adotado pelo TRF2, automaticamente, com a intimação das partes, os órgãos recebem notificação da disponibilidade dos autos e da existência de ato judicial e, após o prazo assinalado, faz o lançamento da fase de decurso de prazo e aloca os processos no respectivo localizador, a fim de que a Secretaria efetue o processamento dos mesmos inexistindo, portanto, a necessidade de cobrança de devoluções.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Tendo em vista que todos os autos tramitam em meio eletrônico, as petições apresentadas pelas partes são automaticamente juntadas e alocadas no respectivo localizador, cabendo à Secretaria a análise das mesmas e posterior encaminhamento à conclusão para apreciação ou manutenção da mesma no prazo, eis que ainda correndo para as demais partes, etc, o que ocorre ato contínuo da interposição das mesmas, no mesmo dia.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Tal controle é efetuado diretamente pelos Gabinetes dos magistrados, sendo certo que a Secretaria, após o encerramento da sessão e geração da respectiva ata procede à imediata conclusão nesses casos.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

As Subsecretarias da 7ª e 8ª Turmas efetuam em conjunto a designação de data para realização de julgamento ampliado (art. 942 do CPC) , observados os cronogramas dos demais órgãos julgadores de que fazem parte os membros desta 7ª Turma, à medida em que há processos a serem julgados sob essa modalidade.

21. A unidade possui plano de gestão?

A Subsecretaria procede ao acompanhamento da produtividade de forma constante e ininterrupta, atentando para impedir que os feitos permaneçam parados indevidamente, ocasionando atraso na prestação jurisdicional.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|--|---|
| a) como a unidade se encontra em relação | A subsecretaria não está com a sua lotação completa, bem como há servidores em licença médica, aumentando o déficit, e em gozo de abono permanência, o que pode |
|--|---|

| | |
|----------------------------------|---|
| aos recursos humanos e materiais | ocasionar ainda maior diminuição do seu efetivo e, conseqüentemente, aumentar a carga de trabalho existente atualmente. Relativamente aos recursos materiais, alguns servidores estão com as suas máquinas oficialmente cedidas aos mesmos em suas residências, por conta do teletrabalho. |
| b) gestão do trabalho | Não há intercorrências relativamente aos serviços prestados pela Subsecretaria, não obstante as dificuldades enfrentadas com a pandemia e o efetivo teletrabalho de todos os servidores de forma inesperada. |
| c) resultados | Mesmo sob a pandemia e com a adoção do teletrabalho para todos, com as dificuldades que se apresentaram inicialmente para a adaptação das rotinas e métodos de trabalho por parte dos servidores e partes e advogados, cabe salientar que a produtividade em todos os setores aumentou, constatando-se que a realização de diversas tarefas por regime remoto afigura-se mais eficaz. |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Esta unidade, assim como as demais que compõem esta 7ª Turma Especializada, sempre busca a melhor prestação jurisdicional possível, procurando agilizar o andamento dos feitos, diminuindo cada vez mais o efetivo tempo de duração do processo.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Efetivamente sempre estamos buscando a atualização e aprimoramento dos conhecimentos e habilidades de todos os servidores, de modo que se possa alcançar o tempo razoável de duração do processo, fazendo constantes checagens por meios das ferramentas disponíveis (relatórios estatísticos, gestão de pessoal, reuniões periódicas, atualizações de conhecimento técnico constantes) que permitem evitar atrasos injustificados.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Não obstante às dificuldades enfrentadas por todos durante a pandemia, constatou-se que a efetiva prestação jurisdicional não sofreu atrasos, ao contrário, a produtividade aumentou significativamente. Para tanto, pode-se ressaltar que a adoção de aplicativos de mensagens, ainda que não oficiais e exclusivos do órgão (Whatsapp), a maior utilização de mensagens eletrônicas (e-mails); a utilização de sistemas de videoconferências, inclusive para a criação e adoção do Balcão Virtual pelo Eg. CNJ para atendimento às partes e advogados e, principalmente, a adoção do home office que diminui o tempo gasto em percursos e otimiza a execução das tarefas poderiam se tornar efetivas, de modo a agilizar ainda mais a prestação jurisdicional.

| 23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS | | |
|--|--------------------------|-----------------------------|
| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
| 50056284620194025101 | 30/9/2019 | Apelação |
| Observação: Agravo Interno regularmente já julgado, com publicação do respectivo acórdão em 15/2/22. | | |
| 00123531520144025101 | 14/6/2021 | Apelação |
| Observação: Autos devolvidos ao TRF em 10/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à remessa feita pelo Juízo a quo que envia os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, tendo sido proferido despacho determinando a remessa à Vice-Presidência, o que foi cumprido em 16/2/22. | | |
| 01716918420174025112 | 19/12/2020 | Apelação |
| Observação: Autos se encontravam aguardando término do prazo do edital publicado para eventual habilitação de herdeiros, ocorrendo o decurso em 16/2/2022, seguindo-se conclusão ao relator em 18/2/2022. | | |
| 00013967620194025101 | 25/7/2019 | Apelação |
| Observação: Houve nova distribuição no TRF em 22/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22. | | |
| 50879953020194025101 | 3/7/2020 | Apelação |
| Observação: Houve nova distribuição no TRF em 22/9/21 ao mesmo Relator, onde se encontravam localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22. | | |
| 50017714420194025116 | 5/8/2021 | Apelação |
| Observação: O sistema processual eletrônico fez nova remessa dos autos pela 1ª instância, ocasionando nova remessa do feito diretamente ao Gabinete e não à Secretaria, sendo na ocasião solicitada a remessa dos autos para regularização, restando aberta a conclusão em 14/2/22. | | |
| 00400680320124025101 | 27/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Findo o prazo de suspensão, regularizado o feito com a conclusão dos autos em 14/2/22. | | |
| 50450529520194025101 | 15/9/2021 | Apelação |
| Observação: Regularizados os autos com abertura da conclusão para voto-vista em 14/2/22. | | |
| 05028284420174025101 | 24/10/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve nova distribuição no TRF em 27/10/21 ao mesmo Relator, onde encontram-se localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22. | | |
| 50091556920204025101 | 28/2/2020 | Apelação |
| Observação: Houve nova distribuição no TRF em 28/10/21 ao mesmo Relator, onde encontram-se localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 15/2/22. | | |
| 50789982420204025101 | 27/11/2020 | Apelação |
| Observação: Houve nova distribuição no TRF em 3/11/21 ao mesmo Relator, onde encontram-se localizados face à reativação para novo julgamento feita pelo Juízo a quo, que remete os autos diretamente ao gabinete e não à Secretaria, sendo solicitada a remessa para regularização e feita a conclusão em 14/2/22. | | |
| 00287330820174025005 | 19/2/2021 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação: Autos se encontravam aguardando devolução de Carta de Ordem p/ contrarrazões ao RE/Resp. Não obstante solicitada a devolução, ela não ocorreu, porém houve cadastramento de advogado da parte no sistema, possibilitando a regular intimação eletrônica, estando no prazo para as respectivas contrarrazões. | | |
| 05026361420174025101 | 20/3/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Autos aguardavam devolução de mandado enviado para cumprimento pelo TRF1. Não obstante instado diversas vezes, não houve notícia do cumprimento, sendo certificado e feita a conclusão ao Relator em 15/2/22. | | |
| 50041529820184025103 | 31/10/2019 | Apelação |
| Observação: Processo em dia. O feito se encontra com baixa na distribuição desde 4/2/22. | | |
| 00111458220174025006 | 3/9/2019 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação: Houve andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias. O feito se encontra com baixa na distribuição desde 8/2/22. | | |
| 50094051620194020000 | 14/10/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação: Processo em dia. Os autos foram devidamente redistribuídos à Vice-Presidência para processamento do Resp em 9/2/2022. | | |
| 50198176320184025101 | 19/12/2018 | Apelação |
| Observação: Embargos de declaração regularmente já julgados, com publicação do respectivo acórdão em 14/2/22. | | |
| 00029506020164025001 | 28/11/2020 | Apelação |
| Observação: Houve andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias. Embargos de declaração pendentes de julgamento. Os autos já se encontram incluídos na pauta ordinária de 16/2/22. | | |
| 02070789620174025101 | 5/8/2020 | Apelação |
| Observação: Embargos de declaração regularmente já julgados, com publicação do respectivo acórdão em 15/2/22. | | |
| 00087858820144025101 | 21/5/2021 | Apelação |
| Observação: Embargos de declaração pendentes de julgamento. Os autos já se encontram incluídos na pauta ordinária de 9/3/22. | | |
| 00045464320114025102 | 30/11/2020 | Apelação |
| Observação: Houve andamento regular sem paralisação por mais de 90 dias. Embargos de declaração pendentes de julgamento. Os autos já se encontram incluídos na pauta ordinária de 16/2/22. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 21 processos selecionados para inspeção, 20 processos foram inspecionados. Apenas um processo não foi inspecionado por estar gravado com segredo de justiça. Foi informado, na Subsecretaria da Turma, que o referido Processo n. 5001771-44.2019.4.02.5116 já havia sido movimentado para o gabinete do Desembargador José Antônio Lisboa Neiva, onde será solicitado o extrato do processo. Todos os processos inspecionados são eletrônicos.

Não restou anotada qualquer recomendação na amostra de processos selecionada para a inspeção.

A Subsecretaria administra a realização de 4 (quatro) sessões por mês, todas as quartas-feiras, e, em alguns meses, são realizadas 5 (cinco), a depender da existência de sessão ampliada, consoante o previsto no art. 942 do CPC. No mês de março foram

realizadas 5 (cinco), tendo em vista a realização de sessão ampliada no dia 10/3/22. Houve, entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, sendo 20 sessões de julgamento virtuais; 20 sessões de julgamento telepresenciais; 4 sessões de julgamento virtuais (art. 942 do CPC) e 2 sessões de julgamento telepresenciais (art. 942 do CPC): Total de 46 sessões de julgamento.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 20 processos inspecionados, nenhum se encontrou com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora, Cláudia Ribeiro Simões, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

Inexistem processos tramitando em meio físico na unidade, consignando-se que todos os processos físicos encontrados na Subsecretaria já foram digitalizados e estão aguardando a sua remessa para o arquivo, o que se dá apenas uma vez ao mês.

A Subsecretaria da 7ª Turma deste Tribunal tem envidado esforços para manter em dia os atos de sua competência, merecendo destaque as ações praticadas durante o início da pandemia da Covid-19 que levou ao fechamento do Tribunal, sendo instalado o teletrabalho compulsório para todos os servidores. A adoção de novos canais de comunicação, como a utilização da ferramenta do aplicativo whatsapp, reuniões pelo aplicativo zoom e utilização do e-mail, foi fundamental para a continuidade da prestação do serviço. Essa comunicação se estende também aos servidores dos gabinetes com quem mantém estreita comunicação decorrente da dinâmica das sessões de julgamento. A Diretora da unidade consignou que, a despeito dessas dificuldades iniciais e do fato de que o quadro de pessoal não se encontra completo, os objetivos continuaram sendo atingidos, registrando, inclusive, o aumento de produtividade.

De forma geral, inexistente a prática de levar processos para julgamento em mesa. As certidões de julgamento são apostas nos processos no mesmo dia do julgamento, ressalvada a hipótese da sessão se estender e ser finalizada no final da tarde.

Apesar da sistemática de divisão das tarefas por 4 (quatro) Seções: Julgamento, Processamento, Procedimentos Diversos e Apoio, todos os servidores podem responder pelas demandas uns dos outros em razão da prática de rodízio das atividades entre os servidores. Tal prática demonstra, ao mesmo tempo, a organização da unidade e a capacidade de responder às necessidades porventura impostas pela falta de algum dos servidores.

Foi verificado, em relação ao Processo n. 5001771-44.2019.4.02.5116, a informação de que se encontrava em segredo de justiça. Questionado na unidade acerca do referido

processo, foi informado pela Diretora da Subsecretaria que não tinha mais acesso ao processo, eis que já havia sido movimentado para o gabinete do Desembargador José Antônio Lisboa Neiva.

Foi registrada a necessidade do aumento do número de servidores, haja vista o envelhecimento do quadro de pessoal e o aumento do Tribunal com a criação dos novos gabinetes, bem como em face da existência de servidores já na fase de recebimento do abono pecuniário, servidores em licença médica e um servidor com pedido de aposentadoria já formulado.

Anotou, ainda, a necessidade de modernização dos computadores através da compra de notebooks.

26. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter a excelente organização de trabalho demonstrada e a consecução dos objetivos da unidade.

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 8ª Turma Especializada

2.2 Competência

Matéria Administrativa/Cível

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadora Federal Vera Lucia Lima (Abril 2019 a Março 2021)

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Nilvete Maria Nogueira Silva - Diretora de Subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|----------------------|
| Servidores efetivos | 12 (doze) servidores |
| Servidores sem vínculo | nenhum |
| Estagiários de nível médio | nenhum |
| Estagiários de nível superior | nenhum |
| Outros | Não se aplica |

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

| | |
|-------------------------------|---|
| Publicação de acórdão/decisão | 00064170920144025101- processo incluído em pauta para julgar questão de ordem para corrigir acórdão; 00455882520184025103 - processo incluído em pauta para julgamento de questão de ordem; 01089343520144025120 - processo incluído em pauta para julgar questão de ordem para |
|-------------------------------|---|

| | | |
|--|---|---|
| | corrigir acórdão; 01403459020134025101 - processo incluído em pauta para julgar questão de ordem para corrigir acórdão; 01535034720154025101 - Acórdão publicado em 21/2/2022; 50516368120194025101 - Extrato de ata retificado na sessão de 22/2/2022. Aguarda liberação de acórdão correto para publicar. | |
| Expedição de carta/mandado/edital/ofício | | 0 |
| Análise/triagem | | 0 |
| Juntada | | 0 |
| Conclusão | | 0 |
| Extraviados/por restaurar | | 0 |
| Em carga com prazo vencido | | 0 |
| Outros | | 0 |

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

| | |
|--|-----|
| Total | 600 |
| Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC | 552 |
| Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC | 0 |

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

| | |
|--|---|
| Total de feitos verificados na inspeção anterior | 42 processos |
| Total de feitos não regularizados | 2 processos. 00098578620094025101- Processo aguardando inclusão em pauta, presencial, de prosseguimento na forma do art. 942 do NCPC; 00014177820074025002 Processo aguardando julgamento de embargos de declaração em sessão presencial de Prosseguimento pelo art. 942. |
| Total de feitos verificados na autoinspeção | 120 processos |
| Total de feitos não regularizados | 2 processos. 00167612620174025107 e 01552072720174025101 (aguardando cumprimento de diligência pela Vara de Origem. Já foram expedidos Ofícios solicitando informações sobre o cumprimento da diligência) |

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

| | |
|---|--|
| Total de publicações nos últimos 12 meses | 10.004 |
| Média de dias do julgamento à publicação | 10,6 |
| Número de publicações em prazo superior a 10 dias | 2.862 |
| Pendentes de publicação | 6 |
| Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | 00455882520184025103 (8/7/2020) - Processo incluído em pauta para julgar questão de ordem. |

4.5 Fluxo de publicação de decisões

| | |
|---|---------------|
| Total de publicações | 271 |
| Tempo médio | 7.5 |
| Publicações em prazo superior a 10 dias | 6 |
| Pendentes de publicação | 0 |
| O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando) | Não se aplica |

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

| | |
|--|--|
| Há mais de 30 dias | 869 |
| Há mais de 60 dias | 1.302 |
| Há mais de 90 dias | 112 |
| Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando) | 00018120220164029999-13/4/2020; 50013247820194020000-14/4/2020; 00065856120144029999-16/4/2020; 00201843320154029999-30/4/2020; 50217260920194025101-12/5/2020; 50228381320194025101-26/5/2020; 50007653620184025116 - 5/6/2020; 00138599520174020000- 9/6/2020; 50061522020194020000 - 23/6/2020; 50672580620194025101- 7/7/2020 |

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Guilherme Diefenthaler não participou das seguintes sessões de julgamento por motivo de férias:

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Foram realizadas 62 (sessenta e duas) sessões de julgamento nos últimos 12 meses.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Houve recomendação para que fossem fixadas metas objetivas e periodicamente controladas para a aferição do desempenho dos servidores.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Com o aumento do fluxo de trabalho foi necessário que todos os servidores passassem a desempenhar algumas tarefas específicas além das que lhe são próprias em função dos Setores em que exercem suas atividades. Tais tarefas comuns são distribuídas de forma igualitária entre os servidores, e, como as demais tarefas ocorre a verificação regular e periódica de sua realização a fim de cumprir a meta de que os processos permaneçam na Subsecretaria somente o tempo necessário para cumprimento dos atos processuais.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Foram adotadas as medidas recomendadas conforme item acima.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A Subsecretaria procura executar uma rotina de trabalho que possibilite o processamento dos feitos de forma célere e dentro dos prazos previstos nas metas. A maioria dos servidores lotados na Subsecretaria estão capacitados para executar além das tarefas do seu Setor também àquelas relacionadas a outros setores podendo, casualmente, cobrir eventuais ausências ou demandas excepcionais de trabalho por meio de mutirões para regularização do serviço. A principal dificuldade apresentada está relacionada com o volume de trabalho desempenhado e o quadro incompleto de servidores na unidade. Além disso, ainda há necessidade de aprimoramento do sistema eletrônico e treinamento dos servidores que prestam atendimento às ocorrências de problemas. Quanto às boas práticas, vale ressaltar a interação entre os gestores de Turma no sentido de compartilhar dúvidas, sugestões e experiências proporcionando uma maior homogeneidade na prestação de serviço das Subsecretarias.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Nilvete Maria Nogueira Silva

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A unidade está organizada em três Seções: Seção de Processamento que executa as providências pertinentes aos processos que são recebidos com despachos/Decisões, analisa o teor das petições, verifica a autuação, tempestividade dos recursos, recolhimento de custas, certifica o trânsito em julgado das decisões (4 servidores); Seção de Procedimentos Diversos que expede Mandados, Cartas Precatórias/Ordem, Ofícios (2 servidores); Seção de Coordenação e Julgamento que cria as pautas de julgamento, procede às intimações pelo sistema; remete a pauta à publicação e certifica nos autos; analisa as petições de impugnação à sessão virtual, expede ato ordinatória para intimação das partes para contrarrazoar recursos especial e/ou extraordinário, certifica trânsito em julgado de acórdão (5 servidores).

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O regime de teletrabalho somente passou a ser realizado por todos os servidores por determinação da Presidência do Tribunal por força da pandemia.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é exercido de forma integral.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não há propriamente fixação de cotas, mas o critério estabelecido com os servidores é o comprometimento com a organização e celeridade no processamento dos feitos.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito por meio do controle frequente do fluxo de movimentações dos feitos. Caso haja alguma retenção dessa movimentação verifica-se junto aos servidores da Seção responsável pelo andamento do feito a razão da não observância do critério estabelecido

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem dos processos eletrônicos que são recebidos no painel da Subsecretaria é feita pelo tipo de providência a ser tomada e o grau de urgência que tal providência requer. A partir de então, é encaminhado à Seção responsável por tal cumprimento.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

A 8ª Turma Especializada não possui, atualmente, processos físicos em tramitação.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Na Turma há processos físicos que foram digitalizados e migrados para o sistema eletrônico e que aguardam o trânsito em julgado do recurso para serem encaminhados ao setor de arquivo do Tribunal.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

A organização do acervo é realizada por localizações nas Seções responsáveis pelo andamento do feito e pela fase em que se encontra: aguardando julgamento, aguardando prazo, decisões/acórdão para intimar, etc. Por meio dessas localizações é possível controlar a movimentação e a fase que se encontra.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

A distribuição de atividades está diretamente relacionada com a Seção na qual o servidor está lotado. A maioria dos servidores está apta a realizar quase todas as tarefas pertinentes a sua Seção, além de atividades específicas de outras Seções.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

O controle e tratamento específico aos feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ são procedimentos realizados pelos gabinetes. A Subsecretaria procura dar tratamento específico aos feitos com prioridades de idoso e aqueles com medidas urgentes.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico é feito por meio do Portal de Estatística do Tribunal. O sistema eproc também possibilita utilizar filtros que permitem identificar possíveis falhas.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

Atualmente, com o trabalho remoto, o atendimento é feito por meio do balcão virtual e por telefone.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

O controle dos prazos das intimações dos entes públicos bem como às partes é realizado automaticamente pelo sistema.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições são automaticamente juntadas ao processo assim que são protocolizadas, impedindo, desse modo que hajam pendências.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito pelo Portal de Estatística do Tribunal. Identificando-se processos nessa

situação com prazos excedentes, informa-se ao gabinete responsável.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

O cronograma anual das Sessões de julgamento ampliado é definido em conjunto com a 7ª Turma Especializada. No cronograma de 2022 está previsto de uma a duas sessões mensais.

21. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão de trabalho compreende o gerenciamento das rotinas de trabalho e da equipe.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Em relação aos recursos humanos o quadro da unidade encontra-se incompleto e quanto aos recursos materiais não há demanda. |
| b) gestão do trabalho | O gerenciamento do processo de trabalho tem sido definido pela realização das atividades procurando definir e melhorar os procedimentos através da identificação e monitoramento das demandas extraordinárias, otimização do tempo, padronização dos métodos de trabalho e interação da equipe. |
| c) resultados | De uma forma geral, a unidade tem atendido de forma satisfatória as demandas |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados têm como foco atingir as metas organizacionais com maior agilidade e melhoria contínua dos processos de trabalho, além de proporcionar condições adequadas de trabalho que proporcionem a motivação e satisfação da equipe da unidade.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações que vêm sendo tomadas são a identificação, priorização e correção de procedimentos de trabalho críticos.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho proporcionou aos servidores, através da otimização do tempo, uma melhor qualidade de vida que se refletiu diretamente na qualidade e maior produtividade na execução das tarefas. Além disso, o atendimento por meio do balcão virtual e os julgamentos por videoconferência permitiram uma prestação jurisdicional mais inclusiva.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|---|-------------------|--------------------|
| 01535034720154025101 | 17/5/2021 | - |
| Observação/Providência: Acórdão publicado em 21/2/2022. | | |
| 50516368120194025101 | 10/3/2020 | - |

| | | |
|---|------------|--|
| Observação/Providência: Extrato de Ata retificado na sessão de julgamento do dia 22/2/2022 para constar que foi sobrestado o julgamento por força do resultado não unanime. Aguarda inclusão em sessão ampliada (art. 942/CPC). | | |
| 50096571920194020000 | 21/10/2019 | Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação |
| Observação/Providência: Processo foi julgado em 15/2/2022. | | |
| 00013880220194025101 | 24/6/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 22/2/2022. | | |
| 50013247820194020000 | 7/3/2019 | Ação Civil Pública |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão em pauta por videoconferência em razão de impugnação da parte ao julgamento em sessão virtual. Gabinete informou que será incluído na pauta do dia 6/4/2022. | | |
| 50014258120204020000 | 12/2/2020 | Ação Civil de Improbidade Administrativa |
| Observação/Providência: Processo aguardando prazo para manifestação das partes acerca da aplicabilidade da novel legislação ao caso concreto, em homenagem ao artigo 10 do CPC. | | |
| 00251852120164025001 | 7/7/2020 | Ação Civil Coletiva |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento por videoconferência do dia 23/3/2022. | | |
| 50217260920194025101 | 14/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído em pauta de julgamento por videoconferência do dia 23/3/2022. | | |
| 50228381320194025101 | 14/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído em pauta de julgamento por videoconferência do dia 23/3/2022. | | |
| 50007653620184025116 | 14/7/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 12/3/2020: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 00138599520174020000 | 17/3/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 23/3/2022. | | |
| 50061522020194020000 | 25/7/2019 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 21/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 01960130720174025101 | 22/3/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão em pauta por videoconferência em razão de impugnação da parte ao julgamento em sessão virtual. Gabinete informou que será incluído na pauta do dia 6/4/2022. | | |
| 50672580620194025101 | 12/5/2020 | Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão em pauta por videoconferência em razão de impugnação da parte ao julgamento em sessão virtual. Gabinete informou que será incluído na pauta do dia 6/4/2022. | | |
| 50019730920204020000 | 28/2/2020 | Agravo de Instrumento |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão em pauta por videoconferência em razão de impugnação da parte ao julgamento em sessão virtual. Gabinete informou que será incluído na pauta do dia 6/4/2022. | | |
| 50162217120184025101 | 6/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 25/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 50116563020194025101 | 17/2/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 25/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 00090081120184025001 | 3/12/2019 | Apelação |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo foi retirado de pauta desde 14/7/2020 por oposição à sessão virtual. Aguarda inclusão pelo gabinete em pauta por videoconferência. | | |
| 00779699220184025101 | 21/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 25/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 50081131920194025101 | 11/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 25/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 50522274320194025101 | 5/5/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento por videoconferência de 23/3/2022. | | |
| 00627608820154025101 | 1º/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão em pauta por videoconferência em razão de impugnação da parte ao julgamento em sessão virtual. Gabinete informou que será incluído na pauta do dia 6/4/2022. | | |
| 00186351620074025101 | 16/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído em pauta por videoconferência de 23/3/2022. | | |
| 00090141820184025001 | 19/12/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 15/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 50474051120194025101 | 18/5/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo retirado de pauta de 9/2/2022 por oposição da parte ao julgamento em sessão virtual. Aguarda inclusão em pauta por videoconferência. | | |
| 50020974920194025101 | 9/3/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Houve sobrestamento desde 14/2/2022: (x) em virtude de decisão do STF/STJ; () outro fundamento legal. | | |
| 50211029120184025101 | 18/8/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão pelo Relator em pauta por videoconferência ou pauta de julgamento ampliado, em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a meta 2 do CNJ. | | |
| 01000463820194020000 | 13/5/2021 | Restauração de Autos |
| Observação/Providência: Processo com decisão determinando sua baixa e arquivamento. | | |
| 05214984320114025101 | 8/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguardando inclusão na próxima pauta de julgamento ampliado (art 942/CPC). | | |
| 00240794020014025101 | 20/2/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo concluso ao Relator em 17/2/2022 após regularização processual pela parte. | | |
| 50532286320194025101 | 10/11/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos em pauta de julgamento de 29/3/2022. | | |
| 01884895620174025101 | 23/4/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Acórdão publicado em 18/2/2022. | | |
| 00133151920134025151 | 23/4/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo incluído em pauta de julgamento de 22/2/2022. | | |
| 00038671120184025001 | 25/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo foi julgado em 25/1/2022. | | |
| 50444859820184025101 | 30/4/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão do dia 15/2/2022. | | |
| 00244057720134025101 | 25/5/2021 | Apelação/Reexame Necessário |

| | | |
|--|------------|-----------------------------|
| Observação/Providência: Processo foi julgado em 25/1/2022. | | |
| 50228517520204025101 | 24/10/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão pelo Relator em pauta por videoconferência ou pauta de julgamento ampliado, em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a meta 2 do CNJ. | | |
| 01476899820154025151 | 1º/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento do dia 10/3/2022. | | |
| 50023121620194025104 | 28/2/2020 | Apelação/Reexame Necessário |
| Observação/Providência: Processo aguarda inclusão pelo Relator em pauta por videoconferência ou pauta de julgamento ampliado, em observância da ordem cronológica, de acordo com o art. 12 do CPC e a meta 2 do CNJ. | | |

24. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 40 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, sendo todos eletrônicos.

Em relação aos feitos inspecionados, não houve nenhuma recomendação específica.

A Subsecretaria da 8ª Turma realiza uma sessão virtual por semana e uma sessão telepresencial a cada 15 dias. Realiza, ainda, uma sessão ampliada (art. 942 do CPC) mensal. Perfazendo-se, assim, um total de 7 ou 8 sessões, dependendo do mês.

Entre fevereiro/2021 a janeiro/2022, foram realizadas 71 ordinárias e uma extraordinária, não havendo qualquer cancelamento no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Subsecretaria é zero, pois, dos 40 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Nilvete Maria Nogueira Silva, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A unidade está organizada em três Seções: Seção de Processamento que executa as determinações judiciais, analisa o teor das petições, verifica a autuação, tempestividade dos recursos, recolhimento de custas, certifica o trânsito em julgado das decisões (4 servidores); Seção de Procedimentos Diversos que expede Mandados, Cartas Precatórias/Ordem, Ofícios (2 servidores); Seção de Coordenação e Julgamento que cria as pautas de julgamento, procede às intimações pelo sistema; analisa as petições de impugnação à sessão virtual, expede ato ordinatório para intimação das partes para contrarrazoar recursos especial e/ou extraordinário, certifica trânsito em julgado de acórdão (5 servidores).

A triagem dos processos é feita pelo tipo de providência a ser tomada e o grau de

urgência que tal providência requer. A organização do acervo é realizada por localizações nas Seções responsáveis pelo andamento do feito e pela fase em que se encontra: aguardando julgamento, aguardando prazo, decisões/acórdão para intimar, etc., por meio das quais se faz o controle da movimentação e da fase que se encontra.

O controle periódico de processos sem movimentação é feito por meio do Portal de Estatística do Tribunal. O sistema eproc também possibilita utilizar filtros que permitem identificar possíveis falhas, como também o controle dos prazos das intimações das partes.

Na oportunidade da inspeção, verificou-se que, quanto às pendências apontadas no questionário da autoinspeção, respondido pela unidade (itens 4.1, 4.3, 4.4 e 4.6 acima), pode-se informar que foram tomadas providências com vistas ao andamento processual, conforme segue:

4.1 Pendentes de diligência:

- 00064170920144025101

Processo pautado para sessão de julgamento ampliado de 31/3/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

- 00455882520184025103

Processo pautado para sessão de julgamento ampliado de 10/3/22 para apreciar questão de ordem. Retirado de pauta. Decisão de 22/3/22 determinando o envio dos autos para o magistrado que proferiu voto posterior ao da Des. Federal Nizete Lobato, ora aposentada, no sentido de efetuar lavratura de acórdão.

- 01089343520144025120

Processo pautado para sessão de julgamento ampliado de 31/3/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

- 0140345-90.2013.4.02.5101

Processo pautado para sessão de julgamento ampliado de 31/3/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

- 01535034720154025101

Acórdão assinado em 17/2/22 e publicado em 22/2/22. Embargos de declaração opostos em 9/3/22. Prazo aberto para contrarrazões até 11/4/22.

- 50516368120194025101

Processo pautado para sessão de julgamento ampliado de 31/3/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente:

- 00098578620094025101

Processo com sigilo. Sobrestado para sessão ampliada desde 5/12/18. Decurso de prazo relativo ao evento 550 em 5/4/2022. 00064170920144025101 00064170920144025101 00064170920144025101.

- 00014177820074025002

Processo com embargos declaratórios pautados para sessão de julgamento ampliado em 28/4/2022.

- 00167612620174025107

Remessa p/ Sessão Judiciária-RJ p/ diligência em 28/2/19. Demora na juntada (21/3/22) da informação, datada de 15/6/21, sobre os Ofícios JFRJ-OFI-2019/04613 e JFRJ-OFI-2019/04940, expedidos em resposta ao Ofício TRF2-OFI-2019/11839. Diligência cumprida em 21/2/22. Processo concluso ao gabinete em 21/3/22.

- 01552072720174025101

Remessa p/ Sessão Judiciária-RJ em 18/3/19. Ausência de juntada de informação nos autos, há mais de 30 dias, sobre a expedição de ofícios em relação ao efetivo cumprimento da diligência junto ao juízo de origem.

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

- Processo 0045588-25.2018.4.02.5103

Questão de ordem pautada para 10/3/2022 tendo em vista a aposentadoria da Desembargadora Nizete Lobato Carmos, cujo voto foi o condutor em julgamento na sessão ampliada de 25/6/2020. Processo retirado de pauta e decisão do Desembargador Marcelo Pereira, em 22/3/2022, no sentido de remessa ao magistrado que tenha proferido o voto posterior ao da magistrada aposentada para lavratura de acórdão, nos termos do art. 96, § 1º, do RI do TRF2. Remessa em 24/3/2022 para o Desembargador José Antonio Lisboa Neiva. Aguarda-se lavratura do acórdão.

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:

- 00018120220164029999

Trânsito em julgado em 25/3/20, com baixa definitiva em 30/3/22.

- 50013247820194020000

Processo inserido na pauta virtual de 31/3/20. Retirado de pauta por oposição ao julgamento virtual. Pautado para sessão telepresencial de 6/4/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

- 00065856120144029999

Trânsito em julgado em 16/4/20, com baixa definitiva em 30/3/22.

- **00201843320154029999**

Trânsito em julgado em 29/4/20, com baixa definitiva em 30/3/22.

- **50217260920194025101**

Processo julgado na sessão de 23/3/2022.

- **50228381320194025101**

Processo julgado na sessão de 23/3/2022.

- **5000765-36.2018.4.02.5116**

Processo foi pautado para 8/10/19. Retirado de pauta. Decisão, em 12/3/20, pelo sobrestamento dos autos, conforme determinado pelo STF na ADI 5.090/DF (TR sobre o saldo das contas do FGTS).

- **00138599520174020000**

Processo julgado na sessão de 23/3/2022.

- **50061522020194020000**

Decisão pelo sobrestamento dos autos desde 21/2/2022, em virtude de determinação do STJ (AR 6.436/DF – questão da GAT).

- **50672580620194025101**

Processo pautado para sessão telepresencial de 6/4/22, sem, contudo, haver informação se efetivamente houve julgamento.

26. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas.

A unidade merece elogio pela eficiência e melhoria contínua.

DIVISÃO DE PRECATÓRIOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Divisão de Precatórios

2.2 Competência

Gestão dos precatórios e requisições de pequeno valor apresentados ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

André Costa de Sousa - Diretor da Divisão de Precatórios

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|----|
| Servidores efetivos | 14 |
|---------------------|----|

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, duas recomendações: a) necessidade de os gestores de precatórios dos TRFs receberem treinamentos ou pelo menos informações, possivelmente fornecidos por gestores que atuam junto aos Tribunais de Justiça, quanto às normas e instruções próprias expedidas por estes Tribunais relativas aos precatórios inscritos no Regime Especial (EC 99/2017), os quais devem ser acompanhados pelos TRFs em face dos disposto na Resolução CNJ n. 303/2019, art. 57; e b) efetuar estudos sobre a oportunidade e conveniência de que o TRF2 realize o controle subsidiário das requisições expedidas em duplicidade, já que o sistema eproc contempla funcionalidade para isso, sendo necessário, porém, um servidor que se ocupe exclusivamente dessa tarefa, que é extremamente trabalhosa.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Medida adotada para a recomendação "a": A Divisão de Precatórios encaminhou à Administração do TRF a devida solicitação para autorização da ação de capacitação relacionada a gestão dos precatórios pelos Tribunais de Justiça, nos termos da EC 109/2021. Aguarda-se a melhor oportunidade para a realização da mesma. Medida adotada para a recomendação "b": Após realizados os ajustes no sistema eproc, a DIPRE passou a

realizar permanentemente o "controle subsidiário das requisições expedidas em duplicidade", a partir do relatório fornecidos pelo sistema para este fim. O resultado desse controle está sendo apresentado no expediente que encaminha para a Administração as requisições para pagamento.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há medidas a serem adotadas. Todas as recomendações foram atendidas.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

As principais dificuldades atuais estão relacionadas com a constante necessidade de desenvolvimento de sistemas eletrônicos para auxiliar na gestão dos precatórios e RPVs, especialmente dos precatórios expedidos contra estados e municípios, que em sua maioria são geridos pelos tribunais de justiça e pagos parceladamente. Todavia, a Administração do TRF2 já foi devidamente cientificada por esta Divisão de Precatórios acerca da situação (Memorando n. TRF2-MEM-2021/04004) e sua Presidência já autorizou a adoção das medidas necessárias para o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos de dados solicitados.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

André Costa de Sousa

7. Diretor

André Costa de Sousa

7.1 Tempo de atuação do diretor na unidade

20 anos

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores da unidade estão em trabalho remoto, que foi instituído em decorrência da pandemia (Resolução n. TRF2-RSP-2020/00010). A implantação do teletrabalho, de acordo com as normas vigentes, encontra-se em estudos, a ser oportunamente regulamentada após a pandemia de Covid-19.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

O trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia é parcial e em sistema de rodízio, em conformidade com o disposto na Resolução n. TRF2-RSP-2022/00002.

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para o trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia, não há fixação de cota.

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

a) Constante acompanhamento da satisfação de nossos "clientes", especialmente os jurisdicionados do TRF2 em relação a entrega feita pela Divisão de Precatórios; b) Acompanhamento rigoroso do cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das rotinas e das demandas apresentadas à Divisão; c) Avaliação das iniciativas individuais das propostas dos servidores para melhoria das rotinas e das práticas do setor.

9. Quais as competências da Divisão de Precatórios?

Gestão dos precatórios apresentados ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que importa no processamento e liquidação de cerca de 130 mil requisições de pagamento ao ano, no total aproximado de R\$ 5 bilhões.

10. Como a unidade está organizada?

A DIPRE está organizada na estrutura de uma Divisão (CJ1) com 5 seções (FC5).

11. Há quantas requisições em trâmite?

Há 32.923 requisições em trâmite (18/2/2022), sendo: Precatório de 2023 = 3.827; Precatórios de 2022 = 10.799; Precatórios de 2021 ainda não baixados = 138 RPVs; não depositadas = 11.174 RPVs; já depositadas ainda não baixadas = 6.988.

12. Montante de RPVs e de precatórios

| | |
|--|---------|
| 12.1 Processados e pagos no período desta inspeção | 5.140 |
| 12.2 Pagos nos últimos dois anos | 252.229 |

13. Como é realizada a tramitação das requisições oriundas da Justiça Estadual?

Estas requisições são expedidas eletronicamente ao Tribunal por meio do eproc. Com o depósito, os juízos estaduais consultam os valores depositados, as contas de depósito e as datas de liberação para saque também no eproc. Em face dessas informações, o juízos estaduais expedem alvarás de levantamento em favor das partes beneficiárias. A utilização do sistema eproc para expedição dessas requisições ao Tribunal e para consulta dos dados de depósito pelos juízos estaduais está disciplinada na Resolução TRF2 n. 38/2018.

14. Tem sido observada a vedação do art. 35 e art. 35-A da Resolução n. 305/2014-CJF?

Os tipos dos beneficiários das requisições de pagamento são identificados pelos juízos no ato do cadastramento das mesmas podendo ser: P - Parte, C - Cessionário, A - Advogado Contratual, S - Advogado Sucumbencial. Não há outro tipo de beneficiário aceito.

15. Como é feita atualização dos precatórios?

Por meio do sistema eletrônico eproc, cujas regras de negócio seguem as diretrizes do CJF. O sistema eproc opera a atualização monetária a partir de tabelas alimentadas pela Divisão de Precatórios com os indexadores definidos em Lei (a partir de dez/2021 emprega-se a SELIC, nos termos da EC 113/2021).

16. Há atraso no pagamento de precatórios?

No caso de precatórios expedidos contra a Fazenda Pública Federal não há atraso algum, posto que a LDO estabelece a descentralização dos créditos orçamentários aos TRF2, que se encarregam da execução e pagamento dos mesmos. Quanto aos precatórios apresentados contra as fazendas estaduais e municipais, bem como contra outros devedores como Correios e Casa da Moeda, há eventuais casos de atraso nos pagamentos porque esses débitos são liquidados autonomamente pelos próprios devedores. Para esses eventuais casos de atraso, o TRF2 adota procedimentos anuais de sequestro dos valores requisitados, nos termos estabelecidos na Resolução CJF n. 458/2017, artigo 49-D. Outra situação é o caso dos precatórios apresentados contra estados e municípios inscritos no Regime Especial de Liquidação, atualmente disciplinado pela EC 109/2021. Esses precatórios são geridos pelos respectivos tribunais de justiça e seus pagamentos são realizados segundo os limites das receitas correntes de cada ente devedor.

17. A unidade possui plano de gestão?

Não há um plano de gestão formal, apenas normas objetivas estabelecidas em Lei e nas

resoluções do CNJ, CJF e do próprio TRF2 que disciplinam as atividades de gestão dos precatórios e RPVs.

17.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Não há carência de recursos materiais nem humanos. |
| b) gestão do trabalho | O trabalho está sendo gerido de forma eficiente, com aplicação integral dos recursos disponíveis. |
| c) resultados | Os resultados estão sendo alcançados de forma muito satisfatória, dentro das metas estabelecidas. As atribuições do setor estão sendo plenamente cumpridas e as normas que regem a matéria estão sendo integralmente observadas. |

17.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

a) Manter a eficiência atual e aplicar esforços para aperfeiçoar e desenvolver ferramentas eletrônicas de gestão para garantir uma maior racionalização dos recursos empregados nas rotinas relacionadas à matéria, para atender a sempre crescente demanda apresentada ao setor. b) Capacitar os servidores para executarem o trabalho de forma técnica e eficiente.

17.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Estamos buscando constantemente novas ferramentas eletrônicas para serem utilizadas na execução das rotinas de gestão dos precatórios e RPVs da Corte. Da mesma forma, buscamos fontes de conhecimento, das mais variadas, para fornecer conteúdo técnico, principalmente relacionado às normas que regem a matéria.

18. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Utilização de plataformas eletrônicas integradas para execução das rotinas do setor, mesmo que em trabalho remoto.

19. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A Divisão de Precatórios é integrada por uma equipe antiga com servidores que nela se encontram há mais de 15 anos. O fato de possuir uma equipe perene facilita o desenvolvimento do trabalho. As tarefas são desenvolvidas por demanda e distribuídas entre os 4 (quatro) setores: análise jurídica, integrada por um supervisor e mais quatro servidores, na sua maioria, analistas judiciários, servidores que detêm conhecimento jurídico para dirimir as questões, como, por exemplo, pedidos de retificação, inclusão de cessionários etc; o setor de banco de dados, integrado por um supervisor e mais um servidor, e os setores financeiro e de pagamento, cada um com dois servidores. Dentro dessa dinâmica, as tarefas não ficam concentradas em um único servidor, de modo que, na falta de um deles, não há paralisação dos serviços.

As atividades do setor seguem as regras dispostas nas várias resoluções do Conselho da Justiça Federal e, em especial, nas Resoluções ns 458/2017 e 38/2018 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Não há estagiário na unidade. A unidade possui 15 (quinze) servidores, número que reputa suficiente para o desenvolvimento das atividades.

A ordem cronológica dos requisitórios é rigidamente cumprida, atentando-se para a ordem imposta pela autuação das requisições. Da mesma forma, o pagamento observa a natureza dos requisitórios, a natureza alimentar e as preferências legais do idoso e de pessoas portadoras de doença grave.

O setor não possui atraso, em relação ao cumprimento dos prazos de pagamento de precatórios e de RPVs.

Observam-se as disposições da Resolução n. 458/2017, quanto à cessão de créditos, à regularidade de CPF e aos demais requisitos para a expedição dos requisitórios.

Os servidores da Divisão de Precatórios possuem treinamento adequado, tanto em relação às questões técnicas propriamente específicas da atividade, quanto no que tange a questões outras, referentes à utilização de ferramentas tecnológicas, ao sistema eproc etc.

Ainda neste tocante, em relação ao treinamento dos servidores acerca das diversas alterações legislativas, esse é ministrado pelo próprio diretor que integra um grupo de trabalho destinado a uniformizar os procedimentos relativos à operacionalização do pagamento dos precatórios, constituído pela Portaria n. 386 de 1º de agosto de 2019. O último treinamento foi ministrado recentemente, no mês de março, acerca das alterações das Emendas ns 113/2021 e 114/2021.

Em relação à expedição de precatórios em duplicidade, essa verificação vem sendo feita via eproc, tendo decorrido de uma das exigências da última inspeção, consoante o respondido nos itens 4.1 e 4.2.

A deflagração da pandemia do Covid-19 não trouxe grandes alterações ao funcionamento da DIPRE, de modo que, a despeito das mudanças decorrentes do teletrabalho, a equipe continuou cumprindo os prazos de pagamento de RPV e Precatório.

Os servidores trabalham de acordo com a resolução do TRF2 que estabeleceu o trabalho presencial de 50% da equipe, enquanto os outros 50% ficam em teletrabalho, através do sistema de rodízio.

O atendimento às partes e advogados não sofreu solução de continuidade, sendo realizado através dos ramais que se encontram na página do Tribunal e, principalmente, através do e-mail e do balcão virtual (atendido pelos servidores através de revezamento).

O portal do TRF2 possui as informações necessárias ao acompanhamento das requisições, além de outras informações complementares, como manuais de procedimento, tutoriais, tabelas de atualização monetária e juros, legislação etc.

A maior dificuldade apontada são as constantes alterações, o que impõe a necessidade de rápida resposta da unidade.

20. RECOMENDAÇÕES

Não remanesce qualquer pendência, quanto às recomendações efetuadas na inspeção anterior, tendo sido ambas atendidas. Não foi identificado qualquer problema digno de menção, recomendando-se a continuidade do excelente serviço prestado pela unidade, que merece elogio.

COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO, REGISTRO E AUTUAÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação (CODRA)

2.2 Competência

Informar aos usuários quanto à distribuição; Recepção das petições iniciais, quando da ocorrência de problemas para sua distribuição diretamente pelo sistema; Distribuição e redistribuição de feitos em cumprimento às normas internas e aos despachos dos Desembargadores Relatores; Assistir aos Gabinetes na consulta das hipóteses de prevenção e redistribuição; Prestar informações e elaborar certidões determinadas pelos Desembargadores ou, quando se fizer necessário, sobre registros, autuações e distribuição; Reportar ao Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal, através do Diretor da Secretaria, todos os incidentes e questões vinculados à distribuição; Prestar atendimento aos advogados e órgãos internos em relação às suas atividades; Reportar à Secretaria as situações de mau funcionamento dos sistemas eletrônicos e registrar os chamados técnicos necessários para a correção dos problemas detectados; Gerenciar o envio de processos ao Superior Tribunal de Justiça - STJ (recursos especiais).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Sávio Luiz Silva da Costa - Coordenador

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|--|
| Servidores efetivos | São dez servidores, sendo um Coordenador e três supervisores |
| Estagiários de nível superior | 2 |
| Servidores sem vínculo | |
| Estagiários de nível médio | |
| Outros | |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Com a introdução do trabalho remoto durante a pandemia foi necessário criar novas formas de atendimento ao público externo, para isso, além dos canais tradicionais de atendimento não presencial, como e-mail e telefone, passou-se a atender partes e advogados através do balcão virtual, que se mostrou uma boa prática para substituir o atendimento no balcão físico nas dependências do Tribunal. Outro instrumento bastante utilizado nesse período foram as reuniões por videoconferência e as orientações diárias e mais imediatas feitas através de grupos específicos em aplicativo de mensagem.

6. Como a unidade está distribuída dentro de suas atividades?

A unidade está subdividida em três Seções (SEAUT, SEADIS e SECERT). A Seção de Autuação (SEAUT), é responsável pelo cadastramento e envio de processos com Recurso Especial a serem apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça, através do sistema GPE; A Seção de Distribuição (SEADIS) realiza a retificação da autuação dos processos remetidos à Coordenadoria para tal fim, alertando aos servidores quanto aos equívocos encontrados, redistribui processos remetidos pelos Órgãos Julgadores e Gabinetes, bem como presta auxílio quando estas tarefas são realizadas por estes órgãos. A Seção de Expedição de Certidão (SECERT) é responsável pela expedição de certidões relativas aos processos recursais ou originários do Tribunal, bem como pela análise de prováveis para que estas sejam liberadas para acesso e impressão através do portal disponível no site do TRF.

7. Quais as atividades desenvolvidas?

A unidade presta atendimento ao público externo, com informações sobre distribuição, custas e outras vinculadas às suas atividades. Também atende ao público interno, orientando sobre distribuição e prevenção, bem como sobre retificação de autuação dos processos. Faz cadastramento e remessa de Recursos Especiais (recebidos da Assessoria de Recursos da Vice-Presidência pelo sistema eproc) ao STJ, através de programa específico para este fim. Orienta o público externo em relação à emissão de certidões de distribuição, bem como emite certidões em caso de impossibilidade de sua geração através do portal do TRF, requeridas, neste caso, por e-mail.

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores da unidade estão em trabalho remoto, que foi instituído em decorrência da pandemia (Resolução n. TRF2-RSP-2020/00010). A implantação do teletrabalho, de acordo com as normas vigentes, encontra-se em estudos, a ser oportunamente regulamentada após a pandemia de Covid-19.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

O trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia é parcial e em sistema de rodízio,

em conformidade com o disposto na Resolução n. TRF2-RSP-2022/00002.

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para o trabalho remoto instituído em decorrência da pandemia, não há fixação de cota.

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

São estabelecidas metas em relação à totalidade das tarefas, ficando a divisão delas a critério dos supervisores, com estabelecimento de um mínimo durante os períodos em que o setor recebe mais processos e divisão equânime quando a demanda é menor, sempre levando-se em consideração o grau de complexidade de cada processo, assim como outras tarefas que sejam desempenhadas concomitantemente pelos servidores, como atendimento por telefone e através do balcão virtual.

8.4 Todas as atividades da distribuição podem ser realizadas de modo remoto?

Sim.

8.5 Existe normativo que regulamente o trabalho remoto para a unidade?

As seguintes resoluções disciplinam o teletrabalho: Resoluções n. TRF2-RSP-2019/00046, de 24/6/2019, e n. TRF2-RSP-2021/00032, de 22/4/2021, deste Tribunal, e as Resoluções n. 227, de 15/6/2016, e Resolução n. 343, de 9/9/2020, ambas do Conselho Nacional de Justiça. Já o trabalho remoto, imposto pela pandemia desde março de 2020, é regulamentado pela Resolução n. TRF2-RSP-2020/00010, com suas posteriores alterações, e pela Resolução n. TRF2-RSP-2022/00002.

8.6 Existe distribuição ordinária após o horário de expediente, ou nos sábados, domingos e feriados?

O sistema eproc permite ao advogado a distribuição de processos em qualquer dia e horário.

9. Como é realizado o controle de prevenção?

O próprio sistema detecta se há algum processo anteriormente distribuído com o mesmo número de processo originário e distribui o processo cadastrado por prevenção a este.

10. Em que prazo a unidade realiza a atividade de exame de prevenção?

Não há prazo, pois o próprio sistema verifica se há processo preventivo e faz distribuição de forma automática, distribuindo sempre ao gabinete que possui o processo preventivo com distribuição mais recente. Em caso de mais um processo preventivo, o próprio gabinete verifica no relatório gerado pelo sistema o processo anterior preventivo e remete o processo distribuído.

11. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes?

No sistema eproc a remessa ocorre de forma automática após a distribuição feita pelo advogado.

12. Como ocorre a distribuição em relação aos processos conclusos para juízo de retratação e as reativações processuais a partir da devolução dos Tribunais Superiores?

Após proferida decisão determinando o encaminhamento do processo para juízo de retratação, a Assessoria de Recursos da Vice-Presidência encaminha os autos ao órgão julgador originário por meio do lançamento de um evento de devolução no sistema eproc. Já em relação à devolução dos processos pelos Tribunais Superiores, recebidas as peças nos sistemas do STJ e do STF, a Assessoria de Recursos da Vice-Presidência promove a

sua juntada aos autos a que se referem; efetua o lançamento do evento de recebimento, o que restabelece a movimentação do processo; e realiza o processamento do feito, de acordo com o resultado do julgamento.

13. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes, em relação aos processos originários oriundos dos juízos no exercício da competência delegada?

Os recursos em processos de competência delegada são distribuídos no sistema eproc diretamente pelos servidores da Justiça Estadual, sendo automaticamente remetidos aos gabinetes quando do seu cadastramento no sistema.

14. Qual o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada?

5,4%

15. Qual o percentual dos inquéritos em que há declinação da competência?

6,7%

16. Como é realizada a digitalização dos feitos físicos?

Não há mais processo físico em tramitação no TRF2. O acervo é 100% eletrônico.

17. O planejamento adotado pela unidade para a digitalização dos feitos está obedecendo critérios de agilidade e dinâmica para a não retenção dos processos?

Não se aplica

18. Há acervo pendente de distribuição no Tribunal?

Não.

19. Qual o tratamento que recebem os feitos gravados com prioridade e urgências?

Restringindo a resposta às atribuições da Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação, esclarecemos que a retificação ou redistribuição de processos dessa natureza são imediatamente realizadas.

20. Quais os servidores que tem competência para alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos desembargadores?

Sávio Luiz Silva da Costa e Julio Henrique de Souza Silva

21. A unidade possui plano de gestão?

Não. Porém, em novembro de 2021, foram iniciados trabalhos visando à implantação da gestão de desempenho juntamente com a Secretaria à qual esta vinculada, que contempla a definição de objetivos e as ações a serem alcançados pela Coordenadoria.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Adequada às suas necessidades |
| b) gestão do trabalho | As tarefas encontram-se bem divididas entre os servidores |
| c) resultados | Bastante satisfatórios |

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Redistribuir e retificar os processos recebidos em um prazo máximo de 72 horas. Enviar os Recursos Especiais ao STJ em um prazo máximo de 72 horas.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Melhorar divisão de tarefas e treinar adequadamente os servidores para a utilização do sistema eproc e o sistema de envio de processos ao STJ.

22. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Realização periódica de reuniões para avaliação e divisão das tarefas realizadas. Atendimento do público externo através do balcão virtual, que agiliza o atendimento, mesmo em trabalho remoto, e torna desnecessária a vinda de partes e advogados às dependências do Tribunal.

23. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Sr. Sávio Luiz Silva da Costa, Coordenador, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A unidade está vinculada à Secretaria de Atividades Judiciárias, sendo que as atividades por ela desempenhadas estão relacionadas ao atendimento ao público externo (advogados) e interno (especialmente Gabinetes).

O atendimento ao público externo dá-se de forma presencial e virtual, em sistema de rodízio entre os servidores, e abrange especialmente o esclarecimento de dúvidas dos advogados no peticionamento e ajuizamento de ações. O atendimento externo dá-se pelo balcão virtual e por meio telefônico. Tais práticas, que foram adotadas durante o período de trabalho remoto compulsório, devido à pandemia, foram mantidas no retorno ao trabalho presencial.

O atendimento ao público interno abrange o cumprimento de despachos/atos ordinatórios oriundos dos Gabinetes e relacionados à (re)distribuição dos feitos (prevenção, inclusive).

A unidade conta atualmente com 9 servidores (houve a saída de um servidor após o preenchimento do relatório pela unidade) e é dividida em três setores (descritos no item 6 deste relatório).

Todos os servidores da unidade estão capacitados para desempenhar as tarefas de qualquer desses setores, de acordo com a demanda.

Considerando a dinâmica de deslocamento dos servidores para atividades relacionadas a qualquer dos setores da unidade, esta não conta, atualmente, com metas individuais permanentes de desempenho.

Desde o final do ano de 2021, a unidade está desenvolvendo, junto com a Secretaria de Atividades Judiciárias, um plano de gestão de desempenho, o qual se encontra em fase inicial.

24. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Finalizar a elaboração do plano de gestão de desempenho e promover sua implementação;
- b) Capacitar os servidores para o uso do sistema eproc, promovendo cursos práticos acerca dos recursos disponíveis para o usuário;
- c) Estabelecer metas permanentes de desempenho individual, sem prejuízo da dinâmica de deslocamento de servidores de um setor para outro, conforme a necessidade;
- d) Dar continuidade às tratativas junto à Secretaria de Atividades Judiciárias, a fim de que também o gerenciamento do envio de processos ao STJ seja atribuído à Assessoria de Recursos.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. UNIDADE INSPECIONADA

1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargadora Federal Simone Schreiber

1.2 Competência

Além de funções administrativas de coordenação, a COJEF exerce função jurisdicional, pois em sua estrutura funciona a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, composta pelos Juízes e Juízas Federais integrantes das Turmas Recursais (24 Juízes e Juízas Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro mais os (as) 6 Juízes e Juízas Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo), sob a presidência da Desembargadora Federal designada para exercer o cargo de Coordenadora Regional dos Juizados Especiais Federais, com a competência prevista no artigo 5º da Resolução n. TRF2-RSP-2019/00009. Além do assessoramento à Desembargadora Federal Presidente da TRU, nas decisões e matérias de sua competência, todo o processamento no âmbito da TRU - aí incluídos os 30 Gabinetes vinculados - cabe também à COJEF (conforme descrito no item 7, adiante).

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais: desde

8 de abril 2021

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

| | |
|---------------------|--------------------------|
| Servidores efetivos | 6 |
| Outros | 1 Juíza Federal Auxiliar |

2.2 Cargos e Funções Comissionadas em atividade

| | |
|-----|---|
| CJ1 | 1 - Divisão de Atividades Executiva e Jurisdicional |
| FC5 | 3 - Supervisores das Seção de Apoio Administrativo (SEAPAD); Seção de Eventos Estratégicos (SESTRA) e Seção de Apoio Jurisdicional (SEAJUR) |
| FC6 | 1 - Assessor-Adjunto |
| FC3 | 1- Assistente III |

2.3 Força de trabalho em atividade-fim

| | |
|--|------|
| Número de servidores em atividade-fim | 3 |
| Total de processos em tramitação no gabinete | 68 |
| Relação de processos por servidor em atividade-fim | 22,6 |

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU (Sempre utilizar para todos os subitens a mesma data, de posição ou período, informada no item 3)

| | |
|--|-----|
| Total em tramitação na COJEF/TRU | 120 |
| Processos concluídos | 50 |
| Processos sobrestados/suspensos | 1 |
| Processos baixados em diligência à 1ª instância no período | 0 |
| Outras situações (especificar) | 0 |

3.2 Histórico do acervo de processos concluídos na COJEF/TRU

| | |
|----------------------|----|
| Na assunção | 60 |
| Na inspeção anterior | 54 |
| Na inspeção atual | 50 |

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU

Não se aplica.

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição

| | |
|--|---|
| Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive) | 0 |
| Processos distribuídos em 2015 | 0 |
| Processos distribuídos em 2016 | 0 |
| Processos distribuídos em 2017 | 2 |

3.5 Processos extraviados e restaurados

| | |
|---|---|
| Processos extraviados e restaurados | 0 |
| Processos extraviados e não restaurados | 0 |
| O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando) | 0 |

3.6 Processos concluídos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU

| | |
|----------------------|----|
| Desde a distribuição | 49 |
| Há mais de 5 anos | 0 |
| Há mais de 4 anos | 0 |
| Há mais de 3 anos | 0 |
| Há mais de 2 anos | 0 |
| Há mais de 1 ano | 4 |

3.7 Processos distribuídos na COJEF/TRU

| | |
|-----------------------|---------------|
| Total | 263 |
| Maior distribuição em | maio/2021 |
| Menor distribuição em | dezembro/2021 |

3.8 Processos sobrestados

| | |
|------------------------------|---|
| Total | 0 |
| Processos de Metas CNJ | 0 |
| Por decisão do STF/STJ | 0 |
| Outras situações processuais | 0 |

3.9 Total de decisões proferidas na COJEF/TRU

323

3.10 Total de processos na condição de META2/CNJ 2022 da COJEF/TRU

| | |
|---------------------|---|
| Meta 2/2018 (Atual) | 5 |
| Anos Anteriores | 0 |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Houve pontual dificuldade de formação de nova equipe, com necessidade de adaptação e treinamento, atualmente formada por pessoal com experiência em gestão, processamento e atividades de Gabinete de Desembargador Federal. Foi instalado canal de interlocução com os gestores de todas os Gabinetes das Turmas Recursais, que compõem a Turma Regional de Uniformização; estão sendo promovidos estudos para aperfeiçoamento das normas internas e para padronização de minutas quanto aos temas mais comuns, para viabilizar a fixação de metas de conclusão; são realizadas frequentes reuniões de equipe para apontar urgências, canalizar esforços, difundir conhecimento e corrigir procedimentos quando necessário. De todo modo, o acervo é enxuto. Quanto ao processamento, é imediato.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Márcia Carvalho Ribeiro de Jesus

7. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há alguma estrutura permanente de servidores?

A estrutura organizacional da COJEF é composta por uma Divisão de Atividades Executiva e Jurisdicional, uma Assessoria-Adjunta e três Seções: de Apoio Administrativo (SEAPAD), de Eventos Estratégicos (SESTRA) e de Apoio Jurisdicional (SEAJUR), com competências específicas, consoante as Resoluções ns TRF2- RSP-2016/00020, de 8/7/2016 e TRF2- RSP-2019/00061, de 9/8/2019. É uma unidade que reúne em um mesmo setor as atividades de análise da admissibilidade de recursos, julgamentos por órgão colegiado, de secretaria processante e funções administrativas de coordenação, além de prestar todo o auxílio necessário aos 30 gabinetes que compõem a Turma Regional de Uniformização, no que diz respeito ao processamento anterior e posterior às sessões de julgamento.

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Devido a pandemia todos os 6 servidores estão em regime de teletrabalho.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral (horário de expediente normal 11h às 19h).

7.3 Qual critério para fixação das cotas?

A unidade conta com poucos servidores, suficientes às atividades descritas no item 7 acima, e ainda não foi necessário fixar cotas (além do prazo de conclusão referido no tópico 5.1), trabalhando-se com a atribuição de tarefas de acordo com a distribuição, o que vem tendo resultado satisfatório, sempre sob monitoramento.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O desempenho vem se mostrando satisfatório, a despeito de não ter sido estabelecida cota. O acervo pendente de decisões já foi saneado, assim como procedimentos administrativos (expedientes de consulta ou demandas de magistrados e magistradas integrantes da TRU). O processamento dos atos judiciais produzidos no âmbito da TRU é imediato.

8. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

Existe demanda dos magistrados para que seja implementado sistema eficiente de consulta de jurisprudência da Turma Regional de Uniformização, das Turmas Recursais e Juizados Especiais. A atual gestão reforçou, junto à Presidência do Tribunal, a necessidade de atender essa demanda. Os julgamentos das sessões da Turma Regional são também disponibilizados na página da COJEF no Portal do Tribunal, através de boletins informativos.

9. Como é o atendimento a partes e advogados?

Por conta da pandemia o atendimento a partes e advogados acontece por e-mail ou por telefone (ramal direcionado).

10. Há estabelecimento de metas de trabalho? Especificar.

respondido itens 5.1 e 7.3

11. Qual a periodicidade das reuniões das Turmas regionais? (especificar local/estado) e a forma de realização da reunião (videoconferência, virtual ou presencial)

As sessões de julgamento da Turma Regional de Uniformização acontecem, ordinariamente, trimestralmente e, quando necessário, são designadas sessões extraordinárias, por videoconferência, pela plataforma Zoom. Destaca-se que as sessões de julgamento são sempre precedidas de sessões preparatórias, também realizadas por meio de videoconferência (parágrafo único do artigo 17 da Resolução n. TRF2-RSP-2019/00009), conduzida pelo Juiz ou Juíza Auxiliar, secretariadas por servidor lotado da COJEF.

12. Como a unidade está trabalhando para atingir as Metas 1, 2 e 3 do CNJ?

A unidade não tem pendências dessa natureza.

13. Existe regimento interno que regulamenta as Turmas Regionais e as Turmas Recursais da Região?

Sim. Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (Resolução n. TRF2-RSP-2019/00003, de 8 de fevereiro de 2019) e Regimento

Interno da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (Resolução n. TRF2-RSP-2019/00009, de 15 de março de 2019).

14. Há unidade avançada de atendimento ou juizados itinerantes?

Não.

15. A unidade possui plano de gestão?

As tarefas são distribuídas entre os servidores através de uma divisão matriz pelas atividades de Secretaria (processamento/julgamento) e Gabinete.

15.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| b) gestão do trabalho | No último ano, a gestão foi marcada pelo diálogo, em busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, além da melhoria dos serviços e funcionalidades disponibilizadas aos públicos interno e externo. |
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Os recursos humanos e materiais vêm se mostrando satisfatórios |
| c) resultados | O desempenho vem se mostrando satisfatório, a despeito de não ter sido estabelecida cota. O acervo pendente de decisões já foi saneado, assim como procedimentos administrativos (expedientes de consulta ou demandas de magistrados e magistradas integrantes da TRU). O processamento dos atos judiciais produzidos no âmbito da TRU é imediato. |

15.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter a celeridade no processamento; implementar pesquisa online de jurisprudência; finalizar o desenvolvimento junto ao Núcleo de Estatística do Tribunal de relatórios estatísticos com critérios mais personalizados dos dados dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e TRU no tocante à tramitação dos processos por assunto, classe, unidade, tempo médio de audiências, acompanhamento do cumprimento de metas/desempenho de magistrados, na moderna plataforma Power BI; finalizar o projeto de alteração de dispositivos dos Regimentos Internos das Turmas Recursais e TRU; criação de nova página para a COJEF com alteração da interface existente, para melhorar a experiência do usuário; realização do IX FOREJEF, que tem como objetivo discutir temas que auxiliam o aprimoramento do sistema dos Juizados Especiais Federais e o aprofundamento do debate sobre as ações implementadas, buscando otimizar a prestação jurisdicional.

15.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Como a implementação dos objetivos descritos no item acima depende de setores não subordinados à COJEF, as ações possíveis se restringem a gestões junto às áreas competentes.

16. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A adoção do teletrabalho para todos os servidores, em rodízio, reduzindo a quantidade de

servidores no prédio do Tribunal e, com isso, os custos ao Judiciário.

17. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Coordenadora dos Juizados Especiais Federais Desembargadora Simone Schreiber e também pela Juíza Federal Auxiliar Débora Malinki.

A estrutura de pessoal da unidade é bastante enxuta, contando com seis servidores, que nela ingressaram quando a Desembargadora Simone Schreiber assumiu a Coordenadoria.

Mencionou-se o grande comprometimento de toda a equipe, bem como a circunstância de o trabalho desenvolvido por um servidor poder também ser desempenhado por qualquer outro do grupo, cujos membros têm o domínio das atribuições desenvolvidas na COJEF.

A unidade relata que está organizando a realização do encontro FOREJEF desta gestão (IX FOREJEF), nos moldes delineados pela ENFAM, que contará com momentos dedicados ao debate de temas caros aos Juizados Especiais Federais e às Turmas Recursais, mesas de discussões e, a partir desse diálogo, com a formulação dos respectivos enunciados.

Relata, ainda, que a COJEF participa ativamente do Fórum Interinstitucional de Direito Previdenciário, matéria que corresponde à maioria dos processos que tramitam tanto nos Juizados Especiais Federais, como nas Turmas Recursais e também na própria Turma Regional de Uniformização.

Duas questões atraem a preocupação da equipe da Coordenadoria.

A primeira delas, refere-se à realização de perícias nos juizados especiais, contando a unidade com o diálogo entre os juízes para buscar soluções para minimizar a problemática da contingência orçamentária.

A segunda delas, refere-se às férias dos juízes das Turmas Recursais, fato que gera dificuldades principalmente para a realização das sessões de julgamento, que vêm sendo contornadas mediante interlocução com a Corregedoria do Tribunal.

Quanto à organização da estrutura da COJEF, a Coordenadora e sua juíza federal auxiliar mencionam algumas alterações a serem implementadas no Regimento Interno respectivo, especialmente quanto à competência e ao cabimento de alguns recursos. Este normativo está sendo aprimorado por força de proposta a ser submetida ao Plenário deste Regional na mesma semana em que está sendo realizada a inspeção.

A equipe de inspeção foi informada de que as sessões da Turma Regional de Uniformização, ordinariamente, são realizadas três vezes ao ano. A exemplo do que já ocorria antes da superveniência da pandemia, essas sessões são realizadas por

videoconferência. Os juízes que compõem a Turma têm a expectativa de que, quando a pandemia for definitivamente controlada, esse sistema seja mantido.

A equipe de inspeção também dialogou com a Diretora da unidade Márcia Carvalho Ribeiro de Jesus, que relatou estar em fase de testes, pelos usuários, uma ferramenta direcionada à pesquisa das decisões proferidas pelas Turmas Recursais, que visa a atender uma das demandas mais antigas dos juízes federais. A ideia é a de possibilitar a pesquisa jurisprudencial considerando-se os diversos julgadores, a matéria discutida, o assunto tratado e também o ano da prolação da decisão. Estão sendo envidados os esforços hábeis para que esse canal de busca seja disponibilizado até o final deste ano.

Também foi salientado que a unidade promoveu inclusões de todos os boletins das sessões da TRUs na página do COJEF na rede mundial de computadores, nela concentrando esse banco de dados para facilitar a consulta dos juízes, servidores, advogados e jurisdicionados.

18. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Velar para que seja mantido o cumprimento da Meta 2 do CNJ;
- b) Manter em dia o processamento dos atos judiciais produzidos no âmbito da TRU; e
- c) Reforçar a capacitação da equipe para o uso do sistema eproc, com vistas à plena utilização de todas as suas ferramentas, inclusive as relativas à consulta de jurisprudência.

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região - NPSC2

2.2 Competência

O Núcleo tem por objetivo promover a pacificação social através da via conciliatória, de forma eficaz, simples e ágil, nas demandas entre cidadãos e entes públicos, na fase pré-processual e no curso do processo judicial. Em busca de uma ordem jurídica mais justa, atua realizando práticas permanentes em toda 2ª Região, com ênfase no uso dos métodos autocompositivos de soluções de controvérsias, com o intento de contribuir de forma efetiva para a celeridade do término das demandas, observando os princípios legais, éticos e humanos, procedendo de acordo com os parâmetros da Resolução n. 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

O Núcleo é Coordenado pelo Desembargador Federal José Ferreira Neves Neto, pela Juíza Federal Aline Alves de Melo Miranda Araújo e pela Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik, Convocadas em auxílio ao NPSC2. No âmbito do NPSC2 encontra-se o CEJUSC AMBIENTAL, coordenado pela Juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho, o CEJUSC SAÚDE, coordenado pela Juíza Federal Maria Amélia Almeida Senos de Carvalho e o CAIJF, coordenado pelo Juiz Federal Vladimir Vitovsky.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Luiz Antônio Soares - coordenador substituto.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Nome: Danielle Cruz Freire de Carvalho Cargo: Coordenadora do NPSC2. Início da Inspeção: 14/2/2022.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|-------------------------------|---|
| Servidores efetivos | ALEXANDRE MARQUES CORRÊA; ALINE SILVA CUNHA; DANIELLE CRUZ FREIRE DE CARVALHO; JOÃO BATISTA COELHO; LUCAS DE SEQUEIRA BATISTA LEVENHAGEN; PATRÍCIA LEAL EL-AMIR BITTENCOURT; RACHEL SALETTE DE OLIVEIRA CAVALCANTE; ROSÂNGELA DE ARAUJO FERNANDES; VONER MIRANDA MARTINS. |
| Estagiários de nível superior | CHRYSTIANE CASSIANO COSTA PEREIRA e YASMIM DE OLIVEIRA MACEDO. |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Por conta da limitação do espaço, as recomendações da última inspeção e os respectivos cumprimentos foram encaminhados para o CJF através do ofício n. TRF2- OFI- 2021/09302, enviado por e-mail remetido em 7/12/2021.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Por conta da limitação do espaço, as recomendações da última inspeção e os respectivos cumprimentos foram encaminhados para o CJF através do ofício n. TRF2-OFI- 2021/09302, enviado por e-mail remetido em 7/12/2021.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações foram cumpridas conforme ofício n. TRF2-OFI-2021/09302, enviado por e-mail remetido em 7/12/2021.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

O trabalho do NPSC2 foi reconhecido com o recebimento de 2 prêmios, 1º e 2º lugar no prêmio Cultura da Paz 2021 da OAB/RJ pelos dois projetos inscritos, Design Emergencial e e-Audiências de Conciliação. Cabe ressaltar que, o projeto Design Emergencial também foi selecionado para integrar as Boas Práticas do CNJ.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do relatório

Danielle Cruz Freire de Carvalho - Coordenadora do NPSC2

7. Como a unidade está organizada? (Setores, funções e atribuições).

O NPSC2 tem na sua estrutura: 1- Centro de Conciliação 100% Digital - C100% Responsável pelo processamento do NPSC2 (3 servidoras - Rosângela FC-5, Patrícia FC-4, Aline FC-4 e 2 estagiárias movimentam processos no TRF2, SJRJ e SJES) 2- Escola de Mediação da 2ª Região: Responsável pela qualificação dos conciliadores, controle do estágio supervisionado e atualização do sistema Conciliajud(3 servidores - Alexandre FC-5, Voner FC-4 e Rachel FC-3) 3- Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal - CAIJF: Responsável por aproximar a JF do cidadão, realizando ações educativas sobre

direitos do cidadão junto a escolas e programas educacionais, dentre outros (1 Servidor - João FC-4) 4 - Centro Judiciário de Solução de Conflitos Ambientais - CEJUSC AMBIENTAL: Conciliação das causas complexas ambientais (1 Servidor - Lucas, sem função. Acumula as atribuições do Cejusc saúde também) 5 - Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Saúde - CEJUSC SAÚDE: Conciliação das causas complexas saúde.

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, devido à pandemia, os servidores revezam-se para comparecimento presencial no TRF2, trabalhando em sistema de rodízio para que, pelo menos um servidor esteja presencialmente no Tribunal. Os demais servidores mantem-se em home office.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, devido à pandemia, os servidores revezam-se para comparecimento presencial no TRF2, trabalhando em sistema de rodízio para que, pelo menos um servidor esteja presencialmente no Tribunal. Os demais servidores mantem-se em home office.

7.3 Qual critério para fixação das cotas?

No Centro 100% Digital, o trabalho é dividido por localizadores pelos servidores e estagiárias, cada um ficando responsável pelo processamento dos processos ou reclamações pré-processuais do seu respectivo localizador. Na Escola de Mediação, as atribuições são divididas de acordo com os cursos que são desenvolvidos, ministrados e cadastro e controle dos conciliadores e mediadores formados e em estágio supervisionado. CEJUSCs e CAIJF com apenas um servidor cada que realizam 100% das atividades.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é realizado diariamente, com o resultado das atividades que devem ser desenvolvidas, pela verificação dos localizadores processuais do sistema eproc, do relatório de atividades diárias, bem como da percepção do desenvolvimento das atividades necessárias, com presteza e eficiência pelos servidores e estagiários. Cumpre ressaltar, que todos os servidores são comprometidos com a conciliação e que não houve necessidade de intervenção por não cumprimento das atividades atribuídas.

8. De que forma ocorre a organização dos processos, a gestão do acervo e o controle da movimentação interna?

O fluxo é desenhado de acordo com o resultado das tratativas com as partes dos processos - entes públicos ou advogados com número elevado de processos. Nessas tratativas, são estabelecidos os termos das propostas de acordo e o fluxo a ser seguido, como prazos, valores ou porcentagem e indicação dos processos com possibilidade de acordo. Com esses dados, o NPSC2 ou a própria parte solicita/requer a remessa dos autos ao C100% para início da conciliação. A gestão do acervo é feita pelo acompanhamento dos processos através de relatórios do sistema eproc e pelos localizadores, a exemplo do localizador decurso de prazo, designar audiência, minutar sentença, etc., como também os relatórios de atividades de cada servidor da unidade, possibilitando controle total da movimentação interna.

9. Quais os critérios para a seleção dos processos a serem conciliados?

Os processos a serem conciliados são indicados nas tratativas com os entes públicos partes dos processos, na sua grande maioria e remetidos para o C100% para conciliação. Também, as partes que optarem pela conciliação podem requerer a remessa do seu

processo para o respectivo C100% Digital.

10. Como são realizados os atos processuais antes e depois da conciliação? (Intimação das partes e cumprimento).

Recebemos os processos, abrimos conclusão para despacho inicial com a intimação do ente público para apresentar proposta de acordo. Sinalizada ou apresentada a proposta de acordo, intimamos as partes para audiência de conciliação. Havendo acordo, é homologado por sentença e pode ser devolvido ao Juízo de origem para cumprimento. No caso das Reclamações Pré-Processuais, o cumprimento se dá no próprio C100% até seu arquivamento. Caso não haja acordo, o processo é devolvido para o Juízo de origem.

11. Como ocorre a dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores)?

Hoje ainda estamos trabalhando com as RPPs e Processos de Auxílio Emergencial e os processos de expurgos inflacionários, com audiências de conciliação semanais. Também organizamos e realizamos mutirões temáticos de conciliação, com apoio de conciliadores formados ou em estágio supervisionados. Todas as audiências e mutirões estão sendo realizados de forma virtual através da plataforma zoom.

12. Como é feito o controle estatístico da unidade?

O controle estatístico é realizado manualmente utilizando planilha de Excel. Mensalmente os Centros de Conciliação enviam planilhas com informações sobre as audiências designadas, realizadas, resultados e valores acordados. Essas planilhas são consolidadas pelo Núcleo de Conciliação. Além desse controle, o Núcleo de Estatística do TRF da 2ª Região envia mensalmente ao CNJ informações do banco de dados do sistema eproc, referentes às audiências de conciliação realizadas.

13. Qual a média de tempo de tramitação dos procedimentos na unidade?

Atualmente, o tempo de tramitação dos processos na unidade são de 37 dias.

13.1 Como é feito o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de relatório de processos parados há mais de 30/45/60 dias. E análise dos localizadores das respectivas unidades (C100% - TRF2, SJRJ e SJES). Ressalto que trabalhamos com afinco para que o processo permaneça o menor tempo possível à disposição da conciliação.

14. Como as atividades são distribuídas internamente?

A coordenação do Núcleo abarca toda parte administrativa, como minutas de ofícios, portarias, memorandos, controle do SIGA, organização e atribuições de tarefas dos servidores, apoio aos CEJUSCS confecção de relatórios, projetos e planejamentos...
C100%: As atividades são divididas por localizadores no eproc, como análise de petição, minutar desp/dec/sent, pautar e designação de audiências, realização de audiências, intimações e todo acompanhamento processual, entre três servidores e duas estagiárias, com localizadores fixos para cada um e outros flutuantes a depender da fase processual.
Escola de Mediação: Um Servidor faz o planejamento anual dos cursos, montagem dos cursos no Moodle e controla o Estágio Supervisionado. O 2º faz a coordenação dos cursos em andamento no Moodle, que incluiu as inscrições, as tarefas de aprendizagem, a aprovação e os processos de pgto dos instrutores. O 3º inscreve os cursos e os alunos no Conciliajud e lança a parte teórica e prática, gerando os certificados.

15. Como é realizado o atendimento a partes e aos advogados?

Através de e-mail (conciliar@trf2.jus.br), telefone e virtualmente pela plataforma zoom, quando solicitado.

16. Como a unidade trabalha para alcançar a Meta 3 do CNJ?

O NPSC2 tem como principal atribuição o fomento à conciliação. Nesse sentido, o Núcleo vem estreitando o relacionamento com os entes públicos, buscando soluções adequadas para as demandas com expressivo número na 2ª Região, buscando mapear essas demandas e desenhar fluxos efetivos de processamento, com audiências de conciliação e/ou fórum de conciliação (ferramenta virtual de conciliação disponibilizada no eproc), atingindo resultados positivos. Também, desempenha papel relevante, através dos CEJUSCs e Centro de Conciliação 100% Digital na resolução dos conflitos através da conciliação, com fluxos contínuos de audiências temáticas, mantendo a conciliação constantemente ativa na 2ª Região. Por outro lado, busca capacitar conciliadores e mediadores judiciais por meio dos cursos de formação de conciliadores e mediadores da Escola de Mediação. Atua também estimulando e auxiliando as Varas e Juizados Especiais em mutirões e audiências temáticas de conciliação.

17. Foram criadas os CEJUSCONS? Como é realizada a coordenação no âmbito das seções judiciárias?

Sim. Temos o CESOL-RJ(capital), CESCOS-ES(capital), CESNITA(Niterói e Itaboraí), CESUL (Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí), CESOL SÃO GONÇALO e CESOL BAIXADA (Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João do Meriti). Os Cejuscons são coordenados por Juizes Federais e, com exceção das capitais (CESOL-RJ E CESCOS-ES) não possuem quadro de servidores exclusivos, sendo utilizada a estrutura física e de pessoal das SEAJUs atuantes nos locais dos Centros.

18. Como é realizado o diálogo interinstitucional com os entes públicos para fomentar a conciliação?

O NPSC2 tem procurado estreitar o relacionamento interinstitucional com os entes públicos com número de demandas expressivas, realizando reuniões regulares para tratativas conciliatórias, permitindo conciliações expressivas, reduzindo o tempo útil do processo e garantindo eficiência na solução do conflito.

19. Como são realizados os procedimentos pré-consensuais?

Com auxílio do 1º atendimento, as demandas de assuntos pré-selecionados através das tratativas conciliatórias, são distribuídas como reclamação pré-processual e distribuída diretamente para o C100% para fluxo pré-determinado de conciliação.

20. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Inclusive com 1.500 processos de expurgos inflacionários já pautados com audiências semanais, toda terça e quinta-feira, até o mês de julho. E a previsão do lançamento do Projeto "Vamos Conciliar?" de empoderamento do interior do estado, com visitas às Varas do interior com o propósito de trocar experiências sobre conciliação, apresentação das estatísticas em power BI do números de conciliação alcançados e o que falta no geral para alcance da Meta 3 do CNJ, incrementando o fomento da conciliação com o incentivo e explanação dos benefícios da solução adequada do conflito tanto para o judiciário como para a satisfação do jurisdicionado. No mesmo plano de gestão está prevista a implementação do "Conciliômetro" que nos dará visibilidade real do alcance da Meta 3 do CNJ.

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | O NPSC2 está dividindo seu quadro de servidores com os CEJUSCs de Causas Complexas Ambientais e de Saúde (1 servidor), a Escola de Mediação da 2ª Região(3 servidores), o CAIJF (1 servidor) e o Centro de Conciliação 100% Digital (3 Servidores). Em 2021, uma servidora se aposentou, outra servidora pediu exoneração por ter passado em outro concurso público e 2 servidores foram requisitados por outras unidades do Tribunal, reduzindo, significativamente, o quadro de servidores do NPSC2. |
| b) gestão do trabalho | A gestão do trabalho é compartilhada pelo Desembargador Coordenador, as duas Juízas Federais convocadas, a coordenadora do NPSC2 e os supervisores. |
| c) resultados | Apesar das dificuldades enfrentadas, com a redução do quadro de servidores do NPSC2, conseguimos resultados expressivos em 2021, com o total de 14.659 audiências realizadas e 16.969 acordos homologados em toda 2ª Região. Somente na Semana Nacional de Conciliação foram realizadas 1.519 audiências e 1.079 acordos homologados em toda 2ª Região. A Escola de Mediação formou, em seu 1º curso, 24 Mediadores Judiciais que já estão atuando em estágio supervisionado. |

20.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O principal objetivo do NPSC2 é estabelecer a cultura da paz em toda 2ª Região para que os meios adequados de solução de conflitos sejam utilizados de maneira a levar uma prestação jurisdicional mais efetiva e satisfatória ao jurisdicionado.

20.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Para 2022, o planejamento estratégico da conciliação busca ativar a cultura da paz no interior com o projeto "Vamos Conciliar?", que se resume em visitas físicas e/ou virtuais às Subseções Judiciárias promovendo um encontro que possibilite troca de experiências, apresentar nossas estatísticas, lançamento do conciliômetro para acompanhamento da Meta 3 e disponibilizar o Núcleo e os Centros de Conciliação regionais na execução das conciliações.

21. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A pandemia nos levou à inovação no formato das audiências e mutirões de conciliação que se adaptaram excepcionalmente ao formato virtual.

22. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS**Processos com Determinação**

| Número do Processo | Data Distribuição | Classe do Processo |
|----------------------|-------------------|-----------------------|
| 50106636120194020000 | 14/11/2019 | Agravo de Instrumento |

| | | |
|--|-----------|----------|
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 00256011019984025101 | 27/5/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 05203526920084025101 | 15/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 00036443020104025101 | 13/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 00039645120084025101 | 13/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 00123552920074025101 | 26/3/2021 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 50006388920184025119 | 23/9/2020 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a devolução do processo ao Gabinete em que se encontrava, em virtude da ausência de interesse em conciliar por parte da União Federal. | | |
| 50314264320184025101 | 3/10/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a devolução dos autos ao Gabinete de origem, diante da ausência de interesse em conciliar. | | |
| 50331049320184025101 | 17/5/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho determinando a remessa à Turma Recursal, tendo em vista a ausência da parte autora à audiência de conciliação designada. | | |
| 50335552120184025101 | 29/3/2019 | Apelação |
| Observação/Providência: Despacho ordenando a intimação dos apelantes para manifestação sobre a proposta de acordo apresentada. | | |

23. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pelo Desembargador Federal José Ferreira Neves Neto, Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, pela Juíza Federal Aline Alves de Melo Miranda Araújo, convocada em auxílio ao NPSC2, e, ainda, pela coordenadora do Núcleo, a servidora Danielle Cruz Freire de Carvalho.

A estrutura do NPSC2 dispõe de um Centro de Conciliação 100% Digital - C100%, que é responsável pelo processamento do Núcleo; da Escola de Mediação da 2ª Região, que é responsável pela qualificação dos conciliadores, controle do estágio supervisionado e atualização do sistema Conciliajud; de um Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal – CAIJF, que é responsável por aproximar a JF do cidadão, realizando ações educativas sobre direitos do cidadão junto a escolas e programas educacionais, dentre outros; de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos Ambientais - CEJUSC AMBIENTAL, responsável pela conciliação das causas complexas ambientais, e, ainda, de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Saúde - CEJUSC SAÚDE, cuja atribuição está relacionada às conciliações das causas complexas de saúde.

Importante ressaltar que os Cejuscs não têm estrutura física nem de pessoal próprias, e, para a realização das suas atividades, contam com o apoio das SEAJUS atuantes nos locais dos Centros.

Atualmente está composto por 9 servidores e 2 estagiários de nível superior, que, em razão da pandemia, revezam-se para o comparecimento presencial no TRF2. Os servidores realizam o atendimento às partes e advogados através de e-mail (conciliar@trf2.jus.br), por telefone, bem como virtualmente pela plataforma Zoom, quando solicitado.

O NPSC2, de acordo com os entrevistados, tem como um de seus objetivos primordiais o fomento à conciliação e a promoção da pacificação social através da via conciliatória, de forma eficaz, simples e ágil, nas demandas entre cidadãos e entes públicos, na fase pré-processual e no curso do processo judicial, tanto na 1ª quanto na 2ª instância.

O Núcleo atua realizando e supervisionando práticas permanentes em toda 2ª Região, com ênfase no uso dos métodos autocompositivos de soluções de controvérsias, com o intento de contribuir de forma efetiva para a celeridade do término das demandas, observando os princípios legais, éticos e humanos, e tem pautado suas ações e políticas públicas de acordo com os parâmetros da Resolução n. 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Receberam da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, em 1º e 2º lugar, o Prêmio Cultura da Paz 2021 por 2 projetos inscritos, quais sejam, e-Audiências de Conciliação e Design Emergencial, sendo que este último foi selecionado para integrar as Boas Práticas do CNJ.

No ano de 2020, em razão da pandemia e, frente aos desafios que surgiram, realizaram menos acordos do que o usual. Grande parte dos acordos foi feita em processos cuja matéria estava relacionada à concessão do auxílio-emergencial.

Em 2021 foram realizadas um total de 14.659 audiências e 16.969 acordos foram homologados em toda 2ª Região. Cursos de formação de conciliadores e mediadores foram programados, e, ainda, aprimorados os Centros de Causas Complexas e o de Saúde. No entanto, alguns centros de conciliação entraram em “crise” e foram desativados por falta de estrutura, sendo que o da Baixada ficou sem servidores e sem magistrado coordenador. Há dificuldade de manutenção dos conciliadores e mediadores voluntários nos Centros, motivo pelo qual aguardam a regulamentação, com apoio dos Tribunais Regionais Federais, da Resolução do 271/2018 do CNJ.

O Núcleo 100% digital apresentou excelentes resultados principalmente no tocante aos processos de concessão de auxílio-emergencial.

No NPSC2 as cotas são distribuídas entre os servidores de acordo com os localizadores do sistema eproc, de forma que, no Centro 100% Digital, servidores e estagiárias ficam responsáveis pelo processamento dos feitos e das reclamações pré-processuais. Na Escola de Mediação, as atribuições são divididas de acordo com os cursos que são desenvolvidos, ministrados e cadastro e controle dos conciliadores e mediadores

formados e em estágio supervisionado. Em relação aos CEJUSCs e CAIJF, que contam com apenas um servidor, inviável a distribuição de tarefas.

O controle estatístico do NPSC2 é realizado manualmente utilizando planilha de Excel, e, mensalmente os Centros de conciliação enviam planilhas com informações sobre as audiências designadas, realizadas, resultados e valores acordados. O Núcleo de Estatística do TRF da 2ª Região envia mensalmente ao CNJ informações do banco de dados do sistema proc referentes às audiências de conciliação realizadas.

Por fim, foi relatado que, por ocasião da pandemia, houve inovação no formato das audiências e mutirões de conciliação que passaram a ser realizados com êxito na modalidade virtual, iniciativa esta que deve ser mantida pelo NPSC2.

24. RECOMENDAÇÕES

Considerando o detalhamento de dificuldades e observações gerais apresentadas pelos entrevistados, bem como os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas para tal fim, a equipe de inspeção do CJF sugere a interlocução com a Presidência do Tribunal para a dotação de uma estrutura mínima de servidores para os Centros Judiciários – CEJUSCs, de modo que os centros pudessem ser reativados e funcionassem com melhor desempenho de suas funções.

Outro ponto que merece atenção é o relativo ao incentivo, apoio e divulgação das políticas públicas da conciliação e mediação no âmbito das varas federais para que os juízes, sensibilizados da importância do uso dos métodos consensuais de resolução dos conflitos, passem a remeter os processos com possibilidade de acordo aos CEJUSCs.

No mais, recomenda-se à unidade a manutenção da excelente organização de trabalho demonstrada, para expansão das boas práticas relativas à promoção a pacificação social através da via conciliatória e o incremento das políticas relativas ao uso das Reclamações Pré-Processuais.

ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Nome da Escola de magistratura

Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF

1.2 Região: 2ª Região

1.3 Diretor da Escola: Desembargador Federal Marcus Abraham

1.4 Responsável pela resposta: Dalmo Rufino de Santana - Assessor Executivo.

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

2.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explícite em relação a cada público: desembargadores e juízes)

Como temos no nosso corpo de docentes alguns dos formadores (magistrados) que atuam na formação de formadores da Enfam também, não costumamos ter dificuldades na realização dos cursos de formação de formadores. Do mesmo modo, a Escola possui 13 Comissões Temáticas em áreas do Direito afetas à jurisdição federal e uma de Gestão da Administração, presididas e coordenadas por magistrados, que elaboram o planejamento anual dos cursos da Escola. O orçamento da Escola tem se mostrado suficiente para atender as demandas educacionais da EMARF, ou seja, até o momento não há dificuldades a relatar.

2.2 Anexe lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção.

Lista enviada para os e-mails correge@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br

Lista nominal dos Desembargadores Federais em ordem de antiguidade, com exceção do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor: Messod Azulay Neto (Presidente); Guilherme Calmon Nogueira da Gama (Vice-Presidente); Theophilo Antonio Miguel Filho (Corregedor Regional); Paulo Espirito Santo (Decano); Vera Lúcia Lima; Antonio Ivan Athié; Sergio Schwaitzer; Poul Erik Dyrlund; André Fontes; Reis Friede; Luiz Antonio Soares; Guilherme Couto de Castro; José Antonio Lisbôa Neiva; Ferreira Neves; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Guilherme Diefenthaeler; Marcus Abraham; Marcelo Pereira da Silva; Ricardo Perlingeiro; Claudia Maria Pereira Bastos Neiva; Leticia de Santis Mello; Simone Schreiber; Marcello Granado; Alcides Martins; William Douglas Resinente dos Santos e Flavio Oliveira Lucas.

Total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção:

2020: Se considerar desde a última inspeção (16 junho/2020): Curso de Formação Inicial: 204 h/a; FoFo: 0; Formação Continuada: 479 h/a (Se considerar o ano todo: Curso de Formação Inicial: 204 h/a; FoFo: 66 h/a; Formação Continuada: 600 h/a).

2021: Curso de Formação Inicial: 276 h/a; Curso de Vitaliciamento: 49 h/a (período de realização: 26/2/2021 a 30/9/2022. Carga horária total: 149 h/a); FoFo: 88 h/a; Formação Continuada: 447 h/a.

Obs: O Curso de Formação Inicial foi realizado no período de 5/11/2020 a 25/2/2021, e teve

carga horária total de 480 h/a. Em 2020, foram realizadas 204 h/a. Em 2021, as 276 h/a restantes.

3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

3.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

Desembargadores Federais - N1M1 - 2; N1M3 - 5; N2 - 4; N2 e Tutoria – 6.

Juizes Federais: N1M1- 28; N1M2 - 16; N1M3 - 32; N2 - 11; N2 e Tutoria - 17; Tutoria - 7; N1M1 e Tutoria - 1; N1M2 e Tutoria – 1.

3.2 Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção.

Lista anexada no final do relatório.

Informe quantitativo de desembargadores e juizes separadamente e os respectivos níveis e módulos (Anexo I e II da Resolução Enfam n. 2/2018).

Formadores que atuaram nas atividades da Escola desde a última inspeção:

| | | |
|------------------------------------|---------------------|------------|
| Desembargadores Federais – TRF2 | Carga horária total | FoFo |
| Abel Fernandes Gomes | 4h | N1M1 |
| Guilherme Calmon | 0,5h | N1M3 |
| Guilherme Couto | 8h | N1M3 |
| Luiz Antonio Soares | 1h | N2 e Tutor |
| Luiz Paulo da S. Araújo | 10h | N2 |
| Marcello Ferreira de Souza Granado | 282h | N2 e Tutor |
| Marcus Abraham | 20h | N2 e Tutor |
| Simone Schreiber | 1h10 | N1M3 |
| Theophilo Antonio Miguel Filho | 41h50 | N2 e Tutor |
| Desembargadores federais – TRF4 | Carga horária total | FoFo |
| Roger Raupp | 2h | N/I |
| Vania Hack | 40h | N/I |
| Ministros – STJ | Carga horária total | FoFo |
| Antonio Saldanha Palheiro | 0,5h | N/I |
| Reynaldo Soares | 4h40 | N/I |
| Sebastião Reis | 5h | N/I |

| | | |
|------------------------------------|---------------------|------------|
| Juizes Federais – TRF2 | Carga horária total | FoFo |
| Adriana Alves dos Santos Cruz | 36h30 | N2 |
| Alexandre Libonati de Abreu | 6h | - |
| Aline Alves de Melo Miranda Araujo | 11h | N2 e Tutor |
| Ana Carolina Vieira de Carvalho | 2h | N1M3 |

| | | |
|--|-------|------------|
| Ana Paula Vieira de Carvalho | 27h15 | N2 e Tutor |
| Andréa Daquer Barsotti | 10h | N1N3 |
| Antonio Henrique Correia da Silva | 8h10 | N2 |
| Bianca Stamato Fernandes | 6h10 | N1M3 |
| Caio Souto Araújo | 1h30 | N2 e Tutor |
| Carla Teresa Bonfadini de Sá | 10h | N2 e Tutor |
| Carlos Adriano M. Bandeira | 1h | N2 e Tutor |
| Carlos Guilherme Francovich Lugones | 8h | N1M3 |
| Carmem Sílvia Lima de Arruda | 41h50 | N2 |
| Caroline Somesom Tauk | 20h40 | N1M2 |
| Caroline Vieira Figueiredo | 1h10 | N2 |
| Cristiane Conde Chmatalik | 19h10 | N2 |
| Debora Maliki | 80h | N2 e Tutor |
| Débora Valle de Brito | 16h30 | N2 e Tutor |
| Eduardo André Brandão de Brito Fernandes | 17h | N1M3 |
| Érico Teixeira Vinhosa | 4h10 | N1M3 |
| Fabio Cesar dos Santos Oliveira | 1h20 | - |
| Fernanda Akemi | 2h | N1M1 |
| Fernanda Djahjah Dominice | 17h | N1M2 |
| Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva | 4h10 | N2 e Tutor |
| Firly Nascimento Filho | 5h15 | N1M2 |
| Flavio Oliveira Lucas | 3h15 | N1M3 |
| Frederico Montedonio Rego | 4h | - |
| Giovana Teixeira Brantes Calmon | 2h | N1M2 |
| Guilherme Corrêa de Castro | 2h | - |
| Helena Elias Pinto | 0,5h | - |
| Isabela Rossi Cortes Ferrari | 3h25 | - |
| Janaína Siqueira Barreiros Leal | 2h | N1M3 |
| Jane Reis Gonçalves Pereira | 24h | N1M2 |
| Laura Bastos Carvalho | 2h | N1M3 |
| Luiz Norton Baptista Mattos | 4h | N1M3 |
| Luiza Lourenço Bianchini | 2h | N1M3 |
| Manoel Rolim Campbell Pena | 3h | - |
| Marcel da Silva Augusto Corrêa | 4h | N1M3 |

| | | |
|--|-------|------------|
| Marcella Araújo da Nova Brandão | 15h | N1M2 |
| Marcelo Luzio Marques Araújo | 4h | - |
| Marcelo Rosado | 2h | N2 |
| Marcia Maria Nunes de Barros | 47h25 | N2 e Tutor |
| Marcos Livio Gomes | 4h30 | - |
| Marcos Paulo Secioso de Góes | 4h | N1M3 |
| Margareth de Cassia Thomaz Rostey | 2h | - |
| Maria Amelia Carvalho | 64h30 | N2 e Tutor |
| Maria Izabel Gomes Santanna de Araújo | 4h | N1M2 |
| Mário Victor Braga | 5h | N1M3 |
| Odilon Romano Neto | 9h15 | N2 |
| Osair Victor de Oliveira Junior | 3h | N1M1 |
| Paula Patrícia Provedel Mello Nogueira | 46h | N1M1 |
| Paulo André Espírito Santo Bonfadini | 108h | N2 e Tutor |
| Paulo Cesar Villela S. L. Rodrigues | 13h30 | N2 e Tutor |
| Pedro Losa Valim | 1h | N1M2 |
| Rafael Pereira Pinto | 2h | - |
| Ricardo Levy Martins | 4h | - |
| Valéria Caldi Magalhães | 31h | N2 |
| Valter Shuenquener | 4h30 | Tutor |
| Victor Roberto Corrêa de Souza | 34h | N1M3 |
| Vladimir Santos Vitovsky | 139h | N2 e Tutor |

| Juízes Externos | Carga horária total | FoFo |
|---------------------------------------|---------------------|------|
| Alcioni Escobar da Costa Alvim (TRF1) | 4h | N/I |
| André Prado de Vasconcellos (TRF1) | 2h | N/I |
| Catarina Correa (TJDFT) | 2h | N/I |
| Clara da Mota Santos Pimenta (TRF1) | 4h | N/I |
| Gabriela Hardt (TRF4) | 2h | N/I |
| Ingrid Schroder (TRF4) | 2h | N/I |

4. TECNOLOGIA

4.1 Houve algum melhoramento ou a aquisição de sistemas informatizados para a Escola? Em caso positivo, qual a finalidade e aplicação?

Não houve aquisição de sistemas novos em 2021. Já contávamos com tecnologias para ensino a Distância: Plataformas Moodle e Zoom. A mais recente ferramenta foi o canal da

Emarf no YouTube, disponível desde 2020. O site da Emarf também contou com a disponibilização de ferramentas de acessibilidade como o alto contraste, o mapa do site e o tradutor de Libras, mas tal inclusão foi feita em 2020. Ou seja, em 2021 não houve mudanças neste sentido.

5. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Dalmo Rufino de Santana

6. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

Estrutura Administrativa EMARF - Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM - Diretor-Geral; Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO - Diretor de Estágio; Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER - Diretor de Publicações; Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES - Diretor de Intercâmbio e Difusão; Desembargador Federal MARCELLO GRANADO - Diretor de Cursos e Pesquisas. Estrutura permanente de servidores: Núcleo de Aperf. e Esp. p/ Magistrados Federais (FC6) -> Seção de Gestão em Educação (FC5) - Núcleo de Gestão Escolar (FC6) Seção de Publicações e Comunicação Visual (FC 5) Seção de Estágio Jurídico (FC5) Seção de Apoio Administrativo (FC5) Núcleo no Espírito Santo (vide item 6.1 e 6.2).

Complementação do item 6. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

A estrutura administrativa conta com 14 servidores, com locais de exercício distribuídos entre o Rio de Janeiro (sede da EMARF) com 12 servidores, e o Espírito Santo (sede do Núcleo Regional da EMARF na SJES) com dois servidores.

A Unidade, assim, é integrada pelos seguintes setores:

- **Assessoria Executiva:** entre outras atribuições, assessorar o Diretor-Geral em questões que envolvam parecer e esclarecimentos técnicos, controlar a qualidade dos serviços prestados da Escola;

- **Núcleo de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais:** responsável por assessorar os coordenadores no credenciamento e na realização dos cursos e acompanhar o aproveitamento acadêmico dos magistrados;

- **Seção de Gestão em Educação:** coordena a logística dos cursos originários da Escola e Instituições parceiras, presenciais, semipresenciais e a distância;

- **Núcleo de Gestão Escolar** - Planejar e coordenar as ações voltadas à melhoria do desempenho das ações educacionais da escola, seguindo a orientação da direção-geral da EMARF.

- **Seção de Publicações e Comunicação Visual:** responsável pela criação e manutenção da identidade visual da Escola, pela criação das peças gráficas do material de apoio e da sinalização dos cursos, além de coordenar a divulgação eletrônica e física das atividades, criar o projeto gráfico e a editoração eletrônica das publicações da Escola e a criação do projeto gráfico e a atualização do sítio eletrônico da EMARF (<http://emarf.trf2.jus.br/site/index.php>) e do portal da Revista da EMARF;

- **Seção de Apoio Administrativo:** auxilia nas atividades administrativas e na coordenação dos cursos de formação inicial;

- **Seção de Estágio Jurídico:** coordena a seleção, lotação e desligamento de estagiários de direito nas varas e gabinetes da Justiça Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro, Espírito Santo

e respectivas subseções).

- **Núcleo Regional do Espírito Santo:** responsável por realizar cursos presenciais em Vitória, selecionar e recrutar estagiários no Espírito Santo; além de prestar todo apoio administrativo às questões da Escola no Estado do Espírito Santo.

6.1 Quadro de pessoal

Assessor(a) Executivo(a) CJ-2 2500 - DALMO RUFINO DE SANTANA 38 - Assessor(a) Executivo(a) ANALISTA JUDICIÁRIO(A); 11677 - MARIA SUELY NUNES DO NASCIMENTO; 16021 - ALAN CASTRO DE MELO TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A); 10189 - SERGIO MENDES FERREIRA 65 - Supervisor(a); 10326 - GEORGE GERALDO BERNARDINO DA SILVA 92 - Assistente II; 10979 - MARTA GEOVANA FERNANDES DE OLIVEIRA 88 - Assistente III; 11409 - LEILA ANDRADE DE SOUZA 65 - Supervisor(a); 11514 - CLARICE DE SOUZA BIANCOVILLI 58 - Coordenador(a) de Núcleo; 11761 - MAURO NILSON FIGUEIREDO DOS SANTOS 65 - Supervisor(a); 11943 - JULIANA PIMENTEL DUQUE ESTRADA MEYER 65 - Supervisor(a); 15557 - LIVIA PERES RANGEL 88 - Assistente III; 15665 - LUCIANA DE MELLO LEITÃO 58 - Coordenador(a) de Núcleo; 15870 - FLÁVIA DIAS DE PAIVA TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)/CONTABILIDADE; 11302 - SILVIA REGINA ASSENHEIMER 79 - Assistente IV TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)/ELETRIC. E COMUNICAÇÃO; 10750 - LUIZ CARLOS LORENZO PERALBA 88 - Assistente III.

6.2 Cargos e funções comissionadas em atividade

CARGO EM COMISSÃO: - Assessor(a) Executivo(a) CJ2 TOTAL CARGO EM COMISSÃO: 1 FUNÇÕES COMISSIONADAS: - Coordenador(a) de Núcleo FC-06 - 2 - Supervisor(a) FC-05 - 4 - Assistente IV FC-04 - 2 - Assistente III FC-03 - 4 - Assistente II FC-02 - 2 TOTAL FUNÇÕES COMISSIONADAS: 14.

7. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?
Excepcionalmente alguns servidores estão em teletrabalho, em razão da pandemia.

7.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

integral

7.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas. O teletrabalho vem sendo cumprido rigorosamente por todos os servidores e todas as tarefas de cada setor são devidamente cumpridas.

7.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Diariamente. A cada tarefa determinada há o acompanhamento do responsável pelo setor ou do próprio assessor executivo, bem como, se necessário, são discutidas em grupo (whatsapp). Não havendo no momento nenhum servidor que deixasse de cumprir a tarefa atinente à sua competência.

8. Quais as atribuições específicas da unidade?

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF tem por objetivo principal cooperar na preparação, aperfeiçoamento e especialização de magistrados, intercâmbio de conhecimento e informação, assim como colaborar na capacitação de servidores da Justiça Federal, e promover pesquisas, estudos e projetos destinados ao aprimoramento da atividade judicante no âmbito da 2ª Região. A EMARF é uma Escola voltada para as questões ligadas ao Direito e a outras áreas do conhecimento que tangenciam o Direito. Suas principais atividades são: O Aperfeiçoamento e a Especialização dos Magistrados

Federais através dos seguintes programas: - Programa de Formação Inicial - Programa de Formação para o Vitaliciamento - Programa de Formação Continuada - Programa de Formação de Formadores - Publicações Especializadas sobre temas do Direito - Convênios e Acordos de Cooperação Científica - Programa de Estágio Jurídico.

9. Quantitativo de cursos realizados e de magistrados formados (desde 2019 até a presente data)

Lista enviada para os emails correg@cjf.jus.br e inspecao@cjf.jus.br

| ANO | CURSOS CREDENCIADOS PELA ENFAM | MAGISTRADOS CAPACITADOS | CURSOS NÃO CREDENCIADOS PELA ENFAM | MAGISTRADOS CAPACITADOS | TOTAL DE CURSOS OFERECIDOS | TOTAL DE MAGISTRADOS CAPACITADOS |
|------|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| 2019 | 28 | 324 | 9 | 50 | 37 | 374 |
| 2020 | 22 | 286 | 3 | 0 | 25 | 286 |
| 2021 | 22 | 336 | 0 | 0 | 22 | 336 |

10. Como são realizados os credenciamentos para os cursos?

Os projetos de cursos são encaminhados à EMARF pelos respectivos coordenadores pedagógicos dos cursos, para possíveis adequações, antes do envio à Enfam, para fins de solicitação de credenciamento.

11. Como são observados os indicadores do CEMAF e da ENFAM?

Os indicadores norteiam as ações desempenhadas pelas EMARF e nos ajudam a seguir nosso plano de gestão. Havendo dúvidas sobre o indicador, fazemos uma consulta no intuito de esclarecer os pontos controvertidos e/ou que contenham dúvidas.

12. A unidade possui plano de gestão?

Formação inicial e capacitação continuada dos magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, por meio de ações educacionais e com o objetivo de incentivar discussões fundamentais sobre as mais diversas questões relativas às matérias pertinentes à Justiça Federal, a fim de promover a construção e a troca de conhecimentos, estabelecendo diálogos capazes de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e a justa solução dos conflitos. Cabe também à EMARF disseminar o conhecimento jurídico, seja por meio de seus cursos, convênios com Instituições de Ensino e Jurídicas, ou de suas publicações acadêmicas abertas às contribuições de juristas e de outros operadores do Direito, fomentando o debate plural.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|---|--|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Até o momento não há deficiências quanto ao quesito. Observando que na volta do trabalho presencial talvez tenhamos que rever essa questão. |
| b) gestão do trabalho | Estamos estabelecendo diálogos capazes de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e a justa solução dos conflitos. |
| c) resultados | Já foram programadas e formatadas 27 ações educacionais para 2022 e ainda estamos aguardado que outras em projeto sejam apresentadas à Escola. |

12.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Formação inicial e capacitação continuada dos magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, por meio de ações educacionais e com o objetivo de incentivar discussões fundamentais sobre as mais diversas questões relativas às matérias pertinentes à Justiça Federal, a fim de promover a construção e a troca de conhecimentos, estabelecendo diálogos capazes de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e a justa solução dos conflitos. Cabe também à EMARF disseminar o conhecimento jurídico, seja por meio de seus cursos, convênios com Instituições de Ensino e Jurídicas, ou de suas publicações acadêmicas abertas às contribuições de juristas e de outros operadores do Direito, fomentando o debate plural.

12.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Já foram programadas e formatadas 27 ações educacionais para 2022. Além disso, encontra-se em processo de negociação o estabelecimento de acordos de cooperação com instituições de ensino que viabilizam a ampliação da capacitação de magistrados. Deve-se registrar ainda a o intercâmbio entre Escolas de Magistraturas que permitem o intercâmbio de cursos e eventos educacionais.

13. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O trabalho remoto poderia se tornar efetivo, uma vez que a seção não faz atendimento a público externo e quase todo o trabalho se traduz em arquivos digitais de programação visual. Podendo, contudo, em momentos específicos participar de reuniões ou encontros presenciais, de acordo com a necessidade da escola.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor-Geral, o Desembargador Federal Marcos Abraham, pelo Diretor Dalmo Rufino de Santana e pela supervisora Clarice de Souza Biancovilli que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pela Escola Regional Federal da 2ª Região - EMARF:

A estrutura organizacional do EMARF é composta por:

- 5 Diretorias: a Geral, de Estágio, de Cursos e Pesquisas, de Publicações e de Intercâmbio e Difusão. Os titulares são Desembargadores Federais eleitos pelo Pleno;

- 14 Comissões Temáticas cuja titularidade é exercida por Magistrados do primeiro grau voluntariamente;

- 2 Núcleos: de Gestão Escolar e o de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais;

- 4 Seções: de Apoio Administrativo, de Estágio Jurídico, de Publicações e Comunicação Visual, de Gestão em Educação.

Ao todo são 15 servidores, sendo 2 no Espírito Santo e 13 no Rio de Janeiro. Uma das servidoras está de licença maternidade. Houve redução de 2 gratificações em virtude da reformulação do quadro geral de funções do TRF2. Todos os servidores estão cumprindo o regime de trabalho presencial.

Os setores atuam em colaboração para alcançar os objetivos propostos. O acompanhamento do desempenho e das atividades dos servidores é feito diariamente por meio de reuniões para verificação das atividades cumpridas e a cumprir.

A EMARF foi transferida para o Centro Cultural da Justiça Federal há 1 ano e sua estrutura física é composta por 2 salas de aula equipadas com recursos técnicos e tecnológicos necessários, inclusive projetor, tela de projeção, lousa branca e *flip chart*, respeitando as limitações impostas pelo tombamento do prédio histórico; um cinema e um auditório. O Teatro do Centro Cultural da Justiça Federal pode ser utilizado mediante reserva. Percebo que o novo espaço físico da EMARF possibilitou a centralização das atividades bem como facilitou acesso às dependências pela proximidade com o edifício sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

A EMARF é responsável pela formatação e realização de cursos para os magistrados que podem ser presenciais, híbridos ou exclusivamente virtuais, com uso das plataformas *Moodle* e *Zoom*. Há, ainda, o compartilhamento de cursos com a ENFAM. As inscrições nos cursos oferecidos podem ser feitas por e-mail.

A Escola conta com largo acervo digital de áudios, vídeos e de videoaulas. São responsáveis, ainda, pela edição e publicação da Revista Fenomenologia Crítica em convênio com a UERJ.

O plano de gestão da EMARF contempla o planejamento anual de cursos e atividades e também a atuação por demanda na elaboração de cursos específicos e atividades não previstas. Na programação para 2022, a Escola pretende realizar 27 cursos para magistrados.

O credenciamento dos cursos solicitados se dá pelo exame dos projetos encaminhados à Escola para análise, adequação e/ou complementação. Após a revisão e adequações necessárias o projeto é devolvido à unidade demandante para aprovação e, posterior, inclusão no calendário de cursos.

São atribuições da Escola o curso de formação inicial dos Magistrados, o curso de vitaliciamento específico, curso de Formação de Formadores e os cursos de Formação Continuada.

O quadro docente é composto em sua maioria por magistrados voluntários e pelo corpo de professores de entidades de ensino parceiras como FGV e UERJ. Contudo, foram relatadas pelos entrevistados algumas dificuldades para o reconhecimento de cursos pela ENFAM, tendo em vista a alteração dos requisitos para os docentes formadores.

Os cursos oferecidos obedecem aos regimentos instituídos pela ENFAM e CNJ.

Nos cursos ministrados para os magistrados as vagas remanescentes podem ser disponibilizadas para os servidores. Ressalte-se que a escola busca a flexibilização das normas para que seja possível oferecer cursos com temas específicos exclusivamente para

servidores e estagiários, sem a necessidade de participação de magistrados ou, a interferência na competência do setor de cursos.

O setor de estágio é responsável pela seleção, cadastro e acompanhamento de estagiários da JFRJ, JFES e TRF2. Em decorrência da pandemia, os estagiários são selecionados pelo Coeficiente de Rendimento.

De acordo com os entrevistados o referido setor também será responsável pela seleção e contratação dos Residentes Jurídicos - contratação de bacharéis em direito para atuação junto aos magistrados - de acordo com o disposto na Resolução CNJ 439, de 4/1/2022. Os procedimentos para seleção dos candidatos ainda não foram iniciados haja vista a necessidade de orçamento para contratação de empresa responsável pelo processo seletivo, para pagamento dos candidatos selecionados, entre outros.

O Diretor-Geral fez registrar 4 dificuldades vivenciadas na gestão da Escola, quais sejam:

1. A evolução da rigidez das regras da ENFAM para o credenciamento de cursos para formação de magistrados referente à exigência de que 30% dos docentes (a partir de janeiro/2023 será de 50%) tenham o curso de Formação de Formadores para supervisão, acompanhamento e avaliação dos alunos.

De acordo com o Desembargador Federal, essa rigidez impossibilita a realização de cursos de longo prazo a serem ministrados por professores altamente capacitados e especializados sem ônus para a instituição. Citou, a título de exemplos, dois cursos com tratativas concluídas: a) *Law and Economics: os efeitos das decisões judiciais na economia*, ministrado por professores da Fundação Getúlio Vargas (professores doutores por Harvard e Yale), com carga horária de 160h/aula dividido em 4 módulos. b) Curso de Tributação Setorial a ser ministrado por especialistas nas diversas áreas de tributação.

O curso de *Law and Economics* já teve duas edições realizadas, sendo que na primeira edição o Desembargador Federal Marcus Abraham assumiu sozinho a supervisão e, na segunda edição, foi realizado convênio com a EMERJ em que o Desembargador Federal e um representante da EMERJ cumpriram com as exigências da ENFAM. Para a terceira edição há 15 magistrados inscritos, contudo, de acordo com o Diretor não há como se cumprir com percentual imposto pela ENFAM.

2. A ausência de orçamento específico e de recursos humanos para atender ao Programa de Residência Jurídica autorizado pela Resolução CNJ 439, de 4/1/2022.

3. Inexistência de mecanismos que estimulem o engajamento efetivo de Coordenadores de Comissão Temática e Diretores para o desenvolvimento e continuidade das atividades e projetos da Escola, uma vez que são eleitos pelo Pleno e assumem a função sem retribuição financeira e sem prejuízo da jurisdição.

4. A inexistência de regulamentos que minimizem os efeitos adversos do alto índice de evasão dos cursos oferecidos tendo em vista o orçamento investido para a capacitação

e formação do magistrado.

15. RECOMENDAÇÕES

A partir dos parâmetros de análise do Conselho da Justiça Federal e das respostas e documentos apresentados à equipe de inspeção, denotando o bom desempenho da unidade e a adequada organização gerencial das atividades desempenhadas, não há recomendações específicas a serem feitas.

No entanto, a equipe de inspeção, tendo em vista as dificuldades apontadas pelo Diretor-Geral, sugere a edição de regulamento que preveja as condutas para inscrição, participação e desistência nos cursos oferecidos pela Escola a fim de minimizar os efeitos financeiros adversos decorrentes dos altos índices de evasão, bem como a interlocução com a Presidência do Tribunal para o desenvolvimento de iniciativas de sensibilização e estímulo aos Magistrados e Desembargadores Federais para o efetivo exercício das funções de Diretor-Geral e Coordenador das Comissões Temáticas.

GABINETE DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 14/2/2022 a 8/4/2022.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete de Segurança Institucional

2.2 Competência

Assessorar o Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos assuntos pertinentes à segurança institucional no âmbito da 2ª Região; - Planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e sistematizar os procedimentos, ações e serviços de segurança institucional no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como proceder a estudos visando adequá-los periodicamente às novas necessidades; - Aprovar programas contra riscos, sinistro, pânico e incêndio no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; - Integrar os diversos órgãos que, direta ou indiretamente, tratem de assuntos de segurança institucional, cumprindo as diretrizes operacionais firmadas pela Comissão de Segurança Institucional; - Estabelecer e/ou aprovar as rotinas de segurança desenvolvidas pelas unidades subordinadas, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, bem como relativamente à segurança dos magistrados federais de outras Regiões, dos Ministros dos Tribunais Superiores e das demais autoridades.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jefferson Moreira de Oliveira - vice-diretor executivo de operações e articulação institucional.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

| | |
|---------------------|---|
| Servidores efetivos | 27 SERVIDORES: JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, FRANCISCO JOSÉ DA SILVA MORAES, ANDRE LUIZ SANTOS AMARAL, LUTER DA SILVA BEZERRA, MARCELO FIGUEIREDO DE CASTRO FREITAS, KLEBER SOUZA DE MENEZES, LEÔNIDAS RODRIGUES ROMÃO, ANDRÉ LUIZ PEREIRA DA COSTA, ADRIANO NOGUEIRA PINNA, CLAUDIO PREARD MANSO, VINICIUS CHALFUN MAINOTH, JORGE LUIZ LEDESMA DA ROCHA, RAFAEL LIMA GOMES, EDUARDO LEAL DA LUZ, VAGNER FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA, WEBER NAZARENO SENA DA SILVA, CHRISTIANO RODRIGUES NAZIAZENO, JOSÉ |
|---------------------|---|

| | |
|-------------------------|--|
| | RICARDO GROETAERS MEDEIROS, GERALDO SANTOS DA SILVA, AMARO EVANDRO MACABU DE LIMA, CLEBER DE OLIVEIRA FURTADO, FAY DE MELLO MATOS |
| Servidores sem vínculos | 29 SERVIDORES: ANDRE AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA, RAFAEL POTSCH ANDREATA, CARLOS EDUARDO ALMEIDA OLIVEIRA DA COSTA, GIANCARLO SANT'ANA SANCHES, MADELON DE SOUZA CANDIDO, KELAYNE FERNANDES DE FRANÇA, RODRIGO PEREIRA DE OLIVEIRA, MICHELE DA SILVA ROSA RAMIS, FÁBIO ALEXANDRE DOS REIS XAVIER, MARGARETH FRANCO DOS SANTOS, FABIO ALEXANDRE ROUBERTE, FABIO MIGUEZ DUTRA, MARCELO ANDRE NASCIMENTO CAMPOS, LEANDRO ARAÚJO MAGESI PEIXOTO, EDSON ASCARI, RODRIGO SARAIVA ACCACIO, DIOGO MENDES TOMÉ DE SOUZA, VITOR DA SILVA COUTO, JAIME LUIZ DA SILVA GUERRA, RAFEL BARBOSA GUIMARÃES, RODRIGO FONTES RAMOS, RENATO BRENHA PASSOS, RODRIGO PINHEIRO DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS SANTANA DOS REIS, RICARDO DE LIMA CAMPOS, LEANDRO BARBOSA DA COSTA, RAFAEL DOS SANTOS TELLES, WAGNER MORAES DE PAIVA, LEANDRO NASCIMENTO SANTANA |

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação na última inspeção.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Relato de boas práticas: Criação de pasta na rede compartilhada pelos gestores do GSI, a fim de facilitar o intercâmbio de documentos.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Andre Augusto Ferreira de Oliveira

7. Foi instituída a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do Tribunal? Qual o normativo que a regulamenta?

No âmbito da 2ª Região, a Comissão foi regulamentada pela Resolução n. TRF2-RSP-2019/00056, de 26 de julho de 2019, e teve a sua composição alterada pela Resolução n. TRF2-RSP-2020/00018, de 12 de maio de 2020.

8. Qual é a composição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)?

A Direção Geral do GSI é exercida por um Desembargador Federal, que escolhe um Juiz Federal para a função de Diretor Executivo. Além disso, o GSI é composto por Agentes da Polícia Judicial (APJ) da Justiça Federal e, quando solicitado, por membros de instituições colaboradoras. Atualmente, compõem o GSI representantes do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil, Polícia Federal e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

9. Como os cargos estão distribuídos?

CJ2- TENENTE CORONEL EDUARDO ALMEIDA OLIVEIRA DA COSTA - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL / DSEI CJ2 - DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL RAFAEL POTSCHE ANDREATA - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA / DINT FC6 - CAPITÃO DE MAR E GUERRA ANDRE AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA - COORDENADOR DE ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - COESEG FC6 - APJ JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA - VICE-DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL FC6 - FRANCISCO JOSÉ DA SILVA MORAES - VICE-DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL ADJUNTO.

10. De que forma é observada a Resolução n. 686/2020-CJF?

Foram instituídas as Resoluções n. TRF2-RSP-2019/00078, de 4 de outubro de 2019, que Institui o Porte de Arma de Fogo para uso dos Agentes da Polícia Judicial no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, e TRF2-RSP-2021/00024, de 15 de abril de 2021, que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, o uso da força pelos Agentes da Polícia Judicial no exercício das atividades de segurança institucional.

11. Houve elaboração do plano de segurança orgânica, proteção e assistência de juízes em situação de risco ou ameaçados?

SIM. - Plano de Segurança Institucional: Resolução n. TRF2-RSP-2019/00056, de 26 de julho de 2019; - Plano de Proteção e Assistência a Magistrados em Situação de Risco: Não há norma interna. O TRF-2 segue a Recomendação n. 114, do CNJ, de 20 de outubro de 2021, a qual recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.

12. Existe a disponibilização de veículos blindados para os magistrados em situação de risco?

Sim

13. Como e quando ocorre o plantão policial para atendimento aos casos de urgência envolvendo a segurança de juízes e seus familiares?

O plantão para atendimento aos casos de urgência é realizado por policiais militares, cedidos ao Tribunal e integrantes do GSI-TRF-2, tendo sido disponibilizados os telefones de contato a todos os Magistrados.

14. Foi instituído o núcleo de inteligência?

Sim. Existe o Departamento de Inteligência na estrutura do GSI.

15. Como se dá o controle de acesso e o fluxo nas instalações do Tribunal, anexos e no 1º grau?

Os servidores, estagiários e terceirizados acessam os prédios através de roletas eletrônicas, utilizando crachás de identificação para a liberação das catracas. Os usuários externos são identificados e cadastrados na recepção da portaria dos prédios, recebendo

crachá temporário, acessando o local através de roletas eletrônicas. Nas entradas de garagens estão instaladas cancelas, liberadas com o crachá de identificação de servidores autorizados ou tags veiculares das viaturas oficiais. Devido ao obsolescimento, o atual sistema será substituído por outro mais moderno, contando inclusive com uso de leitores biométricos e leitores de chips compatível com as novas carteiras de identidade com chips definidos pelo CJF.

16. Existe um sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes?

O TRF possui sistema de CFTV digital. Recentemente, foi contratado o fornecimento e instalação de sistema de monitoramento através do processo TRF2-EOF- 2021/00203, pregão 119/2021.

17. Como é realizado o policiamento nas salas de audiência e áreas adjacentes, quando requisitado?

No interior das salas de audiência, é posicionado, no mínimo, um APJ, quando solicitado. Nas áreas adjacentes, são posicionados vigilantes patrimoniais.

18. Como ocorre o controle quanto à vedação do recebimento de armas em fóruns?

Na portaria do pavimento Térreo, no prédio do TRF, estão instalados uma scanner de bagagem (raio x) e portais detectores de metais, através dos quais é realizada a revista eletrônica em pessoas, bolsas e demais volumes.

19. Existem policiais, bombeiros, militares, guardas municipais atuando neste Tribunal?

Sim

20. A unidade possui plano de gestão?

Sim

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

| | |
|-----------------------|---|
| b) gestão do trabalho | As iniciativas e tarefas decorrentes são orientadas pelo Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região 2021-2026. As metas e prazos têm sido atendidas. O GSI possui um Coordenador de Estratégias de Segurança (COESEG) responsável pela Gestão Estratégica. |
| c) resultados | Os resultados específicos referentes às Iniciativas têm sido monitorados pela COESEG. Até o momento, o GSI tem atendido o seu resultado mais amplo esperado: prover a segurança da prestação jurisdicional e dos servidores e usuários da Justiça Federal da 2ª Região. |

21. Quais os objetivos a serem alcançados?

Objetivos estratégicos de Segurança Institucional: - Promoção da capacitação da Polícia Judicial - Aprimoramento da gestão da Segurança Institucional - Promoção da mentalidade de segurança na organização - Promoção da integração entre as áreas de segurança institucional.

22. Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Estruturação de Programa Anual de Treinamento - Ampliação das oportunidades para capacitação dos APJ - Criação e revisão de normas - Aprimoramento do Plano de Gestão do GSI-TRF-2 - Realização de palestras instrucionais sobre Segurança Institucional -

Ampliação da integração entre as unidades de segurança institucional da 2ª Região (GSI-TRF-2, SSI-SJRJ e NST-SJES) - Ampliação da integração entre as unidades de segurança institucional da 2ª Região com outras instituições de interesse (especialmente Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública).

23. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Teletrabalho parcial para os gestores. - reuniões virtuais - atividades de capacitação on-line.

24. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim

24.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial. Em sistema de rodízio, somente para os gestores, que possuem tarefas administrativas. o pessoal que atua efetivamente na segurança permanece cumprindo a escala de plantão.

24.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas. as tarefas administrativas são distribuídas conforme o cargo de cada gestor e atendidas conforme os prazos existentes.

24.3 Como é o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

Os gestores reúnem-se periodicamente para verificar a situação das tarefas em andamento. Os prazos têm sido cumpridos.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor do Departamento de Segurança Institucional, pelo Diretor do Setor de Inteligência e pelo Vice-diretor Executivo de Operações e Articulação Institucional, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

O Gabinete de Segurança Institucional foi implementado pela Resolução 57/2019 e é titulado por um Desembargador Federal e conta a unidade com 27 servidores efetivos e 29 servidores sem vínculo, sendo estes membros da Polícia Militar em regime de cessão ao Tribunal. Quanto ao GES, são unidades que funcionam perante as Seções Judiciárias, sendo que hoje há 4 agentes no GSI, os quais trabalham de forma cooperativa quando necessário.

As atividades estão muito bem estruturadas, com uma divisão objetiva de atribuições nas áreas de segurança e de inteligência. Cada uma dessas áreas conta com o apoio de um quantitativo de servidores para a realização das tarefas que, ao que se percebe, são muito bem planejadas e tem permanente acompanhamento quando de sua execução.

Contudo, o setor de inteligência, especialmente, enfrenta certa dificuldade pela falta de sistema integrado nacional na área. Para o aprimoramento das atividades de segurança, seria necessário gestão pelo CJF, junto ao CNJ, para que o sistema de compartilhamento

de relatórios de inteligência, elaborados pelos variados órgãos e unidades de segurança seja implementado e disponibilizado com brevidade às unidades de segurança da Justiça Federal.

As demandas da unidade, segundo relatado, tem sido acolhidas pela Administração e o orçamento, embora não seja próprio daquela, contempla a sua necessidade atual. Um ponto a ser ressaltado é o de que as sugestões técnicas oferecidas são avaliadas e usualmente implementadas pela Administração.

Conquanto não exista subordinação hierárquica entre as unidades de segurança do Tribunal e das Seções Judiciárias carioca e capixaba, há uma cooperação técnica entre todas, o que maximiza o resultado das estratégias.

Existe armamento e equipamentos, como veículos blindados, os quais são utilizados para a realização das atividades cotidianas da unidade, visando à preservação da segurança e incolumidade de magistrados, servidores e usuários da Justiça Federal. Existe manutenção regular, guarda permanente e fiscalizada daqueles, assim como são ofertados treinamento e capacitação regulares àqueles que integram a unidade.

Aos magistrados com competência criminal existem medidas específicas de segurança adotadas para resguardar sua integridade física.

A participação do pessoal de segurança e de outros órgãos de inteligência, como a Polícia Federal, a Polícia Civil, as Forças Armadas revelou ser um fator decisivo para o sucesso das atividades desenvolvidas no GSI.

26. RECOMENDAÇÕES

Em vista da qualidade do trabalho desenvolvido, não há sugestões a realizar diretamente à unidade, exceto o compartilhamento das medidas e estratégias utilizadas no âmbito da segurança do TRF2 com os demais Tribunais Regionais.

NÚCLEO DE MAGISTRATURA

QUESTIONÁRIO DA INSPEÇÃO

1. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Glória Botelho Teixeira Neves (Matricula 10800) - Coordenadora do Núcleo de Magistratura - NUMAG.

2. Como a unidade está organizada? (Quantos servidores, cargos comissionados, efetivos, estagiários, requisitados? Como é feita a distribuição de tarefas?).

São lotados no Núcleo 4 servidores: 1 coordenadora (FC-06) e 3 servidores (FC-05, FC-04 e FC-01, respectivamente). A distribuição das tarefas é realizada por assunto. Cada servidor(a) é responsável por assuntos/atividades do Núcleo, os quais são também de conhecimento dos(as) demais servidores(as), para quando ocorrem férias e afastamentos daquele(a) que normalmente faz a tarefa. As atribuições do Núcleo de Magistratura são relativas ao provimento e desligamento, cadastro, aposentadoria e pensão, bem como prestar informações em processos de magistrados da Justiça Federal de 1º e 2º Grau, gerenciando férias dos magistrados de 2º Grau. Porém, o gerenciamento de férias de magistrados de 1º Grau, da Escala de plantão, convocação de magistrados e outros afins são atribuições que estão na Presidência ou na Corregedoria, conforme o caso. Por esse motivo, algumas respostas foram fornecidas pelas Assessorias da Presidência ou respondidas nos respectivos questionários.

2.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O trabalho remoto foi instituído no período da pandemia (Resolução TRF2-2020/00010 e sucessivas prorrogações), e depois, de forma parcial (Resolução TRF2-RSP- 2021/00057 e prorrogações) em sistema de rodízio. A implantação do teletrabalho, de acordo com as normas vigentes, encontra-se em estudos, a ser oportunamente regulamentada após a pandemia de Covid-19.

2.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Vide a resposta do subitem 2.1.

2.3 Qual critério para fixação das cotas?

Não há um documento formal das cotas, mas cada servidor possui suas atividades, divididas por assunto, e precisam cumprir dentro do prazo solicitado.

2.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Quanto ao controle, cabe à chefia desenvolver, assim como no presencial há o controle. O setor realiza o acompanhamento das tarefas distribuídas para cada servidor, observando o tempo e a qualidade da entrega da tarefa. No Núcleo, temos obtido cumprimento da cota, não sendo aplicada consequência.

3. Indicar o total de cargos de magistrados de 1º e 2º graus, auxiliares e substitutos.

27 Desembargadores; 177 Juízes Titulares; 97 Juízes Substitutos.

3.1 Apresentar, por seção judiciária e TRF, se for o caso, o número de cargos existentes, providos e vagos.

TRF: 35 criados; 27 providos; 8 vagos.

SJRJ Juizes Titulares: 151 criados; 151 providos; 0 vagos. Juizes Substitutos: 118 criados; 81 providos; 37 vagos.

SJES Juizes Titulares: 28 criados; 26 providos; 2 vagos. Juizes Substitutos: 22 criados; 16 providos; 6 vagos.

3.2 Existe concurso em andamento?

Não existe concurso em andamento. O assunto será decidido pelo Órgão Especial deste TRF2, para autorização do XVIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 2ª Região.

4. Estão sendo realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

Consta das respostas do questionário da Corregedoria.

4.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio? Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Consta das respostas do questionário da Corregedoria.

4.2 Quais os critérios para as designações e substituições no 1º e no 2º grau?

Consta das respostas dos questionários da Corregedoria e da Presidência.

4.3 É feita uma análise da produtividade do magistrado e da situação da unidade em que ele atua antes de designá-lo para cumular outra unidade jurisdicional? Como ocorre?

Consta das respostas dos questionários da Corregedoria e da Presidência.

5. Há normativo, no âmbito do TRF, que discipline a marcação e escala de férias de magistrados?

Para Desembargadores, observa-se a Resolução n. 30/TRF2, de 11/10/2005, alterada pela Resolução n. 01/TRF2, de 9/1/2006. Para Juizes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.1 Detalhar o procedimento para marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º e 2º graus.

Desembargadores: A D. Presidência, anualmente, expede Ofício Circular p/ que Desembargadores e Juizes Convocados indiquem as datas dos trintídios de férias p/ fruição no ano seguinte, a fim de ser elaborada a escala de férias (último Ofício Circular n. TRF2-OCI-2021/00102). As intenções de férias são encaminhadas à D. Presidência por Ofício, no Sistema SIGA-DOC. Após Despacho autorizando a inclusão, são encaminhados ao NUMAG p/ elaboração da escala. Todos os Ofícios de marcação e alteração são compilados em Processo Administrativo (atual n. TRF2-PES-2021/01283). É elaborada a minuta da escala e uma informação contendo os detalhes das marcações e alterações, ambas anexadas ao Processo Administrativo, p/ apreciação e assinatura da D. Presidência. Ao longo do ano esse procedimento se repete, conforme Ofícios sejam apresentados pelos Desembargadores e Juizes Convocados, p/ as escalas que visam a alteração da escala geral. Juizes de 1º grau: respostas do questionário da Corregedoria.

5.2 Há sistema informatizado para marcação de férias? Qual?

Para Desembargadores e Juizes Convocados, não. Para Juizes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.3 Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

Para Desembargadores e Juízes Federais Convocados são feitos por meio de Ofício dirigido à D. Presidência. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.4 Quais os critérios para análise do pedido de alteração?

Para Desembargadores e Juízes Federais Convocados, a análise é feita pela D. Presidência. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.4.1 É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

Para Desembargadores e Juízes Federais Convocados, as informações são prestadas pelo NUMAG quando do envio da escala de férias para assinatura pela D. Presidência, que é quem faz a análise das situações. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.4.2 É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

Para Desembargadores e Juízes Federais Convocados, as informações são prestadas pelo NUMAG quando do envio da escala de férias para assinatura pela D. Presidência, que é quem faz a análise das indicações. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.5 Como está sendo realizado o pagamento em pecúnia determinado pela Resolução n. 293/2019-CNJ?

É realizado juntamente com a remuneração de férias, mediante o preenchimento de formulário específico enviado para a área de orçamento e submetido ao CJF.

5.6 Existem magistrados de 1º e 2º graus com saldo de férias? Especificar (nome, período e número total de dias).

Desembargadores: Sim, estão disponíveis na Intranet do TRF2, no espaço funcional Magistrados/Férias/Escala de Férias/Veja aqui o relatório de férias. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

5.7 Existe escala de férias para o próximo ano?

Para Desembargadores: Foi expedida a escala anual de férias para o ano de 2022 (TRF2-PTP-2021/00481). Para o ano de 2023 a estimativa é ser assinada no final do segundo semestre. Para Juízes de 1º grau, consta das respostas do questionário da Corregedoria.

6. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Há formalização?

A pergunta está respondida no item 25 do questionário da Presidência.

6.1 Há participação da Corregedoria Regional?

A pergunta está respondida no item 25 do questionário da Presidência.

7. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juízes? Há formalização? Descreva o procedimento.

Respondida no item 26 do questionário da Presidência.

7.1 Há participação da Corregedoria Regional?

Respondida no item 27 do questionário da Presidência.

7.2 Como é aferido o merecimento?

Respondida no item 28 do questionário da Presidência.

7.3 Quais são os critérios e procedimentos para acesso dos juízes federais ao TRF?

O acesso dos Juízes Federais segue a disciplina do art. 107 da CF e os art.s 26 a 32 do Regimento Interno do TRF2. Há prévia publicação de Edital para inscrição dos interessados - prazo: 10 dias. Após, remetem-se os autos ao Corregedor para informações. Não será promovido o juiz que injustificadamente retiver autos além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem despacho ou decisão. A promoção por merecimento pressupõe o exercício mínimo por 5 anos na classe e integrar o Juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade, observadas também as avaliações citadas no item 28 do questionário da Presidência. Na promoção por antiguidade, será indicado o mais antigo, que somente poderá ser recusado pelo voto fundamentado de dois terços dos membros do Pleno, conforme procedimento próprio, garantida a ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação. (fonte: resposta da Assessoria da Presidência).

8. Há elaboração de escala geral dos plantões realizados?

Sim, a escala geral de plantão, no âmbito do TRF2, observa o disposto na Resolução n. 7/2005-TRF2 e é aprovada pelo E. Plenário desta Corte, com a posterior expedição do Ato, assinado pela Presidência, da escala de plantão dos Exmos. Desembargadores Federais do TRF2, relativa aos sábados, domingos e feriados. A escala geral de plantão para o ano 2022 foi tornada pública por meio do Ato n. TRF2-ATP-2021/00465, de 4/11/2021. A escala geral e as alterações posteriores, bem como os pedidos e autorizações de compensação de plantões, são compilados em um Processo Administrativo, o atual é o de n. TRF2-PES-2021/01173. Ao longo do ano, esse procedimento se repete, conforme os Ofícios que são apresentados pelos Desembargadores para alteração do plantão, com vistas a expedição de novo Ato de alteração, como por exemplo, TRF2-ATP-2022/00050.

8.1 Existe sistema informatizado?

Não.

8.2 Como é elaborada a escala de plantão? Especificar (anotação das escalas realizadas por meio de sorteio, eventuais substituições, indicação das matérias passíveis de exame em regime de plantão).

Respondida no item 28 do questionário da Presidência.

8.3 Como funciona o sistema de plantão no TRF?

Conforme Regimento Interno (arts. 12-A e 83), a escala anual de plantão (sábados, domingos e feriados), de 12h às 17h, é aprovada pelo Órgão Especial e obedece a antiguidade dos Desembargadores Federais, ouvidos previamente os demais integrantes. Durante o recesso e o plantão somente poderão ser apreciadas matérias urgentes para evitar perecimento de direito, para garantir o direito de ir e vir e para decretar medidas cautelares de natureza penal. "Art. 82. Suspendem-se as atividades judicantes do Tribunal durante o recesso e nos dias em que o Tribunal determinar. § 1º. Durante o recesso e desde que reclamem urgência, poderá o Presidente ou seu substituto legal decidir os pedidos de liminar em mandado de segurança e processos cautelares, determinar liberdade provisória ou sustação da ordem de prisão." Na página da internet (trf2.jus.br) há link para informações ao público a respeito dos plantões judiciais do Tribunal (fonte: resposta da Assessoria da Presidência).

8.4 Existe normativo que defina a natureza das causas passíveis de apreciação no âmbito do plantão judiciário? Indicar.

Sim. Resolução CNJ 71/2009; artigo 83 do Regimento Interno do TRF2 e o Provimento 14/2004 da Corregedoria do TRF2 (fonte: resposta da Assessoria da Presidência).

8.5 As causas já distribuídas e o juízo prevento são reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

Consoante dispõe o parágrafo primeiro do artigo 1º da Resolução CNJ 71/2009, o plantão judicial não se destina à análise de reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou reexame. Assim, as situações mencionadas no referido artigo 1º não são analisadas durante o plantão judiciário. Há que se observar o artigo 83, parágrafo único, do Regimento Interno deste TRF e o artigo 1º, VII, da Resolução 71/2009 do CNJ quanto à necessidade de se apreciar as matérias urgentes a fim de evitar perecimento de direito. (fonte: resposta da Assessoria da Presidência).

8.6 Qual o destino dos feitos após a decisão proferida durante os plantões? Foram submetidos à distribuição regular?

Os pedidos formulados em regime de plantão são protocolizados diretamente no eproc, submetendo-se a regular distribuição no momento do protocolo, devendo o requerente informar ao servidor responsável, pelo telefone de plantão, a fim de que, sendo o caso, o encaminhe ao magistrado plantonista por meio de rotina específica do sistema. Proferida a decisão, os autos são encaminhados à secretaria plantonista, a fim de que sejam promovidas as devidas intimações. Ao final do plantão, o processo é encaminhado ao gabinete do magistrado a quem coube a distribuição. (fonte: resposta da Secretaria de Atividades Judiciárias).

9. A unidade possui plano de gestão?

Embora não haja plano de gestão formal, o NUMAG é organizado de forma padronizada, em relação às atividades e à gestão da informação, a fim de que o trabalho possa continuar sendo executado do mesmo modo e eficácia, no caso da ausência de algum servidor.

9.1 Descreva a situação atual

| | |
|---|---|
| a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais | Informado na questão 2. |
| b) gestão do trabalho | As atividades são geridas de forma padronizada, porém dinâmica. Há distribuição do trabalho segundo o perfil do servidor e exigências do próprio Tribunal e órgãos externos, de acordo com a ordem cronológica de entrada dos documentos e processos, priorizando as urgências. No entanto, esse pode ser ajustado conforme demanda extraordinária. |
| c) resultados. | Os resultados apresentados têm sido bastante satisfatórios, com cumprimento de prazo, dentro do padrão de eficácia. |

9.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Eficiência no atendimento, no menor prazo possível.

9.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manter e aprimorar a padronização do arquivo de informações e atividades do Núcleo.

10. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

As reuniões por vídeo, pois foram bastante eficazes, a eliminação de documento físico, sendo todo recebido e analisado por meio eletrônico, o que já vinha sendo testado antes

da pandemia e totalmente adotado e aprovado, durante esse período, em trabalho remoto.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Glória Botelho Teixeira Neves, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

São lotados no Núcleo 4 servidores, contando com a Diretora, para atender a demanda de aproximadamente 500 magistrados (entre ativos, inativos e pensionistas).

Suas atribuições são relativas ao provimento e desligamento, cadastro, aposentadoria e pensão, bem como prestar informações em processos de magistrados da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, gerenciando férias dos magistrados de 2º Grau. Porém, o gerenciamento de férias de magistrados de 1º Grau, da Escala de plantão, convocação de magistrados e outros afins são atribuições que estão na Presidência ou na Corregedoria, conforme o caso. As questões disciplinares também são tratadas pela Corregedoria.

No período de pandemia todos os servidores estavam em regime de teletrabalho e atualmente, mesmo com o retorno gradativo do trabalho presencial ao Tribunal, o atendimento aos magistrados continua sendo feito de forma virtual.

Não obstante o número reduzido de servidores na unidade, não houve diminuição no rendimento, sendo utilizado o sistema SIGA para lançamento de informações dos magistrados, relativas a afastamentos, licenças, férias, etc., considerado plenamente satisfatório pela equipe.

As digitalizações dos processos administrativos são realizadas por demanda, sendo priorizados os referentes às demandas recentes, dos magistrados ativos. Contudo, há esforço concentrado para digitalização também dos processos físicos relativos aos inativos.

12. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas.

É de ser mantido o aperfeiçoamento das boas práticas realizadas pelos servidores da unidade inspecionada.

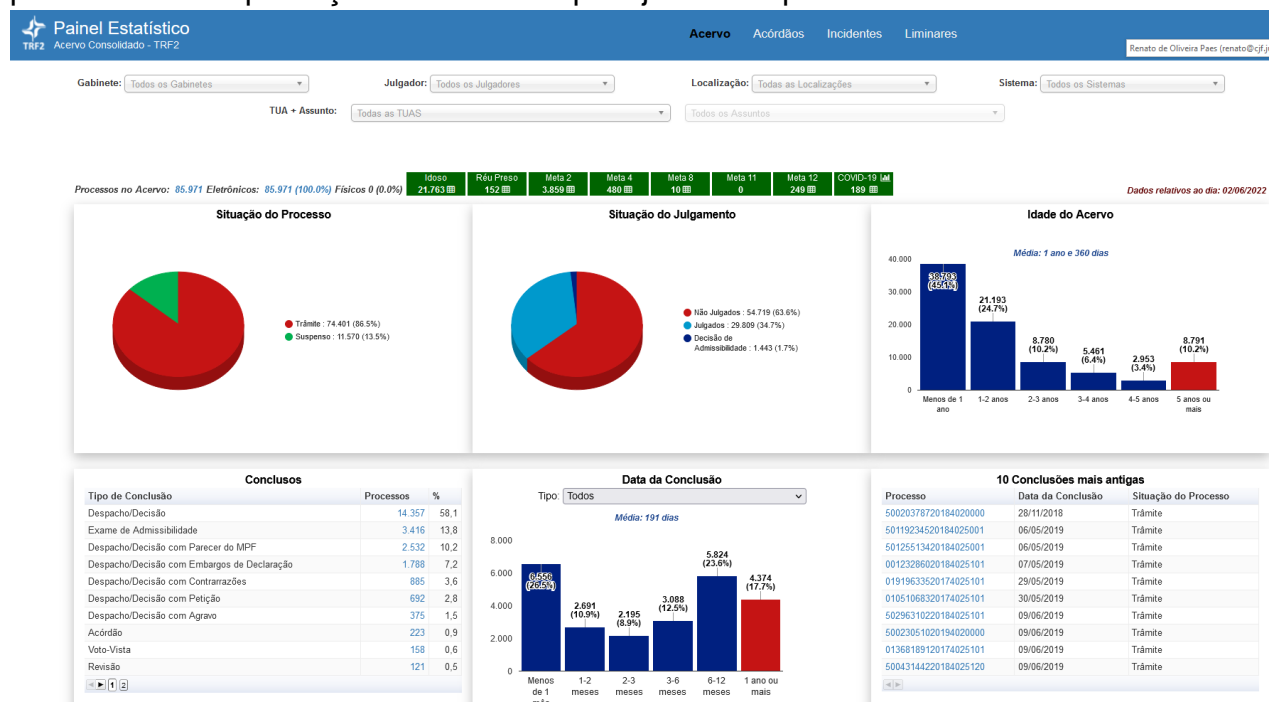
ESTATÍSTICA

1. Análise da base e dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

Na etapa preparatória da inspeção, realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada processo, tais como: o número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias, dentre outras.

Os resultados desse trabalho de mineração dos processos permitiram perceber que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (eproc), que detém 100% do acervo em tramitação, e suas ferramentas de controle da informação (Business Intelligence - BI), demonstrou possuir alta consistência em seus dados, uma vez que não houve erro significativo nas bases apresentadas.

Observa-se também que a unidade de estatística tem envidado todos os esforços para melhorar e ampliar os métodos de controle do acervo processual, de forma a permitir a produção de painéis com dados consistentes e relatórios dinâmicos que contribuem para a gestão e tomada de decisão de gabinetes e unidades processantes. A imagem abaixo ilustra uma das telas utilizadas pelos gabinetes que os auxiliam na gestão do acervo processual e na produção de métricas que ajudam no processo de tomada de decisão.



Os painéis disponibilizados permitem que todas as unidades façam o acompanhamento de seus processos de forma diária, por tipo de classe, por assunto e por meta, dentre outras. Para cada tipo de consulta, o gabinete ou unidade processante pode exportar a relação dos processos e verificá-lo em tempo “d-1”. A seguir a relação de painéis disponíveis para o eproc:

- Crie seu Relatório - Monte seu relatório cruzando as informações existentes na lista de campos
- Classe - Acervo por Classe
- Gabinete - Acervo por Gabinete
- Último Evento - Acervo por Último Evento
- Data da Autuação - Acervo por Data da Autuação
- Competência - Acervo por Competência
- Julgador Responsável - Acervo por Julgador Responsável
- Localização Atual - Acervo por Localização Atual

A ferramenta de relatórios estruturados, aplicada e continuamente aprimorada pelo Núcleo de Estatística (Nuest), constitui uma excelente prática adotada e demonstra o compromisso, ao longo dos últimos anos, em manter o conjunto de dados processuais, físicos e eletrônicos, à disposição de todo o Tribunal. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo tanto do 1º quanto do 2º grau.

2. Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do Núcleo de Estatística

O Núcleo de Estatística – NUEST está subordinado à Presidência do TRF2 e foi criado a partir da Resolução n. 17 de 9 de junho de 2009.

A estrutura atual, assim como observado nas últimas inspeções, permanece bastante enxuta para a execução de seus serviços. O setor possui profissionais especializados e qualificados para a execução das atividades típicas com dois estatísticos graduados, porém consideram que com as mudanças dos sistemas processuais e implantação do eproc, houve uma demanda crescente nos últimos anos e redução da força de trabalho no mesmo período, contando hoje com 3 analistas, 3 técnicos judiciários e 1 terceirizado. Outra situação que ainda persiste é o fato de não haver substitutos para atuar nas diferentes áreas do NUEST, criando uma situação de engessamento e preocupação, pois a ausência de um desses servidores paralisa as atividades e obriga o setor a criar mecanismos de improviso, sob o risco de gerar informações inconsistentes.

Cabe à unidade dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, centralização e tratamento dos dados processuais do Tribunal e das seções e subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 2ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

I - Atuar como órgão central para fornecimento de informações estatísticas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

II - Estruturar a coleta, a organização e a consolidação de informações estatísticas relacionadas às atividades-fim do Tribunal junto à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria, à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, ao Núcleo de Conciliação e às subsecretarias das turmas, das seções e do Plenário.

III - Solicitar as Unidades Administrativas do TRF2 o fornecimento de informações relacionadas às atividades da área-meio e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com vistas a atender solicitações formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal.

IV - Solicitar às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, informações relacionadas à atividade jurisdicional com vistas a atender solicitações formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

V - Zelar pelo fluxo, qualidade e atualidade dos dados estatísticos da Justiça Federal da 2ª Região.

VI - Acompanhar a emissão de relatórios estatísticos, bem como zelar pela adequação às normas vigentes.

VII - desempenhar quaisquer outras atividades típicas do Núcleo.

O ambiente de trabalho é bom, e a equipe tem cumprido as suas atribuições, visto que nos últimos dois anos, com a implantação do eproc, houve grande evolução na produção e disponibilização, às unidades do Tribunal, de diferentes tipos de relatórios estruturados, com informações de processos eletrônicos. Tais relatórios contribuíram decisivamente para os trabalhos de gestão e o processo de tomada de decisão.

3. Ferramentas utilizadas para levantamento de informações processuais.

O Tribunal possui um sistema de BI implantado desde 2006 conhecido como Portal de Estatísticas. Ele foi criado com o intuito de atender às diversas demandas internas e externas e reduzir a sobrecarga de trabalho na Secretaria de Tecnologia da Informação. A partir de 2014 o sistema, até então aplicado ao ambiente de processos físicos, foi adaptado aos processos eletrônicos. A ferramenta é considerada um ótimo instrumento para gestão do acervo e da produtividade dos gabinetes e dos órgãos processantes.

4. Verificar o cumprimento do Provimento n. 2 de 22 de junho de 2009

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do Tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a eles vinculados, constatou-se que todos os modelos

de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do Tribunal.

Recomendação: Manter o trabalho de disseminação dos relatórios gerenciais dinâmicos produzidos em ferramenta de Business Intelligence, para todas as unidades judiciárias do Tribunal.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

A Inspeção na área de Sistemas e Infraestrutura da Tecnologia da Informação foi conduzida pelos servidores Luigi Frusciante Filho, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e Glaucio Southier do Conselho da Justiça Federal - CJF. Os principais pontos de atenção foram as instalações do Data Center, os procedimentos e sistemas de autuação, cadastramento e distribuição dos processos judiciais e o atendimento às normatizações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do CJF vigentes para a área de TI e de acordo com o Ofício 0308768/CJF. A inspeção se ampara nas melhores práticas para a área, bem como nas normas do CNJ e do CJF, especialmente as listadas a seguir:

- Resolução CNJ n. 46/2007;
- Resolução CNJ n. 182/2013;
- Resolução CNJ n. 325/2020;
- Resolução CNJ n. 347/2020;
- Resolução CNJ n. 370/2021;
- Resolução CNJ n. 396/2021;
- Resolução CJF n. 202/2012;
- Resolução CJF n. 279/2013;
- Resolução CJF n. 668/2020;
- Resolução CJF n. 685/2020;
- Resolução CJF n. 687/2020;
- Resolução CJF n. 701/2021;
- Instrução Normativa MPOG n. 73/2020.

1- Infraestrutura de suporte ao processo eletrônico

Atualmente os processos ativos do TRF2 encontram-se disponíveis no Sistema eproc, implantado nos termos da Resolução TRF2-RSP-2018/00017, de 26 de março de 2018. Parte do acervo de processos baixados e arquivados encontra-se disponível para consulta no sistema Apolo, tendo sido todas as movimentações e processamentos deste sistema suspensas, desde a conclusão da migração dos processos ativos para o eproc nos termos da Resolução TRF2-RSP-2021/00036, de 30 de Abril de 2021.

Para fins de prevenção e emissão de certidão, tanto o acervo do eproc quanto do Apolo são considerados por meio de integração dos bancos de dados. Os seguintes SGBDs e linguagens de programação são utilizados: MySQL e PHP (eproc), e Oracle/Delphi (Apolo). O armazenamento de documentos eletrônicos do eproc é realizado em caráter permanente fora do banco de dados, usando a solução Caringo Swarm. Além disso, as

funcionalidades de busca textual, IA e BigData utilizam os softwares SOLR, Elasticsearch e Python.

Tanto o eproc quanto o Apolo acessam os bancos de dados por meio de usuário de sistema criado para esta finalidade, sendo o cadastro de usuários próprio de cada um deles.

2 - Infraestrutura de rede

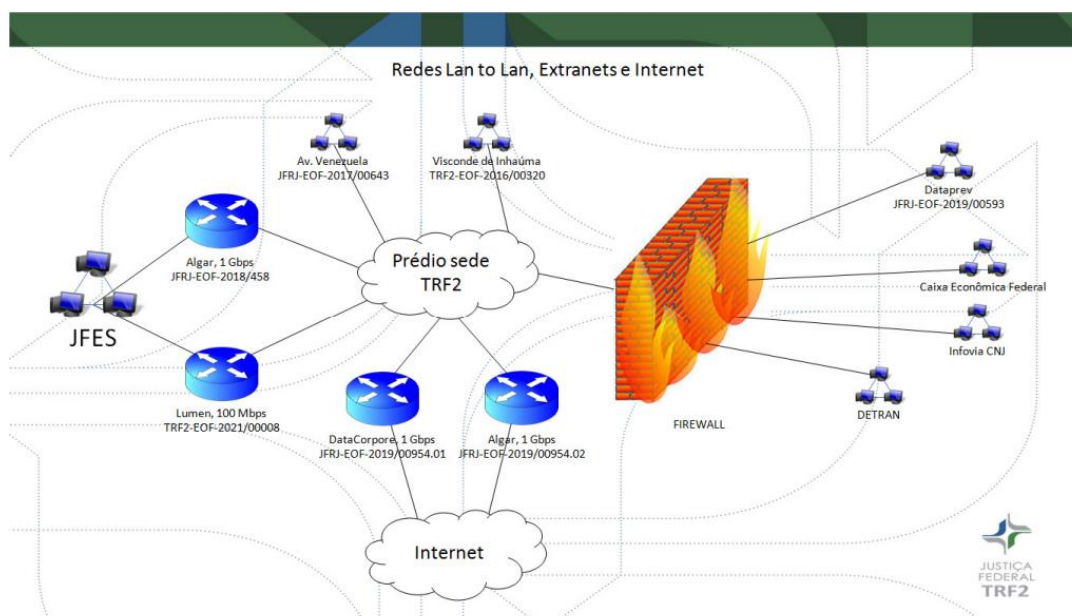
a) Redundâncias: de rede, servidor de aplicação e armazenamento de dados:

Em cada um dos Data Centers, há um conjunto de nós em cluster que atendem ao usuário através de máquinas que fazem balanceamento para cada instância (TRF2, JFRJ e SJES). Em ambos os Data Centers, cada instância tem replicação de dados assíncrona localmente e entre os Data Centers do Rio e de Vitória. Os documentos são armazenados em CAS (Content Addressed Storage) com 3 cópias redundantes em cada Data Center (Rio/Vitória).

b) Plano de manutenção dos sistemas de sustentação do Data Center:

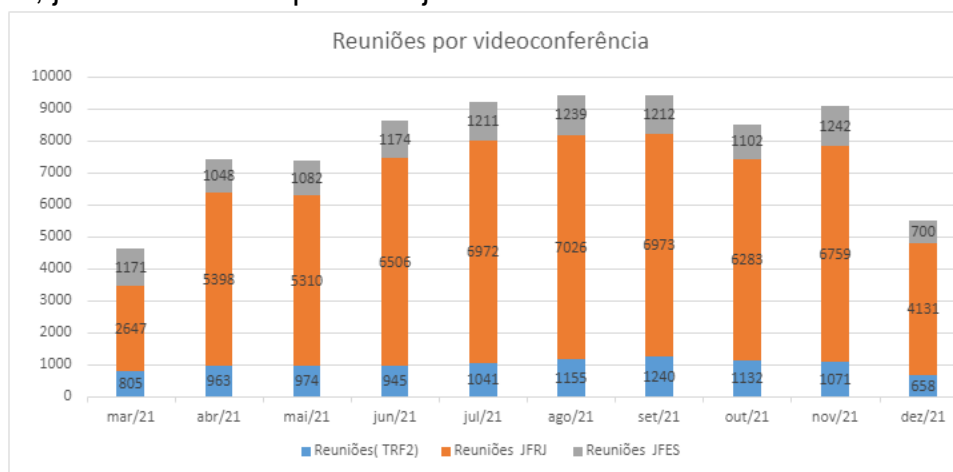
A sala cofre possui o contrato de manutenção T2-EOF-2016/302 (Contrato n. 016/2018) vigente que cobre todos os sistemas elétricos, incluindo nobreak e gerador, além dos equipamentos de refrigeração, monitoramento por vídeo, controle de acesso biométrico, combate a incêndio e alarmes. O contrato cobre manutenção corretiva e preventiva, sendo que a última demanda verificações repetidas ao longo da vigência.

c) Mapas da infraestrutura de rede no âmbito do TRF, bem como eventuais conexões com órgãos externos.



d) Modelo adotado para garantir a segurança, celeridade e a continuidade dos serviços em teletrabalho: Os serviços críticos da área processual foram garantidos pela disponibilidade na web dos sistemas eproc e Siga, viabilizando o trâmite de documentos processuais e administrativos respectivamente. A concentração de todos os processos ativos no eproc a partir de agosto de 2021 foi outra ação que agregou valor à garantia de celeridade e continuidade nas situações de teletrabalho.

e) Modelo adotado para o balcão virtual: Adoção do Zoom como plataforma padrão com gravação na nuvem (do próprio zoom) com possível download para armazenamento interno, no ano de 2021 foram realizadas cerca de 79170, reuniões por vídeo conferências administrativas, judiciárias e de apoio aos jurisdicionados.



f) Modelo adotado para infraestrutura de TI em nuvem: A 2ª Região não possui infraestrutura de informática em nuvem, à exceção do Zoom e da gravação de vídeo conferências, a segurança destas informações é provida pela própria aplicação.

O Tribunal não possui redundância para o gerador que alimenta o Data Center do edifício sede, sendo esta a principal vulnerabilidade encontrada na parte de infraestrutura. O prédio encontra-se em reforma e seu cabeamento está sendo substituído e organizado.



Gerador do Data Center do Prédio Sede

Recomendação:

Implementar redundância para o gerador do Data Center do edifício sede.

3 - Cálculo para a força de trabalho

A força de trabalho de TIC de acordo com o art. 24, § 1º, da Resolução CNJ n. 370/2021, apresenta um déficit de 71 técnicos com especialidade em TI em toda a 2ª Região no cálculo apresentado no documento **rel-forca-trabalho-mar-22.pdf** conforme especificado no anexo da Resolução CNJ n. 211/2015.

| Quadro Permanente de Servidores da TI | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------|-------------------|---|---------------------------------------|---|---|--|---|-----------------------------|--------------------------------------|
| Órgão | Total de usuários de recursos de TI* | % a aplicar | Valor a adicionar | Mínimo necessário servidores RES CNJ 370/2021 | Nº mínimo necessário servidores do QP | Total de servidores com especialidade de TI | Déficit de servidores com especialidade de TI | % de atendimento de servidores com especialidade de TI | Total de servidores (com e sem especialidade de TI) | Déficit de servidores Total | % de atendimento de servidores Total |
| TRF+SJRJ | 22.282 | 0,16% | 130 | Entre 20.001 e 40.000 --> 0,1625% + 130 | 166 | 88 | 78 | 53% | 117 | 49 | 70% |
| SJES | 3.134 | 0,98% | 48,75 | Entre 3.001 e 5.000 --> 0,975% + 48,75 | 79 | 12 | 67 | 15% | 18 | 61 | 23% |
| Total 2a Reg. | 25.416 | 0,1625% | 130 | Entre 20.001 e 40.000 --> 0,1625% + 130 | 171 | 100 | 71 | 58% | 135 | 36 | 79% |

Percebe-se que o quadro está muito abaixo dos mínimos requeridos pela Resolução CNJ n. 370/2021. Para o tribunal, seriam necessários idealmente 171 servidores do quadro permanente, havendo um déficit de 71 servidores (baseado no cálculo constante no anexo da referida Resolução).

4 - Atendimento aos usuários

Atualmente o atendimento de primeiro nível no TRF2 é realizado por equipe mantida pela Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ/ASAJ/COGES). Nesse nível, são contornados problemas que envolvam conhecimento da área negocial, dúvidas sobre o sistema e a administração do sistema que podem ser feitas por tela.

Quando escalado para o segundo nível, o chamado é encaminhado à STI/DIPRO que cuida de soluções que possam ser feitas por meio de ajustes técnicos da base de dados (eventuais inconsistências referenciais entre registros em tabelas, por exemplo) para garantir a continuidade dos processos críticos. Quando é exigida intervenção em código, o chamado é escalonado para a COSISP (atual CODEST), que realiza a manutenção do sistema, disponibilizando a correção localmente e ao eproc Nacional.

O sistema utilizado para todo este processo é o GLPI, que é um programa de gerenciamento de demandas de serviço e ativos de TI. Foram apresentados relatórios de chamados que dão conta que nos últimos 6 meses foram atendidas 919 demandas de suporte aos ativos de TI.

5 - Distribuição

Não há recebimento, autuação e distribuição de processos originários pelos servidores da Coordenação de Distribuição, Registro e Autuação – CODRA no sistema eproc e todos os procedimentos são realizados pelos advogados e procuradores, sendo que o próprio sistema realiza a distribuição. Também não há recebimento, autuação e distribuição de processos oriundos da 1ª instância. Estes são remetidos e distribuídos, após a reclassificação das partes, de acordo com o recurso apresentado, pelos servidores das varas federais, seguindo diretamente para os gabinetes sorteados.

Com a entrada em vigor da Resolução TRF2-RSP-2019/00054, os processos de competência delegada, que até então eram também recebidos em meio físico, passaram a ser autuados e distribuídos no sistema eproc pelos servidores da Justiça Estadual, seguindo diretamente para o gabinete sorteado após a distribuição.

No eproc, a distribuição é feita sempre por sorteio e os feitos são enviados diretamente aos órgãos julgadores. Para fins de prevenção o acervo do eproc e do Apolo são considerados por meio de integração dos bancos de dados, contudo, foram registrados pelo menos 4 incidentes relacionados à prevenção, aparentemente por falta de integração com os dados do Apolo, que não haviam sido solucionados até a inspeção.

| Título | Status | Data de abertura | Prioridade | Tipo | Origem da requisição | Descrição | Última atualização |
|---|-------------------------|---------------------|------------|-----------|----------------------|--|---------------------|
| Solicito a verificação da distribuição por sorteio do processo n 0137 | Processando (atribuído) | 13-01-2022 13:40 | Baixa | Incidente | Direto | Solicito a verificação da distribuição por sorteio do processo n. 0137562-28.2013.4.02.5101, sem que fosse detectada a prevenção com o Agravo de | 13-01-2022 15:04 |

| | | | | | | | |
|---|-------------------------|---------------------|------------|-----------|--------|---|---------------------|
| (2022002170) | | | | | | Instrumento n. 00167754-4.2013.4.02.0000, processo que só consta no sistema Apolo (não migrado para o eproc). | |
| solicito que seja verificada a falha na detecção de prevenção do ag 50 (2021039751) | Processando (atribuído) | 19-10-2021 12:04 | Muito alta | Incidente | Direto | Solicito que seja verificada a falha na detecção de prevenção do ag 501363448.2021.4.02.0000, que foi sorteado para o gabinete 10 quando existe agravo 0013444-83.2015.4.02.0000 com o mesmo número originário no sistema apolo (gabinete12) (não esquecer de anexar a tela de erro contendo o login de acesso) | 16-12-2021 08:14 |
| Solicito que seja verificado o motivo da falha de verificação de prevenção (2021029314) | Processando (atribuído) | 12-08-2021 12:31 | Crítica | Incidente | Direto | solicito que seja verificado o motivo da falha de verificação de prevenção ocorrida com o processo 0107085-81.1997.4.02.5101, pois o sistema deveria ter localizado o processo preventivo AC 0014112-16.1999.4.02.0000, que representa estes mesmos autos no sistema Apolo | 18-10-2021 10:17 |
| solicito que seja verificado porque o sistema eproc não apresentou os (2021015410) | Processando (atribuído) | 07-05-2021 16:23 | Média | Incidente | Direto | solicito que seja verificado porque o sistema eproc não apresentou os possíveis processos preventos no relatório de prevenção do HC 5005431-97.2021.4.02.0000 | 09-08-2021 15:37 |

Recomendação:

Dar prioridade à resolução dos referidos incidentes.

6 - Certidões

As Certidões são emitidas pelo usuário através do Portal de Consultas e Serviços do TRF2, <https://www10.trf2.jus.br/consultas/>. Nos casos em que não é possível a utilização de CPF ou CNPJ para emissão da certidão, o usuário deve solicitar à Seção de Certidões através de e-mail, informando o nome a ser consultado e enviando seu documento e o documento do nome a ser consultado, como, por exemplo, passaporte, no caso de estrangeiro sem CPF. A certidão emitida também será enviada através de e-mail.

7 - Gestão e Governança de Tecnologia da Informação

O TRF2 está relativamente em dia com os atendimentos e gestão de normas emitidas pelo CNJ e pelo CJF para a área de tecnologia da informação. A eclosão da Pandemia de Covid-19, exigiu adaptações urgentes para o teletrabalho, concomitantemente à onda de

invasões que o Judiciário vem sofrendo, que determinou a emissão e reforma de diversas normas para a área de tecnologia e segurança da informação pelos conselhos da Justiça Federal e Nacional de Justiça. Diante destes fatos, é compreensível certa defasagem. Ainda assim, diante das sucessivas e bem-sucedidas invasões que o judiciário vem sofrendo, algumas ações do Plano de Trabalho ENTIC-JUD V1-2 merecem especial atenção.

Verificaram-se ações relacionadas à garantia da continuidade de negócios e segurança da informação que não foram concluídas na data prevista, 12/2021, e o registro das ações já realizadas são pouco esclarecedoras, entre elas:

| Descrição das Ações | Data de Início | Data de Término | Ações Realizadas |
|--|----------------|-----------------|--|
| Elaborar e manter o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços | jan/21 | dez/21 | vrif grupo que está trabalhando - PCN c/ a Tatiana |
| Elaborar e manter Plano de Gestão de Riscos de TIC | jan/21 | dez/21 | mapa de risco em elaboração |
| Elaborar e aplicar práticas e processos de segurança da informação e proteção de dados a serem adotadas no Tribunal, conforme disposto na Lei no 13.709/2018 que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais | jan/21 | dez/21 | CLSI, e Comitê Gestor PD (LGPD) estão tratando |
| Elaborar e manter Política de Segurança da Informação (PSI) em consonância com os objetivos institucionais, da área de TIC e segurança da informação. | jan/21 | dez/21 | revisão em andamento TRF2-MEM-2022/01374 |

As ações acima descritas têm especial relevância, no atual cenário de ataques cibernéticos com invasão, sequestro e encriptação de dados, causando caos e paralisação na prestação jurisdicional em diversas unidades judiciárias de todas as instâncias e competências.

Todas as 58 ações elencadas no Plano de Trabalho ENTIC-JUD V1-2 têm data de início 01/2021, 30 delas têm data de fim 12/2021, as 28 restantes têm data de fim no mês 12, anos 2022, 2023 e 2024 sinalizando priorização inadequada das ações.

De acordo com o arquivo **pcti-2022-unificado_22-02-24.pdf** apresentado, o Plano de contratação vem sendo executado regularmente, ainda que ações classificadas como “INADIÁVEL” não tenham sido executadas, até o momento da Inspeção, como demonstrado abaixo:

| Item | Objeto | Prioridade | Prazo Estudos Preliminares Abertura de SEC |
|-------|--|------------|--|
| TI.01 | Aquisição de Licença de Software de banco de dados (My | INADIÁVEL | Mar/22 |

| | | | |
|-------|--|-----------|---------|
| | SQL) | | |
| TI.02 | Aquisição e Renovação de subscrição do Sistema operacional RedHat | INADIÁVEL | Abri/22 |
| TI.03 | Renovação e ampliação de subscrição do Softwares de hospedagem de aplicações JBOSS | INADIÁVEL | Mai/22 |

Recomendação:

Reexame das prioridades das ações do Plano de Trabalho e do PCTI, atualização das ações já executadas, elaboração de cronograma mais realista de acordo com as necessidades mais prementes do TRF2 e execução, na medida do possível de acordo com as prioridades estabelecidas.

8 - Atendimento das recomendações da Inspeção 2020

a) Recomendação: *“Melhoria no algoritmo de distribuição de forma que não haja comportamento sequencial ou cíclico e não seja possível inferir os juízos que deixarão de participar do sorteio, no caso de distribuição livre, ou que a possibilidade de exploração seja mitigada de outra forma eficaz. O ideal seria que todos os gabinetes participassem de todas as distribuições, embora com chances reduzidas em relação aos que possuem mais processos”.*

Situação: A questão foi atendida.

Providência: No eproc Nacional, cuja alteração foi incorporada às versões já implantadas na Segunda Região. Indicar as recomendações que foram ou não atendidas. Em caso de não atendimento, apresentar a respectiva justificativa.

b) Recomendação: *“Que o sistema lance andamento de retificação de autuação sempre que houver alteração nos dados da autuação, notadamente quando ocorrer inclusão de parte, mudança de classe ou de assuntos, para que todas as partes sejam notificadas de tal mudança e possam se manifestar a respeito”.*

Situação: A questão foi atendida.

Providencia: O eproc foi alterado e agora lança evento indicando a retificação da autuação quando alterada a classe ou o assunto principal, e as alterações de partes constam registradas no histórico de retificação das partes também disponível na capa do processo.

9 - Conclusão

A equipe de TI do TRF2 tem evoluído nos seus processos de gestão, bem como está na fase final da implantação do eproc, restando apenas ajustar a integração com os dados dos sistemas legados, principalmente no que se refere às rotinas de prevenção de

distribuição. Porém, a pandemia e os episódios de ataques cibernéticos têm testado os limites das equipes técnicas, que precisam se desdobrar para manter as tarefas de rotina e, simultaneamente, se debruçar sobre estudos a fim de evitar os ataques cibernéticos e manterem-se atualizados com as normas emitidas pelos Conselhos. As obras da reforma do prédio sede do TRF2 perduram ainda. Isto exige constantes manobras de adequação do cabeamento e ativos da infraestrutura de rede para a mudança provisória das unidades judiciárias e administrativas do tribunal bem como para a acomodação definitiva das unidades nos locais já reformados, exigindo ainda mais esforços dos técnicos. Com relação ao atendimento às Normas do CJF e CNJ para área de informática, verificou-se, apesar de tudo, que houve progressos consideráveis. Os técnicos demonstraram domínio das suas atribuições e comprometimento com a instituição. A força de trabalho ainda está aquém das determinações da Resolução CNJ n. 370/2021. As recomendações da inspeção anterior foram atendidas. Por fim cabe ressaltar a disponibilidade e presteza com que esta equipe foi recebida pela equipe de TI do TRF2.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados no dia 8/4/2022, conforme certidão lavrada oportunamente, sendo elaborado em seguida este relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá ser relacionado e notificado nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa aos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram adequadamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

É o relatório.

Ministro **JORGE MUSSI**
Corregedor-Geral da Justiça Federal

H. ANEXO

PLANO DE GESTÃO PARA 2022 – Gabinete do Desembargador Federal William Douglas

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE: Gabinete 07

LOCALIZAÇÃO: Rua do Acre, 80/ 7º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

TELEFONES: 22828836 e 2282

TITULAR: Desembargador Federal William Douglas

COMPETÊNCIA: Matéria Tributária e Execução Fiscal

TERCEIRA TURMA

1. DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS

- **MISSÃO:** garantir à sociedade, em relação ao acervo do Gabinete 07, uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.
- **VISÃO:** consolidar-se perante a sociedade como unidade organizacional ética, célere e eficiente.
- **VALORES:** ética, respeito ao ser humano, probidade, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação, aprendizagem contínua e colaboração.

2. ORGANIZAÇÃO:

O gabinete 07 está organizado em 4 setores:

- Setor de Execução Fiscal
- Setor de Apelações Cíveis
- Setor de Agravos e ED
- Setor Administrativo.

Cada setor é coordenado por uma das assessoras e o Administrativo é coordenado pela Chefe de Gabinete.

2.1 CHEFIA DE GABINETE: Jacqueline Alves de Farias Melgaço

2.2 ASSESSORIA:

- Assessora de Juiz: Luciana Francisco Elmor Gonçalves
- Assessora Judiciária: Andrea Queiroz de Jesus
- Assessora de Metas: Cláudia Mattos de Siqueira Mesquita

2.3 COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA:

FC6: Maria Inêz Santana Coutinho

2.4 ASSISTENTES:

FC5:

Giselli Porto Larena Negrão

Gabriele Nunes Areas

Flávia Motta da Silva Cunha

Tatiana Gurgel Pessoa

Márcia Cristina Ribeiro da Costa Maia

Thomé Luiz Muniz da Silva

FC04:

Rosemary da Fonseca Maia

Frederico Lourenço Ribeiro

Renan Giusti Barbosa

FC03:

Monica Lopes Soares Pereira

FC02:

Letícia Ohanna dos Santos da Luz Chaves

Rachel Toledo de Souza Leal

2.5 SERVIDORES: O gabinete possui 14 servidores atualmente, além das quatro assessoras.

LISTA DE SERVIDORES - GABINETE 7

| NOME | MATRÍCULA | SIGLA | ANIVERSÁRIO | EMAIL |
|---------------|-----------|-------|--------------|----------------------------------|
| JACQUELINE | 16095 | QAM | 04/JANEIRO | jacqueline.melgaco@trf2.jus.br |
| ANDRÉA | 16096 | AQJ | 21/JANEIRO | andrea.jesus@trf2.jus.br |
| GISELLI | 16100 | SEG | 25/JANEIRO | giselli.negrao@trf2.jus.br |
| RENAN | 11898 | RGI | 17/FEVEREIRO | rgi@trf2.jus.br |
| ROSE | 10785 | RFM | 07/MAIO | rosemary.maia@trf2.jus.br |
| FRED | 15869 | FLI | 21/MAIO | frederico@trf2.jus.br |
| LETÍCIA | 12119 | LOH | 14/JUNHO | leticia@trf2.jus.br |
| THOMÉ | 16099 | TZS | 29/JUNHO | thomeluz@trf2.jus.br |
| MARIA INEZ | 16098 | IZC | 10/JULHO | mariainez@trf2.jus.br |
| GABRIELE | 16103 | GUE | 22/JULHO | gabriele.areas@trf2.jus.br |
| TATIANA | 16101 | TGQ | 08/AGOSTO | tatiana.pessoa@trf2.jus.br |
| MÁRCIA | 16102 | MQJ | 03/SETEMBRO | marcia.maia@trf2.jus.br |
| FLÁVIA | 16104 | VTH | 11/SETEMBRO | flavia.cunha@trf2.jus.br |
| LUCIANA | 12425 | UNG | 06/OUTUBRO | lucianaelmor@trf2.jus.br |
| RACHEL TOLEDO | 15915 | RTE | 25/OUTUBRO | racheltoledo@trf2.jus.br |
| WELLINGTON | 12448 | WDG | 09/NOVEMBRO | wellington.goncalves@trf2.jus.br |
| MÔNICA | 12329 | OEU | 11/DEZEMBRO | monica.suares@trf2.jus.br |

LISTA DE ESTAGIÁRIOS – GABINETE 7

| NOME | MATRÍCULA | SIGLA | ANIVERSÁRIO | EMAIL |
|--------|-----------|-------|-------------|-------|
| | | | | |
| FELIPE | 57887 | FTB | 18/MARÇO | |
| | | | | |
| HUGO | 57890 | HRI | 17/OUTUBRO | |

3 DATA DE INÍCIO DA GESTÃO: 07/01/2022

ACERVO ATUAL (31/03/22):

| TRAM | TRAM AJUSTADA | SUSP | TOTAL ENTRADAS | TOTAL DE SAÍDAS |
|------|---------------|------|----------------|-----------------|
| 1971 | 1736 | 35 | 247 | 165 |

4 GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO:

O modelo de gestão de processos de trabalho eleito pelo gabinete 07 baseia-se em qualidade, celeridade e produtividade e se materializa por meio da gestão do estoque de conhecimento na equipe, de acompanhamento estatístico permanente do acervo, padronização e otimização de tarefas e qualificação permanente das minutas confeccionadas sob supervisão do magistrado, com objetivo de fazer entrega de resultados consistentes e progressivamente ampliados, mês a mês.

A partir da análise do acervo, incluindo entradas e saídas de processos, mensalmente definimos a estratégia e as prioridades do período, considerando o número de servidores e as metas definidas internamente e aquelas definidas pelo CNJ.

Criamos um banco de precedentes do Desembargador Federal titular, por meio de uma planilha Excel, onde os votos já objeto de julgamento são organizados por assunto, acessíveis à toda a equipe, facilitando a identificação do posicionamento do magistrado em relação ao tema, evitando equívocos e

Retrabalho. Referida planilha é atualizada a cada liberação de Ata de Julgamento pela Subsecretaria da Terceira Turma.

Cada uma das 3 assessoras coordena um dos Setores, orientando os servidores sobre a matéria específica, acompanhando o desempenho dos mesmos e conferindo as minutas por eles produzidas.

Organizamos grupos de WhatsApp específicos por setor para facilitar e integrar os servidores e permitir o compartilhamento de informações, sanar dúvidas etc. Também utilizamos um grupo de WhatsApp com toda a equipe, inclusive o Magistrado.

O atendimento aos advogados e procuradores é feito presencialmente diariamente entre 12:00 e 17:00h e via plataforma ZOOM, semanalmente, mediante agendamento.

5 GESTÃO DE PESSOAS:

A transformação da realidade do serviço público através da adoção de princípios e valores públicos não poderá prescindir da qualificação dos servidores e lideranças, além do compromisso efetivo com uma nova forma de fazer a gestão de pessoas, afinal, são as pessoas que, a partir da compreensão e legitimação dos mesmos, farão a diferença e não os recursos materiais e tecnológicos.

É fundamental a adoção de novos paradigmas que representem a efetividade dos princípios e valores institucionais, que não devem ser reduzidos a expressões ou frases fixadas em locais públicos, mas precisam ser materializados, internalizados e ressignificados a cada dia, gerando uma compreensão perfeita de seus objetivos.

Acreditamos que o desenvolvimento permanente de pessoas na seara pública representa a base da formação de uma equipe saudável e produtiva, vez que, de um lado as equipes de trabalho possuem elevado potencial de aprimoramento e de outro, o sistema de justiça tem sido objeto de mudanças aceleradas evidenciando a urgência e a relevância da modernização de paradigmas, para que possamos evoluir na direção dos objetivos estratégicos institucionais.

Para tanto, afirmamos que a gestão de pessoas no setor público necessita ir além dos tradicionais modelos já experimentados e promover uma verdadeira revolução na visão a respeito de sua missão, guardando absoluta consonância com os de honrar os legítimos anseios da população.

Nesse sentido, adotamos posturas proativas no sentido de manter a equipe unida e comprometida com as metas coletivas definidas. Realizamos reuniões periódicas, praticamos feedback positivo e o construtivo, de forma que os servidores possam compreender o que se espera deles, assim como oferecemos ajuda para resolver questões pontuais para superação de gaps de desempenho.

Investimos fortemente na prática do reconhecimento da equipe e individualmente, além das metas de produtividade serem atribuídas de acordo com as habilidades, a experiência e o nível de conhecimento de cada um.

Mensalmente publicamos os resultados obtidos, dividimos os louros e refletimos sobre como poderemos melhorar cada vez mais o desempenho da unidade organizacional e de que forma cada um poderá contribuir para tanto.

EQUIPE HÍBRIDA – DESDE MARÇO 2022

| | |
|------------|--|
| RACHEL | 5 X SEMANA TELETRABALHO |
| MARIA INÊZ | 5 X SEMANA TELETRABALHO |
| MÔNICA | 5 X SEMANA TELETRABALHO |
| FLÁVIA | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| MÁRCIA | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| JACQUELINE | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| ANDRÉA | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| TATIANA | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| GISELLI | 3 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇAS/QUINTAS) |
| ROSE | 2 X SEMANA (PRESENCIAL SEG/QUA/SEXTA) |
| LETÍCIA | 2 X SEMANA (PRESENCIAL SEG/QUA/SEXTA) |
| CLAUDIA | 2 X SEMANA (PRESENCIAL SEG/QUA/SEXTA) |
| LUCIANA | 2 X SEMANA (PRESENCIAL SEG/QUA/SEXTA) |
| FREDERICO | 1 X SEMANA (PRESENCIAL TERÇA A SEXTA) |

| | |
|------------|-----------------------------------|
| WELLINGTON | ESTÁGIO PROBATÓRIO - PRESENCIAL |
| GABRIELE | 4 X SEMANA (PRESENCIAL ÀS TERÇAS) |
| RENAN | 5 X SEMANA TELETRABALHO |

6 BOAS PRÁTICAS:

6.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A) IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS PARA TRIAGEM DE PROCESSOS:

Tema 1014, STJ:

Os serviços de capatazia estão incluídos na composição do valor aduaneiro e integram a base de cálculo do imposto de importação (IPI).

Tema 217, STJ:

Incide o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL com alíquotas reduzidas, na forma do art. 15, § 1º, III, da Lei 9.249/1995, sobre a receita proveniente da prestação de 'serviços hospitalares' (não receita bruta total da empresa), neles compreendidas as atividades de natureza hospitalar essenciais à população, independentemente da existência de estrutura para internação, excluídas as consultas realizadas por profissionais liberais em seus consultórios médicos.

Tema 808, STF:

Não incide imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função.

Tema 962, STF:

É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSSL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

Tema 1048, STF:

É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

Tema 1111, STF:

Trata-se de recurso extraordinário em que se discute à luz dos artigos 145, §1º, e 195, I, b, da Constituição Federal, a possibilidade de exclusão da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS dos valores pagos à título de contribuição previdenciária substitutiva incidente sobre a receita bruta, instituída pela Lei 12.546/2011, em razão de tais valores estarem excluídos dos conceitos de receita ou de faturamento.

Tema 1135, STF:

É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

Tema 228, STF:

É devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins recolhidas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida.

Tema 69, STF:

O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins.

B) TEMAS RECORRENTES NO SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL (ROL DE MINUTAS DISPONÍVEIS NO SISTEMA EPROC).

1 – PEDIDOS DE TUTELA DE URGÊNCIA

- **LIBERAÇÃO DE BENS/VALORES BLOQUEADOS** - 5014050-16.2021.4.02.0000

5009973-61.2021.4.02.0000

5009642-79.2021.4.02.0000

5002484-70.2021.4.02.0000

- **INDISPONIBILIDADE DE BENS** - 5012621-14.2021.4.02.0000

- **GRUPO ECONÔMICO** - 5013537-48.2021.4.02.0000

5009657-48.2021.4.02.0000

- **EPE/PRESCRIÇÃO/REDIRECIONAMENTO** – 5013454-32.2021.4.02.0000

5007524-33.2021.4.02.0000

5011722-16.2021.4.02.0000

5011220-77.2021.4.02.0000

5003138-57.2021.4.02.0000

5008634-67.2021.4.02.0000

5008634-67.2021.4.02.0000 (SUCESSÃO)

5014026-85.2021.4.02.0000 (REPETITIVO)

0103368-42.2014.4.02.0000 (DEMORA DO JUDICIÁRIO – SÚMULA 106, STJ).

- **COMPETÊNCIA – CAUTELAR DE GARANTIA** - 5012116-23.2021.4.02.0000

- **PENHORA DE FATURAMENTO** - 5011697-03.2021.4.02.0000 (SUSPENSÃO TEMA 769).
- **LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA GARANTIA** - 5011336-83.2021.4.02.0000
- **BEM DE FAMÍLIA** -5015343-21.2021.4.02.0000
- **EMBARGOS À EXECUÇÃO E PEDIDO DE COMPENSAÇÃO** - 5010922-85.2021.4.02.0000
- **EMBARGOS À EXECUÇÃO E GARANTIA PARCIAL** - 5009596-90.2021.4.02.0000
- **PROVAS EM EMBARGOS À EXECUÇÃO** - 5013805-05.2021.4.02.0000
- 5007410-94.2021.4.02.0000

2- VOTOS:

- IMUNIDADE** - (art. 195, § 7o. da Constituição Federal) - 0506281-72.2002.4.02.5101
- IMUNIDADE RFFSA** – 5003759-39.2019.4.02.5104
- NULIDADE CDA RFFSA** – 5001375-06.2019.4.02.5104
- PRESCRIÇÃO** - 0001663-92.2003.4.02.5106; 0540595-73.2004.4.02.5101 (PARCELAMENTO)
 - 5014082-55.2020.4.02.0000 (Créditos do Extinto Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA).
 - 5014128-33.2021.4.02.5101 (FGTS)
 - 5015715-04.2020.4.02.0000 (intercorrente)
 - 5015341-85.2020.4.02.0000 (intercorrente – multa por litigância da má-fé)
 - 0514399-61.2007.4.02.5101(suspensão da exigibilidade por concessão de pedido liminar)
- ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CDA E DE PENHORA DE VALORES** - 5045754-07.2020.4.02.5101
- IMPENHORABILIDADE 40 SM CONTA CORRENTE** - 5015135-71.2020.4.02.0000
- PENHORA DE CRÉDITOS DE ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO** - 5016297-04.2020.4.02.0000
- RECUPERAÇÃO JUDICIAL** - 0001943-30.2018.4.02.0000
- SUCCESSÃO TRIBUTÁRIA** - 0006609-34.2017.4.02.5101
- HONORÁRIOS – EXCLUSÃO DE SÓCIO** - 0007136-94.2016.4.02.0000
 - 0108703-42.2014.4.02.0000
 - 5011414-48.2019.4.02.0000
- HONORÁRIOS EM RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO** - 0541294-98.2003.4.02.5101

0508475-30.2011.4.02.5101 (OLHAR NAS MINUTAS)

EMBARGOS À EXECUÇÃO – ENCARGO LEGAL DE 20% - 5041129-61.2019.4.02.5101

EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO – ÓBITO DO EXECUTADO NO CURSO – INÉRCIA EXEQUENTE - 0095836-06.2015.4.02.5101

JUÍZO DE RETRATAÇÃO - 0528066-90.2002.4.02.5101

0009812-25.2010.4.02.0000; 0016138-93.2013.4.02.0000 (TEMA 444 – PRESCRIÇÃO PARA REDIRECIONAMENTO)

MULTA LITIGÂNCIA E MÁ FÉ - 5000743-92.2021.4.02.0000

CONTAGEM CORRETA DOS PRAZOS PROCESSUAIS – ÔNUS DO RECORRENTE - 5005159-06.2021.4.02.0000

PREVENÇÃO - 5095915-84.2021.4.02.5101

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR -5000205-14.2021.4.02.0000

TESE DE OITITIVA PRÉVIA EM GRUPO ECONÔMICO - 5014667-10.2020.4.02.0000 (VOTO DIVERGENTE)

CEF – TRANSFERÊNCIA CONTA OPERAÇÃO 005 PARA 635 - 5015289-89.2020.4.02.0000

CIDE TECNOLOGIA - 5034485-05.2019.4.02.5101

3 - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

5013083-68.2021.4.02.0000

5003179-24.2021.4.02.0000

5011066-59.2021.4.02.0000

0094882-57.2015.4.02.5101

0003854-47.1997.4.02.5001

5005447-51.2021.4.02.0000

Pedido de reconhecimento de simulação de alienações e de inclusão de responsáveis patrimoniais (pessoas físicas e jurídicas) - 5015832-92.2020.4.02.0000

C) TEMAS TRIBUTÁRIOS RECORRENTES NO SETOR DE APELAÇÕES (ROL DE MINUTAS DISPONÍVEIS NO SISTEMA EPROC).

1 – IRPF – MOLÉSTIA GRAVE – ISENÇÃO:

Paradigmas:

5000128-74.20214025118

5005304-02.2018.4025001

01360281520144025101

2 - DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.

Paradigmas:

5086329-23.20214025101

5056599-64.20214025101

5056599-64.2021.4025101

5020151-92.20214025101

5002974-27.20214025001

***Observe** o seguinte paradigma quando não houver demora/violação a duração razoável do processo: 5030827-11.2021.4.02.5001. Note-se que também se utilizou a técnica “per relationem”

*** OBS.** Recentemente dr William abriu divergência no processo n. 5022111-83.2021.4.02.5101 entendendo que deve haver prazo para efetuar efetivamente a restituição na via administrativa. Há prazo legal para concluir o processo administrativo, mas não para efetuar o pagamento. Ele utilizou-se de analogia aos precatórios. Estamos aguardando o julgamento no processo mas já sabemos o entendimento do dr WD sobre o tema.

3 - EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. CABIMENTO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 69. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. RE 574706/PR.

Paradigmas:

5003906-46.20214025120

5030618-33.20214025101

5086679-45.20204025101

5018468-20.20214025101

5001154-46.2021.4.02.5106 (o que eu adoto p elaborar voto em AC/REM)

***Obs. ICMS-DIFAL** – Paradigma: 5029281-09.2021.4.02.5101

***Obs. Quanto de tratar de cumprimento de sentença, de processo finalizado antes da modulação ela não se aplica pois já havia transitado em julgado quando terminou o julgamento do RE 574706.**

***obs. Quando a União alega falta de interesse de agir diante do julgamento final do RE 754706 e requer a extinção do feito.** Ver paradigma: 50101826220214025001

***obs.** O impetrante não recolheu custas. A sentença permitiu a compensação a partir do ajuizamento da ação e não da modulação de efeitos, que seria mais favorável ao impetrante. Apelação deserta e remessa

necessária não alterou sentença, senão seria “reformatio in pejus”. Paradigma: proc. 50674731120214025101

4 - ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O GANHO DE CAPITAL EM VIRTUDE DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS ANTES DA REVOGAÇÃO DA NORMA ISENTIVA (ART.4º. “D”, DO DECRETO-LEI Nº 1.510/1976) PELA LEI Nº7.713/1988. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Paradigma:

0059454-77.20164025101

5 - ISS BC PIS COFINS. ANALOGIA AO RE 574706

Paradigmas:

5029910-80.20214025101

5038028-45.20214025101

5007264-8520214025001

50370411820214025001 – MAIS COMPLETO

6 – EXCLUSÃO DE PIS COFINS EM SUAS PP BASES E IRPJ E CSLL DA BASE DE CÁLCULO DO PIS COFINS. Não há, no sistema tributário brasileiro, vedação à incidência de tributo sobre tributo, existindo apenas a exceção do inciso XI do parágrafo 2º do art. 155 da CRFB/88, que dispõe que o ICMS não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do IPI, quando a operação realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos. Não havendo no sistema tributário brasileiro norma constitucional, legal ou jurisprudência vinculante que se aplique ao caso concreto, não é possível excluir as contribuições do PIS e da COFINS de suas bases de cálculo. Tampouco existe norma constitucional ou legal que proíba a presença de qualquer tributo, de parcela resultante do mesmo ou de outro tributo na formação da base de cálculo, e, não havendo jurisprudência vinculante que se aplique ao caso concreto, entendo não ser possível excluir o IRPJ e a CSLL das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Paradigma:

50069925020194025102

7 - EXCLUSÃO DO PIS E DA COFINS DAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO.

APLICAÇÃO POR ANALOGIA DO RE Nº 574.706/PR. TEMA 69. IMPOSSIBILIDADE. O RE 1.233.096 (TEMA 1.067) teve repercussão geral reconhecida, o julgamento está pendente e não tem determinação de suspensão. Rel. Min. Dias Toffoli. NÃO HÁ NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NORMA CONSTITUCIONAL OU LEGAL QUE PROÍBA A PRESENÇA DE QUALQUER TRIBUTO, DE PARCELA RESULTANTE DO MESMO OU DE OUTRO TRIBUTO NA FORMAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO, E, NÃO HAVENDO JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE QUE SE APLIQUE AO CASO CONCRETO, ENTENDO NÃO SER POSSÍVEL EXCLUIR AS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES AO PIS E COFINS DE SUAS BASES DE CÁLCULO.

Paradigma:

5031387-41.20214025101

8 - Direito do contribuinte e sua filial de não recolher IRPJ e CSLL sobre eventuais valores recebidos a título de correção monetária e juros moratórios decorrentes de indébito tributário, em consonância com a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 1.063.187-SC (**Tema 962**)

Paradigma:

5010289-97.20214025101

5002833-30.2020.4025102

9. Juízo de Retratação. Tema 1014. “Os serviços de capatazia estão incluídos na composição do valor aduaneiro e integram a base de cálculo do imposto de importação”),

Paradigma:

0016409-5720154025101

10. Juízo de retratação: Tema 69 – ICMS BC PIS COFINS

Paradigma:

5040656-41.20204025101

0030887-02.20174025101

5040656-41.20204025101

11. JUIZO DE RETRATAÇÃO. ICMS E ISS NA CPRB - ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RE 1.187.264/SP - TEMA 1048 E RE 1.285.845/RS - TEMA 1135. Tema **1048**: “É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB”, e ii) Tema nº **1135** (“É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB”).

Paradigma:

00330099420174025001

01971108220174025120

50233745820184025101

12 – JUIZO DE RETRATAÇÃO.TEMA 808 RE 855.091/RS

Paradigma:

00085190420144025101

13 – Juízo de retratação – tema 962 STF: INCLUSÃO IR E CSLL SOBRE A SELIC RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO

Paradigma:

5035302-6920194025101

0054203-1020184025101

14 – Juízo de retratação – tema 72 – CONTRIB PREV SOBRE SALARIO MATERNIDADE

Paradigma:

50035590420204025102

15 – EXCLUSÃO DE VERBAS TRABALHISTAS DA BC DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA PATRONAL (DIVERSAS VERBAS REMUNERATORIAS X INDENIZATÓRIAS – VER CASO A CASO. Exemplo:

Paradigma:

50777939120194025101

16 - IRPF sobre os proventos de aposentadoria

Paradigma:

5027293-9320204025001

17 - Voto divergente – apreciação equitativa –

Paradigma:

5005134-27.2020.4.02.0000

18 – Remessa Necessária Tema 72 e 985. Contrib prev patronal

Paradigma:

50249403720214025101

19 – Remessa necessária. TEMA 478 – contr prev sobre aviso prévio indenizado

Paradigma

50082567720214025120

20 – Remessa necessária – contrib previd sobre auxilio alimentação (tíquete ou cartão) a partir de 2017

Paradigma:

5003553-7220214025001

21 – Tema 1151-STF c/c tema 1014- STJ – inclusão dos serviços de capatazia no valor aduaneiro.

Paradigma:

0192669-1220174025103

22 - ICMS-ST NA BC PIS COFINS TAL COMO NO CASO DO RE 574706 –

HÁ DIREITO À EXCLUSÃO E A ANALOGIA?

Dr Theophilo entende que se aplica (ex. processo 5006059-86.2020.4.02.5120) e Dr Marcus que não se aplica (ex. processo 5019284-79.2019.4.02.5001). Dra. Cláudia está aguardando os tribunais superiores. A primeira turma do STJ é favorável a tese. A segunda turma é desfavorável. A questão será dirimida em embargos de divergência no STJ.

Dr William aprovou recentemente padrão acompanhando Dr. Marcus.

Paradigma:

Proc. 50071086520204025120

23 – Mandado de Segurança - compensação somente por compensação administrativa:

Paradigmas:

00000292320214020000

50314601320214025101.

50081005820214025001

50101328620194025104,

5010379-73.2019.4.02.5102

24 – erro no preenchimento do formulário sem prejuízo ao Fisco

Paradigma:

011871-26.2015.4.02.5101

25 – TEMA 962 DO STF + PIS COFINS – (DESCABIMENTO E INCONSTITUCIONALIDADE DO IRPJ, CSLL, PIS E COFINS SOBRE A TAXA SELIC APLICADA PARA RECOMPOSIÇÃO FINANCEIRA DE VALORES RECEBIDOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E LEVANTAMENTO DE DEPOSITOS JUDICIAIS.

Paradigma:

50284272420214025001

26 – 01850296120174025101

Discute-se, portanto, se verba proveniente de crédito presumido de ICMS decorrente benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro pode ser objeto de tributação pela União. Negado provimento à Rem Nec.

OBS – PROC 5022111-83.2021.4.02.5101 – VOTO VISTA DO DR WD – PROCESSO ADMINISTRATIVO – DEMORA - PED RESTITUIÇÃO – ORDEM DE PAGAMENTO – AUSENCIA DE COMANDO NORMATIVO ESTIPULANDO PRAZO MÁXIMO PARA EFETIVO PAGAMENTO – ORDEM CRONOLÓGICA – PRINC DA IMPESSOALIDADE E MORALIDADE – OBSERVANCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – MS NÃO É AÇÃO DE COBRANÇA – SEGUIR OS PARAMETROS DO PAGAMENTO VIA PRECATÓRIO POR ANALOGIA

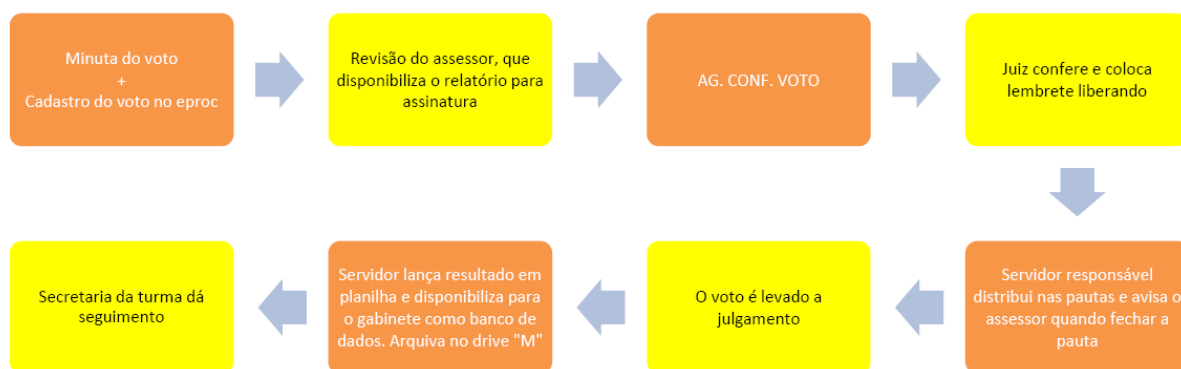
OBS. Proc. 50905366520214025101 – ISS bc PIS COFINS – sentença monocrática deu CUMULAÇÃO DA TAXA SELIC com juros moratórios.

Na primeira instância assegurou: "o direito à compensação, após o trânsito em julgado desta sentença, dos montantes recolhidos a este título, com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, acrescidos da **taxa SELIC e juros moratórios de 1%** (um por cento) ao mês, desde cada recolhimento indevido". Tal posição **contraria o entendimento já pacificado do STJ** (RESP n.1.111.175/SP), nos sentido de que a taxa SELIC não pode ser cumulada com qualquer outro índice de juros ou correção.

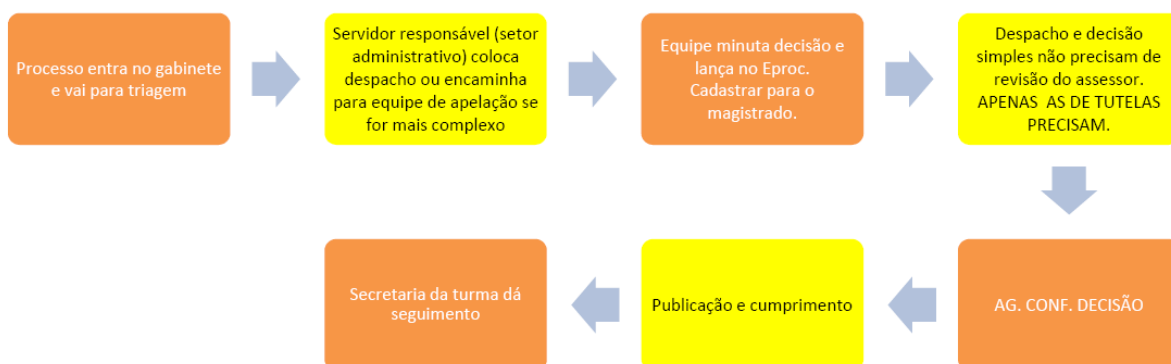
OBS. . Lembrem ao minutar os votos: Reformatio in pejus: Nelson Nery Junior (50) assevera: "T tecnicamente, só se pode falar em reformatio in pejus se houver efeito devolutivo do recurso, isto é, manifestação do princípio dispositivo". A vedação à reformatio in pejus é imposta pela Súmula 45 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe: "**No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.**"

C) FLUXOGRAMAS DO PROCESSAMENTO NO GABINETE (EM ANEXO)

FLUXO DE TRABALHO NO EPROC VOTO



FLUXO DE TRABALHO NO EPROC DECISÃO/DESPACHO



D) FOCO NAS METAS DO CNJ (EM ANEXO)

METAS NACIONAIS 2022

APROVADAS NO 15º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos).

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos).

Identificar e julgar até 31/12/2022:

Justiça Federal: No 1º e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017 e 85% dos processos distribuídos em 2018; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Meta 3 – Estimular a conciliação:

Justiça Federal: Alcançar o percentual mínimo de 6% no Índice de Conciliação do Justiça em Números.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2022:

Justiça Federal: FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2019. FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2019.

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

Justiça Federal: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2021. Cláusula de barreira: 43%.

Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário (todos os segmentos).

Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Meta 10 – Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 (todos os segmentos)

Justiça Federal: Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. *Juízo 100% Digital; Núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ); Codex.



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

